MARIANA DE BARROS CASAGRANDA

ORDENAMENTO TERRITORIAL, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA EM JARDIM (MS): DIRETRIZES PARA MUNICÍPIOS DO CORREDOR BIOCEÂNICO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

DOUTORADO

CAMPO GRANDE - MS

2026

MARIANA DE BARROS CASAGRANDA

ORDENAMENTO TERRITORIAL, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA EM JARDIM (MS): DIRETRIZES PARA MUNICÍPIOS DO CORREDOR BIOCEÂNICO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Prof.ª Dra. Arlinda Cantero Dorsa e Coorientação da Prof.ª Dra Juliana de Mendonça Casadei.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL

MESTRADO E DOUTORADO

CAMPO GRANDE - MS

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

C334o Casagranda, Mariana de Barros
Ordenamento territoral, mobilidade e acessibilidade urbana em Jardim (MS): diretrizes para municípios do corredor bioceânico/ Mariana de Barros Casagranda sob orientação da Profa. Dra. Arlinda Cantero Dorsa e coorientação da Profa. Dra. Juliana de Mendonça Casadei.-- Campo Grande, MS : 2026.
254 p.: il.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2026
Bibliografia: p. 186-191

1. Desenvolvimento local sustentável. 2. Gestão participativa. 3. Acessibilidade urbana. 4. Mobilidade urbana. 5. Planejamento urbanoI.Dorsa, Arlinda Cantero. II.Casadei, Juliana de Mendonça. III. Título.

CDD: 307.1216

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "O ordenamento territorial, mobilidade e acessibilidade urbana em Jardim (MS): diretrizes para municípios do Corredor Bioceânico"

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 03/03/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco

Prof.ª Dr.ª Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Felipe Buller Bertuzzi
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Dr. Ruberval Franco Maciel
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof.ª Dr.ª Maria Margareth E. Ribas Lima
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

À minha família, com muito carinho.

AGRADECIMENTOS

A partir dos valiosos ensinamentos transmitidos pelos meus pais, Magda e Valdir, inicio agradecendo primeiramente a Deus pela generosidade infinita de me permitir ser filha desses seres humanos incríveis. A eles dirijo meus agradecimentos mais profundos. Tudo o que sou e tudo o que alcancei até aqui devo ao amor, ao apoio e aos princípios que me transmitiram. Palavras são insuficientes para expressar a grandeza dos pais extraordinários que tenho.

Meu reconhecimento se estende à minha avó Lindelce e à minha tia Maristela, cujo apoio incondicional foi fundamental ao longo desta jornada. A dedicação dessas mulheres à nossa família permitiu que eu estudasse e trabalhasse com serenidade, sempre amparada por suas palavras de força, esperança e incentivo.

Ao meu filho, Arthur, que talvez ainda não compreenda os momentos em que precisei me ausentar do seu convívio para me dedicar a esta pesquisa, agradeço pela compreensão, pelo carinho e pelo amor incondicional. Saiba que todo esforço também foi para ensinar pelo exemplo, assim como sempre aprendi com meus pais.

Agradeço ao corpo docente, à coordenação e aos demais funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pela formação sólida, pelas contribuições que ampliaram minha compreensão teórica e metodológica ao longo deste percurso e pela escuta atenta e proativa, em especial da Bêlit. De maneira especial, registro minha profunda gratidão à professora Dra. Arlinda Cantero Dorsa, que despertou em mim sincera admiração, respeito e carinho, cujo comprometimento, sensibilidade e rigor acadêmico foram determinantes para o meu desenvolvimento intelectual e para a concretização desta tese.

Estendo também meus agradecimentos à professora Dra. Juliana de Mendonça Casadei, minha coorientadora, por sua disponibilidade, escuta atenta, orientações qualificadas e contribuições fundamentais ao aprimoramento deste trabalho. Sua participação foi essencial para fortalecer o percurso investigativo e enriquecer a análise realizada.

À banca examinadora, composta pela Profª Dra. Maria Augusta de Castilho, Prof. Dr. Felipe Buller Bertuzzi, Prof. Dr. Ruberval Franco Maciel e Profª Dra. Maria Margareth Escobar Ribas Lima, agradeço pelas contribuições qualificadas e pelo olhar atento, que enriqueceram significativamente este estudo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio institucional e pela concessão da bolsa de estudos, essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, registro meus agradecimentos ao meu companheiro e melhor amigo, Roberto, bem como a todos os familiares, amigos e colegas de trabalho que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta trajetória. Cada gesto de apoio, estímulo e compreensão foi indispensável para que esta tese se tornasse possível.

CASAGRANDA, Mariana de Barros. **Ordenamento territorial, mobilidade e acessibilidade urbana em Jardim (MS): diretrizes para municípios do corredor bioceânico.** Tese. Doutorado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, 2026, 254 f.

RESUMO

O presente estudo investiga o ordenamento territorial do município de Jardim (MS) sob a perspectiva da mobilidade e da acessibilidade urbana, visando propor diretrizes de desenvolvimento local sustentável para municípios sul-mato-grossenses impactados pela implantação do Corredor Bioceânico de Capricórnio. A pesquisa parte do marco normativo estabelecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (2001), que reforçam a gestão democrática, a função social da cidade e o papel central dos municípios na formulação da política urbana, destacando a importância do Plano Diretor como instrumento orientador do planejamento territorial. A escolha de Jardim (MS) como estudo de caso se justifica por sua relevância no turismo sustentável nacional e internacional, juntamente com o município vizinho de Bonito, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios decorrentes da expansão urbana e da necessidade de qualificação da mobilidade e acessibilidade, tendo em vista que é rota de passagem no contexto do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Situado próximo a Porto Murtinho — município estratégico por abrigar a ponte binacional Brasil–Paraguai — Jardim representa um território cuja análise pode gerar diretrizes aplicáveis a outros municípios do entorno da futura rota logística. O estudo fundamenta-se na análise dos marcos legais do ordenamento territorial, nos conceitos de cidade inclusiva e mobilidade sustentável, e na discussão dos impactos potenciais do Corredor Bioceânico de Capricórnio, considerando a atuação da Rede UniRila e as implicações para o planejamento regional. O levantamento empírico complementa a investigação, permitindo identificar fragilidades estruturais e oportunidades locais. A pesquisa parte da hipótese de que os desafios enfrentados por Jardim permitem formular orientações replicáveis para municípios que carecem de Plano Diretor ou possuem instrumentos defasados, contribuindo para estratégias mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. Alinhada à Agenda 2030, esta tese busca oferecer subsídios técnicos e estratégicos ao planejamento territorial e ao desenvolvimento local no contexto da integração promovida pelo Corredor Bioceânico de Capricórnio.

Palavras-chave: Desenvolvimento local sustentável; Gestão participativa; Acessibilidade urbana; Mobilidade urbana; Planejamento urbano.

CASAGRANDA, Mariana de Barros. **Territorial planning, mobility and urban accessibility in Jardim (MS): guidelines for municipalities in the bioceanic corridor**. Doctoral thesis in Local Development. Dom Bosco Catholic University – UCDB, 2026, 254 p.

ABSTRACT

This study investigates the territorial planning of the municipality of Jardim (MS), Brazil, from the perspective of urban mobility and accessibility, with the aim of proposing sustainable local development guidelines for municipalities in the state of Mato Grosso do Sul affected by the implementation of the Capricorn Bioceanic Corridor. The research is grounded in the normative framework established by the Brazilian Federal Constitution of 1988 and the City Statute (2001), which reinforce democratic governance, the social function of the city, and the central role of municipalities in the formulation of urban policy, highlighting the Master Plan as a guiding instrument for territorial planning. The choice of Jardim (MS) as a case study is justified by its relevance in national and international sustainable tourism, together with the neighboring municipality of Bonito, while simultaneously facing challenges related to urban expansion and the need to improve mobility and accessibility, given its position along the route of the Capricorn Bioceanic Corridor. Located near Porto Murtinho—a strategic municipality that hosts the Brazil–Paraguay binational bridge—Jardim represents a territory whose analysis can generate guidelines applicable to other municipalities along the future logistics route. The study is based on the analysis of legal frameworks for territorial planning, concepts of inclusive cities and sustainable mobility, and the discussion of the potential impacts of the Capricorn Bioceanic Corridor, considering the role of the UniRila Network and its implications for regional planning. Empirical research complements the investigation, enabling the identification of structural weaknesses and local opportunities. The study is guided by the hypothesis that the challenges faced by Jardim allow for the formulation of replicable guidelines for municipalities that lack a Master Plan or have outdated planning instruments, contributing to more inclusive, resilient, and sustainable strategies. Aligned with the 2030 Agenda, this dissertation seeks to provide technical and strategic support for territorial planning and local development in the context of the integration promoted by the Capricorn Bioceanic Corridor.

Keywords: Sustainable local development; Participatory management; Urban accessibility; Urban Mobility; Urban planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização dos Municípios Sul-Mato-Grossenses no Contexto do Corredor Bioceânico 18

Figura 2 - Mapa do Zoneamento de Jardim - Sede do Município de Jardim 29

Figura 3 – Nuvem de palavras 34

Figura 4 - Khorsabad, a nova cidade fundada por Sargão II nos arredores de Nínive (721-705 a.C) 40

Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 63

Figura 6 - Síntese de uma Smart City 87

Figura 7 - Rota Bioceânica de Capricórnio 94

Figura 8 - Porto Murtinho no contexto do Pantanal Sul-Mato-Grossense 99

Figura 9 - Contorno rodoviário realizado no município de Porto Murtinho - MS 100

Figura 10 - Municípios de Mato Grosso do Sul 108

Figura 11 - Municípios Sul-Mato-Grossenses no contexto da Rota 109

Figura 12 - Mapa do Município de Jardim - MS 160

Figura 13 - Recorte do Mapa do Zoneamento de Jardim - Sede do Município de Jardim - MS 161

Figura 14 - Acesso ao Município de Jardim – MS pela BR-060 162

Figura 15 - Localização acesso ao Município de Jardim – MS pela BR-060 162

Figura 16 - Início da Avenida Duque de Caxias 162

Figura 17 - Localização Avenida Duque de Caxias 162

Figura 18 - Travessia de pedestre e calçada na Escola Estadual Cel. Juvêncio 163

Figura 19 - Calçada no entorno do Centro de Atendimento ao Turista 163

Figura 20 - Quartel da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada 164

Figura 21 - Localização da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada 164

Figura 22 - Calçada em frente a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada 164

Figura 23 - Calçada na Rua Ten. Ari Rodrigues 164

Figura 24 - Calçada em frente a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada 165

Figura 25 - Calçada na Rua Ten. Ari Rodrigues 165

Figura 26 - Praça Getúlio Vargas 166

Figura 27 - Centro de Convenções Oswaldo Fernandes Monteiro 166

Figura 28 - Biblioteca Municipal 166

Figura 29 - Paróquia Santo Antônio 166

Figura 30 - Guia sem rebaixo na Rua Cel Juvêncio, na proximidade da Prefeitura Municipal 167
Figura 31 - Guia sem rebaixo na Rua Cel Juvêncio, na proximidade do Super Atacado Leve Max 167
Figura 32 - Calçada na Rua Ary Coelho de Oliveira 167
Figura 33 - Calçada na Minas Gerais 167
Figura 34 - Rua Padre Manoel da Nóbrega 168
Figura 35 - Localização Região Norte, sem pavimentação asfáltica 168
Figura 36 - Comércio e serviços na Av. Mato Grosso 169
Figura 37 - Sinalização viária na Av. Mato Grosso 169
Figura 38 - Ginásio de Esportes 169
Figura 39 - Localização do Corpo de Bombeiros 169
Figura 40 - Aeroporto 170
Figura 41- Terminal Rodoviário 170
Figura 42 - Fachada Agesul 170
Figura 43 - Acesso ao Corpo de Bombeiros 170
Figura 44 - Cruzamento da Av. 11 de Dezembro com a Av. Cel. Stuck 171
Figura 45 - Estacionamento de comércios na Av. 11 de Dezembro 171
Figura 46 - Calçada e estacionamento do Fórum da Comarca de Jardim 171
Figura 47 - Calçada e estacionamento do Vitória Hotel 171
Figura 48 - Acesso ao Cemitério dos Heróis 172
Figura 49 - Via de acesso ao Cemitério dos Heróis com entulhos 172
Figura 50 - Entrada do Cemitério dos Heróis 172
Figura 51 - Área interna do Cemitério dos Heróis 172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enquadramento da Pesquisa 27
Quadro 2 - Estrutura das Cidades Egípcias 42
Quadro 3 - Síntese cronológica das transformações urbanas e territoriais 46
Quadro 4 - Evolução dos marcos regulatórios da propriedade e da política urbana no Brasil 55
Quadro 5 - Instrumentos da política urbana brasileira 57
Quadro 6 - Metas ODS 11.2 64
Quadro 7 - Metas ODS 11.3 65
Quadro 8 - Conceitos relacionados ao planejamento urbano e desenvolvimento sustentável 66
Quadro 9 - Metas ODS 11.7 67
Quadro 10 - Síntese da Nova Agenda Urbana (NUA) 71
Quadro 11 - Síntese Manual “My Neighborhood” 74
Quadro 12 - Sete Princípios do Desenho Universal 81
Quadro 13 – Pensamento de Maricato (2015) aplicados ao Desenho Universal 84
Quadro 14 – Sete Princípios do Desenho Universal aplicados ao Planejamento Urbano 85
Quadro 15 - Focos centrais de uma Smart City 88
Quadro 16 - Características essenciais do Desenvolvimento Local 105
Quadro 17 - Planos Diretores nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul 149
Quadro 18 - Legislações do Município de Jardim – MS no âmbito do Plano Diretor 151
Quadro 19 - Mobilidade ativa e infraestrutura cicloviária 175
Quadro 20 - Segurança viária 176
Quadro 21 - Estruturação de sistema de transporte coletivo público urbano 177
Quadro 22 - Integração da mobilidade urbana e acessibilidade 178
Quadro 23 - Diretrizes complementares 179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação de Teses por ano 34
Gráfico 2 – Classificação de Teses por ano e estado 35
Gráfico 3 - Classificação de Teses por estado 36
Gráfico 4 - Classificação de Teses por categoria temática 37
Gráfico 5 - Municípios de residência em Mato Grosso do Sul 127
Gráfico 6 - Faixa etária dos respondentes 128
Gráfico 7 - Gênero dos respondentes 129
Gráfico 8 - Deficiência ou Mobilidade Reduzida entre os respondentes 129
Gráfico 9 - Nível de escolaridade dos respondentes 130
Gráfico 10 - Forma de locomoção dos respondentes 131
Gráfico 11 - Frequência de uso de transporte público dos respondentes 132
Gráfico 12 - Qualidade do transporte público 133
Gráfico 13 - Infraestrutura adequada para ciclistas 134
Gráfico 14 - Segurança para pedestres 135
Gráfico 15 - Deslocamento em calçadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida 136
Gráfico 16 - Equipamento urbano acessível 137
Gráfico 17 - Edifícios públicos e espaços urbanos acessíveis 138
Gráfico 18 - Conhecimento sobre o Plano Diretor Municipal 139
Gráfico 19 - Mobilidade urbana como prioridade nas políticas públicas 140
Gráfico 20 - Participação em audiência pública ou consulta sobre o Plano Diretor Municipal 141
Gráfico 21 - Conhecimento sobre a Rota Bioceânica 142
Gráfico 22 - Possíveis benefícios da Rota Bioceânica para a mobilidade urbana 143
Gráfico 23 - Acessibilidade urbana nos projetos relacionados à Rota Bioceânica 144
Gráfico 24 - Políticas públicas de mobilidade e acessibilidade nos municípios da Rota Bioceânica 146

SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BRT	*Bus Rapid Transit*
CIAM	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
FAPEC	Fundação de Apoio à Pesquisa
FUNDERSUL	Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de Mato Grosso do Sul
GIZ	*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*
GTSCA 2030	Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NUA	*New Urban Agenda*
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
SIMOB	Sistema de Monitoramento de Obras
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNIRILA	Rede Universitária de Integração Latino Americana
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1.	**CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**	**17**
2.	**CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**	**24**
2.1	**Definição dos Métodos**	**26**
2.2	**Metodologia integrada à estrutura da tese**	**30**
2.2.1	Revisão bibliográfica e documental	**30**
2.2.2	O Ordenamento das Cidades e seus Marcos Legais	**31**
2.2.3	O Direito à Cidade a partir do Planejamento Urbano, Mobilidade e Acessibilidade	**31**
2.2.4	O Corredor Bioceânico no Contexto das Cidades Sul-Mato-Grossenses	**32**
2.2.5	Proposições para o Desenvolvimento Local no Contexto do Ordenamento Territorial e do Corredor Bioceânico de Capricórnio	**32**
2.3	**O Estado do Conhecimento**	**30**
3.	**CAPÍTULO 3 - O ORDENAMENTO DAS CIDADES E SEUS MARCOS LEGAIS**	**39**
3.1	**Conceituações gerais**	**39**
3.2	**Compreensão das questões teóricas**	**47**
3.3	**O Ordenamento Jurídico**	**51**
3.4	**O Ordenamento Territorial sob uma Nova Ótica**	**60**
3.5	**O Ordenamento Territorial Integrado**	**70**
4.	**CAPÍTULO 4 - O DIREITO À CIDADE A PARTIR DO PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE**	**76**
4.1	**O Direito à Cidade Inclusiva**	**79**
4.2	**Planejamento Urbano Inclusivo**	**82**
4.3	**Mobilidade Urbana no Contexto das Cidades Inteligentes**	**86**
5.	**CAPÍTULO 5 – O CORREDOR BIOCEÂNICO NO CONTEXTO DAS CIDADES SUL-MATO-GROSSENSES**	**93**
5.1	**O Corredor Bioceânico: contexto geral**	**93**
5.2	**Porto Murtinho: A Porta de Entrada para o Corredor Bioceânico**	**96**
5.3	**A Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana – UniRila**	**102**
5.4	**O Desenvolvimento Local no Contexto do Corredor Bioceânico**	**103**

6. CAPÍTULO 6 - PROPOSIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E DO CORREDOR BIOCEÂNICO 108

6.1 Os Municípios do Corredor Bioceânico de Capricórnio no estado de Mato Grosso do Sul – MS 109

6.1.1 Campo Grande: capital e polo de comando **110**

6.1.2 Sidrolândia: expansão agroindustrial e influência regional **113**

6.1.3 Nioaque: território histórico e de base agropecuária **115**

6.1.4 Guia Lopes da Laguna: conector regional e expansão urbana iminente **117**

6.1.5 Jardim: turismo sustentável e centralidade ambiental **118**

6.1.6 Porto Murtinho: fronteira estratégica e plataforma logística internacional **121**

6.2 Mobilidade e acessibilidade urbana no Estado de Mato Grosso do Sul – MS 124

6.3 Levantamento e análise de dados 147

6.3.1 Análise da Legislação Municipal de Jardim – MS no âmbito do Plano Diretor **150**

6.3.2 Mobilidade e acessibilidade urbana no Município de Jardim – MS **159**

6.4 Diretrizes propositivas no âmbito da Mobilidade e Acessibilidade Urbana 174

6.4.1 Diretrizes para o fortalecimento da mobilidade ativa como eixo estruturante do espaço urbano **175**

6.4.2 Diretrizes para a qualificação da segurança viária e das travessias urbanas **176**

6.4.3 Diretrizes para a estruturação de sistema de transporte coletivo urbano **176**

6.4.4 Diretrizes para a integração entre mobilidade urbana, planejamento territorial e patrimônio histórico-cultural **177**

6.4.5 Diretrizes para o planejamento urbano, equidade socioespacial e participação social **178**

6.5 Resultados 181

7. CAPÍTULO 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS 183

REFERÊNCIAS 186

ANEXO I – Catálogo de Teses e Dissertações 192

ANEXO II – Quadro Bibliografia Anotada 203

ANEXO III – Quadro Levantamento dos Municípios de MS 245

ANEXO IV – Questionário de Pesquisa 247

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Constituição Federal Brasileira de 1988 juntamente com o Estatuto da Cidade (2001), propiciaram o fortalecimento da gestão democrática e a função social da cidade e da propriedade, visando à inclusão territorial e a diminuição das desigualdades, expressas na maioria das cidades brasileiras por meio das irregularidades fundiárias, da segregação socioespacial e da degradação ambiental.

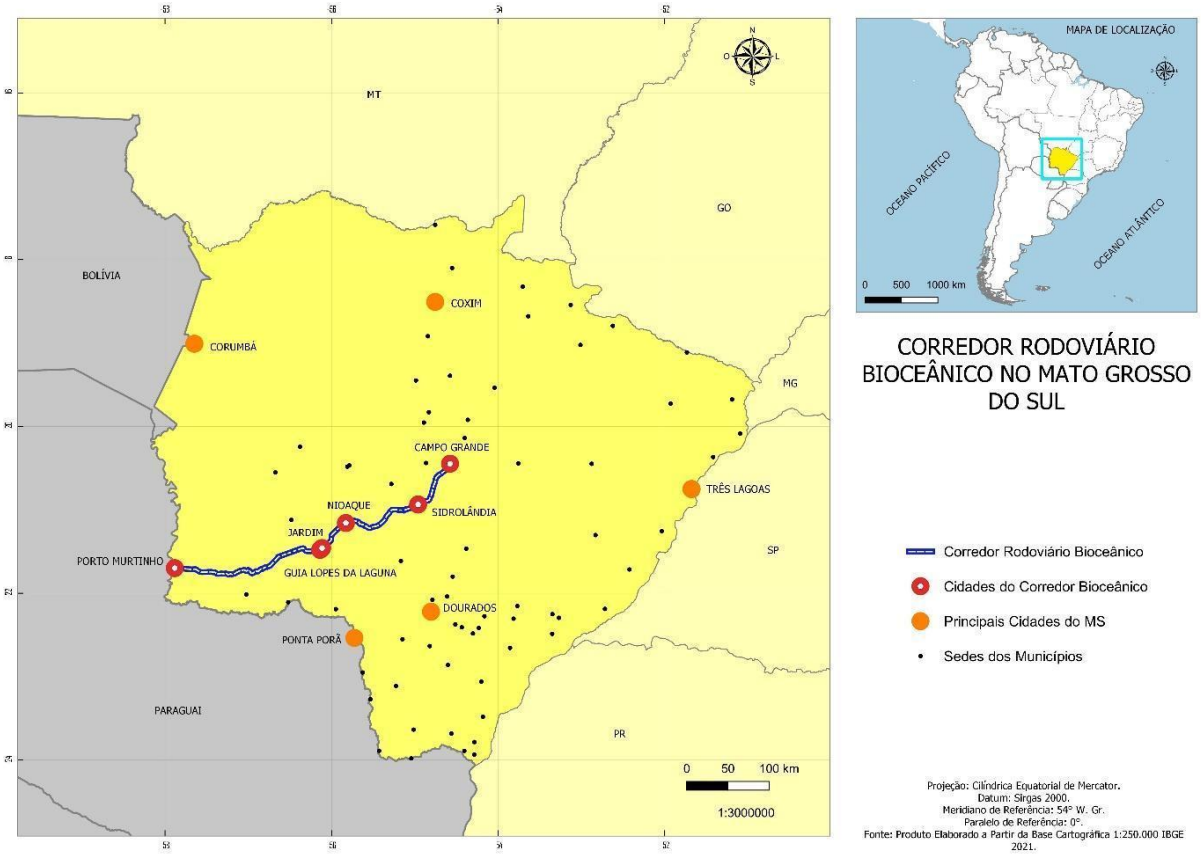
A partir da estruturação de políticas e programas, o Governo Federal, ao longo dos anos, tem se voltado a temas relacionados à habitação, ao saneamento básico, ao transporte público coletivo e à mobilidade urbana, à regularização fundiária, ao planejamento urbano, dentre outros, de modo a procurar reverter o passivo de desigualdade social das cidades brasileiras.

O planejamento urbano como um dos temas transversais a todas as políticas do Governo Federal, tem no Plano Diretor, o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, com elaboração compulsória para os municípios com mais de vinte mil habitantes. Nesse sentido, o texto da Constituição Federal Brasileira assinalou o papel protagonista dos municípios enquanto principais atores da política de desenvolvimento e gestão urbana, fortalecendo assim, a gestão democrática e a função social da cidade e da propriedade.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) reafirma os atos normativos definidos pela Constituição Federal Brasileira, destacando que além do atendimento à quantidade populacional, o Plano Diretor também deve ser estabelecido para aqueles municípios situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em áreas de interesse turístico ou ainda em áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental.

Nesse contexto normativo e institucional, o avanço das obras e negociações em torno do Corredor Bioceânico de Capricórnio, iniciativa estratégica que visa integrar os territórios do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile por meio de uma rota terrestre multimodal, traz à tona desafios e oportunidades significativas para os municípios localizados em seu entorno. No estado de Mato Grosso do Sul, diversas cidades, entre elas: Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho, estão diretamente inseridas nessa nova lógica territorial, que tende a reconfigurar fluxos econômicos, sociais e ambientais, conforme figura 1, a seguir.

Figura 1 – Mapa de Localização dos Municípios Sul-Mato-Grossenses no Contexto do Corredor Bioceânico



Fonte: Pereira *et al.*, 2023.

Diante dessas transformações territoriais, o ordenamento territorial, aliado à mobilidade e acessibilidade urbana, torna-se elemento central para garantir que o crescimento induzido por essa infraestrutura se dê de forma planejada, equitativa e sustentável.

A partir dessa compreensão, esta pesquisa fundamenta-se na premissa de que o desenvolvimento local não se limita à implantação de infraestrutura física, exigindo, sobretudo, instrumentos de planejamento consistentes, capazes de integrar políticas públicas, ordenamento do uso do solo e processos efetivos de participação social.

Nesse contexto, a escolha do município de Jardim (MS) como objeto de estudo justifica-se por seu papel estratégico no estado de Mato Grosso do Sul, tanto em função de seu potencial como polo logístico associado ao Corredor Bioceânico de Capricórnio quanto por seu protagonismo enquanto destino turístico, em estreita articulação com o município de Bonito, reconhecido nacional e internacionalmente. Paralelamente, Jardim enfrenta pressões urbanas crescentes e fragilidades relacionadas à mobilidade e à acessibilidade, que tendem a se

intensificar com a implantação da rota, a qual deverá redefinir fluxos, dinâmicas territoriais e demandas por infraestrutura urbana.

O município também se destaca no contexto do Corredor Bioceânico pelo fato de que a definição do traçado da rota ainda se encontra em debate, especialmente no que se refere à possibilidade de atravessar o perímetro urbano ou de ser desviada por meio de um anel viário. Diferentemente de Porto Murtinho, onde o acesso à ponte binacional ocorre antes da entrada na malha urbana, em Jardim a alternativa atualmente considerada implica a inserção direta da rota no tecido urbano, o que demanda análises mais aprofundadas quanto aos impactos sobre a mobilidade, a acessibilidade e o ordenamento territorial.

Localizado em área adjacente a Porto Murtinho e conectado à capital Campo Grande pelas rodovias BR-060 e BR-267, Jardim integra o eixo territorial diretamente influenciado pela implantação do Corredor Bioceânico. Essa posição reforça sua relevância como estudo de caso para a análise das transformações induzidas pela rota, especialmente no que se refere à organização do sistema viário e à oferta de infraestrutura urbana.

A partir da análise do ordenamento territorial de Jardim sob a perspectiva da mobilidade e da acessibilidade urbana, busca-se formular diretrizes capazes de subsidiar políticas públicas de planejamento urbano em municípios sul-mato-grossenses com características semelhantes, particularmente aqueles que carecem de Plano Diretor ou que dispõem de instrumentos de planejamento defasados.

Com base nessas considerações, a pesquisa tem como objetivo geral analisar o ordenamento territorial do município de Jardim (MS) à luz dos debates contemporâneos sobre desenvolvimento local, humano, territorial e sustentável, visando à proposição de diretrizes que orientem o desenvolvimento local sustentável em municípios impactados pelo Corredor Bioceânico de Capricórnio. Ao adotar Jardim como estudo de caso, pretende-se produzir subsídios técnicos e analíticos passíveis de aplicação em outros contextos municipais da rota, com destaque para Porto Murtinho, contribuindo para o fortalecimento do planejamento urbano frente às transformações decorrentes da integração regional.

De modo geral, a presente pesquisa tem como objetivo investigar as fragilidades na estrutura urbana, quanto a mobilidade e acessibilidade em Jardim (MS), frente à implantação do Corredor Bioceânico de Capricórnio, estabelecendo critérios de ordenamento territorial que subsidiem a formulação de políticas públicas em cidades da rota que carecem de Planos Diretores. Como objetivos específicos pretende-se:

I) Investigar os marcos históricos e legais que estruturam o ordenamento territorial no Brasil, com destaque para os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;

II) Compreender e discutir os conceitos de cidade inclusiva, planejamento urbano e mobilidade no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis;
III) Discutir os impactos potenciais do Corredor Bioceânico de Capricórnio sobre os municípios sul-mato-grossenses, e na articulação universitária via Rede Universitária de Integração Latino Americana (UniRila);
IV) Avaliar a infraestrutura e o planejamento territorial de Jardim (MS), com foco em mobilidade e acessibilidade;
V) Realizar levantamento empírico (qualitativo e/ou quantitativo) sobre os desafios e potencialidades urbanas do município;
VI) Apontar diretrizes e recomendações estratégicas para orientar o desenvolvimento local sustentável em municípios impactados pelo Corredor Bioceânico.

No que se refere à relevância científica, social e territorial da pesquisa, a escolha do tema desta tese está diretamente relacionada à necessidade urgente de fortalecer o planejamento territorial e urbano em municípios sul-mato-grossenses diante das transformações projetadas pela implementação do Corredor Bioceânico de Capricórnio. Trata-se de uma infraestrutura logística de grande escala que promoverá nova dinâmica econômica, urbana e ambiental na região, exigindo respostas locais planejadas e sustentáveis, considerando que a implantação do Corredor Bioceânico transcende a engenharia de transporte, se configurando como uma intervenção territorial de escala continental com reflexos profundos e imediatos na microrregião de Porto Murtinho e Jardim.

Os impactos gerados pela implantação do corredor podem ser elencados em: a) Redução de Custos e Tempo, pois se estima que haja uma economia de até 15 a 17 dias no transporte de mercadorias para a Ásia, evitando o Canal do Panamá e o Estreito de Magalhães; b) Hub Logístico, no qual Mato Grosso do Sul deixa de ser um "fim de linha" para se tornar um centro estratégico de escoamento, sendo que cidades como Porto Murtinho e Campo Grande devem concentrar novos terminais portuários e centros de distribuição; c) Valorização imobiliária, considerando o aumento expressivo no valor de terras e imóveis nas cidades que compõem o traçado da rota; d) Aumento do turismo, visto que a facilitação do acesso rodoviário fomenta o turismo internacional, integrando destinos como o Pantanal e Bonito ao Chaco paraguaio e aos Andes.

Paralelamente às oportunidades identificadas, alguns desafios também podem ser traçados dentro desse contexto, como a pressão sobre serviços públicos, visto que as cidades de pequeno porte, especialmente Porto Murtinho, enfrentam o desafio de adaptar saúde, educação e saneamento básico ao aumento populacional repentino; a necessidade de qualificação

profissional, considerando a demanda urgente por mão de obra especializada em logística, comércio exterior e serviços de hospitalidade; e o agravamento de vulnerabilidades sociais, uma vez que o aumento do fluxo de caminhões e trabalhadores temporários traz preocupações relacionadas à exploração infantil e à segurança pública nas áreas de fronteira.

Do ponto de vista acadêmico e formativo, a presente pesquisa visa dar continuidade aos estudos desenvolvidos para a dissertação de mestrado, nos anos de 2020 e 2021, como voluntária no Eixo de Trabalho Plano Diretor de Porto Murtinho – Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEC) – Sigproj-UFMS – Diretrizes de Preservação do Patrimônio Cultural em Porto Murtinho, desenvolvida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), subsidiada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC). A equipe foi composta por professores pesquisadores da UFMS, UEMS e UCDB, além da participação de alunos bolsistas de diferentes áreas do conhecimento (Escola de Conselhos, 2024).

O projeto em questão visava apoiar o Município de Porto Murtinho (MS) no desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, tendo sido organizado em quatro etapas: levantamento de dados e leitura do território; diagnóstico; proposta e diretrizes; e elaboração da minuta do projeto de lei, esta última sob responsabilidade da Prefeitura Municipal (Ferreira; Fonseca; Ayres, 2024).

No dia 18 de novembro de 2021, os resultados do projeto de extensão “Apoio ao Desenvolvimento do Plano Diretor de Porto Murtinho – MS” foram apresentados em audiência pública na Câmara Municipal de Porto Murtinho, por meio da plataforma Google Meet, conduzida pela professora Dra. Maria Lúcia Torrecilha (*in memoriam*) e pela Me. Lusianne de Azamor Torres, com base em material digital elaborado a partir dos dados coletados pelos diferentes eixos de trabalho.

Segundo Ferreira, Fonseca e Ayres (2024), a etapa final do Plano Diretor Municipal não avançou em função de impasses políticos regionais e da condição de área de fronteira, na qual os acordos bilaterais ainda não haviam sido consolidados, fazendo com que a elaboração e aprovação da lei permanecessem em tramitação, sem previsão de conclusão.

Essa experiência prévia permitiu à pesquisadora, arquiteta e urbanista, aprofundar-se no tema “Cidade e Sustentabilidade Cultural com vistas à elaboração do Plano Diretor de Porto Murtinho na perspectiva do Patrimônio Cultural”, conferindo sólida compreensão dos desafios enfrentados por municípios de fronteira na formulação de instrumentos de planejamento urbano sensíveis às especificidades culturais e territoriais.

Na presente tese de doutorado, amplia-se essa investigação por meio da análise do ordenamento territorial com foco na mobilidade e na acessibilidade urbana, adotando como estudo de caso o município de Jardim (MS), referência nacional em turismo sustentável, mas igualmente marcado por tensões decorrentes do crescimento urbano e de fragilidades em sua organização territorial.

A escolha do município de Jardim fundamenta-se na constatação de que diversos municípios impactados pela implantação do Corredor Bioceânico carecem de Plano Diretor ou possuem instrumentos defasados, condição que limita sua capacidade de responder de forma estruturada às oportunidades e aos riscos associados a essa nova infraestrutura logística. Assim, ao examinar de forma aprofundada as práticas, desafios e limites do ordenamento territorial de Jardim, esta pesquisa busca identificar elementos técnicos e estratégicos passíveis de adaptação a realidades municipais semelhantes.

Além disso, a tese alinha-se aos princípios e diretrizes do Programa de Desenvolvimento Local em que está inserida, ao propor uma abordagem integrada que articula planejamento urbano, mobilidade e inclusão territorial, reconhecendo que tal integração é essencial para fortalecer a capacidade dos municípios sul-mato-grossenses de enfrentar os processos de transformação desencadeados pelo Corredor Bioceânico de Capricórnio de forma equilibrada, participativa e socialmente inclusiva.

É importante enfatizar que essa proposta articula dimensões ambientais, sociais e culturais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), especialmente aqueles relacionados às cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), à redução das desigualdades (ODS 10) e à promoção de infraestrutura resiliente (ODS 9).

A partir desse contexto geral, emerge o problema central da pesquisa, formulado nos seguintes termos: como o ordenamento territorial, especialmente no que se refere à mobilidade e à acessibilidade urbana no município de Jardim (MS), pode subsidiar o desenvolvimento local sustentável dos municípios sul-mato-grossenses impactados pela implantação do Corredor Bioceânico, considerando a ausência ou a defasagem de seus Planos Diretores?

Essa problematização articula o estudo de caso de Jardim aos conceitos de mobilidade e acessibilidade urbana, permitindo analisar em que medida suas práticas, limitações e potencialidades podem orientar a elaboração de diretrizes aplicáveis a outros municípios ao longo da rota do Corredor Bioceânico de Capricórnio.

Como desdobramento dessa questão, parte-se da hipótese de que a análise do ordenamento territorial de Jardim (MS) permitirá identificar desafios e lacunas relacionadas à mobilidade e à acessibilidade urbana, capazes de subsidiar a formulação de diretrizes

replicáveis para outros municípios sul-mato-grossenses afetados pela implantação do Corredor Bioceânico, especialmente aqueles sem Plano Diretor ou com instrumentos desatualizados. Infere-se, ainda, que a comparação entre municípios análogos e a adoção de processos participativos de planejamento contribuem para fortalecer o reconhecimento e o pertencimento comunitário, favorecendo soluções urbanas mais eficazes, sustentáveis e socialmente legitimadas.

Por fim, a presente tese está organizada em sete capítulos, incluindo as considerações iniciais e as considerações finais, além das referências. O Capítulo 1 apresenta os objetivos, a justificativa, o problema, a hipótese e a estrutura da tese. O Capítulo 2 trata dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O Capítulo 3 aborda o ordenamento das cidades e seus marcos legais. O Capítulo 4 discute o direito à cidade sob as perspectivas do planejamento urbano, da mobilidade e da acessibilidade. O Capítulo 5 analisa o Corredor Bioceânico no contexto das cidades sul-mato-grossenses. O Capítulo 6 apresenta o estudo de caso do município de Jardim (MS). O Capítulo 7 sintetiza os resultados e aponta as contribuições da pesquisa para o planejamento urbano no contexto da integração regional promovida pelo Corredor Bioceânico de Capricórnio.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização da presente pesquisa, destacando o tipo de pesquisa, a abordagem e o método utilizado, desenvolvendo um caminho estruturado e sistemático para investigar e responder à questão de pesquisa.

Gil (2008) aborda em seus estudos as principais metodologias e técnicas utilizadas nas pesquisas sociais, oferecendo uma visão ampla sobre o processo de pesquisa social, desde a concepção do problema de pesquisa até a análise e interpretação dos dados coletados.

O autor enfatiza que a pesquisa social busca entender a realidade social, investigar os fenômenos que ocorrem na sociedade e explicar como esses fenômenos se inter-relacionam. A pesquisa social pode ser usada para gerar conhecimento novo ou para validar teorias existentes. Ela se distingue das outras áreas de estudo pela sua capacidade de abordar e compreender a complexidade dos fenômenos humanos e sociais. (Gil, 2008, p.26).

Essa compreensão converge com a proposta epistemológica de Martins e Theóphilo (2016), para quem o processo de investigação articula-se em diferentes “polos” — epistemológico, teórico, metodológico e técnico — cuja integração assegura o rigor científico e a consistência interna da pesquisa.

No âmbito do polo epistemológico, Martins e Theóphilo (2016) enfatizam que toda investigação deve estar ancorada em uma compreensão clara da natureza do conhecimento buscado, de seus limites e possibilidades. Ao reconhecer a complexidade dos fenômenos humanos e sociais, os autores reafirmam a perspectiva apresentada por Gil (2008), que caracteriza a pesquisa social como um esforço sistemático para compreender e explicar fenômenos contextualizados, inter-relacionados e dinâmicos. Tal alinhamento reforça a necessidade de explicitar não apenas o problema de pesquisa, mas também as concepções epistemológicas que sustentam as escolhas analíticas feitas ao longo do estudo.

No que se refere ao polo teórico, Martins e Theóphilo (2016) afirmam a importância de se construir um arcabouço conceitual sólido, composto por teorias, conceitos, modelos e hipóteses capazes de conferir fundamentação lógica ao estudo. Essa orientação converge com a posição de Gil (2008), para quem hipóteses bem formuladas devem emergir de uma revisão de literatura abrangente e atualizada, garantindo que a pesquisa se ancore no estado da arte do campo investigado. Assim, a articulação entre problema, objetivos e hipóteses é compreendida como um elemento essencial para a consistência interna do trabalho científico.

Deste modo, Gil (2008) reforça, que a pesquisa social, na qual este estudo se enquadra, deve seguir um rigor científico, ou seja, deve ser planejada, estruturada e conduzida de maneira sistemática, objetivamente, para que os resultados sejam confiáveis e válidos, afastando interpretações tendenciosas, mantendo a imparcialidade e a precisão nas análises dos resultados obtidos.

Gil (2008) aponta ainda que a definição do problema de pesquisa é um dos primeiros passos fundamentais. Afirma que um bom problema de pesquisa é essencial para guiar toda a investigação. Ele deve ser claro, específico e viável. Conforme destacado no primeiro capítulo deste estudo.

Já as hipóteses são suposições iniciais que o pesquisador pretende testar ou comprovar ao longo da pesquisa. Gil (2008) argumenta que elas devem ser baseadas em teoria prévia e em uma revisão de literatura adequada. Os objetivos da pesquisa devem ser definidos a partir do problema de pesquisa, e devem ser claros, específicos e mensuráveis.

Quanto à abordagem, o autor destaca as duas principais: a quantitativa e a qualitativa. A primeira busca medir fenômenos e analisar dados numéricos, já a segunda, visa compreender fenômenos em profundidade, com ênfase nas experiências e significados. Compreende-se, desse modo, que o planejamento é fundamental para garantir a qualidade da pesquisa, definindo o tipo de pesquisa, a amostra a ser analisada, a elaboração de instrumentos de coleta de dados e a escolha da metodologia adequada para a análise.

Martins e Theóphilo (2016), ao tratarem do polo metodológico, corroboram essa visão ao defender que a escolha da abordagem deve ser coerente com a natureza do problema de pesquisa e com a lógica teórico-epistemológica adotada. Dessa forma, o planejamento metodológico assume papel central, orientando a definição da amostra, dos instrumentos de coleta de dados e do procedimento analítico.

No âmbito do polo técnico, Martins e Theóphilo (2016) destacam a relevância das técnicas de observação, coleta, registro e processamento de dados. A perspectiva dos autores complementa a de Gil (2008), que enfatiza a necessidade de que tais técnicas sejam aplicadas de maneira sistemática e objetiva, evitando vieses e garantindo a confiabilidade e a validade dos resultados. Para ambos os referenciais, o rigor metodológico constitui condição indispensável para assegurar a credibilidade do processo investigativo.

Sobre a ética na pesquisa social, Gil (2008) destaca a sua importância, respeitando os direitos dos participantes, garantindo sua privacidade, obtendo consentimento e lidando com dados sensíveis com responsabilidade. A pesquisa deve ser conduzida de maneira transparente, sem manipulação dos dados ou distorção das conclusões. O autor ressalta a natureza cíclica e

dinâmica da pesquisa científica, que envolve coleta de dados, análise, reflexão teórica e, posteriormente, novas perguntas e problemas para serem investigados.

Por fim, ambos os referenciais entendem a pesquisa científica como um processo cíclico e dinâmico, no qual a coleta de dados, a análise, a interpretação teórica e a formulação de novas questões se articulam de maneira contínua. Essa concepção reforça a necessidade de compreender a investigação não como um conjunto de etapas estanques, mas como um movimento reflexivo e iterativo, orientado pela busca constante de aprimoramento teórico e metodológico.

Dessa forma, a integração das contribuições de Gil (2008) e de Martins e Theóphilo (2016) permite sustentar a presente pesquisa em um arcabouço metodológico robusto, assegurando rigor científico, coerência interna e compromisso ético. Esses fundamentos orientam tanto a estrutura deste capítulo quanto as decisões metodológicas que delinearam o desenvolvimento da investigação, garantindo aderência às exigências acadêmicas de uma tese de doutorado no campo das Ciências Sociais Aplicadas.

2.1 Definição dos Métodos

A definição e a aplicação do método são fundamentais para orientar a pesquisa e alcançar os objetivos mencionados. Nesse contexto Marques *et al.* (2014, p.11) discorre sobre a construção do conhecimento humano, afirmando que "ao longo de sua evolução, a humanidade gerou diversas formas de conhecimento, as quais possuem diferentes características e limites na explicação dos fenômenos que se apresentam ao ser humano, em seu dia a dia."

> O conhecimento científico surge da necessidade do ser humano não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle dos mesmos. Cabe ao homem, propor uma forma sistemática, metódica e crítica da sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo. É a necessidade de compreender a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos ou fenômenos. (Marques *et al*., 2017, p. 20).

O autor sugere que cada pesquisa possui características próprias e, assim como na construção do conhecimento, o método a ser utilizado não é rígido nem pragmático. Dessa forma, a pesquisa é vista como um conjunto de atividades planejadas para resolver um problema, empregando uma abordagem científica baseada em dados e informações verificáveis.

É importante destacar o caráter hipotético do conhecimento científico, especialmente no contexto da área de estudo em que esta pesquisa se insere, as ciências sociais aplicadas. Esse caráter pode ser aplicado às análises e percepções que o estudo abordará, mas sempre

acompanhado de uma revisão crítica, bem como da avaliação da validade dos métodos e técnicas de investigação, conforme enfatiza Marques *et al*. (2017).

Assim, o autor afirma que para que um conceito ou ideia obtenha o reconhecimento da ciência, é necessário ter método, ser sistemático e objetivo.

> a) **Ter método:** necessita ser produzido a partir da aplicação de um conjunto de princípios que tenham o status de científico.
> b) **Ser sistemático:** deve buscar produzir regras, princípios ou leis que expliquem a natureza do fenômeno pesquisado.
> c) **Ser objetivo:** o conhecimento científico deve ser relatado da forma mais simples e direta possível para garantir que suas explicações sejam compreensíveis para todos os indivíduos. (Marques *et al*., 2017, p. 23)

Este estudo se fundamentará em uma revisão bibliográfica abrangente, envolvendo pesquisa, leitura, fichamento e análise de normativas legais, livros, artigos, dissertações e teses, além da análise *in loco* e aplicação de questionário. A pesquisa tem como principal objetivo a produção de novos conhecimentos, visando preencher lacunas.

Portanto, busca-se, a coleta, a análise e a interpretação de dados. Para tanto, é importante o enquadramento da pesquisa, de modo a proporcionar a forma pela qual ela será conduzida. Deste modo, Marques *et al*. (2017) define em seus estudos sobre a Metodologia de Pesquisa Científica, a abordagem, o método e o tipo de pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Enquadramento da Pesquisa

ABORDAGEM	MÉTODO	TIPO DE PESQUISA
qualiquantitativa	indutivo	analítica e exploratória

Fonte – Elaborado pela autora/2026.

Quanto à abordagem qualitativa, "é aquela cujos dados não são passíveis de serem matematizados", conforme afirma Marques *et al*. (2017, p.39), destacando ainda que essa abordagem é comumente utilizada nas ciências sociais, com o objetivo de compreender as representações sociais, a partir dos sujeitos da pesquisa. Contrapondo, tem-se a abordagem quantitativa, onde os dados são tratados matematicamente, valendo-se do uso de tabelas e gráficos.

Deste modo, a presente pesquisa enquadra quanto a abordagem qualiquantitativa, por valer-se dos aspectos qualitativos e quantitativos, porém enfatizando os aspectos qualitativos, assim os dados levantados no contexto das cidades objetos de estudo, serão passíveis de análises qualitativas e quantitativas, embasando cientificamente a presente pesquisa.

O método está relacionado aos caminhos pelos quais serão percorridos ao longo da pesquisa. A palavra "método" tem origem no grego antigo "*méthodos*", que é formada pela

combinação de dois elementos: "meta", que significa "além" ou "através de", e "*hodos*", que significa "caminho" ou "via". Assim, "método" pode ser interpretado como "caminho para alcançar algo" ou "meio para chegar a um objetivo".

Para Marques *et al*. (2017) o método é instrumento de auxílio no processo, para que se alcance determinados resultados, e podem ser subdivididos entre métodos de abordagem e métodos de procedimentos. Enquanto o primeiro refere-se ao contexto geral da pesquisa, o segundo diz respeito aos fundamentos lógicos e os processos de raciocínio utilizados.

O método a ser utilizado é o indutivo, o qual "vai-se da amostra (concreto) para o abstrato, com vistas à generalização, ou seja, vai-se do particular para o geral." (Marques *et al*., 2017, p. 42). Assim, parte-se da observação e coleta de dados específicos, para construção de ideias e pensamentos críticos, onde a intenção é explorar e compreender fenômenos no contexto das cidades estudadas, sendo possível elaborar conclusões.

Quanto ao tipo de pesquisa, o estudo em questão visa realizar a análise de cidades, objetivando conhecer suas partes constituintes e como seus elementos se articulam. Assim como, busca-se identificar problemas específicos, apontando hipóteses, para a proposição de diretrizes e solução de problemas. Deste modo, o tipo de pesquisa a ser adotada pode ser entendida como analítica e exploratória.

Contudo, a presente pesquisa busca realizar os levantamentos e análises de dados quanto à mobilidade e acessibilidade no município de Jardim – MS. Deste modo, como objeto norteador, parte-se da análise da Lei Municipal que institui o Plano Diretor no Município. Assim a Lei Complementar nº 50, de 09 de outubro de 2006, do Município de Jardim - MS, instituiu o Plano Diretor Urbano do Município, que foi revogada pela Lei Complementar nº 103, de 09 de abril de 2013 e posteriormente, a Lei Complementar nº 185/2018 também tratou do assunto, revogando a anterior, conforme figura 2.

Figura 2 – Mapa do Zoneamento de Jardim - Sede do Município de Jardim

Fonte: Lei Complementar nº 185, de 30 de maio de 2018.

O município objeto de estudo, localiza-se na região Sudoeste de Mato Grosso do Sul, integra a microrregião da Serra da Bodoquena e apresenta características históricas, geográficas e socioeconômicas que o tornam relevante no contexto regional. A história do município de Jardim (MS) está profundamente associada aos acontecimentos da Guerra do Paraguai, especialmente ao episódio da Retirada da Laguna, ocorrido em 1867. Conforme destaca Lima (2019), a então Fazenda Jardim, de propriedade de José Francisco Lopes, o Guia Lopes, desempenhou papel estratégico ao servir de abrigo às tropas brasileiras durante o recuo, episódio que consolidou a relevância histórica do território e originou marcos simbólicos como o atual Cemitério dos Heróis.

Décadas mais tarde, a região voltou a assumir importância estratégica com a atuação do Exército Brasileiro na abertura de estradas, por meio do 4º Batalhão Rodoviário e, posteriormente, da Comissão de Estradas de Rodagem nº 3 (CER-3), processo que impulsionou a ocupação da margem esquerda do rio Miranda e a formação de um núcleo urbano inicial. A fundação oficial da Vila Jardim ocorreu em 14 de maio de 1946, sob a liderança do major Alberto Rodrigues da Costa, com apoio decisivo do fazendeiro Fábio Martins Barbosa,

descendente do Guia Lopes, que cedeu terras para a implantação do povoado (LIMA, 2019). A escolha da data, coincidente com a independência do Paraguai, reforça os vínculos históricos e simbólicos entre os territórios. Esses eventos estruturaram a base histórica, territorial e identitária que orientou a consolidação urbana de Jardim e sua posterior emancipação político-administrativa em 1953.

Em termos atuais, o município de Jardim possui uma área territorial de aproximadamente 2 130,07 km² e, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população no último Censo foi de 23 981 habitantes em 2022, com densidade demográfica de 11,28 habitantes por km². A população estimada para 2025 é de 24 504 habitantes; o gentílico da população é jardinense e o índice de escolarização de crianças de 6 a 14 anos é de 98,98 %. Os indicadores econômicos mais recentes mostram um PIB per capita de R$ 47 130,54 em 2023, refletindo a dinâmica econômica local em curso. Esses dados atualizados situam Jardim como um município de porte médio na região sudoeste de Mato Grosso do Sul, com desafios e potencialidades ligados à sua posição geográfica, estrutura demográfica e indicadores socioeconômicos (IBGE, 2024).

Assim, Jardim configura-se como um território cuja trajetória histórica se articula à expansão das frentes de infraestrutura, ao mesmo tempo em que apresenta um conjunto expressivo de atributos naturais e culturais que sustentam o turismo de natureza e reforçam sua relevância regional. Tais características, associadas aos indicadores demográficos e socioeconômicos, fornecem um panorama consistente para análises acadêmicas que envolvem desenvolvimento territorial, sustentabilidade, turismo, memória histórica e dinâmicas socioculturais no contexto de Mato Grosso do Sul.

O município de Jardim-MS é citado neste capítulo como objeto de estudo, e a apresentação e análise de dados será demonstrada no capítulo 6.

2.2 Metodologia integrada à estrutura da tese

2.2.1 Revisão bibliográfica e documental

A fundamentação teórica parte da literatura especializada em ordenamento territorial, direito à cidade, planejamento urbano, mobilidade e acessibilidade, com destaque para autores clássicos e contemporâneos, documentos técnicos e os marcos legais brasileiros, tais como: Estatuto da Cidade, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU e a Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU.

O levantamento bibliográfico é fundamental como norteador do conteúdo objeto de estudo, por embasar métodos científico que se fazem presentes para complementar e dar corpo ao texto, como o método indutivo, apresentado por Gil (2008) e complementado por Martins e Theóphilo (2016) e Marques *et al*. (2017), quando se evita dados especulativos e passa-se a adotar a observação como procedimento para obtenção de dado científico, como a coleta de dados, capaz de mensurar informações de cunho social.

2.2.2 Capítulo 3 – O Ordenamento das Cidades e seus Marcos Legais

A análise histórica das cidades e das suas transformações jurídicas e conceituais do ordenamento territorial no Brasil exige uma abordagem fundamentada na trajetória legal e histórica das políticas urbanas no país. Nesse sentido, torna-se imprescindível a investigação documental de legislações urbanísticas e dos principais instrumentos de planejamento urbano — como os Planos Diretores, as leis de uso e ocupação do solo, e o zoneamento. Essa abordagem permite evidenciar como a legislação brasileira evoluiu ao longo do tempo, refletindo mudanças nas concepções de cidade, território e direito à urbanização.

2.2.3 Capítulo 4 – O Direito à Cidade a partir do Planejamento Urbano, Mobilidade e Acessibilidade

Este capítulo visa consolidar a base teórica da pesquisa, estruturando uma leitura crítica dos principais conceitos que sustentam o debate sobre o direito à cidade, especialmente a partir das dimensões do planejamento urbano, da mobilidade e da acessibilidade. A abordagem adotada é interdisciplinar, envolvendo contribuições da arquitetura, do urbanismo, da geografia e da sociologia urbana, a fim de compreender os desafios e possibilidades de construção de cidades mais justas, democráticas e inclusivas.

Este estudo parte da premissa formulada por Henri Lefebvre (2015), apresentada pela primeira vez em 1968, que defende o uso coletivo, democrático e socialmente justo do espaço urbano. A partir da perspectiva do autor, o planejamento urbano deixa de ser apenas uma ferramenta técnica tornando-se um instrumento político de redistribuição territorial e promoção da equidade. Destaca-se nesta tese o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) como marco nesse processo brasileiro, ao institucionalizar esse direito e orientar o planejamento urbano em torno de princípios como a função social da propriedade, a gestão democrática e a inclusão social no território nacional.

2.2.4 Capítulo 5 – O Corredor Bioceânico no Contexto das Cidades Sul-Mato-Grossenses

Este capítulo dedica-se a análise do contexto regional e geopolítico; estudo contextual e análise territorial estratégica da implantação do Corredor Bioceânico de Capricórnio; Estudo documental sobre projetos e políticas públicas vinculadas à rota, com ênfase em Porto Murtinho, Rede Universitária de Integração Latino-Americana (UniRila) e os municípios afetados no estado de Mato Grosso do Sul. A leitura territorial ocorre a partir de mapas, dados socioespaciais e levantamento *in-loco.*

2.2.5 Capítulo 6 – Proposições para o Desenvolvimento Local no Contexto do Ordenamento Territorial e do Corredor Bioceânico

Como núcleo empírico e propositivo da pesquisa tem-se:

I) Estudo bibliográfico das potencialidades, no contexto do corredor bioceânico, dos municípios sul-mato-grossense de Campo grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho.

II) Estudo de caso no município de Jardim (MS): Levantamento de dados primários: observação direta em campo (via inventário urbano e registros fotográficos), mapeamento e entrevistas semiestruturadas com técnicos da prefeitura, planejadores urbanos, sociedade civil e especialistas.

III) Levantamento de dados secundários: análise de planos urbanos existentes, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Monitoramento de Obras (SIMOB), mapas técnicos, relatórios ambientais e turísticos. Síntese analítica: cruzamento de dados coletados para identificar fragilidades e potencialidades em termos de mobilidade e acessibilidade urbana. Elaboração de diretrizes propositivas: com base na análise empírica, serão elaboradas recomendações técnicas replicáveis, voltadas ao ordenamento territorial e à mobilidade sustentável em municípios impactados pelo Corredor Bioceânico de Capricórnio.

2.3 O Estado do Conhecimento

A expressão “estado do conhecimento” ou “estado da arte” é amplamente utilizada para se referir ao conhecimento atualizado sobre determinada temática ou área de estudo, se refere a revisão de literatura e análise crítica de publicações, conforme apresentado nas considerações iniciais, da presente pesquisa.

No intuito de compreender o momento atual das pesquisas desenvolvidas no contexto das temáticas “Plano Diretor” e “Ordenamento Territorial”, apresentados anteriormente, utilizou-se da teoria de Morosini; Santos; Bittercourt (2021), por meio da bibliografia anotada

e categorizada. As autoras destacam em seu estudo que “a constituição do Estado do Conhecimento segue as etapas denominadas: Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva.” (Morosini; Santos; Bittercourt, 2021, p. 61).

Quanto à bibliografia anotada, segundo as autoras, trata-se da primeira etapa do Estado do Conhecimento, que consiste na organização das referências bibliográficas das publicações encontradas. Informações como o número de ordem dos resultados obtidos, ano de publicação, autor, título, palavras-chave e resumo, devem ser organizados de forma sistemática, em programas de edição de texto ou planilhas eletrônicas, conforme anexo II.

Já a bibliografia categorizada, segundo as autoras, se refere a uma análise aprofundada do conteúdo das publicações, adotando-se palavras-chave ou temáticas que possam representar aquela pesquisa, criando-se deste modo categorias.

O Estado de Conhecimento adotado para compor as considerações iniciais da presente pesquisa valeu-se da metodologia das autoras de modo adaptado, tendo em vista que os dados que se buscava obter não envolviam informações produzidas pela bibliografia sistematizada e a propositiva também apresentadas por Morosini; Santos; Bittercourt (2021).

Para o levantamento de dados utilizou-se como base o banco de teses e dissertações da Capes, pesquisou-se pelo descritor “Plano Diretor *and* Ordenamento Territorial”, com refinamento do tipo por tese, nos anos de 2017 a 2021, com grande área do conhecimento as ciências sociais aplicadas e área do conhecimento Arquitetura e Urbanismo.

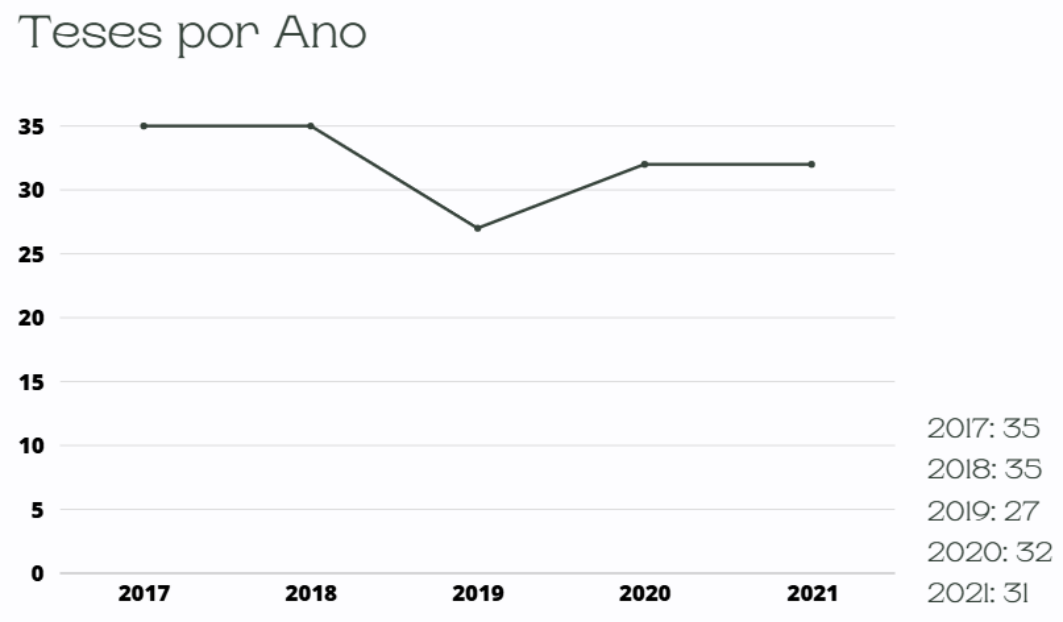
Cabe destacar que o levantamento de dados da presente pesquisa iniciou-se no ano de 2022, portanto o estado da arte apresentado nesta introdução é baseado nos últimos cinco anos anteriores ao início desse levantamento.

Deste modo, obteve-se como resultado 166 trabalhos, a partir do refinamento descrito anteriormente, onde seis trabalhos foram excluídos da tabulação de dados por ausência de informações na plataforma utilizada, de acordo com o anexo I.

Conforme a teoria de Morosini; Santos; Bittercourt (2021), os dados foram planilhados e classificados conforme: número, ano, autor, título, palavras-chave, resumo, estado e categoria. Esta última foi adotada considerando-se a leitura do resumo dos trabalhos, conforme anexo II.

Dos dados levantados, observou-se a produção de 35 (trinta e cinco) trabalhos no ano de 2017 e 2018, cada, caindo para 27 (vinte e sete) trabalhos no ano de 2019, voltando a subir para 32 (trinta e dois) trabalhos em 2020 e 31 (trinta e um) em 2021, conforme gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Classificação de Teses por ano



Fonte – Elaborado pela autora.

Com as palavras-chave dos 160 (cento e sessenta) trabalhos resultantes da pesquisa, criou-se uma nuvem de palavras no programa *word art,* disponível em: https://wordart.com/create, no qual obteve-se a figura 3, a seguir:

Figura 3 – Nuvem de palavras

Fonte – Elaborado pela autora em *WordArt.*

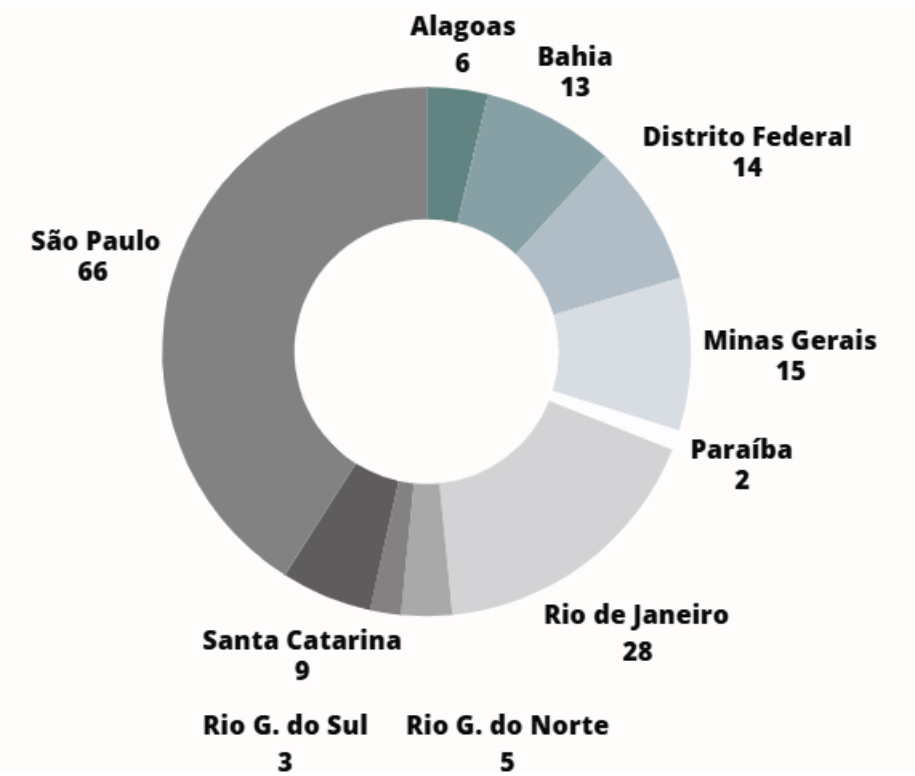
A nuvem de palavras ou *word cloud*, tem como objetivo representar de forma visual a frequência das palavras em um texto ou conjunto de dados. Nesse formato, as palavras-chave mais frequentes são mostradas em tamanho maior, enquanto as menos recorrentes aparecem em tamanho menor.

Assim, obteve-se como resultado das palavras-chave mais utilizadas nos 160 (cento e sessenta) trabalhos analisados:

- Arquitetura – 55
- Urbana – 42
- Urbano – 41
- Urbanismo – 38
- Cidade – 34
- Planejamento – 26
- Espaço – 24

A partir dos dados levantados obteve-se também a produção de teses por estado e por ano e estado, conforme gráficos 2 e 3, a seguir:

Gráfico 2 – Classificação de Teses por ano e estado

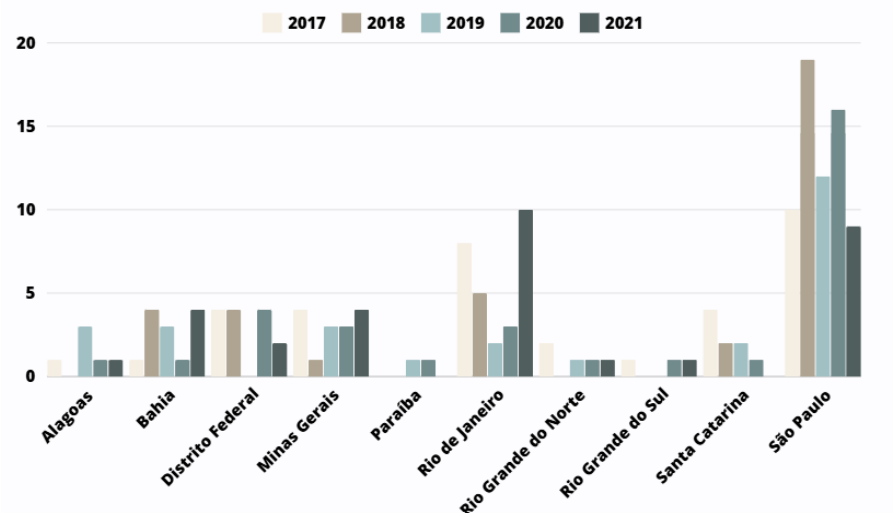


Fonte – Elaborado pela autora.

Observa-se a produção de 6 (seis) trabalhos no estado de Alagoas, 13 (treze) na Bahia, 14 (quatorze) no Distrito Federal, 15 (quinze) em Minas Gerais, 2 (dois) na Paraíba, 28 (vinte

e oito) no Rio de Janeiro, 5 (cinco) no Rio Grande do Norte, 3 (três) no Rio Grande do Sul, 9 (nove) em Santa Catarina e 66 (sessenta e seis) em São Paulo.

Gráfico 3 – Classificação de Teses por estado

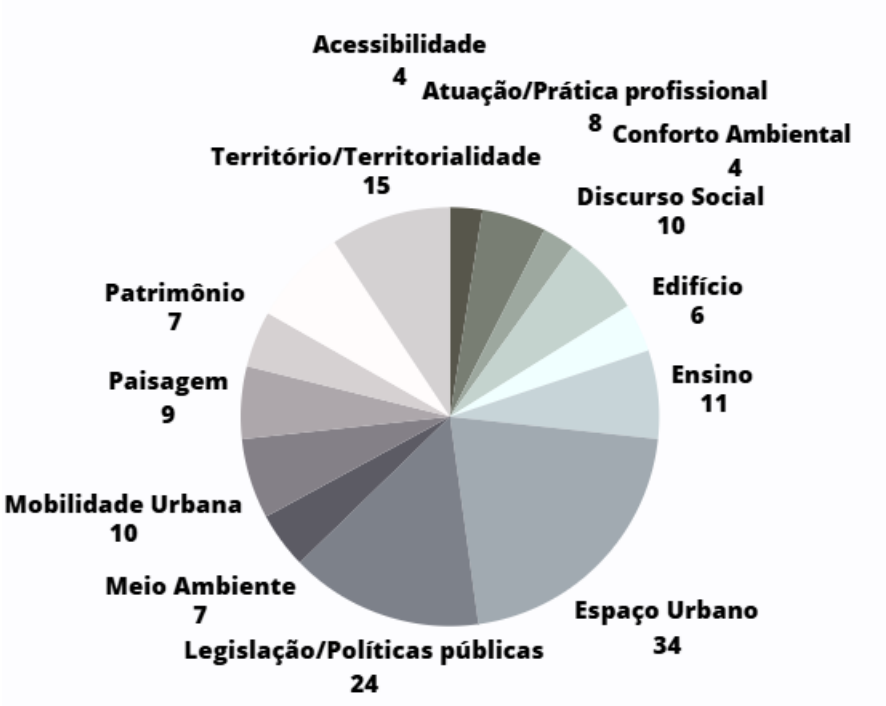


Fonte – Elaborado pela autora.

Destaca-se a produção de teses na temática objeto da análise, na região Centro-Oeste onde encontra-se a Universidade de Brasília – UNB e na região Sudeste as Universidade Mackenzie e Universidade Federal do Rio de Janeiro, todas com a presença de programas na área de Arquitetura e Urbanismo.

Por fim, as análises da produção científica quanto a temática de Plano Diretor e Ordenamento Territorial, foram categorizadas a partir da leitura, análise e fichamento dos resumos, onde obteve-se as seguintes temáticas (Gráfico 4):

Gráfico 4 – Classificação de Teses por categoria temática



Fonte – Elaborado pela autora.

Deste modo, observa-se que as abordagens das pesquisas quanto a legislações e políticas públicas se destacam, principalmente se comparadas com a temática de acessibilidade. Por sua vez, a temática de mobilidade apesar de possuir uma produção maior, é possível afirmar, que ainda é um número baixo, considerando a sua importância no contexto dos Planos Diretores Municipais e Ordenamento Territorial dos municípios brasileiros.

As análises acima, contudo, direcionam a presente pesquisa a uma visão sistêmica, onde entende-se que os estudos entorno das cidades e seu desenvolvimento evoluíram ao passar dos anos, norteando a caminhos que levem ao encontro de soluções voltadas ao uso e a produção sustentável dos territórios.

Atualmente, a Organização das Nações Unidas - ONU (2021) abraça o compromisso mundial a partir de 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, principalmente no que se refere ao ODS 11, cidades e comunidades sustentáveis.

Nesse prisma, o estado de Mato Grosso do Sul insere-se e destaca-se por intermédio da sua localização geográfica, fazendo divisa com várias regiões do Brasil e fronteira com outros países. As características geográficas, a singularidade das riquezas naturais encontradas na região fomentou seu desenvolvimento, principalmente quanto às questões culturais. O

nascimento de muitas cidades sul-mato-grossenses se deu pela exploração de matérias-primas descobertas e um fluxo migratório de diferentes regiões do Brasil, e de outros países, contribuindo para a construção de um território e de uma cultura muito particular.

Estudos recentes apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2020), apontam que o Estado de Mato Grosso do Sul é foco de transformações econômicas e sociais que serão proporcionadas com a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico. O território Sul-Mato-Grossense está inserido na Rota de integração latino-americana ligando o Porto de Santos-SP aos países: Paraguai, Argentina e Chile, transformando-se em uma alternativa logística para escoamento de produtos brasileiros para o mercado asiático.

Neste contexto, a presente pesquisa revela-se na busca por apontamentos que direcionam ao desenvolvimento desses municípios de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Deste modo, o presente capítulo apresentou os procedimentos metodológicos que orientaram a presente pesquisa, evidenciando a coerência entre o problema investigado, os objetivos propostos e as escolhas teórico-metodológicas adotadas. Fundamentado nas contribuições de Gil (2008), Martins e Theóphilo (2016) e Marques *et al*. (2017), o delineamento metodológico assegura rigor científico, consistência analítica e compromisso ético no tratamento dos dados.

A opção pela abordagem qualiquantitativa, com ênfase qualitativa, pelo método indutivo e pelo caráter analítico e exploratório da pesquisa mostrou-se adequada à compreensão das dinâmicas urbanas e territoriais investigadas. A articulação entre revisão bibliográfica e documental, levantamento de dados primários e secundários, observação em campo e aplicação de questionários possibilita uma leitura integrada do planejamento urbano, da mobilidade e da acessibilidade, especialmente no estudo de caso do município de Jardim (MS).

A incorporação do Estado do Conhecimento contribuiu para situar a pesquisa no panorama da produção científica nacional, evidenciando lacunas relevantes que reforçam a pertinência e a originalidade do estudo. Assim, os procedimentos metodológicos delineados constituem a base estruturante para as análises teóricas, empíricas e propositivas desenvolvidas nos capítulos seguintes, sustentando as reflexões finais da tese acerca do ordenamento territorial e do desenvolvimento local no contexto do Corredor Bioceânico.

3 O ORDENAMENTO DAS CIDADES E SEUS MARCOS LEGAIS

O ordenamento das cidades no Brasil envolve a organização e regulamentação do espaço urbano para garantir um desenvolvimento sustentável e acessível. Isso é feito por meio de leis, planos urbanísticos e diretrizes que regulam o uso do solo, a infraestrutura, os direitos urbanos e a implementação de políticas públicas integradas. Ao longo deste capítulo será abordada desde questões históricas ao longo dos séculos, aspectos legais, até os modelos atuais de planejamento urbano. Deste modo visa-se investigar os marcos históricos e legais que estruturam o ordenamento territorial no Brasil, com destaque para os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

3.1 Conceituações gerais

O modo de vida e organização social que se conhece atualmente passou por transformações ao longo de dezenas de milhares de anos, para chegar no modelo que vivemos. Para Benevolo (2001), o primeiro ambiente construído, era apenas uma modificação superficial do ambiente natural. O autor menciona que registros das atividades humanas na era paleolítica demonstravam uma organização em formato circular, uma habitação primitiva, com o uso do fogo e materiais como madeira e pedra.

Segundo o autor, a sociedade neolítica possuía uma transformação maior na natureza, com terrenos cultivados, abrigos preparados para homens e animais domésticos, depósitos de alimentos, utensílios para cultivo, criação, defesa, ornamentação, culto, e apresentavam uma organização espacial, como de uma aldeia.

As ideias de Mumford (2004) sobre o surgimento das cidades, vão ao encontro do que Benevolo (2001) apresenta. Mumford na obra “A Cidade na História” destaca que os primeiros ambientes urbanos não surgem apenas da necessidade prática de abrigo ou defesa, mas principalmente de fatores religiosos, míticos e simbólicos. O autor apresenta o conceito de aldeia, como as primeiras formas de organização social e espacial.

A cidade apresentada por Benevolo (2001, p.23), como “local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia”. Nesse processo de evolução da cidade e modo de vida, o autor aponta o nascimento de uma estrutura social, com dominantes e subalternos, com indústrias e serviços.

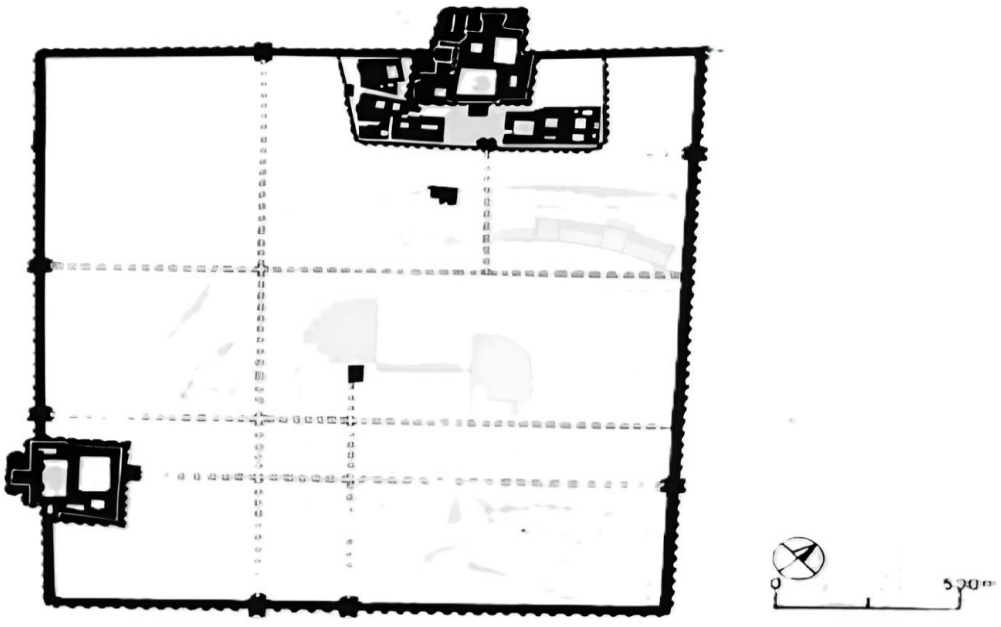
Ambos os autores concordam que as aldeias primitivas, além de serem marcos do surgimento de uma estrutura socioespacial organizada, permitiram o desenvolvimento de

diferentes áreas principalmente a agricultura, com a preocupação na irrigação, e caça, no desenvolvimento de técnicas e materiais, principais fontes de subsistência.

> As cidades sumerianas, no início do II milênio a.C., já são muito grandes – mede cerca de 100 hectares – e abrigam várias dezenas de milhares de habitantes. São circundadas por um muro e um fosso, que as defendem e que, pela primeira vez, excluem o ambiente aberto natural do ambiente fechado da cidade. Também o campo em torno é transformado pelo homem: em lugar do pântano e do deserto, encontramos uma paisagem artificial de campos, pastagens e pomares, percorrida pelos canais de irrigação. Na cidade os templos se distinguem das casas comuns por sua massa maior e mais elevada: compreendem de fato, além do santuário e da torre-observatório (*ziggurat*), laboratórios, armazéns, lojas onde vivem e trabalham diversas categorias de especialistas. (Benevolo, 2001, p. 27)

Benevolo (2001, p.32) menciona que até meados do III milênio, as cidades da Mesopotâmia formavam diversos Estados independentes, que apresentavam conflitos entre si para repartir a planície irrigada pelos rios, uma região completamente colonizada. Como é possível analisar, pela estrutura das cidades e da sociedade atual, naquela época, os conflitos também limitavam o desenvolvimento econômico, quando na época, um chefe de uma cidade assumia uma posição de poder e impõe seu domínio sobre toda região (Figura 4).

Figura 4 – *Khorsabad*, a nova cidade fundada por Sargão II nos arredores de Nínive (721-705 a.C)



Fonte – Benevolo, 2001, p. 32.

A partir desse momento, a cidade passa a sofrer com modificações físicas, com a constituição de áreas residenciais e a consolidação de capitais de um império, concentrando-se ali o poder político e as movimentações comerciais, segundo o autor, com dimensões comparadas às modernas. A Babilônia, capital de Hamurabi, apresentava-se em formato retangular, com traçado regular, ruas retas e de traçado constante

Benevolo (2001, p.40) dedica uma atenção especial em seus estudos teóricos às primeiras formas de urbanização, como demonstrado até aqui, incluindo as cidades do Antigo Egito, realizando uma análise da evolução urbana ao longo da história.

O autor destaca o surgimento das cidades egípcias em um contexto geográfico e cultural, que influenciou sua configuração e desenvolvimento, e no presente estudo proporcionará uma maior compreensão da formação das cidades antigas, permitindo ao longo do mesmo uma análise da evolução até os moldes atuais. Deste modo, apresenta-se o quadro 2.

O autor dedica-se a analisar também a estrutura das cidades do Extremo Oriente, destacando o urbanismo nas cidades chinesas, japonesas e indianas, enfatizando os aspectos culturais, religiosos e políticos dessas regiões.

Nas cidades chinesas, Benevolo (2001) frisa a simetria a partir de um eixo central, representando o poder do imperador, e áreas urbanas organizadas para a elite, templos e setores administrativos. Na China a cidade era organizada de acordo com os princípios filosóficos de equilíbrio e harmonia. A cidade era centro administrativo e cultural, com a presença de grandes edifícios e palácios que simbolizavam o poder e a sabedoria imperial.

O Japão por sua vez acaba por ser fortemente influenciado pelas tradições chinesas, mas com características próprias. Destaca o autor que o Japão desenvolveu um estilo urbano único, que evoluiu especialmente durante o período feudal e o período Edo.

Ainda durante o período feudal, as cidades japonesas eram organizadas de forma hierárquica, com samurais e a nobreza vivendo em castelos e áreas fortificadas, enquanto as classes mais baixas ocupavam as periferias. As grandes cidades, como Edo (atual Tóquio), se tornaram centros de comércio e cultura, com mercados, templos budistas e produção artística, como teatro e literatura. O planejamento urbano no Japão também integrava a natureza, com jardins e espaços abertos, além da presença de templos e santuários que refletiam a importância religiosa e espiritual no urbanismo.

A cidade indiana, na visão de Benevolo (2001), tem um caráter muito particular, devido à grande diversidade religiosa, social e cultural do subcontinente. As cidades indianas foram moldadas por tradições religiosas como o hinduísmo, o budismo e o islamismo, com diferentes tipos de cidades surgindo em diferentes períodos históricos.

Quadro 2 – Estrutura das Cidades Egípcias

Geografia e Planejamento	● Espaços profundamente religiosos, refletindo a importância do culto aos deuses e aos faraós. ● Presença de templos monumentais, pirâmides e outras construções simbólicas, que também funcionavam como centros de poder e de legitimidade. ● Influência da religião no desenho urbano, com construções que atendiam a questões práticas e cumpriam um papel ritualístico e simbólico.
Cidades Centrais e Administração	● A estrutura das cidades estava ligada ao poder centralizado dos faraós. As grandes cidades, como Tebas e Mênfis, tinham um caráter administrativo e religioso marcante, com a presença de templos e palácios. ● A administração das cidades e a organização do espaço urbano estavam subordinadas a uma ordem centralizada, com uma forte relação entre o poder político e as estruturas urbanas.
Aspectos Religiosos e Monumentais	● As cidades eram espaços profundamente religiosos, refletindo a importância do culto aos deuses e aos faraós. Muitas das grandes cidades eram caracterizadas por templos monumentais, pirâmides e outras construções simbólicas, que também funcionavam como centros de poder e de legitimidade. ● A religião influenciava diretamente no desenho urbano, as construções não apenas atendiam a questões práticas, mas também cumpriam um papel ritualístico e simbólico.
Estrutura Simétrica e Hierárquica	● Urbanismo com organização bastante hierárquica e simétrica, refletindo a ordem e o controle centralizado do Estado. ● A cidade era estruturada de maneira a evidenciar o poder real e a presença dos deuses, com áreas específicas para a residência da elite, templos e centros administrativos, contrapondo as áreas mais periféricas que eram ocupadas por trabalhadores e camponeses.
Cidades como Centros de Produção e Comércio	● As cidades eram centros de produção e comércio, e a economia urbana estava profundamente ligada à agricultura e à exploração de recursos naturais. ● O controle do Estado sobre a produção e distribuição de bens era um aspecto fundamental da organização urbana.

Fonte – Benevolo (2001), adaptado pela autora.

Destaca o autor que as cidades indianas, especialmente as hindus, eram organizadas em torno de templos e santuários, que simbolizavam a conexão entre o homem e os deuses, e o planejamento urbano refletia o simbolismo religioso e cósmico. Além de sua função religiosa,

as cidades indianas, como Varanasi, também eram centros de comércio e aprendizado, com mercados e atividades comerciais que envolviam artesãos e trocas culturais.

Deste modo, observam-se algumas características comuns das cidades do Extremo Oriente como: a organização em torno de um centro político e religioso, refletindo uma estrutura social e política hierárquica, com o imperador, o rei ou uma autoridade religiosa. A relação com a natureza também era característica, havia um forte esforço para integrar o espaço urbano com a natureza, e a importância da religiosidade e da cultura, onde a arquitetura refletia os valores espirituais e filosóficos das respectivas culturas.

A abordagem de Benevolo (2001) é profunda, abrangente e extensa, explorando a evolução das cidades ao longo da história, com foco nas transformações sociais, políticas, culturais e urbanísticas. O autor direciona a uma reflexão sobre o fenômeno urbano, explorando o surgimento das cidades, seu desenvolvimento e impacto na vida dos seres humanos.

Ao longo da leitura da obra em questão, o autor destaca a Idade Média, o Renascimento e a Revolução Industrial, onde caracteriza a Idade Média como um período de grande transição no urbanismo.

As cidades medievais eram pequenas e fragmentadas, com ruas estreitas e labirínticas, refletindo a estrutura feudal e a ênfase na defesa, com muralhas e fortificações. A Igreja tinha um papel central, com catedrais e mosteiros dominando o espaço, enquanto as cidades eram divididas em áreas para a nobreza, a população pobre e funções comerciais e religiosas. No final da Idade Média, apesar da fragmentação, houve o crescimento das cidades comerciais e universidades, o que levou ao surgimento de uma nova classe urbana e à maior organização e complexidade das cidades.

O autor menciona ainda que, com o Renascimento, a partir do século XV, houve uma grande revolução no pensamento e nas artes, que influenciaram diretamente o urbanismo. Benevolo (aponta que esse período foi de renascimento da cidade, com uma abordagem para o planejamento urbano e arquitetura.

Durante o Renascimento, as cidades passaram a ser planejadas com base na racionalização e simetria, retornando aos princípios da arquitetura clássica, como simetria, proporção e perspectiva. Arquitetos como Leon Battista Alberti e Michelangelo influenciaram o design urbano, criando praças, ruas largas e edifícios públicos, reorganizando cidades como Florença e Roma. O planejamento urbano também se tornou uma forma de expressão de poder político e cultural, especialmente em cidades-estado como Florença e Veneza, onde a construção de monumentos e a organização do espaço refletiam o prestígio das autoridades locais.

Já com a Revolução Industrial, no século XIX, surgiram mudanças profundas e rápidas para as cidades, transformando radicalmente seu espaço urbano e a vida de seus habitantes, resultando em uma urbanização acelerada e desordenada.

O crescimento descontrolado das cidades industriais gerou condições de vida precárias, com divisões entre centros industriais e áreas residenciais. As cidades se transformaram em grandes centros de produção e comércio, com fábricas e infraestrutura de transporte dominando o espaço urbano. A explosão populacional pressionou a infraestrutura, gerando problemas como superlotação e falta de saneamento. Isso gerou movimentos reformistas e iniciativas de modernização, como bairros planejados e melhorias na infraestrutura urbana, para enfrentar os desafios urbanos.

Considerando esses três últimos períodos, enquanto a Idade Média é caracterizada pela fragmentação e pela centralidade religiosa, o Renascimento trouxe uma visão renovada do espaço urbano com ênfase na simetria e no planejamento racional. Com a chegada da Revolução Industrial, houve a transformação radical das cidades, dando origem a um urbanismo moderno, mas também trazendo à tona questões sociais e problemas urbanos que precisavam ser resolvidos.

Benevolo (2001), observa que o século XX foi marcado por uma explosão no processo de urbanização, com um crescimento rápido das cidades devido à migração em massa do campo para as áreas urbanas. Esse fenômeno foi impulsionado pela industrialização, pela busca por melhores condições de vida e pela expansão dos serviços urbanos. Nesse período o crescimento das cidades se deu tanto na vertical, com a construção de grandes edifícios e arranha-céus, quanto na horizontal, com a expansão das periferias. Esse processo gerou novos problemas urbanos, como a superlotação e a necessidade de um planejamento urbano mais eficiente.

> Segundo um relatório das Nações Unidas, em 1962 metade da população da Ásia, da África e da América Latina não tinha uma casa, ou tinha uma casa insalubre, superpovoada e indigna. Uma parte cada vez maior desta população se transferiu dos campos para as cidades; calcula-se que, enquanto a população da Ásia, da África e da América Latina cresceu 40% nos últimos quinze anos, a população urbana dobrou (de 750 para 1.500 milhões). Mas apenas uma pequena parte foi aceita nas cidades regulares: a grande maioria foi engrossar os estabelecimentos irregulares, que crescem de fato com uma velocidade maior. Por exemplo, na Venezuela, 60% da população vivem nas cidades com mais de 10.000 habitantes, e destes 50% moram nos chamados bairros marginais; os programas mais ambiciosos de intervenção pública se propõem manter inalterada esta proporção, que tende a crescer. Cada nação chama de modo diferente estes bairros irregulares: *ranchos* na Venezuela, *barriadas* no Peru, *favelas* no Brasil, *bidonvilles* nos países de língua francesa, *ishish* no Oriente Médio. (Benevolo, 2001, p. 707)

O autor destaca que as inovações nos transportes, como o automóvel e o transporte público (metrôs, trens e ônibus), transformaram a dinâmica das cidades. A mobilidade se tornou uma característica fundamental, permitindo a expansão das áreas urbanas e mudando a forma como as pessoas viviam e se relacionavam com a cidade. A popularização do automóvel levou ao crescimento dos subúrbios, criando novas áreas residenciais afastadas dos centros urbanos, mas conectadas por vias de transporte rápido. Isso alterou a estrutura tradicional das cidades, com a separação entre áreas residenciais, comerciais e industriais se tornando mais pronunciada.

Benevolo (2001) afirma que a tendência das cidades do século XX é de se fragmentarem em diferentes zonas de uso funcional, um reflexo do pensamento moderno em urbanismo. Isso se evidencia nas grandes cidades industriais e nas cidades planejadas de forma racional. O urbanismo moderno, influenciado por movimentos como o funcionalismo e as ideias de arquitetos como Le Corbusier, propôs a separação clara entre zonas residenciais, comerciais e industriais. Esse modelo de zonificação, no entanto, trouxe desafios, como a desconexão entre os diferentes espaços urbanos e a dificuldade de integração das comunidades.

O impacto do movimento moderno de arquitetura e urbanismo, influenciou o planejamento das cidades no século XX, onde o funcionalismo, com seu foco na eficiência e na utilidade dos espaços, levou à criação de novas formas arquitetônicas e urbanísticas, como blocos de apartamentos e grandes conjuntos habitacionais. O urbanismo moderno buscava otimizar o uso do espaço e atender às necessidades práticas das cidades industriais, com a criação de áreas amplas para habitação e infraestrutura. Porém, Benevolo (2001) aponta que essas novas cidades, muitas vezes, careciam de qualidade de vida, como acessibilidade a espaços públicos e convivência social.

O século XX foi marcado pelo avanço das tecnologias, especialmente na produção industrial e nos sistemas de comunicação e transporte. A automação e a eletrificação das cidades trouxeram novos desafios e oportunidades para o urbanismo. O autor observa que a automação e a eletrificação, além de facilitar a expansão das cidades, também geraram a necessidade de repensar a organização do espaço urbano. A criação de infraestrutura tecnológica, como redes elétricas, sistemas de comunicação e transporte público, tornou-se uma prioridade para os urbanistas.

Neste contexto, o autor aborda os desafios enfrentados pelas cidades no século XX, como a degradação urbana, a poluição, a desigualdade social e a falta de planejamento adequado para acomodar o crescimento acelerado. A rápida urbanização e a criação de grandes áreas periféricas exacerbam as desigualdades sociais, com algumas áreas sendo negligenciadas e outras se tornando focos de gentrificação. As disparidades econômicas e sociais se refletem

fortemente no espaço urbano, gerando tensões nas cidades contemporâneas, que podem ser claramente observadas até os tempos atuais.

Embora a abordagem do autor se limite até o século XX, o mesmo antecipa algumas questões que se estenderam para o século XXI, como o papel crescente das tecnologias digitais e a importância da sustentabilidade no planejamento urbano. Ele destaca que a cidade do futuro exigirá novas formas de organização, com maior atenção ao meio ambiente e à qualidade de vida. A síntese do surgimento das cidades pode ser observada no quadro 3.

Quadro 3 - Síntese cronológica das transformações urbanas e territoriais

Etapa Histórica	Característica do Ordenamento Territorial	Relação com Mobilidade e Espaço
A Origem (Mesopotâmia e Egito)	O surgimento do excedente agrícola permite a cidade. Controle centralizado (Palácio/Templo).	Cidades compactas. Mobilidade restrita ao pedestre e transporte fluvial de grandes cargas.
Cidade Grega (Pólis)	Equilíbrio entre o ambiente construído e a paisagem. Introdução do plano ortogonal (Hipodâmico) como ordem democrática.	Valorização do espaço público (Ágora) como nó central de fluxos e encontros.
Cidade Romana	Planejamento como instrumento de colonização e poder imperial. Cidades padronizadas (Cardo e Decumanus).	Infraestrutura técnica sem precedentes: estradas, aquedutos e pontes para integrar o império.
Cidade Medieval	Rearticulação em torno de novos centros (Catedral/Castelo). Ocupação densa e orgânica dentro de muralhas.	Circulação limitada. O ordenamento é ditado pela defesa e pelo mercado local.
Renascimento	A cidade como "obra de arte". Busca pela perspectiva e simetria. Intervenções em grandes eixos viários.	Surgimento dos primeiros eixos de visibilidade e circulação planejada para carruagens e pedestres.
Cidade Industrial	A Grande Ruptura. Explosão demográfica e degradação ambiental. Ocupação desordenada em torno das fábricas.	Conflito entre o transporte ferroviário pesado e o traçado antigo das cidades.
A Cidade Moderna (Pós século XIX)	A "Pós-Cidade". Segregação funcional (Zonamento) e expansão periférica.	O automóvel passa a ditar o ordenamento territorial, gerando o espraiamento urbano.

Fonte: Benevolo (2001)

3.2 Compreensão das questões teóricas

É inegável as transformações socioespaciais que as cidades passaram ao longo dos séculos, como abordado no tópico anterior. Para melhor compreensão das questões teóricas e uma abordagem do viés jurídico sobre o urbanismo, retoma-se alguns pontos que permearam o campo do desenvolvimento urbano.

Para Lamas (2004) a morfologia urbana é um campo de estudo que envolve uma abordagem interdisciplinar, unindo aspectos de arquitetura, urbanismo, história e outras áreas do conhecimento. O autor afirma que a análise da forma da cidade deve ser entendida não apenas como um estudo da disposição física dos elementos urbanos, mas também como um reflexo das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que definem a cidade.

O autor no início dos seus estudos sobre a forma urbana menciona os *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (*CIAM), ou Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, que foram uma série de congressos, que reuniram arquitetos, urbanistas e teóricos de diversas partes do mundo com o objetivo de promover e discutir os princípios da Arquitetura Moderna. O movimento tinha como premissa o uso da razão e da funcionalidade no planejamento e no desenho das cidades, além de adotar um estilo arquitetônico baseado na simplicidade, na geometria e na inovação tecnológica.

O CIAM surgiu como uma resposta às condições de urbanização e industrialização do início do século XX, além das influências das duas grandes guerras mundiais. A busca por uma arquitetura que atendesse às necessidades do homem moderno e oferecesse soluções para os problemas urbanos e sociais, foi um dos principais focos dos congressos.

> A formação dos CIAM partiu da iniciativa de Hélène de Mandrot (1867-1948), com o auxílio de Le Corbusier e Siegfried Giedion (1888-1968). O congresso foi realizado durante dez anos, de 1928 a 1956, tratando diversos elementos relacionados ao habitar. (Tavares, 2017, p. 3293-3294).

O movimento foi fortemente influenciado por grandes nomes da arquitetura moderna, como Le Corbusier, Walter Gropius, Ludwig Mies van der Rohe, Pierre Jeanneret, Josef Frank e outros. Esses arquitetos desempenharam papéis fundamentais nos congressos e ajudaram a definir as direções da arquitetura e do urbanismo no século XX.

Ressalta Tavares (2017) que, um dos resultados mais relevantes dos CIAM, é a Carta de Atenas, concebida no IV congresso, em 1933. Tal documento foi um marco na história do urbanismo moderno, e propôs princípios fundamentais para a organização das cidades, baseando-se em uma análise das cidades europeias. Seu conteúdo é focado na modernização das cidades através de um planejamento funcional e racional.

> A Carta de Atenas representa o conteúdo do Urbanismo Racionalista, também chamado de Urbanismo Funcionalista. O documento apresenta as contribuições de mais de um século da arquitetura, incluindo as propostas do socialismo utópico e da Bauhaus. O Plano Piloto de Lucio Costa (1902-1998) e a Chandigarh (Punjabe e Haryana) de Le Corbusier representam esse urbanismo racionalista adquirido ao longo dos CIAM. (Tavares, 2017, p. 3294).

Os principais tópicos abordados pela Carta de Atenas (1933), estão relacionados a: separação de funções - a cidade deveria ser dividida em áreas específicas para morar, trabalhar, lazer e circulação. Aborda também sobre a importância dos espaços verdes na garantia da saúde e do bem-estar da população. Apresenta também em seu texto a abordagem da acessibilidade e circulação, com a ideia de priorizar os transportes rápidos, com ruas largas e vias expressas. Assim como, já direciona para uma visão sustentável na produção dos espaços construídos, com o uso de novas técnicas e materiais para construir habitações e edifícios com padrões modernos e funcionais.

Além da Carta de Atenas, os CIAM produziram uma série de relatórios, estudos e discussões que abordaram o urbanismo sob diferentes perspectivas. Cada congresso tinha como tema central diferentes aspectos da arquitetura e do urbanismo, e muitos desses documentos serviram para orientar a prática urbanística durante o período. Antes mesmo da Carta de Atenas (1933), documentos produzidos no CIAM II (1929), já abordavam sobre o desenvolvimento da cidade.

Assim como, em 1947, no CIAM VI, realizado após a Segunda Guerra Mundial, abordou a reconstrução das cidades destruídas e a criação de cidades mais funcionais e modernas. Os documentos desse evento exploram a ideia de um urbanismo em que a cidade fosse entendida de maneira funcional e organizada para atender às novas necessidades sociais, econômicas e culturais.

Os CIAM, ao longo de seus congressos e publicações, foram profundamente influenciados pelas ideias do movimento moderno no campo do urbanismo. Buscavam adaptar os princípios da arquitetura funcionalista e racional ao planejamento urbano, o que ficou evidente em diversas propostas e documentos associados ao movimento. Além da Carta de Atenas (1933), outras ideias de planejamento urbano foram propostas, como a zonificação e a incorporação de novos materiais e tecnologias.

Esses documentos e discussões ajudaram a consolidar os alicerces do planejamento urbano moderno, promovendo uma nova maneira de organizar as cidades, com ênfase na eficiência e no bem-estar das pessoas.

Observa-se que o urbanismo esteve sempre presente nos CIAM e seus principais documentos, como a Carta de Atenas (1933), e permanecem referências importantes no estudo do urbanismo moderno.

Nesse contexto, observa-se um processo de amadurecimento das concepções do urbanismo moderno, que culmina na elaboração da Carta de Machu Picchu (1977), documento que revisa e amplia os princípios anteriormente formulados pela Carta de Atenas. Produzida durante o Encontro Internacional de Arquitetos realizado em Cusco, no Peru, a Carta de Machu Picchu reconhece as limitações do urbanismo funcionalista ao afirmar que a cidade não pode ser compreendida apenas pela separação rígida de funções. Ao contrário, passa a ser entendida como um organismo complexo, resultante de processos históricos, culturais e sociais. Conforme destacado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1977), o documento propõe uma abordagem integrada do planejamento urbano, articulando o crescimento das cidades à preservação do patrimônio cultural, à qualidade ambiental e à participação social.

A Carta de Machu Picchu amplia a compreensão da cidade ao incorporar aspectos como a dimensão simbólica, a memória coletiva e a identidade dos lugares. Nesse sentido, defende a proteção não apenas de edificações isoladas, mas também das paisagens culturais e dos modos de vida vinculados aos territórios urbanos. O documento destaca a importância de conciliar o desenvolvimento urbano com a conservação do patrimônio, reconhecendo que centros históricos e áreas arqueológicas devem integrar a dinâmica contemporânea das cidades, e não serem tratados como espaços isolados ou restritos à função monumental, conforme apontado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1977).

Outro ponto central da Carta de Machu Picchu refere-se à valorização da participação das comunidades locais nos processos de planejamento urbano e de preservação do patrimônio. O documento antecipa debates que, posteriormente, seriam consolidados em agendas internacionais voltadas às cidades sustentáveis e ao direito à cidade. Ao reforçar a dimensão humana do urbanismo, a Carta aproxima-se de concepções contemporâneas de desenvolvimento urbano sustentável, ao defender que as políticas urbanas devem priorizar a qualidade de vida, a equidade social e o respeito às especificidades culturais e ambientais de cada território, conforme destacado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1977).

Dessa forma, a Carta de Machu Picchu constitui um marco de transição no pensamento urbanístico internacional, ao questionar os limites do urbanismo moderno e contribuir para a consolidação de abordagens mais integradas e sensíveis ao patrimônio, à diversidade

sociocultural e às dinâmicas territoriais. Sua incorporação ao debate teórico amplia a compreensão do urbanismo para além da racionalidade estritamente técnica, ao reforçar a importância de instrumentos de planejamento capazes de articular desenvolvimento urbano, preservação e inclusão social. Tais princípios dialogam diretamente com os desafios contemporâneos do ordenamento territorial e do desenvolvimento local sustentável.

Aprofundando à teoria da cidade, no seu contexto urbano, Lefebvre (2015) apresenta crítica profunda à industrialização e à urbanização do século XX, destacando como essas transformações afetaram a vida urbana e a sociedade. Para o autor, a industrialização e a urbanização estão intimamente ligadas e resultam em uma reorganização do espaço urbano que privilegia o capital e as classes dominantes em detrimento das necessidades e do direito das pessoas de viver plenamente a cidade.

> Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asitático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade. (Lefebvre, 2015, p.11).

O autor entende a urbanização como um fenômeno que foi, em grande parte, impulsionado pela industrialização. Ele afirma que, à medida que as cidades se expandiram para acomodar as fábricas, a vida urbana foi moldada por um processo de homogeneização. As cidades passaram a ser projetadas e organizadas para atender aos interesses do capital, tornando-se lugares mais controlados e padronizados, onde a diversidade e as formas de vida locais foram cada vez mais limitadas.

Assim como, segundo o autor, a industrialização transformou o espaço urbano em uma mercadoria. No processo de urbanização, o espaço deixou de ser um bem coletivo, acessível a todos, para se tornar um recurso explorado economicamente pelas elites. A mercantilização do espaço levou ao aumento dos custos da habitação, da segregação social e da exclusão de partes da população das áreas centrais das cidades. “As pessoas se deslocam para as periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos.” (Lefebvre, 2015, p.18).

Em seu estudo, o autor propõe o conceito de "direito à cidade" como uma forma de resistência a esse processo. Para ele, a industrialização e a urbanização não devem ser vistas apenas como fenômenos naturais ou inevitáveis, mas como processos históricos e sociais que podem ser questionados e transformados. O direito à cidade, portanto, envolve o direito de

usufruir, modificar e transformar a cidade de acordo com as necessidades e os desejos das pessoas, e não apenas para servir aos interesses econômicos das elites.

> As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade de perspectiva a longo prazo. (Lefebvre, 2015, p.105).

Deste modo, o autor expõe a ideia de que as necessidades sociais humanas têm uma base profunda e antropológica, ou seja, são parte da natureza humana e da maneira como os indivíduos se relacionam com a sociedade e com o espaço que ocupam. Essas necessidades não são simples ou unidimensionais, mas complexas, contraditórias e complementares, refletindo diferentes aspectos da vida humana.

Para Lefebvre, essas necessidades sociais não são contraditórias de forma destrutiva, mas refletem a complexidade da vida humana. Elas são parte da dialética social, onde a satisfação de uma necessidade pode ser simultaneamente a negação ou a condição de outra. A sociedade moderna, com seu foco na produtividade e racionalização, muitas vezes negligencia ou relega essas necessidades ao segundo plano. O autor sugere que a cidade e o espaço social devem ser projetados para atender a essas necessidades diversas e complexas, e não apenas às exigências da eficiência econômica ou do controle social.

Assim, ele propõe uma visão integrada do ser humano, que é ao mesmo tempo social, emocional, racional e individual, com múltiplas necessidades que devem ser reconhecidas e atendidas em um equilíbrio dinâmico. O direito à cidade, para Lefebvre, envolve criar espaços que possibilitem a satisfação dessas múltiplas necessidades, promovendo a liberdade, a interação e o bem-estar coletivo.

3.3 O Ordenamento Jurídico

Como já explorado neste estudo, no fim do século XIX, o Brasil começava a passar por transformações urbanas, com a expansão das cidades devido à indústria, ao comércio e ao crescimento da população urbana.

A Constituição Política do Império do Brasil de 1824, outorgada por Dom Pedro I em 25 de março de 1824, foi a primeira do Brasil, e não aborda diretamente o ordenamento territorial, mas estabelecia princípios que influenciaram a organização e o funcionamento do país.

Embora a Constituição de 1824 não tenha tratado diretamente do ordenamento territorial na forma mais contemporânea, como a regulamentação do uso do solo, planejamento urbano ou zoneamento, ela abordou aspectos relacionados à propriedade da terra, à distribuição de terras públicas e à organização política do território.

Para Leonelli (2010), a primeira lei brasileira que modifica a estrutura das cidades é a Lei das Terras (1850), que regulamenta a forma de aquisição da propriedade, que introduziu a prática de parcelamento do solo no Brasil.

A Lei de Terras de 1850, oficialmente chamada Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, foi uma legislação fundamental para a história do Brasil, pois regulamentou o uso e a distribuição das terras no território nacional. Ela estabeleceu as normas para a propriedade da terra e a regularização fundiária, com profundas implicações sociais, econômicas e políticas.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891, que instituiu a República dos Estados Unidos do Brasil, traz disposições que refletem a organização territorial do país, embora de forma mais geral e com foco nas divisões políticas.

A Constituição de 1891 estabeleceu o Brasil como uma República Federativa, inspirado no modelo dos Estados Unidos da América. Assim, o país passou a ser composto por estados autônomos, com a união centralizando algumas competências, mas permitindo que os estados tivessem considerável autonomia. Isso reflete a ideia de um país dividido em unidades federativas.

A partir de então, o Brasil foi dividido em estados e o Distrito Federal, no caso, Rio de Janeiro, onde estava a sede do governo federal, na época. Esses estados eram unidades autônomas com seus próprios governos e constituições, mas subordinados à Constituição federal. A Constituição não traz uma divisão territorial detalhada, mas reconhecia a existência de Estados e a necessidade de um arranjo que permitisse sua autonomia, com o objetivo de garantir que as decisões e as leis fossem executadas também nos estados, além daquelas que eram prerrogativas do governo federal.

A Constituição de 1891 também mencionava a possibilidade de a União criar territórios federais. Esses territórios seriam áreas sob a administração direta do governo federal, sem a autonomia dos estados, caso fossem desmembrados ou não incluídos em nenhuma unidade estadual específica. Apresenta também em seu texto constitucional, a divisão do país entre a União, os estados e o Distrito Federal visando a descentralização política e administrativa, mas sem renunciar à soberania nacional, com a centralização de algumas questões, como a defesa e a moeda.

Apesar da Constituição de 1891 não detalhar o ordenamento territorial da forma como entendemos hoje, ela estabeleceu a base para a estrutura federativa do Brasil, com ênfase na autonomia dos estados e na criação de territórios federais.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 também aborda questões relacionadas ao ordenamento territorial do Brasil, manteve a estrutura federativa do Brasil, com Estados e Territórios como unidades políticas autônomas, mas trouxe algumas modificações em termos de representação política e organização do poder. No entanto, a divisão territorial do Brasil, no sentido de formação dos estados e sua organização, não sofreu grandes mudanças nesta Constituição, mas o modelo de governança e as formas de intervenção federal foram mais detalhados.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro 1937, também conhecida como Constituição do Estado Novo, abordou o ordenamento territorial brasileiro, mas com um enfoque que refletia o modelo autoritário implementado por Getúlio Vargas após o golpe de 1937.

A Constituição de 1937, ao adotar um modelo centralizador e autoritário, modificou profundamente o ordenamento territorial brasileiro, ainda não como o modelo contemporâneo, restringindo a autonomia dos estados e municípios. A federação foi praticamente extinta, e o Brasil passou a ser mais centralizado, com grande poder concentrado na figura do presidente da República. A possibilidade de intervenção federal se ampliou, refletindo o controle direto do governo central sobre as unidades federativas, com um sistema de territórios federais mais rígido e com o controle maior da União sobre as regiões do país.

Seguindo uma linha cronológica, surge em 1937, o Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro daquele ano, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. Foi um marco importante para a regulamentação do mercado imobiliário no Brasil, especialmente no que diz respeito ao loteamento e à venda de terrenos a prazo. O Decreto em questão buscou organizar a expansão urbana e estabelecer garantias tanto para os vendedores quanto para os compradores de terrenos, criando uma estrutura legal mais clara e segura para a prática do loteamento de áreas urbanas.

Em análise ao Decreto-Lei nº 58, ele trata sobre a venda de terrenos a prazo, possibilitando ao comprador pagar os lotes em prestações, facilitando o acesso à terra. O decreto previa também a proteção dos compradores garantindo a transparência nas vendas, por meio de contratos, e a venda de terrenos viáveis para a construção, possuindo infraestrutura mínima necessária. (Brasil, 1937).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, foi uma transição importante em relação ao período autoritário do Estado Novo (1937-1945), pois restabeleceu o modelo federativo e buscou garantir maior autonomia aos estados e municípios, após o período de centralização do governo Vargas.

A Constituição de 1946 restabeleceu a federação, com uma clara ênfase na autonomia dos estados e a manutenção de um governo central, mas respeitando as divisões administrativas já estabelecidas anteriormente. A centralização do período do Estado Novo foi superada, e a Constituição devolveu aos estados e municípios suas competências constitucionais, embora com a possibilidade de intervenção federal em situações específicas.

Essa constituição representou um retorno ao modelo federativo, mas com uma nova configuração que buscava equilibrar as forças entre a União e as unidades federativas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 manteve o Brasil como uma República Federativa, com a divisão do território entre estados, territórios federais e o Distrito Federal, mas com um forte centralismo que caracterizava o regime militar. Embora os estados mantivessem uma certa autonomia, essa autonomia era limitada pela possibilidade de intervenção federal e pelo contexto autoritário da época, que permitia ao governo central exercer maior controle sobre os entes federativos. A estrutura territorial continuava semelhante às constituições anteriores, mas com um aumento no controle da União, especialmente em situações que envolviam a segurança nacional e o regime político imposto pelos militares.

A Emenda Constitucional de 1969, é abordada neste texto como marco temporal, e registro do contexto histórico da legislação da época, pois foi um marco de maior autoritarismo e centralização de poder no Brasil durante o regime militar. Ela deu ao presidente da República poderes excepcionais e ampliou a repressão política, alterando profundamente o sistema de governo e restringindo liberdades civis. A emenda foi um reflexo de um período marcado pela ditadura militar, quando o controle do Estado foi intensificado e o país viveu um regime de exceção, com censura, repressão e a supressão de direitos fundamentais.

Neste contexto histórico, parte-se da consolidação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que aborda amplamente o ordenamento territorial brasileiro, estabelecendo a estrutura federativa do país, com a definição clara das unidades da federação e suas competências. A Constituição de 1988 consolidou o modelo federativo, dando autonomia aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, e promovendo uma divisão do poder e do território entre os diferentes níveis de governo. (BRASIL, 1988).

Segundo Rolnik (2002, p.21) “um movimento multissetorial e de abrangência nacional lutou para inserir no texto constitucional instrumentos que levassem à instauração da função

social da cidade e da propriedade no processo de construção das cidades". A autora ressalta que, como consequência das lutas por um marco regulatório nacional para a política urbana, que começaram na década de 1960 no Brasil, surgiu o Projeto de Lei nº 775/83. Assim, pela primeira vez, foi incorporado à Constituição Federal de 1988 um capítulo específico para a política urbana nacional, o qual estabelece instrumentos para garantir, no nível municipal, o direito à cidade, a defesa da função social da cidade e da propriedade, bem como a democratização da gestão urbana, conforme os Artigos 182 e 183. No quadro 4 é possível observar o resumo da evolução do ordenamento jurídico e territorial no Brasil.

Quadro 4 - Evolução dos marcos regulatórios da propriedade e da política urbana no Brasil

ANO DE EXECUÇÃO	CONTEXTO
Constituição de 1824	**Império:** O direito de propriedade era absoluto e ilimitado (baseado no Direito Romano). Não havia preocupação com o planejamento urbano, apenas com a garantia da posse e do domínio da elite agrária.
Lei das Terras de 1850	**Marco Fundiário:** Proibiu a aquisição de terras por posse ou doação (sesmarias), permitindo apenas a compra. Criou a distinção entre terra pública (devoluta) e privada, consolidando a exclusão territorial de imigrantes e ex-escravizados.
Constituição de 1891	**Primeira República:** Manteve o caráter absoluto da propriedade. Consolidou o Federalismo, dando aos estados e municípios o poder de legislar sobre suas terras, o que gerou um crescimento urbano sem diretrizes nacionais.
Constituição de 1934	**Era Vargas:** Pela primeira vez, o direito de propriedade é limitado pelo **interesse social**. O Estado passa a ter o poder de intervir na economia e no território para fins de industrialização e utilidade pública.
Decreto de Lei nº 58 (1934)	**Loteamentos:** Regulamentou a venda de terrenos em prestações e o loteamento de terras. Foi a primeira tentativa de organizar a expansão das cidades e proteger o comprador de lotes.
Constituição de 1946	**Redemocratização:** Reforçou a cláusula de que o uso da propriedade deve ser condicionado ao bem-estar social. Abriu caminho para as primeiras discussões sobre reforma agrária e planejamento urbano regional.
Constituição de 1967	**Regime Militar:** Foco na Segurança Nacional e no desenvolvimento econômico acelerado. O ordenamento territorial visava a integração do país através de grandes eixos rodoviários (precedente histórico para corredores logísticos).
Emenda de 1969	**Centralização:** Aprofundou o poder da União sobre o território. Criou as primeiras Regiões Metropolitanas, focando na infraestrutura pesada e no controle estatal sobre o planejamento das cidades.
Constituição de 1988	**Função Social da Cidade:** É o marco atual. Estabelece que a propriedade só é garantida se cumprir sua função social. Torna o Plano Diretor a ferramenta obrigatória para ordenar o crescimento das cidades e garantir a acessibilidade
Projeto de Lei nº5.778 de 1990	**Transição Normativa:** O projeto que viria a ser o Estatuto da Cidade. Representa a tentativa de materializar os instrumentos de planejamento urbano e gestão democrática das cidades**.**

Fonte: Elaboração própria com base em dados obtidos da pesquisa.

A partir desse texto constitucional, surgiu a necessidade de uma legislação específica com abrangência nacional, que, segundo Rolnik (2002), deu início a mais de uma década de trabalho em torno de um projeto de lei complementar ao capítulo sobre política urbana da Constituição, resultando no Projeto de Lei nº 5.788/90, conhecido como o Estatuto da Cidade. A autora destaca que o conteúdo regulatório do Estatuto da Cidade é complexo, impactando as três esferas administrativas: federal, estadual e municipal.

> As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do normatizar – as formas de uso ocupação do solo urbano; a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal; e também uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino das cidades. (Rolnik, 2002, p. 37).

Nesse sentido, o Instituto Cidades Sustentáveis, por meio do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), é uma iniciativa de sustentabilidade urbana que integra as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento das cidades. Desde 2012, o programa tem se dedicado a sensibilizar e mobilizar os governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, visando o enfrentamento da desigualdade social e a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Segundo aponta o Instituto Cidades Sustentáveis (s.d), os principais instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade estão elencados no quadro 5.

Ressalta Rolnik (2002), que desde a Constituição Federal de 1988, é uma obrigação dos municípios brasileiros desenvolverem o Plano Diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes. O Estatuto da Cidade reforça as diretrizes estabelecidas pela Constituição, destacando que, além de atender à exigência populacional, o Plano Diretor deve ser elaborado também para municípios localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, áreas de interesse turístico ou em locais impactados por grandes empreendimentos com efeito ambiental significativo.

> Os planos urbanísticos são aprovados por lei. É uma exigência do princípio da legalidade no sistema brasileiro, que não admite que se crie obrigação e se imponha constrangimento senão em virtude de lei (CF, art. 5o, Et; Estatuto da Cidade, art. 40). Quanto ao plano diretor, é a própria Constituição Federal que exige sua aprovação pela Câmara Municipal, e as leis orgânicas dos Municípios, em geral, estatuem que ele deve ser aprovado pelo voto qualificado de dois terços dos membros daquela — o que lhe atribui certa rigidez. Assim, os elementos do plano ficam fazendo parte integrante dessa lei, transformando-se, pois, em normas jurídicas. (Silva, 2010, p. 141).

Nesse sentido, Silva (2010, p. 138) aponta que o Plano Diretor, como instrumento de atuação da função urbanística dos municípios, é um plano geral e abrangente que tem como

função sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território municipal, com o objetivo de promover o bem-estar da comunidade local.

Quadro 5 – Instrumentos da política urbana brasileira

INSTRUMENTO	OBJETIVO E DESCRIÇÃO
Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC)	Combate a aglomeração de terrenos ociosos ou subutilizados no espaço urbano, que favorecem a especulação imobiliária. O Estatuto da Cidade exige a criação de lei municipal para definir os critérios para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios em áreas do Plano Diretor Municipal.
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo	Aumento gradual do IPTU para imóveis ou terrenos que não cumprem sua função social, após o descumprimento de notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios. A alíquota aumenta durante cinco anos, podendo chegar a 15% do valor venal do imóvel.
Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública	Aplica-se quando o IPTU progressivo não tem efetividade após cinco anos. A desapropriação é feita com pagamento em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, para destinar os imóveis a cumprir a função social conforme o Plano Diretor.
Usucapião especial de imóvel urbano	Transferência de posse para quem comprovar o uso de área ou edificação urbana para moradia por cinco anos sem oposição. Em caso de terrenos não identificáveis, aplica-se usucapião coletivo, permitindo regularização fundiária em favelas e outras ocupações.
Direito de superfície	Permite que o proprietário de um terreno urbano conceda a outro o direito de usar o solo, subsolo ou espaço aéreo por tempo determinado ou indeterminado, conforme o Plano Diretor, estimulando a utilização de áreas subutilizadas.
Direito de preempção	Garante ao Executivo municipal preferência na compra de imóveis urbanos em áreas prioritárias definidas no Plano Diretor. O valor de mercado deve ser respeitado, e a compra deve ocorrer antes da comercialização privada do imóvel.
Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)	Estabelece uma relação entre a área do terreno e a área edificável, permitindo edificação apenas mediante contrapartida financeira proporcional ao custo do terreno. Define critérios específicos e permite o controle das densidades urbanas.
Transferência do Direito de Construir (TDC)	Autoriza o proprietário a transferir o direito de construir para outro local, em casos como implantação de equipamentos urbanos, preservação de imóveis de interesse histórico ou cultural, e regularização fundiária de áreas de baixa renda.

Fonte – Instituto Cidades Sustentáveis (s.d), adaptado pela autora.

O autor destaca que seus objetivos são tanto gerais quanto específicos. Os objetivos gerais incluem a promoção da ordenação dos espaços habitáveis do município. De forma mais ampla, pode-se afirmar que o objetivo principal do plano é proporcionar uma estratégia de transformação voltada para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. (Silva, 2010).

Já os objetivos específicos, o autor afirma que variam conforme a realidade a ser transformada. Eles se traduzem em metas concretas de cada projeto que integra o plano, como reurbanização de bairros, alargamento de vias públicas, construção de vias expressas, intensificação da industrialização de áreas específicas, construção de moradias populares, implantação de redes de esgoto, saneamento de determinadas áreas, retificação de rios e urbanização de suas margens, além de ações de zoneamento, arruamento, loteamento, entre outros. (Silva, 2010).

Quanto ao ordenamento do solo municipal, Silva (2010, p. 138) destaca que ele é, sem dúvida, o aspecto central do plano diretor, pois é nesse instrumento que se expressa a principal competência dos municípios dentro do sistema constitucional brasileiro. Nesse contexto que se exerce a função urbanística fundamental dos municípios. O planejamento territorial, que se traduz no planejamento urbanístico municipal, tem como objetivo transformar a organização do solo, visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

Na visão de Silva (2010) o conteúdo do plano diretor é determinado pela realidade a ser transformada e pelos objetivos específicos a serem alcançados. Ele não é um documento rígido, mas sim um instrumento dinâmico que se desenvolve junto ao crescimento da cidade. O plano deve incluir um órgão responsável pela sua elaboração, além de um documento-base que contempla tanto aspectos gráficos (plantas) quanto legais (leis e regulamentos). Ele também precisa prever mudanças institucionais, organizacionais e jurídicas necessárias à sua implementação, além de estabelecer as normas e leis que garantirão a execução dos projetos. Esses projetos podem envolver renovação urbana, construção de infraestruturas e serviços essenciais, como redes viárias e de saneamento, e o desenvolvimento de áreas industriais e residenciais.

Deste modo, o autor afirma que, o aspecto social do plano diretor é fundamental para melhorar a qualidade de vida da população, promovendo acesso a serviços de saúde, educação, lazer e bem-estar social. A ordenação do solo deve considerar a criação de espaços livres e a redução das distâncias entre moradia e trabalho, a fim de proporcionar mais tempo para atividades de lazer. No entanto, em contextos de desigualdade social, o conceito de "tempo livre" pode ser desafiador, já que muitos trabalhadores enfrentam jornadas exaustivas e baixos salários.

Para Silva (2010) o aspecto administrativo do plano diretor é igualmente importante. Ele deve prever a continuidade do processo de planejamento, incluindo a execução e revisão contínuas do plano. O plano também precisa resolver questões relacionadas à localização de equipamentos públicos e ao uso privado do solo, estabelecendo diretrizes jurídicas sobre parcelamento, edificação e alteração de uso. Entre as disposições essenciais, o plano deve abordar sistemas gerais, como vias, zoneamento e espaços verdes, além de projetos econômicos que atendam à demanda por solo urbano em constante crescimento.

Silva (2010) apresenta uma abordagem detalhada sobre as etapas de formulação do plano diretor, e descreve que, em seu aspecto técnico, é um documento que apresenta a situação atual e as projeções futuras, incluindo relatórios, mapas e quadros. Ele deve ser elaborado por uma equipe multidisciplinar e, embora envolva aspectos técnicos, também é um procedimento jurídico devido às exigências legais. Sua elaboração é de competência do Executivo Municipal, por meio dos órgãos de planejamento da Prefeitura, e é uma etapa do processo contínuo de planejamento urbano.

O autor afirma ainda que, a elaboração do plano diretor envolve etapas como estudos preliminares, diagnóstico da situação existente, definição de diretrizes e instrumentos de atuação. O diagnóstico deve identificar os problemas e as necessidades da cidade, além de propor soluções para atender às demandas. Para tanto, deve-se utilizar uma combinação de métodos, incluindo análise histórica, mapeamento cadastral e observação direta das estruturas urbanas.

Por fim, Silva (2010) menciona que o plano de diretrizes define os rumos e metas a serem seguidos para resolver os problemas identificados, e a instrumentação do plano detalha os meios para atingir esses objetivos. Durante a elaboração, o Estatuto da Cidade exige que sejam promovidas audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas, garantindo acesso às informações produzidas.

Como última etapa do plano diretor, o projeto de lei do plano diretor, elaborado sob a orientação do Prefeito, deve ser submetido à Câmara Municipal para aprovação. A elaboração segue as regras do processo legislativo estabelecido na lei orgânica dos municípios, mas deve garantir a participação da população e das associações representativas, conforme o Estatuto da Cidade. (Silva, 2010, p.144).

O autor aponta que após o envio do projeto para a Câmara, com todos os documentos do plano, ele será encaminhado para as comissões competentes para estudo e parecer. Emendas podem ser feitas ao projeto, mas sua rejeição total deve ser evitada, a menos que os estudos técnicos indiquem sua inviabilidade. O legislador tem a missão de aprimorar o plano antes de

rejeitá-lo, já que ele é essencial para o crescimento ordenado da comunidade, no entanto, emendas que desfiguram ou tornem o plano inviável, ou que atendam apenas a interesses individuais, devem ser evitadas.

Desse modo o autor ainda descreve a importância da execução do plano diretor, por meio da aplicação efetiva da lei, atribuindo ao poder público e aos particulares a suas respectivas responsabilidades, conforme estabelecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988.

3.4 O Ordenamento Territorial Sob Uma Nova Ótica

O ordenamento territorial, sob uma nova ótica, pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, incluindo a governança, a sociobiodiversidade, e a sua relação com o desenvolvimento local.

Santos (1993), critica em seus estudos a forma como o Brasil se urbanizou, revelando as contradições e as desigualdades que permeiam esse processo, ao mesmo tempo que propõe uma reflexão sobre as possibilidades de mudança e melhoria no futuro.

O autor destaca que a urbanização brasileira ocorreu de modo heterogêneo, fragmentado e superficial, onde o papel da elite nesse processo, não buscava uma urbanização democrática ou voltada para a melhoria das condições de vida da população. O autor cita ainda a influência profunda do modelo capitalista, marginalizando grupos, consequentemente, influenciando a fragmentação das cidades, interferindo na qualidade de vida da população e aumentando as desigualdades sociais.

As reflexões de Santos (1993) focam na necessidade de uma urbanização mais justa e democrática, que leve em consideração as reais necessidades da população e busque superar as desigualdades espaciais e sociais.

Dentro do contexto das incertezas da cidade, conforme apresentado por Santos (1993), os estudos de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010), apontam questões relacionadas ao desenvolvimento humano. O desafio central da pesquisa desses autores baseia-se na incompletude e na insuficiência das teorias que, até então, orientavam os processos de desenvolvimento. Dessa maneira, suas propostas inserem-se neste estudo, oferecendo uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento, que leva em consideração as necessidades de um mundo cada vez mais diverso e heterogêneo.

Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) propõem uma abordagem crítica e alternativa ao conceito tradicional de desenvolvimento, com foco nas necessidades humanas e no bem-estar das pessoas. Os autores desafiam os modelos convencionais de desenvolvimento que

priorizam o crescimento econômico e a acumulação de recursos, sugerindo uma visão centrada nas pessoas.

Os autores fazem uma crítica ao modelo econômico tradicional, que frequentemente foca no crescimento econômico ilimitado, sem considerar os impactos sociais e ambientais. Eles apontam que esse modelo frequentemente ignora as desigualdades e as necessidades básicas não atendidas das populações, levando a um desenvolvimento desigual e insustentável.

Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2010) enfatizam a importância de um desenvolvimento sustentável, que não só preserve os recursos naturais, mas também promova a equidade social. Para os autores, é essencial que as políticas de desenvolvimento se concentrem em reduzir as desigualdades e garantir que todos tenham acesso a uma vida digna e a oportunidades de realização pessoal.

Os autores propõem ainda, alternativas para o desenvolvimento que envolvem uma visão integrada, onde os aspectos econômicos, sociais e ambientais sejam considerados de maneira equilibrada. Eles defendem a construção de uma sociedade mais justa, com maior inclusão social e maior respeito pela diversidade e pelos direitos humanos.

Indo ao encontro das ideias propostas pelos autores, a ONU-Habitat (2015), afirma:

> O planejamento urbano e territorial pode contribuir com o desenvolvimento sustentável de diversas maneiras. Ele deve ser estreitamente associado com as três dimensões complementares do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento social e inclusão, crescimento econômico sustentado e a proteção e gerenciamento ambiental. (ONU-Habitat, 2015).

Ainda conforme a ONU-Habitat (2015), o planejamento urbano e territorial tem como objetivo garantir condições adequadas de vida e trabalho para todos os segmentos da sociedade, tanto no presente quanto no futuro. Ele deve assegurar a distribuição justa de custos, oportunidades e benefícios, priorizando a inclusão e a coesão social. Além disso, é visto como um investimento crucial para o futuro, funcionando como uma base para melhorar a qualidade de vida, promover uma globalização sustentável, preservar patrimônios e diversidades culturais, e atender às necessidades específicas de diferentes grupos.

Os governos nacionais, em colaboração com outras esferas governamentais e parceiros, devem monitorar as condições de moradia e vida nas cidades, apoiando os esforços locais para melhorar a coesão e inclusão social e territorial. Além disso, é necessário contribuir para estratégias de redução da pobreza, apoiar a criação de empregos, promover trabalho decente e atender às necessidades dos grupos vulneráveis, como migrantes e pessoas deslocadas. (ONU-Habitat, 2015).

A ONU-Habitat (2015), aponta que outra ação fundamental é estabelecer sistemas financeiros progressivos que tornem o solo e a moradia acessíveis a todos. Também devem ser oferecidos incentivos fiscais e subsídios direcionados, além de melhorar a capacidade fiscal local, com o objetivo de fortalecer as autoridades locais e garantir que o planejamento urbano e territorial contribua para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da diversidade cultural.

As autoridades locais, em colaboração com outras esferas governamentais e parceiros, devem desenvolver planos urbanos e territoriais com foco nas necessidades dos grupos de baixa renda e vulneráveis. Isso inclui a criação de uma estrutura espacial para serviços básicos, moradia, transporte e uso do solo, além de regulamentos que incentivem a diversidade social e o uso misto do solo. Também é essencial garantir a integração e inclusão social, promovendo o acesso de todos, incluindo migrantes e deslocados, aos serviços urbanos, espaços públicos e oportunidades socioeconômicas. (ONU-Habitat, 2015).

A revitalização de espaços públicos, como praças e áreas verdes, deve ser realizada para torná-los mais seguros e acessíveis. A melhoria das áreas de baixa renda e a integração de assentamentos informais ao tecido urbano, com a compensação dos afetados, também são necessárias. Além disso, todos devem ter acesso a água potável, saneamento adequado e segurança na posse de terras, e o transporte deve ser acessível. Deve-se garantir a igualdade de gênero no planejamento urbano, além de promover atividades culturais e valorizar o patrimônio cultural. (ONU-Habitat, 2015).

Neste contexto, em 2015, a ONU estabeleceu os ODS, com o propósito de promover ações que integrem o desenvolvimento econômico e social, alinhados a boas práticas ambientais, até o ano de 2030. No entanto, sua origem remonta a períodos anteriores, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que por sua vez seguiram a Agenda 21 e a Conferência Rio 92. Desde então, os ODS têm evoluído com metas desafiadoras, voltadas para o desenvolvimento sistêmico do planeta.

Os ODS são interdependentes e inseparáveis, buscando equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Eles incentivam a ação em áreas vitais para a humanidade e o planeta, abrangendo um espectro mais amplo de questões, particularmente na área da saúde, em comparação com os ODM (OPAS, [s.d.]).

> Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. São integrados e indivisíveis, e

> mesclam, de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2015, p. 1).

O processo iniciado pela ONU para elaborar os novos ODS é composto por 17 metas globais, com o intuito de alcançar três objetivos extraordinários nos próximos 15 anos: erradicar a pobreza extrema, combater a desigualdade e a injustiça, e enfrentar as mudanças climáticas (Figura 5).

Figura 5 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Grupo de Trabalho da Sociedade para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável.

Considerando o contexto urbano abordado neste estudo, a pesquisa foca na análise do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 11, cujo foco principal é promover cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Assim, a análise do ODS 11 se torna relevante ao abrir um espaço para possibilidades e discussões sobre o desenvolvimento humano e local.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) apresenta as sete metas que compõem o ODS 11, com ênfase nas necessidades específicas do Brasil. Tendo em vista o enfoque da presente pesquisa, em mobilidade e acessibilidade urbana, neste momento o estudo em questão limita-se a uma análise específica dos ODS 11.2 (Quadro 6), 11.3 (Quadro 7) e 11.7 (Quadro 9).

Quadro 6 – Metas ODS 11.2

METAS NAÇÕES UNIDAS	METAS BRASIL
Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos. Melhorar a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.	Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos. Priorizar o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Fonte: IPEA, 2019. Adaptado pela autora.

Conforme o IPEA (2019), a nova redação da meta destaca a priorização de modos de transporte não motorizados e coletivos de massa, alinhando-se à Política Nacional de Mobilidade Urbana. A meta agora enfatiza a promoção do transporte ativo para sistemas inclusivos e sustentáveis, conforme reconhecido por órgãos como o Ministério das Cidades, OMS e UN Habitat.

A inclusão de "acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade" amplia o escopo da meta, ressaltando que os investimentos em transporte devem ampliar o acesso da população a oportunidades urbanas. Também foi incorporada a expressão "acessível e justo", para garantir tarifas e condições adequadas para todos, considerando o impacto no orçamento das famílias. A palavra "ampliar" foi retirada, pois o objetivo é proporcionar o acesso universal à cidade, o que implica a ampliação da oferta de transporte. Por fim, foi removida a duplicidade da palavra "economicamente", mantendo a clareza do "tripé da sustentabilidade". (IPEA, 2019).

A meta em questão aborda conceitos fundamentais, como a segurança viária, que se refere a estratégias e ações para reduzir o risco de acidentes nas vias públicas. Também destaca o transporte coletivo de massa, que engloba meios de transporte como ônibus, trens, metrôs e *Bus Rapid Transit* (BRT), além de apresentar o conceito de transporte ativo, voltado ao uso de meios não motorizados, como a caminhada e o uso de bicicletas. (IPEA, 2019).

O IPEA (2019) apresenta o indicador que mede a proporção da população com acesso adequado ao transporte público, considerando sexo, idade e inclusão de pessoas com deficiência. O objetivo é avaliar a acessibilidade e inclusão no transporte urbano, garantindo que diferentes grupos, como homens, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência,

tenham acesso a um transporte público de qualidade, eficiente e acessível, promovendo a redução das desigualdades e uma mobilidade mais inclusiva e sustentável (Quadro 7).

Quadro 7 – Metas ODS 11.3

METAS NAÇÕES UNIDAS	METAS BRASIL
Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação.

Fonte: IPEA, 2019. Adaptado pela autora.

Segundo o IPEA (2019), a meta foi adaptada para destacar a importância da governança urbana e da participação social na promoção de uma urbanização inclusiva e sustentável no Brasil. O planejamento participativo é essencial, mas não garante, por si só, a sustentabilidade urbana.

O Instituto afirma ainda que, embora a legislação federal brasileira reconheça a relevância da participação social no planejamento e gestão urbana, ainda há desafios para fortalecer a governança urbana com um componente significativo de participação social nas cidades. A gestão participativa enfrenta muitos obstáculos na prática, sendo necessário enfatizar o aumento do controle social, que envolve não só a participação no planejamento e gestão, mas também no monitoramento e avaliação das políticas. (IPEA, 2019).Neste contexto o IPEA aponta conceitos importantes mencionados no quadro 8.

Embora os conceitos de Planejamento Integrado, Gestão Participativa e Urbanização Sustentável sejam frequentemente vistos como modelos contemporâneos, eles têm suas raízes na evolução histórica brasileira. Esses conceitos surgem a partir da Constituição Federal de 1988, nos artigos 182 e 183, regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), e, posteriormente, materializados, ainda que de forma teórica, pelos Planos Diretores Municipais.

Neste contexto, o IPEA (2019), apresenta o indicador que aborda: “razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população.” Esses indicadores ajudam a monitorar o desenvolvimento urbano e a sustentabilidade nas cidades.

Neste caso, o indicador compara a expansão das áreas urbanizadas com o crescimento populacional, servindo para avaliar se o crescimento urbano está ocorrendo mais rapidamente do que o aumento da população. Quando o consumo do solo supera o crescimento populacional, pode indicar um uso ineficiente do espaço urbano, com expansão excessiva e possível desperdício de recursos naturais.

O IPEA (2019), apresenta também o indicador: "Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática."

Quadro 8 – Conceitos relacionados ao planejamento urbano e desenvolvimento sustentável

TEMA	DESCRIÇÃO
Planejamento Integrado	Envolve o planejamento coordenado entre diferentes áreas de governo, buscando gerar sinergia entre políticas ambientais, de uso do solo, habitação, transporte, entre outras.
Gestão Participativa	Implica o envolvimento das comunidades locais nos processos de elaboração e planejamento de políticas públicas, bem como nas etapas de monitoramento e avaliação dessas políticas.
Urbanização sustentável	Consolida-se entre os membros das Nações Unidas a partir da Nova Agenda Urbana, pactuada na Conferência Habitat III (Quito, 2016). Abrange a adoção de soluções em energia renovável, sistemas de transporte ecológicos e gestão sustentável de recursos naturais. Destaca ainda, a igualdade de oportunidades, combate à discriminação, cidades mais limpas, redução das emissões de carbono, respeito aos direitos de refugiados e migrantes, além da adoção de iniciativas verdes e de conectividade. A implementação da NAU visa promover cidades e assentamentos humanos mais inclusivos e sustentáveis

Fonte: IPEA, 2019. Adaptado pela autora.

Esse indicador avalia a existência e o funcionamento de uma estrutura de participação cidadã no planejamento e gestão urbana. Ele verifica se as cidades têm mecanismos formais e operacionais, que possibilitam aos cidadãos participarem de maneira ativa e democrática nas decisões sobre o desenvolvimento urbano.

Deste modo, o primeiro indicador analisa a relação entre o crescimento urbano e a população, enquanto o segundo avalia a participação da sociedade no planejamento e gestão

das cidades. Ambos são essenciais para medir o desenvolvimento urbano sustentável e democrático.

Ainda conforme o IPEA (2019), o texto da meta foi ajustado para ser mais amplo, incluindo os "demais grupos em situação de vulnerabilidade". Ela parece integrar (a) aspectos de segurança pública, com foco na redução dos índices de criminalidade, e (b) questões de planejamento urbano, visando facilitar o acesso físico a espaços públicos e áreas verdes (Quadro 9).

Quadro 9 – Metas ODS 11.7

METAS NAÇÕES UNIDAS	METAS BRASIL
Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

Fonte: IPEA, 2019. Adaptado pela autora.

Neste contexto, destaca-se pelo IPEA (2019), conceitos importantes abordados na meta:

> Acesso universal ou desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, não excluindo os recursos de tecnologia que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência quando necessários (Fonte: Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2013).
> Espaços públicos verdes: áreas públicas com amenidades ambientais, como praças, parques, reservas naturais etc. (IPEA, 2019).

O desenho universal busca garantir o acesso para todas as pessoas, sem precisar de adaptações especiais, e pode envolver o uso de tecnologias para ajudar pessoas com deficiência a realizarem atividades de forma autônoma. Esse conceito pode ser aplicado não só em produtos e construções, mas também em ambientes urbanos e espaços verdes, seja em áreas públicas ou privadas.

O IPEA (2019), destaca o indicador que aborda: “Proporção da área construída das cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência.”

Esse indicador busca avaliar a extensão da área pública acessível a todos os cidadãos em uma cidade. Visa verificar a proporção da área construída destinada a espaços públicos abertos (como praças, parques e ruas), considerando a acessibilidade e a inclusão de diferentes

grupos da população, como homens, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. O objetivo é assegurar que todos os segmentos sociais possam utilizar esses espaços, promovendo uma cidade planejada de forma inclusiva e acessível a todos.

Apesar do contexto da segurança pública, não ser objeto específico de análise deste estudo, o ODS 11.7, o indicador apresentado pelo IPEA (2019), menciona "Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses."

Esse indicador, com enfoque na visão brasileira dos ODS, avalia a incidência de assédio físico ou sexual em uma população, levando em conta a divisão por sexo, faixa etária e inclusão de pessoas com deficiência. O objetivo é analisar a segurança em espaços públicos e privados, identificando como diferentes grupos da população, especialmente os mais vulneráveis, são afetados por esses tipos de agressão. Ele ajuda a detectar padrões de violência sexual e física, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes para combater essas violências e promover ambientes mais seguros para todos.

Ambos os indicadores, destacados na meta 11.7 dos ODS, têm como objetivo promover cidades mais inclusivas, seguras e acessíveis para todas as pessoas, independentemente de sua condição ou grupo social.

Assim, percebe-se que, especialmente a partir da Agenda 2030, houve um alerta para a relevância das discussões sobre conceitos como Planejamento Integrado, Gestão Participativa e Urbanização Sustentável. Deste modo, é possível afirmar que a Agenda 2030, colocou novamente em pauta os mencionados conceitos.

> O conceito de planejamento urbano integrado requer uma reflexão sobre a importância do planejamento como ferramenta na consecução dos objetivos da construção de um desenvolvimento urbano justo e sustentável de nossas cidades, com destaque para o planejamento de médio e de longo prazo, ancorado na extensa legislação construída ao longo dos últimos anos. (Cidades Sustentáveis, 2018, p. 8).

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) configura-se como uma agenda estratégica de promoção da sustentabilidade urbana, fundamentada na integração das dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no âmbito do planejamento municipal. Desde sua criação, em 2012, o PCS tem desempenhado um papel relevante na sensibilização e mobilização de governos locais, visando à implementação de políticas públicas estruturantes que contribuam para a redução das desigualdades sociais e para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Organizado em torno de 12 eixos temáticos, alinhados aos ODS estabelecidos pelas Nações Unidas, o programa disponibiliza um conjunto de ferramentas e metodologias voltadas

ao fortalecimento da gestão pública e ao desenvolvimento de um planejamento urbano integrado. Ademais, o PCS promove mecanismos de controle social e incentiva a participação ativa da cidadania nos processos decisórios locais.

O PCS (2018), aponta que o crescimento populacional e a predominância da vida urbana globalmente exigiram mudanças no planejamento do uso do solo, com ênfase na articulação de diferentes funções urbanas. O planejamento urbano integrado surge como uma abordagem baseada em análises territoriais e macrozoneamentos, alinhada a transformações legais e metas internacionais.

Ainda conforme o Programa Cidades Sustentáveis (2018), esse planejamento envolve a participação de toda a sociedade, sendo garantido por lei, visando um desenvolvimento urbano equilibrado. No Brasil, tem relação com os movimentos de reforma urbana iniciados na década de 1950, que priorizavam o direito à moradia. O conceito de "direito à cidade", introduzido na década de 1960, defende uma regulação urbana solidária e humanista, expressa na Constituição de 1988 por meio da função social da propriedade e da participação popular nas políticas públicas. Durante os anos 1980 e 1990, com a recessão econômica e a falta de políticas públicas, surgiram condições para a criação do Estatuto da Cidade (2001), que estabelece normas gerais para o ordenamento territorial.

Deste modo, o planejamento territorial, agora princípio constitucional, exige o uso de planos diretores para garantir a função social da cidade e promover a gestão democrática e participativa. O Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, facilitaram a articulação de políticas urbanas. Além disso, as agendas internacionais, como a Agenda 21, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris, influenciaram o planejamento urbano integrado, incorporando questões ambientais e sociais para enfrentar os desafios urbanos globais. (Cidades Sustentáveis, 2018).

Apesar das discussões em torno dos ODS, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 - GTSCA 2030 (2024), afirma:

> As metas 11.2 e 11.3 progrediram de forma insuficiente em 2023, após três anos de retrocesso. Pouco avançou a propositura de tarifa zero na Câmara, e o Executivo também não vem dando nenhuma prioridade a essa pauta. O orçamento de infraestrutura aumentou 25% – de R$ 492,80 milhões em 2022 para R$ 613,64 milhões em 2023 –, mas o principal gasto foi para manter a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (R$ 325,69 milhões), de quem a União é a maior acionista. Outros R$ 288,56 milhões foram para a melhoria do transporte coletivo rodoviário (infraestrutura viária, seja em equipamentos e veículos). (GTSCA 2030, 2024, p.78).

O GTSCA 2030 (2024), afirmou ainda que as eleições municipais de 2024 foram as primeiras a contar com a gratuidade no transporte público em todo o país. Em 2023, também

foi iniciada a retomada das atividades do Conselho Nacional das Cidades (CNC), responsável por estruturar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, e a organização da 6ª Conferência Nacional das Cidades (meta 11.3). O projeto Caravana das Periferias fez um levantamento das necessidades e características dessas áreas. Além disso, foi criado o Prêmio Periferia Viva, que premiou 54 iniciativas em todo o Brasil, e o Mapa das Periferias, uma plataforma interativa para reunir dados sobre comunidades urbanas e favelas, com o intuito de fundamentar políticas públicas.

Em conclusão, o estudo sobre o ODS 11, que visa promover cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, revela avanços e desafios no Brasil. A análise das metas 11.2, 11.3 e 11.7 destacou a importância da mobilidade urbana, da participação social e da inclusão, com ênfase na necessidade de proporcionar acesso universal ao transporte público, à infraestrutura urbana e aos espaços públicos. Embora a implementação de políticas para melhorar a acessibilidade e garantir a equidade tenha avançado, ainda há desafios significativos, como o retrocesso em algumas áreas e a falta de prioridade por parte do governo.

No entanto, iniciativas como a gratuidade do transporte público nas eleições de 2024, a retomada das atividades do Conselho Nacional das Cidades, e a criação de plataformas como o Mapa das Periferias, mostram um movimento crescente em direção à inclusão social e à sustentabilidade. Essas ações reforçam a necessidade de uma abordagem integrada e participativa para enfrentar os desafios urbanos e garantir que as cidades se tornem mais justas e sustentáveis para todos os cidadãos.

3.5 O Ordenamento Territorial Integrado

Com o objetivo de aprofundamento das discussões do tópico anterior, sobre o planejamento urbano integrado, visa-se, neste momento da pesquisa, uma abordagem específica sobre a Nova Agenda Urbana *(New Urban Agenda – NUA)* e do documento *"My Neighbourhood",* da ONU-Habitat.

Visto que o conceito de ordenamento territorial integrado pode ser entendido como processo de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo que considera, de forma articulada, as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais de um território, com o objetivo de promover seu desenvolvimento equilibrado e sustentável, integrando políticas setoriais como habitação, transporte, saneamento, meio ambiente, produção e serviços. Para isso, baseia-se em diagnósticos participativos, coordenação entre diferentes níveis de governo e instrumentos que conciliam crescimento urbano, preservação ambiental, inclusão social e eficiência econômica, garantindo a função social da propriedade e do território como um todo.

Assim, alinhado aos ODS, em 2016 foi adotada a Nova Agenda Urbana (*New Urban Agenda – NUA*), um documento materializado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em Quito, Equador, que foi estruturado em cinco eixos principais, organizados em compromissos transformadores e meios de implementação, conforme quadro 10 a seguir.

Quadro 10 – Síntese da Nova Agenda Urbana (NUA)

EIXO	DESCRIÇÃO / AÇÕES
1. Visão Compartilhada	- Reafirma o direito à cidade como direito de todos a usufruírem de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. - Reconhece que o desenvolvimento urbano deve ser centrado nas pessoas, respeitando os direitos humanos e a igualdade de gênero. - Destaca a importância de cidades que promovam prosperidade econômica, proteção ambiental e coesão social.
2.Compromissos Transformadores	**Urbanização sustentável para o desenvolvimento social e econômico**: - Reduzir desigualdades, combater a pobreza e promover inclusão. - Garantir acesso à moradia adequada, serviços básicos, mobilidade e espaços públicos. **Sustentabilidade ambiental urbana:** - Minimizar impactos ambientais das cidades. - Adotar padrões de consumo e produção sustentáveis, com ênfase em economia circular e gestão de recursos naturais. - Fortalecer a resiliência às mudanças climáticas e desastres. **Planejamento e gestão urbana integrados:** - Incentivar planejamento urbano participativo, de longo prazo e baseado em evidências. - Promover desenho urbano compacto, uso misto do solo e integração transporte–habitação. - Fortalecer sistemas de governança metropolitana e cooperação intermunicipal.
3. Meios de Implementação	**- Políticas e legislação:** adoção de marcos jurídicos inclusivos e integrados. **- Planejamento urbano e territorial:** ferramentas para ordenamento e controle do uso do solo. **- Financiamento urbano:** mecanismos de investimento público e privado, financiamento inovador e captura de mais-valias urbanas. **- Tecnologia e dados:** uso de indicadores e sistemas de monitoramento para apoiar decisões.

Fonte: ONU-Habitat (2016). Adaptado pela autora. (continua)

Quadro 10 – Síntese da Nova Agenda Urbana (NUA)

EIXO	DESCRIÇÃO / AÇÕES
4. Implementação Local	- Adaptação da NUA ao contexto de cada país, região e cidade. - Envolvimento de todos os níveis de governo, sociedade civil, setor privado, academia e comunidades. - Governança multinível e participativa, fortalecendo capacidades institucionais.
5. Monitoramento e Revisão	- Compromisso com acompanhamento periódico. - Alinhamento à Agenda 2030 e aos ODS, especialmente ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Fonte: ONU-Habitat (2016). Adaptado pela autora. (conclusão)

Desse modo, a NUA funciona como um guia de referência global para orientar governos, sociedade civil e setor privado no planejamento e gestão sustentável das cidades até 2036, alinhada aos ODS, especialmente ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A Nova Agenda Urbana tem como objetivo geral promover cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, considerando de forma integrada os aspectos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento urbano. Sua estrutura fundamenta-se em princípios essenciais, entre os quais se destacam: o direito à cidade, que assegura a todos o acesso igualitário a bens, serviços, oportunidades e participação nas decisões urbanas; a sustentabilidade ambiental, com uso racional dos recursos, redução da poluição e enfrentamento das mudanças climáticas; a inclusão social e erradicação da pobreza, voltada à redução das desigualdades e promoção da equidade; o planejamento urbano integrado, coordenando uso do solo, transporte, habitação, infraestrutura e meio ambiente; e a resiliência urbana, com preparação para crises e desastres, sejam naturais ou provocados por ação humana.

Para alcançar esses objetivos, a Nova Agenda Urbana se organiza em eixos de implementação que abrangem: planejamento e gestão urbana, priorizando uso eficiente do solo, desenho urbano compacto, integração de áreas metropolitanas e participação comunitária; desenvolvimento econômico urbano, com geração de empregos, estímulo à inovação e valorização das economias locais; habitação e serviços básicos, garantindo acesso universal à moradia adequada, saneamento, transporte e energia; sustentabilidade ambiental, com mitigação das mudanças climáticas e preservação da biodiversidade; e governança participativa, fortalecendo capacidades institucionais e promovendo a descentralização administrativa.

Embora não seja juridicamente obrigatória, a Nova Agenda Urbana constitui uma referência política e técnica para orientar leis, políticas públicas e investimentos voltados ao desenvolvimento urbano sustentável em escala global, regional e local, servindo como guia estratégico para a construção de cidades mais justas, equilibradas e resilientes.

Em prosseguimento às ações voltadas ao planejamento urbano integrado, o Laboratório Urbano do ONU-Habitat lançou em 2023, e atualizou em 2024, o compêndio "*My Neighborhood"*, cujo propósito é apresentar fundamentos teóricos e diretrizes práticas de design urbano voltadas à promoção de cidades sustentáveis e resilientes. A obra propõe intervenções específicas na escala do bairro, fundamentadas em uma abordagem integrada que contempla dimensões essenciais, tais como mobilidade e transporte, projetos urbanos de caráter comunitário, habitação, qualificação de espaços públicos, oferta de serviços essenciais e demais iniciativas correlatas, visando à articulação entre desenvolvimento territorial, inclusão social e preservação ambiental.

O material elaborado pela ONU-Habitat propõe uma abordagem integrada e multidimensional, articulando cinco objetivos principais para as cidades, conforme quadro 11. O documento em questão atua como uma lista de verificação, material de capacitação e referência para profissionais, gestores, ONGs e comunidade que buscam integral escala e setores, facilitar processo participativos e inclusivos, localizar os ODS e a NUA no planejamento local, além de orientar diagnósticos, estratégias e monitoramento com base em indicador.

Desse modo, não traz dados específicos para todos os contextos, pois é adaptável à cultura e às condições locais, servindo como ponto de partida para desenvolver indicadores e princípios adicionais.

Ambos os instrumentos, tanto a NUA como o documento *"My Neighbourhood",* convergem na adoção de uma abordagem multimodal e multidimensional, contemplando as dimensões social, econômica, ambiental e espacial do desenvolvimento urbano. Enquanto a NUA estabelece princípios amplos, como a promoção da inclusão social, a erradicação da pobreza, a sustentabilidade ambiental, a resiliência urbana e a coordenação entre uso do solo, transporte e infraestrutura, o documento *"My Neighbourhood"* traduz essas diretrizes em cinco objetivos urbanos concretos: cidade compacta, conectada, vibrante, inclusiva e resiliente. Cada objetivo é acompanhado de critérios observáveis e exemplos aplicáveis, o que reforça a mensurabilidade e a praticabilidade das ações propostas.

Quadro 11 – Síntese Manual "*My Neighborhood"*

TIPOLOGIA DE CIDADE	ELEMENTOS PRINCIPAIS
Cidade Compacta	• Proximidade e caminhabilidade • Uso misto do solo • Transporte público eficiente • Densidade equilibrada • Integração de infraestrutura verde-azul
Cidade Conectada	• Redes de ruas eficientes e permeáveis • Transporte multimodal acessível • Segurança viária • Espaços públicos interligados • Conectividade ecológica
Cidade Inclusiva	• Acesso equitativo à moradia, serviços, transporte e espaços públicos • Igualdade de oportunidades econômicas • Desenho universal • Ambiente sem barreiras
Cidade Vibrante	• Diversidade de atividades, usos e tipologias • Reforço da identidade local • Promoção de espaços ativos • Conexão com o meio natural
Cidade Resiliente	• Preparação para crises e mudanças • Integração de soluções baseadas na natureza • Uso eficiente de recursos • Capacidade de adaptação

Fonte: ONU-Habitat (2024). Adaptado pela autora.

Além disso, a NUA enfatiza a importância da participação cidadã, da governança robusta e do financiamento adequado para garantir a implementação efetiva de políticas urbanas. *My Neighbourhood*, em alinhamento com essa perspectiva, fornece ferramentas e indicadores que permitem avaliar o grau de aderência das intervenções aos princípios estabelecidos, oferecendo flexibilidade para adaptação às especificidades culturais, geográficas e socioeconômicas de cada território. Dessa forma, o guia atua como um elo entre a visão estratégica global e a realidade prática dos bairros, preenchendo a lacuna entre o planejamento macro e a ação local.

Portanto, a relação entre a Nova Agenda Urbana e o documento *My Neighbourhood* é de complementaridade e operacionalização. A primeira define o arcabouço normativo e os compromissos globais para o futuro das cidades, enquanto o segundo fornece o instrumental técnico-metodológico para que esses compromissos se materializem de maneira eficaz, equitativa e sustentável no cotidiano dos espaços urbanos. Essa integração contribui para que a

urbanização sustentável deixe de ser apenas uma diretriz internacional e se torne uma prática concreta, capaz de transformar a qualidade de vida das populações urbanas.

Deste modo, este capítulo apresentou uma leitura histórica, teórica e jurídico-institucional do ordenamento territorial, evidenciando que a organização das cidades resulta de processos sociais, políticos e econômicos acumulados ao longo do tempo. A partir da evolução das formas urbanas, desde as cidades antigas até a urbanização contemporânea, foi possível compreender como diferentes modelos de planejamento e concepções de cidade influenciaram a estruturação do espaço urbano e a relação entre território, poder e sociedade.

A análise das bases teóricas do urbanismo moderno, associada às críticas formuladas por autores como Lefebvre e Milton Santos, permitiu evidenciar os limites dos modelos funcionalistas e a necessidade de abordagens que incorporem a dimensão social, o direito à cidade e a redução das desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, o ordenamento territorial passa a ser compreendido não apenas como um instrumento técnico, mas como um campo de disputas e escolhas políticas, diretamente relacionado à promoção da justiça urbana e do desenvolvimento local.

No plano jurídico, a trajetória normativa brasileira demonstrou um avanço gradual no reconhecimento da função social da propriedade e da cidade, culminando na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na consolidação do Estatuto da Cidade como principal marco regulatório da política urbana nacional. O Plano Diretor emerge, assim, como instrumento central de materialização dessas diretrizes no âmbito municipal, articulando planejamento, gestão democrática e ordenação do uso do solo.

Por fim, a incorporação das agendas internacionais, em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana, reforça a necessidade de um ordenamento territorial integrado, participativo e orientado pela sustentabilidade. Esses referenciais ampliam o debate para além do contexto nacional, oferecendo parâmetros analíticos e operacionais que dialogam diretamente com as discussões sobre mobilidade, acessibilidade e governança urbana, aprofundadas nos capítulos subsequentes da tese.

4. O DIREITO À CIDADE A PARTIR DO PLANEJAMENTO URBANO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

O direito à cidade é um conceito essencial que evolui ao longo do tempo, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe uma visão mais democrática e inclusiva sobre o uso do espaço urbano. Este conceito está intimamente ligado ao planejamento urbano, à mobilidade e à acessibilidade, temas que, atualmente, ocupam um lugar central nas discussões sobre as cidades, tanto no Brasil quanto no resto do mundo.

Com a Constituição de 1988, o Brasil passou a adotar uma perspectiva baseada nos direitos humanos e na igualdade social, reconhecendo a cidade como um espaço de direitos coletivos. Entre os direitos garantidos pela Constituição, destaca-se o direito à moradia e ao uso do espaço urbano de maneira democrática e acessível a todas as camadas da população, com um foco especial na inclusão social e no combate à segregação urbana.

A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira, e aborda em seu art. 2º a "garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações".

Deste modo, o art. 2º da lei mencionada trata da garantia do direito a cidades sustentáveis, estabelecendo uma série de direitos fundamentais relacionados à qualidade de vida e ao bem-estar urbano. O mencionado artigo apresenta uma visão sustentável das cidades, garantindo direitos essenciais para que os cidadãos vivam com dignidade e qualidade de vida. A lei busca equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental, promovendo justiça social e responsabilidade ambiental para as gerações futuras.

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, segundo o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana (s.d.), a mencionada lei foi um marco regulatório para o planejamento e gestão de sistemas de transporte no Brasil. Sancionada após 17 anos de tramitação legislativa, a lei integra-se ao contexto do desenvolvimento urbano sustentável, conforme previsto no art. 182 da Constituição Federal.

A PNMU busca integrar diferentes modos de transporte e melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana, visando o acesso universal à cidade. Ela promove o uso sustentável do transporte, priorizando os modos coletivos e não motorizados de forma inclusiva e segura. A PNMU também busca aprimorar a gestão e regulamentação do setor, coordenando políticas de mobilidade com o desenvolvimento urbano e a proteção ambiental. Além disso, destaca a

importância de investimentos e financiamentos para a implementação de infraestrutura e serviços de transporte público.

Ao priorizar o transporte público coletivo e os deslocamentos a pé e por bicicleta em detrimento do transporte motorizado individual, a PNMU expressa, ainda que de modo incipiente, uma mudança de paradigma compatível com os pressupostos formulados por Jan Gehl em *Cidades para Pessoas* (2013).

Gehl (2013) defende que a qualidade da vida urbana está diretamente associada à promoção da mobilidade ativa e à configuração de espaços públicos projetados para favorecer o encontro, a permanência e o deslocamento seguro e confortável de pedestres e ciclistas. Tal concepção converge com os objetivos centrais da PNMU ao reconhecer a importância dos modos não motorizados não apenas como instrumentos de deslocamento, mas como componentes estruturantes do direito à cidade e da vivência democrática do espaço urbano.

Enquanto a legislação brasileira propõe a priorização da mobilidade ativa como forma de garantir o acesso equitativo às oportunidades urbanas, o autor reforça que o planejamento urbano deve considerar a escala humana, isto é, a dimensão sensível e experiencial do corpo em movimento no espaço. A construção de ambientes urbanos acessíveis, legíveis e inclusivos requer, portanto, mais do que políticas de transporte: demanda um novo desenho urbano que incorpore princípios de convivência, segurança e bem-estar, elementos igualmente destacados pela PNMU como diretrizes para a mobilidade sustentável.

Ademais, a PNMU reconhece o papel do planejamento integrado e participativo na formulação das políticas de mobilidade, o que ressoa com a crítica de Gehl à abordagem tecnocrática que tradicionalmente ignorou as necessidades cotidianas dos usuários do espaço urbano. Ao propor a revalorização dos espaços públicos enquanto arenas de sociabilidade e de expressão da cidadania, Gehl contribui para um entendimento ampliado da mobilidade urbana, que ultrapassa o deslocamento físico e abrange o direito de estar, permanecer e usufruir da cidade.

Gehl (2013) frisa ainda a necessidade urgente de recolocar as pessoas no centro do planejamento urbano, deste modo o autor introduz a noção de “dimensão humana” como categoria central para o repensar do planejamento urbano contemporâneo. Gehl (2013) critica os modelos de urbanização predominantes no século XX, que promoveram uma lógica funcionalista e tecnocrática orientada majoritariamente pelo transporte motorizado individual, especialmente o automóvel, em detrimento das experiências urbanas cotidianas dos pedestres. Tal abordagem resultou na consolidação de espaços públicos desumanizados, caracterizados

por baixa atratividade, segregação dos modos ativos de mobilidade e enfraquecimento das relações sociais no ambiente urbano.

A “dimensão humana”, segundo Gehl (2013), refere-se às formas de apropriação do espaço urbano mediadas pelas capacidades corporais, cognitivas e sensoriais dos indivíduos, bem como aos ritmos e escalas inerentes à presença física no território. A vivência urbana, nesse sentido, é compreendida como um processo integrado que envolve deslocamentos a pé, pausas, interações e percepções ambientais. A ausência dessa perspectiva nos processos de planejamento contribuiu para a fragmentação da cidade e a perda da centralidade do espaço público como arena de encontro e construção da vida coletiva.

Diante disso, Gehl (2013) propõe a reorientação do planejamento urbano a partir de princípios que privilegiem o desenho urbano inclusivo, a mobilidade ativa e a qualificação dos espaços públicos como componentes fundamentais para a promoção da saúde, da coesão social e da sustentabilidade. Sua crítica transcende os aspectos formais do urbanismo e assume um posicionamento ético, ao vincular o direito à cidade à democratização do espaço urbano e à valorização da experiência humana cotidiana. Assim, a retomada da dimensão humana no planejamento das cidades é concebida por Gehl (2013) como condição indispensável para a construção de ambientes urbanos mais equitativos, acessíveis e orientados ao bem-estar coletivo.

Deste modo, pode-se afirmar que as contribuições teóricas de Jan Gehl oferecem um referencial conceitual relevante para a concretização dos princípios estabelecidos na PNMU, especialmente no que tange à humanização das cidades, à valorização dos modos ativos de mobilidade e à centralidade do espaço público como elemento estruturante de uma urbanidade mais justa, democrática e sustentável.

As ideias do autor remetem ainda, particularmente no que diz respeito à valorização da dimensão humana no planejamento urbano, as proposições dos ODS, especialmente o ODS 11, que visa “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Nesse sentido, Gehl (2013, p.6) afirma:

> Em geral, reforça-se o potencial para uma cidade segura quando mais pessoas se movimentam pela cidade e permanecem nos espaços urbanos. Uma cidade que convida pessoas a caminhar, por definição, deve ter uma estrutura razoavelmente coesa que permita curtas distâncias a pé, espaços públicos atrativos e uma variedade de funções urbanas. Esses elementos aumentam a atividade e o sentimento de segurança dentro e em volta dos espaços urbanos. (Gehl, 2013, p.6).

Segundo Gehl (2013), a cidade sustentável se fortalece quando grande parte do sistema de transporte é baseada na chamada mobilidade verde, caracterizada pelo deslocamento a pé,

por bicicleta ou pelo uso de transporte público, uma vez que esses meios geram benefícios econômicos e ambientais, reduzem o consumo de recursos, limitam emissões e diminuem os níveis de ruído.

As contribuições do autor sobre a dimensão humana no planejamento urbano convergem diretamente com os princípios do ODS 11 da Agenda 2030, ao defender cidades mais inclusivas, acessíveis e voltadas para as pessoas. Sua proposta de valorização da mobilidade ativa, da qualidade dos espaços públicos e do desenho urbano sensível oferece fundamentos teóricos importantes para a construção de ambientes urbanos que promovam equidade, bem-estar e sustentabilidade.

Ao recolocar o corpo e a experiência cotidiana no centro das decisões urbanísticas, Gehl (2013) reforça a necessidade de uma abordagem ética e humanizada, essencial para a efetivação do direito à cidade e para a implementação dos compromissos estabelecidos internacionalmente em prol de uma urbanização mais justa.

4.1 O direito à cidade inclusiva

Para a abordagem da temática da cidade inclusiva, retoma-se a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), uma vez que esta legislação se fundamenta em um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a formulação e implementação das políticas públicas no setor. Entre os elementos centrais da PNMU, destacam-se a promoção da acessibilidade universal, a garantia da segurança nos deslocamentos, a busca pela eficiência, eficácia e sustentabilidade dos serviços de transporte, bem como a promoção da justiça social e da inclusão das diversas camadas da população. Ademais, ressalta-se a ênfase na gestão democrática, com a participação efetiva da sociedade civil no controle e monitoramento das ações relativas à política de mobilidade urbana.

A lei (qual lei?) que institui a PNMU aborda em seu texto a prioridade das formas de transporte, estabelecendo uma hierarquia, a favor, em primeiro lugar dos transportes não motorizados, como os deslocamentos a pé ou por meio de bicicletas, seguido por transporte público coletivo, e por último, transporte individual motorizado. A proposta de hierarquia no modo de transporte visa promover uma mobilidade urbana mais inclusiva e sustentável.

Entre os instrumentos de planejamento previstos na lei, destaca-se a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana para municípios com mais de 20 mil habitantes. Este plano deve estar articulado com o Plano Diretor Municipal, garantindo uma abordagem integrada do desenvolvimento urbano e da mobilidade dos municípios brasileiros. Deste modo, a lei também reforça a competência municipal no que diz respeito ao planejamento, à regulação

e à operação dos sistemas de mobilidade urbana, reconhecendo os municípios como os principais responsáveis por sua implementação e gestão.

A importância da PNMU reside em seu potencial para fomentar cidades mais inclusivas, acessíveis e sustentáveis, além de estimular o uso racional do espaço urbano. A lei também reforça a participação social na formulação e acompanhamento das políticas públicas e fundamenta iniciativas voltadas à mobilidade ativa como o caminhar, o uso da bicicleta e à melhoria contínua do transporte coletivo.

Esta pesquisa pretende, neste capítulo, abordar conceitos como o de acessibilidade, para posteriormente, contextualizar sobre desenho universal e acessibilidade universal, um dos princípios da PNMU. Para Cambiaghi (2020), o conceito de acessibilidade "nada mais é do que um conjunto de regras voltadas a garantir que haja a possibilidade de acesso e uso a um ou mais lugares para pessoas, costuma-se pensar sempre em pessoas com deficiência, mas na verdade acessibilidade é para todos".

A autora sustenta que a acessibilidade exerce influência direta sobre os campos da arquitetura e do urbanismo, constituindo-se como um elemento essencial que deve ser criteriosamente considerado e plenamente incorporado aos projetos e práticas dessas áreas. No contexto contemporâneo, a abordagem da acessibilidade no planejamento arquitetônico e urbano requer a observância de parâmetros técnicos estabelecidos pelas normas vigentes, em especial aquelas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Destacam-se, nesse sentido, a NBR 9050:2020, que dispõe sobre a "Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos", e a NBR 16.537, que trata da "Sinalização Tátil no Piso – Diretrizes para Elaboração de Projetos e Instalação". Tais normativas constituem referenciais fundamentais para a promoção de ambientes construídos acessíveis, seguros e inclusivos.

Amplia-se a abordagem por meio da visão de Castro (2013), ao afirmar que:

> As primeiras discussões sobre acessibilidade tiveram início nos Estados Unidos, em meados de 1973, com a criação da Lei de Reabilitação. A lei deu início às adaptações em escolas e locais de trabalho. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e final da guerra do Vietnã, muitos soldados, que voltavam como heróis, estavam mutilados ou com outras sequelas físicas e necessitavam de um ambiente que os recebesse de forma adequada para o processo de reinclusão social. (Castro, 2013, p.16)

Para Castro (2013), a acessibilidade é uma temática multidisciplinar que inicialmente impactou principalmente as áreas de engenharia e arquitetura. O autor destaca que no Brasil, a legislação voltada aos direitos das pessoas com deficiência evoluiu a partir de 1978, com uma emenda constitucional, seguida pela Lei Federal nº 7.853/1989, que instituiu diretrizes para a

integração social desse grupo. Em 2000, destacam-se as Leis nº 10.048 e 10.098, que estabeleceram prioridade no atendimento e normas gerais para eliminar barreiras arquitetônicas e urbanísticas. O Decreto nº 5.296/2004 regulamenta essas leis, ampliando sua abrangência para incluir também pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e gestantes, consolidando avanços significativos na promoção da inclusão social e da acessibilidade no país.

Para além do conceito de acessibilidade, a cartilha desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo (2010), destaca que o desenho universal surgiu na década de 1990, proposto por um grupo de arquitetos e especialistas comprometidos com uma abordagem projetual centrada no ser humano e na valorização da diversidade, que se reuniram no *Center for Universal Design*, vinculado à Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos. O objetivo foi estabelecer critérios projetuais que permitissem que edificações, ambientes internos, espaços urbanos e produtos fossem acessíveis e utilizáveis pelo maior número possível de pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Como resultado desse esforço, foram formulados os sete princípios do Desenho Universal, os quais passaram a ser amplamente reconhecidos e incorporados em planejamentos e intervenções voltadas à promoção da acessibilidade em escala global (Quadro 12).

Quadro 12 – Sete Princípios do Desenho Universal

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
1. Uso equitativo	Espaços e produtos projetados para serem utilizados por pessoas com diferentes capacidades, evitando segregação.
2. Uso flexível	Ambientes ou sistemas construtivos que atendem a necessidades diversas, permitindo adequações e transformações.
3. Uso simples e intuitivo	Projetos de fácil compreensão, independentemente da experiência, conhecimento ou nível de concentração do usuário.
4. Informação de fácil percepção	Comunicação clara das informações necessárias, utilizando diferentes meios (visuais, sonoros, táteis) para atender a diversas condições sensoriais.
5. Tolerância ao erro	Minimização de riscos e consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.
6. Baixo esforço físico	Ambientes que exigem o mínimo de esforço físico, proporcionando conforto e eficiência no uso.
7. Tamanho e espaço para aproximação e uso	Espaços e dimensões adequados para interação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2010. Adaptado pela autora.

Com relação ao conceito de desenho universal Cambiaghi (2004) destaca ainda:

> [...] emergiu como consequência das reivindicações de dois segmentos sociais diversos: de alguns movimentos de pessoas portadoras de deficiência que sentiam que suas necessidades estavam à margem para alguns profissionais da área; e de alguns arquitetos, urbanistas e designers que pretendiam uma maior democratização dos valores e uma visão mais holística na concepção dos projetos. (Cambiaghi, 2004, p.49).

Para a autora, o objetivo da acessibilidade universal pode ser alcançado por diferentes caminhos. Um deles é o desenvolvimento de produtos, serviços e aplicações que já nasçam acessíveis à maioria dos usuários, sem a necessidade de ajustes ou modificações. Outra estratégia envolve a criação de soluções que possam ser facilmente adaptadas às necessidades específicas de cada usuário — como interfaces que se ajustam a diferentes perfis. Uma terceira forma é padronizar essas interfaces, tornando-as compatíveis com tecnologias assistivas, como os recursos utilizados por pessoas com deficiência.

Ao incorporar o conceito de "design para todos" em diversas esferas da vida — como moradia, educação, trabalho, lazer e transportes —, é possível avançar na eliminação de barreiras que hoje limitam a participação plena e equitativa de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na sociedade. Essa abordagem promove a inclusão e garante que todos tenham condições de viver com autonomia e dignidade, independentemente de suas capacidades físicas ou sensoriais. (Cambiaghi, 2004, p.49-50).

Dessa forma, os conceitos de acessibilidade e desenho universal estão intrinsecamente relacionados, ainda que apresentem distinções significativas em termos de escopo e abordagem. Enquanto a acessibilidade refere-se à eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de comportamento, visando possibilitar o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a espaços, produtos e serviços, o desenho universal propõe uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Este último se baseia em um planejamento proativo que considera, desde a concepção, as diversidades humanas — físicas, sensoriais, cognitivas e culturais — de modo a garantir ambientes, objetos e sistemas utilizáveis por todas as pessoas, independentemente de suas condições individuais, sem a necessidade de adaptações posteriores ou soluções específicas. Assim, o desenho universal representa um avanço conceitual e prático na promoção da equidade, consolidando-se como uma diretriz fundamental para o desenvolvimento de sociedades verdadeiramente inclusivas.

4.2 Planejamento urbano inclusivo

A urbanização brasileira, ao longo dos anos, tem se caracterizado por um processo excludente e desigual, refletindo a concentração fundiária, a especulação imobiliária e a

ausência de políticas públicas efetivas. Maricato (2015) analisa como essa crise estrutural está profundamente enraizada nas contradições do modelo capitalista de produção do espaço urbano. A autora argumenta que a resposta histórica da população excluída frente a esse cenário foi, muitas vezes, a autoconstrução das moradias e a ocupação de áreas periféricas e carentes de infraestrutura urbana adequada.

> Nunca é demais lembrar, como já fizeram numerosos autores, que a existência das cidades precede o capitalismo. No entanto, com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas. Especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo colonial-industrial ou global financeiro nos países centrais ou periféricos. Em algum momento da primeira década do século XXI o mundo passou a ser predominantemente urbano e essa crescente concentração de população nas cidades traz novas características para as sociedades e para a humanidade. (Maricato, 2015, p.17).

Maricato (2015) destaca o papel central dos movimentos sociais urbanos como agentes transformadores da cidade, tais movimentos não apenas denunciam as desigualdades socioespaciais, mas também formulam alternativas e exercem pressão por políticas públicas voltadas à moradia, saneamento, mobilidade e acesso aos serviços urbanos. A autora ressalta que esses coletivos organizados ganharam força sobretudo a partir da década de 1970, sendo protagonistas na luta pelo direito à cidade e por reformas urbanas estruturantes.

No entanto, a criação de políticas habitacionais em grande escala, como o programa Minha Casa Minha Vida, trouxe novos desafios para a atuação dos movimentos sociais. De acordo com Maricato (2015), muitas dessas mobilizações passaram a atuar principalmente em espaços formais de participação, como conselhos e reuniões técnicas, o que acabou reduzindo, em parte, sua força de pressão e capacidade de protesto direto. Apesar de alguns avanços conquistados, essa mudança também revelou os limites das políticas urbanas quando estão subordinadas aos interesses do mercado imobiliário e à lógica neoliberal.

A autora conclui que a superação da crise urbana brasileira exige o fortalecimento da mobilização social e o exercício do controle popular sobre as políticas públicas. É preciso, segundo Maricato, retomar uma perspectiva democrática na gestão das cidades, na qual a participação cidadã seja ativa e estruturante. Em sua visão, o enfrentamento do “analfabetismo urbanístico” passa pela ampliação do protagonismo popular e pela construção coletiva de um projeto urbano inclusivo e justo. Tal conceito é utilizado por Maricato (2015) “para expressar essa ignorância predominantemente sobre a realidade e, em especial, a realidade do ambiente construído. (Maricato, 2015, p.21).

Portanto, a autora evidencia que os movimentos sociais desempenham um papel decisivo na luta por cidades mais equitativas, sendo agentes fundamentais na mediação entre

os interesses populares e o poder público. A análise proposta por Maricato contribui para compreender não apenas a origem das desigualdades urbanas, mas também os caminhos possíveis para as enfrentar a partir da ação coletiva e da organização política da sociedade.

Considerando as ideias da autora e os princípios do Desenho Universal, destacadas no item 4.1 do presente estudo, apresenta-se a seguintes conexões, inseridas nos quadros 13 e 14:

Quadro 13 – Pensamento de Maricato (2015) aplicados ao Desenho Universal

IDEIA DE MARICATO (2015)	CONEXÃO COM O DESENHO UNIVERSAL
Urbanização excludente e desigual – resultado da especulação e da ausência de políticas públicas.	O Desenho Universal propõe cidades planejadas para todos, com acessibilidade embutida desde o início do projeto urbano.
Autoconstrução e periferização – resposta da população excluída diante da omissão do Estado.	Ambientes autoconstruídos geralmente não atendem aos critérios de acessibilidade; o Desenho Universal exige planejamento inclusivo.
Analfabetismo urbanístico – desconhecimento da população e dos gestores sobre o funcionamento da cidade.	O Desenho Universal atua também como uma ferramenta educativa, promovendo consciência sobre a necessidade de espaços inclusivos.
Movimentos sociais como protagonistas da transformação urbana.	Ambos reconhecem a importância da ação coletiva para a promoção de uma cidade justa, acessível e democrática.
Crítica à influência do mercado imobiliário nas políticas públicas urbanas.	O Desenho Universal busca romper com a lógica de mercado excludente, promovendo o direito ao espaço urbano para todos.
Proposta de planejamento urbano inclusivo, participativo e democrático.	O Desenho Universal fornece os princípios práticos e éticos para que o planejamento urbano seja verdadeiramente inclusivo.

Fonte: Maricato, 2015. Governo do Estado de São Paulo, 2010. Adaptado pela autora.

A integração das ideias de Maricato com os princípios do Desenho Universal destaca a necessidade de um planejamento urbano inclusivo e democrático. Enquanto Maricato critica a urbanização excludente e a ausência de políticas públicas, o Desenho Universal oferece soluções práticas para criar cidades acessíveis a todos. Seus princípios orientam o desenvolvimento de espaços urbanos equitativos, seguros e funcionais, promovendo o direito à cidade e a justiça social. A combinação dessas abordagens reforça a importância de projetar ambientes urbanos que respeitem as diversidades físicas, sensoriais e sociais da população.

Ampliando as conexões, relaciona-se a seguir, no quadro 14, os 7 princípios do Desenho Universal com o planejamento urbanos, de modo a propor exemplos práticos na produção de espaços urbanos equitativos, seguros e funcionais.

Quadro 14 – Sete Princípios do Desenho Universal aplicados ao Planejamento Urbano

PRINCÍPIO	APLICAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO	EXEMPLOS PRÁTICOS
1. Uso equitativo	Garantir que todos possam usufruir dos espaços e serviços urbanos em igualdade de condições.	- Calçadas acessíveis para cadeirantes, idosos e pessoas com carrinhos de bebê. - Transporte público adaptado para pessoas com deficiência.
2. Uso flexível	Oferecer múltiplas formas de uso e acesso, adaptando-se às diferentes necessidades dos usuários.	- Mobiliário urbano ajustável (bancos com e sem encosto, com apoio de braço). - Vias compartilhadas para pedestres, ciclistas e veículos.
3. Uso simples e intuitivo	Criar sistemas urbanos compreensíveis e fáceis de usar, independentemente da idade ou nível educacional.	- Sinalização clara com pictogramas e cores contrastantes. - Mapas táteis e interativos em espaços públicos.
4. Informação de fácil percepção	Disponibilizar informações acessíveis a diferentes formas de percepção (visual, auditiva, tátil).	- Semáforos com sinal sonoro e visual. - Painéis informativos em braile e QR Codes para celular.
5. Tolerância ao erro	Projetar ambientes que previnam acidentes e sejam seguros mesmo diante de erros ou limitações momentâneas.	- Guias rebaixadas bem-sinalizadas e antiderrapantes. - Travessias com tempo de semáforo adequado a diversos ritmos de locomoção.
6. Baixo esforço físico	Reduzir o esforço físico necessário para deslocamentos, promovendo autonomia e conforto.	- Rampas com inclinação adequada. - Percursos contínuos e planos com áreas de descanso regulares.
7. Dimensão e espaço para uso	Garantir espaço suficiente para o uso confortável por todos, inclusive com equipamentos de auxílio à mobilidade.	- Banheiros públicos acessíveis com espaço para cadeira de rodas. - Elevadores amplos em estações, prédios públicos e terminais de transporte.

Fonte: Maricato, 2015. Governo do Estado de São Paulo, 2010. Adaptado pela autora.

Ao incorporar os princípios do Desenho Universal no planejamento urbano, a cidade se torna mais democrática, funcional e acolhedora. A integração dessas abordagens reforça a

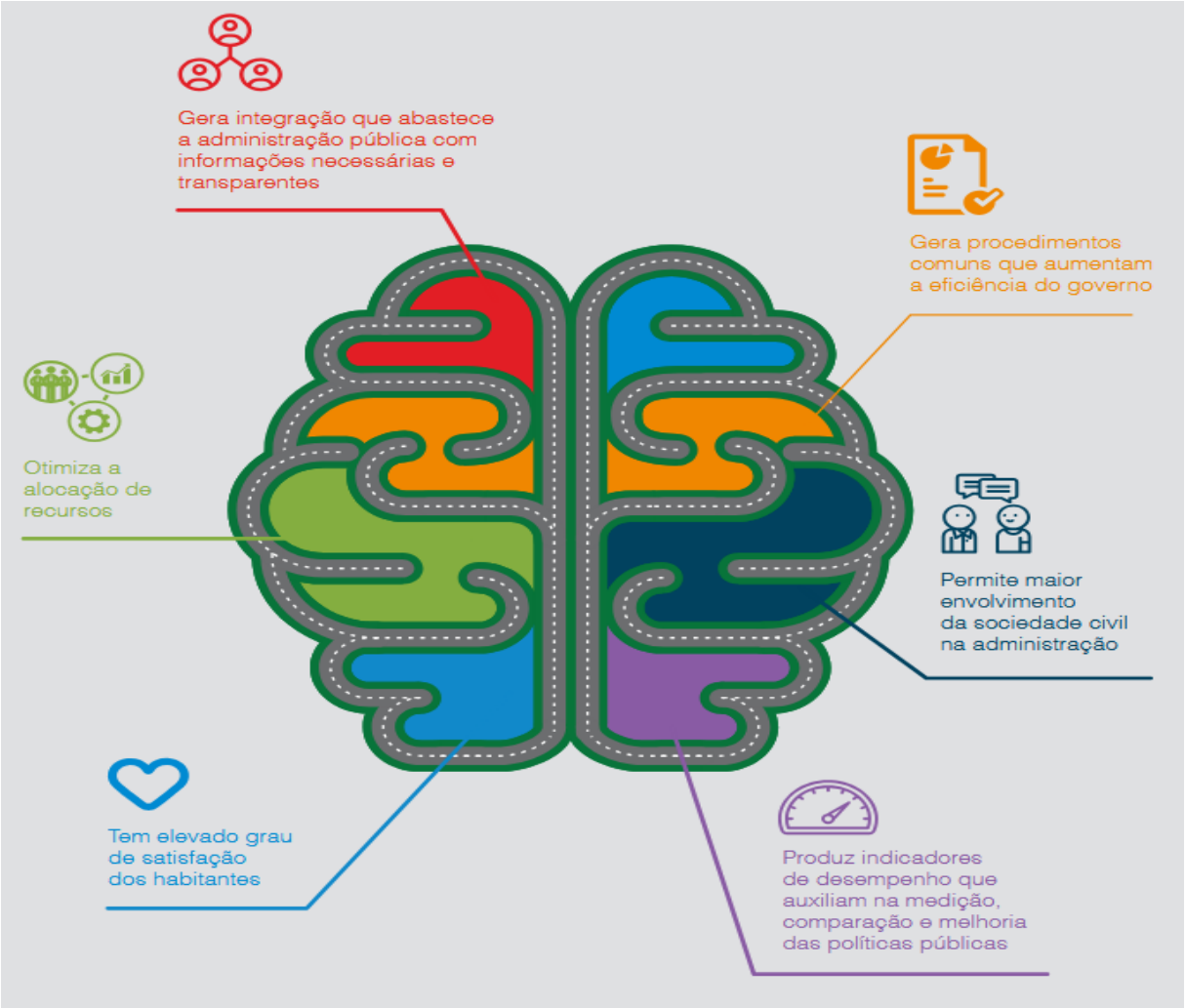
necessidade de transformar a cultura urbanística, fortalecer a participação social e garantir o direito à cidade de forma equitativa e justa.

4.3 Mobilidade urbana no contexto das cidades inteligentes

O conceito de Cidades Inteligentes ou *Smart City* refere-se ao uso estratégico de tecnologias digitais e da informação para melhorar a qualidade de vida urbana, aumentar a eficiência dos serviços públicos, promover o desenvolvimento sustentável e facilitar a participação cidadã na gestão da cidade.

Segundo a European Commission (2014) uma cidade inteligente é aquela que utiliza soluções digitais para tornar redes e serviços tradicionais mais eficientes, beneficiando diretamente seus moradores e as atividades econômicas locais. No entanto, ser uma cidade inteligente vai além do simples uso de tecnologia para otimizar recursos ou reduzir emissões. Envolve, por exemplo, sistemas de transporte urbano mais conectados, gestão eficiente do abastecimento de água e do descarte de resíduos, além de métodos mais sustentáveis para iluminação e climatização de edifícios. Também implica em uma administração pública mais participativa e responsiva, espaços urbanos mais seguros e políticas que atendam às necessidades de uma população que está envelhecendo, conforme representado na figura 6.

Figura 6 - Síntese de uma *Smart City*



Fonte: Bouskela, *et al*., 2016.

Para Bouskela, *et al*. (2016) o conceito de Cidades Inteligentes (*Smart City*) representa uma evolução no modelo de gestão urbana, caracterizando-se pela integração de tecnologias digitais, pessoas e processos com o objetivo de promover a eficiência operacional, a sustentabilidade e a qualidade de vida. Os autores afirmam que, mais do que informatizar setores isolados da administração pública, uma *Smart City* estrutura-se por meio de sistemas interconectados, em que a tecnologia atua como meio de articulação entre cidadãos, empresas e o poder público, fomentando a transparência, a participação social e a tomada de decisões baseada em dados.

Os autores destacam que definições consolidadas por organismos internacionais e práticas observadas na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), uma Cidade Inteligente é aquela que coloca as pessoas no centro do planejamento urbano, adota uma visão de longo prazo e prioriza áreas críticas como mobilidade urbana, segurança, acesso à água,

educação, saúde, inclusão social e uso sustentável dos recursos naturais. Tais cidades empregam Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sensores, redes de banda larga, computação em nuvem e aplicações móveis para coletar, analisar e transformar dados em informações estratégicas.

A adoção massiva de smartphones e o avanço da conectividade móvel, especialmente na América Latina, uma das regiões com maior crescimento na penetração da internet, intensificam o potencial de governança participativa, viabilizando a oferta de serviços públicos personalizados, responsivos e inclusivos. Aplicativos móveis permitem a comunicação bidirecional entre o cidadão e os centros de controle urbano, contribuindo para uma gestão mais responsiva e democrática. (Bouskela, *et al*., 2016, p. 34).

Bouskela, *et al.* (2016) cita que entre os exemplos concretos de aplicação de tecnologias digitais em cidades inteligentes, destacam-se: sistemas de transporte inteligentes, gestão automatizada de resíduos sólidos, iluminação pública inteligente, monitoramento ambiental em tempo real e sistemas de videomonitoramento com reconhecimento de padrões, os quais promovem maior eficiência na segurança pública e na formulação de políticas sociais direcionadas (Quadro 15).

Quadro 15 – Focos centrais de uma *Smart City*

FOCO	DESCRIÇÃO
Sustentabilidade	Utiliza tecnologia digital para reduzir custos e otimizar o uso de recursos naturais, garantindo que a gestão atual não comprometa o futuro.
Inclusão e Transparência	Mantém canais de comunicação diretos com os cidadãos, promove o uso de dados abertos e permite o acompanhamento das finanças públicas.
Geração de riqueza	Disponibiliza infraestrutura para empregos qualificados, inovação, competitividade e crescimento econômico.
Foco no cidadão	Emprega tecnologia digital para melhorar a qualidade de vida, oferecendo acesso rápido e eficiente aos serviços públicos.

Fonte: Bouskela, *et al*., 2016, p. 38. Adaptado pela autora.

Deste modo, entende-se que o desenvolvimento de uma *Smart City* deve ser compreendido como uma estratégia presente e viável, não como um projeto futuro. Sua

efetivação requer investimentos estratégicos, integração institucional e envolvimento ativo da sociedade civil. A tecnologia, nesse contexto, deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser um instrumento essencial para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis, aptas a responder aos desafios complexos do século XXI, indo além da simples adoção de tecnologia, exigindo integração entre inovação digital, necessidades sociais e sustentabilidade.

Nessa perspectiva, em dezembro de 2020, foi lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em parceria com Ministérios da Ciência, Tecnologia e Comunicações, e apoio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH, agência de cooperação alemã, a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, um documento político-técnico com o objetivo de articular e integrar as agendas de transformação digital e de desenvolvimento urbano sustentável no contexto brasileiro, considerando suas desigualdades regionais e diversidade territorial.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes é resultado de um processo colaborativo de quinze meses, coordenado pela Secretaria de Mobilidade, Desenvolvimento Regional e Urbano, em parceria com órgãos governamentais, sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas, visando estabelecer uma estratégia nacional para o desenvolvimento de cidades inteligentes e sustentáveis no Brasil. (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020, p. 5).

Inspirada na Agenda 2030 e na Nova Agenda Urbana, a Carta propõe integrar transformação digital e desenvolvimento urbano, respeitando a diversidade territorial e combatendo desigualdades socioespaciais históricas (Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020, p. 12-14).

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2020) menciona:

> CIDADES INTELIGENTES São cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação. (Brasil, 2020, p.28).

O documento surge como uma iniciativa multissetorial, elaborada de forma colaborativa entre representantes do poder público, setor privado, academia e sociedade civil, com o propósito de orientar a transição das cidades brasileiras rumo a um modelo urbano mais justo, sustentável e centrado nas pessoas, destacando que, as cidades desempenham papel estratégico como centros de desenvolvimento econômico, concentrando oportunidades de emprego, serviços públicos e privados, infraestrutura educacional, cultural e tecnológica.

Contudo, esse protagonismo urbano impõe o desafio de promover equidade no acesso aos benefícios da urbanização, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais e sociais. Nesse cenário, a Carta reconhece os governos locais como atores-chave na implementação da Agenda 2030, atribuindo-lhes responsabilidade direta na construção de cidades resilientes, inclusivas e sustentáveis. Ao alinhar a transformação digital à agenda do desenvolvimento urbano, a Carta visa fortalecer as capacidades institucionais e ampliar a efetividade das políticas públicas urbanas, com foco no bem-estar coletivo e na justiça socioespacial.

Conclui-se que o conceito de Cidades Inteligentes transcende a mera adoção de tecnologias digitais, configurando-se como um paradigma de gestão urbana que integra inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental, inclusão social e participação cidadã. A partir das definições consolidadas por organismos internacionais e da experiência brasileira materializada na Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, observa-se que o modelo de Smart City exige planejamento de longo prazo, governança colaborativa e articulação intersetorial para atender às demandas de mobilidade, segurança, infraestrutura e serviços públicos de forma equitativa.

Além disso, é importante lembrar que o urbanista Moreno *et al*., (2021) propõe um modelo conhecido como “cidade dos 15 minutos”, que traz uma visão de reorganização do ordenamento territorial, onde a qualidade de vida é medida pela disponibilidade de tempo e pela proximidade dos serviços essenciais. Este modelo de planejamento urbano policêntrico defende que as seis funções sociais básicas (morar, trabalhar, abastecer, cuidar, aprender e descansar) devem ser acessíveis a todos os cidadãos em um raio de até 15 minutos de deslocamento a pé ou por bicicleta. Ao priorizar a escala humana e o uso misto do solo, a estratégia busca reduzir a dependência de veículos automotores, mitigar a fragmentação urbana e fortalecer os laços comunitários nos bairros, transformando a cidade em um ecossistema de proximidade que responde simultaneamente aos desafios da sustentabilidade ambiental e da inclusão social.

Com isso, fazendo uma analogia entre os dois modelos, enquanto o modelo de Carlos Moreno estabelece a meta de qualidade de vida baseada na escala humana e na redução de deslocamentos, o paradigma da *Smart City* oferece as ferramentas para mapear "vazios" de serviços e otimizar a infraestrutura de mobilidade suave. Dessa forma, a tecnologia deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser o meio pelo qual se garante que o cidadão tenha acesso efetivo ao seu direito à cidade, permitindo uma gestão do ordenamento territorial mais precisa, responsiva e integrada às necessidades cotidianas.

Nesse contexto, a tecnologia assume papel instrumental, servindo como meio para promover eficiência, transparência e qualidade de vida, e não como um fim em si mesma. No cenário brasileiro, a Carta consolida diretrizes que alinham a transformação digital às políticas de desenvolvimento urbano sustentável, reconhecendo as desigualdades territoriais e a diversidade sociocultural como elementos centrais do planejamento.

Assim, a efetividade de uma cidade inteligente depende não apenas de investimentos estratégicos e de infraestrutura tecnológica, mas, sobretudo, da capacidade de integrar inovação, necessidades sociais e princípios de justiça socioespacial, construindo ambientes urbanos resilientes, inclusivos e centrados nas pessoas.

Este capítulo consolidou o direito à cidade como eixo estruturante do planejamento urbano contemporâneo, evidenciando sua materialização a partir das dimensões da mobilidade, da acessibilidade e da inclusão social. A análise dos marcos legais brasileiros, especialmente a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade e a Política Nacional de Mobilidade Urbana, permitiu compreender o avanço normativo no reconhecimento da cidade como espaço de direitos coletivos, orientado pelos princípios da função social da propriedade, da justiça socioespacial e da gestão democrática.

O diálogo estabelecido com os aportes teóricos de autores como Lefebvre, Gehl e Maricato evidenciou que a efetivação do direito à cidade ultrapassa a dimensão jurídica, exigindo transformações estruturais no modo de produzir, planejar e vivenciar o espaço urbano. A centralidade da escala humana, a valorização dos modos ativos de mobilidade e a qualificação dos espaços públicos emergem como elementos fundamentais para a construção de cidades mais acessíveis, seguras e socialmente integradas, em consonância com os compromissos expressos no ODS 11 da Agenda 2030.

A incorporação dos conceitos de acessibilidade e desenho universal reforçou a necessidade de um planejamento urbano inclusivo, capaz de reconhecer e atender à diversidade humana desde a concepção dos projetos e políticas públicas. Nesse sentido, o planejamento urbano deixa de ser um instrumento meramente técnico para assumir um papel ético e político, orientado à promoção da equidade, da autonomia e da dignidade no uso do espaço urbano.

Por fim, a discussão sobre mobilidade urbana no contexto das cidades inteligentes evidenciou que a inovação tecnológica, quando articulada aos princípios do direito à cidade, pode contribuir para uma gestão urbana mais eficiente, participativa e orientada às necessidades reais da população. Assim, este capítulo estabelece as bases conceituais e normativas que sustentam a análise territorial e empírica desenvolvida nos capítulos seguintes, especialmente

no que se refere aos impactos do Corredor Bioceânico e às proposições voltadas ao desenvolvimento local, à mobilidade sustentável e à acessibilidade urbana.

5. O CORREDOR BIOCEÂNICO NO CONTEXTO DAS CIDADES SUL-MATO-GROSSENSES

O presente capítulo aborda um recorte histórico sobre o Corredor Bioceânico, apresentando as primeiras discussões sobre a temática e iniciativas que levaram à materialização da mencionada infraestrutura rodoviária, assim como demonstra o percurso e as cidades integrantes da Rota. Destaca ainda, a relevância do município de Porto Murtinho-MS e a presença da Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana - UNIRILA e por fim, apresenta os conceitos primordiais no contexto do desenvolvimento local, com foco no corredor bioceânico.

5.1 O Corredor Bioceânico: contexto geral

A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), formada em 2000, reuniu 12 países da América do Sul com o objetivo de melhorar a infraestrutura e reduzir custos de transporte. Em 2015, a Declaração de Assunção estabeleceu o Corredor Bioceânico, ligando o Brasil ao Chile, como uma rota logística estratégica para negócios e investimentos transregionais. A proposta busca criar um corredor rodoviário de aproximadamente 2.396 km, conectando Campo Grande - MS aos portos do norte do Chile. (Wilke, 2022).

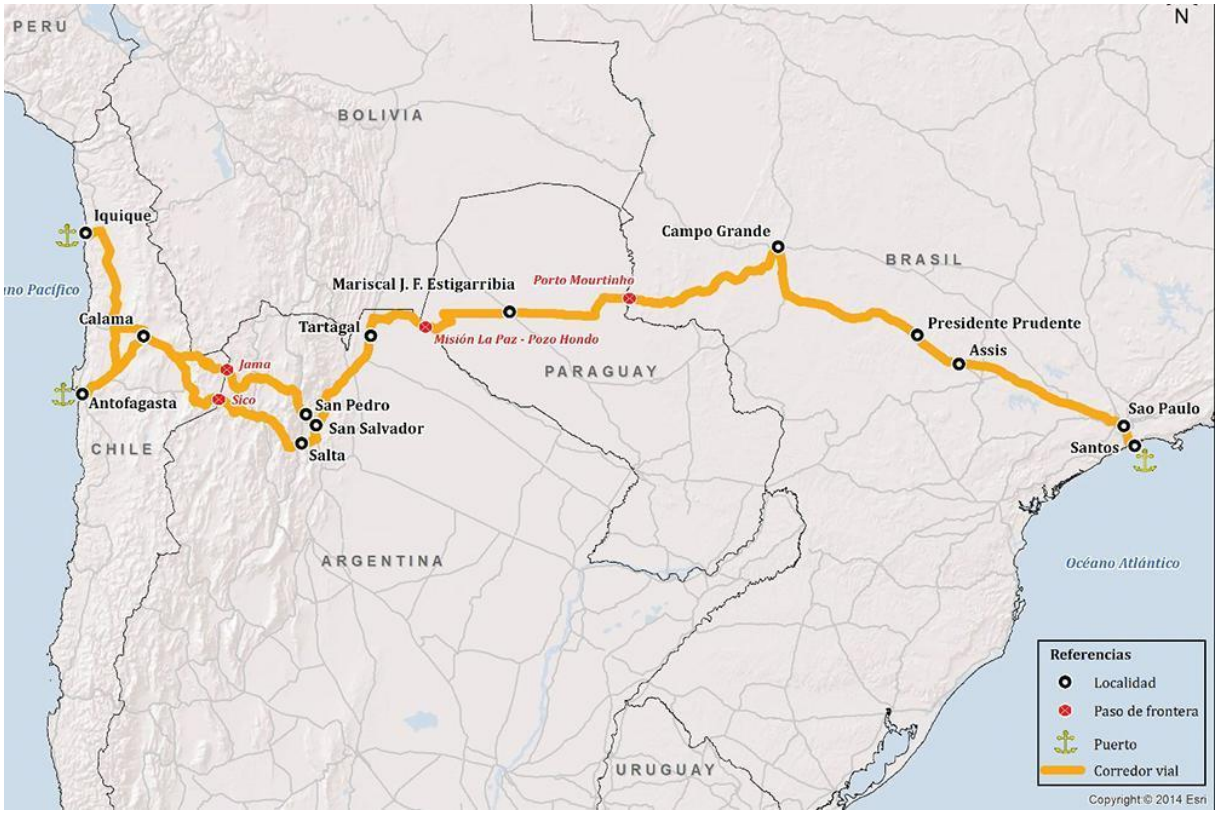
Para o autor, esse corredor é visto como um Corredor Logístico, facilitando o transporte de mercadorias e promovendo a integração econômica. O autor afirma ainda, que a implementação do projeto tem como objetivo aumentar a competitividade, reduzir custos e estimular o desenvolvimento econômico, especialmente para o Mato Grosso do Sul, com grande potencial para exportação de produtos como carne e soja. A rota também deve melhorar o acesso ao mercado asiático e às Américas do Pacífico.

Wilke (2022) destaca que a construção de infraestrutura, como pontes e rodovias, é um desafio, especialmente no Paraguai. No entanto, o desenvolvimento de obras e investimentos na região promete beneficiar também o turismo e setores de serviços. Apesar das oportunidades, há desafios, como a necessidade de integrar aduanas e superar gargalos nas fronteiras. O sucesso do Corredor Bioceânico depende de soluções multilaterais e de maior articulação entre os países envolvid**os.**

O percurso terá início no estado de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, seguindo até o município Sul-Mato-Grossense de Porto Murtinho, atravessará o território paraguaio passando por Carmelo Peralta, Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo. A rota seguirá para a Argentina pelas cidades de Misión La Paz, Tartagal, Jujuy e Salta, entrando no Chile pelo Passo

de Jama, até alcançar os portos de Antofagasta, Mejillones e Iquique, conforme informações do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul (2019) e destacado na figura 7, a seguir:

Figura 7 – Rota Bioceânica de Capricórnio



Fonte: Rota Bioceânica (2021).

A ideia de um corredor rodoviário ligando as costas Atlântica e Pacífica foi concebida há cerca de 20 anos, sendo idealizada na primeira reunião de presidentes da América do Sul, liderada pelo Brasil. Nesse evento, foi criada a IIRSA, com o objetivo de promover a integração da infraestrutura regional (Barros *et al*., 2020).

A IIRSA foi incorporada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), permitindo a participação direta dos governos. Contudo, devido aos investimentos abaixo da velocidade de planejamento, a IIRSA foi desatualizada em 2017 e os projetos envolvendo mais de dois países foram paralisados, com exceção do Corredor Bioceânico, que conecta o município Sul-Mato-Grossense de Porto Murtinho aos portos do norte do Chile.

A materialização do projeto ocorreu em 2015, visando o desenvolvimento de regiões que estavam pouco integradas aos processos de integração nacional e regional, como o Centro-Oeste brasileiro, o "Chaco" paraguaio, o noroeste argentino e o norte chileno. (Barros *et al*., 2020, p.10).

Mato Grosso do Sul, devido à sua localização estratégica no centro do Brasil, faz fronteira com outros estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, além de ter conexões diretas com a Argentina e o Uruguai por meio de ferrovias, rodovias e hidrovias. Essas características geográficas conferem ao estado uma posição privilegiada para se tornar um hub logístico de grande importância, tanto no âmbito nacional quanto internacional. A implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico potencializa essa função, ao criar uma rota que conecta o estado diretamente aos mercados do Pacífico e do Atlântico, facilitando o escoamento de produtos e promovendo a integração comercial e econômica entre os países da América do Sul.

Além das rodovias e ferrovias, o estado é estrategicamente posicionado próximo a importantes hidrovias, como o Rio Paraná, que permite o transporte fluvial de grandes volumes de carga, especialmente para exportação. A infraestrutura de transporte existente, junto com os investimentos previstos para o Corredor Rodoviário Bioceânico, reforça o papel de Mato Grosso do Sul como um elo logístico crucial, não apenas para o Brasil, mas também para o comércio entre a América do Sul e outros continentes, principalmente Ásia e Europa. Dessa forma, o estado se consolida como um centro logístico de integração regional e internacional, capaz de atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial da região Centro-Oeste.

O Corredor Rodoviário Bioceânico, ao conectar as regiões do subcontinente sul-americano aos portos do Atlântico e do Pacífico, visa reduzir os custos logísticos e de transporte entre os países envolvidos, além de aumentar a competitividade das exportações da região. Para Barros *et al*. (2000, p.10), também promoverá a criação de cadeias regionais de valor e melhorará a inserção dos países do Corredor nas cadeias globais de valor.

Para Bitencourt e De Mesa (2023), embora a RILA traga perspectivas de desenvolvimento econômico e atraia investimentos em infraestrutura portuária e logística, ela também tem gerado efeitos socioespaciais negativos. No mercado imobiliário, a valorização acentuada dos imóveis, somada ao perímetro urbano limitado por diques, vem expulsando famílias de baixa renda para áreas de risco fora do perímetro, como a colônia Bocaiuval, e até para a cidade paraguaia de Carmelo Peralta. Isso intensifica a segregação socioespacial, pressiona serviços públicos brasileiros devido à migração transfronteiriça e aumenta vulnerabilidades socioambientais.

Os autores destacam que, apesar de Porto Murtinho estar se tornando um nó estratégico na rede logística internacional, as escalas estadual e nacional priorizam a infraestrutura de escoamento da produção, sem articular políticas locais para mitigar desigualdades e ordenar o crescimento urbano. A falta de integração entre os objetivos de diferentes escalas de poder

compromete o desenvolvimento socioeconômico inclusivo, reforçando desigualdades e problemas urbanos na região. (Bitencourt; De Mesa, 2023).

Deste modo, as discussões sobre o Corredor Bioceânico têm sido intensas nas reuniões dos grupos de trabalho, realizadas desde 2017. A VIII Reunião do Corredor Rodoviário Bioceânico, que ocorreu em agosto de 2019 em Campo Grande/MS, com o apoio do Governo do Estado, teve como objetivo divulgar a conexão do estado com o Pacífico e promover a interação entre diferentes setores empresariais.

Outras reuniões, fóruns e seminários que já ocorreram em Campo Grande-MS destacam-se, como o Fórum Internacional da Rota Bioceânica, ocorrido em setembro de 2021, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), que contou com sete painéis e mais de 70 palestras, destacando a logística do Corredor Bioceânico e o potencial econômico das regiões envolvidas.

O mais recente, Seminário Internacional da Rota Bioceânica e o 6º *Foro de los Gobiernos Subnacionales del Corredor Bioceânico*, foi realizado de 18 a 20 de fevereiro de 2025, em Campo Grande, MS, este evento reuniu autoridades e especialistas de Brasil, Paraguai, Argentina e Chile para discutir os avanços e desafios do Corredor Bioceânico.

5.2 Porto Murtinho: A Porta de Entrada para o Corredor Bioceânico

Porto Murtinho está situado no estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil. No contexto estadual, a cidade integra a Microrregião do Baixo Pantanal e a Mesorregião do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Geograficamente, ocupa uma posição estratégica na fronteira com o Paraguai, às margens do Rio Paraguai, o que favorece o comércio e a navegação.

O município surgiu de maneira semelhante a outros municípios brasileiros, com a migração de povos em busca da extração e comercialização de matérias-primas locais. Em 1892 com a criação de um porto na Fazenda Três Barras, para o embarque de erva-mate, nasce a cidade de Porto Murtinho. O nome foi uma homenagem ao Dr. Joaquim Murtinho, presidente do Banco Rio e Mato Grosso. (IBGE, 2017).

> A situação econômica em Porto Murtinho, na primeira metade do século XX, gerou divisas internacionais, despertando, na Europa, que sofria o efeito devastador de duas grandes guerras, a imigração de italianos, portugueses, espanhóis e alemães, além de árabes. Com eles, veio um tipo de cultura transposta ao Pantanal que não correspondia às condições existentes no local, mas que não desencorajou os imigrantes que se inseriram nos ciclos econômicos locais e geraram um protótipo arquitetônico próprio da região. (Lima, 2013, p.35).

Segundo Lima (2013), a instalação do porto foi fundamental para o desenvolvimento do município, que passou por diversos ciclos econômicos, como o da erva-mate, iniciado após a Guerra do Paraguai, e o ciclo do tanino, descoberto em 1934. Ao longo de diversos ciclos econômicos, o município atingiu seu apogeu, com a economia atualmente sendo impulsionada principalmente pelo turismo pesqueiro.

> A escolha do local a 50 km do montante do Rio Apa, no rio Paraguai, deu-se principalmente à facilidade de acesso em função da menor proximidade de área não alagadiça com a margem esquerda do Rio Paraguai. A cidade limita-se ao norte com Corumbá, ao sul e oeste com a República do Paraguai a leste com Bonito, Jardim e Bodoquena (Lima, 2013, p.79).

A cidade, inicialmente marcada pelo transporte fluvial e pela exploração da erva-mate, teve seu progresso interrompido em 1902 com a falência do Banco Rio e Mato Grosso. No entanto, com o ciclo do tanino e a instalação de empresas como a Florestal do Brasil S/A, Porto Murtinho voltou a crescer, atraindo imigrantes e aumentando sua população.

Apesar de dificuldades políticas e das grandes cheias dos anos 1970 e 1980, que levaram à construção de um dique, a cidade se desenvolveu, mantendo características econômicas, culturais e arquitetônicas únicas. O Rio Paraguai, apesar de ser um motor econômico, também foi responsável por desafios, como os alagamentos que afetaram a expansão urbana. A análise histórica de Porto Murtinho revela como seu desenvolvimento foi moldado pelo seu posicionamento estratégico e suas relações econômicas com o Paraguai e outros países.

No contexto atual, dados do IBGE (2023) apontam que em 2022, a população murtinhese era de 12.859 habitantes, com uma densidade demográfica de 0,73 habitantes por quilômetro quadrado. Em relação aos demais municípios do estado, ocupava as posições 45 e 78, de um total de 79.

Ainda conforme dados do IBGE (2023), em 2010, a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos era de 94,1%. Comparado a outros municípios do estado, Porto Murtinho ocupava a 70ª posição de 79. Quanto ao IDEB, em 2023, a pontuação para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública foi de 4,9, e para os anos finais, 4. Em relação aos demais municípios do estado, ocupava as posições 56 e 70 de 79.

No contexto do trabalho e renda no município, o salário médio mensal dos trabalhadores formais no ano de 2022 era de 2,4 salários-mínimos, ocupando a 24ª posição no estado, apresentando 15,58% da população ocupada, e na 63ª posição no estado. (IBGE, 2023).

Em 2021, o PIB per capita de Porto Murtinho era de R$ 27.314,06, ocupando a 71ª posição de 79 no estado. Em 2023, o percentual de receitas externas foi de 83,22%, colocando o município na 31ª posição de 79 no estado. No mesmo ano, o total de receitas realizadas foi de

R$161.169.137,99 (x1000), e as despesas empenhadas somaram R$146.418.951,20 (x1000), colocando Porto Murtinho na posição 29 de 79. (IBGE, 2023).

Quanto à saúde, a taxa de mortalidade infantil média em Porto Murtinho é de 9,57 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos. As internações por diarreias são de 54,4 para cada 1.000 habitantes. Em comparação com os outros municípios do estado, o município ocupa as posições 53 de 79 e 36 de 79, respectivamente. (IBGE, 2023).

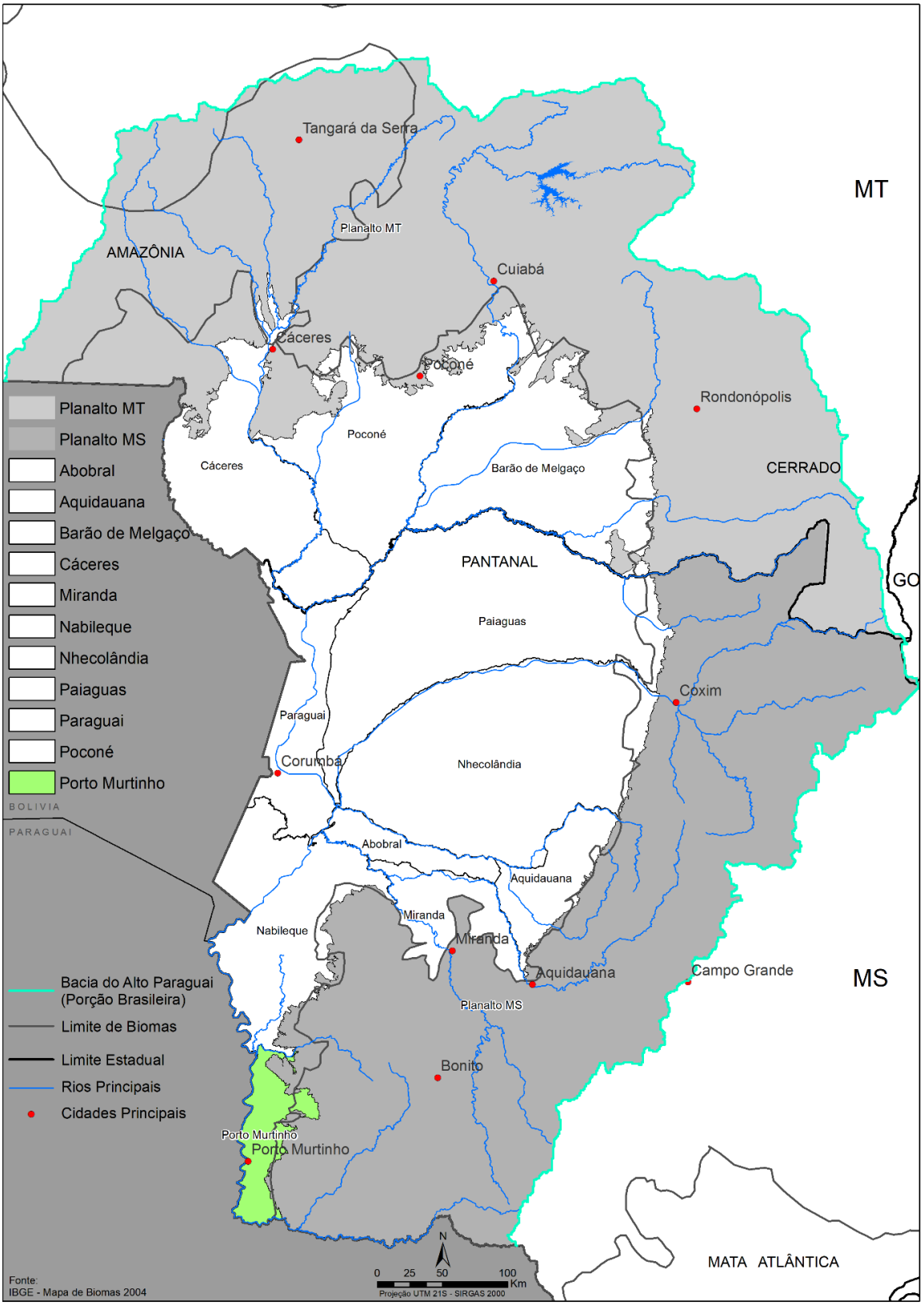
No quesito meio-ambiente, o município possui 84,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 81,4% de domicílios urbanos em vias públicas arborizadas e 10,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em comparação com os outros municípios do estado, Porto Murtinho ocupa as posições 1 de 79, 72 de 79 e 33 de 79, respectivamente. (IBGE, 2023).

Dados de 2023 do IBGE, apontaram que a área do município era de 17.502,903 km², o que o coloca na posição 2 de 79 entre os municípios do estado.

Segundo o Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai - SOS Pantanal (2005), Porto Murtinho, localizado no extremo sul do Pantanal brasileiro (figura 8), próximo à fronteira com o Paraguai, está entre os rios Nabileque e Paraguai. A cidade, que homenageia o senador Joaquim Murtinho, ocupa menos de 3% do Pantanal, sendo a segunda menor das onze sub-regiões da área.

A região é famosa por suas trilhas, como o Morro Pão de Açúcar, o Fecho dos Morros e o Morro Celina, que oferecem vistas deslumbrantes do Pantanal e seus arredores. A pesca, restrita durante o período da piracema, é uma atividade popular na área, com espécies como o pintado e o dourado.

Figura 8 – Porto Murtinho no contexto do Pantanal Sul-Mato-Grossense

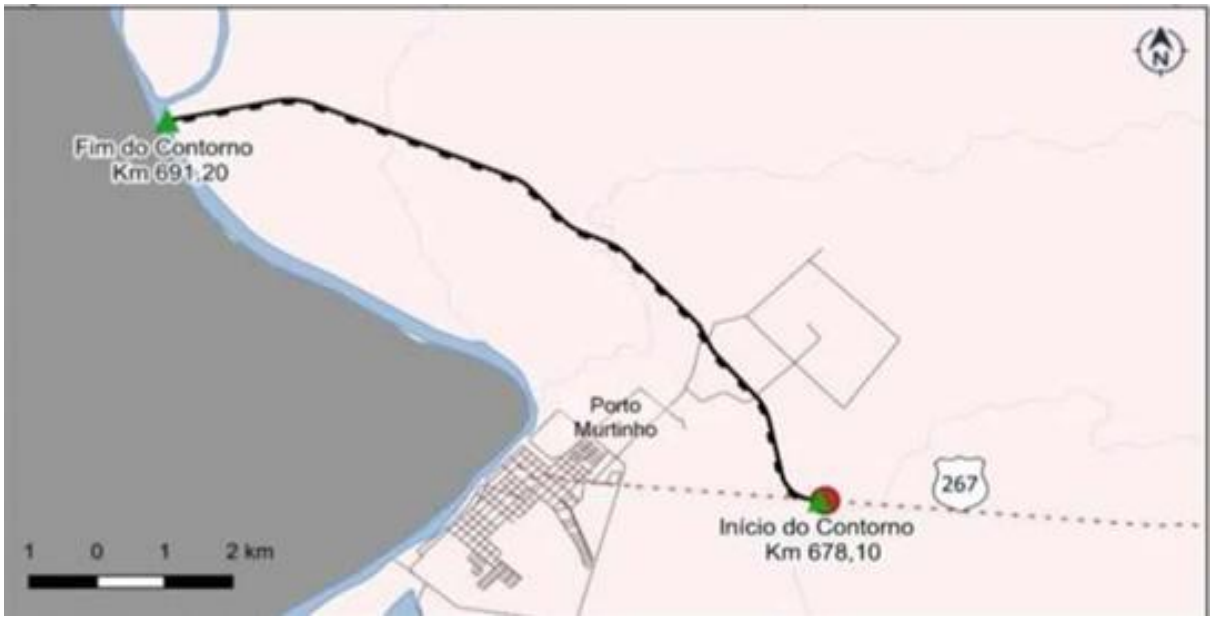


Fonte: Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai - SOS Pantanal (2005).

A rodovia BR-267, importante eixo de integração que conecta a divisa de São Paulo à zona urbana de Porto Murtinho, apresentava historicamente um gargalo no ordenamento territorial do município. O fluxo de veículos de carga pesada compartilhava a malha viária central, resultando em conflitos de mobilidade e externalidades negativas no trânsito local devido ao represamento de caminhões em espera para acesso aos terminais portuários (Wilke *et al*., 2022).

Dessa forma, devido à dificuldade de locomoção dos veículos de carga dentro do perímetro urbano foi realizada a construção de um contorno viário no município de Porto Murtinho (Figura 9), com um investimento de obra de R$25,2 milhões em recursos do Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de Mato Grosso do Sul (FUNDERSUL). Dessa forma, a rota alternativa está situada na parte externa da cidade, paralela à construção do dique, contornando em direção aos terminais, cobrindo um trecho de 7,19 km (Wilke *et al*., 2022).

Figura 9- Contorno rodoviário realizado no município de Porto Murtinho - MS



Fonte: Wilke *et al*. (2022)

A consolidação da ponte binacional atua como um vetor de indução para o desenvolvimento socioeconómico regional, com projeções de expansão não apenas na logística de transporte, mas em toda a cadeia de serviços, incluindo o agenciamento de viagens, a rede hoteleira e a estruturação de novos atrativos. Como infraestrutura estratégica, a ponte funcionará como um facilitador de fluxos, estimulando a demanda pelo turismo rodoviário

transfronteiriço. Isso permitirá que os destinos consolidados de Mato Grosso do Sul ganhem capilaridade junto ao mercado estrangeiro (Asato; Gonçalves; Wilke, 2019).

Deste modo, compreende-se que, Porto Murtinho, com sua localização estratégica e história econômica rica, é um município importante em Mato Grosso do Sul, e passou a ser destaque no cenário estadual, nacional e internacional em decorrência dos avanços na implantação do Corredor Bioceânico.

Nesse contexto, retoma-se os estudos de Bitencourt e De Mesa (2023, p. 58), que afirmam:

> A criação de empregos, a destinação de áreas urbanas para atividades portuárias e a expectativa de atração de investimentos decorrentes da RILA têm imposto novos usos territoriais na escala local. Embora ainda seja um processo em estágio inicial, os novos investimentos privados elevaram a massa salarial de uma parte da população local, o que tem contribuído para a elevação da demanda de imóveis no perímetro urbano.

Ainda conforme os autores, a RILA tende a consolidar Porto Murtinho como uma plataforma logística internacional estratégica para a economia de Mato Grosso do Sul e regiões adjacentes. Essa infraestrutura viabilizará fluxos de bens, serviços e pessoas capazes de ampliar a competitividade da produção regional nos mercados sul-americanos e asiáticos, além de reduzir os custos das importações. Contudo, segundo Bitencourt e De Mesa (2023), a perspectiva global e regional que orienta o projeto não tem priorizado as transformações socioeconômicas na escala local.

Assim, os autores concluem destacando que, os investimentos conduzidos pelas escalas estadual e nacional concentram-se, sobretudo, no desenvolvimento de infraestrutura voltada à fluidez logística da produção estadual, enquanto aspectos como o desenvolvimento socioeconômico, o planejamento urbano e a ampliação dos serviços públicos locais permanecem em segundo plano. (Bitencourt; De Mesa, 2023, p. 63-64).

O Corredor Rodoviário Bioceânico, contudo, configura-se como infraestrutura estratégica para a integração física e econômica da América do Sul, fortalecendo a posição de Mato Grosso do Sul e de Porto Murtinho como elo logístico entre o Atlântico e o Pacífico, com potencial para ampliar exportações, reduzir custos e estimular cadeias produtivas regionais. Embora os investimentos priorizem a fluidez logística em nível estadual e nacional, aspectos locais como desenvolvimento socioeconômico, ordenamento urbano e expansão dos serviços públicos não demonstram ser prioridade, o que demandam maior articulação entre as escalas de poder para que os benefícios do projeto sejam distribuídos de forma equitativa e contribuam para um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

5.3 A Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana - UniRila

A Rota Bioceânica, também conhecida como Rota de Integração Latino-Americana (RILA), que inicialmente tinha como objetivo a união de empresas e governos, acabou aproximando as universidades da Argentina, Brasil, Chile e Paraguai, resultando na criação da UniRila. (UEMS, 2017).

De acordo com o Observatório Acadêmico da Rota Bioceânico - Observarota (2025), a Rede de Universidades do Corredor Bioceânico foi criada como resultado do acordo firmado pelos presidentes do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile na Declaração de Assunção sobre os Corredores Bioceânicos, em 2015. A partir desse acordo, foram estabelecidos três grupos de trabalho: governamental, acadêmico e empresarial.

A colaboração entre as instituições acadêmicas levou à criação formal da Rede em 2016, por meio da Declaração de Campo Grande, assinada pelas instituições de Mato Grosso do Sul que fazem parte do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (CRIE-MS) e pelas instituições dos demais países. A oficialização da Rede no âmbito federal ocorreu em 2017, com a assinatura da Declaração de Brasília pelos presidentes dos quatro países. (Observarota, 2025).

> Com a criação da Rede de Universidades do Corredor Bioceânico em 2016, neste mesmo ano os Representantes das instituições Acadêmicas assinaram o Convênio de Cooperação Recíproca, que atribuiu a esta Rede, o nome de Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana (UniRila). (Observarota, 2025).

Segundo a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, 2023), a UniRila é composta pelas universidades que fazem parte do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul (CRIE-MS), incluindo a própria Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Anhanguera/Uniderp e Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), além das universidades internacionais, como a Universidade Nacional de Jujuy e a Universidade Nacional de Salta, da Argentina, a Universidade de Antofagasta e a Universidade Católica do Norte, do Chile, e a Universidade Nacional de Assunção, do Paraguai.

Essa colaboração interinstitucional é fundamental para o avanço científico, promovendo a produção acadêmica e a disseminação dos resultados das pesquisas que fundamentam, e continuam a fundamentar, as iniciativas voltadas para a implementação do Corredor Bioceânico. Assim, a UniRila se configura como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento integrado das regiões participantes deste processo.

5.4 O Desenvolvimento Local no contexto do Corredor Bioceânico

O conceito de desenvolvimento local pode ser considerado complexo, diverso e heterogêneo. Sua elaboração teórica tem sido debatida por diversos autores, que destacam, entre outros aspectos, o papel central da sociedade civil na valorização dos recursos e das potencialidades específicas de cada território.

Sachs (2000) afirma que na metade do século XX, os ideais de desenvolvimento e direitos humanos ganharam força como resposta aos traumas deixados pela Grande Depressão e pela Segunda Guerra Mundial. Esses conceitos ajudaram a construir as bases da ONU e a promover a libertação de povos colonizados. Já a consciência ambiental, segundo o autor, surgiu um pouco mais tarde, impulsionada pelo impacto da bomba atômica e, curiosamente, também pelo encanto da chegada do homem à Lua.

Deste modo, o autor aponta que a sociedade começou, então, a entender que os recursos naturais são finitos e que o meio ambiente não é depósito de resíduos. Sachs (2000) destaca ainda que, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, marcou a entrada oficial da questão ambiental nas discussões internacionais. Esse movimento se intensificou com encontros e reflexões que culminaram, vinte anos depois, com a famosa Eco-92, no Rio de Janeiro.

Logo, essa revolução ambiental provocou mudanças profundas na forma como pensamos o desenvolvimento. Para o autor, passa-se a valorizar uma ética que une a solidariedade com as pessoas de hoje e com as futuras gerações.

> A ecologização do pensamento (Edgar Morin) nos força a expandir nosso horizonte de tempo. Enquanto os economistas estão habituados a raciocinar em termos de anos, no máximo em décadas, a escala de tempo da ecologia se amplia para séculos e milênios. Simultaneamente, é necessário observar como nossas ações afetam locais distantes de onde acontecem, em muitos casos implicando todo o planeta ou até mesmo a biosfera. (Sachs, 2000, p. 49-50).

No contexto do pensamento sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente, o autor conclui que, diante das transformações no pensamento científico, a ecologia moderna ampliou sua visão, deixando de lado os antigos modelos de equilíbrio para considerar a longa e complexa história da natureza. Isso nos leva a repensar a própria trajetória humana como parte de um processo de coevolução com o planeta. Enquanto diversas áreas do conhecimento acompanham essa mudança de perspectiva, a economia, curiosamente, caminha na direção oposta, afastando-se do tempo histórico que a originou. Esse distanciamento ajuda a explicar por que, muitas vezes, ela é vista como uma ciência rígida e limitada diante dos desafios do presente e do futuro.

Assim, compreende-se que Sachs apresenta uma visão sustentável para o desenvolvimento, sem deixar de abranger as questões econômicas e sociais, destacando em sua teoria uma visão multidimensional.

No contexto das teorias do desenvolvimento local, a partir de uma visão multidimensional, no que se aplica ao Corredor Bioceânico, Asato (2021), destaca que essa perspectiva também pode contribuir significativamente para a redução de impactos sociais e ambientais, especialmente quando pensado de forma local e participativa. Isso se deve, em particular, à possibilidade de criação de um novo itinerário que favoreça as relações econômicas, comerciais e socioculturais entre os países sul-americanos.

Assim, o desenvolvimento proposto no estudo de Asato (2021), visa à população como sujeito social de enfrentamento dos impactos da rota de integração, deste modo, o autor destaca:

> o conceito de desenvolvimento local sugere um movimento de *base bottom up*, ou seja, de "baixo para cima", o que é proposto por Santos e Rodriguez-Garavito (2006), como forma de vislumbrar, nas ações da sociedade civil, o ator principal do processo de construção coletiva, em razão de que o processo decisório não pode nem deve ser entendido como exclusivo do Estado ou das elites econômicas locais. (Asato, 2021, p. 65).

O desenvolvimento local, conforme defendem Santos e Rodriguez-Garavito (2006) e interpretado por Asato (2021), parte de um modelo bottom up, isto é, iniciado "de baixo para cima", no qual a sociedade civil é o principal agente da construção coletiva. Nessa visão, o poder de decisão não deve ser monopólio do Estado ou das elites econômicas locais, mas compartilhado, reconhecendo o papel central da participação comunitária na definição de estratégias e ações para o território.

Deste modo, o desenvolvimento local deve ser compreendido não como uma fórmula universal capaz de solucionar de imediato os problemas de uma comunidade, mas como um processo social e econômico enraizado no território e orientado pelas necessidades, recursos e capacidades da população que nele vive. Conforme Vachon (1995, p. 1), trata-se de "recriar a vontade e a capacidade de um meio produzir seu próprio desenvolvimento".

O autor complementa que, ao contrário de modelos centrados apenas em indicadores econômicos, o desenvolvimento local integra preocupações sociais, culturais e ambientais às dimensões produtivas (Vachon; Coallier, 1993, p. 91). O processo é necessariamente participativo, com a população colocada no centro da reconquista de seu espaço econômico, social e cultural. A participação comunitária não é um elemento acessório, mas o núcleo da estratégia de ação, devendo ser mobilizada ao longo de todas as etapas, por meio de práticas de concertação, parcerias e cooperação entre atores públicos e privados.

Para (Vachon; Coallier, 1993), as características essenciais de um desenvolvimento local bem-sucedido apresentam várias características (Quadro 16).

Quadro 16 – Características essenciais do Desenvolvimento Local

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
Ancoragem territorial	Projeto fortemente vinculado à realidade geográfica, social e cultural do território.
Força endógena	Capacidade efetiva ou potencial da comunidade de assumir o controle de seu desenvolvimento.
Abordagem global	Integração de iniciativas setoriais em um plano comum.

Fonte: Vanchon; Coallier, 1993. Adaptado pela autora.

Assim, compreende-se que o desenvolvimento local constitui um processo dinâmico e integrador, que ultrapassa a dimensão estritamente econômica para abarcar aspectos sociais, culturais e ambientais, tendo como núcleo a participação ativa da comunidade em todas as etapas.

Para alcançar resultados efetivos e sustentáveis, é imprescindível que se fortaleçam elementos como a ancoragem territorial, garantindo o vínculo do projeto à realidade geográfica, social e cultural do território; a força endógena, que assegura a capacidade da própria comunidade de conduzir seu desenvolvimento; e a abordagem global, que promove a articulação e integração de iniciativas setoriais em um plano comum (Vachon; Coallier, 1993). Dessa forma, o desenvolvimento local se consolida como um caminho capaz de potencializar recursos e capacidades internas, construindo soluções mais adequadas e duradouras às especificidades de cada território.

Portanto, diante do exposto, observa-se que o desenvolvimento local, quando concebido a partir de uma perspectiva multidimensional, incorpora de maneira indissociável as dimensões econômica, social, cultural e ambiental, articulando-as em prol de estratégias territorializadas e participativas.

Essa abordagem, sustentada por autores como Asato (2021), Santos e Rodriguez-Garavito (2006), Sachs (2000), e Vachon e Coallier (1993), enfatiza a centralidade da sociedade civil como protagonista na definição e condução de seu próprio processo de desenvolvimento, por meio de práticas inclusivas e colaborativas que fortalecem a identidade e a coesão social. No caso de iniciativas como o Corredor Bioceânico, tal concepção amplia as possibilidades de integração regional, redução de impactos e promoção de benefícios compartilhados, desde que

respeitados os contextos locais e potencializadas as capacidades endógenas. Assim, mais do que um modelo de gestão territorial, o desenvolvimento local configura-se como um processo contínuo de construção coletiva, no qual a ancoragem territorial, a força endógena e a abordagem global atuam de forma integrada para garantir soluções duradouras e adaptadas às especificidades de cada comunidade.

Assim, este capítulo analisou o Corredor Rodoviário Bioceânico como uma infraestrutura estratégica de integração física, econômica e geopolítica da América do Sul, destacando seus antecedentes históricos, sua materialização institucional e seus desdobramentos territoriais, com ênfase no estado de Mato Grosso do Sul. A partir da contextualização do projeto no âmbito da IIRSA, da Declaração de Assunção e das iniciativas multilaterais subsequentes, evidenciou-se o papel do corredor como indutor de fluxos logísticos, comerciais e turísticos entre o Atlântico e o Pacífico.

A análise do município de Porto Murtinho revelou sua centralidade como porta de entrada do Corredor Bioceânico no território brasileiro, bem como as contradições inerentes ao processo de inserção em redes logísticas globais. Embora os investimentos em infraestrutura ampliem a competitividade regional e projetem o município como nó estratégico internacional, observam-se impactos socioespaciais relevantes, como a pressão sobre o mercado imobiliário, o risco de intensificação da segregação urbana e a fragilização da articulação entre as escalas local, estadual e nacional de planejamento.

Nesse contexto, a discussão sobre a Rede Universitária da Rota de Integração Latino-Americana (UniRila) evidenciou a importância do conhecimento científico, da cooperação acadêmica e da produção de saberes territoriais como instrumentos fundamentais para qualificar o debate, subsidiar políticas públicas e promover uma integração regional mais equilibrada e sustentável. A atuação da rede reafirma o papel da universidade como agente estratégico na mediação entre infraestrutura, território e desenvolvimento.

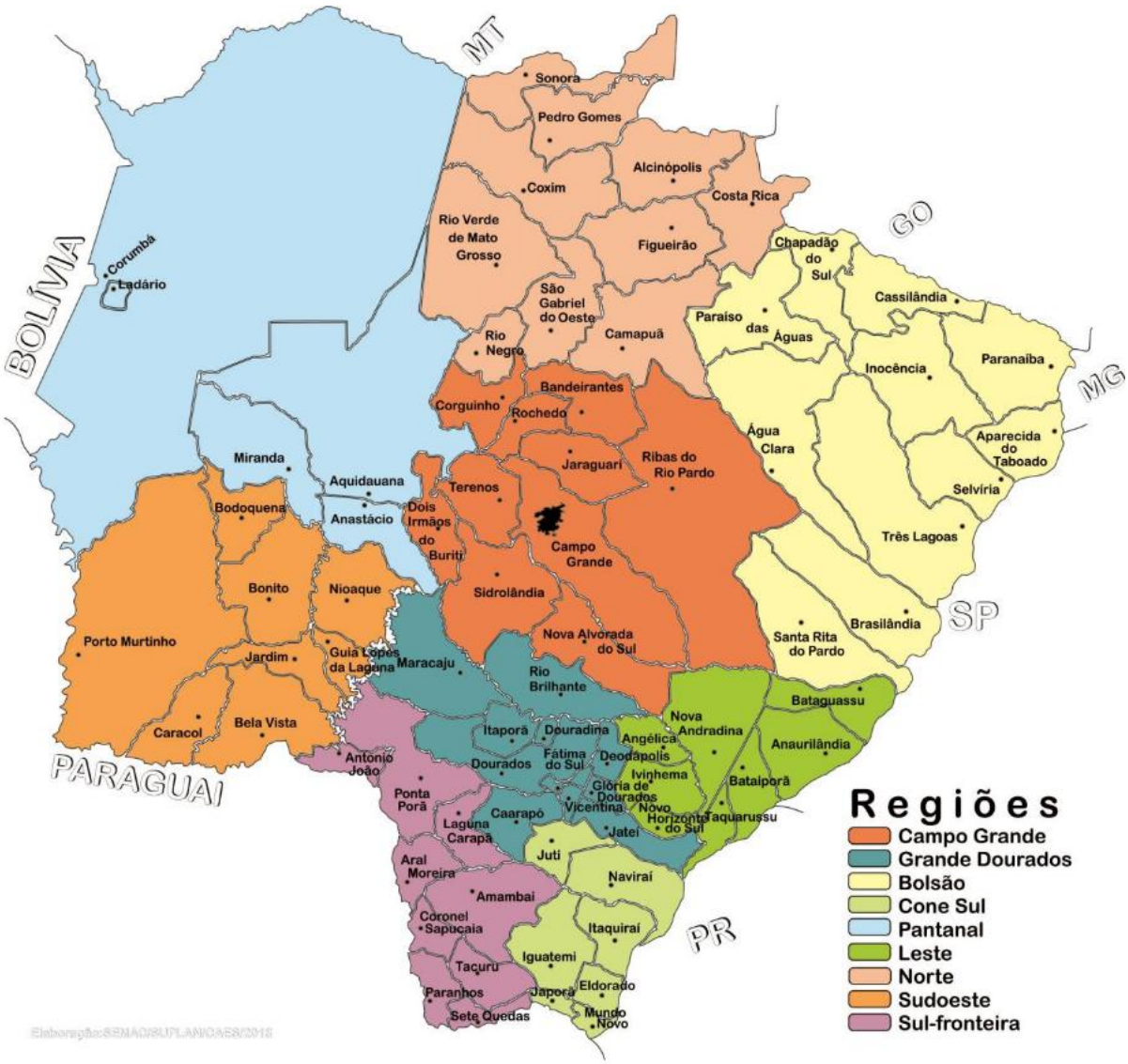
Por fim, ao incorporar o debate teórico sobre desenvolvimento local, o capítulo reforçou a necessidade de compreender o Corredor Bioceânico para além de sua função logística, reconhecendo-o como um processo que incide diretamente sobre os territórios e as populações locais. A perspectiva multidimensional e participativa do desenvolvimento local evidencia que os benefícios do corredor somente poderão ser efetivamente apropriados se houver fortalecimento das capacidades endógenas, ancoragem territorial e integração entre políticas públicas, planejamento urbano e participação social. Esses elementos constituem a base analítica que orienta o capítulo seguinte, no qual são apresentadas as análises empíricas e as

proposições voltadas ao ordenamento territorial, à mobilidade e à acessibilidade urbana no contexto do Corredor Bioceânico.

6. PROPOSIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E DO CORREDOR BIOCEÂNICO

A implantação do Corredor Bioceânico de Capricórnio, conectando Brasil, Paraguai, Argentina e Chile até os portos do Pacífico, reposiciona o estado de Mato Grosso do Sul no cenário de integração latino-americana. Nesse contexto, o eixo rodoviário que se estende de Campo Grande a Porto Murtinho assume papel estratégico, atravessando uma série de municípios cuja dinâmica socioeconômica, logística e territorial tende a ser profundamente transformada. Entre esses municípios destacam-se Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho, que constituem a principal rota de passagem brasileira até a fronteira com o Paraguai, conforme figura 10.

Figura 10 – Municípios de Mato Grosso do Sul

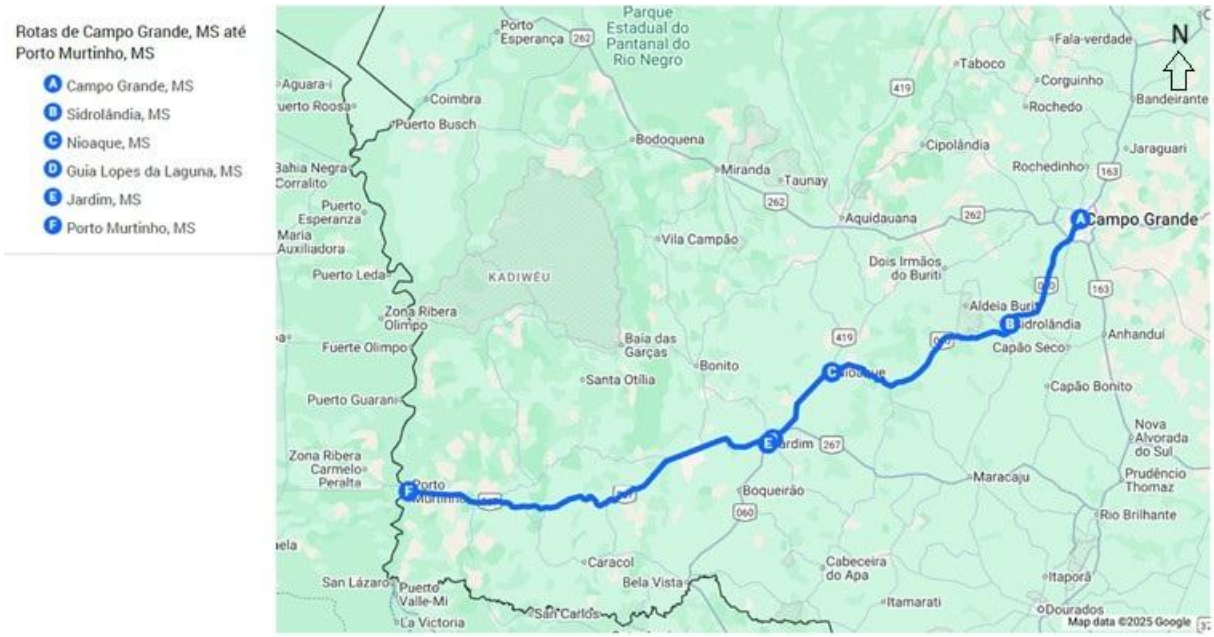


Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2015.

6.1 Os Municípios do Corredor Bioceânico de Capricórnio no estado de Mato Grosso do Sul – MS

O presente capítulo tem por objetivo desenvolver uma abordagem sistêmica dos municípios sul-mato-grossenses de Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho, considerando sua inserção estratégica no traçado do Corredor Bioceânico de Capricórnio (Figura 11). Esses territórios configuram-se como áreas de passagem e de articulação logística no Estado de Mato Grosso do Sul, assumindo papel fundamental na consolidação do corredor como eixo de integração regional, nacional e internacional.

Figura 11 – Municípios Sul-Mato-Grossenses no contexto da Rota



Fonte: Elaborado pela autora.

A análise proposta busca compreender os municípios não apenas como pontos de trânsito, mas como espaços vivos, dotados de dinâmicas socioeconômicas, históricas, culturais e territoriais próprias, que condicionam e são condicionadas pela implantação de grandes projetos de infraestrutura. Nesse sentido, o capítulo privilegia uma leitura integrada do território, articulando aspectos urbanos, institucionais e produtivos, a fim de evidenciar as potencialidades e os desafios decorrentes da inserção desses municípios no Corredor Bioceânico.

6.1.1 Campo Grande: capital e polo de comando

A constituição histórica do município de Campo Grande insere-se no contexto mais amplo do processo de ocupação e integração territorial da região Centro-Oeste brasileira, assumindo particular relevância no cenário sul-mato-grossense. Conforme documentado por Marques (2007), a trajetória de formação da cidade pode ser compreendida a partir da articulação entre fatores econômicos, infraestruturais e socioculturais, materializados no espaço urbano e em seu patrimônio edificado.

O marco inicial da ocupação permanente da região remonta ao ano de 1872, quando José Antônio Pereira se estabelece na confluência dos córregos Prosa e Segredo, dando origem a um núcleo populacional de base rural. Esse assentamento inicial desenvolveu-se de forma espontânea, apoiado principalmente na pecuária extensiva e nas rotas de circulação de tropeiros, o que se refletiu em uma paisagem construída caracterizada por edificações simples, predominantemente em madeira e taipa, adequadas às condições técnicas e econômicas da época.

Em 1899, o povoado foi elevado à categoria de vila, momento em que se inicia um processo mais sistemático de organização do espaço urbano. De acordo com Marques (2007), é nesse período que se delineia o traçado urbano ortogonal, elemento estruturante que permanece como característica marcante da cidade. Paralelamente, surgem os primeiros edifícios institucionais, religiosos e comerciais, sinalizando a transição de um núcleo rural para um centro urbano em consolidação.

Um dos acontecimentos mais decisivos para a história de Campo Grande ocorre em 1914, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). A ferrovia representou um vetor fundamental de integração regional, conectando o território ao Sudeste do país e impulsionando o crescimento demográfico, econômico e urbano. A partir desse marco, Campo Grande passa a desempenhar a função de entreposto comercial estratégico, fortalecendo sua centralidade no contexto regional.

Entre as décadas de 1910 e 1930, observa-se uma significativa diversificação da paisagem urbana e arquitetônica. Nesse período, consolidam-se linguagens arquitetônicas como o ecletismo, o neocolonial e, posteriormente, os primeiros exemplares do art déco, especialmente em edificações públicas, estabelecimentos comerciais e residências urbanas. Segundo Marques (2007), esses estilos expressam não apenas tendências estéticas, mas também o processo de modernização e o desejo de afirmação simbólica da cidade.

Nas décadas de 1940 a 1960, Campo Grande vivencia um novo ciclo de expansão urbana, marcado pela abertura de bairros, pela ampliação da infraestrutura e pela introdução da arquitetura moderna. Esse processo, embora associado à ideia de progresso, acarreta, conforme ressalta o autor, a substituição e a descaracterização de parte significativa do patrimônio histórico construído, evidenciando a ausência de políticas sistemáticas de preservação.

A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, e a oficialização de Campo Grande como capital estadual, em 1979, representam um ponto de inflexão na trajetória urbana do município. A cidade passa a concentrar funções administrativas e políticas de escala estadual, o que intensifica a produção de novos edifícios públicos, a expansão da malha urbana e a reconfiguração de áreas centrais, frequentemente em detrimento de edificações históricas preexistentes.

A partir das décadas finais do século XX, intensificam-se as tensões entre crescimento urbano, modernização e preservação da memória histórica. Marques (2007) evidencia que muitos edifícios e conjuntos urbanos foram demolidos ou profundamente descaracterizados, comprometendo a leitura histórica da cidade.

Já no século XXI, observa-se uma ampliação do debate público e institucional em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural, ainda que de forma fragmentada. Edificações remanescentes vinculadas à ferrovia, praças históricas e alguns conjuntos arquitetônicos passam a ser reconhecidos como elementos fundamentais da identidade urbana de Campo Grande. O autor evidencia em sua obra que a cidade se configura como um território marcado pela sobreposição de temporalidades, no qual o dinamismo urbano convive com fragmentos materiais de sua formação histórica.

Dessa forma, a cronologia histórica de Campo Grande, conforme sistematizada por Marques (2007), revela uma cidade cuja identidade urbana foi moldada por processos acelerados de ocupação, integração territorial e modernização, ao mesmo tempo em que destaca os desafios permanentes relacionados à preservação do patrimônio histórico como suporte da memória coletiva e da compreensão crítica do desenvolvimento urbano.

A leitura da formação urbana sistematizada por Marques (2007) evidencia que o desenvolvimento da cidade esteve historicamente associado à sua capacidade de articulação territorial, à implantação de infraestruturas de circulação e à centralidade político-administrativa assumida ao longo do tempo. Ao documentar o patrimônio edificado e os processos de transformação do espaço urbano, o autor revela como a lógica da conectividade e dos fluxos constituiu elemento estruturante da dinâmica urbana campo-grandense. Essa compreensão histórica oferece base analítica para avançar na discussão contemporânea sobre a

inserção estratégica do município no Corredor Bioceânico, permitindo interpretar o projeto não como uma ruptura, mas como uma reconfiguração ampliada de funções territoriais historicamente consolidadas.

Assim, a inserção do município de Campo Grande no contexto do Corredor Bioceânico fundamenta-se em sua posição estratégica na rede de circulação do território sul-mato-grossense e em sua histórica função de articulação logística e administrativa. Mais do que um centro urbano de porte médio, Campo Grande configura-se como um nó estruturante das infraestruturas de transporte, serviços e governança que sustentam a viabilidade do corredor no Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, o Corredor Bioceânico retoma e amplia funções territoriais já consolidadas na cidade, ao integrá-la a uma rota internacional voltada à conexão entre o interior da América do Sul e os portos do Pacífico. Campo Grande deve assumir um papel central na organização dos fluxos de mercadorias, pessoas e informações, atuando como ponto de convergência entre a malha rodoviária estadual, as conexões intermunicipais e as articulações interestaduais e internacionais.

A condição de capital estadual reforça essa centralidade, uma vez que concentra estruturas administrativas, institucionais e técnicas capazes de coordenar políticas públicas, investimentos e estratégias de desenvolvimento associadas ao Corredor Bioceânico. Essa posição institucional amplia a capacidade de planejamento e gestão territorial, qualificando o município como referência para a implementação de projetos de infraestrutura e integração regional.

Entretanto, a consolidação de Campo Grande como eixo do Corredor Bioceânico impõe desafios relacionados à ordenação do território urbano, à mobilidade, à pressão sobre áreas consolidadas e à preservação do patrimônio histórico-cultural. A experiência urbana da cidade evidencia que a intensificação dos fluxos logísticos, quando dissociada de instrumentos integrados de planejamento, pode aprofundar desigualdades socioespaciais e comprometer referências identitárias.

Dessa forma, a inserção estratégica de Campo Grande no Corredor Bioceânico deve ser compreendida como uma oportunidade de promover um modelo de desenvolvimento territorial que articule eficiência logística, governança multiescalar e valorização do patrimônio histórico e cultural, contribuindo para a construção de um corredor de integração que seja, simultaneamente, competitivo, inclusivo e sustentável.

6.1.2 Sidrolândia: expansão agroindustrial e influência regional

O processo de formação histórica do município de Sidrolândia insere-se no movimento de ocupação do interior do antigo estado de Mato Grosso, associado à expansão da pecuária e à fixação de grandes propriedades rurais no século XIX. De acordo com IBGE (1958), “as terras que hoje formam o município eram conhecidas desde o século XVII, mas só começaram a ser efetivamente povoadas com a instalação de fazendas de criação de gado” (IBGE, 1958, p. 296).

O povoamento inicial é atribuído ao sertanista Gabriel Francisco Lopes, que se estabeleceu na região acompanhado de seu sogro, Antônio Gonçalves Barbosa, e de Inocêncio Barbosa, implantando fazendas de criação nas áreas banhadas pelos rios Vacaria e Anhanduí. Segundo o IBGE, “a fertilidade das terras e a abundância de pastagens naturais favoreceram o rápido desenvolvimento da pecuária, atraindo novos moradores” (IBGE, 1958, p. 296). Esse processo consolidou as bases econômicas e territoriais que sustentariam a ocupação contínua da região.

Relatos oficiais do período imperial já indicavam a presença populacional significativa na área. O relatório do Coronel Henrique Rohan, de 1845, citado pela Enciclopédia do IBGE, apontava que a região entre os rios Vacaria e Anhanduí contava com mais de cem habitantes, evidenciando um núcleo rural relativamente estruturado para os padrões do interior brasileiro do século XIX (IBGE, 1958).

Após a Guerra do Paraguai (1864–1870), o território recebeu novos contingentes populacionais. A Enciclopédia registra que “Vicente de Brito e José Pereira Martins estabeleceram-se na região, fundando fazendas e ampliando a ocupação das terras” (IBGE, 1958, p. 296). Na sequência, Hermenegildo Alves Pereira fundou a Fazenda Ponto Alto, enquanto Porfírio Brito consolidou propriedades que permaneceriam como referência para a formação do núcleo urbano posterior.

A constituição do núcleo urbano de Sidrolândia está diretamente vinculada à atuação de Sidrônio Antunes de Andrade, genro de Porfírio Brito. Conforme o IBGE (1958), “em 1926, Sidrônio Antunes de Andrade loteou parte da Fazenda São Bento, embora a venda efetiva dos lotes só tenha ocorrido a partir de 1942, dando origem à povoação de Sidrolândia” (IBGE, 1958, p. 297). Esse momento marca a transição de um espaço essencialmente rural para a formação de um aglomerado urbano estruturado.

O crescimento da povoação foi intensificado com a implantação da infraestrutura de transportes e comunicações. Destaca-se ainda que “a inauguração da estação telegráfica e ferroviária de Anhanduí, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 25 de abril de 1944,

constituiu fator decisivo para o progresso local" (IBGE, 1958, p. 297). Tal infraestrutura integrou Sidrolândia aos fluxos regionais, fortalecendo sua função de articulação territorial.

Administrativamente, Sidrolândia foi elevada à categoria de distrito pela Lei Estadual nº 207, de 1º de dezembro de 1948, subordinada ao município de Campo Grande. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 684, de 11 de dezembro de 1953, foi emancipada, com instalação oficial em 1º de janeiro de 1954. O topônimo Sidrolândia, conforme registra o IBGE, "constitui homenagem ao seu fundador, Sidrônio Antunes de Andrade" (IBGE, 1958, p. 297).

A trajetória histórica de Sidrolândia apresenta elementos convergentes com outros municípios do Corredor Bioceânico no estado de Mato Grosso do Sul, como Campo Grande, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Porto Murtinho. Assim como Sidrolândia, esses municípios tiveram sua formação vinculada à expansão da pecuária, à ocupação de terras no século XIX e à posterior incorporação de infraestruturas de transporte como fator decisivo de integração regional. Contudo, diferentemente de Campo Grande — cuja centralidade se consolidou pela ferrovia e pela função político-administrativa — Sidrolândia desenvolveu-se como território de suporte produtivo e logístico, reforçando, no contexto contemporâneo do Corredor Bioceânico, seu papel como área de passagem estratégica, apoio às cadeias agropecuárias e conexão entre polos urbanos e produtivos. Essa diferenciação funcional evidencia a heterogeneidade dos municípios do corredor e reforça a necessidade de análises territoriais integradas e multiescalares.

Do ponto de vista do desenvolvimento territorial, Constantino *et al*. (2023) e Nogueira *et al*. (2023) analisam os impactos do Corredor Bioceânico e destacam que a implantação de uma infraestrutura integrada de circulação possui potencial para catalisar transformações estruturais nos padrões produtivos e na dinâmica regional. Os estudos indicam que esse tipo de corredor logístico tende a promover a aceleração do crescimento econômico, a ampliação do comércio internacional, o estímulo à formação e ao fortalecimento de cadeias produtivas regionais e a reconfiguração da posição estratégica dos municípios inseridos ao longo da rota, incluindo Campo Grande, Sidrolândia e os demais municípios sul-mato-grossenses diretamente vinculados ao traçado do corredor.

Nesse contexto, a inserção de Sidrolândia no Corredor Bioceânico pode ser compreendida como uma continuidade histórica de sua função de integração territorial, agora ressignificada em escala continental. A localização do município em eixo rodoviário estruturante amplia sua relevância como território de suporte produtivo e logístico, reforçando sua articulação com os centros urbanos regionais e com os fluxos internacionais de mercadorias, ao mesmo tempo em que impõe novos desafios relacionados ao planejamento territorial, à

sustentabilidade e à gestão dos impactos socioespaciais decorrentes da intensificação dos fluxos.

6.1.3 Nioaque: território histórico e de base agropecuária

A trajetória histórica do município de Nioaque, conforme analisada por Marques (2007), insere-se no processo de ocupação do sudoeste do antigo estado de Mato Grosso, fortemente marcado por estratégias militares, pela expansão da pecuária e pela consolidação de núcleos urbanos vinculados à defesa territorial e à circulação regional. Diferentemente de outros municípios sul-mato-grossenses cuja gênese esteve associada prioritariamente à lógica ferroviária, Nioaque apresenta uma formação historicamente vinculada à presença do Estado e às dinâmicas de fronteira.

Segundo Marques (2007), a origem de Nioaque está diretamente relacionada à instalação de um posto militar em meados do século XIX, no contexto das disputas territoriais e da necessidade de controle da região fronteiriça. A fundação do Quartel de Nioaque, em 1849, constitui o marco inicial do povoamento, conferindo ao local importância estratégica no sistema de defesa do Império brasileiro. Esse núcleo militar atraiu gradativamente população civil, dando origem a um aglomerado urbano incipiente, sustentado por atividades de apoio à guarnição e pela pecuária extensiva.

A Guerra do Paraguai (1864–1870) representa um momento decisivo na história local. Conforme destacado por Marques (2007), o conflito intensificou a presença militar na região e reforçou a importância de Nioaque como ponto estratégico de articulação territorial. No pós-guerra, o município passa a desempenhar papel relevante no processo de reorganização do território, favorecendo a fixação de populações e a ampliação das atividades produtivas, sobretudo ligadas à criação de gado.

No final do século XIX e início do século XX, Nioaque consolida-se como núcleo urbano permanente, com a implantação de edificações civis, religiosas e administrativas. Marques (2007) destaca que o patrimônio arquitetônico remanescente desse período expressa uma urbanização funcional, marcada pela simplicidade construtiva e pela adaptação às condições locais, refletindo tanto a herança militar quanto a economia agropecuária dominante. A elevação à categoria de município, ocorrida em 1890, formaliza sua autonomia administrativa e consolida sua posição na rede urbana regional.

Ao longo do século XX, o município manteve uma dinâmica urbana moderada, sem processos intensos de industrialização ou verticalização. Essa condição contribuiu, segundo o autor, para a preservação de parte significativa de seu patrimônio histórico-cultural, ainda que

submetido a pressões decorrentes da modernização e da reestruturação das infraestruturas viárias. Assim, Nioaque apresenta uma paisagem urbana que materializa diferentes temporalidades de sua formação histórica, constituindo importante referência para a compreensão da ocupação do sudoeste sul-mato-grossense.

A inserção contemporânea de Nioaque no contexto do Corredor Bioceânico de Capricórnio pode ser compreendida como uma reatualização de sua histórica função estratégica de articulação territorial. Se, no século XIX, o município desempenhava papel fundamental na defesa e no controle do território, no século XXI sua relevância passa a ser redefinida a partir das lógicas de integração logística e circulação internacional de mercadorias.

Localizado em área de conexão entre importantes eixos rodoviários que estruturam o sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, Nioaque integra a rota terrestre que conecta Campo Grande aos municípios fronteiriços e, consequentemente, aos países do Cone Sul. Nesse sentido, o Corredor Bioceânico reposiciona o município como território de passagem estratégica, inserindo-o em uma rede de fluxos que transcende a escala local e regional, alcançando a dimensão continental.

A análise proposta por Marques (2007), ao enfatizar a importância histórica de Nioaque como espaço de controle, circulação e apoio logístico, oferece subsídios interpretativos relevantes para compreender sua inserção no Corredor Bioceânico não como um fenômeno isolado, mas como continuidade de funções territoriais historicamente consolidadas. A diferença fundamental reside na escala e na natureza dos fluxos, que passam de uma lógica predominantemente militar e regional para uma dinâmica econômica, produtiva e internacional.

Entretanto, a intensificação dos fluxos logísticos associada ao Corredor Bioceânico impõe desafios significativos ao município, especialmente no que se refere ao ordenamento territorial, à infraestrutura urbana e à preservação do patrimônio histórico-cultural. A experiência histórica de Nioaque, marcada por relativa estabilidade urbana e preservação de sua paisagem construída, reforça a necessidade de estratégias de planejamento que conciliem integração logística, desenvolvimento econômico e valorização da memória urbana.

Dessa forma, a presente análise, fundamentada no estudo de Marques (2007), evidencia que a inserção do município no Corredor Bioceânico deve ser compreendida como parte de um processo histórico mais amplo de articulação territorial, no qual o passado militar e agropecuário dialoga com as demandas contemporâneas de integração regional e desenvolvimento sustentável.

6.1.4 Guia Lopes da Laguna: conector regional e expansão urbana iminente

A formação histórica do município de Guia Lopes da Laguna está diretamente associada aos processos de ocupação do sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, em um contexto marcado pela circulação militar, pelas expedições de reconhecimento territorial e pela posterior consolidação de núcleos urbanos vinculados às rotas de passagem e às atividades agropecuárias. Conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1958), a origem do povoado relaciona-se aos desdobramentos da Guerra da Tríplice Aliança, especialmente à chamada Retirada da Laguna, episódio que marcou profundamente a memória histórica regional e deu nome ao município.

Segundo o IBGE (1958), o núcleo inicial de ocupação desenvolveu-se nas proximidades do Rio Miranda, em área estratégica para o deslocamento de tropas e para o apoio logístico às incursões militares no século XIX. Com o término do conflito, a região passou a ser gradativamente ocupada por famílias dedicadas à pecuária extensiva e à agricultura de subsistência, consolidando um povoamento permanente. A posterior elevação à condição de distrito e, mais adiante, à categoria de município expressa a institucionalização desse processo de ocupação e a incorporação definitiva de Guia Lopes da Laguna à estrutura administrativa estadual, refletindo a consolidação de sua base territorial e demográfica ao longo da primeira metade do século XX.

Para além da cronologia administrativa, a constituição de Guia Lopes da Laguna revela uma forte dimensão simbólica e memorial, profundamente associada à figura histórica que lhe confere o nome. Nesse sentido, Maciel (2020) destaca que a identidade local é construída a partir da ressignificação contínua da memória da Retirada da Laguna e da representação do Guia Lopes enquanto personagem histórico, especialmente no campo do ensino de História Regional. A autora demonstra que a memória coletiva do município é mediada por narrativas escolares, monumentos e práticas pedagógicas, que reforçam uma identidade territorial fortemente ancorada no passado militar e heroico.

Essa dimensão simbólica da história local encontra expressão concreta na paisagem urbana e rural do município, na qual a memória do conflito e das rotas históricas permanece inscrita em espaços públicos e referências simbólicas que articulam passado e presente. Tais elementos contribuem para a produção de sentidos sobre o território, reforçando vínculos identitários e narrativas de pertencimento no âmbito local.

Do ponto de vista geográfico e territorial, Guia Lopes da Laguna apresenta uma dinâmica espacial que extrapola seus limites administrativos, articulando-se historicamente

com municípios vizinhos, especialmente Jardim. Conforme analisam Lima e Silva (2021), a formação territorial dessa conurbação resulta de processos históricos compartilhados, nos quais os eixos de circulação, as atividades produtivas e a proximidade física contribuíram para a constituição de uma paisagem socioespacial integrada. Essa condição reforça o papel do município como território de passagem e de articulação regional, característica que remonta às rotas militares do século XIX e se mantém nas infraestruturas contemporâneas de circulação.

Assim, a análise integrada do histórico institucional apresentado pelo IBGE (1958), das construções simbólicas da memória local (Maciel, 2020) e das abordagens geográficas sobre a formação territorial (Lima; Silva, 2021) permite compreender Guia Lopes da Laguna como um município cuja identidade territorial resulta da sobreposição de temporalidades históricas, práticas sociais e dinâmicas espaciais. Tal compreensão é fundamental para análises contemporâneas que situam o município no contexto de grandes projetos de integração regional, como o Corredor Bioceânico, nos quais sua histórica função de circulação e articulação territorial tende a ser reatualizada em novas escalas.

Nesse cenário, a inserção contemporânea de Guia Lopes da Laguna no contexto do Corredor Bioceânico de Capricórnio representa uma reatualização de sua histórica função territorial vinculada à circulação e à articulação regional. Se inicialmente o município consolidou-se a partir de rotas militares e de deslocamento estratégico associadas à Guerra da Tríplice Aliança, no século XXI sua posição geográfica passa a ser ressignificada pela intensificação dos fluxos logísticos e econômicos decorrentes da integração bioceânica. A proximidade funcional com o município de Jardim e sua localização ao longo de eixos rodoviários estruturantes do sudoeste sul-mato-grossense conferem a Guia Lopes da Laguna um papel complementar na sustentação territorial do corredor, especialmente como espaço de apoio à mobilidade, à circulação de mercadorias e à articulação produtiva regional.

Nesse sentido, o Corredor Bioceânico tende a reforçar a centralidade estratégica do município em uma escala ampliada, ao mesmo tempo em que impõe desafios relacionados ao planejamento urbano, à gestão territorial e à preservação de sua memória histórica e identidade cultural frente à intensificação dos fluxos e às novas dinâmicas de desenvolvimento regional.

6.1.5 Jardim: turismo sustentável e centralidade ambiental

A formação histórica do município de Jardim insere-se no processo de ocupação do sudoeste do atual estado de Mato Grosso do Sul, associado à expansão das frentes pecuárias, à circulação regional e às estratégias estatais de integração territorial. De acordo com o IBGE (1958), o núcleo inicial de povoamento desenvolveu-se a partir da antiga Fazenda Jardim, cuja

localização estratégica favoreceu a fixação populacional e a constituição de um ponto de apoio às atividades agropecuárias e aos deslocamentos na região. A partir desse núcleo, consolidou-se um povoado que gradualmente adquiriu relevância econômica e administrativa, culminando em sua emancipação político-administrativa no contexto da reorganização territorial do então estado de Mato Grosso (IBGE, 1958).

Ainda segundo o IBGE (1958), o processo de ocupação de Jardim esteve diretamente relacionado à dinâmica rural, marcada pela pecuária extensiva e pela utilização do território como espaço de circulação e produção. Esses fatores contribuíram para a estruturação inicial do tecido urbano e para a conformação de uma paisagem marcada pela articulação entre o espaço rural e o núcleo urbano emergente. A consolidação do município ocorreu de forma gradual, acompanhando o fortalecimento das atividades produtivas e a ampliação das conexões regionais, o que possibilitou a emergência de funções urbanas básicas e a formação de uma identidade local fortemente vinculada ao meio rural e às rotas de integração territorial.

Esse processo histórico foi significativamente intensificado com a implantação de infraestruturas de circulação, em especial a rodovia conhecida como Comissão de Estradas de Rodagem nº3 - CER-3, que desempenhou papel decisivo na reorganização espacial e no crescimento urbano de Jardim. Conforme analisam Mattos e Lima (2020), a CER-3 constituiu um marco na integração do território, ao viabilizar fluxos permanentes de pessoas, mercadorias e informações, redefinindo padrões de circulação e estimulando a expansão urbana ao longo de seu traçado. A rodovia reforçou a posição estratégica de Jardim no contexto regional e contribuiu para a conformação de uma identidade sociocultural associada à ideia de progresso, integração e pertencimento ao projeto nacional de interiorização do desenvolvimento (Mattos; Lima, 2020)

Do ponto de vista da dinâmica territorial, a materialidade da infraestrutura rodoviária atuou como elemento estruturante da configuração espacial do município. Mattos e Lima (2020) demonstram que a presença da CER-3 reorganizou as relações entre campo e cidade, fortaleceu os vínculos com municípios vizinhos e consolidou Jardim como polo de apoio às atividades produtivas do entorno. Essa dinâmica resultou em uma territorialidade marcada pela articulação regional, na qual os fluxos econômicos e sociais extrapolam os limites administrativos municipais, configurando um espaço funcionalmente integrado ao sudoeste sul-mato-grossense.

Essa condição territorial reflete-se na centralidade urbana exercida por Jardim na rede urbana sub-regional. Conforme argumenta Gomes (2024), ainda que se trate de uma cidade de pequeno porte, o município desempenha funções urbanas relevantes, concentrando serviços,

comércio e equipamentos que atendem não apenas à sua população residente, mas também a habitantes de municípios vizinhos, como Guia Lopes da Laguna. Essa centralidade relativa decorre tanto de sua posição geográfica quanto de sua trajetória histórica vinculada à infraestrutura viária, configurando Jardim como um nodo intermediário na hierarquia urbana regional.

No âmbito do patrimônio histórico e cultural, Jardim preserva elementos materiais e simbólicos associados à sua formação histórica, expressos em edificações, traçados urbanos e práticas socioculturais que remetem ao período de consolidação do núcleo urbano e às atividades rurais que sustentaram sua economia inicial. Esses bens constituem referências da memória coletiva local e desempenham papel relevante na construção da identidade urbana, sendo frequentemente mobilizados em narrativas históricas e iniciativas de valorização cultural, conforme evidenciado por registros documentais e jornalísticos disponíveis em acervos como o CDGeo e a Hemeroteca Digital da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, s.d.).

Associado a esse patrimônio, o município destaca-se também por seu potencial turístico, especialmente em função de sua proximidade com áreas de relevante valor paisagístico e ambiental, como a região da Serra da Bodoquena. O turismo, articulado às dimensões histórica, cultural e natural, configura-se como atividade complementar à base econômica tradicional, ampliando as possibilidades de desenvolvimento local e regional e reforçando o papel de Jardim como polo de serviços e apoio logístico no sudoeste sul-mato-grossense.

Outro elemento estratégico na conformação territorial de Jardim é a presença de instalações do Exército Brasileiro, que historicamente contribuíram para a ocupação, a segurança e a integração da região. O quartel instalado no município desempenha funções que extrapolam o âmbito estritamente militar, influenciando a dinâmica urbana, a economia local e a infraestrutura regional, além de reforçar a importância geopolítica do município no contexto da faixa sudoeste do estado e das áreas de fronteira. Essa presença institucional insere Jardim em uma lógica histórica de defesa e integração territorial, alinhada às políticas estatais de ocupação e controle do espaço nacional.

Dessa forma, a análise integrada do contexto histórico, da dinâmica territorial, da centralidade urbana, do patrimônio histórico, do turismo, da presença militar e dos instrumentos de planejamento revela Jardim como um município cuja configuração atual resulta da interação entre processos históricos de ocupação, infraestruturas de circulação e estratégias contemporâneas de gestão territorial, fornecendo base analítica consistente para a compreensão

de seu papel no contexto regional e em projetos de integração de maior escala, como o Corredor Bioceânico de Capricórnio.

No contexto contemporâneo de reestruturação das redes logísticas e de integração sul-americana, o município de Jardim assume papel estratégico no âmbito do Corredor Bioceânico de Capricórnio, sobretudo em razão de sua posição territorial e de sua histórica vocação como nó intermediário de circulação regional. Embora não figure como ponto terminal da rota, Jardim integra um conjunto de municípios cuja função é assegurar a continuidade espacial, funcional e logística do corredor no território sul-mato-grossense, articulando fluxos que conectam Campo Grande aos municípios da faixa sudoeste do estado, como Nioaque, Guia Lopes da Laguna e, em última instância, Porto Murtinho. Essa condição reforça a centralidade relativa do município, anteriormente construída a partir de infraestruturas viárias como a CER-3, agora ressignificada em um projeto de integração de escala continental.

A inserção de Jardim no Corredor Bioceânico potencializa dinâmicas territoriais já existentes, ao ampliar sua conectividade logística, fortalecer sua função de apoio urbano e intensificar fluxos econômicos, sociais e produtivos. Nesse sentido, o corredor não inaugura uma nova lógica territorial, mas aprofunda e reordena processos históricos de integração regional, reafirmando Jardim como espaço de articulação entre o eixo central do estado, representado por Campo Grande, e os municípios do sudoeste sul-mato-grossense. Assim como observado em Sidrolândia, Nioaque e Guia Lopes da Laguna, a participação de Jardim no Corredor Bioceânico evidencia o papel dos municípios intermediários na sustentação da infraestrutura de circulação e na difusão dos efeitos territoriais do projeto, contribuindo para a reorganização produtiva, o fortalecimento da rede urbana regional e a ampliação das possibilidades de desenvolvimento territorial integrado.

6.1.6 Porto Murtinho: fronteira estratégica e plataforma logística internacional

A cronologia histórica de Porto Murtinho, conforme apresentada por Marques (2007), evidencia a estreita relação entre o processo de ocupação do território, a dinâmica fluvial do rio Paraguai e a conformação das fronteiras nacionais no Sul do então estado de Mato Grosso. O autor destaca que a história local antecede a constituição formal do município, estando profundamente vinculada às rotas de navegação, às disputas territoriais e às estratégias de controle da fronteira oeste brasileira.

Segundo Marques (2007), os primeiros registros históricos da região remontam ao período colonial, quando o rio Paraguai se consolidou como eixo fundamental de circulação, comunicação e comércio. Nesse contexto, o espaço que viria a constituir Porto Murtinho

assumiu importância estratégica tanto para a Coroa portuguesa quanto, posteriormente, para o Império brasileiro, sobretudo em razão de sua posição geográfica privilegiada e da proximidade com territórios sob domínio espanhol e, mais tarde, paraguaio. A ocupação inicial caracterizou-se pela exploração de atividades extrativistas, pela pecuária extensiva e pela presença de populações indígenas, cujas territorialidades foram progressivamente impactadas pela expansão luso-brasileira.

Marques (2007) destaca a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870) como um marco decisivo na cronologia histórica de Porto Murtinho. O conflito intensificou a militarização da região e reforçou a necessidade de controle das margens do rio Paraguai, transformando o local em ponto estratégico para o deslocamento de tropas, suprimentos e embarcações. No período pós-guerra, observa-se um processo mais consistente de reorganização territorial, marcado pelo fortalecimento da navegação fluvial e pela ampliação das relações comerciais com a Bacia do Prata.

Ainda de acordo com Marques (2007), o final do século XIX e o início do século XX correspondem à fase de consolidação urbana e econômica de Porto Murtinho, impulsionada pelo comércio internacional, pela exportação de produtos agropecuários e pela atuação de casas comerciais instaladas às margens do rio. A elevação do povoado à condição de município simboliza esse momento de institucionalização política e administrativa, ao mesmo tempo em que reflete a centralidade do porto como elemento estruturador da vida econômica e social local.

Complementando essa abordagem, Lima (2013) demonstra que o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX correspondem ao principal ciclo econômico de Porto Murtinho, caracterizado pelo dinamismo do comércio internacional, pela exportação de produtos agropecuários e pela presença de casas comerciais vinculadas ao capital externo. Esse período de prosperidade econômica refletiu-se diretamente na produção arquitetônica local, com a construção de edificações de maior porte e qualidade construtiva, muitas delas influenciadas por estilos e técnicas associados à arquitetura eclética e a referências europeias, comuns nos centros urbanos portuários daquele período.

Segundo Lima (2013), a arquitetura de Porto Murtinho expressa, de forma concreta, a inserção do município nas redes econômicas regionais e internacionais. As edificações comerciais, residenciais e institucionais erguidas nesse ciclo evidenciam o papel do porto como elemento estruturador da paisagem urbana e como símbolo de modernidade e progresso. Essa materialidade arquitetônica dialoga diretamente com a cronologia histórica apresentada por Marques (2007), ao demonstrar como os períodos de expansão econômica se traduziram em transformações espaciais duradouras.

Para Marques (2007), a cronologia histórica de Porto Murtinho não pode ser compreendida de maneira dissociada de seu patrimônio histórico e cultural. O autor enfatiza que o traçado urbano, as edificações históricas, as práticas sociais e as memórias coletivas constituem expressões materiais e imateriais de um processo histórico marcado pela condição de fronteira, pela circulação transnacional e pela convivência entre diferentes grupos culturais. Dessa forma, Porto Murtinho emerge como um território cuja história está intrinsecamente relacionada às dinâmicas regionais do Pantanal, à integração sul-americana e às transformações políticas e econômicas que moldaram o sul de Mato Grosso do Sul.

Assim, a cronologia histórica de Porto Murtinho, conforme sistematizada por Marques (2007), adquire maior densidade interpretativa quando articulada à leitura dos ciclos econômicos e de sua materialização no espaço urbano, conforme analisado por Lima (2013). Enquanto Marques privilegia os processos históricos relacionados à ocupação territorial, à navegação fluvial e à condição fronteiriça do município, Lima contribui ao evidenciar como esses processos se traduziram em formas arquitetônicas, padrões construtivos e na organização do tecido urbano ao longo do tempo.

Ambos os autores convergem ao destacar que os ciclos econômicos subsequentes, marcados por períodos de retração e pela redefinição das funções portuárias, impactaram significativamente a dinâmica urbana e a produção arquitetônica do município. A redução da importância da navegação fluvial e as mudanças nos fluxos comerciais regionais resultaram em um processo de estagnação relativa, que contribuiu tanto para a preservação de parte do patrimônio edificado quanto para a cristalização de formas urbanas associadas ao período de maior prosperidade econômica. Nesse sentido, Lima (2013) interpreta o conjunto arquitetônico de Porto Murtinho como testemunho material de sua história econômica, enquanto Marques (2007) enfatiza o valor simbólico e cultural dessas heranças no âmbito da memória coletiva e da identidade fronteiriça.

A leitura articulada de Marques (2007) e Lima (2013) permite, portanto, compreender Porto Murtinho como um território cuja cronologia histórica não se restringe à sucessão de eventos políticos e econômicos, mas se manifesta de maneira concreta na paisagem urbana e no patrimônio arquitetônico. A história do município revela-se como resultado da interação entre ciclos econômicos, estratégias territoriais e práticas construtivas, configurando um espaço urbano profundamente marcado pela condição de fronteira, pela circulação transnacional e pela centralidade histórica do rio Paraguai.

Nesse contexto histórico e territorial, Porto Murtinho reassume centralidade estratégica no século XXI a partir da implantação do Corredor Bioceânico de Capricórnio, que reposiciona

o município como principal porta de conexão internacional do estado de Mato Grosso do Sul com os países do Cone Sul e com os mercados asiáticos, por meio dos portos do norte do Chile. A leitura histórica proposta por Marques (2007), complementada pela análise dos ciclos econômicos e da produção arquitetônica desenvolvida por Lima (2013), permite compreender que essa nova função logística não representa uma ruptura, mas antes uma reatualização de vocações históricas associadas à circulação, à fronteira e à integração regional. Ao longo da rota do corredor, os municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna e Jardim desempenham papel fundamental na articulação territorial interna do estado, estruturando fluxos econômicos, urbanos e produtivos que convergem para Porto Murtinho. Esses municípios, historicamente conectados por redes de transporte, atividades agropecuárias e processos de urbanização vinculados à ocupação do sul-mato-grossense, passam a integrar uma lógica ampliada de desenvolvimento regional, na qual a infraestrutura logística contemporânea dialoga com heranças históricas, paisagens culturais e desafios socioambientais. Dessa forma, o Corredor Bioceânico reafirma Porto Murtinho como território estratégico na integração sul-americana, ao mesmo tempo em que impõe a necessidade de políticas públicas capazes de conciliar crescimento econômico, preservação do patrimônio histórico-cultural e desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a rota no estado de Mato Grosso do Sul.

6.2 Mobilidade e acessibilidade urbana no Estado de Mato Grosso do Sul – MS

Com o objetivo de analisar a percepção da população sul-mato-grossense acerca das condições de mobilidade urbana, acessibilidade e da atuação dos Planos Diretores Municipais nas cidades impactadas pela Rota Bioceânica, esta pesquisa adotou como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado, aplicado por meio da plataforma *Google Forms*. A escolha desse instrumento metodológico justifica-se pela necessidade de captar percepções, avaliações e experiências cotidianas dos sujeitos diretamente ou indiretamente afetados pelas transformações territoriais decorrentes da implantação do Corredor Bioceânico, especialmente no que se refere à organização do espaço urbano, à infraestrutura de mobilidade e aos instrumentos de planejamento urbano.

O uso de questionários em pesquisas voltadas ao planejamento urbano, à mobilidade e à gestão do território é amplamente reconhecido na literatura acadêmica, por permitir a coleta sistemática de dados perceptivos e avaliativos, fundamentais para compreender como a população vivencia e interpreta as políticas públicas e as condições espaciais do ambiente urbano. Nesse sentido, o questionário possibilita incorporar a dimensão social e participativa à

análise do território, alinhando-se aos princípios da gestão democrática da cidade e da participação social preconizados pelo Estatuto da Cidade.

O questionário foi aplicado no período compreendido entre os dias 22 de setembro de 2025 e 17 de outubro de 2025, alcançando um total de 143 respostas. Deste conjunto, uma resposta foi excluída por ter sido registrada por respondente que reside fora do estado de Mato Grosso do Sul, resultando em uma amostra final composta por 142 respondentes válidos. A delimitação da amostra considerou exclusivamente participantes residentes no estado, de modo a assegurar coerência com o recorte territorial da pesquisa e com os objetivos analíticos relacionados à Rota Bioceânica.

A opção pela aplicação online do questionário, via Google Forms, decorreu de sua ampla acessibilidade, facilidade de disseminação e potencial de alcance territorial. Considerando a extensão geográfica de Mato Grosso do Sul e a diversidade dos municípios inseridos ou impactados pela Rota Bioceânica, essa estratégia metodológica mostrou-se adequada para atingir diferentes localidades, reduzindo custos operacionais e viabilizando a coleta de dados em um intervalo de tempo compatível com o cronograma da pesquisa.

No que se refere ao perfil dos respondentes, o questionário foi estruturado de modo a possibilitar a identificação de características gerais da população participante, tais como local de residência, permitindo a associação das percepções registradas aos municípios sul-mato-grossenses. Essa caracterização é fundamental para contextualizar as respostas e compreender como diferentes realidades urbanas e territoriais influenciam a percepção sobre mobilidade, acessibilidade e planejamento urbano, especialmente em um estado marcado por desigualdades espaciais e por distintos níveis de infraestrutura urbana.

O instrumento contemplou questões relacionadas à mobilidade urbana e à acessibilidade, abordando aspectos como os deslocamentos cotidianos, as condições da infraestrutura viária, o transporte público, a caminhabilidade e a acessibilidade universal. Paralelamente, buscou-se avaliar o grau de conhecimento e percepção dos respondentes acerca dos Planos Diretores Municipais, compreendidos como instrumentos centrais do planejamento urbano e da gestão do território, sobretudo em municípios impactados por grandes projetos de integração regional e logística, como a Rota Bioceânica.

A articulação entre mobilidade urbana, acessibilidade e Plano Diretor mostrou-se essencial para compreender a capacidade dos municípios sul-mato-grossenses de responder às novas dinâmicas territoriais induzidas pelo Corredor Bioceânico. Ao considerar a percepção da população, o questionário contribui para avaliar se os instrumentos de planejamento urbano têm sido capazes de antecipar, mitigar ou orientar os impactos decorrentes do aumento dos fluxos

logísticos, da circulação de pessoas e mercadorias e das transformações no uso e ocupação do solo urbano.

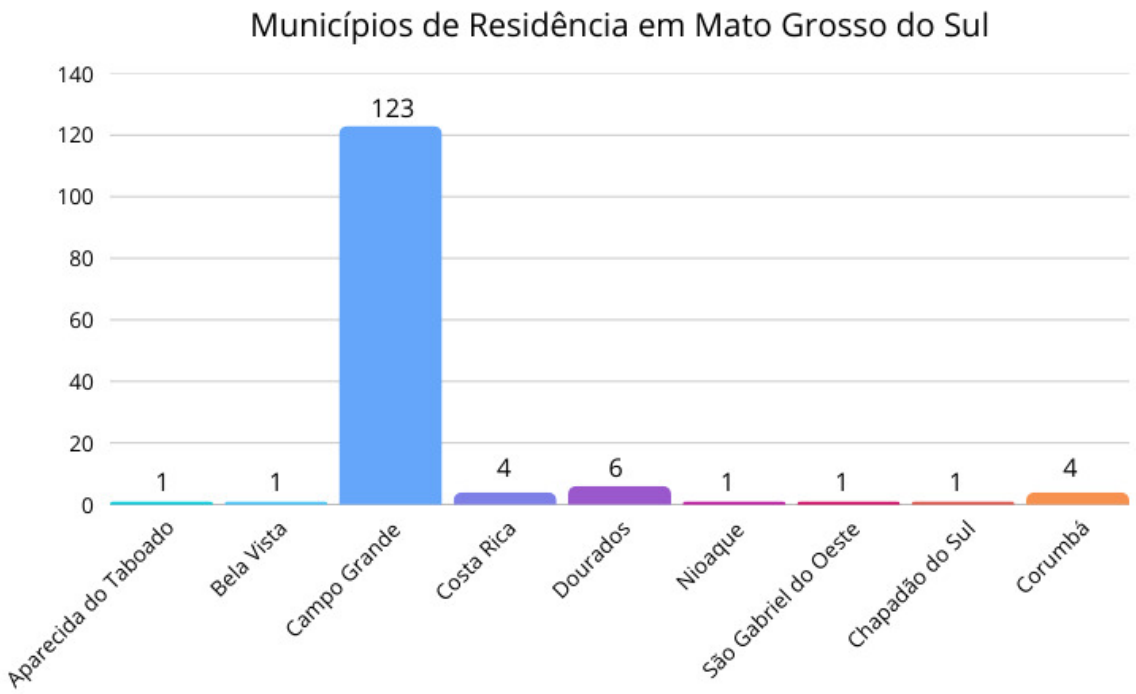
Do ponto de vista das agendas globais, a aplicação do questionário dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 11, que trata da promoção de cidades e comunidades sustentáveis, ao enfatizar a mobilidade urbana segura, acessível e inclusiva; o ODS 9, relacionado à infraestrutura resiliente e à inovação; e o ODS 17, que destaca a importância das parcerias e da participação social na implementação de políticas públicas eficazes. Dessa forma, o instrumento metodológico adotado contribui para uma análise integrada entre planejamento urbano local e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Os dados obtidos por meio do questionário constituem, assim, uma base empírica relevante para a análise crítica da adequação dos Planos Diretores Municipais frente às transformações territoriais associadas à Rota Bioceânica. Ao incorporar a percepção da população sul-mato-grossense, a pesquisa reforça a importância da participação social no planejamento urbano e evidencia a necessidade de políticas públicas capazes de promover mobilidade urbana e acessibilidade de forma integrada, equitativa e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento regional ao longo do corredor no estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, a análise do município de residência dos participantes do questionário revela uma forte concentração de respondentes no município de Campo Grande (MS). Do total de 142 respostas válidas, 123 participantes (86,62%) declararam residir na capital sul-mato-grossense, evidenciando o papel central de Campo Grande como principal polo urbano, administrativo e logístico do estado.

Os demais respondentes distribuem-se de forma mais dispersa por outros municípios do Mato Grosso do Sul, com percentuais significativamente menores. Destacam-se Dourados (MS), com 6 respondentes (4,23%), e Costa Rica (MS) e Corumbá (MS), ambos com 4 respondentes (2,82%) cada. Os municípios de Aparecida do Taboado, Bela Vista, Nioaque, São Gabriel do Oeste e Chapadão do Sul apresentaram 1 respondente cada (0,70%), conforme demonstra o gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 – Municípios de residência em Mato Grosso do Sul



Fonte – Elaborado pela autora.

Quanto a distribuição etária dos participantes do questionário evidencia uma predominância de adultos em idade economicamente ativa, o que confere consistência analítica às percepções levantadas acerca da mobilidade urbana, da acessibilidade e dos instrumentos de planejamento municipal no contexto da Rota Bioceânica.

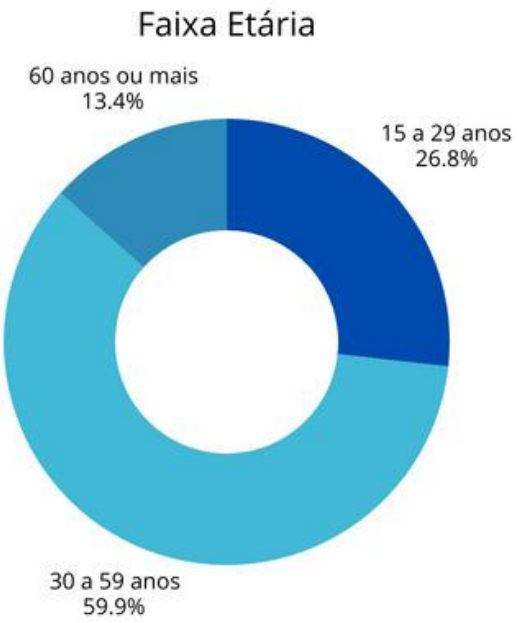
Do total de 142 respostas válidas, 85 respondentes (59,86%) situam-se na faixa etária de 30 a 59 anos, constituindo o grupo majoritário da amostra. Trata-se de uma parcela da população que, em geral, apresenta uso cotidiano e intensivo dos sistemas de mobilidade urbana, seja para deslocamentos vinculados ao trabalho, à educação, ao acesso a serviços públicos ou às atividades econômicas e sociais.

A faixa etária de 15 a 29 anos corresponde a 38 respondentes (26,76%), representando um contingente significativo de jovens e jovens adultos. Esse grupo tende a apresentar padrões de deslocamento diversificados, com maior propensão ao uso do transporte coletivo, da mobilidade ativa e, em alguns casos, de novas formas de deslocamento mediadas por tecnologias digitais, o que contribui para ampliar a compreensão sobre demandas contemporâneas de acessibilidade e sustentabilidade urbana.

Já os participantes com 60 anos ou mais totalizam 19 respondentes (13,38%), grupo cuja percepção é particularmente relevante para a análise da acessibilidade universal, uma vez que

as limitações de mobilidade física, a necessidade de infraestrutura adequada e a proximidade aos serviços urbanos tornam-se elementos centrais para a garantia do direito à cidade (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Faixa etária dos respondentes



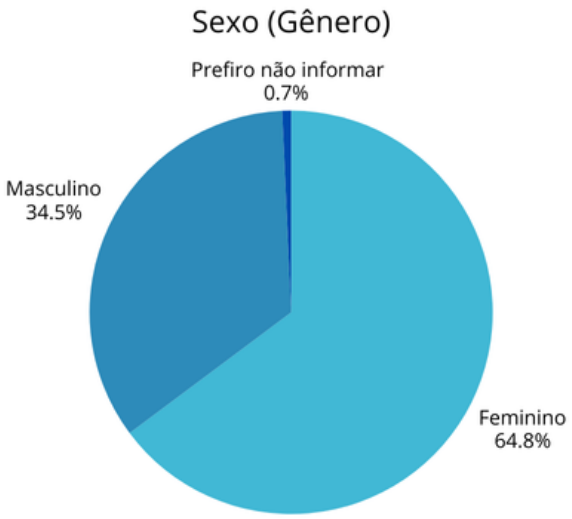
Fonte – Elaborado pela autora.

A distribuição dos respondentes segundo o sexo (gênero) indica uma predominância significativa de participantes do sexo feminino, o que constitui um dado relevante para a interpretação dos resultados relacionados à mobilidade urbana, à acessibilidade e ao planejamento territorial no contexto da Rota Bioceânica.

Do total de 142 respostas válidas, 92 respondentes (64,79%) declararam-se do sexo feminino, enquanto 49 respondentes (34,51%) identificaram-se como do sexo masculino. Apenas 1 participante (0,70%) optou por não informar essa variável, demonstrando elevada taxa de resposta ao item, conforme gráfico 7

.

Gráfico 7 – Gênero dos respondentes

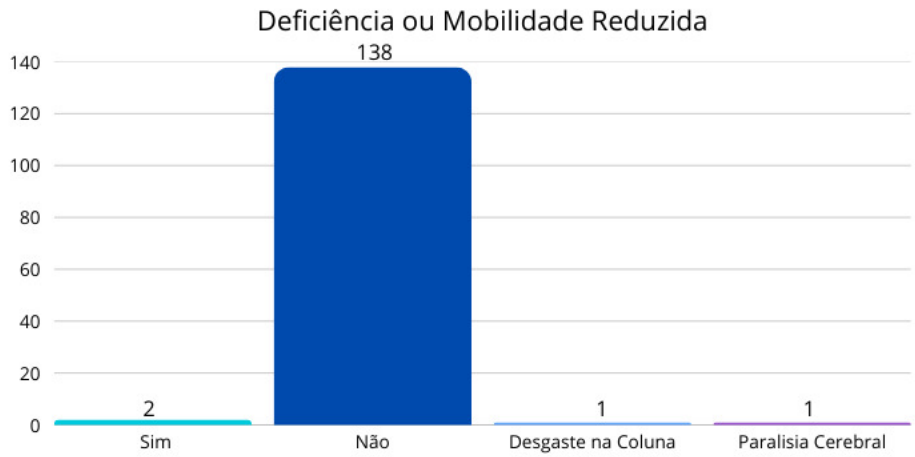


Fonte – Elaborado pela autora.

A análise da presença de deficiência ou mobilidade reduzida entre os respondentes revela que a maioria expressiva da amostra não se identifica com essa condição, o que deve ser considerado na interpretação dos resultados relacionados à acessibilidade urbana.

Do total de 142 respostas válidas, 138 participantes (97,18%) declararam não possuir deficiência ou mobilidade reduzida, em contrapartida, 2 participantes (1,41%) responderam afirmativamente de forma geral (“sim”) e especificaram condições particulares, como desgaste na coluna e paralisia cerebral, cada uma correspondendo a 0,70% da amostra (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Deficiência ou Mobilidade Reduzida entre os respondentes

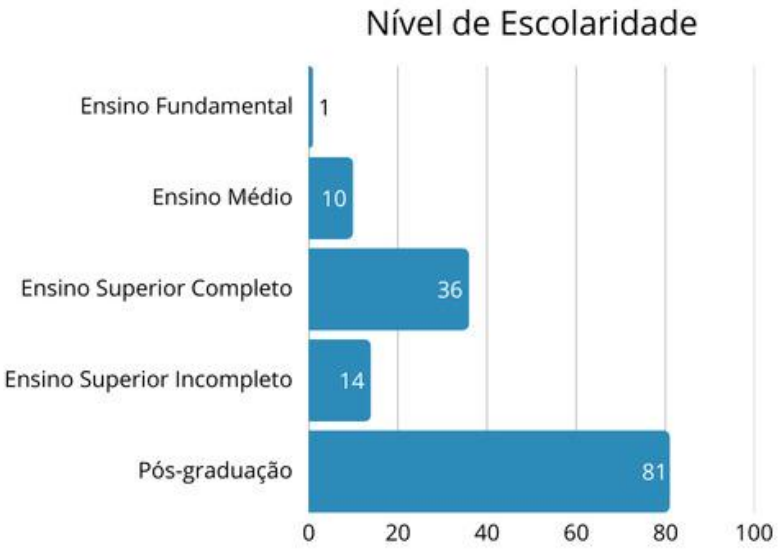


Fonte – Elaborado pela autora.

A análise do nível de escolaridade dos respondentes evidencia um elevado grau de formação educacional da amostra, aspecto que influencia diretamente a forma como são percebidas e avaliadas as políticas públicas de mobilidade urbana, acessibilidade e planejamento territorial no contexto da Rota Bioceânica.

Conforme gráfico 9, do total de 142 respostas válidas, observa-se que 81 participantes (57,04%) declararam possuir pós-graduação, constituindo o grupo majoritário da pesquisa. Em seguida, 36 respondentes (25,35%) informaram possuir ensino superior completo, enquanto 14 participantes (9,86%) indicaram ensino superior incompleto. Os níveis de escolaridade mais baixos apresentaram menor representatividade, com 10 respondentes (7,04%) com ensino médio e apenas 1 respondente (0,70%) com ensino fundamental.

Gráfico 9 – Nível de escolaridade dos respondentes



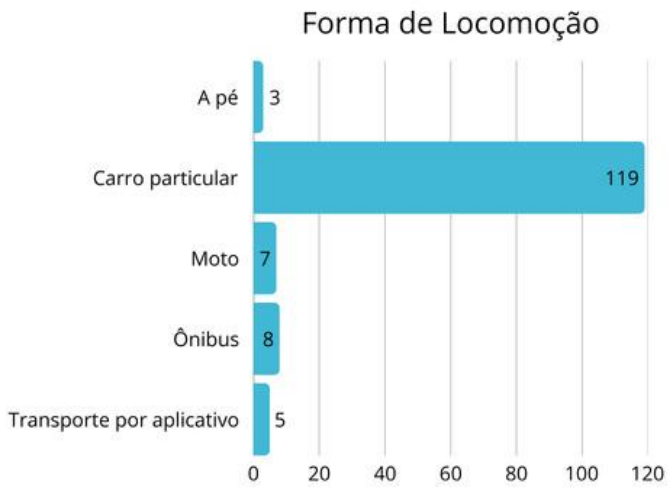
Fonte – Elaborado pela autora.

Quanto a mobilidade urbana (gráfico 10), que analisa a principal forma de locomoção utilizada no dia a dia entre os respondentes, observa-se um predomínio expressivo do uso de carro particular, mencionado por 83,80% dos respondentes (119 indivíduos), evidenciando a forte dependência do transporte individual motorizado no contexto analisado. Esse resultado sugere uma configuração urbana e territorial que privilegia o automóvel, seja em função da oferta limitada de transporte coletivo, das distâncias a serem percorridas ou de padrões socioculturais associados à mobilidade cotidiana.

As demais formas de locomoção apresentam participação significativamente inferior. O uso de ônibus foi indicado por 5,63% dos participantes (8 respondentes), revelando uma adesão reduzida ao transporte coletivo, o que pode estar relacionado a fatores como frequência insuficiente, cobertura territorial limitada ou baixa atratividade do serviço. A motocicleta aparece como meio de transporte para 4,93% dos respondentes (7 indivíduos), configurando-se como uma alternativa intermediária entre o transporte coletivo e o automóvel, frequentemente associada à agilidade e ao menor custo de deslocamento.

O transporte por aplicativo foi mencionado por 3,52% dos participantes (5 respondentes), indicando uso pontual desse modal, possivelmente vinculado a situações específicas de deslocamento. Por fim, a locomoção a pé representa apenas 2,11% das respostas (3 indivíduos), o que sugere limitações à mobilidade ativa, seja por questões de infraestrutura urbana, segurança viária ou pela dispersão espacial das atividades cotidianas.

Gráfico 10 – Forma de locomoção dos respondentes



Fonte – Elaborado pela autora.

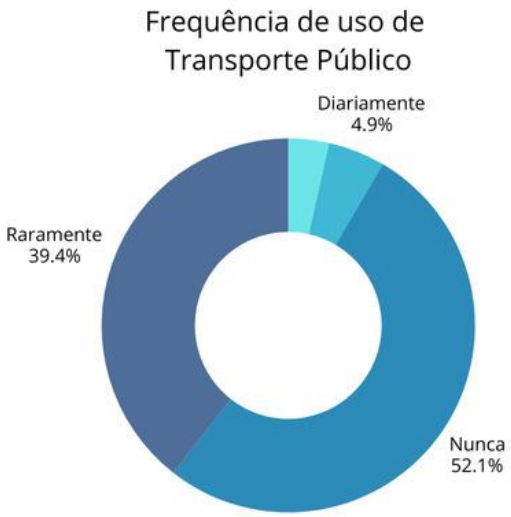
Ainda no contexto da mobilidade urbana, a análise dos dados referentes à frequência de utilização do transporte público revela uma adesão bastante limitada a esse modal por parte dos respondentes, reforçando o padrão de mobilidade já identificado anteriormente (Gráfico 11). Verifica-se que a maioria expressiva dos participantes (52,11%, correspondendo a 74 respondentes) declarou nunca utilizar o transporte público, evidenciando sua baixa relevância no cotidiano da população investigada.

Além disso, 39,44% dos respondentes (56 indivíduos) afirmaram utilizar o transporte público raramente, o que, somado à categoria “nunca”, totaliza 91,55% da amostra. Esse dado

indica que, para a ampla maioria dos participantes, o transporte coletivo não constitui uma alternativa regular de deslocamento, o que pode estar associado a fatores estruturais, como insuficiência da oferta, baixa cobertura espacial, tempos de espera elevados, desconforto ou inadequação do serviço às necessidades diárias da população.

Em contrapartida, apenas uma parcela reduzida dos respondentes relatou utilizar o transporte público com maior frequência. O uso diário foi mencionado por 4,93% dos participantes (7 respondentes), enquanto 3,52% (5 indivíduos) indicaram utilizá-lo algumas vezes por semana. Esses percentuais residuais sugerem que o transporte coletivo atende de forma sistemática a um grupo bastante restrito, possivelmente composto por indivíduos com menor acesso a meios de transporte individuais ou que residem em áreas mais bem servidas pela rede de transporte público.

Gráfico 11 – Frequência de uso de transporte público dos respondentes



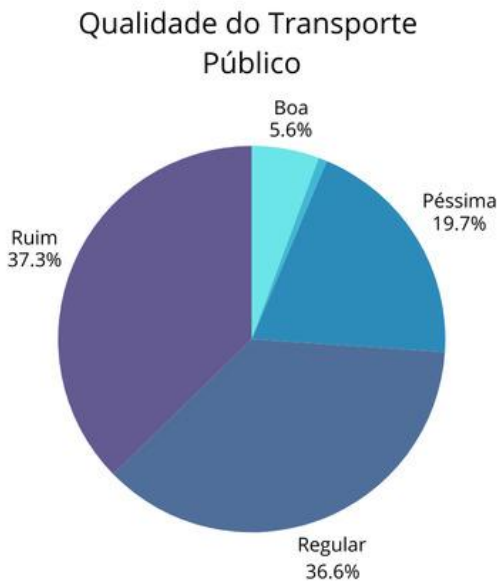
Fonte – Elaborado pela autora.

A avaliação da qualidade do transporte público no município de residência demonstrada a seguir, no gráfico 12, segundo a percepção dos respondentes, revela um quadro predominantemente negativo. Observa-se que as categorias “ruim” e “péssima” concentram a maior parte das respostas, somando 57,04% da amostra (53 respondentes, ou 37,32%, classificou o serviço como ruim, enquanto 28 respondentes, ou 19,72%, o avaliaram como péssimo). Esse resultado indica um elevado grau de insatisfação com o transporte coletivo, sugerindo deficiências relacionadas à oferta, à regularidade, ao conforto, à segurança ou à adequação do serviço às demandas da população.

A avaliação “regular” foi indicada por 36,62% dos participantes (52 respondentes), o que aponta para uma percepção intermediária, na qual o transporte público atende parcialmente às necessidades dos usuários, mas apresenta limitações que comprometem sua atratividade e eficiência. Ainda assim, esse percentual expressivo reforça a ideia de que o serviço carece de melhorias estruturais e operacionais.

Por outro lado, as avaliações positivas são minoritárias. Apenas 5,63% dos respondentes (8 indivíduos) consideraram a qualidade do transporte público boa, e somente 0,70% (1 respondente) a classificou como excelente. A baixa incidência dessas respostas evidencia que o transporte coletivo dificilmente é percebido como um serviço de qualidade, o que contribui para sua baixa utilização e para a preferência por modos de transporte individuais.

Gráfico 12 – Qualidade do transporte público



Fonte – Elaborado pela autora.

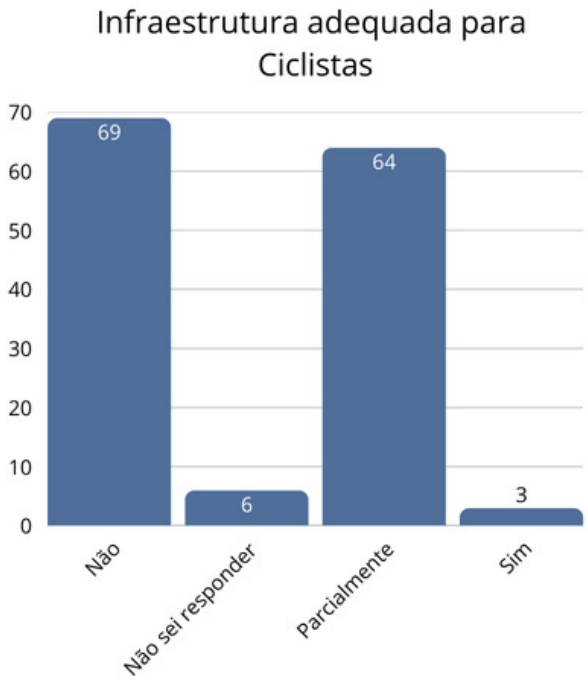
A análise dos resultados referentes à existência de infraestrutura adequada para ciclistas no município (gráfico 13) evidencia um cenário de fragilidade no que diz respeito à promoção da mobilidade ativa. Observa-se que 48,59% dos respondentes (69 indivíduos) afirmaram que não há infraestrutura adequada para ciclistas, indicando a percepção predominante de ausência ou insuficiência de ciclovias, ciclofaixas e demais condições necessárias para o deslocamento seguro por bicicleta.

Além disso, 45,07% dos participantes (64 respondentes) avaliaram que a infraestrutura existente é apenas parcial, o que sugere a presença de iniciativas pontuais, descontinuadas ou

mal integradas à malha urbana. Esse dado reforça a ideia de que, mesmo quando existem estruturas destinadas aos ciclistas, elas não são suficientes para garantir segurança, continuidade e funcionalidade no cotidiano dos deslocamentos.

As respostas positivas são bastante reduzidas. Apenas 2,11% dos respondentes (3 indivíduos) consideraram que há infraestrutura adequada para ciclistas no município, enquanto 4,23% (6 respondentes) declararam não saber responder à questão. A baixa incidência de avaliações favoráveis evidencia a limitada priorização do transporte cicloviário nas políticas urbanas locais.

Gráfico 13 – Infraestrutura adequada para ciclistas



Fonte – Elaborado pela autora.

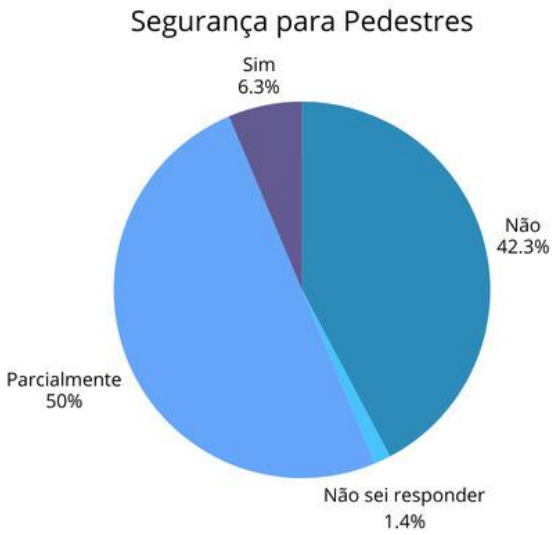
A análise dos dados relativos à percepção de segurança para pedestres no município revela um quadro marcado por limitações significativas na garantia de condições adequadas para a mobilidade a pé (Gráfico 14). Observa-se que 50,00% dos respondentes (71 indivíduos) consideraram que a segurança para pedestres é apenas parcial, o que indica a existência de infraestrutura e medidas pontuais, porém insuficientes para assegurar deslocamentos seguros de forma contínua e abrangente.

Além disso, 42,25% dos participantes (60 respondentes) afirmaram que não há segurança adequada para pedestres, reforçando a percepção de vulnerabilidade no uso dos

espaços urbanos, possivelmente relacionada à precariedade das calçadas, à falta de sinalização, à ausência de travessias seguras ou à priorização do tráfego motorizado. Somadas, as respostas "não" e "parcialmente" totalizam 92,25% da amostra, evidenciando que a ampla maioria dos respondentes percebe deficiências na segurança do pedestre.

As avaliações positivas são minoritárias: apenas 6,34% dos respondentes (9 indivíduos) afirmaram que há segurança adequada para pedestres, enquanto 1,41% (2 respondentes) declararam não saber responder. Esses percentuais reduzidos indicam que a segurança do pedestre não é amplamente reconhecida como satisfatória nos municípios.

Gráfico 14 – Segurança para pedestres



Fonte – Elaborado pela autora.

A análise das respostas obtidas referentes à condição das calçadas quanto ao deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida evidencia um cenário de acentuada exclusão no espaço urbano (Gráfico 15). Observa-se que a maioria expressiva dos respondentes (62,68%, correspondendo a 89 indivíduos) afirmou que as calçadas não permitem o deslocamento fácil e seguro desse grupo populacional, indicando a presença de barreiras físicas, desníveis, ausência de rampas, pisos inadequados ou falta de manutenção.

Além disso, 35,21% dos participantes (50 respondentes) avaliaram que as condições são apenas parciais, o que sugere a existência de trechos pontuais com alguma acessibilidade, porém sem continuidade ou padronização, comprometendo a autonomia e a segurança das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Somadas, as respostas "não" e "parcialmente"

totalizam 97,89% da amostra, evidenciando a ampla percepção de inadequação das calçadas nos municípios.

As respostas positivas são praticamente inexistentes: apenas 0,70% dos respondentes (1 indivíduo) consideraram que as calçadas permitem plenamente o deslocamento acessível, enquanto 1,41% (2 respondentes) declararam não saber avaliar. Esses dados reforçam a baixa efetividade das políticas de acessibilidade urbana no contexto analisado.

Gráfico 15 – Deslocamento em calçadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

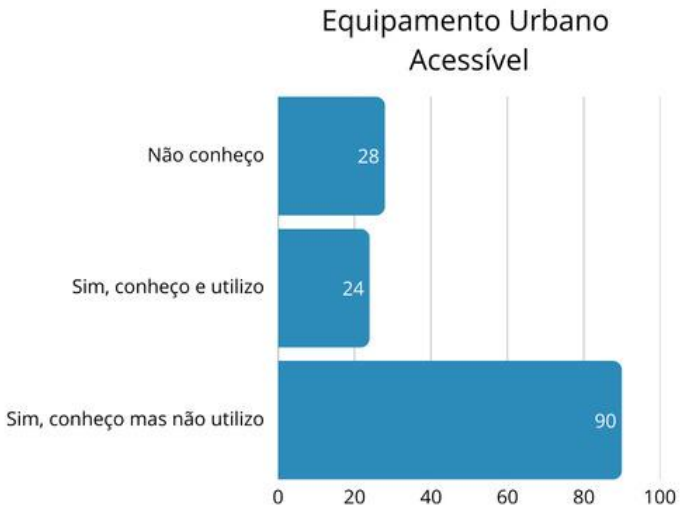
Fonte – Elaborado pela autora.

Quanto ao conhecimento e uso de equipamentos urbanos acessíveis, os resultados revelam um descompasso entre a existência desses equipamentos e sua efetiva apropriação pela população (Gráfico 16). Observa-se que a maioria dos respondentes (63,38%, correspondendo a 90 indivíduos) afirmou conhecer equipamentos urbanos acessíveis, mas não os utilizar, o que pode indicar limitações relacionadas à localização, à funcionalidade, à manutenção ou à adequação desses equipamentos às necessidades reais dos usuários.

Por outro lado, 19,72% dos participantes (28 respondentes) declararam não conhecer nenhum equipamento urbano acessível, evidenciando fragilidades na divulgação, sinalização ou visibilidade dessas estruturas no espaço urbano. Esse dado sugere que, mesmo quando existentes, tais equipamentos não são plenamente reconhecidos pela população, o que compromete seu potencial de inclusão social.

Apenas 16,90% dos respondentes (24 indivíduos) afirmaram conhecer e utilizar equipamentos urbanos acessíveis, percentual relativamente baixo diante da importância desses dispositivos para a promoção da autonomia, da acessibilidade e do direito à cidade, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Gráfico 16 – Equipamento urbano acessível



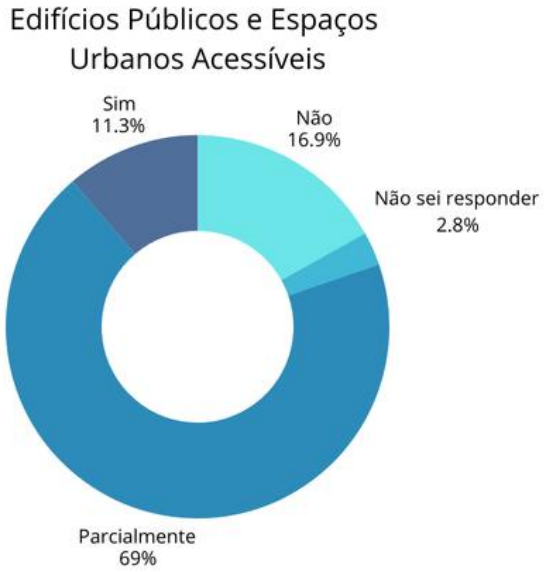
Fonte – Elaborado pela autora.

A análise dos dados referentes à acessibilidade dos edifícios públicos e espaços urbanos do município de residência do respondente indica que essa condição é percebida de forma predominantemente parcial pela população pesquisada (Gráfico 17). Observa-se que 69,01% dos respondentes (98 indivíduos) afirmaram que esses espaços são apenas parcialmente acessíveis, o que sugere a existência de adaptações pontuais ou incompletas, insuficientes para garantir o pleno acesso e a autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, 16,90% dos participantes (24 respondentes) consideraram que os edifícios públicos e espaços urbanos não são acessíveis, reforçando a percepção de barreiras físicas e institucionais que limitam o uso equitativo do espaço urbano. Somadas, as respostas “não” e “parcialmente” totalizam 85,91% da amostra, evidenciando que a ampla maioria identifica deficiências relevantes no cumprimento dos princípios da acessibilidade universal.

As avaliações positivas são minoritárias: apenas 11,27% dos respondentes (16 indivíduos) afirmaram que os edifícios públicos e espaços urbanos são acessíveis, enquanto 2,82% (4 respondentes) declararam não saber responder à questão. Esses percentuais indicam que o reconhecimento da acessibilidade plena ainda é restrito.

Gráfico 17 – Edifícios públicos e espaços urbanos acessíveis



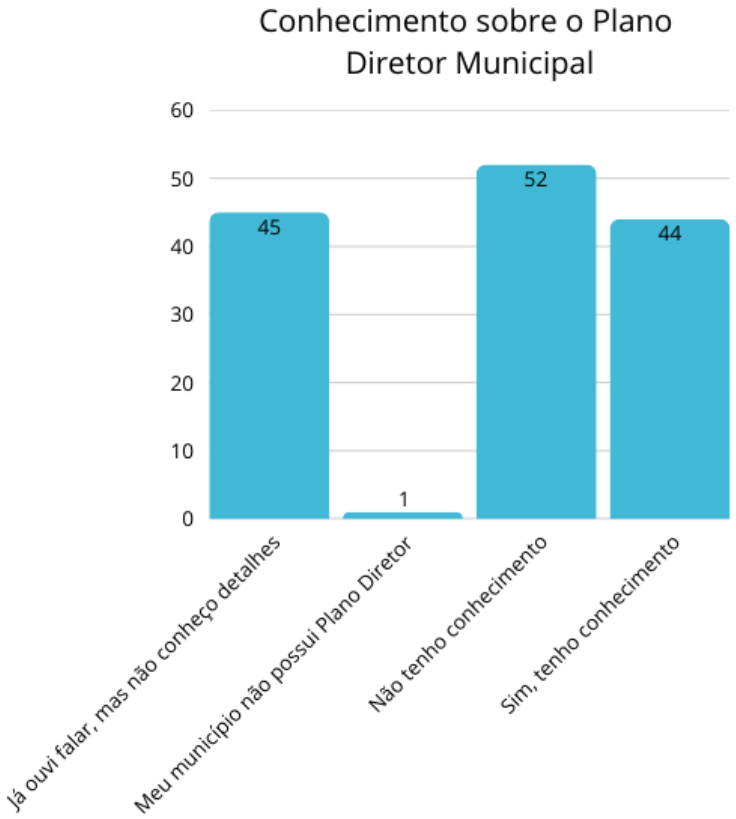
Fonte – Elaborado pela autora.

No que se refere a análise dos dados referentes ao conhecimento da população sobre o Plano Diretor do município de residência, evidencia um nível limitado e fragmentado de informação a respeito desse importante instrumento de planejamento urbano (Gráfico 18). Observa-se que a maior parcela dos respondentes (36,62%, correspondendo a 52 indivíduos) declarou não ter conhecimento sobre o Plano Diretor, o que indica fragilidades na divulgação, na transparência e nos processos de participação social relacionados à política urbana local.

Além disso, 31,69% dos participantes (45 respondentes) afirmaram que já ouviram falar, mas não conhecem os detalhes do Plano Diretor, reforçando a ideia de um conhecimento superficial e pouco apropriado pela população. Somadas, essas duas categorias totalizam 68,31% da amostra, evidenciando que mais de dois terços dos respondentes não possuem domínio efetivo sobre esse instrumento fundamental para a organização do território.

Por outro lado, 30,99% dos respondentes (44 indivíduos) afirmaram ter conhecimento sobre o Plano Diretor, o que indica a presença de um grupo que reconhece sua importância e possui maior familiaridade com o planejamento urbano municipal. Já 0,70% (1 respondente) declararam que o município não possui Plano Diretor, percentual residual que pode refletir desconhecimento específico sobre a obrigatoriedade legal ou a situação institucional do município.

Gráfico 18 – Conhecimento sobre o Plano Diretor Municipal



Fonte – Elaborado pela autora.

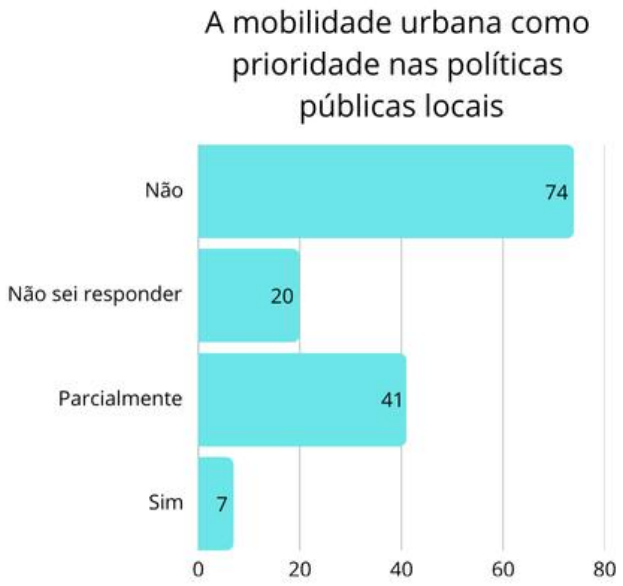
Quanto à priorização da mobilidade urbana nas políticas públicas locais, evidencia-se uma percepção predominantemente negativa por parte dos respondentes, conforme observa-se no gráfico 19. A maioria (52,11%, correspondendo a 74 indivíduos) afirmou que a mobilidade urbana não tem sido prioridade nas ações e políticas desenvolvidas pelo poder público municipal, indicando uma percepção de negligência ou insuficiência de investimentos e estratégias voltadas ao tema.

Além disso, 28,87% dos participantes (41 respondentes) avaliaram que a mobilidade urbana é apenas parcialmente priorizada, o que sugere a existência de iniciativas pontuais ou descontinuadas, sem uma abordagem integrada e consistente. Somadas, as respostas "não" e "parcialmente" totalizam 80,98% da amostra, evidenciando que a ampla maioria dos respondentes identifica fragilidades na condução das políticas públicas de mobilidade.

Uma parcela significativa (14,08%, correspondente a 20 respondentes) declarou não saber responder à questão, o que pode refletir tanto a falta de informação sobre as ações governamentais quanto a baixa visibilidade das políticas de mobilidade junto à população. Por fim, apenas 4,93% dos respondentes (7 indivíduos) consideraram que a mobilidade urbana tem

sido efetivamente priorizada, percentual bastante reduzido diante da centralidade do tema para o desenvolvimento urbano sustentável.

Gráfico 19 – Mobilidade urbana como prioridade nas políticas públicas



Fonte – Elaborado pela autora.

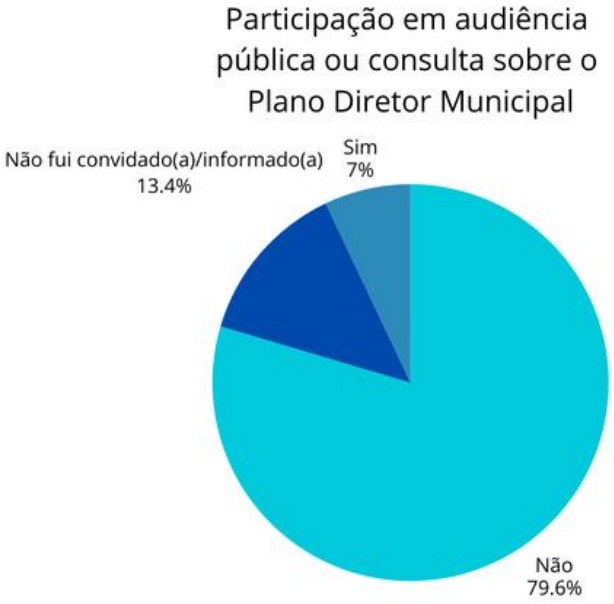
Em análise as respostas referentes à participação da população em audiências públicas ou consultas sobre o Plano Diretor Municipal (Gráfico 20) revela um baixo nível de envolvimento social nos processos de planejamento urbano. Observa-se que a maioria expressiva dos respondentes (79,58%, correspondendo a 113 indivíduos) afirmou não ter participado de nenhuma audiência pública ou consulta relacionada ao Plano Diretor, evidenciando uma participação social bastante limitada.

Além disso, 13,38% dos participantes (19 respondentes) declararam não ter sido convidados ou informados sobre a realização desses espaços participativos, o que aponta para falhas nos mecanismos de divulgação, comunicação institucional e mobilização da sociedade civil. Esse dado sugere que a baixa participação não decorre apenas de desinteresse, mas também da insuficiência de estratégias inclusivas de informação e engajamento.

Por outro lado, apenas 7,04% dos respondentes (10 indivíduos) afirmaram ter participado de alguma audiência pública ou consulta sobre o Plano Diretor Municipal, percentual bastante reduzido diante da importância da participação popular para a legitimidade e a efetividade das políticas urbanas. A baixa adesão compromete o caráter democrático do

planejamento territorial e limita a incorporação das demandas sociais nos instrumentos de gestão urbana.

Gráfico 20 – Participação em audiência pública ou consulta sobre o Plano Diretor Municipal



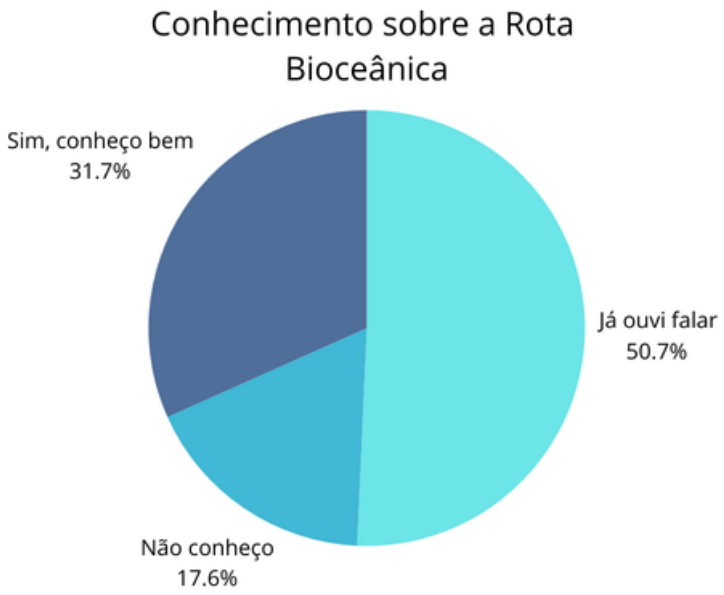
Fonte – Elaborado pela autora.

Quanto ao nível de conhecimento da população pesquisada acerca da Rota Bioceânica, os resultados apresentados demonstram-se heterogêneos, ainda que majoritariamente marcado por algum grau de familiaridade com o tema (Gráfico 21). Do total de 142 respondentes, 50,70% afirmaram que já ouviram falar sobre a Rota Bioceânica, o que indica uma difusão inicial da informação, embora superficial, sem necessariamente implicar compreensão aprofundada de seus objetivos, impactos e implicações territoriais. Esse dado sugere que a Rota já integra o imaginário social de parcela significativa da população, possivelmente em função de sua recorrência em discursos institucionais, meios de comunicação e debates públicos.

Por outro lado, 31,69% dos participantes declararam que conhecem bem a Rota Bioceânica, revelando a existência de um contingente expressivo de respondentes com maior grau de informação e, potencialmente, maior capacidade de avaliar seus efeitos econômicos, sociais e territoriais. Esse grupo pode ser associado a atores mais diretamente envolvidos com a temática, como gestores públicos, profissionais ligados ao planejamento territorial, setores produtivos ou membros da sociedade civil organizada, o que reforça a importância de estratégias de participação social qualificadas nos processos decisórios relacionados ao empreendimento.

Em contrapartida, 17,61% dos respondentes afirmaram não conhecer a Rota Bioceânica, evidenciando lacunas informacionais relevantes, sobretudo considerando-se a magnitude do projeto e seus impactos diretos e indiretos sobre os municípios envolvidos. Tal resultado aponta para a necessidade de políticas públicas de comunicação, transparência e educação territorial que ampliem o acesso à informação, promovendo maior compreensão social sobre o papel da Rota no desenvolvimento regional e na integração sul-americana.

Gráfico 21 – Conhecimento sobre a Rota Bioceânica



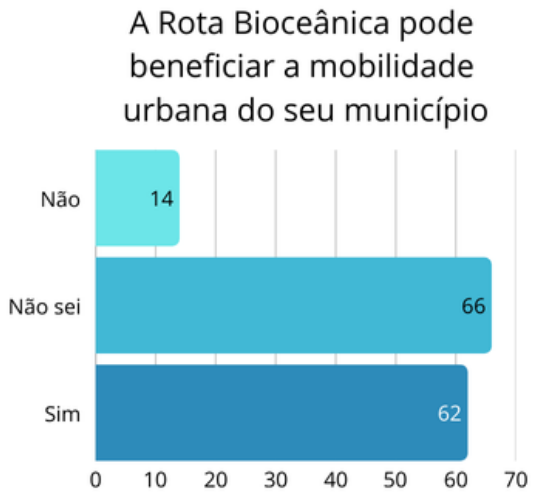
Fonte – Elaborado pela autora.

A percepção dos respondentes sobre os possíveis benefícios da Rota Bioceânica para a mobilidade urbana no município residente revela um cenário marcado por expectativas moderadas e elevado grau de incerteza, conforme gráfico 22. Observa-se que 46,48% dos respondentes (66 indivíduos) afirmaram não saber se a Rota Bioceânica pode beneficiar a mobilidade urbana local, indicando falta de informação, de clareza sobre os desdobramentos do projeto ou de debate público acerca de seus impactos no cotidiano urbano.

Por outro lado, 43,66% dos participantes (62 respondentes) acreditam que a Rota Bioceânica pode trazer benefícios à mobilidade urbana do município, percentual expressivo que evidencia a existência de expectativas positivas em relação ao potencial do corredor para promover melhorias na infraestrutura viária, na integração regional e na circulação de pessoas e mercadorias.

Em contraste, apenas 9,86% dos respondentes (14 indivíduos) consideram que a Rota Bioceânica não trará benefícios à mobilidade urbana local. Esse percentual reduzido sugere que a rejeição ao projeto é minoritária, sendo superada tanto pelas expectativas favoráveis quanto, principalmente, pela incerteza predominante. De modo geral, os resultados indicam que a Rota Bioceânica é percebida como uma iniciativa potencialmente relevante para a mobilidade urbana, porém ainda cercada de dúvidas quanto aos seus efeitos concretos no âmbito municipal.

Gráfico 22 - Possíveis benefícios da Rota Bioceânica para a mobilidade urbana



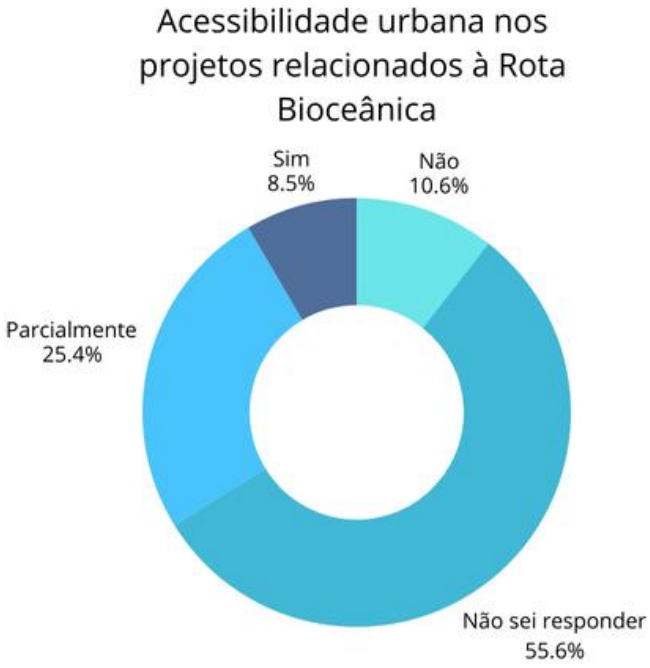
Fonte – Elaborado pela autora.

A análise das respostas referentes à consideração da acessibilidade urbana nos projetos relacionados à Rota Bioceânica evidencia um quadro marcado, sobretudo, pela incerteza e pela percepção de abordagem limitada do tema (Gráfico 23). Observa-se que a maioria dos respondentes (55,63%, correspondendo a 79 indivíduos) declarou não saber responder se a acessibilidade urbana está sendo levada em conta nesses projetos, o que indica baixo nível de informação, transparência ou participação social nos processos de planejamento associados à Rota Bioceânica.

Além disso, 25,35% dos participantes (36 respondentes) avaliaram que a acessibilidade é considerada apenas parcialmente, sugerindo que, quando presente, essa dimensão ocorre de forma pontual ou secundária, sem se constituir como diretriz central nos projetos de infraestrutura e mobilidade vinculados ao Corredor Bioceânico. Somadas, as respostas “não sei responder” e “parcialmente” totalizam 80,98% da amostra, evidenciando a fragilidade da percepção pública quanto à integração da acessibilidade urbana nesses empreendimentos.

Por outro lado, 10,56% dos respondentes (15 indivíduos) afirmaram que a acessibilidade urbana não está sendo considerada, reforçando a preocupação com a possibilidade de reprodução de modelos de desenvolvimento que priorizam a logística e a fluidez de fluxos econômicos em detrimento da inclusão social e do direito à cidade. Apenas 8,45% (12 respondentes) consideraram que a acessibilidade urbana é efetivamente levada em conta nos projetos relacionados à Rota Bioceânica.

Gráfico 23 – Acessibilidade urbana nos projetos relacionados à Rota Bioceânica



Fonte – Elaborado pela autora.

Quanto às prioridades nas políticas públicas de mobilidade e acessibilidade nos municípios atravessados pela Rota Bioceânica (Gráfico 24), as respostas obtidas evidenciam uma clara centralidade atribuída ao transporte público eficiente. Observa-se que essa opção foi indicada por 71,13% dos respondentes (101 indivíduos), configurando-se como a principal demanda da população no que se refere aos investimentos e ações prioritárias no contexto da mobilidade urbana e regional. Esse resultado reforça a percepção de que a qualificação do transporte coletivo é fundamental para garantir acessibilidade, inclusão social e eficiência nos deslocamentos cotidianos.

As demais prioridades aparecem com percentuais significativamente inferiores. A infraestrutura viária moderna foi mencionada por 8,45% dos respondentes (12 indivíduos), indicando preocupação com a adequação das vias à intensificação dos fluxos decorrentes da

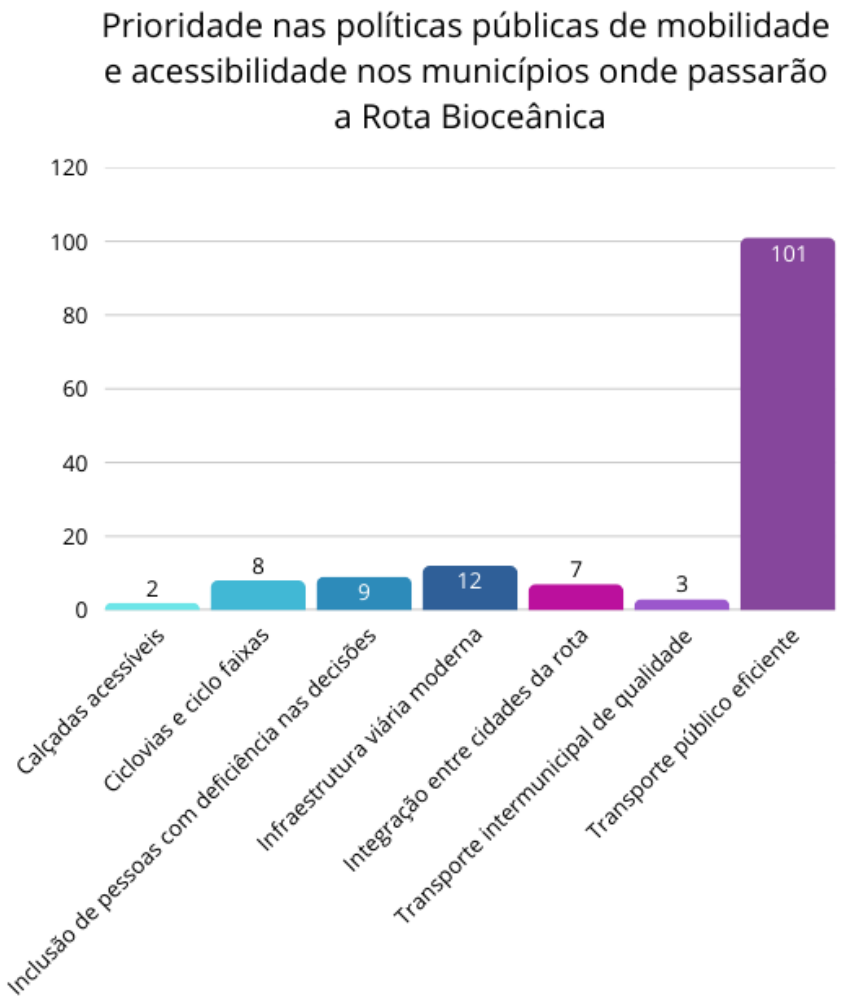
Rota Bioceânica. A inclusão de pessoas com deficiência nos processos decisórios foi apontada por 6,34% (9 respondentes), evidenciando a relevância, ainda que secundária, atribuída à participação social e à perspectiva da acessibilidade nas políticas públicas.

A implantação de ciclovias e ciclofaixas foi indicada por 5,63% dos participantes (8 respondentes), enquanto a integração entre as cidades da rota obteve 4,93% (7 respondentes), revelando menor priorização da mobilidade ativa e da articulação territorial entre os municípios. Já o transporte intermunicipal de qualidade (2,11%, 3 respondentes) e as calçadas acessíveis (1,41%, 2 respondentes) figuram entre as opções menos mencionadas, o que pode indicar tanto uma percepção de menor urgência quanto uma subvalorização dessas dimensões no debate público local.

De modo geral, os resultados demonstram que a população associa os impactos positivos da Rota Bioceânica, sobretudo, à necessidade de fortalecimento do transporte público, entendido como elemento estruturante da mobilidade urbana e regional. Entretanto, a baixa priorização atribuída a aspectos como acessibilidade universal, mobilidade ativa e integração intermunicipal revela a necessidade de ampliar o debate e o planejamento integrado, de modo a assegurar que as políticas públicas relacionadas à Rota Bioceânica incorporem uma visão mais abrangente, inclusiva e sustentável da mobilidade, em consonância com os princípios discutidos na presente pesquisa.

A análise dos dados obtidos por meio do questionário permitiu compreender, de forma integrada, como a população sul-mato-grossense percebe as condições de mobilidade urbana, acessibilidade e a atuação dos instrumentos de planejamento urbano nos municípios impactados pela Rota Bioceânica. Os resultados evidenciam um padrão de mobilidade fortemente dependente do transporte individual motorizado, associado a uma baixa utilização e avaliação negativa do transporte público, bem como a fragilidades significativas na promoção da mobilidade ativa, na segurança de pedestres e na acessibilidade universal. Tais percepções revelam um descompasso entre as diretrizes normativas que orientam o desenvolvimento urbano sustentável e a realidade vivenciada cotidianamente pela população, indicando limitações estruturais e institucionais na organização do espaço urbano e na priorização efetiva da mobilidade como política pública.

Gráfico 24 – Políticas públicas de mobilidade e acessibilidade nos municípios da Rota Bioceânica



Fonte – Elaborado pela autora.

No que se refere ao planejamento urbano, os dados apontam para um conhecimento restrito e fragmentado da população acerca dos Planos Diretores Municipais, acompanhado por baixos níveis de participação social nos processos decisórios. A expressiva parcela de respondentes que desconhece o conteúdo do Plano Diretor ou nunca participou de audiências públicas evidencia fragilidades nos mecanismos de transparência, comunicação institucional e gestão democrática da cidade, contrariando os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade. Esse cenário tende a comprometer a capacidade dos municípios de antecipar e orientar as transformações territoriais induzidas pela Rota Bioceânica, especialmente no que diz respeito à integração entre planejamento urbano, mobilidade, acessibilidade e uso do solo.

Por fim, a percepção da população sobre a Rota Bioceânica revela expectativas positivas moderadas, mas marcadas por elevado grau de incerteza quanto aos seus impactos concretos

sobre a mobilidade urbana e a acessibilidade. Embora o projeto já integre o imaginário social de parcela significativa dos respondentes, persistem lacunas informacionais relevantes e dúvidas sobre a incorporação de princípios de inclusão social e acessibilidade nos empreendimentos associados ao corredor. Nesse sentido, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de articular desenvolvimento regional, planejamento urbano e participação social, assegurando que a Rota Bioceânica não se limite a um projeto logístico, mas se constitua como vetor de promoção do direito à cidade, da mobilidade sustentável e do desenvolvimento territorial equitativo nos municípios sul-mato-grossenses.

6.3 Levantamento e análise de dados

Com base no levantamento realizado entre os anos de 2020 e 2025, iniciado ainda como acadêmica de Mestrado, acerca da situação dos Planos Diretores nos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, observa-se um quadro heterogêneo quanto à institucionalização (Quadro 17 e anexo), atualização e revisão dos instrumentos de planejamento urbano municipal. A planilha sistematizada a partir de dados do IBGE (Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC) evidencia diferenças significativas tanto na existência formal dos Planos Diretores quanto na periodicidade de suas revisões, revelando distintas capacidades institucionais e níveis de aderência às diretrizes do Estatuto da Cidade.

De modo geral, a maior parte dos municípios sul-mato-grossenses possui Plano Diretor instituído por lei, muitos deles elaborados a partir da primeira década dos anos 2000, especialmente no período posterior à promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001. Entretanto, constata-se que uma parcela relevante desses planos permanece sem revisão por longos intervalos de tempo, ultrapassando o prazo decenal recomendado pela legislação federal. Essa defasagem normativa indica fragilidades no acompanhamento contínuo do planejamento urbano e limita a capacidade dos municípios de responder adequadamente às transformações socioeconômicas, territoriais e ambientais ocorridas ao longo dos anos.

O levantamento também aponta a existência de municípios que não possuem Plano Diretor vigente ou que se encontravam, nos períodos analisados, em processo de elaboração. Tal situação é mais recorrente em municípios de menor porte populacional, o que sugere limitações técnicas, administrativas e financeiras para a formulação e revisão desses instrumentos. Ainda assim, a presença de iniciativas de elaboração ou revisão em alguns desses municípios demonstra um movimento gradual de adequação às exigências legais e de fortalecimento do planejamento urbano local.

No que se refere às revisões dos Planos Diretores, verifica-se que apenas parte dos municípios realizou processos formais de atualização, concentrados sobretudo entre 2015 e 2021. Municípios de maior porte ou com dinâmicas urbanas mais intensas tendem a apresentar maior regularidade nos processos de revisão, enquanto outros mantêm planos desatualizados, o que compromete a efetividade dos instrumentos urbanísticos e a aplicação de mecanismos previstos no Estatuto da Cidade, como o controle da expansão urbana, a promoção da função social da propriedade e a indução do desenvolvimento urbano sustentável.

Nesse contexto, o panorama estadual revela que, embora haja uma ampla difusão formal do Plano Diretor como instrumento de planejamento urbano em Mato Grosso do Sul, persistem desafios estruturais relacionados à sua atualização periódica, à implementação efetiva de suas diretrizes e à consolidação de uma cultura institucional de planejamento de longo prazo. Assim, o levantamento realizado não apenas sistematiza a situação dos Planos Diretores no estado, mas também evidencia a necessidade de fortalecimento das capacidades técnicas e administrativas dos municípios, bem como de maior articulação entre os entes federativos, a fim de assegurar que o planejamento urbano cumpra seu papel estratégico na promoção do desenvolvimento territorial equilibrado e socialmente inclusivo.

Ainda conforme levantamento realizado entre 2020 e 2025 sobre a situação dos Planos Diretores nos municípios sul-mato-grossenses, apresenta-se a seguir uma análise específica dos municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque, Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho, municípios estratégicos no contexto regional e diretamente relacionados à dinâmica territorial e logística do estado.

No caso de Campo Grande, capital do estado, observa-se a presença de Plano Diretor instituído ainda em 1995, com revisão formal realizada em 2018. Trata-se, portanto, do município com maior grau de institucionalização do planejamento urbano entre os analisados. Ainda assim, o levantamento indica que, no período mais recente, não houve nova revisão, o que aponta para a necessidade de atualização contínua frente às transformações metropolitanas, à expansão urbana acelerada e ao papel da capital como principal polo econômico, administrativo e logístico de Mato Grosso do Sul. A defasagem temporal entre revisões pode comprometer a capacidade do Plano Diretor de responder adequadamente às demandas contemporâneas de mobilidade, habitação, sustentabilidade e governança territorial.

Quadro 17 - Planos Diretores nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul

ANÁLISE DO PLANO DIRETOR NOS MUNICÍPIOS DE MS									
	IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2018				IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021				
	Dados extraídos de 23/09/2020 a 01/03/2021 Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campos-gerais/pesquisa/11/21682?ano=2018				Dados extraídos de 08/10/2025 a 09/10/2025 https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/juti/pesquisa/11/79444?ano=2021				
	MUNICÍPIOS	PLANO DIRETOR	PD EM ELABORAÇÃO	ANO DA LEI	PLANO REVISTO	PLANO DIRETOR	PD EM ELABORAÇÃO	ANO DA LEI	PLANO REVISTO	ÚLTIMA REVISÃO
1	Água Clara	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
2	Alcinópolis	NÃO	SIM	_	_	SIM	-	2019	SIM	2021
3	Amambai	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2005	SIM	2015
4	Anastácio	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
5	Anaurilândia	SIM	_	2014	NÃO	SIM	-	2014	NÃO	-
6	Angélica	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
7	Antônio João	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
8	Aparecida do Taboado	SIM	_	2015	NÃO	SIM	-	2015	SIM	2015
9	Aquidauana	SIM	_	2001	SIM	SIM	-	2008	NÃO	-
10	Aral Moreira	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
11	Bandeirantes	SIM	_	2016	SIM	SIM	-	2016	SIM	2017
12	Bataguassu	SIM	_	2014	SIM	SIM	-	2014	NÃO	-
13	Batayporã	SIM	_	2013	SIM	SIM	-	2014	SIM	2014
14	Bela Vista	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
15	Bodoquena	SIM	_	1992	SIM	SIM	-	1992	SIM	2016
16	Bonito	SIM	_	2010	SIM	SIM	-	2002	SIM	2016
17	Brasilândia	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	SIM	2019
18	Caarapó	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	NÃO	-
19	Camapuã	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
20	Campo Grande	SIM	_	1995	SIM	SIM	-	2018	NÃO	-
21	Caracol	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
22	Cassilândia	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
23	Chapadão do Sul	SIM	_	2013	NÃO	SIM	-	2013	NÃO	-
24	Corguinho	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
25	Coronel Sapucaia	NÃO	SIM	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
26	Corumbá	SIM	_	2009	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
27	Costa Rica	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	SIM	2009
28	Coxim	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
29	Deodápolis	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
30	Dois Irmãos do Buriti	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
31	Douradina	SIM	_	2018	NÃO	NÃO	NÃO	-	-	-
32	Dourados	SIM	_	2003	NÃO	SIM	-	2003	NÃO	-
33	Eldorado	NÃO	SIM	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
34	Fátima do Sul	SIM	_	2012	NÃO	SIM	-	2012	SIM	2015
35	Figueirão	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
36	Glória de Dourados	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
37	Guia Lopes da Laguna	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
38	Iguatemi	NÃO	SIM	_	_	SIM	-	2018	NÃO	-
39	Inocência	NÃO	SIM	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
40	Itaporã	SIM	_	2014	SIM	SIM	-	2014	NÃO	-
41	Itaquiraí	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	SIM	2019
42	Ivinhema	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
43	Japorã	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
44	Jaraguari	NÃO	SIM	_	_	SIM	-	2019	NÃO	-
45	Jardim	SIM	_	2013	SIM	SIM	-	2006	SIM	2013
46	Jateí	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
47	Juti	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
48	Ladário	SIM	_	2011	NÃO	SIM	-	2010	NÃO	-
49	Laguna Carapã	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
50	Maracaju	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2006	SIM	2017
51	Miranda	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
52	Mundo Novo	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
53	Naviraí	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	SIM	2018
54	Nioaque	SIM	_	2015	NÃO	SIM	-	2015	NÃO	-
55	Nova Alvorada do Sul	SIM	_	2015	NÃO	SIM	-	2015	NÃO	-
56	Nova Andradina	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2006	SIM	2017
57	Novo Horizonte do Sul	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
58	Paraíso das Águas	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
59	Paranaíba	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	NÃO	-
60	Paranhos	NÃO	NÃO			NÃO	NÃO	-	-	-
61	Pedro Gomes	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
62	Ponta Porã	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2020	SIM	2021
63	Porto Murtinho	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
64	Ribas do Rio Pardo	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
65	Rio Brilhante	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	SIM	2016
66	Rio Negro	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
67	Rio Verde de Mato Grosso	SIM	_	2007	SIM	SIM	-	2007	SIM	2012
68	Rochedo	SIM	_	2014	NÃO	SIM	-	2014	SIM	2018
69	Santa Rita do Pardo	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
70	São Gabriel do Oeste	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
71	Selvíria	SIM	_	2018	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
72	Sete Quedas	NÃO	NÃO	_	_	SIM	-	2017	NÃO	-
73	Sidrolândia	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	SIM	2015
74	Sonora	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2007	NÃO	-
75	Tacuru	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	SIM	2017
76	Taquarussu	SIM	_	2012	SIM	SIM	-	2012	NÃO	-
77	Terenos	SIM	_	2005	SIM	SIM	-	2005	NÃO	-
78	Três Lagoas	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	SIM	2016
79	Vicentina	SIM	_	2013	SIM	SIM	-	2013	NÃO	-

Fonte: Elaborado pela autora.

O município de Sidrolândia apresenta Plano Diretor instituído em 2006, com revisão realizada em 2015. Embora haja o cumprimento formal da exigência de revisão, nota-se que o instrumento permanece relativamente desatualizado diante das mudanças recentes no território municipal, especialmente considerando sua posição estratégica no entorno de Campo Grande e sua inserção em importantes eixos de circulação regional. A ausência de revisões mais recentes evidencia limitações na atualização periódica do planejamento urbano, o que pode impactar a ordenação do crescimento urbano e rural e a articulação com políticas regionais de desenvolvimento.

Em Nioaque, o Plano Diretor foi instituído em 2015 e, conforme o levantamento, não passou por processo de revisão até o período analisado. Apesar de se tratar de um plano

relativamente mais recente em comparação a outros municípios do estado, a inexistência de revisões indica um acompanhamento ainda incipiente do instrumento. Considerando a localização estratégica do município e sua inserção em dinâmicas regionais de mobilidade e integração territorial, a ausência de revisão pode limitar a efetividade do Plano Diretor frente às transformações socioeconômicas e às novas demandas urbanas.

A situação de Guia Lopes da Laguna revela maior fragilidade institucional no campo do planejamento urbano. O município não possuía Plano Diretor instituído no período analisado, tampouco indicava processo formal de elaboração. Essa condição representa um descumprimento das diretrizes do Estatuto da Cidade para municípios sujeitos a dinâmicas de expansão urbana e a impactos territoriais relevantes. A inexistência do Plano Diretor compromete a capacidade do município de regular o uso e a ocupação do solo, planejar a infraestrutura urbana e enfrentar processos de crescimento desordenado, especialmente em contextos de integração regional.

Por fim, Porto Murtinho também se enquadra entre os municípios que não apresentavam Plano Diretor vigente no período analisado, embora se observem indícios de iniciativas recentes voltadas à elaboração desse instrumento. Tal situação assume especial relevância diante do papel estratégico do município no contexto do Corredor Bioceânico, que tende a intensificar fluxos econômicos, logísticos e populacionais. A ausência de um Plano Diretor atualizado fragiliza a capacidade institucional de antecipar e orientar os impactos territoriais decorrentes desse processo, reforçando a urgência de implementação de instrumentos de planejamento urbano e territorial.

Em síntese, a análise desses cinco municípios evidencia distintos níveis de maturidade institucional em relação ao planejamento urbano. Enquanto Campo Grande e Sidrolândia apresentam maior consolidação normativa, ainda que com desafios de atualização, Nioaque revela um estágio intermediário, e Guia Lopes da Laguna e Porto Murtinho demonstram fragilidades significativas pela ausência do Plano Diretor. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecimento das capacidades técnicas e administrativas municipais e de maior articulação intermunicipal e estadual, sobretudo em um contexto de intensificação das dinâmicas territoriais no sul de Mato Grosso do Sul.

6.3.1 Análise da Legislação Municipal de Jardim – MS no âmbito do Plano Diretor

A política de desenvolvimento urbano do município de Jardim, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, estrutura-se a partir de um conjunto de instrumentos legais que regulamentam o ordenamento territorial, o uso e a ocupação do solo, o parcelamento urbano e

a organização do sistema viário, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Nesse contexto, o Plano Diretor Municipal configura-se como o principal instrumento de planejamento urbano, orientando a função social da cidade e da propriedade urbana, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável e da gestão democrática do território.

No caso de Jardim-MS, o marco normativo vigente foi consolidado a partir de 2013, com a promulgação de um conjunto de leis complementares que instituiu o Plano Diretor Municipal e suas legislações urbanísticas correlatas, substituindo normativas anteriores e redefinindo as diretrizes para a organização do espaço urbano. Esse arcabouço legal passou a disciplinar, de forma integrada, o zoneamento, o uso e a ocupação do solo, o parcelamento urbano, o sistema viário e a delimitação do perímetro urbano, estabelecendo parâmetros técnicos e jurídicos para a expansão e a qualificação da cidade.

Posteriormente, verificam-se alterações pontuais nesse ordenamento, destacando-se a atualização de anexos e parâmetros urbanísticos por meio de legislação específica, sem, contudo, a realização de uma revisão integral do Plano Diretor no período analisado. Tal configuração evidência tanto a importância atribuída ao planejamento urbano formal quanto os desafios relacionados à atualização periódica dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade.

Dessa forma, o quadro 18 a seguir apresenta as principais leis municipais de Jardim-MS relacionadas ao Plano Diretor e à política urbana, com a indicação de seus respectivos anos de promulgação, permitindo a sistematização e a análise do marco legal que orienta o planejamento territorial do município.

Quadro 18 – Legislações do Município de Jardim – MS no âmbito do Plano Diretor

LEI	ANO	OBJETO
Lei Complementar nº 103/2013	09 de abril de 2013	Institui o Plano Diretor do município de Jardim. Revoga a antiga norma (Lei Complementar nº 50/2006). Define os objetivos e diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável e a consolidação urbana.
Lei Complementar nº 104/2013	09 de abril de 2013	Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano no município, em consonância com o Plano Diretor — estabelece normas de zoneamento, uso e ocupação do solo.
Lei Complementar nº 105/2013	09 de abril de 2013	Estabelece normas gerais para o parcelamento do solo urbano e aprovação de condomínios urbanísticos no município. Define onde podem ocorrer parcelamentos para fins urbanos.

Fonte: Elaborado pela autora/2026. (continua)

Quadro 18 – Legislações do Município de Jardim – MS no âmbito do Plano Diretor

LEI	ANO	OBJETO
Lei Complementar nº 106/2013	09 de abril de 2013	Regula o sistema viário do município — ou seja, disposição das ruas, arruamentos, estrutura viária, de modo compatível com o Plano Diretor, parcelamento e uso/ocupação do solo.
Lei Complementar nº 107/2013	09 de abril de 2013	Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Jardim, estabelecendo normas técnicas e administrativas para o projeto, licenciamento, execução e fiscalização das edificações urbanas.
Lei Ordinária nº 1635/2013	09 de abril de 2013	Define o perímetro urbano da sede do município, ou seja, delimita os limites urbanos da zona principal (Macrozona Urbana 1 — MU1).

Fonte: Elaborado pela autora/2026. (conclusão)

Deste modo, a formulação do Plano Diretor de Jardim, Lei Complementar nº 103, de 09 de abril de 2013, fundamenta-se em princípios como o cumprimento da função socioambiental da propriedade e da cidade, a promoção da justiça social, a democratização da gestão territorial e a busca pelo desenvolvimento sustentável, assegurando o direito à cidade para todos. Nesse sentido, o plano enfatiza a universalização do acesso à moradia adequada, ao saneamento ambiental, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos equipamentos públicos essenciais, como saúde, educação, lazer e cultura.

Do ponto de vista da organização territorial, o Plano Diretor estabelece o macrozoneamento do município como estratégia central de planejamento, dividindo o território em macrozonas com funções e diretrizes específicas. Destacam-se a Macrozona Urbana 1, correspondente à sede municipal, e a Macrozona Urbana 2, que abrange o Distrito do Boqueirão, ambas estruturadas a partir de critérios de ordenamento do uso do solo, adensamento urbano, oferta de infraestrutura e fortalecimento das funções urbanas locais.

O zoneamento detalhado define áreas de interesse ambiental, zonas de consolidação urbana, zonas de dinamização econômica e zonas especiais de interesse social, evidenciando a

preocupação com a preservação ambiental, a inclusão social e o desenvolvimento econômico equilibrado.

A política municipal de desenvolvimento urbano, conforme delineada no Plano Diretor, prioriza a melhoria da qualidade de vida da população por meio da ampliação e qualificação dos serviços urbanos, da infraestrutura básica e da organização do espaço urbano. Entre suas diretrizes, destacam-se a universalização do saneamento, a pavimentação e drenagem das vias públicas, a gestão adequada dos resíduos sólidos, a promoção da acessibilidade e a valorização dos espaços públicos, incluindo ações de arborização e tratamento paisagístico.

No que se refere aos instrumentos urbanísticos, o Plano Diretor prevê a aplicação de mecanismos previstos no Estatuto da Cidade, como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o IPTU progressivo no tempo, a desapropriação, o direito de preempção, a outorga onerosa do direito de construir e a transferência do direito de construir. A efetivação desses instrumentos está condicionada à elaboração e atualização de instrumentos técnicos fundamentais, como a base cartográfica, a planta genérica de valores e o cadastro técnico multifinalitário, reforçando a dimensão técnica e fiscal da política urbana municipal.

Por fim, a Lei Complementar nº 103/2013 estabelece que o Plano Diretor deve ser permanentemente acompanhado, podendo sofrer alterações em prazos distintos daqueles inicialmente previstos, desde que justificadas por interesse público e aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento. Essa diretriz reforça o caráter dinâmico do planejamento urbano e a necessidade de constante adequação do ordenamento territorial às transformações socioeconômicas, ambientais e institucionais do município de Jardim (MS).

Quanto a Lei Complementar nº 104, de 09 de abril de 2013, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Jardim (MS), constituindo-se como instrumento normativo complementar ao Plano Diretor Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 103/2013. Essa legislação tem como finalidade regulamentar, de forma detalhada, o ordenamento do espaço urbano, estabelecendo critérios, parâmetros e restrições para a utilização e a ocupação do solo, em consonância com os princípios da função social da propriedade e do desenvolvimento urbano sustentável.

A referida lei define o zoneamento urbano como elemento central da política territorial, organizando o espaço da cidade em zonas com usos e índices urbanísticos específicos, tais como coeficientes de aproveitamento, taxa de ocupação, gabarito de edificações e recuos obrigatórios. Esses parâmetros visam compatibilizar o adensamento urbano com a capacidade de suporte da infraestrutura existente, prevenindo conflitos de uso e promovendo maior equilíbrio entre as funções residenciais, comerciais, de serviços, institucionais e industriais.

No âmbito da política urbana, a Lei Complementar nº 104/2013 estabelece diretrizes que buscam assegurar a qualidade de vida da população, a proteção ambiental e a ordenação racional do crescimento urbano. Destacam-se, nesse sentido, as normas voltadas à preservação das áreas ambientalmente sensíveis, à valorização dos espaços públicos, à promoção da acessibilidade e à melhoria das condições de mobilidade urbana, alinhando-se às diretrizes mais amplas do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade.

A legislação também disciplina a localização de atividades potencialmente geradoras de impactos urbanos, condicionando sua implantação ao atendimento de requisitos técnicos e urbanísticos específicos, bem como à compatibilidade com o entorno. Essa abordagem evidencia a preocupação do município com a mitigação de impactos negativos sobre o sistema viário, o meio ambiente urbano e os equipamentos públicos, reforçando o papel do planejamento urbano como instrumento de regulação do uso do território.

Dessa forma, a Lei Complementar nº 104/2013 desempenha papel fundamental na operacionalização das diretrizes do Plano Diretor de Jardim-MS, traduzindo os princípios gerais do planejamento urbano em normas concretas aplicáveis ao cotidiano da gestão municipal. Sua análise permite compreender como o município estrutura juridicamente o controle do uso e da ocupação do solo, bem como os limites e potencialidades da política urbana local frente aos desafios do crescimento urbano e do desenvolvimento sustentável.

Sobre a Lei Complementar nº 105, de 09 de abril de 2013, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Jardim (MS), revogando a Lei Municipal nº 684/1990, e constitui-se como instrumento normativo essencial para a implementação das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 103/2013. Essa legislação tem como objetivo disciplinar a subdivisão do solo urbano em lotes, visando ordenar a expansão da cidade, assegurar a oferta adequada de infraestrutura urbana e garantir o atendimento às funções sociais da propriedade e da cidade.

A norma estabelece critérios técnicos e urbanísticos para a aprovação de loteamentos, desmembramentos e remembramentos, condicionando tais processos à observância de parâmetros mínimos de dimensão dos lotes, sistema viário, áreas públicas e equipamentos urbanos. Ao exigir a prévia implantação ou garantia de infraestrutura básicas, como vias públicas, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e áreas destinadas ao uso coletivo, a lei busca evitar a formação de parcelamentos irregulares e a sobrecarga dos serviços públicos municipais.

No âmbito da política urbana, a Lei Complementar nº 105/2013 reforça o papel do Poder Público municipal no controle do crescimento urbano, ao estabelecer procedimentos

administrativos para análise, aprovação e fiscalização dos empreendimentos de parcelamento do solo. Essa atuação normativa contribui para a racionalização do uso do território, a redução de desigualdades socioespaciais e a promoção de um padrão de urbanização mais equilibrado e sustentável, em consonância com os princípios do Estatuto da Cidade.

A legislação também dialoga diretamente com os instrumentos de planejamento previstos no Plano Diretor, ao articular o parcelamento do solo com o zoneamento urbano, o macrozoneamento e as áreas de expansão urbana. Tal articulação evidencia a compreensão do parcelamento do solo como elemento estruturante do processo de urbanização, cuja regulação é fundamental para assegurar a compatibilidade entre crescimento físico, capacidade de infraestrutura e qualidade de vida da população.

Dessa forma, a Lei Complementar nº 105/2013 representa um avanço institucional na política urbana de Jardim-MS, ao atualizar e adequar a legislação de parcelamento do solo às diretrizes contemporâneas do planejamento urbano. Sua análise permite compreender os mecanismos normativos adotados pelo município para orientar a expansão urbana, prevenir ocupações desordenadas e promover o desenvolvimento urbano sustentável no âmbito local.

No que se refere a Lei Complementar nº 106, de 09 de abril de 2013 apresenta disposições sobre o Sistema Viário do Município de Jardim (MS) e integra o conjunto de instrumentos normativos que operacionalizam as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal. Essa legislação tem como finalidade ordenar, hierarquizar e estruturar a rede viária urbana, compreendendo vias, arruamentos e demais elementos de circulação, de modo a garantir condições adequadas de mobilidade, acessibilidade e segurança à população, em consonância com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável.

O sistema viário é concebido como elemento estruturante do território urbano, articulando-se diretamente com o uso e a ocupação do solo, o parcelamento urbano e o macrozoneamento definidos pelo Plano Diretor. A lei estabelece diretrizes para a organização das vias públicas, buscando compatibilizar a circulação de veículos, pedestres e ciclistas, bem como assegurar a integração entre os diferentes bairros, áreas de expansão urbana e o Distrito do Boqueirão. Essa abordagem evidencia a compreensão da mobilidade urbana como componente essencial da qualidade de vida e da inclusão social.

No âmbito da política urbana municipal, a Lei Complementar nº 106/2013 enfatiza a necessidade de qualificação da infraestrutura viária, priorizando intervenções que promovam a segurança no trânsito, a acessibilidade universal e a melhoria das condições de deslocamento da população. Destacam-se, nesse sentido, as diretrizes voltadas à adequação das vias às normas

técnicas, à requalificação de passeios e calçadas e à integração do sistema viário com os demais serviços urbanos, como saneamento, iluminação pública e transporte coletivo.

A legislação também estabelece parâmetros para a implantação e ampliação do sistema viário em novos parcelamentos do solo, condicionando a aprovação desses empreendimentos à observância das diretrizes viárias definidas no Plano Diretor. Tal disposição reforça o papel do Poder Público municipal no controle do crescimento urbano e na prevenção de problemas estruturais relacionados à mobilidade, como congestionamentos, insegurança viária e segregação socioespacial.

Dessa forma, a Lei Complementar nº 106/2013 consolida o sistema viário como instrumento estratégico do planejamento urbano de Jardim-MS, ao articular mobilidade, acessibilidade e ordenamento territorial. Sua análise permite compreender como o município busca estruturar juridicamente a circulação urbana, enfrentando os desafios impostos pela expansão da cidade e promovendo um padrão de urbanização mais integrado, seguro e socialmente inclusivo.

Sobre a Lei Complementar nº 107, de 09 de abril de 2013, que institui o Código de Obras do Município de Jardim (MS), configura-se como um dos principais instrumentos normativos de operacionalização do planejamento urbano municipal, em articulação direta com o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Ao revogar a legislação anterior (Lei nº 686/1990), o novo Código atualiza os parâmetros técnicos, administrativos e urbanísticos aplicáveis às obras e edificações, alinhando-os às diretrizes contemporâneas de ordenamento territorial, segurança, salubridade e acessibilidade.

O Código de Obras estabelece normas e procedimentos para a elaboração, aprovação, licenciamento, execução, fiscalização e conclusão das edificações públicas e privadas no território municipal. Ao exigir o prévio licenciamento de toda construção, reforma, ampliação ou demolição, a legislação reforça o papel do Poder Público local no controle do processo construtivo, assegurando a observância das diretrizes urbanísticas, ambientais e técnicas definidas pelo arcabouço legal municipal e pelas normas federais e estaduais pertinentes.

No que se refere às responsabilidades técnicas, a lei define claramente as atribuições dos profissionais habilitados, dos proprietários e da administração municipal, exigindo registro junto aos conselhos profissionais competentes (CREA ou CAU) e a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Tal disposição confere maior segurança jurídica e técnica às edificações, além de contribuir para a qualificação do ambiente construído e a prevenção de riscos estruturais e urbanos.

A legislação detalha ainda parâmetros construtivos mínimos relativos a compartimentos, áreas comuns, circulação, acessibilidade, iluminação, ventilação, conforto térmico e acústico, bem como normas específicas para diferentes usos do solo urbano, como residencial, comercial, institucional, industrial e de serviços. Destaca-se a incorporação explícita dos princípios da acessibilidade universal, em consonância com a NBR 9050 da ABNT, reforçando a perspectiva de inclusão social e de garantia do direito à cidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além disso, o Código de Obras disciplina aspectos relacionados à execução das obras, como tapumes, andaimes, canteiros, segurança do entorno, manejo de materiais e proteção da infraestrutura urbana, evidenciando uma preocupação com os impactos das atividades construtivas sobre o espaço público e a vizinhança. Ao tratar também do certificado de conclusão de obra (habite-se), a lei consolida um ciclo completo de controle urbano, desde a concepção do projeto até a efetiva utilização da edificação.

Dessa forma, a Lei Complementar nº 107/2013 desempenha papel estratégico no sistema de planejamento urbano de Jardim-MS, ao normatizar o processo construtivo em consonância com o Plano Diretor e os demais instrumentos urbanísticos. Sua análise evidencia como o município busca qualificar o ambiente urbano, promover a segurança e o bem-estar da população e assegurar maior coerência entre a expansão urbana, o uso do solo e a função social da propriedade.

Por fim, a Lei Ordinária nº 1635/2013 dispõe sobre a definição legal do perímetro urbano da sede do Município de Jardim, correspondente à Macrozona Urbana 1 (MU1), constituindo instrumento complementar ao Plano Diretor Municipal. A norma estabelece os limites espaciais da área urbana por meio de uma poligonal tecnicamente descrita com base em coordenadas geográficas no sistema UTM (Zona 21S, Datum SAD 1969), assegurando precisão cartográfica e segurança jurídica ao ordenamento territorial urbano.

A legislação vincula diretamente a delimitação do perímetro urbano às diretrizes do Plano Diretor, determinando que qualquer alteração futura somente poderá ocorrer mediante processo formal de revisão do Plano Diretor Municipal, com a obrigatoriedade de consulta popular. Tal dispositivo reforça o princípio da gestão democrática da cidade e o papel do planejamento participativo na definição das dinâmicas de expansão urbana.

Ao estabelecer de forma clara e normativa os limites da área urbana consolidada, a Lei nº 1635/2013 fornece base técnica e legal para a aplicação das políticas de uso e ocupação do solo, planejamento da infraestrutura urbana, controle da expansão territorial e implementação de instrumentos urbanísticos. Dessa forma, o diploma legal contribui para a racionalização do

crescimento urbano, a proteção do território rural adjacente e a coerência entre planejamento físico-territorial e gestão urbana no município de Jardim.

Deste modo, a análise do conjunto normativo que estrutura a política de desenvolvimento urbano do município de Jardim evidencia a consolidação de um arcabouço jurídico-institucional coerente, integrado e alinhado aos princípios constitucionais e às diretrizes do Estatuto da Cidade. A promulgação simultânea, em 2013, do Plano Diretor Municipal e de suas legislações complementares como o uso e ocupação do solo, parcelamento urbano, sistema viário, código de obras e definição do perímetro urbano, representou um marco no planejamento territorial local, ao redefinir de forma sistêmica os parâmetros de ordenamento do espaço urbano e rural.

Esse conjunto de leis demonstra a adoção de uma abordagem integrada do planejamento urbano, na qual o macrozoneamento, o zoneamento detalhado, o controle do parcelamento do solo, a organização da mobilidade urbana e a regulação do processo construtivo são tratados como dimensões interdependentes da política urbana. Tal estrutura normativa reforça o papel do Plano Diretor como instrumento central de orientação do desenvolvimento urbano sustentável, da função socioambiental da propriedade e da promoção do direito à cidade, ao mesmo tempo em que confere maior segurança jurídica às ações do Poder Público municipal.

Observa-se, contudo, que, apesar da robustez do marco legal instituído, as alterações posteriores ocorreram de forma pontual, sem a realização de uma revisão global do Plano Diretor no período analisado. Esse aspecto evidencia um dos principais desafios da política urbana local: a necessidade de atualização periódica e sistemática dos instrumentos de planejamento, conforme previsto pelo Estatuto da Cidade, de modo a adequá-los às dinâmicas socioeconômicas, ambientais e territoriais em constante transformação.

Ainda assim, o arcabouço normativo vigente em Jardim-MS revela avanços significativos no controle do crescimento urbano, na prevenção de ocupações desordenadas, na qualificação da infraestrutura urbana e na incorporação de princípios como acessibilidade, inclusão social, preservação ambiental e gestão democrática. Dessa forma, a política de desenvolvimento urbano do município se apresenta como uma base institucional consistente, cuja efetividade depende não apenas da existência das normas, mas de sua aplicação continuada, monitoramento, participação social e permanente articulação entre planejamento, gestão e execução das políticas públicas urbanas.

6.3.2 Mobilidade e acessibilidade urbana no Município de Jardim – MS

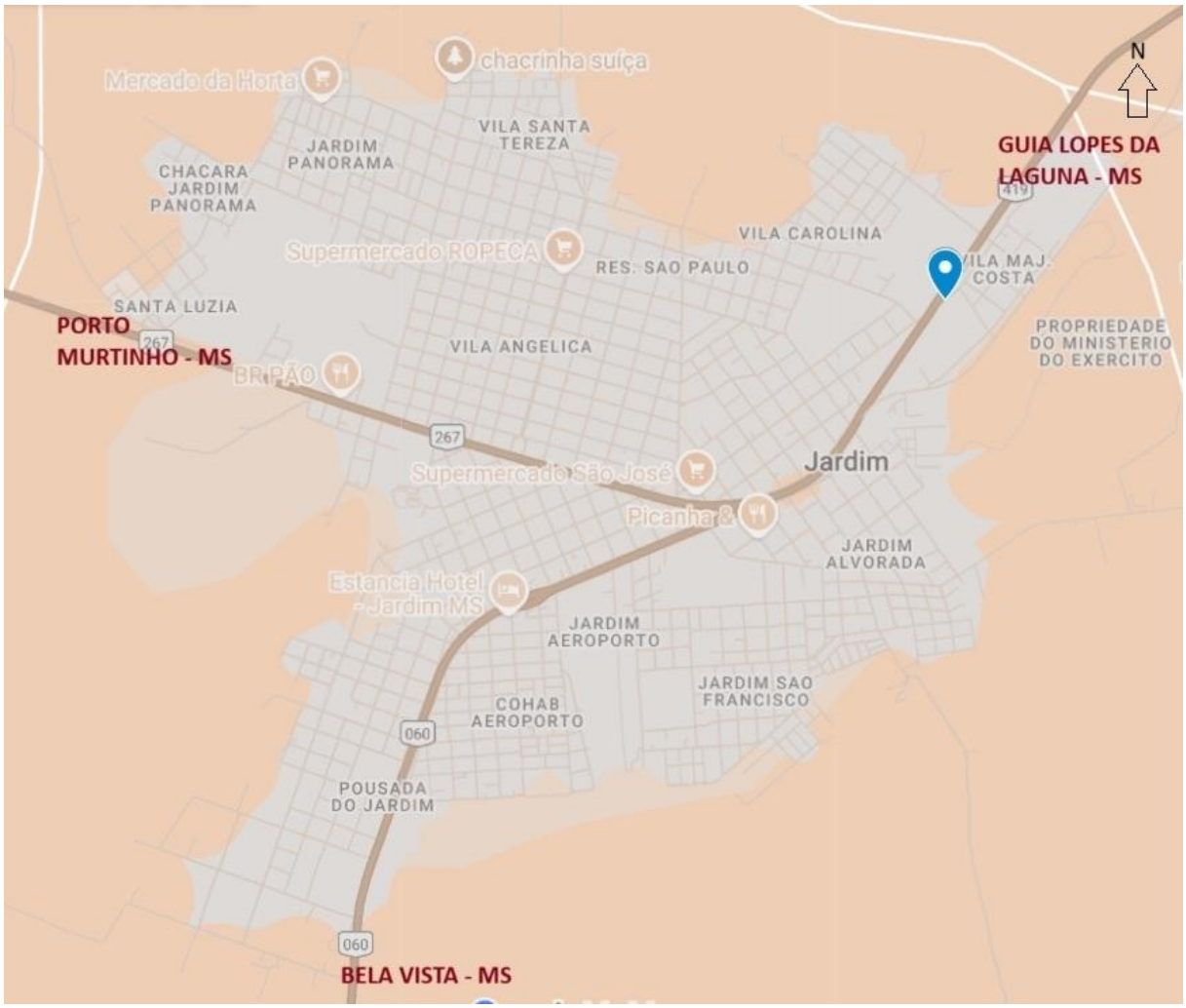
Com o objetivo de compreender as condições atuais de mobilidade e acessibilidade urbana no município de Jardim (MS), bem como de subsidiar a análise da efetividade dos instrumentos de planejamento urbano vigentes, esta pesquisa incorporou a realização de levantamento de campo como procedimento metodológico fundamental. O trabalho empírico permitiu articular a análise documental e normativa com a observação direta da realidade urbana, possibilitando a identificação de dinâmicas espaciais, padrões de uso do espaço público e condições da infraestrutura urbana que não são plenamente apreendidas apenas por meio de fontes secundárias. Nesse sentido, o levantamento de campo constitui etapa central da estratégia metodológica adotada, contribuindo para uma abordagem analítica integrada entre planejamento urbano, mobilidade e acessibilidade.

Os levantamentos de campo foram realizados em dois momentos distintos. O primeiro ocorreu nos dias 26 e 27 de novembro de 2025, enquanto o segundo foi realizado em 03 de janeiro de 2026. Na etapa inicial, desenvolvida junto à Prefeitura Municipal de Jardim, procedeu-se ao levantamento e à sistematização de documentos técnicos, mapas oficiais e legislações urbanísticas pertinentes ao planejamento e à gestão do território municipal.

Em um segundo momento, já no contexto do trabalho empírico in loco, foram realizados levantamentos de campo com o objetivo de identificar e analisar a situação atual da mobilidade e da acessibilidade urbana em diferentes zonas da área urbana do município. Essa etapa teve caráter observacional e analítico, permitindo a verificação direta das condições de circulação, infraestrutura urbana e acessibilidade, cujos resultados serão apresentados e discutidos ao longo deste tópico da pesquisa.

Em 03 de janeiro de 2026, os levantamentos de campo no município tiveram início pelo principal acesso urbano, localizado ao longo da rodovia BR-060. Esse trecho constitui-se como eixo estratégico de entrada na cidade, concentrando o fluxo de veículos provenientes dos municípios de Campo Grande, Sidrolândia, Nioaque e Guia Lopes da Laguna (Figura 12).

Figura 12 – Mapa do Município de Jardim



Fonte: Elaborado pela autora com base no site Google *My Maps*.

Além de sua relevância funcional para a mobilidade regional, essa área apresenta elevada complexidade territorial, por concentrar distintas zonas definidas no zoneamento urbano municipal, a saber: Zona de Interesse Ambiental (ZIA), Zona de Consolidação 1 (ZC1), Zona de Consolidação 2 (ZC2), Zona de Dinamização Econômica 1 (ZDE1) e Zona de Dinamização Econômica 2 (ZDE2). A escolha desse setor como ponto inicial do levantamento (Figura 13) justifica-se, portanto, pela articulação entre fluxos regionais e urbanos e pela coexistência de múltiplos usos do solo, aspectos que influenciam diretamente as condições de mobilidade, acessibilidade e organização do espaço urbano, conforme será ilustrado a seguir.

Figura 13 – Recorte do Mapa do Zoneamento de Jardim - Sede do Município de Jardim

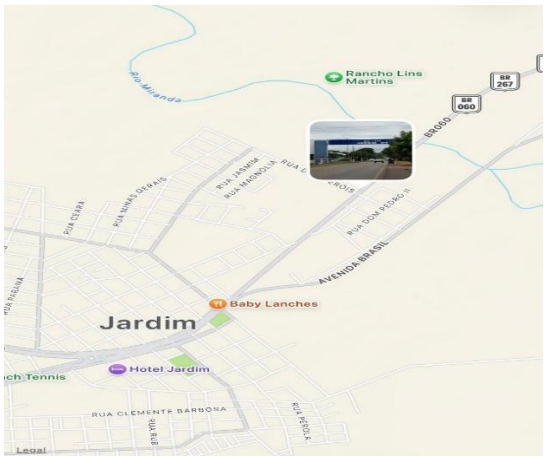
Fonte: Adaptado, Lei Complementar nº 185, de 30 de maio de 2018.

A partir desse acesso principal, conforme ilustrado nas figuras 14 e 15, foi definido um trajeto de deslocamento que contemplou a passagem por diferentes zonas urbanas do município. Ao longo desse percurso, procedeu-se ao registro sistemático de imagens, constituindo um acervo fotográfico destinado a subsidiar a análise das condições atuais de mobilidade e acessibilidade urbana. Esse material empírico permitiu a observação direta da infraestrutura viária, dos espaços destinados à circulação de pedestres e veículos, bem como dos elementos associados à acessibilidade, contribuindo para a compreensão das dinâmicas espaciais e das limitações existentes no ambiente urbano.

Figura 14 – Acesso ao Município de Jardim – MS pela BR-060

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 15 – Localização acesso ao Município de Jardim – MS pela BR-060



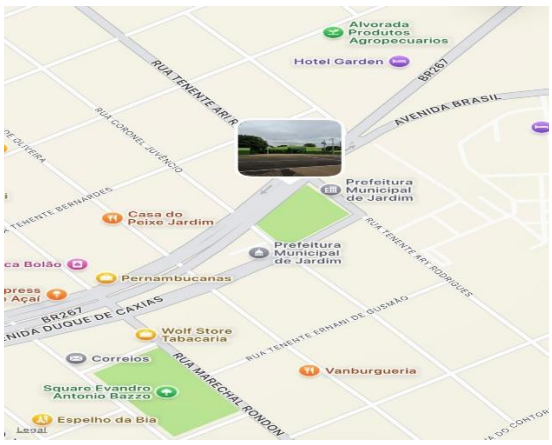
Fonte: Google Maps, 2026

No trecho de acesso à cidade, ao longo da rodovia BR-060, constatou-se a ausência de acostamento e de dispositivos auxiliares de sinalização viária, tais como faixas de travessia de pedestres e lombadas físicas, o que evidencia limitações quanto à segurança viária e à acessibilidade nesse setor de transição entre o espaço rodoviário e o urbano. A presença desses dispositivos passa a ser observada apenas no trecho já urbanizado, correspondente à Avenida Duque de Caxias, principal via de acesso à área central do município, conforme figuras 16 e 17, a seguir.

Figura 16 – Início da Avenida Duque de Caxias

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 17– Localização Avenida Duque de Caxias



Fonte: Google Maps, 2026

Na Avenida Duque de Caxias, especialmente nas proximidades da Escola Estadual Coronel Juvêncio, verificou-se a implantação de travessias de pedestres em diferentes sentidos,

em resposta ao intenso fluxo de veículos e pedestres característico da região. Tal dinâmica decorre da concentração de equipamentos urbanos de uso coletivo, como a escola estadual, o Centro de Atendimento ao Turista, o Centro de Convenções, a Biblioteca Municipal e a Praça Getúlio Vargas, edificações inseridas na Zona de Dinamização Econômica 1 (ZDE1), conforme o zoneamento urbano municipal. Nesse trecho da cidade, as calçadas apresentam-se em condições adequadas de conservação, contando com rebaixamentos junto ao meio-fio, o que contribui para a promoção da acessibilidade e para a segurança dos deslocamentos de pedestres, conforme figuras 18 e 19.

Figura 18 – Travessia de pedestre e calçada na Escola Estadual Cel. Juvêncio

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 19 – Calçada no entorno do Centro de Atendimento ao Turista

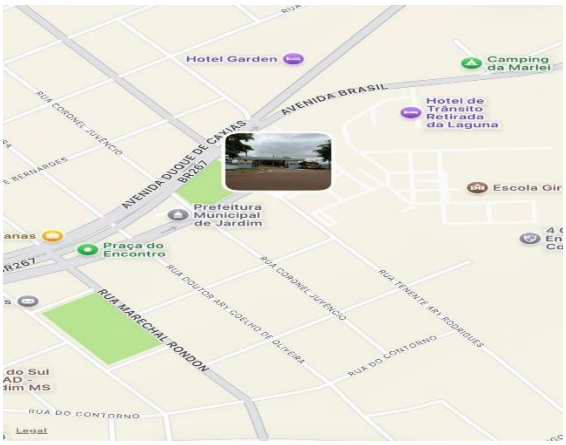
Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

No cruzamento da Avenida Duque de Caxias com a Rua Tenente Ari Rodrigues, identifica-se o acesso à Zona de Interesse Militar (ZIM), área na qual se localizam a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada e a Vila Militar (Figuras 20 e 21). Esse setor apresenta características específicas de uso e ocupação do solo, vinculadas às funções institucionais e estratégicas associadas às atividades militares, influenciando diretamente a dinâmica urbana e os padrões de circulação no entorno.

Figura 20 – Quartel da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 21 – Localização da 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada



Fonte: Google Maps, 2026

Na área em questão, as condições das calçadas mostram-se precárias, caracterizadas por pisos irregulares e descontinuidades ao longo dos percursos, sendo inexistentes em alguns trechos. Observou-se ainda a presença de resíduos sólidos e o estacionamento irregular de veículos sobre os passeios, fatores que comprometem a circulação segura e contínua de pedestres, além de restringirem as condições de acessibilidade e de uso adequado do espaço público, conforme figuras 22 e 23.

Figura 22– Calçada em frente a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 23 – Calçada na Rua Ten. Ari Rodrigues

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

As calçadas associadas aos Próprios Nacionais Residenciais, localizados na Rua Ten. Ari Rodrigues e na Rua Ten. Ernâni de Gusmão, apresentam maior largura em comparação aos

demais trechos analisados, contando com a presença de vegetação arbórea ao longo do percurso. De modo geral, esses passeios encontram-se em melhores condições de conservação, o que favorece a circulação de pedestres e contribui para maior conforto ambiental e qualidade do espaço público, conforme figuras 24 e 25.

Figura 24 – Calçada em frente a 4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada

Fonte: Google Maps – Imagem 2024.

Figura 25 – Calçada na Rua Ten. Ari Rodrigues

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Dando continuidade à análise da região central do município, especialmente nas imediações da Praça Getúlio Vargas, foram realizados registros de importantes equipamentos urbanos, entre os quais se destacam o Centro de Atendimento ao Turista, já mencionado anteriormente, o Centro de Convenções Oswaldo Fernandes Monteiro, a Biblioteca Municipal, a Prefeitura Municipal e a Paróquia Santo Antônio. A observação desses equipamentos permitiu compreender a centralidade funcional da área, bem como a intensidade dos fluxos de pedestres e veículos associados à concentração de atividades institucionais, culturais, religiosas e administrativas, conforme imagens a seguir (Figuras 26 a 29).

Observou-se que, embora a região apresente calçadas mais largas, pisos regulares e a implantação de faixas de travessia de pedestres em diferentes pontos, as condições de acessibilidade encontram-se comprometidas pela ausência de rebaixamentos adequados das guias. Em diversos trechos, o meio-fio apresenta-se elevado, configurando barreiras físicas à circulação de pessoas com mobilidade reduzida, usuários de cadeiras de rodas, carrinhos de bebê e demais pedestres, o que evidencia limitações na efetivação dos princípios da acessibilidade universal no espaço urbano analisado, conforme demonstra as figuras 30 e 31, a seguir.

Figura 26 – Praça Getúlio Vargas

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 27 – Centro de Convenções Oswaldo Fernandes Monteiro

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 28 – Biblioteca Municipal

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 29 – Paróquia Santo Antônio

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 30 – Guia sem rebaixo na Rua Cel Juvêncio, na proximidade da Prefeitura Municipal

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 31 – Guia sem rebaixo na Rua Cel Juvêncio, na proximidade do Super Atacado Leve Max

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Dando continuidade à análise em outros setores da cidade, especificamente na área que compreende a Zona de Consolidação 1 (ZC1) e a Zona de Consolidação 2 (ZC2), observa-se a presença de vias e calçadas com dimensões generosas. Contudo, em razão da declividade mais acentuada do relevo nessa região, os passeios públicos não apresentam alinhamento e inclinação adequados que favoreçam a circulação segura e acessível de pedestres. As variações abruptas de nível e a inadequação das declividades longitudinais e transversais configuram obstáculos à mobilidade, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, conforme evidenciado nas imagens a seguir, referentes às Ruas Ary Coelho de Oliveira e Minas Gerais (Figuras 32 e 33).

Figura 32 – Calçada na Rua Ary Coelho de Oliveira

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 33 – Calçada na Minas Gerais

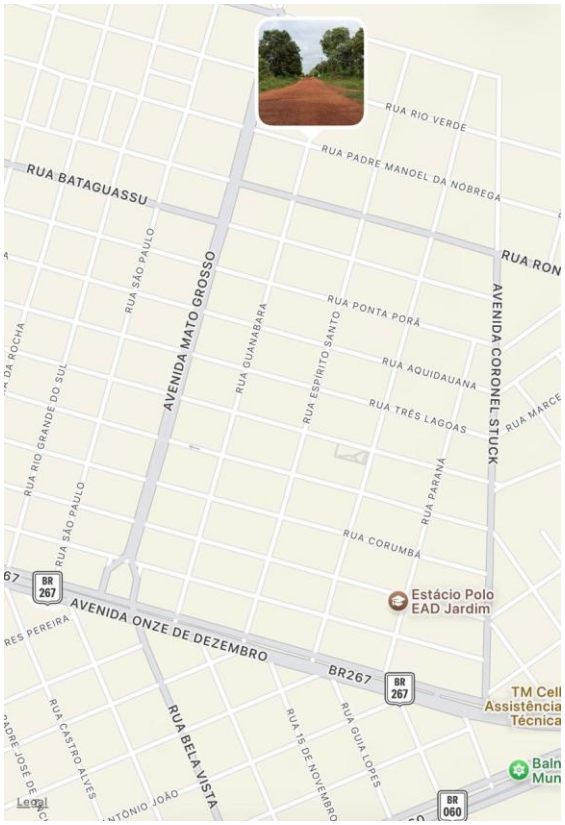
Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Durante o levantamento de campo, verificou-se que uma parcela significativa da região norte do município, onde se inserem a Zona de Consolidação 2 (ZC2), a Zona de Expansão Urbana (ZEU), a Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS 1), a Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS 2) e a Zona de Ocupação Especial, apresenta carência de infraestrutura urbana básica. Observou-se, de modo recorrente, a ausência de pavimentação asfáltica nas vias públicas e, consequentemente, a inexistência de calçadas, o que compromete as condições de mobilidade, acessibilidade e segurança dos deslocamentos, especialmente para pedestres e usuários mais vulneráveis do espaço urbano, conforme figuras 34 e 35, a seguir.

Figura 34 – Rua Padre Manoel da Nóbrega

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 35 – Localização Região Norte, sem pavimentação asfáltica



Fonte: Google Maps, 2026

Na área analisada, a Avenida Mato Grosso configura-se como exceção em relação às condições predominantes do entorno. Trata-se de uma via de maior largura, com pista de mão dupla separada por canteiro central arborizado, dotada de sinalização viária adequada e calçadas em boas condições de circulação, em endereços onde há imóveis. Ademais, observa-se a presença diversificada de atividades comerciais e de prestação de serviços ao longo de seu traçado, o que confere à via maior vitalidade urbana e intensifica os fluxos de pedestres e veículos, conforme demonstra as figuras 36 e 37.

Figura 36 – Comércio e serviços na Av. Mato Grosso

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 37 – Sinalização viária na Av. Mato Grosso

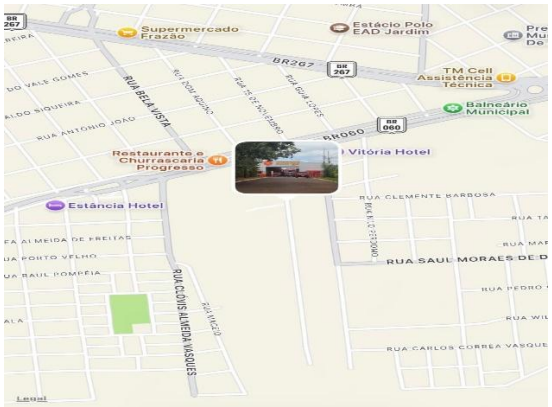
Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Na região sul do município, o levantamento de campo contemplou a Zona de Uso Especial (ZUE), área na qual se localizam equipamentos urbanos de caráter estratégico e institucional, tais como o Aeroporto, o Ginásio de Esportes e o Corpo de Bombeiros. No entorno imediato dessa zona, identificam-se a Zona de Uso Institucional (ZUI), bem como as Zonas de Consolidação 1 (ZC1) e 2 (ZC2), configurando um setor urbano marcado pela coexistência de funções institucionais, de serviços públicos e de uso residencial consolidado. Destaca-se, ainda, a presença do Terminal Rodoviário, inserido na Zona de Dinamização Econômica 2 (ZDE2), equipamento de relevância para a mobilidade intermunicipal e regional, cuja localização influencia os fluxos de circulação, a organização do transporte e a dinâmica de usos do solo no entorno, conforme observa-se nas figuras 38 a 41 a seguir.

Figura 38 – Ginásio de Esportes

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 39 – Localização do Corpo de Bombeiros



Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 40 – Aeroporto

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 41– Terminal Rodoviário

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Apesar da presença de edificações de grande relevância funcional e institucional, a região apresenta significativa carência de infraestrutura destinada à circulação de pedestres. Observou-se que, em diversos trechos, as calçadas são inexistentes ou se encontram implantadas de forma descontínua, restritas apenas à frente de alguns lotes edificados, o que compromete a continuidade dos percursos, a acessibilidade e a segurança dos deslocamentos no espaço urbano, conforme figuras 42 e 43, a seguir.

Figura 42 – Fachada Agesul

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 43 – Acesso ao Corpo de Bombeiros

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Em uma análise mais abrangente das vias de maior importância estrutural no município, conforme imagens 44 a 47 a seguir, destacam-se a Avenida Duque de Caxias, já mencionada anteriormente, e a Avenida 11 de Dezembro. Ambas se inserem na Zona de Dinamização Econômica 2 (ZDE2), caracterizada pela predominância de atividades comerciais e de prestação de serviços. Em função dessa dinâmica, tais vias apresentam, de modo geral, melhor

qualificação da infraestrutura viária, com a presença de sinalização adequada, calçadas implantadas e faixas de travessia de pedestres, evidenciando maior nível de atendimento às demandas de circulação e acessibilidade urbana.

Figura 44 – Cruzamento da Av. 11 de Dezembro com a Av. Cel. Stuck

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 45 – Estacionamento de comércios na Av. 11 de Dezembro

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 46 – Calçada e estacionamento do Fórum da Comarca de Jardim

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 47 – Calçada e estacionamento do Vitória Hotel

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Apesar das condições relativamente adequadas de circulação observadas nas vias em questão, identifica-se a necessidade de ampliação do número de faixas de travessia de pedestres e de rebaixamentos de guias, especialmente em razão das características funcionais dessas avenidas. Ambas configuram como vias de mão dupla, com tráfego veicular intenso, atravessando o município no sentido leste–oeste, o que acentua a demanda por dispositivos de segurança e acessibilidade. Destaca-se que a Avenida 11 de Dezembro estabelece conexão com a BR-267, no sentido do município de Porto Murtinho, enquanto a Avenida Duque de Caxias articula-se à BR-060, promovendo a ligação com o município de Bela Vista. Tais características

reforçam a relevância dessas vias como eixos estruturantes da mobilidade urbana e regional, demandando maior qualificação da infraestrutura voltada à segurança dos pedestres e à acessibilidade universal.

Por fim, o levantamento de campo foi concluído no Cemitério dos Heróis, localizado na região norte da cidade, conforme imagens 48 a 51, a seguir. Trata-se de um bem tombado de extrema relevância no contexto histórico e cultural do município, associado à memória coletiva e à identidade local. O acesso ao equipamento ocorre por meio de via não pavimentada, desprovida de infraestrutura adequada tanto para a circulação de pedestres quanto para o tráfego de veículos, evidenciando a precariedade das condições de acessibilidade e mobilidade em um local de reconhecido valor patrimonial, o que reforça a necessidade de ações integradas de preservação e qualificação do espaço urbano.

Figura 48 – Acesso ao Cemitério dos Heróis

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 49 – Via de acesso ao Cemitério dos Heróis com entulhos

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 50 – Entrada do Cemitério dos Heróis

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Figura 51 – Área interna do Cemitério dos Heróis

Fonte: Acervo pessoal, jan. 2026

Deste modo, o levantamento de campo realizado no município de Jardim permitiu uma leitura aprofundada e integrada das condições de mobilidade e acessibilidade urbana, articulando a análise normativa e cartográfica com a observação direta da realidade territorial. Essa abordagem metodológica mostrou-se fundamental para evidenciar as diferenças espaciais entre as zonas urbanas, bem como para identificar limites e potencialidades da infraestrutura existente, muitas vezes não plenamente captados por meio de fontes documentais.

Os resultados indicam que o município apresenta um quadro heterogêneo de mobilidade e acessibilidade, fortemente condicionado pelo zoneamento urbano, pela função das vias e pela localização dos equipamentos públicos e privados. As áreas inseridas nas Zonas de Dinamização Econômica, especialmente aquelas associadas às principais avenidas estruturantes, concentram melhor qualificação da infraestrutura viária, com presença de sinalização vertical e horizontal, calçadas e faixas de travessia de pedestres. Ainda assim, mesmo nesses setores, persistem lacunas relacionadas à acessibilidade universal, como a insuficiência de rebaixamentos de guias e a ausência de dispositivos adequados para a travessia segura de pedestres em vias de tráfego intenso, a exemplo da não identificação de sinalização semafórica e de travessias elevadas de pedestres, elementos técnicos amplamente reconhecidos como medidas de moderação de tráfego e de priorização da circulação a pé.

Outro aspecto relevante identificado durante o levantamento de campo refere-se à inexistência de sistema de transporte coletivo público urbano no município, bem como, de forma consequente, à ausência de pontos de parada de ônibus devidamente implantados e sinalizados. Essa condição limita significativamente as alternativas de deslocamento da população, reforçando a dependência do transporte individual motorizado e ampliando as desigualdades de acesso aos equipamentos urbanos, especialmente para grupos socialmente mais vulneráveis, como pessoas idosas, com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Adicionalmente, foi observada durante o levantamento de campo a circulação significativa de ciclistas em diferentes trechos do tecido urbano, inclusive em vias com tráfego motorizado intenso. Tal constatação evidencia a relevância da bicicleta como modo de transporte cotidiano no município e, ao mesmo tempo, revela a necessidade de implantação de infraestrutura cicloviária adequada, como ciclovias e ciclofaixas, bem como de sinalização específica que assegure a convivência segura entre os diferentes modos de deslocamento. A ausência desses dispositivos expõe os usuários mais vulneráveis a riscos, ao mesmo tempo em que limita o potencial de fortalecimento da mobilidade ativa como estratégia sustentável de deslocamento urbano.

Por outro lado, as Zonas de Consolidação, de Expansão Urbana e, sobretudo, as Zonas Especiais de Interesse Social revelam fragilidades significativas, caracterizadas pela ausência de pavimentação, inexistência ou descontinuidade de calçadas e inadequação das condições de circulação. Tais carências impactam diretamente a segurança e a mobilidade da população, evidenciando desigualdades socioespaciais e limitações na efetivação do direito à cidade, conforme preconizado pelo Plano Diretor e pelo Estatuto da Cidade.

A análise também demonstrou que a presença de equipamentos urbanos estratégicos e de bens de relevante valor histórico e cultural, como o Cemitério dos Heróis, não é acompanhada, em todos os casos, pela provisão de infraestrutura compatível com sua importância funcional e simbólica. Essa constatação reforça a necessidade de maior articulação entre as políticas de preservação do patrimônio, mobilidade urbana e qualificação do espaço público.

De modo geral, o levantamento de campo evidencia que, embora o município disponha de um arcabouço normativo estruturado para o ordenamento territorial, sua materialização no espaço urbano ocorre de forma desigual e incompleta. Assim, os resultados deste tópico da pesquisa reforçam a importância do acompanhamento sistemático das diretrizes do Plano Diretor, da atualização dos instrumentos urbanísticos e da priorização de ações voltadas à acessibilidade, à mobilidade urbana e à mobilidade ativa, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Essas conclusões fornecem subsídios essenciais para as análises subsequentes desta tese, ao conectar o planejamento urbano formal às dinâmicas concretas do território e às condições reais de deslocamento e uso do espaço urbano pela população.

6.4 Diretrizes propositivas no âmbito da Mobilidade e Acessibilidade Urbana

À luz das análises empíricas, normativas e perceptivas desenvolvidas ao longo deste capítulo, torna-se possível formular diretrizes orientadoras voltadas à qualificação da mobilidade e da acessibilidade urbana no município de Jardim (MS), em consonância com os princípios do Estatuto da Cidade, da Política Nacional de Mobilidade Urbana e das agendas contemporâneas de desenvolvimento urbano sustentável. Tais diretrizes buscam responder às fragilidades identificadas no levantamento de campo, ao mesmo tempo em que potencializam as oportunidades decorrentes da inserção do município no Corredor Bioceânico de Capricórnio.

6.4.1 Diretrizes para o fortalecimento da mobilidade ativa como eixo estruturante do espaço urbano

Recomenda-se a priorização da mobilidade ativa como diretriz central da política urbana municipal, reconhecendo o deslocamento a pé e por bicicleta como modos fundamentais para a promoção do direito à cidade, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, torna-se necessária a implantação de uma rede contínua e integrada de calçadas acessíveis, assegurando padronização construtiva, regularidade dos pisos, rebaixamentos de guias, adequação das declividades e eliminação de barreiras físicas, especialmente nas áreas de maior fluxo de pedestres e nas Zonas Especiais de Interesse Social.

De modo complementar, a circulação significativa de ciclistas observada durante o levantamento de campo evidencia a urgência da implantação de infraestrutura cicloviária, por meio de ciclovias e ciclofaixas devidamente conectadas aos principais eixos viários, equipamentos urbanos, áreas centrais e bairros periféricos. A adoção de sinalização horizontal e vertical específica para ciclistas é fundamental para garantir a convivência segura entre os diferentes modos de deslocamento e reduzir a vulnerabilidade desses usuários no sistema viário.

A seguir, tem-se o quadro 19, síntese das diretrizes, justificativas, ações prioritárias e base legal para a mobilidade ativa e infraestrutura cicloviária no município de Jardim-MS.

Quadro 19 – Mobilidade ativa e infraestrutura cicloviária

DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	AÇÃO PRIORITÁRIA	BASE LEGAL
Priorizar a mobilidade ativa como eixo estruturante da política urbana.	O levantamento de campo evidenciou forte dependência do transporte individual motorizado, precariedade das calçadas e baixa atratividade da caminhada como modo de deslocamento cotidiano, especialmente nas Zonas de Consolidação, Expansão Urbana e ZEIS.	Implantar e requalificar calçadas acessíveis, com padronização de pisos, rebaixamento de guias, adequação de declividades e eliminação de barreiras físicas, priorizando áreas de maior fluxo de pedestres e equipamentos públicos.	CF/1988, art. 182; Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); Lei nº 12.587/2012; ABNT NBR 9050/2020.
Implantar infraestrutura cicloviária integrada ao sistema viário urbano	Foi observada circulação significativa de ciclistas em vias com tráfego intenso, sem infraestrutura adequada, expondo usuários a riscos e limitando o potencial da bicicleta como modo de transporte sustentável.	Implantar ciclovias e ciclofaixas conectadas aos principais eixos viários, áreas centrais, bairros e equipamentos urbanos, com sinalização horizontal e vertical específica.	Lei nº 12.587/2012; Plano Diretor de Jardim – LC nº 103/2013; LC nº 106/2013 (Sistema Viário).

Fonte: Elaborado pela autora/2026.

6.4.2 Diretrizes para a qualificação da segurança viária e das travessias urbanas

Diante da ausência de sinalização semafórica e de dispositivos de moderação de tráfego identificada em diferentes setores da cidade, recomenda-se a implementação de medidas voltadas à segurança viária, com especial atenção às vias estruturantes e de tráfego intenso, como as avenidas Duque de Caxias e 11 de dezembro. Entre as ações prioritárias destacam-se a implantação de travessias elevadas de pedestres, faixas de travessia devidamente sinalizadas, redutores de velocidade e dispositivos de controle de tráfego em áreas de concentração de equipamentos públicos, escolas e espaços de uso coletivo.

Essas intervenções devem ser orientadas por critérios técnicos de engenharia de tráfego e alinhadas ao conceito de "ruas completas", promovendo a redução da velocidade veicular, o aumento da segurança dos pedestres e a valorização do espaço público como lugar de convivência e circulação segura.

A seguir, tem-se o quadro 20, síntese das diretrizes, justificativas, ações prioritárias e base legal para a segurança viária e as travessias de pedestres no município de Jardim-MS.

Quadro 20 – Segurança viária

DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	AÇÃO PRIORITÁRIA	BASE LEGAL
Qualificar a segurança viária e as travessias de pedestres	Identificou-se ausência de sinalização semafórica e de dispositivos de moderação de tráfego, mesmo em vias estruturantes e áreas com intensa circulação de pedestres.	Implantar travessias elevadas de pedestres, faixas sinalizadas, redutores de velocidade e outros dispositivos de acalmamento de tráfego em vias de maior fluxo.	Lei nº 12.587/2012; Estatuto da Cidade; Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997).

Fonte: Elaborado pela autora/2026.

6.4.3 Diretrizes para a estruturação de sistema de transporte coletivo urbano

Considerando a inexistência de transporte coletivo público urbano no município, identificada tanto no levantamento de campo quanto na percepção dos respondentes do questionário, recomenda-se a estruturação gradual de um sistema de transporte coletivo, compatível com a escala urbana de Jardim e com sua função de articulação regional no contexto do Corredor Bioceânico. Tal sistema deve ser planejado de forma integrada ao uso do solo, priorizando a conexão entre bairros periféricos, áreas de expansão urbana, equipamentos públicos e o centro da cidade.

A implantação de pontos de parada devidamente sinalizados, acessíveis e dotados de infraestrutura mínima constitui etapa fundamental para a efetivação dessa diretriz, contribuindo para ampliar as alternativas de deslocamento da população e reduzir a dependência do transporte individual motorizado, especialmente entre os grupos socialmente mais vulneráveis.

A seguir, tem-se o quadro 21, síntese das diretrizes, justificativas, ações prioritárias e base legal para estruturação de sistema de transporte coletivo público urbano no município de Jardim-MS.

Quadro 21 – Estruturação de sistema de transporte coletivo público urbano

DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	AÇÃO PRIORITÁRIA	BASE LEGAL
Estruturar sistema de transporte coletivo público urbano	A inexistência de transporte coletivo urbano e de pontos de ônibus limita as alternativas de deslocamento, ampliando desigualdades socioespaciais e a dependência do automóvel.	Planejar e implantar gradualmente sistema de transporte coletivo urbano, com definição de rotas, horários e pontos de parada acessíveis e sinalizados.	Lei nº 12.587/2012; Estatuto da Cidade; Plano Diretor de Jardim – LC nº 103/2013.

Fonte: Elaborado pela autora/2026.

6.4.4 Diretrizes para a integração entre mobilidade urbana, planejamento territorial e patrimônio histórico-cultural

Os resultados do levantamento de campo evidenciam a necessidade de maior articulação entre as políticas de mobilidade urbana, ordenamento territorial e preservação do patrimônio histórico-cultural. Equipamentos e bens de reconhecida relevância simbólica, como o Cemitério dos Heróis, devem ser incorporados às estratégias de mobilidade, garantindo acessos seguros, pavimentados e acessíveis, compatíveis com sua importância histórica e social.

Nesse sentido, recomenda-se que os projetos de qualificação da mobilidade urbana considerem o patrimônio cultural como elemento estruturante do território, integrando ações de preservação, valorização paisagística e melhoria da infraestrutura de circulação.

A seguir, tem-se o quadro 22, síntese das diretrizes, justificativas, ações prioritárias e base legal para integração da mobilidade urbana e acessibilidade aos equipamentos públicos e áreas estratégicas no município de Jardim-MS.

Quadro 22 – Integração da mobilidade urbana e acessibilidade

DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	AÇÃO PRIORITÁRIA	BASE LEGAL
Integrar mobilidade urbana e acessibilidade aos equipamentos públicos e áreas estratégicas	Equipamentos urbanos e bens de valor histórico e cultural, como o Cemitério dos Heróis, não contam com infraestrutura adequada de acesso e circulação.	Requalificar vias de acesso, calçadas e travessias em áreas com equipamentos públicos, turísticos e patrimoniais, assegurando acessibilidade universal.	Estatuto da Cidade; LC nº 103/2013; LC nº 104/2013; ABNT NBR 9050/2020.

Fonte: Elaborado pela autora/2026.

6.4.5 Diretrizes para o planejamento urbano, equidade socioespacial e participação social

Por fim, torna-se imprescindível o acompanhamento sistemático e a revisão periódica do Plano Diretor Municipal, de modo a alinhar suas diretrizes às transformações territoriais em curso, especialmente aquelas associadas à intensificação dos fluxos logísticos decorrentes do Corredor Bioceânico. A efetividade das normas urbanísticas depende não apenas de sua existência formal, mas de sua aplicação concreta no território, de mecanismos contínuos de monitoramento e da articulação entre os instrumentos de planejamento urbano e as políticas setoriais de mobilidade, acessibilidade, habitação e desenvolvimento local.

A atualização dos instrumentos de planejamento assume papel estratégico também no enfrentamento das desigualdades socioespaciais na oferta de infraestrutura urbana, amplamente evidenciadas pelo levantamento de campo no município de Jardim. As fragilidades observadas nas Zonas de Expansão Urbana, nas Zonas Especiais de Interesse Social e em áreas periféricas revelam a necessidade de orientar o planejamento urbano para a priorização territorial de investimentos, assegurando maior equidade no acesso à pavimentação, calçadas acessíveis, sinalização viária, iluminação pública e equipamentos urbanos. Nesse sentido, o Plano Diretor e suas legislações complementares devem ser utilizados como instrumentos indutores da justiça socioespacial, orientando a distribuição equilibrada das infraestruturas e serviços urbanos.

Além disso, a efetivação do planejamento urbano está diretamente condicionada ao fortalecimento da participação social, elemento central da gestão democrática da cidade. Os dados empíricos revelaram baixos níveis de conhecimento da população acerca do Plano Diretor e reduzida participação em audiências públicas e processos decisórios, o que compromete a legitimidade e a eficácia das políticas urbanas. Dessa forma, torna-se

fundamental ampliar e qualificar os mecanismos de participação, por meio de estratégias de divulgação acessível, educação territorial e envolvimento ativo da sociedade civil nos processos de formulação, revisão e monitoramento das políticas de mobilidade e acessibilidade urbana.

A incorporação de processos participativos qualificados, contínuos e inclusivos contribui para aproximar o planejamento urbano das demandas reais da população, fortalecendo a corresponsabilidade entre poder público e sociedade. Ao integrar atualização normativa, redução das desigualdades socioespaciais e participação social, o município de Jardim poderá avançar na consolidação de um modelo de desenvolvimento urbano mais inclusivo, equitativo e sustentável, capaz de responder aos desafios impostos pelo Corredor Bioceânico sem comprometer o direito à cidade e a qualidade de vida da população local.

Deste modo, o quadro 23, apresenta uma síntese das diretrizes, justificativas, ações prioritárias e base legal, de forma a complementar as diretrizes apresentadas anteriormente, como instrumentos norteadores para redução das desigualdades socioespaciais na oferta de infraestrutura urbana, atualização e efetivação dos instrumentos de planejamento urbano e fortalecimento para participação social no planejamento da mobilidade urbana no município de Jardim-MS.

Quadro 23 – Diretrizes complementares

DIRETRIZ	JUSTIFICATIVA	AÇÃO PRIORITÁRIA	BASE LEGAL
Reduzir desigualdades socioespaciais na oferta de infraestrutura urbana	As Zonas de Expansão Urbana e ZEIS apresentam ausência de pavimentação e de calçadas, comprometendo a segurança e a mobilidade da população.	Priorizar investimentos em pavimentação, drenagem, calçadas e iluminação pública nas áreas mais vulneráveis do município.	Estatuto da Cidade; Plano Diretor de Jardim – LC nº 103/2013; LC nº 105/2013.
Atualizar e efetivar os instrumentos de planejamento urbano	Apesar do arcabouço normativo existente, observou-se materialização desigual das diretrizes do Plano Diretor no espaço urbano.	Realizar revisão periódica do Plano Diretor, integrar políticas de mobilidade e acessibilidade e fortalecer mecanismos de monitoramento e fiscalização.	Estatuto da Cidade; Plano Diretor de Jardim – LC nº 103/2013.
Fortalecer a participação social no planejamento da mobilidade urbana	O questionário revelou baixo conhecimento do Plano Diretor e reduzida participação da população em audiências públicas.	Ampliar estratégias de divulgação, educação territorial e participação social nos processos decisórios relacionados à mobilidade e acessibilidade.	Estatuto da Cidade; CF/1988; LC nº 103/2013.

Fonte: Elaborado pela autora/2026.

As diretrizes propositivas apresentadas neste item sintetizam, de forma aplicada, os principais achados teóricos, normativos e empíricos desenvolvidos ao longo da pesquisa, configurando-se como um conjunto articulado de orientações estratégicas para a qualificação da mobilidade e da acessibilidade urbana no município de Jardim (MS). Fundamentadas nos princípios do Estatuto da Cidade, da Política Nacional de Mobilidade Urbana e das agendas contemporâneas de desenvolvimento urbano sustentável, tais diretrizes buscam enfrentar as fragilidades identificadas no território, ao mesmo tempo em que reconhecem o papel estratégico do município no contexto do Corredor Bioceânico de Capricórnio.

A priorização da mobilidade ativa, a qualificação da segurança viária, a estruturação de um sistema de transporte coletivo, a integração entre mobilidade, planejamento territorial e patrimônio histórico-cultural, bem como a atualização dos instrumentos de planejamento e o fortalecimento da participação social, não devem ser compreendidas como ações isoladas, mas como componentes interdependentes de uma política urbana integrada. Essa abordagem converge com o referencial teórico discutido nos capítulos anteriores, ao reafirmar que a efetivação do direito à cidade pressupõe a centralidade da escala humana, a redução das desigualdades socioespaciais e a democratização do acesso aos espaços, serviços e oportunidades urbanas.

Os quadros-síntese apresentados ao longo deste item reforçam o caráter operacional das diretrizes, ao relacionar justificativas empíricas, ações prioritárias e bases legais, permitindo sua incorporação aos instrumentos de gestão municipal. Nesse sentido, as proposições formuladas não se limitam ao caso específico de Jardim, mas apresentam potencial de replicabilidade em outros municípios de pequeno e médio porte inseridos em grandes projetos de infraestrutura, especialmente aqueles impactados por corredores logísticos de escala regional e internacional.

Dessa forma, o conjunto de diretrizes aqui sistematizado contribui para aproximar o planejamento urbano da realidade vivenciada pela população, reduzindo o distanciamento entre norma e prática identificado ao longo da pesquisa. Ao articular mobilidade, acessibilidade, equidade socioespacial e participação social, o município de Jardim poderá avançar na construção de um modelo de desenvolvimento urbano mais inclusivo, sustentável e socialmente justo, capaz de responder às transformações induzidas pelo Corredor Bioceânico sem comprometer o direito à cidade e a qualidade de vida de seus habitantes. Essas proposições, por fim, constituem um elo fundamental entre os resultados empíricos da tese e as reflexões, a seguir, apresentadas nas considerações finais, reafirmando o planejamento urbano integrado como condição indispensável para o desenvolvimento local.

6.5 Resultados

Os resultados obtidos neste capítulo empírico-confirmam, de forma consistente, as discussões teóricas e normativas desenvolvidas nos capítulos anteriores, especialmente aquelas relativas ao ordenamento territorial, ao direito à cidade, à mobilidade urbana e à acessibilidade. A análise integrada dos municípios sul-mato-grossenses inseridos no Corredor Bioceânico evidencia que, embora os marcos legais brasileiros e as agendas internacionais apontem para um modelo de cidade inclusiva, sustentável e orientada pela escala humana, sua materialização no território ainda ocorre de maneira fragmentada e desigual.

Os dados levantados por meio do questionário aplicado à população reforçam os diagnósticos apresentados na revisão bibliográfica, que indicam a persistência de um modelo urbano fortemente dependente do transporte individual motorizado, em detrimento da mobilidade ativa e do transporte público coletivo. Tal constatação dialoga diretamente com as críticas formuladas por autores como Gehl e Maricato, ao evidenciarem que a prioridade histórica conferida ao automóvel contribui para a exclusão socioespacial, a perda da qualidade dos espaços públicos e o enfraquecimento do direito à cidade.

No que se refere à acessibilidade, os resultados empíricos confirmam as lacunas apontadas no levantamento bibliográfico e no estado do conhecimento, especialmente no que tange à baixa incorporação dos princípios do desenho universal no planejamento urbano cotidiano. A percepção majoritária de inadequação das calçadas, dos edifícios públicos e dos espaços urbanos revela um distanciamento entre as diretrizes técnicas estabelecidas pelas normas da ABNT e sua efetiva aplicação no espaço urbano, corroborando a literatura que aponta a acessibilidade como uma dimensão ainda secundarizada nos Planos Diretores Municipais.

O estudo de caso do município de Jardim (MS) permite aprofundar essa constatação, ao evidenciar que, apesar da existência de um arcabouço normativo relativamente atualizado, a efetividade das diretrizes do Plano Diretor é limitada pela ausência de políticas integradas de mobilidade, pela fragilidade da infraestrutura urbana em áreas periféricas e pela inexistência de transporte coletivo regular. Esses achados dialogam com os resultados do estado do conhecimento, que indicam maior concentração de pesquisas voltadas à legislação e às políticas públicas, em detrimento de análises empíricas sobre mobilidade e acessibilidade na escala local.

No contexto do Corredor Bioceânico, os resultados obtidos reforçam a crítica presente na literatura recente de que os grandes projetos de infraestrutura tendem a priorizar a fluidez logística e os interesses macroeconômicos, sem a devida articulação com políticas urbanas

locais. A análise de Porto Murtinho, em particular, confirma os alertas de autores como Bitencourt e De Mesa (2023), ao evidenciar pressões sobre o uso do solo, valorização imobiliária seletiva e riscos de intensificação das desigualdades socioespaciais, caso não haja planejamento territorial integrado e participação social efetiva.

Dessa forma, os resultados empíricos apresentados neste capítulo não apenas validam as discussões teóricas desenvolvidas nos capítulos anteriores, como também evidenciam a necessidade de superar o hiato entre norma e prática no planejamento urbano dos municípios impactados pelo Corredor Bioceânico. As proposições elaboradas a partir desses achados configuram-se, portanto, como respostas fundamentadas às lacunas identificadas no levantamento bibliográfico e no estado do conhecimento, reforçando a tese de que o desenvolvimento local, para ser efetivo e sustentável, deve articular ordenamento territorial, mobilidade, acessibilidade e governança democrática em múltiplas escalas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo analisar o ordenamento territorial, o planejamento urbano, a mobilidade e a acessibilidade no contexto do Corredor Bioceânico de Capricórnio, com ênfase nos municípios sul-mato-grossenses impactados por essa infraestrutura estratégica, buscando compreender em que medida os instrumentos de planejamento urbano vigentes têm sido capazes de promover o desenvolvimento local de forma inclusiva, sustentável e socialmente justa. Ao longo do percurso investigativo, articulou-se um arcabouço teórico, normativo e empírico que permitiu apreender a complexidade das transformações territoriais em curso e suas múltiplas escalas de incidência.

A análise dos procedimentos metodológicos demonstrou que a adoção de uma abordagem qualiquantitativa, aliada ao método indutivo e ao caráter analítico e exploratório da pesquisa, mostrou-se adequada à compreensão das dinâmicas urbanas e territoriais investigadas. A integração entre revisão bibliográfica e documental, levantamento de dados primários e secundários, observação direta em campo e aplicação de questionário possibilitou uma leitura sistêmica da realidade urbana, superando abordagens fragmentadas e permitindo o diálogo entre teoria, norma e prática.

No plano teórico-conceitual, o estudo evidenciou que o ordenamento territorial e o planejamento urbano não podem ser compreendidos como instrumentos meramente técnicos, mas como campos de disputas políticas e sociais, diretamente relacionados à efetivação do direito à cidade. A trajetória normativa brasileira, consolidada a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Mobilidade Urbana, representa um avanço significativo na institucionalização de princípios como a função social da propriedade, a gestão democrática e a promoção da justiça socioespacial. Contudo, os resultados da pesquisa revelam que tais diretrizes ainda encontram dificuldades substanciais de materialização no cotidiano das cidades, especialmente em municípios de pequeno e médio porte.

As discussões desenvolvidas a partir do direito à cidade, da mobilidade e da acessibilidade reforçaram a centralidade da escala humana no planejamento urbano contemporâneo. As contribuições teóricas de autores como Lefebvre, Gehl e Maricato permitiram compreender que a cidade inclusiva pressupõe a valorização dos modos ativos de deslocamento, a qualificação dos espaços públicos e a incorporação efetiva dos princípios da acessibilidade e do desenho universal. Nesse sentido, o planejamento urbano assume um papel ético e político, voltado à promoção da equidade, da autonomia e da dignidade no uso do espaço urbano.

No contexto do Corredor Bioceânico, a pesquisa demonstrou que essa infraestrutura se configura como um vetor de integração regional e internacional, com elevado potencial logístico e econômico para o estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, os resultados indicam que os investimentos associados ao corredor têm priorizado a fluidez da produção e a competitividade econômica em escala macro, sem a devida articulação com políticas urbanas locais capazes de mitigar desigualdades e ordenar o crescimento urbano. A análise de Porto Murtinho evidencia de forma emblemática essas contradições, ao revelar pressões sobre o uso do solo, valorização imobiliária seletiva e riscos de intensificação da segregação socioespacial.

Os dados empíricos obtidos por meio do questionário aplicado à população confirmam as lacunas apontadas no levantamento bibliográfico e no estado do conhecimento. Observa-se uma forte dependência do transporte individual motorizado, baixa utilização e avaliação negativa do transporte público, precariedade da infraestrutura destinada à mobilidade ativa e limitações significativas na acessibilidade urbana. Esses resultados evidenciam um distanciamento entre os marcos normativos do planejamento urbano e a realidade vivenciada pela população, reforçando a necessidade de efetivação dos instrumentos existentes e de fortalecimento da participação social.

O estudo de caso do município de Jardim (MS) permitiu aprofundar essa análise ao demonstrar que, embora o município possua um arcabouço legal relativamente estruturado, a implementação das diretrizes do Plano Diretor ocorre de forma desigual no território. A ausência de transporte coletivo regular, a precariedade das calçadas em áreas periféricas, a descontinuidade da infraestrutura cicloviária e a fragilidade da acessibilidade universal revelam a urgência de políticas públicas integradas que priorizem a mobilidade, a acessibilidade e a redução das desigualdades socioespaciais.

As proposições apresentadas no último capítulo, organizadas a partir dos eixos de mobilidade urbana, acessibilidade, planejamento territorial e participação social, configuram-se como respostas fundamentadas às lacunas identificadas ao longo da pesquisa. Tais diretrizes não se apresentam como soluções universais, mas como orientações estratégicas passíveis de adaptação às realidades locais, alinhadas aos princípios do Estatuto da Cidade, da Política Nacional de Mobilidade Urbana e das agendas globais de desenvolvimento sustentável, em especial o ODS 11.

Dessa forma, conclui-se que o Corredor Bioceânico, para além de sua relevância logística, deve ser compreendido como um processo de transformação territorial que exige planejamento integrado, governança multiescalar e protagonismo da sociedade civil. A efetividade do desenvolvimento local nos municípios impactados depende da capacidade de

alinhar ordenamento territorial, mobilidade urbana, acessibilidade e participação social em um projeto de cidade orientado pelo direito à cidade e pela sustentabilidade.

Como contribuição científica, esta tese avança ao articular teoria, norma e empiria na análise dos impactos territoriais do Corredor Bioceânico, evidenciando a centralidade da mobilidade e da acessibilidade nos Planos Diretores Municipais e no debate sobre desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, aponta a necessidade de aprofundamento de pesquisas futuras que acompanhem a implementação do corredor, avaliem seus efeitos de longo prazo e investiguem mecanismos de governança capazes de promover uma integração regional mais justa, inclusiva e sustentável.

REFERÊNCIAS

ASATO, Thiago Andrade; GONÇALVES, Débora Fittipaldi; WILKE, Erick Pusck. Perspectivas do Corredor Bioceânico para o Desenvolvimento Local no estado de MS: o caso de Porto Murtinho**. Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial, p. 141-157, 2019. Disponível em: scielo.br/j/inter/a/nNwDdprmgvYhH7KhD64qTgN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 09 jan. 2026.

ASATO, Thiago Andrade. *A Rota Bioceânica como campo de possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística*. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537:2024 – Sinalização tátil no piso: diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Versão corrigida em 2024. Rio de Janeiro: ABNT, 2024. Disponível em: https://acessibilizar.com.br/wp-content/uploads/2024/01/ABNT-NBR-16537-2024-piso-tatil.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Versão corrigida em 2021. Rio de Janeiro: ABNT, 2021. Disponível em: https://acessibilizar.com.br/wp-content/uploads/2022/09/ABNT-9050-2020-Versao-Corrigida-2021.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

BARROS, Pedro Silva *et al*. *Corredor bioceânico de Mato Grosso do Sul ao Pacífico: produção e comércio na rota da integração sul-americana*. Campo Grande: UEMS; Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37931&Itemid=457. Acesso em: 13 nov. 2021.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

BITENCOURT, Jackson Batista; VARGAS LÓPEZ DE MESA, Gloria Maria. Os efeitos da construção do Corredor Rodoviário Bioceânico no ordenamento territorial de Porto Murtinho, Brasil. *Geosul*, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 44–68, ago./set. 2023. DOI: 10.5007/2177-5230.2023.e91855. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91855. Acesso em: 10 ago. 2025.

BONITO (MS). *Dados do Município*. Bonito: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: https://www.bonito.ms.gov.br/dados-do-municipio/. Acesso em: 3 mar. 2025.

BONITO (MS). *Lei Complementar n. 085/10 – Plano Diretor de Bonito*. Bonito: Prefeitura Municipal, 21 maio 2013. Disponível em: https://www.bonito.ms.gov.br/2013/05/21/lei-complementar-n-085-10-plano-diretor-de-bonito/. Acesso em: 3 mar. 2025.

BOUSKELA, Maurício *et al*. *Caminho para as smart cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/O-caminho-para-as-smart-cities-Migrando-de-uma-gest%C3%A3o-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRASIL. Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jan. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 24 jan. 2026.

CAMBIAGHI, Silvana. *Acessibilidade arquitetônica/Desenho Universal*. Acessibilidade no Trabalho, 2020. Disponível em: https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/acessibilidades/acessibilidade-arquitetonica-desenho-universal. Acesso em: 13 jul. 2025.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino. *Desenho universal: métodos e técnicas de ensino na graduação de arquitetos e urbanistas*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.16.2004.tde-03122024-172941. Acesso em: 13 jul. 2025.

CASTRO, Jary de Carvalho e. *IREVIR – acessibilidade: compromisso de cada um*. Campo Grande: Gráfica Gibim e Editora, 2013.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Guia de introdução ao planejamento urbano integrado*. São Paulo: Cidades Sustentáveis, 2018. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Guia_de_Introducao_ao_Planejamento_Urbano_Integrado.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Planejamento integrado: Estatuto da Cidade*. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/planejamento-integrado_estatuto-da-cidade. Acesso em: 14 fev. 2025.

CIAM. *Carta de Atenas* (1933). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

CONSTANTINO, M.; SILVA, A. L.; PEREIRA, J. R.; *et al*. **Mato Grosso do Sul on the growth route: an investigation about the economic potential driven by the Bioceanic Route**. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. 1–20, 2023.

ESCOLA DE CONSELHOS – UFMS. *Plano Diretor de Porto Murtinho é debatido com nova Administração do município*. Disponível em: https://escoladeconselhos.ufms.br/plano-diretor-de-porto-murtinho-e-debatido-com-nova-administracao-do-municipio/. Acesso em: 11 dez. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. *Smart cities*. 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en. Acesso em: 14 jul. 2025.

FERREIRA, Marcia Aparecida de Castro Burgedurf Silveira; FONSECA, Rafael Oliveira; AYRES, Fábio Martins. O Município de Porto Murtinho/MS e a Rota Bioceânica: uma análise da leitura comunitária do Plano Diretor Municipal. 2024. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6692/7113. Acesso em: 10 dez. 2024.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. Trad. Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Diretrizes do desenho universal na habitação de interesse social no Estado de São Paulo – espaço para todos e por toda a vida*. São Paulo: Secretaria de Estado da Habitação; Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, s.d. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/AA_DIRETRIZES-DO-DESENHO-UNIVERSAL-NA-HABITA%C3%87%C3%83O-DE-INTERESSE-SOCIAL-NO-ESTADO-DE-SP-ESPA%C3%87O-PARA-TODOS-E-POR-TODA-A-VIDA_GOVERNO-DE-SP.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Estudo da dimensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: regiões de planejamento. Campo Grande: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, 2015. Disponível em: <https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE PARA A AGENDA 2030 DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *ODS*. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/ods/. Acesso em: 14 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Jardim* (2024) — panorama. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/jardim/panorama. Acesso em: 24 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama: Porto Murtinho – MS*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/porto-murtinho/panorama. Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Porto Murtinho* (2017). Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/porto-murtinho/historico. Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE*). Sidrolândia. In*: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 35, p. 296–297. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_35.pdf. Acesso em: 13 dez. 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Programa Cidades Sustentáveis (PCS)*. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs. Acesso em: 16 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis*. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html. Acesso em: 14 jun. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Carta de Machu Picchu (1977). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

INSTITUTO SOS PANTANAL. *Porto Murtinho*. Disponível em: https://sospantanal.org.br/pantanal/as-microrregioes-do-pantanal/porto-murtinho/. Acesso em: 23 mar. 2025.

JARDIM (MS). Lei Complementar n. 103, de 9 de abril de 2013. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Jardim. Jardim, MS, 9 abr. 2013. Disponível em: <https://pimentabueno.ro.gov.br/uploads/pagina/arquivos/Lei-Complementar-n%C3%82%C2%B0-103_Plano-Diretor.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

JARDIM (MS). Lei Complementar n. 105, de 9 de abril de 2013. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de Jardim – MS. Jardim, MS, 2013.

JARDIM (MS). Lei Complementar nº 106, de 09 de abril de 2013. Dispõe sobre o sistema viário do Município de Jardim – MS e dá outras providências. Jardim, MS: Prefeitura Municipal, 2013.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

LEONELLI, G. C. V. *A construção da lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do séc. XX a 1979*. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. *Ciclos econômicos e produção arquitetônica em Porto Murtinho*. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2013.

LIMA, Rita Carmen Braga**.** *A história de Jardim continua: Jardim – a história de uma cidade*. 2019.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, Heitor Romero *et al*. *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico*. 5. ed. Campo Grande: UCDB, 2017.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. 3 v.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATO GROSSO DO SUL. *VIII Reunião Corredor Rodoviário Bioceânico: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile*. Disponível em: https://www.corredorbioceanico.ms.gov.br/oevento/. Acesso em: 13 nov. 2021.

MAX-NEEF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. *Desarrollo a escala humana: opciones para el futuro*. Madri: Biblioteca CF+S, 2010. Disponível em: http://habitat.aq.upm.es/deh/. Acesso em: 17 fev. 2025.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Mobilidade Urbana*. Brasília: Ministério das Cidades, s.d. Disponível em: http://www.emdec.com.br/eficiente/repositorio/6489.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

MORENO, Carlos. *et al.* 15-Minute City": Sustainability, Resilience and Place Identity in Future Post-Pandemic Cities. **Smart Cities**, [online], v.4, [s.i.], p.93-111, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.3390/smartcities4010006. Acesso em: 10 jan. 2026.

MOROSINI, Marília; SANTOS, Priscila Kohls; BITTENCOURT, Zoraia. *Estado do conhecimento: teoria e prática*. Curitiba: CRV, 2021.

NOGUEIRA, M. A. F. S.; ARGÜELLO, J. F.; SOUZA, R. C.; *et al.* **Perspectives for the Bioceanic Route: an analysis using the FIT-2-Deeds framework**. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. 1–19, 2023.

OBSERVAROTA. *Observatório Acadêmico da Rota Bioceânica: Sobre a UniRila*. Disponível em: https://observarota.com.br/unirila.php. Acesso em: 23 mar. 2025.

ONU-HABITAT. *Diretrizes internacionais para planejamento urbano e territorial*. Trad. Carla Werneck. Nairóbi: ONU-Habitat, 2015. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/04/ig-utp_portuguese.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

ONU. *Nova Agenda Urbana*. Quito: ONU, 2016. Disponível em: https://habitat3.org/the-new-urban-agenda. Acesso em: 10 ago. 2025.

ONU. *Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: http://www.agenda2030.org.br/saiba_mais/publicacoes. Acesso em: 14 nov. 2021.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. *Agenda para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: https://www.paho.org/pt/topicos/agenda-para-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 9 dez. 2024.

PEDOTT, Maycon. *Uma análise do Plano Diretor Participativo de Porto Murtinho/MS e suas proposições ambientais para o futuro*. 2018. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22837/1/analiseplanodiretorproposicoesambientais.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

PEREIRA, Ana Paula Camilo. *et al*. Mato Grosso do Sul na rota: uma análise em imagens. Confins, Paris, n. 58, 2023. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/50409. Acesso em: 24 jan. 2026.

PEREIRA, Rafael H. M.; HERSZENHUT, Daniel. *Introdução à acessibilidade urbana: um guia prático em R*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12264. Acesso em: 3 mar. 2025.

ROLNIK, Raquel. *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Instituto Pólis, 2002.

ROTA BIOCEÂNICA. *Traçado e características*. Disponível em: https://rotabioceanica.com.br/tracado-e-caracteristicas/. Acesso em: 3 ago. 2025.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ-GARAVITO, César A. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Another production is possible: beyond the capitalist canon*. London: Verso, 2006. p. 1–56.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Desenho universal: habitação de interesse social no Estado de São Paulo – espaço para todos e por toda a vida*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/AA_DIRETRIZES-DO-DESENHO-UNIVERSAL-NA-HABITA%C3%87%C3%83O-DE-INTERESSE-SOCIAL-NO-ESTADO-DE-SP-ESPA%C3%87O-PARA-TODOS-E-POR-TODA-A-VIDA_GOVERNO-DE-SP.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SOS PANTANAL. *As microrregiões do Pantanal: Porto Murtinho*. Disponível em: https://sospantanal.org.br/pantanal/as-microrregioes-do-pantanal/porto-murtinho/. Acesso em: 23 mar. 2025.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Fronteiras simbólicas – espaço de hibridismo cultural: uma leitura de *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 475–489, jan./jun. 2014.

TAVARES, Camila Christiana de Aragão. A síntese das artes nos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* – CIAM: a cidade contemporânea. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 26., 2017, Campinas. *Anais do 26º Encontro da Anpap*. Campinas: PUC-Campinas, 2017. p. 3292–3306.

UN-HABITAT. *My neighbourhood*. Nairobi: UN-Habitat, 2024. Disponível em: https://unhabitat.org/my-neighbourhood. Acesso em: 10 ago. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. *Redes Internacionais de Cooperação*. Disponível em: https://www.uems.br/diretoria/dri/Convenios-Acordos-e-Redes/Redes-Internacionais-de-Cooperacao. Acesso em: 23 mar. 2025.

VACHON, Bernard; COALLIER, François. *Le développement local: de la théorie à la pratique*. Québec: Gaëtan Morin, 1993.

VACHON, Bernard. *La volonté et la capacité d'un milieu à produire son développement*. Québec: INRS, 1995.

WILKE, Erick Pusch (Org.). *Apontamentos sobre o Corredor Bioceânico Brasil–Norte do Chile: economia, logística, direito, história e turismo*. Campo Grande: Life Editora, 2022.

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(http://www.capes.gov.br/)

Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)

Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)

Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)

Ajuda

A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > **Busca**

166** resultados para **Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 1-20 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: *1 opções*

- [x] Doutorado *(Tese)* 166

Ano: *5 opções*

- [x] 2021 36
- [x] 2018 35
- [x] 2017 34
- [x] 2020 34
- [x] 2019 27

Autor: *166 opções*

- [ ] ADELITA ARAUJO DE SOUZA 1
- [ ] AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO 1
- [ ] ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY 1
- [ ] ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS 1

- [ ] ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER 1

Orientador: *114 opções*

- [ ] ANA CLARA MOURAO MOURA 5
- [ ] CIBELE SALIBA RIZEK 4
- [ ] LEANDRO SILVA MEDRANO 4
- [ ] WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR 4
- [ ] ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 3

Banca: *538 opções*

- [ ] ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 9
- [ ] ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA 7
- [ ] TOMAS ANTONIO MOREIRA 6
- [ ] ANA MARIA FERNANDES 5
- [ ] ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE 5

Grande Área Conhecimento: *1 opções*

- [x] CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 166

Área Conhecimento: *1 opções*

- [x] ARQUITETURA E URBANISMO 166

Área Avaliação: *1 opções*

- [ ] ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN 166

Área Concentração: *26 opções*

- [ ] URBANISMO 20
- [ ] PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO 15
- [ ] TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO 14
- [ ] PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO 13
- [ ] HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO 11

Nome Programa: *7 opções*

- [ ] ARQUITETURA E URBANISMO 118
- [ ] Arquitetura e Urbanismo 16
- [ ] URBANISMO 15

- [ ] DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO 6
- [ ] ARQUITETURA E URBANISMO 5

Instituição: *15 opções*

- [ ] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 29
- [ ] PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS 16
- [ ] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 15
- [ ] UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 14
- [ ] UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 14

Biblioteca: *42 opções*

- [ ] SBI/PUC-Campinas 15
- [ ] Biblioteca FAU 12
- [ ] UnB 12
- [ ] FAU/UFRJ 11
- [ ] BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA 8

1.
SOARES, SONIA ROHLING. **Paisagem Urbana: A inserção de atributos ecológicos ao Plano Diretor**' 03/05/2018 291 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6655860)

2.
SA, ANA ISABEL JUNHO ANASTASIA DE. **Orçamentos participativos, cidadania e geoinformação: potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de Belo Horizonte**' 18/08/2021 265 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10995770)

3.
ROCHA, NICOLE ANDRADE DA. **Geoprocessamento na parametrização de áreas verdes urbanas: Contribuições ao Plano de Cobertura Vegetal e Arborização Urbana**' 25/02/2019 174 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7629251)

4.
ALMEIDA, CAROLINA HELDT D. **Concessa Venia: Estado, Empresas e a Concessão da Produção do Espaço Urbano**' 05/07/2019 298 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8468552)

5.
ALVES, CINTIA DE SOUZA. **A tentativa de uma política nacional de ordenamento territorial no Brasil: a PNOT (2003-2009). Registro, Críticas e Reflexões**' 02/06/2017 306 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5045118)

6.
MUCHINELLI, LIVIA RIBEIRO ABREU. **Política Nacional de Habitação e Plano Nacional de Habitação: Contradições do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG**' 01/06/2017 252 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5045052)

7.
FLORENTINO, EDNA. **Acessibilidade como Direito do Cidadão e Sua Percepção nas Escolas Públicas de Niterói.**' 29/08/2017 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5500369)

8.
MORENO, MONICA MANSO. **Do plano econômico à estruturação do território: o eixo Rio de Janeiro - São Paulo**' 10/04/2017 279 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5023498)

9.
CARANDINA, THIAGO. **GEOMETRIAS E GEOGRAFIAS, MODELOS E TERRITÓRIOS: O CASO DO ATENDIMENTO ESCOLAR EM CRECHE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER TERRITORIAL**' 24/02/2021 304 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11464303)

10.
MOURA, ANDREA MENDONCA DE. **Planejamento Urbano e Planejamento de Transporte: uma relação desconexa?**' 05/05/2017 366 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5309512)

11.
KROGH, DANIELA DA SILVA SANTOS. **O DEBATE SOBRE O URBANISMO EM CAMPINAS: DO RELATÓRIO DE ANHAIA MELLO AO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE PRESTES MAIA (1920-1940)**' 21/02/2018 319 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6411876)

12.
BARBOSA, RAIMUNDO GOMES. **DIREITO À CIDADE: TERRA FIRME E ÁREAS DE RESSACA, O CASO REFERÊNCIA DO BAIRRO CONGÓS, EM MACAPÁ-AP (1980-2010)**' 26/02/2021 214 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11478248)

13.
SILVA, HUGO LOURO E. **ESTADO, MERCADO E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL DE SÃO PAULO, 2014-2018**' 25/11/2020 176 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9833109)

14.
GUERRA, MARIANA FALCONE. **A influência das variáveis urbanísticas na mobilidade não motorizada em São Paulo: uma reflexão a partir da formulação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (PDE - Lei 16.050/2014)**' 20/07/2018 298 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6384124)

15.
ABBRUZZESE, LAURA. **Corridors and Arcs. Questioning territorial (re)articulation on the edge between networks and isolations**' 30/09/2021 137 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11522129)

16.
GETLINGER, DANIELA CRISTINA VIANNA. **PLANO DE AÇÃO LOCAL COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO DO JARDIM LAPENA**' 12/08/2021 246 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11093251)

17.
DANTAS, PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA. **PELOS CAMINHOS D'ÁGUA, PELAS RUGOSIDADES DA TERRA: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY** ' 22/03/2019 312 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: ppgau - deha
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7890044)

18.
SOUZA, ADELITA ARAUJO DE. **LÓGICA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL GUARANI E AS SOBREPOSIÇÕES PRODUZIDAS PELOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO**' 13/02/2017 266 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6127485)

19.
LAGE, LAURA BEATRIZ. **Paisagem como elo de ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial: 'conservation through development'** 28/09/2018 503 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca do Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6449391)

20.
MILITELLI, FERNANDA AMORIM. **Cidade Compacta e a Zona de Estruturação Urbana em São Paulo: Aproximações e Dissonâncias**' 09/08/2021 209 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10987682)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)
CAPES (http://www.capes.gov.br/)
Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)
Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)
Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)
Ajuda
A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > Busca

166 resultados para Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 21-40 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: *1 opções*

☑ Doutorado *(Tese)*	166

Ano: *5 opções*

☑ 2021	36
☑ 2018	35
☑ 2017	34
☑ 2020	34
☑ 2019	27

Autor: *166 opções*

☐ ADELITA ARAUJO DE SOUZA	1
☐ AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO	1
☐ ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY	1
☐ ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS	1

☐ ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER	1

Orientador: *114 opções*

☐ ANA CLARA MOURAO MOURA	5
☐ CIBELE SALIBA RIZEK	4
☐ LEANDRO SILVA MEDRANO	4
☐ WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR	4
☐ ANGELICA APARECIDA TANIUS BENATTI ALVIM	3

Banca: *538 opções*

☐ ANGELICA APARECIDA TANIUS BENATTI ALVIM	9
☐ ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA	7
☐ TOMAS ANTONIO MOREIRA	6
☐ ANA MARIA FERNANDES	5
☐ ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE	5

Grande Área Conhecimento: *1 opções*

☑ CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	166

Área Conhecimento: *1 opções*

☑ ARQUITETURA E URBANISMO	166

Área Avaliação: *1 opções*

☐ ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	166

Área Concentração: *26 opções*

☐ URBANISMO	20
☐ PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	15
☐ TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO	14
☐ PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO	13
☐ HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO	11

Nome Programa: *7 opções*

☐ ARQUITETURA E URBANISMO	118
☐ Arquitetura e Urbanismo	16
☐ URBANISMO	15

☐ DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	6
☐ ARQUITETURA E URBANISMO	5

Instituição: *15 opções*

☐ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	29
☐ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	16
☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	15
☐ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	14
☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	14

Biblioteca: *42 opções*

☐ SBI/PUC-Campinas	15
☐ Biblioteca FAU	12
☐ UnB	12
☐ FAU/UFRJ	11
☐ BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA	8

21.
BIANCHINI, LIGYA HRYCYLO. **URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS: LEGISLAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL (1930-1970)**' 27/09/2021 280 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11454854)

22.
MARTINS, ALESSANDRA RIBEIRO. **MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS: TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO**' 06/02/2017 295 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6095461)

23.
PONTES, LOUISE BARBALHO. **ESPAÇO (EM) ABERTO: BRECHAS À REINVENÇÃO DO PROJETO E DA PAISAGEM, UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MACAPÁ**' 26/02/2021 187 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11478963)

24.
URBINA, CARLA CAROLINA URBINA. **"Experiencia de transformación cultural en el paisaje-escuela. Aprendiendo en el paisaje volcánico del campus de la Universidad Nacional Autónoma de México"**." 07/10/2021 370 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11395738)

25.
PONTES, TAIS FURTADO. **Uma Ponte para Manaus - o lugar como alternativa para o projeto territorial**' 30/10/2020 257 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10228697)

26.
ITANI, MARCIA RENATA. **"Zoneamento ecologico-econômico e territorialidades: estudo de caso no Litoral Norte paulista"** 25/05/2018 340 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6322452)

27.
SOARES, BERNARDO NASCIMENTO. **CIDADE, COMUM URBANO: contradição, conflito e contestação na produção social da terra e da moradia** 20/09/2021 221 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11451619)

28.
SOUSA, LUCAS GOMES DE. **Chão rachado: as transformações territoriais nos municípios do Cariri à luz da Transposição do Rio São Francisco** 06/07/2020 230 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9787582)

29.
BASTOS, PAULO. **A Contradição Em Processo: O Discurso e Prática Relativa à Habitação Popular na Gestão Eduardo Paes'** 15/09/2017 361 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5511286)

30.
CASTRO, HENRIQUE REZENDE DE. **COERÇÃO E COESÃO TERRITORIAL NA GESTÃO METROPOLITANA CONTEMPORÂNEA'** 08/02/2017 172 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6124037)

31.
TREVISAN, RICARDO MARQUES. **Planos de negócios em arquitetura e urbanismo: fatores críticos para seu planejamento'** 17/11/2020 245 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9787883)

32.
SAMPAIO, SANANE SANTOS. **Fotografia na elaboração de planos e projetos urbanísticos: as experiências do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador e do Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para a Área do Vetor Ipitanga'** 21/10/2020 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9590625)

33.
REBOUCAS, THAIS DE MIRANDA. **O Bairro e o Plano: Estratégias e Disputas em Torno da Produção do Espaço Urbano em Salvador-BA e no Bairro da Paz'** 03/06/2019 341 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8900894)

34.
PEREIRA, ANA PAULA CARVALHO. **MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NA FASE DE PROJETO: uma proposta de plano de execução BIM para a SUMAI / UFBA'** 30/10/2017 332 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5630387)

35.
MACIEL, CRISTIANO FERRARI. **AS AEROTROPOLIS E A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO: O CASO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS-CAMPINAS (VCP)'** 22/02/2018 320 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas

Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6412437)

36.
BORGES, HERALDO FERREIRA. **A FORMA DO INFORME: UMA INTERPRETAÇÃO DA MORFOGÊNESE DO TERRITÓRIO METROPOLITANO DA GRANDE VITÓRIA A PARTIR DOS PADRÕES E PROCESSOS DE ANTROPIZAÇÃO'** 02/02/2018 260 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6323175)

37.
GUIA, GEORGE ALEX DA. **Trajetórias do desenvolvimento: BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe'** 21/02/2018 285 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6509764)

38.
GUTERMAN, BRUNA DA CUNHA. **A Cidade Maravilhosa é a que Luta: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica'** 11/12/2017 331 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5524443)

39.
SOARES, MARIA SIMONE MORAIS. **Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu - Província da Parahyba do Norte (1871-1901)'** 19/11/2018 301 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7519022)

40.
FERRAZ, TATIANA SAMPAIO. **"Sobre atravessamentos: arte, cidade e a produção do espaço a partir da obra de Rubens Mano"** 23/05/2018 424 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6322447)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(http://www.capes.gov.br/)

Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)
Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)
Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)
Ajuda

A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > **Busca**

166** resultados para **Plano Diretor and ordenamento territorial
Exibindo 41-60 de 166

<< () < () 1 () 2 () **3 ()** 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: *1 opções*
- Doutorado *(Tese)* 166

Ano: *5 opções*
- 2021 36
- 2018 35
- 2017 34
- 2020 34
- 2019 27

Autor: *166 opções*
- ADELITA ARAUJO DE SOUZA 1
- AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO 1
- ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY 1
- ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS 1

- ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER 1

Orientador: *114 opções*
- ANA CLARA MOURAO MOURA 5
- CIBELE SALIBA RIZEK 4
- LEANDRO SILVA MEDRANO 4
- WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR 4
- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 3

Banca: *538 opções*
- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 9
- ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA 7
- TOMAS ANTONIO MOREIRA 6
- ANA MARIA FERNANDES 5
- ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE 5

Grande Área Conhecimento: *1 opções*
- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 166

Área Conhecimento: *1 opções*
- ARQUITETURA E URBANISMO 166

Área Avaliação: *1 opções*
- ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN 166

Área Concentração: *26 opções*
- URBANISMO 20
- PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO 15
- TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO 14
- PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO 13
- HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO 11

Nome Programa: *7 opções*
- ARQUITETURA E URBANISMO 118
- Arquitetura e Urbanismo 16
- URBANISMO 15

DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	6
ARQUITETURA E URBANISMO	5

Instituição: 15 opções

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	29
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	16
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	15
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	14
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	14

Biblioteca: 42 opções

SBI/PUC-Campinas	15
Biblioteca FAU	12
UnB	12
FAU/UFRJ	11
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA	8

41.
CARVALHO, MARCIO RODRIGO COELHO DE. **Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências**' 26/05/2020 443 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9787065)

42.
AMARAL, RAQUEL DANTAS DO. **O financiamento multilateral do desenvolvimento: o Estado Brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial - o caso do Ceará**' 18/04/2018 282 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6318374)

43.
CARNEIRO, DANIEL MAROSTEGAN E. **Zonas de tensão: O arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo**' 30/06/2021 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11297686)

44.
LORA, RENATA MORANDI. **Mobilidade e acessibilidade no espaço urbano: o direito à cidade na Grande Vitória**' 12/09/2018 304 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6384875)

45.
BRITO, ANA LAURA DE FREITAS ROSAS. **A pequena escala e a cidade: o mobiliário na ativação dos espaços livres públicos**' 27/08/2019 339 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7981530)

46.
CARMO, VICTOR BARBOSA DO. **Monitoramento de recursos naturais estratégicos utilizando veículo aéreo não tripulado, no município de Joinville, Santa Catarina.**' 12/12/2019 120 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9683928)

47.
CRUZ, MAURICIO FEIJO. **Urbanismo e Mobilidade Urbana em São Paulo: (des)articulações entre planejamento, projeto e transportes (1968-2016)**' 15/05/2020 348 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9787132)

48.
FAVARETTO, ANGELA. **Valores paisagísticos: subsídios para elaboração do projeto de estradas**' 02/05/2017 474 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5033438)

49.
SPINASSE, MARCOS ANTONIO. **Efeitos afetivos do espaço: esquematização de um dispositivo projetual a partir da felicidade**' 31/05/2017 192 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: PPGAU/DEHA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6215738)

50.
PEREIRA, LUCIANA NORONHA. **PAISAGEM [FRAGMENTOS, SUPERPOSIÇÕES E COLAGENS] E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO [TIC] EM FOTOGRAFIAS DE LOCALIDADES TURÍSTICAS ONLINE**' 29/08/2017 268 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5129641)

51.
MARGOTTO, SAMIRA. **"Fluxos e refluxos"**' 25/06/2018 211 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6325735)

52.
BORGES, JUNIA LUCIO DE CASTRO. **O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial**' 04/09/2017 227 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5083752)

53.
PEREIRA, FLAVIA PEDROSA. **Além da venda: reflexões críticas sobre a alienação dos imóveis da União a partir da Lei nº 13.465/2017.**' 21/05/2021 346 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11260794)

54.
COSTA, ANDRE DALBO DA. **Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho**' 16/04/2019 324 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8468774)

55.
SILVA, PRISCILA SOARES DA. **POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (1986-2014): Inserção socioespacial, governança local e processos de gestão do Programa Minha Casa Minha Vida. Existem alternativas?**' 07/07/2021 389 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11230626)

56.
MOREIRA, FERNANDA ACCIOLY. **"Terras de exclusão, portos de resistência: um estudo sobre a função social das terras da União"**' 06/06/2018 322 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6324102)

57.
MEDEIROS, RENATO DE. **Entre o projeto e a obra: a questão construtiva em processos de ensino-aprendizagem em duas instituições de ensino superior de arquitetura**' 26/06/2017 242 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - CT
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5244213)

58.
ABLA, MARCELA MARQUES. **Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer. Aluna: Marcela Marques Abla Orientadora: Profa. Dra. Rachel Coutinho Marques da Silva PROURB – FAU/UFRJ Co-orientadora: Profa. Dra. Zaida Muxí Martinez DUOT – ETSAB/UPC Rio de Janeiro 2017**' 19/01/2017 437 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6077432)

59.
MONTEIRO, LATUSSA BIANCA LARANJA. **Região metrolitana da Grande Vitória: investigando correlações para integrar investimentos**' 05/05/2017 194 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5075761)

60.
ROMAN, TAMARA. **ESPAÇO, MEMÓRIA E PERMANÊNCIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**' 21/02/2017 300 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4996230)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)
CAPES (http://www.capes.gov.br/)
Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)
Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)
Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)
Ajuda
A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > Busca

166 *resultados para* Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 61-80 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: 1 opções

Doutorado *(Tese)*	166

Ano: 5 opções

2021	36
2018	35
2017	34
2020	34
2019	27

Autor: 166 opções

ADELITA ARAUJO DE SOUZA	1
AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO	1
ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY	1
ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS	1

ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER 1

Orientador: 114 opções

ANA CLARA MOURAO MOURA 5
CIBELE SALIBA RIZEK 4
LEANDRO SILVA MEDRANO 4
WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR 4
ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 3

Banca: 538 opções

ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 9
ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA 7
TOMAS ANTONIO MOREIRA 6
ANA MARIA FERNANDES 5
ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE 5

Grande Área Conhecimento: 1 opções

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 166

Área Conhecimento: 1 opções

ARQUITETURA E URBANISMO 166

Área Avaliação: 1 opções

ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN 166

Área Concentração: 26 opções

URBANISMO 20
PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO 15
TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO 14
PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO 13
HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO 11

Nome Programa: 7 opções

ARQUITETURA E URBANISMO 118
Arquitetura e Urbanismo 16
URBANISMO 15

DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO 6
ARQUITETURA E URBANISMO 5

Instituição: 15 opções

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 29
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS 16
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 15
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 14
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 14

Biblioteca: 42 opções

SBI/PUC-Campinas 15
Biblioteca FAU 12
UnB 12
FAU/UFRJ 11
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA 8

61.
GUSSON, CAROLINA DOS SANTOS. **O impacto da verticalização no microclima urbano e no conforto térmico na escala do pedestre: o papel da geometria e da envoltória dos edifícios**' 29/05/2020 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9787804)

62.
MATERA, SERGIO. **"Estratégias do vazio: construção e desenho do solo público: o projeto moderno na arquitetura contemporâneo paulista"**' 17/05/2018 363 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6320796)

63.
AMARAL, SABRINA FERRETTI DO. **O Quadro Urbano-Regional de Juiz de Fora-MG: Processos, Dinâmicas e As Novas Relações Com Sua Região de Influência**' 10/09/2018 299 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6572494)

64.
MOREIRA, LORENA CLAUDIA DE SOUZA. **O MANUAL DO PROPRIETÁRIO DA EDIFICAÇÃO ASSISTIDO PELA REALIDADE AUMENTADA**' 21/02/2018 241 f. Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BAE/Unicamp
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6658617)

65.
CARTANA, RAFAEL PRADO. **DESEMPENHO TÉRMICO E LUMÍNICO DE ELEMENTOS DE CONTROLE SOLAR PARA FACHADAS DESENVOLVIDOS COM MODELAGEM PARAMÉTRICA E FABRICAÇÃO DIGITAL**' 28/03/2018 348 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6319521)

66.
CARVALHO, JULIANA DE. **Contribuição à preservação do patrimônio cultural da arquitetura moderna: proposta de metodologia de análise de risco do concreto armado. Aplicação ao caso dos remanescentes do Teatro Cultura Artística**' 26/08/2019 220 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7719707)

67.
AGOSTINI, FERNANDA FIGUEIREDO D. **Ferrovias turísticas no Brasil: relações entre a infraestrutura ferroviária e o território.**' 19/08/2019 340 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7816537)

68.
LAMOUNIER, ALEX ASSUNCAO. **Atmosferas de Preferência e a Cidade Maravilhosa**' 15/09/2017 362 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5511527)

69.
VIANNA, FABIANO BORBA. **O plano de Curitiba 1965-1975: desdobramento de outro moderno Brasileiro**' 10/05/2017 506 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5071473)

70.
LAMOUNIER, ROSAMONICA DA FONSECA. **Da autoconstrução à arquitetura aberta: o Open Building no Brasil**' 08/08/2017 509 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5061155)

71.
MELLO, YASMIM RIBEIRO. **ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: CONTRADIÇÕES NA ADOÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO MARCO REGULATÓRIO NACIONAL (LEI Nº 11.445/2007)**' 16/02/2017 336 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5364156)

72.
BOTTURA, ANA CARLA DE LIRA. **Conflitos e produção de consensos na cidade neoliberal: a luta por moradia em Palmas/TO**' 07/08/2019 351 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8172688)

73.
SANTOS, AMALIA CRISTOVAO DOS. **A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)**' 27/04/2018 304 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6318726)

74.
ANDRADE, BRUNO AMARAL DE. **O planejamento, a criança e o jogo: o geodesign na identificação de valores cotidianos e simbólicos no território**' 19/06/2019 445 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7687459)

75.
GUEDES, ITALO CESAR MONTALVAO. **Modelo probabilístico para investigação da influência de pontos de ônibus no ruído do tráfego veicular urbano**' 22/02/2018 100 f. Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BAE/Unicamp

Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5617421)

76.
FREITAS, CHRISTIAN REZENDE. **Tecnologias de geoinformação no planejamento territorial: novas formas de produção, compartilhamento e uso de dados espaciais**' 12/06/2020 262 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9296093)

77.
RUDOLPHO, LUCAS DA SILVA. **Conectividade funcional da paisagem e conservação da biodiversidade: subsídios para o planejamento territorial e paisagístico brasileiro**' 17/12/2020 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU-UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10564194)

78.
CASADO, CAMILA ANTUNES DE CARVALHO. **A INVENÇÃO DA PRAIA E O VIVER NAS ALTURAS EM MACEIÓ-AL**' 14/03/2019 332 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: PPGAU-DEHA/FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7714058)

79.
BENDER, HELENA. **Crônica sobre o fracionamento dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, 1957-1974**' 18/12/2020 330 f. Doutorado em ARQUITETURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Faculdade de Arquitetura
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10067801)

80.
BOAS, VIOLETA PIRES VILAS. **ARTISTIC ACTIONS IN PUBLIC SPACES: toward an artistic and urban practice**' 20/07/2018 128 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6873906)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(http://www.capes.gov.br/)

Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)

Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)

Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)

Ajuda

A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > Busca

166 resultados para Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 81-100 de 166

« < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () > () »

Refinar meus resultados

Tipo: 1 opções

- Doutorado (Tese) 166

Ano: 5 opções

- 2021 36
- 2018 35
- 2017 34
- 2020 34
- 2019 27

Autor: 166 opções

- ADELITA ARAUJO DE SOUZA 1
- AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO 1
- ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY 1
- ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS 1

- ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER 1

Orientador: 114 opções

- ANA CLARA MOURAO MOURA 5
- CIBELE SALIBA RIZEK 4
- LEANDRO SILVA MEDRANO 4
- WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR 4
- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 3

Banca: 538 opções

- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 9
- ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA 7
- TOMAS ANTONIO MOREIRA 6
- ANA MARIA FERNANDES 5
- ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE 5

Grande Área Conhecimento: 1 opções

- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 166

Área Conhecimento: 1 opções

- ARQUITETURA E URBANISMO 166

Área Avaliação: 1 opções

- ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN 166

Área Concentração: 26 opções

- URBANISMO 20
- PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO 15
- TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO 14
- PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO 13
- HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO 11

Nome Programa: 7 opções

- ARQUITETURA E URBANISMO 118
- Arquitetura e Urbanismo 16
- URBANISMO 15

- DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO 6
- ARQUITETURA E URBANISMO 5

Instituição: 15 opções

- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 29
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS 16
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 15
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 14
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 14

Biblioteca: 42 opções

- SBI/PUC-Campinas 15
- Biblioteca FAU 12
- UnB 12
- FAU/UFRJ 11
- BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA 8

81.
OKRETIC, GABRIELLE ASTIER DE VILLATTE WHEATLEY. **Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores**' 07/02/2020 479 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10592593)

82.
STRALEN, MATEUS DE SOUSA VAN. **Dynamic architectural systems: parametric design and digital fabrication towards conversational customisation**' 06/12/2017 314 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5192383)

83.
TEIXEIRA, EDUARDO HENRIQUE SANTOS. **URBANISMO E EDUCAÇÃO: ESCOLA PARQUE E SUA RELAÇÃO COM O PLANO URBANÍSTICO DE SALVADOR – EPUCS / CPUCS Salvador**' 18/07/2018 239 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7131894)

84.
MAIA, FLAVIA NEVES. **SMART URBANISM AND THE POLITICS OF DIGITAL VISIBILITY: MAPPING INFORMALITY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (2008-2016)**' 30/11/2018 237 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7601579)

85.
SILVEIRA, CAROLINA STOLF. **Orientação e Mobilidade de Pessoas com Deficiência Visual no Meio Urbano e no Transporte Coletivo: Subsídios para Sistemas de Informação ao Usuário**' 08/12/2017 356 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC

Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5225232)

86.
POEHLS, LENNART BERTRAM. **Energy Assessment in Early Architectural Design Stages - Framework and Validation Methodology for Architect-friendly Computational Energy Assessment**' 06/12/2017 252 f. Doutorado em ARQUITETURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5571057)

87.
LIMA, MARINA LAGE DA GAMA. **VOZES DA GUANABARA - OS DEBATES URBANÍSTICOS PRESENTES NA REVISTA ARQUITETURA – IAB 1961 A 1968**' 25/10/2021 245 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11468662)

88.
CANEDO, JULIANA SOARES GOMES. **DIREITO A OUTRACIDADE: OCUPAÇÕES E FAVELAS COMO TÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO**' 05/04/2017 186 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5361229)

89.
STEDILE, JANAINA ALMEIDA. **Arquitetura da segregação : desígnio e desenhos das cidades.**' 15/02/2019 247 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7628508)

90.
ARAUJO, FLAVIO FARIA DE. **DEZ ANOS DA OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA: DESTRUIÇÃO CRIATIVA E RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.**' 23/05/2019 210 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8795423)

91.
BENEDICTO, DANIELLE BARROS DE MOURA. **A METÁFORA DA GUERRA NA VIDA COTIDIANA E SUA APROPRIAÇÃO PELA SAÚDE PÚBLICA. O CASO DE NOVA IGUAÇU**' 27/05/2019 177 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8786206)

92.
PORANGABA, ALEXSANDRO TENORIO. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)**' 27/09/2019 325 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8895203)

93.
TOFFANO, ANA LUIZA MECA DE SOUZA. **Política e gestão de resíduos sólidos urbanos: Desafios e possibilidades estudo de caso de Niterói, RJ**' 16/03/2021 267 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11164458)

94.
RACCA, GUSTAVO BADOLATI. **A CIDADE VISTA PELO DOCUMENTÁRIO: A produção de representações coletivas sobre o espaço urbano em documentários fílmicos**' 14/05/2018 175 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6904010)

95.
ASSUMPCAO, RODRIGO VITORINO. **CANTO, VAZIO E MEMÓRIA: ONTOLOGIA E TERRITÓRIO**' 05/12/2017 157 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas

Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6156709)

96.
CALABRESE, FEDERICO. **UMA FRONTEIRA SUTIL: ENTRE O PROJETO DO NOVO E A CONSERVAÇÃO DO EXISTENTE - BRASIL E ITÁLIA NO SÉCULO XXI**' 04/09/2018 422 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7197000)

97.
CRESTON, HELENA TULER. **Patrimoniologia: lusco-fusco entre identidade tática e diferença em devir**' 30/10/2020 439 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: FAUFBA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10067723)

98.
AYOUB, THAMINE DE ALMEIDA AYOUB. **Programas habitacionais e a gestão dos ilegalismos: regularização fundiária e remoções em Londrina-PR**' 16/12/2019 290 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8463914)

99.
RAPPL, KATRIN. **Avaliações ex ante e a qualidade do habitar no Brasil do século 21: uma possibilidade crítica**' 07/06/2019 388 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7719712)

100.
FUENTES, MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA. **OS PRIMEIROS MESTRANDOS DA FAU-UnB: de um passado que não se construiu**' 08/05/2017 1790 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5509810)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161

Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.

Versão: **1.1.16**

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(http://www.capes.gov.br/)

Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)

Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)

Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)

Ajuda

A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > **Busca**

166** resultados para **Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 101-120 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () **6 ()** 7 () 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: *1 opções*

☑ Doutorado *(Tese)*	166

Ano: *5 opções*

☑ 2021	36
☑ 2018	35
☑ 2017	34
☑ 2020	34
☑ 2019	27

Autor: *166 opções*

☐ ADELITA ARAUJO DE SOUZA	1
☐ AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO	1
☐ ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY	1
☐ ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS	1

☐ ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER	1

Orientador: *114 opções*

☐ ANA CLARA MOURAO MOURA	5
☐ CIBELE SALIBA RIZEK	4
☐ LEANDRO SILVA MEDRANO	4
☐ WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR	4
☐ ANGELICA APARECIDA TANIUS BENATTI ALVIM	3

Banca: *538 opções*

☐ ANGELICA APARECIDA TANIUS BENATTI ALVIM	9
☐ ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA	7
☐ TOMAS ANTONIO MOREIRA	6
☐ ANA MARIA FERNANDES	5
☐ ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE	5

Grande Área Conhecimento: *1 opções*

☑ CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	166

Área Conhecimento: *1 opções*

☑ ARQUITETURA E URBANISMO	166

Área Avaliação: *1 opções*

☐ ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	166

Área Concentração: *26 opções*

☐ URBANISMO	20
☐ PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	15
☐ TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO	14
☐ PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO	13
☐ HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO	11

Nome Programa: *7 opções*

☐ ARQUITETURA E URBANISMO	118
☐ Arquitetura e Urbanismo	16
☐ URBANISMO	15

☐ DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	6
☐ ARQUITETURA E URBANISMO	5

Instituição: *15 opções*

☐ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	29
☐ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	16
☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	15
☐ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	14
☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	14

Biblioteca: *42 opções*

☐ SBI/PUC-Campinas	15
☐ Biblioteca FAU	12
☐ UnB	12
☐ FAU/UFRJ	11
☐ BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA	8

101.
BITTENCOURT, SAMANTHA NAHON. **Data Venia – Por uma Outra Arquitetura para a Justiça Brasileira**' 06/04/2018 209 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6419638)

102.
BAIARDI, YARA CRISTINA LABRONICI. **NÓ DE TRANSPORTE E LUGAR: Dilemas, Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento de um Hub Urbano de Mobilidade**' 08/05/2018 1153 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6319060)

103.
BERNARDI, JULIANA CARIONI DI. **"Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira: Os Grandes Empreendimentos Imobiliários em Florianópolis**' 10/11/2021 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11375845)

104.
PEREZ, ANA LUISA DANTAS COUTINHO. **"Desenho de um comportamento profissional: O Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil"**' 10/05/2018 434 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6319546)

105.
BRASILEIRO, TAMARIS DA COSTA. **Mapa de ruído como ferramenta para o planejamento territorial a partir da análise da população exposta: estudo de caso na área de influência da Rodovia Transamazônica (BR-230) na região metropolitana de João Pessoa/PB**' 22/09/2021 221 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Zila Mamede / UFRN
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11511645)

106.
MANSO, CELINA FERNANDES ALMEIDA. **A URBS e os seus problemas: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy** ' 08/06/2018 446 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6415244)

107.
TARCSAY, ALESSANDRA DE FIGUEIREDO. **A cidade e o mar: Intervenções urbanísticas de valorização com o foco em aquário**' 26/08/2021 370 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11171261)

108.
RIPOLI, MARIANA MEIDANI. **APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E SUA RELAÇÃO COM A FORMA E MOBILIDADE URBANA: AS PRACIALIDADES DA AVENIDA PAULISTA, SÃO PAULO**' 25/02/2021 121 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11458133)

109.
MONTEIRO, AMANDA RAFAELLY CASE. **OS PROJETOS E AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DA FAU E DA UnB (1957-1972)** 29/10/2021 326 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11474100)

110.
DUARTE, RUBENS DE OLIVEIRA. **O PROTAGONISMO E A SEDUÇÃO DO MAR E DA LAGUNA EM MACEIÓ E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NA CIDADE** ' 18/03/2019 287 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: DEHA-PPGAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7653686)

111.
FILHO, ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS. **DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE) - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL**' 29/03/2021 195 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Digital - PPGAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11062324)

112.
DIAS, BRUNO SILVA. **ARQUITETADESIGNER relações projetuais entre a Arquitetura e o Design de mobiliário na Casa de Vidro, de Lina Bo Bardi.**' 05/03/2018 314 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6293715)

113.
SOUSA, GIULIANA DE BRITO. **Cidades Capitais: Paisagens em (trans)formação.**' 28/03/2018 268 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6426235)

114.
ZORRAQUÍNO, LUÍS FERMÍN DELGADO. **HABITABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: REABILITAÇÃO URBANA DA COMUNIDADE DO MORRO DOS PRAZERES, DEPOIS DO PROJETO FAVELA-BAIRRO**' 24/10/2018 214 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6976255)

115.
FAVRIN, VANESSA GARCIA. **Pós-atendimento habitacional - diálogos para enfrentar a precariedade**' 22/05/2017 267 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5077063)

116.
MEDEIROS, GABRIEL LEOPOLDINO PAULO DE. **A cidade interligada: Legislação urbanística, sistema viário, transportes urbanos e a posse da terra em Natal (1892-1930)**' 18/07/2017 282 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - CT
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5244267)

117.
LEITE, VERA LUCIA SANCHES FRANCA. **Caminhos que Levam à Cidade - O Protagonismo do IAB na Política Urbana Brasileira**' 20/12/2017 691 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5537155)

118.
CAMPOS, CLARISSA CORDEIRO DE. **Squatting for more than Housing: Alternative Spaces and Struggles for The Right to the City in Three Urban Areas in Brazil, Spain, and the Basque Country**' 31/08/2020 317 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9323217)

119.
CAVALCANTI, EMANUEL RAMOS. **CIDADES VACANTES, CIDADES EXPECTANTES: produção e transformação dos vazios urbanos em Fortaleza (2000-2018)**' 27/08/2018 375 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6987106)

120.
MATOS, KARENINA CARDOSO. **A CIDADE RIBEIRINHA: Desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina - PI**' 30/06/2017 301 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5070103)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)
CAPES (http://www.capes.gov.br/)
Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)
Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)
Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)
Ajuda
A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > **Busca**

166 resultados para Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 121-140 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () **7 ()** 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: *1 opções*

☑ Doutorado *(Tese)*	166

Ano: *5 opções*

☑ 2021	36
☑ 2018	35
☑ 2017	34
☑ 2020	34
☑ 2019	27

Autor: *166 opções*

☐ ADELITA ARAUJO DE SOUZA	1
☐ AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO	1
☐ ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY	1
☐ ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS	1

☐ ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER	1

Orientador: *114 opções*

☐ ANA CLARA MOURAO MOURA	5
☐ CIBELE SALIBA RIZEK	4
☐ LEANDRO SILVA MEDRANO	4
☐ WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR	4
☐ ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM	3

Banca: *538 opções*

☐ ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM	9
☐ ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA	7
☐ TOMAS ANTONIO MOREIRA	6
☐ ANA MARIA FERNANDES	5
☐ ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE	5

Grande Área Conhecimento: *1 opções*

☑ CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	166

Área Conhecimento: *1 opções*

☑ ARQUITETURA E URBANISMO	166

Área Avaliação: *1 opções*

☐ ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	166

Área Concentração: *26 opções*

☐ URBANISMO	20
☐ PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	15
☐ TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO	14
☐ PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO	13
☐ HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO	11

Nome Programa: *7 opções*

☐ ARQUITETURA E URBANISMO	118
☐ Arquitetura e Urbanismo	16
☐ URBANISMO	15

☐ DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO	6
☐ ARQUITETURA E URBANISMO	5

Instituição: 15 opções

☐ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	29
☐ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	16
☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	15
☐ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	14
☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	14

Biblioteca: 42 opções

☐ SBI/PUC-Campinas	15
☐ Biblioteca FAU	12
☐ UnB	12
☐ FAU/UFRJ	11
☐ BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA	8

121.
BARBOSA, DANIELA PEREIRA. **O patrimônio de Brasília além do Plano Piloto: uma análise de dossiês de tombamento, 1959-2014**' 25/06/2021 383 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: unb
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11007460)

122.
ALCIDES, MELISSA MOTA. **ENTRE O OLHAR E O PALADAR: CARTOGRAFIA DO ALIMENTO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO** ' 27/04/2020 324 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Digital - PPGAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9768328)

123.
GUINANCIO, CRISTIANE. **Do Espaço Doméstico ao Público: O Acolhimento da Vida das Famílias na Habitação Social**' 14/07/2017 295 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5298738)

124.
TOMANIK, RAQUEL. **A cidade, seus muros e suas leis: controvérsias jurídicas e urbanísticas dos condomínios e loteamentos fechados**' 17/12/2020 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9899621)

125.
DANNEMANN, JOAO CARLOS SILVEIRA. **ARQUITETURA DA ÁGUA EM SALVADOR: LEGIBILIDADE NA PRESERVAÇÃO DE FONTES E CHAFARIZES PÚBLICOS Salvador**' 22/11/2018 371 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7133224)

126.
STEHLING, MIGUEL PEREIRA. **CUSTOMIZAÇÃO EM MASSA MEDIADA POR BIM APLICADA A ENGENHARIA-SOB-ENCOMENDA DE COMPONENTE DA CONSTRUÇÃO: COZINHAS PERSONALIZADAS E SOLUÇÕES DE CABINETRIA**' 08/08/2019 150 f. Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BAE/Unicamp
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7724693)

127.
CRUZ, LEANDRO DE SOUSA. **Universidades por projeto: Três Universidades Globais no campo do urbanismo no Brasil (2008 - 2019)**' 19/02/2020 216 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10172470)

128.
NUNES, ORLANDO VINICIUS RANGEL. **O PROGRAMA CIDADES DE PORTE MÉDIO: PLANEJAMENTO E POLÍTICA URBANO-REGIONAL NO BRASIL (1976-1986)**' 03/04/2020 446 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE-UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9110216)

129.
SILVA, RICARDO ALEXANDRE DA. **O PENSAMENTO TECNOCRÁTICO, A SETORIZAÇÃO E AS PRÁTICAS PERMISSIVAS: A QUESTÃO DAS ÁREAS CONTAMINADAS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**' 23/02/2018 255 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6414337)

130.
VALDES, RODRIGO LUIS MILLAN. **Urbanismo esportivo na América do Sul: ordem, espetáculo e operações imobiliárias (1920-1955)**' 13/05/2019 341 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7724329)

131.
LIMA, CLOVIS ANTONIO BENEDINI. **Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio**' 01/07/2020 258 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9786930)

132.
VASCONSELOS, TASSIA BORGES DE. **Os níveis de computabilidade no processo de projeto: um panorama de abordagens nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**' 21/09/2021 305 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP - BDTD USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11040666)

133.
BRAGANCA, LUCIANA SOUZA. **JARDINS POSSÍVEIS**' 13/09/2021 543 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11017634)

134.
REIS, ROSANA SANTANA DOS. **ROTAS ACESSÍVEIS EM SÍTIOS CULTURAIS DE INTERESSE TURÍSTICO NO BRASIL E NA ITÁLIA: normas, diretrizes e projetos**' 05/03/2021 447 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11297974)

135.
JUNQUEIRA, JULIANA VILLELA. **Propedêutica da grossura**' 07/12/2020 244 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Pós-Graduação da FAUUSP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10841218)

136.
YAMASHITA, KELLY YUMI. **[Minhocão] via de práticas culturais e ativismo urbano**' 04/02/2020 265 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9275487)

137.
TIMENI, GIORDANA CHAVES CALADO. **MUITO MAIS QUE O ESCURO: a vivência espacial dos cegos como base para a compreensão sensível da cidade**' 26/07/2019 311 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8540365)

138.
MELLO, CLAUDIA SOUZA DE. **A FEIRA DA ROÇA AGROECOLOGIA E CULTURA DE VARGEM GRANDE: espaços, práticas e saberes da agricultura urbana no Rio de Janeiro**' 31/03/2021 244 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11164470)

139.
BITENCOURT, RICARDO BATISTA. **Para planejar a boa forma, a avaliação de planos na cidade contemporânea.**' 18/11/2020 314 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10228855)

140.
LORETTE, ANTONIO CARLOS RODRIGUES. **PRAÇA LONGA DA PAIXÃO: PRÍNCIPIOS SACRO-URBANÍSTICOS NAS CIDADES SUL MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX**' 25/09/2020 213 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10738176)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)
CAPES (http://www.capes.gov.br/)
Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)
Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)
Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)
Ajuda
A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > Busca

166 *resultados para* Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 141-160 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: 1 opções

☑ Doutorado *(Tese)*	166

Ano: 5 opções

☑ 2021	36
☑ 2018	35
☑ 2017	34
☑ 2020	34
☑ 2019	27

Autor: 166 opções

☐ ADELITA ARAUJO DE SOUZA	1
☐ AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO	1
☐ ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY	1
☐ ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS	1

- ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER 1

Orientador: 114 opções

- ANA CLARA MOURAO MOURA 5
- CIBELE SALIBA RIZEK 4
- LEANDRO SILVA MEDRANO 4
- WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR 4
- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 3

Banca: 538 opções

- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 9
- ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA 7
- TOMAS ANTONIO MOREIRA 6
- ANA MARIA FERNANDES 5
- ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE 5

Grande Área Conhecimento: 1 opções

- [x] CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 166

Área Conhecimento: 1 opções

- [x] ARQUITETURA E URBANISMO 166

Área Avaliação: 1 opções

- ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN 166

Área Concentração: 26 opções

- URBANISMO 20
- PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO 15
- TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO 14
- PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO 13
- HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO 11

Nome Programa: 7 opções

- ARQUITETURA E URBANISMO 118
- Arquitetura e Urbanismo 16
- URBANISMO 15

- DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO 6
- ARQUITETURA E URBANISMO 5

Instituição: 15 opções

- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 29
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS 16
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 15
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 14
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 14

Biblioteca: 42 opções

- SBI/PUC-Campinas 15
- Biblioteca FAU 12
- UnB 12
- FAU/UFRJ 11
- BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA 8

141.
VASCONCELOS, GUILHERME NUNES DE. **Atmospheres of Immersion: Designing and Experiencing in Architecture and Virtual Reality**' 28/10/2021 267 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11067431)

142.
MARTINS, CLARA PASSARO GONCALVES. **Três Giras Por Uma Descanonização dos Modelos Ocidentais Modernos de Corpo na Arquitetura (na Dobra com a Dança) - NEUFERT®, MODULOR e LABAN**' 16/08/2021 207 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11301033)

143.
VIEIRA, MONIQUE LESSA. **FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA PARA A PRESERVAÇÃO DE ÁREAS E EDIFÍCIOS DE VALOR PATRIMONIAL: DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA E O EXERCÍCIO PROJETUAL**' 20/11/2020 504 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Biblioteca Central Zila Mamede
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10508037)

144.
GALLO, DOUGLAS LUCIANO LOPES. **CIDADE HUMANA: A VIDA URBANA E A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO QUALIDADE DE VIDA**' 03/12/2020 382 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10434847)

145.
SOUZA, RODRIGO HENRIQUE BUSNARDO DE. **FOTOGRAFIA, CIDADE E PAISAGEM URBANA: REVELAÇÕES ENTRE BRASIL E FRANÇA (1840 - 1889)**' 27/02/2019 533 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas

Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7709811)

146.
LIMA, ANA CAROLINA GLERIA. **Casa e documentação: a história contada através de um acervo de projetos**' 01/12/2020 356 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP e Biblioteca do IAU/USP
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9914841)

147.
SILVA, RENATO FONSECA LIVRAMENTO DA. **[LP3] TRÊS : Ferramenta para auxiliar fases inicias de projeto com base em sistemas sensoriais, princípios de usabilidade e desenho universal**' 07/10/2020 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9827045)

148.
SQUARELLA, ROBERTA BETANIA FERREIRA. **DIRETRIZES PROJETUAIS PARA O EDIFÍCIO ESCOLAR VOLTADO ÀS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E ÀS METODOLOGIAS ATIVAS.**' 10/02/2020 287 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9293743)

149.
SILVA, FLAVIA DE FARIA NEVES GOMES DA. **Urbanismo Azul: uma interpretação da Polinésia Francesa**' 30/12/2020 443 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10657116)

150.
ESTEVES, ANA PAULA DA CONCEICAO. **A ILUMINAÇÃO NATURAL ZENITAL, O USO DE CÉLULAS FOTOVOLTAICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O EDIFÍCIO DE ENERGIA ZERO NO BRASIL**' 28/09/2020 138 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9789386)

151.
MORITA, CAROLINA AKEMI MARTINS. **Do habitat ao habitar poiético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre**' 22/09/2021 462 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11259906)

152.
QUEIROZ, FABIO ABREU DE. **Excepcional: processos de design, arquitetura contemporânea e edifícios de apartamentos na cidade de São Paulo**' 26/10/2021 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11067579)

153.
MACIEL, ERICK DE MELO. **Patrimônio Cultural e desenvolvimento: São Miguel das Missões (RS)**' 29/07/2019 185 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7824574)

154.
OLIVEIRA, LIANA PAULA PEREZ DE. **A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo**' 10/06/2019 195 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7719950)

155.
PENIDO, ANDRE REIS. **Programas projetivos: uma visão panorâmica dos gregos aos modernos: suas características, princípios e fundamentos**' 31/07/2019 417 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti,da Escola

de Arquitetura da UFMG
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7743293)

156.
BAUERMANN, JUSSARA SCHULTZ. **MISSÃO AMAZONAS: A EXTENSÃO ALIADA AO ENGAJAMENTO SOCIAL COMO ESTRUTURANTE NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO URBANISTA**' 24/06/2021 287 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11454642)

157.
GRIECO, JOSE LUIZ ROGE FERREIRA. **AUTOMOVEL E CIDADE: FIM DO PACTO?**' 20/02/2020 326 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10593595)

158.
OLENDER, MONICA CRISTINA HENRIQUES LEITE. **Experiências do ensinar e aprender Arquitetura e Urbanismo: um corpo-professora em movimentos da atenção e da invenção de si e do(s) mundo(s) na tecitura lúdica de uma teia-território do educar**' 26/11/2021 402 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11297904)

159.
COELHO, ANDRE DE BARROS. **A cidade escrita na Amazônia: Belém-PA, urbanismo e literatura na virada do século (1880-1920)**' 29/01/2021 168 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11075707)

160.
MORAIS, LIVIA PAULA ZANELLI DE. **Investigação como prática: thinks tanks e os projetos de arquitetura e urbanismo para o sul plural**' 29/10/2020 229 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9787061)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161
Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.
Versão: 1.1.16

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)

(http://www.capes.gov.br/)

Fale conosco (https://www.gov.br/capes/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco)

Dúvidas frequentes (https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes)

Serviço de informação ao cidadão - SIC (https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br)

Ajuda

A A- A A+

Busca

Plano Diretor and ordenamento territorial

Buscar

Painel de informações quantitativas (teses e dissertações)
(http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Dissertações+-+Informações+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true)

Início (index.html) > **Busca**

166 resultados para Plano Diretor and ordenamento territorial

Exibindo 161-180 de 166

<< () < () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () **9 ()** > () >> ()

Refinar meus resultados

Tipo: *1 opções*

- Doutorado *(Tese)* 166

Ano: *5 opções*

- 2021 36
- 2018 35
- 2017 34
- 2020 34
- 2019 27

Autor: *166 opções*

- ADELITA ARAUJO DE SOUZA 1
- AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO 1
- ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY 1
- ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS 1

- ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER 1

Orientador: *114 opções*

- ANA CLARA MOURAO MOURA 5
- CIBELE SALIBA RIZEK 4
- LEANDRO SILVA MEDRANO 4
- WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR 4
- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 3

Banca: *538 opções*

- ANGELICA APARECIDA TANUS BENATTI ALVIM 9
- ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA 7
- TOMAS ANTONIO MOREIRA 6
- ANA MARIA FERNANDES 5
- ANDREA DE LACERDA PESSOA BORDE 5

Grande Área Conhecimento: *1 opções*

- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 166

Área Conhecimento: *1 opções*

- ARQUITETURA E URBANISMO 166

Área Avaliação: *1 opções*

- ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN 166

Área Concentração: *26 opções*

- URBANISMO 20
- PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO 15
- TEORIA, PRODUÇÃO E EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO 14
- PRODUÇÃO E GESTÃO DO AMBIENTE URBANO 13
- HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO 11

Nome Programa: *7 opções*

- ARQUITETURA E URBANISMO 118
- Arquitetura e Urbanismo 16
- URBANISMO 15

- DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO 6
- ARQUITETURA E URBANISMO 5

Instituição: *15 opções*

- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO 29
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS 16
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO 15
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 14
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 14

Biblioteca: *42 opções*

- SBI/PUC-Campinas 15
- Biblioteca FAU 12
- UnB 12
- FAU/UFRJ 11
- BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA 8

161.
COSTA, TATIANA DE CARVALHO. **INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS DE PROTEÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ÁREAS ARQUEOLÓGICAS: um olhar sobre a experiência italiana**' 26/11/2021 310 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11301013)

162.
WESTPHAL, EDUARDO. **Onde se formam arquitetos: sobre os espaços de escolas de arquitetura no Brasil**' 14/07/2020 295 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU-UFSC
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9455533)

163.
ALLUCCI, RENATA RENDELUCCI. **SÃO LUIZ DO PARAITINGA: A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS**' 01/06/2020 338 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10653392)

164.
NETO, EDSON FERNANDES D OLIVEIRA SANTOS. **Ensino de construção para arquitetura como ensino de projeto: reflexões e concepção pedagógica**' 27/09/2019 303 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8899824)

165.
CASTRO, AFONSO CELSO VANONI DE. **PARÂMETROS PARA A OCUPAÇÃO SUSTENTÁVEL DE ÁREAS DE FUNDO DE VALE NO MEIO URBANO: o caso da bacia hidrográfica do córrego Jaguaré, São Paulo**' 26/02/2021 332 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10984818)

166.
NERBAS, PATRICIA DE FREITAS. **O vazio moderno. Narrativas formais do percurso solar e do verde em 4 projetos para o habitar no quarteirão urbano**' 27/08/2021 334 f. Doutorado em ARQUITETURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Faculdade de Arquitetura UFRGS
Detalhes (https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11049830)

Catálogo de Teses e Dissertações
Central de Atendimento - 0800 616161

Copyright 2016 Capes. Todos os direitos reservados.

Versão: **1.1.16**

Anexo II - Quadro Bibliografia Anotada

Nº	Ano	Autor	Título	Palavras-chave	Resumo	Estado	Categoria Temática
SOARES, SONIA ROHLING. **Paisagem Urbana: A inserção de atributos ecológicos ao Plano Diretor**' 03/05/2018 291 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
1	2018	SONIA ROHLING SOARES	Paisagem Urbana: A inserção de atributos ecológicos ao Plano Diretor	Arquitetura e Urbanismo. Paisagem urbana. Atributos ecológicos. Plano diretor.	A inserção dos atributos ecológicos da paisagem no plano diretor é entendida nesta pesquisa como um instrumento de proteção das encostas urbanas. A principal preocupação que motiva este estudo é a supressão contínua de áreas de preservação ambiental - APP nas cidades brasileiras, seja pela necessidade de construir infraestrutura urbana, seja para a construção de habitações, sendo importante que existam instrumentos para garantir sua manutenção. No entanto, apenas a manutenção da vegetação nativa não garante a continuidade das funções vitais dos ecossistemas, condição fundamental para a proteção da paisagem, sendo necessário preservar as complexas condições do sistema. Neste estudo, procuramos aprofundar o conhecimento sobre os atributos ecológicos da paisagem que estão diretamente relacionados à proteção das encostas urbanas. O objetivo desta pesquisa foi identificar atributos ecológicos da paisagem com potencial de ser integrados às diretrizes dos planos diretores. Para atingir este objetivo, optou-se por uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, utilizando dados empíricos com estratégia de estudos de caso. Categorias de análise da paisagem e atributos ecológicos foram definidos a partir de fundamentos teóricos para serem verificados em quatro significativas experiências nacionais, sejam elas nas cidades de Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Nessas cidades buscou-se identificar como os critérios ecológicos relacionados à paisagem eram ou não inseridos em seus planos diretores. Finalmente, estabelecemos algumas relações entre: a) os princípios da ecologia da paisagem (FORMAN, 1986); b) os critérios ecológicos encontrados nos planos diretores de Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro; c) os atributos da paisagem (FORMAN, 2014); e d) os parâmetros urbanos e limites de ocupação encontrados. Algumas outras relações entre o caráter da paisagem natural (SWANWICK, 2002), suas operações (VESCINA, 2010) e tipologias (HULSMEYER, 2014) foram estabelecidas com os atributos considerados ecologicamente positivos, sugeridos por Forman (2014). Genericamente, os resultados indicam que os planos diretores consideram alguns critérios paisagísticos para a ocupação urbana, entretanto, nos estudos de caso, as correlações entre os critérios da paisagem encontrados nos planos diretores e os atributos ecológicos são incipientes. O substrato ecológico é a base que sustenta o ambiente construído. A preocupação com o substrato ecológico na definição dos parâmetros urbanos deveria ter como ponto de partida os atributos ecológicos.	Santa Catarina	Meio ambiente
SA, ANA ISABEL JUNHO ANASTASIA DE. **Orçamentos participativos, cidadania e geoinformação: potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de Belo Horizonte**' 18/08/2021 265 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG							
2	2021	ANA ISABEL JUNHO ANASTASIA DE SA	Orçamentos participativos, cidadania e geoinformação: potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de Belo Horizonte	Participação cidadã; Orçamentos Participativos Digitais e Semi Digitais; Geovisualização; Infraestruturas de Dados Espaciais (IDEs); Cidadania Digital	Esta tese pretende contribuir para o debate sobre a aplicação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) a políticas públicas participativas por meio de produtos de natureza metodológica – roteiros e diretrizes –, apoiados em suporte tecnológico. O principal objeto de estudo são os Orçamentos Participativos (OPs) Digitais ou Semi-Digitais e, de maneira mais específica, a experiência de OP Digital de Belo Horizonte entre 2006 e 2013. Propõe-se analisar sua realização e verificar possíveis contribuições de ferramentas e métodos como o Geovisualização; o VGI (Volunteered Geographic Information), o crowdsourcing e as Infraestrutras de Dados Espaciais (IDEs) para a sua dinâmica. A partir desta análise, foram propostas diretrizes metodológicas para o aprimorar o processo de participação em práticas similares. Como abordagem metodológica geral, adotou-se a estrutura de estudos de caso, combinando as modalidades descritiva e exploratória. Os OPs, surgidos em Porto Alegre no início dos anos 1990 e rapidamente disseminados pelo Brasil e pelo mundo, constituem um marco importante para o debate das políticas urbanas participativas, ainda que suas diferentes experiências apresentem variações significativas e possibilitem graus diversos de ampliação democrática. Belo Horizonte aparece junto à Porto Alegre como referência de consolidação dos OPs, que perduraram por várias administrações de diferentes partidos, mobilizando um número considerável de participantes entre 1994 e 2016. Em 2006, a cidade inaugurou o OP Digital, experiência inicialmente considerada como pioneira, que atraiu a princípio altos índices de participação, mas registrou, em seguida, uma queda drástica na adesão. Estudos anteriores apontam diversas hipóteses sobre o declínio do OP Digital em BH, mas há uma convergência na avaliação de que o processo de participação falhou ao se basear em um modelo de eleição simples entre opções pré-definidas, excluindo a possibilidade de construção coletiva de propostas e esvaziando o papel ativo do cidadão na deliberação. Não se avalia, no entanto, que os OPs possam ter sucesso exclusivamente por meio da participação presencial e que a participação online seria por princípio incompatível com sua natureza. Buscou-se, portanto, desenvolver diretrizes para a reestruturação do método de participação para OPs Digitais ou Semi Digitais, concebendo a aplicação das TICs como suporte a um processo híbrido, envolvendo tanto a participação presencial quanto online e incorporando recursos de Geovisualização e das IDEs em busca de uma estrutura que forneça melhores condições para a deliberação coletiva.	Minas Gerais	Tecnologia
ROCHA, NICOLE ANDRADE DA. **Geoprocessamento na parametrização de áreas verdes urbanas: Contribuições ao Plano de Cobertura Vegetal e Arborização Urbana**' 25/02/2019 174 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG							
3	2019	NICOLE ANDRADE DA ROCHA	Geoprocessamento na parametrização de áreas verdes urbanas: Contribuições ao Plano de Cobertura Vegetal e Arborização Urbana	Plano Diretor; Áreas Verdes Urbanas; Métricas De Paisagem; Infraestrutura Verde; Participação Cidadã	A redução das áreas verdes urbanas e a consequente perda de seus benefícios constituem uma relevante questão da atualidade, discutida tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral. Com o crescimento acelerado dos grandes centros urbanos, a adequada distribuição de áreas verdes tem implicações práticas importantes para o equilíbrio e qualidade de vida. Entretanto, isto não é levado em consideração nos Planos Diretores vigentes no Brasil, que priorizam a criação e regulamentação das áreas edificadas, em detrimento da gestão, manutenção, criação e conservação das áreas verdes urbanas. Assim, os objetivos do trabalho são apresentados na forma de uma hipótese norteadora, segundo a qual esses Planos Diretores não garantem a qualidade ambiental urbana do ponto de vista da inclusão da cobertura vegetal, por dois motivos. Primeiramente, eles controlam apenas a densidade volumétrica edificada, desconsiderando a necessária volumetria vegetada. Em segundo lugar, eles também não gerenciam devidamente a inserção do verde no complexo urbano do ponto de vista da resposta do cidadão, que não atua como protagonista da manutenção e qualificação ambiental em seu território particular por meio de seu lote individual. Diante desta hipótese, o trabalho apresenta-se como ensaio metodológico em favor de etapas de caracterização, análise e proposição da inclusão de parâmetros de cobertura vegetal que considerem potencialidades de uso e necessidades de ocupação não só bidimensional, mas também volumétrica. Tendo como referência os conceitos da Ecologia da Paisagem e da In lises e proposições reconhecendo as distintas realidades existentes no Brasil em relações tecnologias de geoinformação, com vistas a contribuir na inclusão de questões relacionadas a este tema nos planos diretores municipais. O principal resultado da tese é um Roteiro Metodológico de Diagnóstico e Proposições para os Usos, Vocações e Destinações das Áreas Verdes Urbanas replicável as diversas realidades brasileiras, servindo de subsídio a criação de normativas para as áreas verdes urbanas não só volumétrica, mas também por unidade arbóreo ideal por lote a serem consideradas nos Planos Diretores.	Minas Gerais	Meio ambiente
ALMEIDA, CAROLINA HELDT D. **Concessa Venia: Estado, Empresas e a Concessão da Produção do Espaço Urbano**' 05/07/2019 298 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP							
4	2019	CAROLINA HELDT D ALMEIDA	Concessa Venia: Estado, Empresas e a Concessão da Produção do Espaço Urbano	Produção do Espaço Urbano; Grande Projeto Urbano; Concessão Urbanística; Projeto de Intervenção Urbana; Plano Diretor Estratégico de São Paulo.	Ao se interrogar sobre as especificidades que conformam o espaço urbano contemporâneo é possível recorrer a alguns elementos que aparecem recorrentemente na produção do espaço, inclusive derivados da centralidade que o espaço passa a assumir para a reprodução do capital em fase avançada da acumulação financeira. A interrogação sobre a natureza desses elementos nos leva a investigações a partir de categorias empíricas que permitam refletir sobre as dimensões das transformações urbanas em curso. A presente tese tem por objetivo realizar uma análise empírica sobre instrumentos, discursos, técnicas e processos nas séries de práticas recentemente adotadas na promoção de Grandes Projetos Urbanos na cidade de São Paulo, a fim de verificar	São Paulo	Espaço urbano

					a hipótese de que estaríamos diante da constituição de um regime de verdade da concessão da produção do espaço como norma no desenvolvimento urbano. Assim, a pesquisa examina o movimento marcado pelo encerramento de um ciclo das Operações Urbanas Consorciadas e que se desenvolve por meio dos Projetos de Intervenção Urbana, que passam a figurar como peça central no campo de indução legal entre empresas e Estado na produção do espaço em São Paulo. A elaboração do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, a experiência no Procedimento de Manifestação de Interesse do Arco Tietê, o mapeamento realizado no Zoneamento da cidade de São Paulo, o desenvolvimento do Plano Municipal de Desestatização, o exemplo do Procedimento de Manifestação de Interesse dos Terminais Municipais de Ônibus, e os discursos jurídico-administrativos construídos para a justificação da concessão do espaço são os objetos analisados nesta tese. São observados a partir de uma sequência de cenas entre 2013 a 2019 que, em conjunto, denotam um percurso de generalização dos Projetos de Intervenção Urbana como dispositivo da concessão do espaço, e de normalização da racionalidade empresarial aplicada ao planejamento urbano como normal. A partir disso, os critérios de julgamento sobre a finalidade do projeto urbano parecem não mais se balizar em noções de direito, como no direito à cidade, mas sim eminentemente em função de seus efeitos práticos. Nessa operação, aparece como verdade plausível a adoção de dispositivos práticos e pragmáticos cujo objetivo explícito é a eficácia e a produtividade na produção do espaço, tornando possível conceber e planejar o espaço urbano, em si, como um "ativo" para a expansão da acumulação avançada do capital. A presente pesquisa detém-se na reflexão sobre os estudos de caso enquanto paradigmas, significativos pela sua exemplaridade, cuja recorrência demonstra o processo de constituição de um regime de verdade da concessão do espaço urbano, o que permite entrever algumas das dimensões específicas da produção do espaço urbano contemporâneo.		
ALVES, CINTIA DE SOUZA. **A tentativa de uma política nacional de ordenamento territorial no Brasil: a PNOT (2003-2009). Registro, Críticas e Reflexões**' 02/06/2017 306 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão							
5	2017	CINTIA DE SOUZA ALVES	A tentativa de uma política nacional de ordenamento territorial no Brasil: a PNOT (2003-2009). Registro, Críticas e Reflexões	ordenamento territorial - Brasil; PNOT - Brasil; Governo Lula; planejamento territorial	Esse trabalho documenta e discute a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) - uma tentativa de adequar o espaço brasileiro empreendida entre 2003 e 2009. Procura fazê-lo inserido-a no contexto histórico que lhe deu origem, que moldou sua forma e conteúdo, que imprimiu o ritmo de seu desenvolvimento e impediu sua implementação. Procura registrar e discutir criticamente o conteúdo e a trajetória dessa intervenção, e estabelecer uma relação entre a PNOT e outras intervenções federais que lhe foram contemporâneas. Aborda algumas especificidades do modo de planejar e intervir na configuração do espaço nacional naquele período, que, em essência, prossegue até os dias atuais. Defende que a PNOT possuía duas especificidades: as escalas nacional e continental, tratadas ainda que de forma incipiente; e	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas

					a premissa da compatibilização entre aspectos econômicos, ambientais e os chamados sociais. Com base em revisões bibliográficas, documentais e, sobretudo, em entrevistas com colaboradores e participantes do processo de sua elaboração, foi possível: 1) reconstruir boa parte da trajetória da PNOT; 2) identificar e analisar aspectos pertinentes ao momento histórico de seu surgimento, às questões, tradições que a orientaram, das quais muitas ainda orientam o planejamento da configuração do espaço brasileiro; 3) identificar sua fonte teórico-instrumental, noções, conceitos, metodologias e recortes espaciais, enfim, especificidades das abordagens que orientaram o planejamento espacial no período em questão; marcados pela concomitância e, também, mescla de abordagens sub-regionais, locais e territoriais; 4) questionar elementos constituintes do objeto de estudo, e do processo estatal de planejar e intervir no espaço nacional na contemporaneidade. Intenta subsidiar um caminho reflexivo, crítico sobre esse modo de planejar e intervir federal, em especial no que se refere às intervenções explicitamente denominadas territoriais.		
MUCHINELLI, LIVIA RIBEIRO ABREU. **Política Nacional de Habitação e Plano Nacional de Habitação: Contradições do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG**' 01/06/2017 252 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão							
6	2017	LIVIA RIBEIRO ABREU MUCHINELLI	Política Nacional de Habitação e Plano Nacional de Habitação: Contradições do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG	Política Habitacional: Planejamento territorial e urbano; Segregação socioespacial	A presente tese trata do desvirtuamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em relação à Política Nacional de Habitação (PNH), de 2004, e a um dos seus principais integrantes, o Plano Nacional de Habitação (PlaNHab), de 2009, nos municípios brasileiros e, em especial, em Juiz de Fora, Minas Gerais. O Programa originou-se como uma tentativa de conter o déficit de moradias, aliado ao planejamento habitacional e urbano, contribuindo, desse modo, para promover melhorias na qualidade de vida da população, por favorecer a integração dos empreendimentos à cidade. No entanto, os conjuntos têm sido construídos em locais desconectados do tecido urbano **–** em geral, mais baratos **–**, alheios às recomendações dos planos, graças à autonomia que sua legislação dá às construtoras. Isso impõe sacrifícios aos residentes, assim como intensifica os problemas urbanos. Tal situação, maximiza o lucro das empresas, mas não altera o estatuto da terra, uma vez que permite a especulação imobiliária, e advém do envolvimento entre setor privado e poder público, também ocorrido em iniciativas habitacionais anteriores, como o BNH. Além disso, importante destacar que a fiscalização dos projetos é da CAIXA, o que mostra o foco econômico do Programa. A expansão do PMCMV em Juiz de Fora, foco da pesquisa, abandonou os elementos de planejamento que o município apresenta, como o Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS) (2007), o qual indicava a localização das Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), fonte de demanda para as novas moradias. Por outro lado, influenciou a criação de artifícios **–** como o Comitê Técnico Intersetorial de Diretrizes da Execução da Política Habitacional (CTI) **–** para analisar os projetos, que podem se tornar eficazes para direcionar os rumos do Programa	Minas Gerais	Legislação/ Políticas públicas

					localmente, assim como servir de exemplo para outras cidades, contornando a repetição de velhos equívocos.		
FLORENTINO, EDNA. **Acessibilidade como Direito do Cidadão e Sua Percepção nas Escolas Públicas de Niterói.**' 29/08/2017 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF							
7	2017	EDNA FLORENTINO	Acessibilidade como Direito do Cidadão e Sua Percepção nas Escolas Públicas de Niterói.	educação inclusiva; pessoas com deficiência; escolas públicas; Niterói/RJ	Esta tese defende que a escola possa ser um ambiente de combate à exclusão, possibilitando a equiparação de oportunidades educacionais. Tem como objetivos entender o papel da arquitetura escolar como formadora de cidadania democrática; compreender como um ambiente influencia a percepção ambiental dos estudantes; avaliar a importância da arquitetura escolar como multiplicadora de ações voltadas para o respeito à diversidade e deficiência e minimizar às atitudes e ideologias de segregação e exclusão social dirigidas às pessoas com deficiência. Analisou-se a inclusão de pessoas com deficiência em duas escolas públicas municipais de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Este trabalho teve o cunho qualitativo, utilizando fontes documentais, entrevistas semiestruturadas tendo como foco a percepção dos gestores, professores e estudantes (com e sem deficiência). Tivemos também como sujeito da pesquisa, o órgão gestor das escolas, a Fundação Municipal de Educação de Niterói- F.M.E. Realizamos o diagnóstico da acessibilidade arquitetônica e urbanística das duas escolas tomando como referência o atendimento à norma da ABNT 9050:2015, acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, o decreto federal nº. 5296/2004 e a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão). Este estudo demonstrou que embora os governos federal e municipal contenham programas e propostas para a realização da educação inclusiva, com a integração de estudantes com deficiência nas escolas da rede regular de ensino, não oferecem todas as condições para que este grupo tenha acesso a uma educação e ensino de qualidade. Concluiu-se- que as escolas estão em processo de inclusão educativa, havendo algumas carências que são essenciais e podem dificultar ou impedir o avanço deste processo, tais como: problemas de acessibilidade arquitetônica e urbanística, qualificação e formação dos professores e necessidade de aquisição de material didático e pedagógico.	Rio de Janeiro	Acessibilida de
MORENO, MONICA MANSO. **Do plano econômico à estruturação do território: o eixo Rio de Janeiro - São Paulo**' 10/04/2017 279 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão							
8	2017	MONICA MANSO MORENO	Do plano econômico à estruturação do território: o eixo Rio de Janeiro - São Paulo	eixo; urbanização; planejamento territorial	Essa tese aborda a consolidação do eixo territorial Rio de Janeiro - São Paulo como núcleo principal do desenvolvimento nacional, através do planejamento econômico e da ação direta do Estado. Ao enfocar o período do 1º Ciclo Desenvolvimentista, de 1930 a 1964, evidencia a opção pela industrialização como caminho para o desenvolvimento. Como consequência da subordinação do país à condição de periferia do sistema capitalista internacional, apesar da transformação estrutural do sistema de produção, de nação agroexportadora para urbano-industrial, há continuidade na reprodução das desigualdades, de regionais a	São Paulo	Espaço urbano

					intraurbanas. O eixo territorial se estrutura na base de seus vetores lineares, entrelaçando relações de seus núcleos urbanos articulados por uma malha de caminhos e percursos que remontam historicamente à forma de ocupação dos nativos indígenas. As relações entre as Capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, as cidades que se fundam ao longo da história do Vale do Paraíba do Sul e os diversos ciclos econômicos que prevaleceram em determinados momentos forjaram o espaço regional. A tese verifica a hipótese de que a lógica da materialização da produção social do espaço urbano e a dos desequilíbrios dos processos de urbanização brasileiros foram fundamentalmente consolidadas nesse período histórico, a partir de definições determinadas no plano econômico e não por planos urbanísticos concebidos no sentido da organização do meio urbano. Estes, por sua vez, reproduziram modelos para apoiar a construção da imagem de uma sociedade modernizada e assumiram papel coadjuvante nos processos de urbanização.		
CARANDINA, THIAGO. **GEOMETRIAS E GEOGRAFIAS, MODELOS E TERRITÓRIOS: O CASO DO ATENDIMENTO ESCOLAR EM CRECHE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER TERRITORIAL**' 24/02/2021 304 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: undefined							
9	2021	THIAGO CARANDINA	GEOMETRIAS E GEOGRAFIAS, MODELOS E TERRITÓRIOS: O CASO DO ATENDIMENTO ESCOLAR EM CRECHE COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER TERRITORIAL	atendimento escolar; território usado; política territorial; Plano Nacional de Educação.	O paulatino abandono da política territorial pelo Estado tem servido como estímulo ao avanço do economicismo em detrimento de importantes dimensões humanas como cultura, a sociedade e o espaço. Isso dificulta, quanto não impede, o acesso das pessoas aos seus direitos mais fundamentais: saúde, saneamento básico, educação. Na política pública, esse abandono pode ser explicado pela centralidade que a aplicação de modelos e técnicas tem tido na formulação de políticas públicas e na tomada de decisão dos gestores municipais. Apoiando-se no caso de problemas por vagas em creche no município de Vinhedo, estado de São Paulo, a hipótese central desta tese é que o atendimento escolar em creche deve ser tratado como política de caráter territorial. A meta 1 do Plano Nacional de Educação prevê que, até 2024, 50% do total de crianças de 0 a 3 anos de idade do Brasil devem estar matriculadas na creche. No caso de Vinhedo, o estudo verificou que o município, em comparação com demais municípios do estado de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas, está bem quando se trata de parâmetros quantitativos. Porém, os problemas, aqueles não diagnosticados pelos números, existem. Sendo o espaço banal aquele que compreende a todos e todos os lugares, a tese formula e propõe um índice sintético, Índice Potencial de Atendimento Escolar em Creche (INPAEC) que identifica áreas de maior prioridade por vagas em creche e elege o território usado como categoria central para conceber e formular políticas públicas de caráter territorial.	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas
MOURA, ANDREA MENDONCA DE. **Planejamento Urbano e Planejamento de Transporte: uma relação desconexa?**' 05/05/2017 366 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
10	2017	ANDREA MENDONCA DE MOURA	Planejamento Urbano e Planejamento de Transporte: uma relação desconexa?	Estatuto da Cidade; Plano Diretor, Plano de Mobilidade Urbana, Índice de Integração, Cidades Brasileiras.	Desde 2001, o Estatuto da Cidade estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor e do Plano de Transporte Urbano integrado. Esse trabalho tem como objetivo verificar o nível de integração entre os planos já elaborados para cidades com mais de 500 mil habitantes. Utilizando-se o Processo de Análise Hierárquica – AHP, foi desenvolvido um método que permite a identificação de um índice e torna possível a comparação de seus valores. A escolha das variáveis partiu de pesquisa efetuada entre as publicações relacionadas ao tema e foram divididas nas categorias: Legislação, que avalia as intenções, objetivos e diretrizes constantes dos Planos; Socioeconômicas, que avalia a renda, densidade e o meio de transporte utilizado; Urbanísticas, que busca avaliar as propostas de intervenções no tecido urbano buscam promover a melhoria na mobilidade urbana e Transporte, que avalia as propostas referentes ao transporte público coletivo. Posteriormente foram definidos os critérios de análise e seus respectivos indicadores, assim como os diferentes aparatos teóricos, metodológicos e técnicos, para seu cálculo. O peso atribuído a cada variável foi definido utilizando-se o programa Expert Choice a partir de questionário aplicado junto a um grupo de especialistas. A partir da combinação dos valores dos indicadores e desses pesos foi calculado o Índice de Integração entre Planos – IIEP. Para validar o método proposto, foram calculados os IIEP dos Planos Diretores e de Mobilidade elaborados para Brasília, Campo Grande, Curitiba, Porto Alegre, Ribeirão Preto e Uberlândia. De posse dos valores dos índices obtidos para os Planos de cada cidade foi possível identificar seu nível de integração.	Distrito Federal	Legislação/ Políticas públicas
KROGH, DANIELA DA SILVA SANTOS. **O DEBATE SOBRE O URBANISMO EM CAMPINAS: DO RELATÓRIO DE ANHAIA MELLO AO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE PRESTES MAIA (1920-1940)**' 21/02/2018 319 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
11	2018	DANIELA DA SILVA SANTOS KROGH	O DEBATE SOBRE O URBANISMO EM CAMPINAS: DO RELATÓRIO DE ANHAIA MELLO AO PLANO DE MELHORAMENTOS URBANOS DE PRESTES MAIA (1920-1940)	Planejamento urbano; Ideário internacional; Campinas; Plano de Melhoramentos Urbanos	Esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar o debate sobre o urbanismo em Campinas, quando, a partir do final da década de 1920, foi colocada questão sobre a necessidade de remodelação da cidade. O marco do início do debate sobre o urbanismo em Campinas é o ano de 1928, quando o prefeito Orosimbo Maia contratou os engenheiros Jorge de Macedo Vieira e Carl A. Oelsner para elaborar a Planta Cadastral de Campinas, entregue em 1929, que seria a base para os trabalhos técnicos para um plano de urbanismo. No ano de 1929, o então vereador Waldemar Rangel Belfort de Mattos retomou o debate na Câmara Municipal, afirmando que a cidade deveria contratar um urbanista para realizar um plano de remodelação de sua área urbana, indicando o então renomado professor de urbanismo da Escola Polythechnica de São Paulo, Luiz I. R. de Anhaia Mello. Após entendimento entre o então prefeito de Campinas, Orosimbo Maia e Anhaia Mello, o urbanista apresentou um relatório em 12 de outubro de 1929, veiculado tanto na imprensa local, como na paulistana. Anhaia Mello, embora tenha apresentado uma proposta inicial, não chegou a elaborar um plano para a remodelação de Campinas. Os	São Paulo	Espaço urbano

					acontecimentos políticos do período, com o golpe de 1930, e o conflito armado de 1932, esvaziaram o debate sobre o urbanismo na cidade. Em 1933, uma nova proposta de remodelação viária foi apresentada pelo engenheiro Carlos W. Stevenson e, em 1934, decidiu-se pela contratação do engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia para elaboração do plano, aprovado pela municipalidade em 1938, o qual denominou-se Plano de Melhoramentos Urbanos. O plano aprovado configurou-se como uma versão reduzida da proposta de Anhaia Mello, limitando-se a um plano viário, com a abertura de grandes avenidas centrais, e a destruição do patrimônio arquitetônico, cuja implantação foi coordenada pela Comissão de Melhoramentos Urbanos, representado pelos técnicos locais. Estas propostas se inserem no debate internacional no campo do urbanismo, na medida em que as referências ao ideário internacional estão presentes tanto no Relatório Anhaia Mello, de 1929, e nas propostas de Prestes Maia, de 1934. Ainda, apresenta um estudo de caso sobre o plano elaborado para a cidade de Marselha (França) em 1931, pelo arquiteto e professor do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, Jacques Greber.		
BARBOSA, RAIMUNDO GOMES. **DIREITO À CIDADE: TERRA FIRME E ÁREAS DE RESSACA, O CASOREFERÊNCIA DO BAIRRO CONGÓS, EM MACAPÁ-AP (1980-2010)**' 26/02/2021 214 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
12	2021	RAIMUNDO GOMES BARBOSA	DIREITO À CIDADE: TERRA FIRME E ÁREAS DE RESSACA, O CASOREFERÊNCIA DO BAIRRO CONGÓS, EM MACAPÁ-AP (1980-2010)	Urbanismo. Direito à cidade. Áreas de ressaca. Cidade de Macapá. Plano Diretor.	A cidade de Macapá tem sua origem no período colonial, mas o seu processo de urbanização só se intensificou com a criação do Território Federal do Amapá (TFA) em 1943. Este processo deu-se sob a lógica do planejamento voltado à higienização e ao embelezamento da cidade, com o projeto desenvolvimentista que se instala em Macapá sob o paradigma da modernidade. Com isso surgem novos atores políticos, econômicos e sociais,gerando novos impactos na produção do espaço urbano na cidade de Macapá,com destaque nas áreas frágeis, as ressacas. Aliás, estas áreas, embora alagadas, passam a ser objeto de ocupação pela população que se encontra à margem do projeto político do então governador Janary Nunes, que segrega afrodescendentes nos campos do Laquinho. A partir deste momento, o espaço geográfico amapaense adquire uma nova paisagem materializada pela segregação socioespacial e implementada primeiro pelo governo do Território;depois pelo capitalismo transnacional advindo da mineração e do Projeto Jari; e por fim, com a estadualização. Estes três atores políticos, econômicos e administrativos transformaram a espacialidade da cidade de Macapá, cujo crescimento populacional passou a ser progressivo, saltando de 16.234 habitantes em 1940 para 398.204 em 2010. Este crescimento populacional se espraia sobre a cidade e, consequentemente, sobre as áreas de ressaca, as quais compõem o sítio urbano da cidade de Macapá à luz dos quatro planos diretores concebidos desde a década de 1960, os quais apresentam um discurso preservacionista, enquanto a gestão da cidade encontra-se ancorada na racionalidade dos indicadores econômicos e em detrimento das questões sociais e ambientais, muito longe do direito à cidade.	Rio de Janeiro	Espaço urbano

SILVA, HUGO LOURO E. **ESTADO, MERCADO E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL DE SÃO PAULO, 2014-2018**' 25/11/2020 176 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander							
13	2020	HUGO LOURO E SILVA	ESTADO, MERCADO E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL DE SÃO PAULO, 2014-2018	Mercado Imobiliário; Verticalização; Estado; Plano Diretor; Caixa Econômica Federal; Programa Minha Casa, Minha Vida	Este trabalho envolve desde a matriz econômica brasileira à produção imobiliária residencial vertical, desenvolvida pela iniciativa privada no município de São Paulo, entre os anos de 2014 e 2018. O ano de 2014 marcou o início de um período de crise e de mudanças econômicas no cenário brasileiro e, também, a aprovação do novo Plano Diretor Estratégico de 2014. Apontamos que o processo de mudança do perfil residencial da produção urbana, fomentada pela iniciativa privada em São Paulo, deu-se por meio de uma conjuntura entre o cenário econômico, as regulações na esfera federal – através da reafirmação da matriz econômica de apoio à produção de habitação disponível vigente no Brasil, incluindo o Programa Minha Casa, Minha Vida – e na esfera municipal – através do PDE-2014, da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2016 (LPUOS-2016), da "Lei de HIS" de 2016 e do Código de Obras e Edificações de 2017 (COE-2017). Ao confrontar os dados empíricos sistematizados com o quadro referencial teórico levantado, ao observar o contexto econômico e a participação do Estado, em esfera federal – por meio da Caixa Econômica Federal e do Programa Minha Casa, Minha Vida – e, ainda, os marcos regulatórios em esfera municipal os quais pretendiam redirecionar o perfil da produção imobiliária urbana gerada pela iniciativa privada para uma cidade mais compacta e com habitações de caráter social –, apresentamos, neste trabalho, os componentes estruturantes e conjunturais que, concatenados, permitiram a mudança do perfil da produção imobiliária residencial vertical urbana, dentro de uma matriz econômica e regulatória.	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas
GUERRA, MARIANA FALCONE. **A influência das variáveis urbanísticas na mobilidade não motorizada em São Paulo: uma reflexão a partir da formulação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (PDE - Lei 16.050/2014)**' 20/07/2018 298 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblioteca FAU							
14	2018	MARIANA FALCONE GUERRA	A influência das variáveis urbanísticas na mobilidade não motorizada em São Paulo: uma reflexão a partir da formulação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (PDE - Lei 16.050/2014)	Plano Diretor Estratégico (PDE – Lei 16.050/2014). Mobilidade não motorizada. Densidade. Uso misto. Geometria viária. Mobilidade a pé. Bicicletas	O objetivo desta tese é questionar as estratégias do novo PDE (Lei 16.050/2014) que procuram incentivar a mobilidade não motorizada em São Paulo através de mudanças relacionadas ao uso do solo e desenho urbano. Para tanto, busca verificar a influência das variáveis densidade urbana, uso misto e de geometria viária na circulação não motorizada. A hipótese pleiteada é que uma maior densidade urbana e mistura de usos corresponde a uma maior proporção de deslocamentos a pé e de bicicleta. A metodologia utilizada é analítica – quantitativa. Os dados da Pesquisa Origem Destino do Metrô de 2007 (OD2007) foram organizados por grupos de variáveis temáticas, e submetidos a análises estatísticas bivariantes e multivariantes, em que uma ou mais variáveis independentes (urbanísticas e socioeconômicas) são relacionadas com uma variável dependente (porcentagem de deslocamentos não motorizados até 2,5 km), de forma independente e combinadamente. Os resultados mostraram que as variáveis socioeconômicas são as que mais exercem influência no deslocamento não motorizado no Aglomerado Metropolitano de São Paulo (AMSP), mas as variáveis urbanísticas também têm um grau de influência significativo, principalmente no Centro Expandido. Isoladamente no entanto, poucas alcançaram altos níveis de associação com a variável dependente, o que significa que as variáveis urbanísticas só são capazes de fomentar o deslocamento não motorizado quando atuam conjuntamente, corroborando a importância de ambientes que combinam alta densidade urbana, usos diversificados e boa acessibilidade.	São Paulo	Mobilidade urbana
ABBRUZZESE, LAURA. **Corridors and Arcs. Questioning territorial (re)articulation on the edge between networks and isolations**' 30/09/2021 137 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: George Alexander							
15	2021	LAURA ABBRUZZESE	Corridors and Arcs. Questioning territorial (re)articulation on the edge between networks and isolations	corredores; arcos; redes; território; rearticulação	Dupla Titulação . Università degli Studi di Ferrara Na dicotomia aparentemente existente entre a crescente necessidade e apreensão por estar conectados e os sentimentos crescentes de nacionalismo e regionalismo, os corredores e arcos ainda representam as figuras matrizes para fortalecer as (inter)dependências entre as comunidades nas cidades e regiões dentro da forma mais ampla da rede? Ao melhorar a cinesia, o intercâmbio, o uso e a ocupação como lugares privilegiados de mobilidade, conectividade e continuidade, os corredores e arcos detonam a explosão do território em múltiplas escalas de rearticulação. Como esta seria provavelmente a última tentativa de fazer sobreviver as fronteiras administrativas – até o nível das nações –, a tese cruza estudos e experiências de projeto em andamento que lidam com a construção de nova urbanidade e a redução de escala de sistemas em contração em alguns dos elementos existentes moldando processos regionais: corredores como condutos, e arcos como circuitos. As ferramentas poderosas que eles possuem são capazes de extrair materialidade de espaços e fluxos além da limitação de fronteiras tangíveis e intangíveis, encaixando-se perfeitamente no sistema de relações que ocorrem na era das redes. O objetivo é demonstrar o impacto mais amplo de uma reflexão local sobre a política espacializada regional, de acordo com uma sociedade conectada fisicamente e digitalmente. A reconfiguração do território e da paisagem, fortalecida através de corredores e arcos de cidades como comunidades, produz impactos na perspectiva transescalar da rede, sabendo que a atual etapa planetária do Urbano é a lente mais ampla através da qual observar as dimensões sub-regionais onde as sociedades vivem e que não devem ser esquecidas.	São Paulo	Espaço urbano
GETLINGER, DANIELA CRISTINA VIANNA. **PLANO DE AÇÃO LOCAL COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO DO JARDIM LAPENA**' 12/08/2021 246 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander							
16	2021	DANIELA CRISTINA VIANNA GETLINGER	PLANO DE AÇÃO LOCAL COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO DO JARDIM LAPENA	Projeto de intervenção urbana, inclusão socioterritorial; planos urbanos locais; Planos de Bairro; Jardim Lapena	Esta pesquisa é uma investigação sobre os planos de ação local como instrumentos de transformação e qualificação dos territórios de vulnerabilidade social, tendo como objeto de estudo o Jardim Lapena, bairro localizado em São Miguel Paulista, na zona leste de São Paulo. Argumenta-se que nesses territórios cercados de condições ambientais, sociais e econômicas precárias e onde se observa expressivo aumento populacional, a integração das diferentes políticas públicas de enfrentamento da vulnerabilidade social urbana e o envolvimento da comunidade são determinantes para a requalificação de tais áreas. A hipótese é a de que desenvolver planos de ação local que integrem e territorializem as políticas públicas, é fundamental para concretizar melhorias em áreas de vulnerabilidade social. A metodologia adotada estrutura-se na investigação teórica sobre o tema e na aplicação de técnicas e estratégias de abordagem para uma leitura aprofundada do território escolhido, o Jardim Lapena, com posterior elaboração de um plano de ação local, a partir do instrumento urbanístico existente na cidade de São Paulo, o Projeto de Intervenção Urbana (PIU). A experiência recente de urbanismo social de Medellín é abordada nesta tese, como caso de implementação de intervenção integral em áreas de vulnerabilidade socioterritorial. Para a pesquisa aplicada que, por sua vez, engloba as etapas de planejamento e formulação de propostas, aprofunda-se a compreensão geral do território, através de diagnósticos qualitativos para a identificação dos problemas e potencialidades, e da análise do processo de elaboração do Plano de Bairro do Jardim Lapena. Finalmente, procede-se à etapa de elaboração de um projeto de intervenção urbana social – um PIU social no Jardim Lapena.	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas
DANTAS, PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA. **PELOS CAMINHOS D'ÁGUA, PELAS RUGOSIDADES DA TERRA: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY** ' 22/03/2019 312 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: ppgau - deha							
17	2019	PEDRIANNE BARBOSA DE SOUZA DANTAS	PELOS CAMINHOS D'ÁGUA, PELAS RUGOSIDADES DA TERRA: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SERGIPE D'EL REY	História da Urbanização; Sergipe d'El Rey; Ocupação territorial	Ao considerar o território uma composição de múltiplas camadas de significados, amalgamadas ao longo do tempo, mas em constante transformação, ocasionando o acúmulo de processos, formas e expressões de tempo, esta tese propõe-se a investigar o processamento da ocupação da capitania de Sergipe d'El Rey especialmente durante o período colonial, a partir das evidências encontradas na documentação oficial, nos mapas produzidos no âmbito das intenções colonizadoras empreendidas neste período da história e no próprio espaço contemporâneo. Pretende-se entender esse processo considerando os grandes movimentos do território movidos pelos projetos de exploração econômica como as fazendas de gado, a extração da madeira e os engenhos, mas também a partir dos núcleos habitados, desde os arranjos previamente encontrados, promovidos pelos indígenas liderados por seus caciques, passando pelos aldeamentos e chegando aos pequenos povoados, vilas e cidades, que vão surgindo timidamente no grande e desconhecido espaço da mata e do sertão, porém infiltrados por inúmeros veios d'água que servem de caminho para os que buscavam adentrar nas terras. Dessa forma, os núcleos urbanos são entendidos como uma etapa de um processo de territorialização relacionado com várias outras formas de estabelecimentos no espaço. No contexto colonial sergipano, boiadas, pousos, fazendas, aldeias, engenhos de açúcar, freguesias, capelas e caminhos, dentre outros,	Alagoas	Espaço urbano

					serão "incógnitas" fundamentais para compreender as ulteriores etapas de povoamento e conqrepação humana desse território, iniciado em 1590. A hipótese da tese desconfia das assertivas sobre as representações de Sergipe d'El Rey como simples "dobradiça" entre as capitanias da Bahia e Pernambuco, zona acessória aos polos açucareiros, e se ancora na representação de uma capitania partícipe ativa desde o século XVII, num sistema de interdependência mútua entre zonas de abastecimento e criatório com zonas açucareiras vinculadas ao comércio Atlântico. Assim, vasculhando documentos e vestígios materiais do passado, sob o enfoque das fontes textuais e iconográficas, buscamos repertoriar os movimentos de reconhecimento, demarcação e ocupação territorial de Sergipe d'El Rey, dentro do contexto social geral da Colônia, bem como entender suas peculiaridades.		
SOUZA, ADELITA ARAUJO DE. **LÓGICA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL GUARANI E AS SOBREPOSIÇÕES PRODUZIDAS PELOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO**' 13/02/2017 266 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
18	2017	ADELITA ARAUJO DE SOUZA	LÓGICA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL GUARANI E AS SOBREPOSIÇÕES PRODUZIDAS PELOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO	Guaran; Paisagem Cultural; História da urbanização; Migração e Aculturação	Esta pesquisa busca demonstrar que a cultura Guarani possui uma lógica de organização territorial que alcança as escalas locais, regionais e macrorregionais. Para isso utiliza o arcabouço teórico do conceito de Paisagem Cultural, que impõem ao território a capacidade de oferecer ao homem os recursos que sustentam uma cultura. Com o objetivo de incorporar novas ideias e realidades, a tese recompõe a história, observando que mesmo antes da chegada do homem europeu os Guaranis já se estabeleciam de forma ordenada, com diversos fundamentos territoriais que permanecem até os dias de hoje. Na análise histórica e cartográfica, é possível constatar que os Guaranis foram historicamente submetidos a sucessivas sobreposições de lógicas territoriais, seja espanhola, jesuíta, pombalina, imperial ou republicana, alterando e impedindo sua organização, impondo novas formas de vida, sempre incompatíveis e intolerantes à sua cultura. Frente a ideias amplamente admitidas, esta pesquisa confirma que os Guaranis tem amplo conhecimento da lógica territorial, da agricultura e não são povos nômades ou migrantes, mas foram historicamente pressionados a encontrar novos territórios, com amplitude e complexidade ambiental apropriada, onde pudessem restabelecer sua organização a fim de recompor a sua cultura. Mesmo na atualidade, as ações de assentamento, integração e assistência social aos Guaranis, continuam a promover o mesmo binômio de sobreposição e migração, pois estão baseados na mesma política de substituição de valores, significados e modos de vida.	São Paulo	Território
LAGE, LAURA BEATRIZ. **Paisagem como elo de ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial: 'conservation through development'** 28/09/2018 503 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca do Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG							
19	2018	LAURA BEATRIZ LAGE	Paisagem como elo de ligação entre a conservação do patrimônio e o planejamento territorial: 'conservation through development'	ARQUITETURA E URBANISMO	A partir da percepção das transformações ocorridas nas paisagens cotidianas, sem preocupação com o pré-existente, perdendo qualidade ambiental e estética, como uma consequência da dicotomia existente entre os dois campos do conhecimento que lidam com as transformações e permanências no espaço: preservação do patrimônio e planejamento urbano e territorial, estabelecido pelo paradigma da ciência moderna, que contribui com a criação de espaços sem stimmung, impossibilitando a trajectiva entre o sujeito e o objeto, de onde surge a paisagem, este trabalho parte da hipótese que o conceito de paisagem, conforme abordado pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP), pode restabelecer a conexão do homem com o meio, possibilitando a integração de abordagens disciplinares consideradas discordantes e possibilitando a proteção/conservação via desenvolvimento. O incômodo com a transformação de paisagens e a substituição de seus elementos por outros que não possuem relação com o lugar foi encontrado na CEP, também é expresso no Belvedere Memorandum, plano de gestão territorial holandês (1999-2009), e devido à forte conexão das pessoas com seu território, metodologias de identificação do caráter de suas paisagens para guiar futuros desenvolvimentos foram desenvolvidas, como no caso do Historic Landscape Characterisation (HLC), na Inglaterra. Este trabalho aborda essas inquietações e metodologias, utilizando de um conceito amplo de paisagem, evitando sua simplificação e consequente empobrecimento do conceito devido à sua categorização.	São Paulo	Paisagem
MILITELLI, FERNANDA AMORIM. **Cidade Compacta e a Zona de Estruturação Urbana em São Paulo: Aproximações e Dissonâncias**' 09/08/2021 209 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander							
20	2021	FERNANDA AMORIM MILITELLI	Cidade Compacta e a Zona de Estruturação Urbana em São Paulo: Aproximações e Dissonâncias	Cidade Compacta; Plano Diretor Estratégico; Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana; Produção formal do espaço urbano	A investigação busca analisar a produção do espaço urbano na Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana- definida pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (2016)- decorrente de uma das principais diretrizes do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo (2014). O Plano Diretor Estratégico e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo dialogam com a noção de idade Compacta, paradigma de desenvolvimento urbano alinhada com a retórica ambiental do desenvolvimento sustentável. O espaço urbano materializado na Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana de São Paulo entre março de 2016 e dezembro de 2020, indica que há uma lacuna entre a regulação urbana e a sustentabilidade ambiental. O direito à cidade, as questões ambientais e o resgate da qualidade urbana, ainda que inexpressivos, acenam para novas formas de produção formal do espaço urbano. Avançamos pouco, ainda há uma grande jornada para uma cidade socialmente mais justa, equitativa e ambientalmente equilibrada.	São Paulo	Espaço urbano
BIANCHINI, LIGYA HRYCYLO. **URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS: LEGISLAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL (1930-1970)**' 27/09/2021 280 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
21	2021	LIGYA HRYCYLO BIANCHINI	URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS: LEGISLAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL (1930-1970)	expansão territorial; legislação; urbanização; planejamento; campinas	Compreender as características da expansão urbana de Campinas é tarefa complexa quando se tem em conta a rápida transformação da cidade em meados do século XX, em menos de 30 anos. Logo de início, estudos permitiram constatar que a consolidação dos bairros, nos arredores da cidade, foi resultado de um processo de formação descontínuo, mas solidamente amparado na legislação. O objetivo deste trabalho foi estudar a urbanização do território campineiro com foco nas mudanças da legislação que permitiram a expansão urbana, nem sempre para atender a demandas sociais, mas principalmente para justificar decisões político-administrativas municipais em consonância com interesses de outros agentes e grupos específicos envolvidos (construção civil e empreendimentos imobiliários). O entendimento deste processo urbano ainda contém lacunas, em especial, entre os anos de 1930 e 1970; período em que se define o processo de reprodução do solo urbano como mercadoria e se delineia a segregação sobre o território da cidade. Em uma primeira aproximação ao problema, analisou-se a legislação urbana neste período, à luz dos aspectos legislativos, econômicos e políticos nacionais. A leitura e elaboração próprias de uma cronologia das mudanças, a partir de cartografias e imagens aéreas, permitiram observar, num segundo momento, o resultado decorrente desta atuação conjunta – poder público e empreendedores privados - sobre o território e a formação dos vetores de crescimento periférico que até hoje estruturam as dinâmicas regionais, resultando na produção de um espaço fragmentado e na redistribuição desigual da população. Após observar o processo como um todo, no intervalo de 40 anos, foi possível demonstrar que neste período, mais do que qualquer outro anterior ou posterior, forjou-se um modelo informal, mas recorrente e oficioso, de operar sobre o território a partir de uma atuação públicoprivada, que selou o destino da futura área metropolitana.	São Paulo	Território
MARTINS, ALESSANDRA RIBEIRO. **MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS: TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO**' 06/02/2017 295 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
22	2017	ALESSANDRA RIBEIRO MARTINS	MATRIZ AFRICANA EM CAMPINAS: TERRITÓRIOS, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO	território de matriz africana; memória territorial; representação de matriz africana; patrimônio histórico e cultural.	Matriz africana é toda herança ancestral cultural, territorial, monumental, lin-guística e organizacional, tanto em documentos e vestígios urbanos quanto na oral-idade, transmitidos pelos negros africanos escravizados e preservados no território pela memória através de manifestações, reinvenções e reterritorializações em Campinas em forma de grupos, marchas, cortejos, manifestações culturais, povos e comunidades tradicionais. Todas as manifestações têm como representação fundamental para sua existência e prática o compromisso com a transmissão de saberes, salvaguarda e preservação dessa ancestralidade africana, incluindo a luta permanente contra o racismo, discriminação e intolerâncias diversas. Essa tese desenvolveu um novo olhar sobre os espaços e territórios de matriz africana de Campinas, focando nas contribuições dos grupos, pontos de cultura, movimentos e manifestações culturais, comunidades tradicionais de terreiro (Umbanda, Candomblé etc) e na formação e reterritorialização contemporânea desses lugares. Para tanto, investiqou a construção histórica, pós-abolição da escravidão e a aparente "invisibilidade" da	São Paulo	Território

					matriz africana na cidade; as estratégias de apagamento oficial dessa memória e dos vestígios culturais; e analisou o processo de reconstituição dos registros e vestígios espaciais e culturais, tendo a Constituição de 1998 como base para a elaboração de políticas públicas referentes a essa matriz. Avaliou que a herança cultural de matriz africana em seus saberes, valores e práticas amplia sua visibilidade por meio da luta do movimento negro, dos grupos culturais e dos povos e comunidades tradicionais. Valorizar a riqueza desta contribuição implicou na obrigação e na contradição de reconhecer o lugar de subalternização e estereotipia conferidos aos negros e negras na sociedade brasileira e o compromisso com a transformação territorial desta realidade. Foi relevante perceber que a desigualdade espacial se incorpora à desigualdade social ao se fundirem, no espaço urbano, os interesses do capital, a ação do Estado e a luta de amplos segmentos da população como forma de resistência contra a segregação e pelo direito à cidade. A tese recuperou várias ações de pessoas e coletivos ligados à matriz africana que contribuíram, e ainda contribuem, para a construção de Campinas, mesmo quando em seu cotidiano essa cidade parece rumar para longe delas; Campinas, ao ser planejada, organizada e construída, enfrentou as escolhas de seus dirigentes e a atuação dos movimentos para que a população em sua totalidade fosse inserida. Foi 10 aí que este trabalho se inseriu ao reelaborar a compreensão dessa identidade de matriz africana a partir da percepção das possibilidades de auto representação no espaço urbano pelas culturas locais.		
PONTES, LOUISE BARBALHO. **ESPAÇO (EM) ABERTO: BRECHAS À REINVENÇÃO DO PROJETO E DA PAISAGEM, UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MACAPÁ**. 26/02/2021 187 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
23	2021	LOUISE BARBALHO PONTES	ESPAÇO (EM) ABERTO: BRECHAS À REINVENÇÃO DO PROJETO E DA PAISAGEM, UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE MACAPÁ	espaços abertos, projeto da paisagem, cidades amazônicas	Esta pesquisa parte da premissa de que existe a necessidade contínua de reinvenção do projeto e da paisagem para contornar futuros socialmente e ambientalmente distópicos, sobretudo em cidades periféricas. Entendendo que, para isso, é necessário tanto fabricar aberturas aos movimentos espontâneos, quanto revelar apagamentos, vestígios e oportunidades existentes na paisagem em suas dimensões biofísicas e culturais. As aberturas são tecidas nesta pesquisa a partir da adoção de duas chaves de entrada teórico-metodológicas: o urbanismo e o paisagismo, a partir das quais se analisa a combinação de dois fenômenos da cidade contemporânea – que convergem nos espaços abertos – e são entendidos nesta tese como oportunidades (brechas) de reinvenção do projeto e da paisagem: o excedente espacial (disponibilidade de espaço, fruto de morfologias dispersas, policêntricas e tecidos entrecortados por espaços abertos intraurbanos e metropolitanos) e o excedente cognitivo (disponibilidade de conhecimento popular e desejo de participação ativa no desenho da cidade, articulados de forma mais intensa com o advento da internet). A pesquisa se realiza a partir de uma abordagem qualitativa e faz uso da metodologia de projeto em sua concepção mais ampla, research by design (dividida em três etapas: apreensão, representação e formulação	Rio de Janeiro	Paisagem

					de hipóteses), através da qual são discutidos os principais conceitos e se realiza o estudo de caso dos espaços abertos e se vislumbra uma matriz de potenciais para a cidade de Macapá, na Amazônia brasileira.		
URBINA, CARLA CAROLINA URBINA. **"Experiencia de transformación cultural en el paisaje-escuela. Aprendiendo en el paisaje volcánico del campus de la Universidad Nacional Autónoma de México"**. 07/10/2021 370 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ							
24	2021	CARLA CAROLINA URBINA URBINA	"Experiencia de transformación cultural en el paisaje-escuela. Aprendiendo en el paisaje volcánico del campus de la Universidad Nacional Autónoma de México".	Paisagem, aprendizado, experiência, proteção	O interesse desta investigação é a paisagem e a função como lugar de aprendizado contínuo, lugar para ser, habitar, criar, transformar(-se) e cuidar**.** A investigação levanta como objetivo principal "Explorar e coletar experiências na paisagem urbana, para a conceitualização da ideia da paisagem-escola**".** O campus universitário como modelo urbano paisagístico foi selecionado para o estudo de caso, especificamente o Campus vulcânico da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). A estrutura teórica busca explorar e coletar experiências diversas para mostrar a transformação cultural a partir da paisagem. Três ideias são fundamentais nesta experiência de investigação: a paisagem como lugar de mediação entre a natureza e cultura, entre o ser humano e a Terra; o rol pedagógico da paisagem, como lugar de experiências e de aprendizagem contínuo; o valor das explorações e transmissão de conhecimento sobre ancestralidades como modo de preservação. Foi realizada uma viagem exploratória em três tempos, consistiu em: investigação bibliográfica (viagem imaginária), experiência empírica (viagem experiencial) e registro-análise de resultados (viagem da memória)**.** As perguntas guias de investigação foram: "Podem os recintos educativos ser fonte pedagógica e física de proteção da paisagem onde se circunscrevem?", "Podem ser identificadas na experiência paisagística modos de proteção para as paisagens urbanas degradadas?" e "O que é a paisagem-escola?"**.** A pesquisa permitiu experimentar, discutir, analizar e encontrar respostas no continuum das escalas de aprendizagem, desde o vulcão Xitle até a paisagem urbana, o campus vulcânico do Pedregal, a reserva viva até os seres vulcânicos. A partir da experiência empírica foi possível aproximarmos à conceitualização da ideia da paisagem- escola: lugar que forma parte do processo de aprendizado, enlaçando a Terra e o ser humano, enquanto vive, experimenta e aprende, como foi ensinado por Dewey e Teixeira. A paisagem-escola é lugar de oportunidade para conhecer e compreender a sequência de paisagens, associações, continuidade de zonas de vida, transições e adaptações humanas no percurso, à procura do "continuum paisagístico" proposto por Burle Marx como estratégia de proteção**.** Na paisagem-escola, reconhecemos a ancestralidade compartilhada a partir do aprendido desde a paisagem natural e construída como experimentado no campus central, na Biblioteca e na reserva ecológica da UNAM. A paisagem-escola é criada pela sabedoria local, a história, o conhecimento científico, através da investigação criativa, experimentação curiosa, ação incentivadora que alimenta a memória. Vivemos uma sucessão de experiências aprendidas no tempo, a partir	Rio de Janeiro	Paisagem

					do empirismo, da emoção, da arte, da ciência e do "saber sensível" de Dardel. Vivemos a experiência paisagística desde o cume do vulcão até a proximidade dos seres que habitam as rachaduras da lava. Levando-nos a refletir sobre as funções que temos para a proteção da paisagem: preservação da origem e alma do lugar; produção através do uso cultural cíclico; prazer paisagístico para que mais seres possam viver, experimentar e aprender na paisagem-escola.		
PONTES, TAIS FURTADO. **Uma Ponte para Manaus - o lugar como alternativa para o projeto territorial**. 30/10/2020 257 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
25	2020	TAIS FURTADO PONTES	Uma Ponte para Manaus - o lugar como alternativa para o projeto territorial	território; paisagem; planejamento urbano e regional	A ideia de fronteira e de margem guiaram a dominação e a ocupação da Amazônia. Manaus se desenvolveu como núcleo urbano à medida que ações estratégicas para a dominação da porção central da Amazônia brasileira se tornaram necessárias com vistas a ampliação de fronteiras. Considerada uma cidade às margens do Brasil, teve seu território produzido por processos abruptos de crescimento econômico seguidos de declínios. Hoje, Manaus reproduz lógicas de ocupação urbana típicas de outras cidades latino-americanas que têm sua espacialidade coordenada pelo livre mercado do solo urbano. No entanto, mesmo diante de um processo de metropolização, que tende a ser intensificado pela implantação da ponte sobre o rio Negro, a paisagem urbano-regional desvela alternativas para seu projeto territorial. Para defender essa tese, parte-se do território como fundamento teórico que é entendido como produto social, projeto de poder e como forma passível de apreensão e representação. Tal ponto de partida culminou na hipótese de que a leitura e representação da paisagem é um método analítico-propositivo adequado à instrumentalização do projeto territorial comprometido com o lugar. O resgate do lugar, numa perspectiva de projeto de futuro, permitiu afirmar a necessidade de construção de uma nova cultura de planejamento que promova uma descolonização do pensamento urbanístico em contribuição a uma transição paradigmática desde o sul-global, Amazônia central, Brasil.	Distrito Federal	Território
ITANI, MARCIA RENATA. **"Zoneamento ecologico-econômico e territorialidades: estudo de caso no Litoral Norte paulista"** 25/05/2018 340 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
26	2018	MARCIA RENATA ITANI	"Zoneamento ecologico-econômico e territorialidades: estudo de caso no Litoral Norte paulista"	Planejamento Territorial; Planejamento Ambiental; Zoneamento; Territorialidade	O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) desenvolve-se como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente a partir da redemocratização política e social do país e a promulgação da Constituição de 1988, que assegura direitos e garantias fundamentais e estabelece deveres à sociedade e ao Estado, como a defesa do meio ambiente. As experiências de ZEE nos estados da Amazônia Legal e a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro contribuem para consolidar o conceito do instrumento e suas diretrizes metodológicas. No estado de São Paulo, a regulamentação do gerenciamento costeiro em 1998 definiu quatro setores, Litoral Norte, Baixada Santista, Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia e Vale do Ribeira, e instituiu quatro instrumentos da política, ZEE, planos	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas

					de ação e gestão, sistema de informações e monitoramento. No entanto, 20 anos depois, apenas dois ZEE foram instituídos por norma legal: o do Litoral Norte em 2004, revisado em 2017, e o da Baixada Santista em 2013. Soma-se a isso, o fato de não terem sido implementados os demais instrumentos do gerenciamento costeiro. Nos outros estados o quadro é diverso quanto à abrangência territorial e ao grau de implementação do ZEE. O objetivo principal da pesquisa foi apontar perspectivas para o ZEE no estado de São Paulo, a partir da análise dos principais avanços e desafios do ZEE no país e, em especial, na zona costeira paulista, tendo como estudo de caso, o ZEE do Litoral Norte. Pelo fato das diretrizes do ZEE interferirem nas relações sociais que se expressam no território, a pesquisa baseou-se na hipótese de que os avanços e desafios do instrumento são marcados por diversas territorialidades. Para tanto, procedeu-se à revisão bibliográfica para: destacar o momento em que a abordagem territorial da política ambiental se amplia e há o desenvolvimento do ZEE como um dos seus instrumentos; e para construir um panorama atual do ZEE no país com seus principais avanços e desafios. De forma complementar, realizou-se a pesquisa de campo para qualificar com dados primários as experiências de ZEE no país e do estudo de caso. Com base nessas análises, verificou-se que os avanços e desafios do zoneamento podem ser caracterizados como sendo de ordem político-institucional, legal e metodológica e estão relacionados a oito questões. A análise dos avanços e desafios do ZEE no Litoral Norte paulista partiu dessas questões, evidenciando as territorialidades influentes.		
SOARES, BERNARDO NASCIMENTO. **CIDADE, COMUM URBANO: contradição, conflito e contestação na produção social da terra e da moradia**' 20/09/2021 221 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
27	2021	BERNARDO NASCIMENTO SOARES	CIDADE, COMUM URBANO: contradição, conflito e contestação na produção social da terra e da moradia	comum; comum urbano; direito de uso; produção e gestão coletivas; favela; Termo Territorial Coletivo.	A cidade contemporânea tem se refletido como artefato socioeconômico e sociocultural sob novos padrões impostos pela expansão do capitalismo e da neoliberalização configurando relações dialéticas entre contradições, conflitos e contestações socioespaciais. As contradições desse padrão hegemônico de urbanização têm sido acompanhadas por uma série de conflitos que ora são ocultados, ora aflorados, e que, por outro lado, se materializam como forças sociais que se apropriam do espaço urbano para realizar suas contestações pelo direito à cidade. Sob formas insurgentes de produção social da terra e da moradia, por sua vez acionam elementos do princípio político do comum e derivam-se enquanto potenciais «comuns urbanos». Essa pesquisa tem como objetivo identificar e compreender o princípio político do comum, conforme Pierre Dardot e Christian Laval, em experiências práticas de produção social da terra e da moradia no contexto da periferia do capitalismo. Para isso busca, a partir de objeto empírico, expressar elementos de tradução e articulação de forças socioterritoriais que se aproximam da concepção de comuns urbanos baseando-se no associativismo, no cooperativismo e no controle e gestão coletivos da terra e da moradia e resistindo a formas de despossessão no espaço	Rio de Janeiro	Legislação/ Políticas públicas

					urbano. Destarte, o objeto empírico é construído a partir de duas experiências de produção e gestão coletivas da terra e da moradia fundamentadas no direito de uso e baseadas no modelo Community Land Trust: o Termo Territorial Coletivo, na favela Trapicheiros, Rio de Janeiro, a que atribuímos Estudo de Caso; e o Stadtbodenstiftung, em habitações coletivas em Berlim, a que atribuímos Caso de Controle. A partir desses casos, que contestam a propriedade como fruto da acumulação por despossessão capitalista e reivindicam o direito de uso, apontamos para possíveis contribuições por uma construção conceitual, teórica e prática de um urbanismo contrahegemônico.		
SOUSA, LUCAS GOMES DE. **Chão rachado: as transformações territoriais nos municípios do Cariri à luz da Transposição do Rio São Francisco**' 06/07/2020 230 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
28	2020	LUCAS GOMES DE SOUSA	Chão rachado: as transformações territoriais nos municípios do Cariri à luz da Transposição do Rio São Francisco	Transformações territoriais; Cariri; Transposição do Rio São Francisco; Planejamento Urbano e Regional	A tese analisa as transformações territoriais no Cariri, estado do Ceará, considerando o período anterior e durante a execução do Projeto de Transposição do Rio São Francisco (PISF), com ênfase entre 2000 e 2018. Há mais de um século e em diferentes fases, o projeto costuma ser apontado como uma das soluções para os problemas socioeconômicos existentes na região nordeste. O PISF trata-se de uma ação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e integra o pacote de metas previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Dentre seus objetivos estão a garantia hídrica e o fomento à economia do Nordeste Setentrional. As experiências das políticas regionais e territoriais, as abordagens relacionadas à estruturação socioespacial no Ceará e os relatos das comunidades locais contribuíram para consolidar o conceito do projeto, sua relação e desdobramento no território. O objetivo principal da pesquisa é apontar perspectivas para o desenvolvimento territorial dos pequenos municípios, a partir da análise das ausências, lacunas e insuficiências no processo de planejamento, licenciamento ambiental e execução da obra. Essa pesquisa baseia-se na hipótese de que o processo de implementação do PISF acontece de forma precária, produzindo diversos entraves que revelam sua natureza como vetor da fragmentação territorial. Para tanto, procedeu-se à revisão bibliográfica para compreender a trajetória histórica do projeto e para construir seu panorama atual. Também foi realizada uma pesquisa de campo para qualificar com dados primários os efeitos territoriais desencadeados ou intensificados pela obra, tendo como estudo de caso os municípios de Brejo Santo, Jati e Mauriti. Observa-se que a subordinação e marginalização dos municípios elencados tem sido intensificada, reforçando a fragmentação do território. Dessa forma, o PISF reitera as contradições históricas da ação do Estado no Ceará, no Nordeste e no espaço nacional, perpetuando um desenvolvimento socialmente desigual, seletivo e concentrado	São Paulo	Território
BASTOS, PAULO. **A Contradição Em Processo: O Discurso e Prática Relativa à Habitação Popular na Gestão Eduardo Paes**' 15/09/2017 361 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF							
29	2017	PAULO BASTOS	A Contradição Em Processo: O Discurso e Prática Relativa à Habitação Popular na Gestão Eduardo Paes	Habitação Popular; Morar Carioca; políticas públicas; produção do espaço urbano; luta pelo espaço	A reestruturação do capitalismo e a adesão ao ideário neoliberal têm impactado, nos últimos quarenta anos, de forma contundente, os territórios das cidades brasileiras, privatizando espaços e retirando direitos de suas populações. A presente Tese busca colaborar com esta discussão e, neste sentido, apresenta uma análise das contradições entre o discurso e a prática relativa à habitação popular, observadas durante a gestão Eduardo Paes (2009- 2017) no Rio de Janeiro. Estabelecido através de leituras de autores como Lefebvre, Harvey, Santos, Mariato, Vainer, Bienenstein, G., Bienenstein, R., Sánchez, Carlos, dentre outros autores, o trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas junto a órgãos e documentos públicos, escritórios de arquitetura, mídia, movimentos sociais, além de entrevistas com diferentes atores. A fim de aprofundar a discussão sobre o tema proposto, analisamos criticamente o programa Morar Carioca, lançado em 2009, primeiro ano do governo Paes, mas somente oficializado em 2012. O programa seria, segundo a prefeitura, a política destinada à urbanização e habitação voltada para as populações de baixa renda e tinha como objetivo final atender a todas as favelas da cidade até o ano de 2020. Ao longo deste trabalho, observamos que os investimentos e resultados desta ação foram aquém do prometido, sendo o programa federal Minha Casa Minha Vida a principal alternativa das camadas mais pobres da cidade para se adquirir moradia. Paradoxalmente, além de não conseguir cumprir nesta área o anunciado, o governo municipal produziu ainda maior contradição ao promover uma política de desapropriações e remoções em grande escala, estimulada por interesses privados e legitimada, em parte, pelas realizações de megaeventos. Pretendemos, ao final deste trabalho, demonstrar que, após este período, a cidade do Rio de Janeiro está ainda mais segregada sócio espacialmente e sua população vivencia maiores obstáculos para garantir o seu direito à cidade. Porém, a implementação deste modelo não é feita sem críticas, já que grupos e movimentos organizados a contestam através de suas práticas.	Rio de Janeiro	Legislação/ Políticas públicas
CASTRO, HENRIQUE REZENDE DE. **COERÇÃO E COESÃO TERRITORIAL NA GESTÃO METROPOLITANA CONTEMPORÂNEA**' 08/02/2017 172 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
30	2017	HENRIQUE REZENDE DE CASTRO	COERÇÃO E COESÃO TERRITORIAL NA GESTÃO METROPOLITANA CONTEMPORÂNEA	gestão metropolitana; territórios metropolitanos; coerção; coesão territorial; Área Metropolitana de Lisboa; Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo	Os territórios metropolitanos constituem, no sistema urbano mundial, suporte fundamental para o modo de produção e de acumulação capitalista. A gestão metropolitana, tipo principal agente é o Estado, surge como importante ferramenta para exercer o controle sobre o ordenamento de tais territórios, uma vez que as instituições políticas estatais – governo e administração pública – operariam sob permanente pressão dos interesses do capital. Com base nessa premissa, supõe-se que prevaleceria atualmente um modelo de gestão marcadamente coercitivo, no sentido da centralização decisória pelo aparelho estatal e na imposição de uma agenda de políticas públicas que favoreceriam prioritariamente a produção e a apropriação do território pelos agentes econômicos. De modo a viabilizar uma classificação dos tipos existentes	São Paulo	Legislação/ Políticas Públicas

					de gestão metropolitana, criou-se um instrumento de análise baseado em um quadro referencial com os diferentes tipos segundo as características do processo político da gestão. Foram então selecionados dois estudos de caso para aplicação da metodologia proposta: a gestão da Área Metropolitana de Lisboa, em Portugal, e das regiões metropolitanas do estado de São Paulo, ambos escolhidos pelas particularidades que apresentam em contextos diferentes e pela possibilidade de comparação dos tipos de gestão encontrados. Com base nesses casos, procurou-se então demonstrar a tendência de prevalecer o modelo coercitivo na gestão metropolitana contemporânea, em detrimento de um modelo de coesão territorial, que operaria no sentido de uma gestão mais democrática, com uma agenda pautada pela diminuição das desigualdades socioeconômicas, que se expressam com maior gravidade nos territórios metropolitanos.		
TREVISAN, RICARDO MARQUES. **Planos de negócios em arquitetura e urbanismo: fatores críticos para seu planejamento**' 17/11/2020 245 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
31	2020	RICARDO MARQUES TREVISAN	Planos de negócios em arquitetura e urbanismo: fatores críticos para seu planejamento	gestão arquitetônica; plano de negócios; modelo de negócios; arquitetura e urbanismo; atuação profissional	Esta tese tem como objetivo apontar possíveis alternativas para a superação de fatores críticos específicos ao plano de negócios no campo profissional da Arquitetura e Urbanismo, tais como deficiências no plano de gestão financeira, de marketing, de pessoas ou mesmo a visão estratégica transmitida aos públicos internos e externos. Recentes pesquisas realizadas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) apontam para o desalinhamento entre o planejamento da atividade profissional e seu mercado de atuação; ao mesmo tempo, crescem as evidências de interesse desses profissionais pelo conhecimento de empreendedorismo em publicações especializadas e no próprio Conselho. Para isso, é necessário inicialmente identificar o que é o atual escritório de Arquitetura e Urbanismo, principalmente se a atuação generalista propagada pelas propostas de formação acadêmica se reflete enquanto atividade econômica. Adotado o método de estudos de casos múltiplos, e recortando o estudo ao município de São Paulo, com maior número absoluto de escritórios em atividade no país, foram levantados dados de atividades técnicas registradas, alimentado um banco de dados georreferenciado sobre os escritórios ativos na cidade, e realizados sete entrevistas em profundidade com arquitetos titulares. Foi constatada a atuação, de fato, em mercados segmentados e em nichos, a preservação do discurso de atuação generalista, objetivos múltiplos que incluem externalidades sociais positivas, e a necessidade de maior orientação de gestão a estes líderes. Para este último ponto, buscamos contribuir elencando um rol de diretrizes para a elaboração de um documento futuro de recomendações aos planos de negócios neste campo.	São Paulo	Atuação profissional
SAMPAIO, SANANE SANTOS. **Fotografia na elaboração de planos e projetos urbanísticos: as experiências do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador e do Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para a Área do Vetor Ipitanga**' 21/10/2020 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP e Biblioteca do IAU/USP							
32	2020	SANANE SANTOS SAMPAIO	Fotografia na elaboração de planos e projetos urbanísticos: as experiências do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador e do Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para a Área do Vetor Ipitanga	Fotografia; Técnica; Planos e projetos urbanísticos; EPUCS; Vetor Ipitanga	Considerando que, hoje, a imagem fotográfica é intensamente empregada na condução e na elaboração de planos e projetos urbanísticos, propomos pesquisa-la enquanto instrumental técnico utilizado no desenvolvimento de propostas de intervenção em escala urbana. Nesse sentido, temos três problemáticas estruturantes: i) o entendimento sobre como a fotografia, ao permitir ampliar as possibilidades de observação, de registro e de domínio sobre o mundo, vem se inserindo na reflexão e na elaboração de ideias de intervenção sobre as cidades; ii) a tecitura teórico, filosófica e empírica que permita compreender a fotografia como instrumental no âmbito da prática do urbanismo e do planejamento urbano; iii) a análise sobre como a fotografia foi empregada para subsidiar discursos que conduziram e justificaram ideias intervenções sobre Salvador, verificando as influências ideológicas que os influenciam. Esta intenção foi iniciada a partir de trabalho com dois universos empíricos, que representam, no Brasil, momentos em que se inicia o uso da fotografia na arquitetura e urbanismo e quando a sua utilização já se coloca intrinsecamente relacionada a este campo de ação sobre o território: o plano e os projetos feitos pelo EPUCS na década de 1940; e o plano e os projetos elaborados para área Vetor Ipitanga, em Salvador, entre 2013 e 2016. A abordagem proposta e os recortes empíricos escolhidos demandaram a utilização de métodos de pesquisa que se complementaram mutuamente: revisão teórico-filosófica, pesquisa histórica e estudo de caso. Com isso, tendo em vista a inserção da fotografia nos recortes empíricos, pudemos chegar à compreensão a respeito de seu valor, expressão e caráteres instrumental e utilitário e também a uma análise de experiências de planejamento e de projeto urbanísticos a partir da imagem fotográfica.	São Paulo	Fotografia
REBOUCAS, THAIS DE MIRANDA. **O Bairro e o Plano: Estratégias e Disputas em Torno da Produção do Espaço Urbano em Salvador-BA e no Bairro da Paz**' 03/06/2019 341 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
33	2019	THAIS DE MIRANDA REBOUCAS	O Bairro e o Plano: Estratégias e Disputas em Torno da Produção do Espaço Urbano em Salvador-BA e no Bairro da Paz	Planejamento Urbano; Plano de bairro; Estratégia; Produção do Espaço; Direito à Cidade;2 de Julho.	O presente trabalho tem como objetivo entender as motivações para a escolha do instrumento do plano de bairro e sua utilização como estratégia resistência e de produção do espaço urbano por parte dos seus moradores (e apoiadores) e suas implicações na disputa pelo direito à cidade. O contexto analisado é o do planejamento de bairros em Salvador desde a década de 1970 até os anos 2010, tendo como estudo de caso o bairro 2 de julho em Salvador, Bahia, entre 2012 e 2019. A metodologia utilizada conjuga pesquisas bibliográficas e documentais sobre as experiências de planejamento urbano em Salvador, análise dos planos de bairro elaborados no Brasil e entrevistas semi-estruturadas com agentes que participaram da disputa pelo bairro e pelo seu planejamento. O referencial teórico adotado contribui para a compreensão do processo de produção do espaço urbano e das estratégias de ação política adotadas pelos principais agentes no 2 de Julho, assim como compreender os limites e	Bahia	Espaço urbano

					possibilidades do bairro como escala de ação e reflexão no planejamento para a produção do espaço urbano e a busca pelo direito à cidade.		
PEREIRA, ANA PAULA CARVALHO. **MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NA FASE DE PROJETO: uma proposta de plano de execução BIM para a SUMAI / UFBA**' 30/10/2017 332 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
34	2017	ANA PAULA CARVALHO PEREIRA	MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NA FASE DE PROJETO: uma proposta de plano de execução BIM para a SUMAI / UFBA	Implantação de BIM. Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação (AECO). Projetação Arquitetônica. Trabalho Colaborativo. Gestão de Processos de Trabalho de Projeto.	A indústria da construção civil passa por um momento de grandes transformações, buscando alterar seus processos de produção. O uso do Building Information Modeling (BIM) possibilita a melhoria da qualidade do produto, permitindo a integração das fases do ciclo de vida da edificação, contribuindo para a gestão das atividades, reduzindo o retrabalho e os conflitos entre disciplinas, fomentando a comunicação entre os envolvidos etc. No entanto, para que o BIM seja incorporado, é necessário reestruturar o processo do projeto, de modo que haja maior colaboração entre os projetistas, resultando em desafios para as práticas gerenciais. Neste contexto, esta pesquisa envolve a observação de um problema prático com vistas à obtenção de contribuições teóricas e operacionais, na implantação de BIM na fase da projetação. O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a melhoria do processo de projeto na SUMAI por meio do uso da Modelagem da Informação da Construção. O método de pesquisa utilizado foi o Design Science Research por se basear na resolução de problemas enfrentados no mundo real. Assim, a pesquisa cobriu as principais etapas do método: identificação do problema, análise e diagnóstico (através do estudo de caso único); desenvolvimento da solução/intervenção (plano de execução BIM); e avaliação/comunicação. O plano de execução BIM foi avaliado através de três critérios: operacionalidade (análise da funcionalidade do artefato); generalidade (delimitação do uso do artefato nos diversos tipos de projetos); e facilidade de uso (observação da usabilidade do artefato pelos técnicos do órgão). Com base nas avaliações e na literatura, infere-se que o artefato poderá ser usado como versão inicial na implantação do BIM no órgão, possibilitando a sistematização dos processos de trabalho, facilitando a interação das disciplinas de projeto, a manipulação de suas informações e abordando o processo de projeto de forma colaborativa, a fim de integrar as partes envolvidas. Dentre os resultados da pesquisa, destaca-se que: (a) a explicitação detalhada dos processos em uso é essencial na otimização / substituição dos mesmos; (b) o planejamento da implantação de BIM deve considerar o contexto específico da instituição; (c) na inserção do BIM nos processos de projeto deverá ser promovida a integração entre disciplinas e as atividades de todos os envolvidos; (d) as funções e responsabilidades de cada um dos envolvidos na projetação precisam estar bem definidas; (e) a sistematização das atividades, com prazos, responsáveis, insumos necessários e produtos relacionados às mesmas sejam previamente explicitados; (f) os procedimentos de colaboração e gestão do processo de projeto estejam claramente definidos; (g) sejam	Bahia	Tecnologia

					definidas as premissas para a elaboração do modelo BIM de modo que o mesmo seja útil nas demais fases do ciclo de vida da edificação; (h) é relevante estabelecer as verificações a serem realizadas visando garantir a qualidade do modelo. Desde modo, espera-se contribuir para a melhoria dos processos de projeto da instituição.		
MACIEL, CRISTIANO FERRARI. **AS AEROTROPOLIS E A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO: O CASO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS-CAMPINAS (VCP)**' 22/02/2018 320 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
35	2018	CRISTIANO FERRARI MACIEL	AS AEROTROPOLIS E A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO: O CASO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS-CAMPINAS (VCP)	Aeroporto Internacional de Viracopos-Campinas; Aerotropolis; Cidade Aeroportuária; Desenvolvimento Urbano e Regional; Requalificação Urbana	Esta pesquisa se insere no debate sobre a requalificação urbana das áreas aeroportuárias, alocadas em regiões metropolitanas, as quais concentram dinâmicas relacionadas ao incremento das relações comerciais internacionais, da globalização dos meios de produção e da reprodução do capital junto ao mercado imobiliário. Trata-se de uma pesquisa onde o aeroporto se torna protagonista no bojo da ressignificação de uma área metropolitana, na perspectiva de integração da cidade e da região junto aos mercados globais de produção e consumo. O objetivo principal da tese é analisar como o território, abrangido pelas novas atividades econômicas e industriais, se transforma em uma cidade aeroportuária e ganha impulso regional podendo se constituir numa Aerotropolis. Parte-se do pressuposto de que as instalações do Aeroporto Internacional de Viracopos-Campinas (VCP), podem sim, ser transformadas em uma cidade aeroportuária e moldar a região circunvizinha em uma Aerotropolis; porém, esta não atenderá o interesse público na requalificação urbana da região, marcada historicamente pela desigualdade e segregação socioespacial, senão mantiver e incorporar a população residente na construção da Aerotropolis. A tese apoiouse nos estudos realizados sobre dois aeroportos internacionais com forte presença no transporte aéreo de cargas em seus países (Holanda e Estados Unidos), para compreender a relação cidade-região-produção-redes-território na qual se baseia o arranjo territorial chamado de Aerotropolis.	São Paulo	Território
BORGES, HERALDO FERREIRA. **A FORMA DO INFORME: UMA INTERPRETAÇÃO DA MORFOGÊNESE DO TERRITÓRIO METROPOLITANO DA GRANDE VITÓRIA A PARTIR DOS PADRÕES E PROCESSOS DE ANTROPIZAÇÃO**' 02/02/2018 260 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander							
36	2018	HERALDO FERREIRA BORGES	A FORMA DO INFORME: UMA INTERPRETAÇÃO DA MORFOGÊNESE DO TERRITÓRIO METROPOLITANO DA GRANDE VITÓRIA A PARTIR DOS PADRÕES E	Morfologia urbana; antropização; território; metrópole; Grande Vitória (ES)	Vivemos em um mundo urbano**.** No entanto, este "urbano" não necessariamente significa cidades, ou pelo menos não cidades como entidades físicas claramente limitadas e diferenciadas da paisagem circundante, como existiu até o início do século XX. Majoritariamente vivemos em áreas, aglomerações ou regiões urbanas, ocupações espalhadas e dispersas ao longo de grandes extensões de território, formando uma paisagem urbana contínua. Contrariando o senso comum de que estes contínuos urbanos são amorfos, a presente pesquisa tem como principal motivação contradizer esta assunção explorando e identificando sua forma, ou seja, qualcomo é a forma do informe? A complexidade e a heterogeneidade das causas desta realidade	São Paulo	Espaço urbano

			PROCESSOS DE ANTROPIZAÇÃO		possibilitam diferentes e complementares aproximações **–** a partir da geografia humana, da economia aplicada, da sociologia, entre outros **–** para a sua compreensão. Este trabalho está especificamente interessado na aproximação morfológica e morfogênica dos territórios metropolitanos da atualidade. Isto quer dizer que se trata, portanto, de uma aproximação que põe ênfase na dimensão morfológica da realidade construída, como explicação complementar, porém diferenciada daquelas aproximações de caráter mais economicistas ou sociológicas. O objetivo principal da presente tese centra-se na compreensão da formação morfológica dos territórios metropolitanos contemporâneos a partir da identificação, no tempo e no espaço, dos padrões e processos de antropização através de uma leitura cartográfica interpretativa e diacrônica. Estes padrões e processos são analisados em duas escalas: na escala da totalidade, ou regional metropolitana, mais abrangente e não se restringindo ao limite político-administrativo da RMGV, ao analisar o elemento mais representativo, a via (a partir do seu eixo); e na escala do fragmento, ou do tecido urbano, mais detalhada abrangendo os elementos que constituem o tecido: edifício, lote, rua e usos.		
GUIA, GEORGE ALEX DA. **Trajetórias do desenvolvimento: BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe**' 21/02/2018 285 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
37	2018	GEORGE ALEX DA GUIA	Trajetórias do desenvolvimento: BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe	Banco Interamericano de Desenvolvimento; Financiamento internacional. Patrimônio cultural. Desenvolvimento. Discurso. Hegemonia. América Latina e Caribe.	O projeto político-discursivo de expansão e modernização capitalista posto em prática por instituições financeiras globais, como é o caso do Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial-BIRD e demais bancos regionais de desenvolvimento influenciou não apenas a gestão dos recursos públicos, mas, sobretudo, a economia política do desenvolvimento e seu par, o subdesenvolvimento. Sob este contexto, a tese abarca os diálogos históricos entre o significado e a geografia do dinheiro a partir da perspectiva dos projetos de desenvolvimento do patrimônio cultural postos em prática pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID no período de 1960-2010. O cerne da análise é a política do BID para o financiamento do patrimônio cultural que, longe de ser um mero instrumento técnico e financeiro, no contexto da globalização, não é cultural nem politicamente neutra. Nessa genealogia, aborda a trajetória das práticas discursivas e a geografia dos fluxos de capital e as evidências deste percurso na recuperação dos bairros históricos de Valparaíso no Chile e na engenharia financeira do Programa MONUMENTA no Brasil. A partir dos conceitos de hegemonia e economia política retoma-se uma tradição teórica que transita entre o capital, tempo e espaço e que aposta na descrição- discursiva, geográfica e histórica- como processo de produção de sentidos e significados. É dentro dessa perspectiva que se aborda conceitos como discurso, política, poder e memória que seriam formas de produção atuantes nos projetos de desenvolvimento. Não menos importante, a pesquisa destaca que se faz necessária uma revisão do ideário patrimônio cultural-desenvolvimento em direção a uma nova 'gramática'	Distrito Federal	Legislação/ Políticas públicas

					e prática mais próxima à vida social, cultural e econômica dos bens culturais e de suas populações.		
GUTERMAN, BRUNA DA CUNHA. **A Cidade Maravilhosa é a que Luta: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica**' 11/12/2017 331 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF							
38	2017	BRUNA DA CUNHA GUTERMAN	A Cidade Maravilhosa é a que Luta: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica	Cidade Olímpica; conflito; consenso; gramática territorial insurgente	A pesquisa busca reconhecer o lugar e o papel do conflito na produção da chamada "Cidade Olímpica" entre os anos 2009 e 2016. Para além do aparato de construção de consensos e na contramão da cidade pacificada emergiram movimentos e grupos sociais que desafiaram a ordem urbana dominante. A hipótese apresentada na tese está centrada na ideia de que a "Cidade Maravilhosa e Olímpica", enquanto imagem-síntese, foi sendo desafiada por um conjunto de movimentos e manifestações sociais na cena pública. Os caminhos metodológicos foram: (1) levantamento bibliográfico e documental; (2) análise de discursos e monitoramento de mídias; (3) cartografia experimental para espacialização das ações insurgentes; (4) produção de cronologias das ações. Como contribuição ao campo dos estudos urbanos e da teoria crítica acerca da produção do espaço, o percurso de método chega à formulação teórica do conceito de gramática territorial insurgente, que, ao reconhecer experiências inspiradoras de ação coletiva no espaço público, as revela como fundamentais para reinventar as cidades e o planejamento urbano. Nas considerações finais o trabalho aponta que um novo possível Planejamento Urbano pode ter como elemento chave o conflito social.	Rio de Janeiro	Espaço urbano
SOARES, MARIA SIMONE MORAIS. **Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu - Província da Parahyba do Norte (1871-1901)**' 19/11/2018 301 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
39	2018	MARIA SIMONE MORAIS SOARES	Território e cidade nos trilhos da Estrada de Ferro Conde D'Eu - Província da Parahyba do Norte (1871-1901)	Estrada de Ferro Conde D'Eu; Parahyba do Norte; Século XIX; Configuração territorial; Cidade.	O objeto de estudo desta tese é a geografia histórica urbana da Estrada de Ferro Conde D'Eu, primeira rede ferroviária da Paraíba**.** O recorte inicial da pesquisa é o ano de 1871, quando o Governo Imperial outorgou a concessão dessa ferrovia com o objetivo de ligar a capital paraibana, através do vale do rio Parahyba do Norte, aos principais centros produtores de açúcar e algodão da província. Por sua vez, o marco final é o ano de 1901, momento em que sua operação é transferida da companhia inglesa Conde d'Eu Company Limited, responsável pela construção e operação nos primeiros anos, para a Great Western of Brasil Railway Company Limited, tornando-se um trecho da grande malha ferroviária que interligava Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O objetivo central do trabalho é explicar a definição do traçado da Estrada de Ferro Conde D'Eu, considerando os sistemas naturais, interferências na preexistência (rodagens, divisão de propriedades, núcleos urbanos) e as questões políticas, econômicas e técnicas relacionadas, no contexto de construção de um novo desenho territorial e urbano para a província da Parahyba do Norte em fins do século XIX. Defendemos que a implantação desse caminho de ferro alterou a configuração territorial da província ao (re)configurar a rede urbana e o espaço intraurbano dos	Bahia	Território

					núcleos que atravessou. Esse processo decorreu do anseio de modernidade e do progresso impulsionado pela expansão do capitalismo industrial inglês, alterando, por consequência, as relações espaço-tempo e expondo os conflitos de interesses entre os diversos agentes envolvidos. O estudo dessa problemática foi possível através de uma vasta investigação nos documentos históricos ferroviários, sobretudo cartográficos, encontrados no Arquivo Nacional e na extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), além de minuciosa pesquisa nos jornais publicados na época. Esses documentos também permitiram produzir uma cartografia retrospectiva que proporciona uma análise particular dos fatos investigados, a partir da visualização de como a implantação dos trilhos transformou o território e as cidades na Paraíba no recorte temporal analisado.		
FERRAZ, TATIANA SAMPAIO. **"Sobre atravessamentos: arte, cidade e a produção do espaço a partir da obra de Rubens Mano"** 23/05/2018 424 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
40	2018	TATIANA SAMPAIO FERRAZ	"Sobre atravessamentos: arte, cidade e a produção do espaço a partir da obra de Rubens Mano"	Rubens Mano; arte contemporânea; arte e cidade; vida urbana.	A experiência de viver em São Paulo certamente foi o principal motor que mobilizou esta tese. Dentre as cidades brasileiras, a capital paulista é a que expressa de forma mais intensa e emblemática as contradições de um país que buscou lançar-se ao futuro, mas que teve seu "espírito moderno" constantemente posto à prova diante das dificuldades de construção de uma esfera pública na periferia do capital. Desde sua fundação, a cidade foi movida pelo binômio demolição-construção, passou pela edificação do principal parque industrial nacional, transformou-se paulatinamente em cidade de serviços, e nos anos 1990 somou-se às cidades globais. Desde então, a vida urbana paulistana vem enfrentando duas situações: a que é fruto da herança moderna, vivenciada em sua incompletude e fragmentação, e a da cidade contemporânea e suas novas dinâmicas virtualizadas. Nesse panorama, a década de 1990 marcou uma mudança estrutural tanto nos modos de vida da cidade como nas práticas artísticas, que buscam responder à nova condição urbana, cujo movimento corresponde ao crescente interesse de parte dos artistas pela cidade. Diante disso, a tese buscou examinar como, a partir dos anos 1990, a experiência paulistana se diferencia de contextos históricos anteriores, donde já se verificava uma aproximação entre os dois mundos. Para tanto, elegeu-se como objeto de estudo um conjunto de obras de Rubens Mano, tomado como modelar dos pressupostos teóricos sobre as transformações urbanas verificadas no período. O estudo dessas obras salientou dois aspectos fundamentais em sua trajetória: a revisão crítica do projeto moderno – e a produção de espaço dali decorrente –, e uma nova perspectiva crítica e contextualista da arte contemporânea sobre a vida urbana, que tenciona a obra na direção de um híbrido capaz de transitar entre os mundos artístico e extra-artístico. Ao lado de outros artistas, Mano vêm demostrando que o fazer artístico está cada vez mais imbricado à experiência do cotidiano, atento estética e politicamente à problemática urbana e suas contradições.	São Paulo	Espaço urbano

CARVALHO, MARCIO RODRIGO COELHO DE. **Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências'** 26/05/2020 443 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
41	2020	MARCIO RODRIGO COELHO DE CARVALHO	Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências	Acre; Formação Territorial; Formação Urbana; Inexistência; Vazio.	A atual porção amazônica sul ocidental brasileira apresenta uma real carência de estudos sistemáticos para a compreensão das ocorrências no repertório da produção do espaço construído tanto na escala urbana e regional do país, quanto na dimensão amazônica transfronteiriça e continental. A isso estejam, possivelmente, associados os discursos da inexistência político-institucional efetiva e à inalcançável geografia física dedicados, por parte dos ádvenas e, posteriormente, pelos Estados Nações, ao atual Acre. Soma-se a essas assertivas a configuração de vazios demográficos, por conseguinte, cartográficos, e historiográficos que, conjuntamente, delinearam a inocorrência do Acre até o último quartel do século XIX. A despeito das narrativas naturalizadas acerca da invisibilidade dessa porção brasileira, buscam-se alternativas de interpretação para o objeto da tese a fim de considerar a presença dos povos originários com a ocupação pré-colonial e de seus artefatos que explicitam a massiva presença humana de organização social complexa. Os discursos dos vazios e de inexistências também foram analisados a partir da ocupação e posse das Coroas Portuguesa e Espanhola, assim como a partir das investidas (e falta delas) dos países emancipados: Brasil, Peru e Bolívia, que acirraram um litigioso processo econômico da borracha em fins dos Oitocentos para a definição diplomática da tríplice fronteira, solucionada já no início do século XX. Assim, alguns aspectos antropológicos, arqueológicos, geológicos, geográficos, pré-coloniais, socioeconômicos, culturais, políticos e históricos foram abordados na busca de um entendimento interdisciplinar e abrangente do caso em apreço. O objetivo é compreender, através dos fragmentos documentais e de demais informações, a constituição territorial e urbana do Acre diante dos predominantes e naturalizados discursos e imagens construídos a partir do vazio e da inexistência. Com o estado de conhecimento sobre o tema, várias fontes primárias e secundárias foram buscadas, sejam as nacionais no Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Acre, sejam no exterior no Peru, na Bolívia, na Espanha e em Portugal. O intuito dessa vastidão de pesquisa de campos esteve ancorado na constatação da produção historiográfica no Brasil restrita ao uso interpretativo das fontes nacionais, especialmente as da antiga capital, o Rio de Janeiro. Outras vozes e perspectivas foram encontradas para produzir uma síntese que revise as ideias de vazio e inexistências e possibilite outras construções interpretativas, ainda que as informações e as ideias se apresentem escassas e fragmentadas. Da macro escala territorial transfronteiriça, a tese finaliza seus escritos na escala urbana, com uma análise da constituição da rede de cidades, já brasileiras, para a configuração geopolítica do Acre como um Território Federal.	São Paulo	Território
AMARAL, RAQUEL DANTAS DO. **O financiamento multilateral do desenvolvimento: o Estado Brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial - o caso do Ceará'** 18/04/2018 282 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
42	2018	RAQUEL DANTAS DO AMARAL	O financiamento multilateral do desenvolvimento: o Estado Brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial - o caso do Ceará	Financiamento Multilateral do Desenvolvimento.; Banco Multilateral de Desenvolvimento; Planejamento Territorial; Governo do Ceará; Conceito de Desenvolvimento	A foco desta tese acontece sobre o processo de concepção e de implementação de um projeto com financiamento multilateral, analisando as relações sociais e políticas entre o Governos Brasileiros e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs). O objetivo principal é compreender o arranjo institucional dos BMDs e do Estado Brasileiro e suas implicações no processo de planejamento territorial, a partir do caso do Estado do Ceará. A pesquisa teórica passa primeiramente pela análise da evolução do conceito de desenvolvimento, destacando as interpretações dadas pelas instituições globais de poder, iluminando o fundamental papel dos BMDs na construção e na disseminação de uma compreensão global de desenvolvimento. É discutido também o entrelaçamento dos BMDs com as políticas de desenvolvimento do Brasil desde meados do século XX até a primeira década do século XXI. Para a pesquisa empírica foram escolhidos três projetos de desenvolvimento territorial ainda em fase de implementação pelo Governo do Ceará, financiados pelos Banco Mundial, Banco Interamericano (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF). A análise desses projetos reforça o argumento de que a década de 1990 foi uma década de alinhamento entre os governos brasileiros e os BMDs, o que, no caso particular do Estado do Ceará, deu-se harmoniosamente, a partir do "Governo das Mudanças" (1987-2006), com o início da sistematização do planejamento territorial no Ceará. Os BMDs, além de financiadores, foram responsáveis por grande parte da metodologia de planejamento aplicada hoje no Estado do Ceará. A compreensão do papel que o Brasil representa para as instituições financeiras multilaterais foi fundamental para a reflexão sobre a mudança de relacionamento entre o Estado Brasileiro e os Bancos Multilaterais no início do século XXI, iluminando que não somente os BMDs são importantes para o Brasil, como também o Brasil transformou-se em um importante "player" na arquitetura do financiamento multilateral. Isso ocorre tanto pelo seu peso financeiro, como também por se configurar um grande território de geração e exportação de best practices. As entrevistas com funcionários dos bancos e com servidores públicos do Governo do Estado conformaram o método fundamental desta tese. Outros caminhos consistiram na análise de dados primários fornecidos pelas Unidades de Gerenciamento de Projeto e adquiridos nos sites dos bancos.	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas
CARNEIRO, DANIEL MAROSTEGAN E. **Zonas de tensão: O arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo'** 30/06/2021 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA							
43	2021	DANIEL MAROSTEGAN E CARNEIRO	Zonas de tensão: O arranjo extensionista como prática de ensino para outras formas do ofício em arquitetura e urbanismo	ensino e extensão; arquitetura e urbanismo; arranjo extensionista; zonas de tensão; pedagogia da extensão	Esta tese tem como ponto de partida a constatação do distanciamento existente entre as práticas de ensino, majoritariamente realizadas nas escolas de arquitetura e urbanismo, e as diversas realidades populares coexistentes no país. Tal distanciamento é aqui entendido como parte significativa de um sistema mais amplo, que tem no ensino algumas de suas engrenagens que atuam na conformação de um campo de atuação elitizado, que se desenvolve a despeito das desigualdades que	Bahia	Ensino

					caracterizam historicamente a sociedade e as cidades brasileiras. Esse entendimento orienta o escrutínio de perspectivas de aproximação entre o ensino de arquitetura e urbanismo e as realidades populares, na intencionalidade de complexificá-lo, através da multiplicidade de questões que emanam dessa aproximação. O campo da pesquisa se configurou como um conjunto de iniciativas de extensão e ensino, que confluíram nas interações projetivas que envolveram professoras e estudantes da FAUFBA, e moradores e suas casas autoconstruídas no bairro popular da Gamboa de Baixo, em Salvador-BA. As interações analisadas ocorreram através de ciclos de diferentes intensidades, tendo sua maior concentração nos anos de 2018 e 2019. Este conjunto de iniciativas de interação entre universidade e comunidade, nos levou a conceituar o Arranjo Extensionista, como uma articulação entre diferentes possibilidades disponíveis nas estruturas universitárias, envolvendo formas adaptáveis de lidar, por um lado, com as assincronias temporais existentes entre os processos comunitários e os processos acadêmicos, e por outro, com as lacunas e limitações características de cada iniciativa universitária envolvida no arranjo. A análise dos indícios e aprendizados que afloraram nas interações com a Gamboa, nos levou a observar as dimensões da política, da cultura e da tecnologia como chaves de leitura fundamentais para a compreensão das mazelas do ensino, que se mostraram diretamente conectadas ao afastamento existente entre o ensino e as realidades populares. A observação dos dados sobre o prisma destas três dimensões, explicitou que os aprendizados com que interagimos eram bastante distintos daqueles com que as(os) estudantes estavam mais acostumados nos ambientes de formação. Esses diferentes aprendizados compõem um matiz de tensionamentos, gerando o que entendemos ser as zonas de tensão que convivem no ensino de arquitetura e urbanismo. A interação com a realidade da Gamboa de Baixo nos informou sobre outras formas de ensinar e aprender, que extrapolam os espaços das salas de aula e os agentes universitários, permitindo a abordagem de uma variedade de outros temas e questões que enriqueceram as atividades de ensino pesquisadas, ao mesmo tempo que indicaram a necessidade de superação de formas de pensar estruturadas institucionalmente ao longo de décadas. A partir da experiência da Gamboa, utilizando metodologias de prototipagem e experimentação que se baseiam nos princípios do código aberto, destacamos caminhos e apontamentos para a maior aproximação entre o ensino e as realidades populares, através de práticas de ensino que apontam outras formas do ofício para arquitetas(os) e urbanistas. Palavras Chave: ensino e extensão, arquitetura e urbanismo, arranjo extensionista, zonas de tensão, pedagogia da extensão.		
LORA, RENATA MORANDI. **Mobilidade e acessibilidade no espaço urbano: o direito à cidade na Grande Vitória**' 12/09/2018 304 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: biblioteca FAU							

44	2018	RENATA MORANDI LORA	Mobilidade e acessibilidade no espaço urbano: o direito à cidade na Grande Vitória	Mobilidade Urbana; Transportes; Planejamento Territorial Urbano; Vitória (ES).	A mobilidade e a acessibilidade estão entre as questões urbanas que mais afetam a qualidade de vida da população. A complexidade desses problemas exige o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem ampliar a compreensão desses fenômenos, bem como suas inter-relações. Nesse sentido, índices e indicadores apresentam-se como importantes ferramentas para a análise das condições atuais de mobilidade e acessibilidade, bem como permitem monitorar o impacto de políticas públicas e a evolução de determinados fenômenos e ações. Neste contexto, objetiva-se analisar a mobilidade e a acessibilidade urbana nos municípios da Grande Vitória (ES), por meio da aplicação de indicadores e cálculo de índice de mobilidade e acessibilidade urbana. Assume-se como hipótese que a região central da Grande Vitória apresenta melhores condições de acessibilidade urbana quando comparada com as áreas periféricas e, em contrapartida, a população da região central apresenta os piores índices de mobilidade urbana. A metodologia adotada inclui revisão bibliográfica acerca da temática em estudo; definição dos indicadores de mobilidade e acessibilidade urbana a serem adotados na pesquisa; coleta de dados juntos aos órgãos públicos; revisão dos indicadores; definição dos pesos dos indicadores; cálculo e espacialização do Índice de Mobilidade e Acessibilidade Urbana (IMAU) nos municípios da Grande Vitória; e análise dos resultados obtidos. Como resultado foi obtido um IMAU para a Grande Vitória, bem como foram criados mapas georreferenciados que identificam na região as áreas com os melhores e piores índices de mobilidade e acessibilidade urbana. Esse índice, em conjunto com os indicadores, apresenta-se como uma ferramenta de suporte à proposição de políticas públicas, para o direcionamento de ações e, principalmente, na identificação das áreas carentes de investimentos.	São Paulo	Acessibilidade
BRITO, ANA LAURA DE FREITAS ROSAS. **A pequena escala e a cidade: o mobiliário na ativação dos espaços livres públicos**' 27/08/2019 339 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPB							
45	2019	ANA LAURA DE FREITAS ROSAS BRITO	A pequena escala e a cidade: o mobiliário na ativação dos espaços livres públicos	Espaço Livre Público; Mobiliário urbano; Intervenção de pequena escala	O cenário urbano contemporâneo tem apresentado muitos desequilíbrios de ordem econômica e social que são refletidos em transformações no território, mediante disputas complexas e associadas a um notório enfraquecimento dos espaços livres públicos. Estes, tão fundamentais quanto o próprio princípio de cidade. Diante desse quadro, é comum que parcela da sociedade opte pelo convívio em espaços fechados e privados, como shopping centers e condomínios fechados. Entretanto, é perceptível o despertar de ações, das mais abstratas às mais concretas, que trabalham na pequena escala urbana, em um nível local, e que têm alterado espaços livres públicos ditos 'sem vida urbana' de várias cidades, das mais diversas culturas e condições socioeconômicas, com o intuito de 'ativa-los' em prol da melhoria da qualidade desses locais e, em decorrência, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, motivando engajamentos sociais proativos e de pertencimento. Essa tese se interessa por essas ações provenientes de diferentes setores da sociedade, naquilo que pode se	Paraíba	Espaço urbano

					chamar de intervenções de pequena escala (IPE), baseadas em mobílias urbanas. O objetivo dessa pesquisa é apreender quão ativadora pode ser uma intervenção de pequena escala com mobiliário, e quais os possíveis efeitos que essas ações acarretam aos espaços livres públicos e consequentemente, às pessoas. Essa investigação abordará dois estudos de caso de centralidades distintas situados na cidade de João Pessoa: i) o |etreiro 'Eu amo Jampa', entre os bairros de Tambaú e Cabo Branco e; ii) o conjunto de mobílias da praça Assis Chateaubriand, no bairro Jardim Treze de Maio. O arcabouço teórico selecionado forneceu suporte metodológico para a investigação de três dimensões: i) o espaço livre público, ii) o objeto (mobília), e iii) o(s) usuário(s), que serão analisadas com variáveis específicas, observações e anotações de campo, mapas georeferenciados, mapas comportamentais; questionários semi-estruturados e o uso de parâmetros qualitativos e quantitativos provenientes do aporte teórico adotado. Os resultados do estudo apontam que a mobília possui poder de 'ativação' dos espaços |ivres públ|cos, em nível intermediário, evidenciando-se que não despertou a noção de 'comum urbano' nos usuários e que o discurso capturado de alguns, nem sempre está alinhado com as observações realizadas.		
CARMO, VICTOR BARBOSA DO. **Monitoramento de recursos naturais estratégicos utilizando veículo aéreo não tripulado, no município de Joinville, Santa Catarina.**' 12/12/2019 120 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
46	2019	VICTOR BARBOSA DO CARMO	Monitoramento de recursos naturais estratégicos utilizando veículo aéreo não tripulado, no município de Joinville, Santa Catarina.	Gestão Territorial. Ecologia de Paisagens. Sensoriamento Remoto. Fotogrametria.	Esta pesquisa pretendeu gerar um método de utilização de veículos aéreos não tripulados (VANT) e câmeras de pequeno formato no monitoramento de recursos naturais estratégicos, servindo como suporte para a aplicação das diretrizes gerais do Estatuto da Cidade. Foi selecionada uma área de 188 ha à montante do ponto de captação de água para abastecimento do município, para identificar as mudanças no uso do solo e a evolução da vegetação nativa. Imagens aéreas de voo tripulado realizado em 2010 foram confrontadas com as imagens obtidas com o VANT em 2017. Foi utilizado o quadricóptero Phanton 4 Pro da DJI com câmera de 20 mecapixel, o plano de voo foi elaborado do PrecisionFly com altura de 120m. O ortofotomosaico foi gerado no PhotoScan utilizando o GPS interno do VANT para georreferenciar as imagens. A precisão posicional foi verificada de acordo com a Norma de Execução N.02 do INCRA, utilizando 20 pontos de verificação implantados em solo e as coordenadas coletadas com GNSS/RTK antes da realização do voo.As discrepâncias posicionais variaram entre 0,55m e 1,92m, com erro quadrático médio de 1,20m. Utilizando o software ArcGIS/ESRI foram identificadas três categorias de uso do solo: (1) infraestrutura; (2) áreas agrícolas (3) floresta nativa. As análises mostraram que ao longo de 2 km do rio houve acréscimo de 1,037 ha de vegetação nativa.Conclui-se que os VANT são importantes instrumentos para o gerenciamento do uso e ocupação do solo pela administração municipal, com dinamismo, baixo custo e alta confiabilidade das informações geradas, devido aos avanços em autonomia e segurança	Santa Catarina	Tecnologia

					das aeronaves, assim como, a resolução dos sensores embarcados e a automação dos programas de processamento das imagens.		
CRUZ, MAURICIO FEIJO. **Urbanismo e Mobilidade Urbana em São Paulo: (des)articulações entre planejamento, projeto e transportes (1968-2016)**' 15/05/2020 348 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
47	2020	MAURICIO FEIJO CRUZ	Urbanismo e Mobilidade Urbana em São Paulo: (des)articulações entre planejamento, projeto e transportes (1968-2016)	Planejamento Territorial Urbano; Mobilidade Urbana; Planos Diretores; São Paulo (SP)	O Plano Diretor do Município de São Paulo, de 2014, institucionalizou uma relevante mudança no planejamento do uso e ocupação do solo da capital paulista ao criar os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana – perímetros junto aos corredores de ônibus, estações de metrô e trem nos quais é permitido e incentivado o adensamento de atividades urbanas. Tal articulação representou uma aproximação relevante da concepção da política de desenvolvimento urbano da capital a uma política de mobilidade urbana que prioriza os transportes coletivos e ativos. Entretanto, o avanço representado pela adoção dessa abordagem de adensamento seletivo vinculado à acessibilidade por transporte público não se configura como ruptura, mas como desdobramento de variados conceitos e métodos de abordagem formulados e revisados historicamente no percurso do planejamento urbano em São Paulo desde os anos 1960. Assim, a pesquisa analisa como evoluíram, histórica e conceitualmente em São Paulo, as ideias e práticas de articulação e desarticulação entre o planejamento urbano e o planejamento de transportes coletivos presentes nos planos urbanos elaborados para a Metrópole de São Paulo desde 1968, que levaram à aproximação dos mesmos verificada no Plano Diretor de 2014. A hipótese apresentada é que a criação dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana pelo Plano Diretor de 2014 é tributária de uma série de articulações e desarticulações das práticas históricas de planejamento urbano e de transportes coletivos em São Paulo, concebida com o objetivo de configurar uma medida de gestão da demanda por transporte.	São Paulo	Mobilidade urbana
FAVARETTO, ANGELA. **Valores paisagísticos: subsídios para elaboração do projeto de estradas**' 02/05/2017 474 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
48	2017	ANGELA FAVARETTO	Valores paisagísticos: subsídios para elaboração do projeto de estradas	Arquitetura e Urbanismo. Valores Paisagísticos. Projeto de Estradas.	O Brasil é um país de dimensões continentais com paisagens naturais e culturais ricas e diversificadas. O sistema rodoviário é o meio mais utilizado para o conhecimento dessas paisagens onde convive o transporte de cargas e o de passageiros, com a circulação veículos e pedestres. As estradas são indutoras de modificações no uso e ocupação do solo no seu entorno. Algumas ocorrências são positivas, tais como: a acessibilidade aos lugares e o desenvolvimento de fluxos comerciais, econômicos e culturais, mas outras ocorrências são negativas, tais como: o desmatamento, os atropelamentos, a poluição e outros distúrbios gerados pelo tráfego. As estradas brasileiras têm apresentado muitos problemas relacionados à falta de manutenção e da qualidade da geometria do traçado, da pavimentação e da sinalização. A engenharia apresenta dois aspectos determinantes nas decisões projetuais de estradas: os custos e o conhecimento técnico. Identificou-	Santa Catarina	Mobilidade urbana

					se que a paisagem é considerada de modo secundário nos projetos de estradas e poucas são as pesquisas realizadas sobre essa temática no país. O atendimento à demanda por duplicação e pavimentação de estradas existentes tem sido maior do que o atendimento da demanda por novas estradas, enfatizando uma maior necessidade de projetos de requalificação das estradas existentes do que de novos traçados. Existem países que consideram os aspectos da paisagem nos projetos de estradas desde os questionamentos preliminares de suporte ao projeto básico. Tomando-se em conta os argumentos mencionados pergunta-se: Como a paisagem pode ser considerada no projeto de estradas? A hipótese é que todas as cidades estão inseridas em biomas, todas as localidades expressam uma identidade cultural e todas as estradas possuem qualidades cênicas. Percebe-se que as estradas passam por lugares dotados de valores paisagísticos, mas muitos deles não são aproveitados, sendo, por vezes, descaracterizados. Portanto, o objetivo geral dessa tese é identificar e sistematizar métodos projetuais que incorporem os valores da paisagem aos projetos de estradas, visando promover a requalificação paisagística das mesmas. Cabe ao projetista reconhecer, proteger e aproveitar os valores ecológicos, culturais e visuais presentes na relação entre a estrada e a paisagem, considerando todos esses fatores na elaboração dos projetos, tanto de requalificação de estradas existentes, quanto de estradas novas. Nessa pesquisa utiliza-se de abordagem qualitativa, sistêmica e multiescalar do campo da paisagem e da ecologia de estradas. O procedimento metodológico está estruturado em: 1) identificação do problema de pesquisa; 2) fundamentação teórica sobre paisagem do ponto de vista ecológico, cultural e visual; 3) investigação de exemplos significativos, considerados boas práticas de projeto; 4) elaboração de estudo de caso para a BR-101 em Santa Catarina trecho norte, com avaliação da paisagem, visando a requalificação da rodovia. Os fatores considerados na atribuição de valores da paisagem da BR-101/SC trecho norte foram: a) valores ecológicos: geomorfologia, hidrografia, vegetação, relevo e Unidades de Conservação; b) valores culturais: patrimônio material, diversidade cultural, usos do solo e atividades econômicas; c) valores visuais: presença de água, formas do relevo, vegetação característica do bioma – floresta, restinga e mangue –, patrimônio edificado e forma urbana. Propõe-se que além das leis e normas para projetos de engenharia existentes, também sejam consideradas a legislação pertinente à paisagem e ao ambiente, em seus valores ecológicos, culturais e visuais, com vistas à preservação do patrimônio paisagístico e maior qualificação das estradas. Como resultados apresenta-se recomendações ao projeto paisagístico de estradas e sugestões para pesquisas futuras.		
SPINASSE, MARCOS ANTONIO. **Efeitos afetivos do espaço: esquematização de um dispositivo projetual a partir da felicidade** ' 31/05/2017 192 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: PPGAU/DEHA							

49	2017	MARCOS ANTONIO SPINASSE	Efeitos afetivos do espaço: esquematização de um dispositivo projetual a partir da felicidade	Afetividade; Arquitetura e urbanismo; Efeito; Projeto; Simbólica	A questão central que se aprofunda neste estudo é o mapeamento de um processo apropriado à projetação que possibilite a proposição, pelo projetista, das condições necessárias para construção de espaços arquitetônicos e/ou urbanos capazes de suprir as demandas afetivas do seu futuro usuário humano. Para tanto, apropriou-se da felicidade como amostra de um ente afetivo num ensaio do dispositivo projetual. Entre os principais autores que cederam seus conhecimentos está em maior destaque o filósofo brasileiro Mario Ferreira dos Santos (2007, 2010, 1961 e 1965) que trouxe a simbólica como hermenêutica e as formas de inferir que permearam esta Tese como um todo. Junto a ele, mas com outras contribuições, estão Spinoza (2014), Deleuze (1992 e 2012), Kant (1988, 2004 e 2008-2014), Lawson (2011). A partir desses teóricos se elaborou o esquema conceitual operacional da Tese que se dá pela tríade tripartite que se configura do (1) homem definido pelas (1.a) demanda corpórea, (1.b) demanda mental e (1.c) demanda afetiva; (2) do espaço por suas (2.a) dimensão física, (2.b) dimensão objetiva e (2.c) dimensão simbólica e (3) da projetação por meio das (3.a) atividade de análise, (3.b) atividade de síntese e (3.c) atividade de avaliação. Na qual, a projetação é fusionada à inferência e se desdobra em um hexagrama, e a atividade de análise se decompõe em (3.a.1) problema e (3.a.2) raciocínio ontológico; a atividade de síntese em (3.b.1) raciocínio lógico e (3.b.2) solução e a atividade de avaliação em (3.c.1) homem e (3.c.2) espaço, o que ocasiona a inter-relação integral dos elementos do sistema. A partir da interrelação espaço-homem da tríade tripartite e por meio do elemento ativador e a reação do usuário humano, que são causa e efeito espaciais, chegou-se à afetação central e a periférica. O esquema do dispositivo se estrutura na integração das suas fases que são a substantiva, a analítica, a hermenêutica e a dispositiva. O dispositivo tende a se localizar no raciocínio ontológico na atividade de análise do hexagrama e o que daí for produzido, isto é, as notas essenciais ou qüididades, no caso visual, servirão para que o projetista, por intuição edidética, elabore a mais apropriada composição espacial de acordo com o lugar, com a contemporaneidade e, também, com aquele que será o usuário do espaço. O dispositivo focaliza na proposição da afetação central e na indicação de notas ou qüididades visuais para compor a dimensão simbólica do espaço relacionando a demanda afetiva e contempla, também, as demais afetações centrais e as periféricas, pois serão por elas que o símbolo terá sua existência. O dispositivo se concretiza, pois seu esquema é um fato e sua essência está enunciada nesta Tese.	Alagoas	Espaço urbano
PEREIRA, LUCIANA NORONHA. **PAISAGEM [FRAGMENTOS, SUPERPOSIÇÕES E COLAGENS] E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) EM FOTOGRAFIAS DE LOCALIDADES TURÍSTICAS ONLINE**' 29/08/2017 268 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
50	2017	LUCIANA NORONHA PEREIRA	PAISAGEM [FRAGMENTOS, SUPERPOSIÇÕES	Arquitetura e Urbanismo; Paisagem; Tecnologias de Informação e	O espaço e a paisagem estão intimamente ligados um ao outro e aos processos socioeconômicos e culturais que lhes originaram, de maneira que a paisagem pode ser entendida como forma de representação do	Santa Catarina	Paisagem urbana

			E COLAGENS] E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO [TIC] EM FOTOGRAFIAS DE LOCALIDADES TURÍSTICAS ONLINE	Comunicação -- TIC; Atratividade Turística; Fotografia.	espaço em dado momento. O acúmulo dos elementos de permanência a cada renovação e complementação, desencadeadas pelas mudanças sociais ao longo do tempo, permite compreender o caráter dinâmico da paisagem, ainda que seja um dos elementos sociais de maior permanência e estabilidade. No caso da atividade turística, a paisagem ocupa posição central no que diz respeito à atratividade de determinada destinação, assim como de sua manutenção ou declínio. Os registros fotográficos, habitualmente tidos como fragmentos da realidade, muitas vezes são produtos de uma forma de olhar e selecionar determinados aspectos desta paisagem e, enquanto linguagem, são capazes de possibilitar a apropriação e desencadear o processo de significação dos lugares. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, como parte do contexto social contemporâneo, a cibersociedade, tem possibilitado novas formas de produzir e divulgar conhecimento, para uma audiência cada vez maior, assim como tem permitido novas formas de interação e criação do espaço, dando origem a híbridos que relacionam o espaço geográfico à diversas camadas de informações e novas interações a partir do ciberespaço. O objetivo geral deste estudo é compreender se o processo de seleção e apropriação de determinados fragmentos da paisagem em publicações de fotografias on line determinam a constituição de uma paisagem híbrida, e suas implicações para a atratividade de destinações turísticas. Para tal, a metodologia estruturou-se segundo os princípios da Grounded Theory, que orientou o desenvolvimento e caminhos da pesquisa, e foi realizada em três etapas, sendo as duas primeiras no município de Balneário Camboriú/SC. A primeira, de caráter qualitativo, incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas com os diversos grupos de agentes nas relações espaciais. A segunda, constituiu-se no levantamento de imagens fotográficas publicadas on line, relacionando a quantidade e localização das imagens fotográficas e análise de seu conteúdo a partir de uma leitura semiótica, associando-as aos seus comentários. A terceira etapa consistiu na aplicação de um questionário on line tipo survey, cujos dados foram submetidos às técnicas de Análise Fatorial e Modelos de Equações Estruturais. Dentre os principais resultados estão identificação de uma relação estrutural entre as emoções associadas ao conteúdo das fotografias e a tendência de publicá-las on line ou não, implicando nos elementos percebidos para a construção da imagem da cidade, mesmo que virtualmente. As três dimensões -- emoções em relação ao conteúdo das fotografias; conteúdo de fotografias publicadas on line e elementos em fotografias para formação da imagem da cidade - participam da construção da categoria central paisagem híbrida, contribuindo para a proposição de seu conceito e medições iniciais, no sentido de sua comprovação. A relação estrutural entre a paisagem híbrida e as emoções associadas ao conteúdo das fotografias e vice-versa, foi verificada, de modo que tanto as emoções contribuem para a paisagem híbrida, como a paisagem híbrida contribui para as emoções.		

MARGOTTO, SAMIRA. **"Fluxos e refluxos"**' 25/06/2018 211 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
51	2018	SAMIRA MARGOTTO	"Fluxos e refluxos"	Arte e democracia; Centro e periferia; Ações interventivas; Espírito Santo.	Esta tese procurou contextualizar e analisar as reverberações, em Vitória, capital do Espírito Santo, dos debates que movimentaram o campo artístico contemporâneo, sobretudo, a partir da década de 1990, vinculando os termos arte e democracia. Tal vínculo pode ser associado tanto à emergência de um vocabulário novo no universo da arte (participação, colaboração, extradisciplinaridade, etc.) quanto às expectativas criadas em torno da noção de globalização e das novas possibilidades de comunicação propiciadas pela internet. Embora seu caráter retórico ou apenas potencial já tenha sido apontado em estudos críticos, somente nos últimos anos isso ficou notório. A tese adotada nesta pesquisa, portanto, é a de que os mecanismos democráticos amplamente difundidos na virada do milênio, ao contrário de sua aparente função transformadora, atuavam como formas camufladas de apaziguamento, preservando o estrato hierárquico clássico. O recorte espacial selecionado para a discussão foi uma capital periférica brasileira, enquanto o recorte temporal considerou que o momento mais expressivo dos debates envolvendo arte e democracia em Vitória ocorreu na primeira década do século XXI. Adotando as ações e projetos desenvolvidos por coletivos e pelo poder público como guia, identificando suas referências, propósitos e limitações impostas ou autoimpostas, em cada um dos capítulos, o microcosmo do campo artístico capixaba constituiu um exemplo emblemático de que quanto mais distante dos pontos hegemônicos se observam tais práticas democráticas, tanto internacionais quanto nacionais, melhor podem ser detectados seus traços míticos, entre as quais a noção de que as fronteiras entre centro e periferia estavam sendo redesenhadas.	São Paulo	Discurso social
BORGES, JUNIA LUCIO DE CASTRO. **O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial**' 04/09/2017 227 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG							
52	2017	JUNIA LUCIO DE CASTRO BORGES	O potencial da informação geográfica voluntária como suporte à democracia no planejamento e gestão territorial	Crowdsourcing; Informação Geográfica Voluntária; Informação Geográfica de Mídia Social; Geodesign; Participação; Planejamento Urbano	Esta tese aborda o crowdsourcing aplicado ao planejamento urbano. O quadro legislativo brasileiro aponta para a inclusão do cidadão no processo de decisão e gestão do território e a mídia social abre oportunidades para investigações em aplicações conhecidas como Informação Geográfica de Mídia Social (Social Media Geographic Information - SMGI). Com uso dessas informações busca-se apoiar o papel do planejador urbano como decodificador de valores coletivos no processo de tomada de decisões do processo participativo. O principal objeto de investigação da tese é o método de inclusão do cidadão de maneira democrática no processo de planejamento urbano, usando as novas tecnologias de comunicação provenientes da mídia social. Confirma-se a hipótese de que é possível incluir o cidadão no suporte ao planejamento urbano através da identificação de valores coletivos por meio das novas tecnologias provenientes da informação geográfica	Minas Gerais	Tecnologia

					voluntária. A tese trabalha "como" isto pode ser realizado, apresentando as principais potencialidades hoje disponíveis. A proposta metodológica é articulada de modo a apresentar a estrutura geral testada no trabalho. A organização dos estudos de caso é conduzida através do percurso da geração do dado, sistematização do dado para produção de informação, e a disponibilização da informação para construção do conhecimento coletivo. A tese apresenta como contribuição uma chave esquemática sobre os conceitos relacionados ao crowdsourcing através de um paralelo com a evolução dos Sistemas de Informação Geográfica. Os quatro estudos de caso abrangem abordagens de projeto de SMGI de coleta direta, sistematização dos dados de SMGI de coleta indireta, uso da SMGI no planejamento urbano, e verificação das condições de realização semipresencial de planejamento participativo consensual (geodesign) com validação de voto popular online. A conclusão analisa as novas tecnologias provenientes da informação geográfica voluntária, que favorecem a identificação de valores coletivos.		
PEREIRA, FLAVIA PEDROSA. **Além da venda: reflexões críticas sobre a alienação dos imóveis da União a partir da Lei nº 13.465/2017.**' 21/05/2021 346 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
53	2021	FLAVIA PEDROSA PEREIRA	Além da venda: reflexões críticas sobre a alienação dos imóveis da União a partir da Lei nº 13.465/2017.	Patrimônio da União; Direito à Cidade; Alienação de imóveis públicos; Legislação urbanística; Distrito Federal.	Os normativos e iniciativas da Administração Pública Federal que estimulam a alienação de bens imóveis da União estão na pauta do dia desde dezembro de 2016, quando foi editada a Medida Provisória nº 759, que viria a ser convertida na Lei nº 13.465/2017. Não se trata de tema recente, pois desde que foi criado um órgão governamental para gerir esse patrimônio, há mais de 160 anos, esses bens têm sido enxergados sobretudo como forma de auferir receitas em tempos de crise. Tal visão tem historicamente se acentuado no contexto de governos de tendência neoliberal, o que resulta em maior destaque na venda dos ativos. A tese possui como objetivo geral descrever o histórico dos bens imóveis da União, sua trajetória legislativa e analisar as alterações promovidas pela Lei nº 13.465/2017, Decretos e normativos subsequentes, no que se refere à alienação e a regularização fundiária de imóveis da União, problematizando teórica e empiricamente suas possíveis consequências. Partiu-se de uma abordagem geral, contextualizando o objeto em estudo através de um resgate das referências conceituais que dialogam com o tema, tais como Alfonsin, Bonduki, Fernandes, Ferreira, Harvey, Holanda, Lefebvre, Magalhães, Maricato, Rolnik, Santoro, Santos, Saule Jr, Schwarsberg, Sousa Junior e Steinberger; passando pelo entendimento do universo que integra os bens imóveis da União, pelas modificações nos marcos legais a partir de 2016, até chegar na abordagem empírica com foco no Distrito Federal. Ressalta-se a importância dos imóveis da União na constituição do Fundo Público, e alguns avanços que aconteceram entre 2003 e 2015 na gestão desses bens. Tais avanços, contudo, não foram suficientes para resultar em uma significativa inflexão na lógica que permeia a gestão dos imóveis da União. Com a nova guinada neoliberal a partir de 2016, tem-se que a venda dos	Distrito Federal	Legislação/ Políticas públicas

					referidos bens tem caminhado lado a lado com a questão da desestatização e da privatização, no que parece ser a mais agressiva tentativa de desfazimento do patrimônio público. Constatou-se que programas de regularização fundiária com foco quase exclusivo na distribuição de títulos individuais de propriedade plena, que desconsideram a complexidade do fenômeno da informalidade, ganharam fôlego e têm se materializado numa velocidade sem precedentes, sem que ainda seja possível avaliar as consequências do fenômeno. No que se refere à alienação dos imóveis da União, ainda se percebe uma grande distância entre o que foi divulgado enquanto meta pelo Governo Federal, e o que foi efetivamente vendido até o início de 2021. Entretanto, o governo segue editando normativos e criando mecanismos tecnológicos com vistas a acelerar as vendas, mesmo com a persistência de problemas estruturais na SPU. Conclui-se que a liquidação em massa do Patrimônio da União parece não encontrar condições objetivas para se concretizar, ao menos em curto e médio prazos. Tal fato traz esperança, pois os imóveis de União representam uma miríade de oportunidades para se desenvolver políticas públicas de qualidade e de acordo com a normativa coletivamente construída, que tem como expoentes a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. Representam um potencial para toda a população e não apenas para aqueles já historicamente beneficiados. Se trata de um patrimônio que se constitui em bem comum, e não pode (nem deve) ser tratado como ativo exclusivamente econômico.		
COSTA, ANDRE DALBO DA. **Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho**' 16/04/2019 324 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP							
54	2019	ANDRE DALBO DA COSTA	Luta social e a produção neoliberal do espaço: as trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho	neoliberalismo; movimentos sociais; teoria da arquitetura; urbanização; política habitacional	Esta tese é dedicada a compreender a emergência de uma forma específica da produção do espaço decorrente da generalização da racionalidade neoliberal. Com base em investigação sobre a experiências de resistência em três recentes ocupações de terra urbana, organizadas por movimentos sociais de luta por moradia no estado de São Paulo – Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho, nos municípios de Sumaré e São José dos Campos –, descreve-se, por meio da reconstituição da trajetória dos conflitos, como ocorrem as relações de dominação em meio a produção do espaço, determinantes do bloqueio à possibilidade de democratização das cidades no presente. A análise revela, na autolimitação subjetiva dos indivíduos decorrente do imperativo da racionalidade neoliberal, e na intervenção permanente do Estado, o caráter paradoxal entre a governamentalidade e a sociedade governada, fatores que em conjunto sustentarão sociedades com imperativo regime de segregação, acumulação e concentração de riquezas.	São Paulo	Discurso social

SILVA, PRISCILA SOARES DA. **POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (1986-2014): Inserção socioespacial, governança local e processos de gestão do Programa Minha Casa Minha Vida. Existem alternativas?**' 07/07/2021 389 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU							
55	2021	PRISCILA SOARES DA SILVA	POLÍTICA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL (1986-2014): Inserção socioespacial, governança local e processos de gestão do Programa Minha Casa Minha Vida. Existem alternativas?	Política habitacional; Habitação de interesse social; Governança local; Programa Minha Casa Minha Vida; Democracia participativa.	Esta pesquisa enfoca a produção habitacional vinculada ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, com o objetivo de investigar os desafios da gestão local da produção habitacional. A partir da constatação de que o modelo adotado caracterizou-se por repasses diretos de recursos ao capital, o que conferiu agilidade à produção e rápido retorno econômico, argumenta-se, entretanto, que esse processo restringiu a participação dos governos locais (estados e municípios), reforçando uma relação de dependência direta ao governo central. Nota-se, ainda, que o PMCMV passou a canalizar todo o recurso destinado à política habitacional, considerando inclusive os recursos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Além disso, a investigação evidencia que a matriz de produção habitacional, apoiada nas necessidades de mercado, adotou um modelo único de produção para todo o território, em detrimento do atendimento às reais necessidades sociais e urbanísticas das cidades brasileiras, em que pese o investimento na modalidade MCMV Entidades que aponta para um processo participativo mais ampliado. O trabalho relaciona este modelo a outras estratégias de planejamento e governança local, com base na experiência observadora da nova geração de políticas de habitação em Portugal, buscando estabelecer uma associação mais aproximada com as experiências locais de democracia participativa, fundamentadas em formas e metodologias decisórias descentralizadas e inclusivas em referência ao modelo central de gestão pública. Em particular, propõe-se que tais processos contribuem para uma compreensão epistemológica de política pública em contraponto ao modelo estabelecido através da relação entre Estado e mercado, que resultou em graves consequências para a produção de moradia em nível nacional. Os resultados da análise indicam que essas alternativas, em sua relação com a realidade brasileira, implicam a priorização da participação mais protagonista dos municípios e de suas organizações sociais, como estratégia fundamental para o estabelecimento de uma política habitacional estrutural e participativa.	Rio de Janeiro	Legislação/ Políticas públicas
MOREIRA, FERNANDA ACCIOLY. **"Terras de exclusão, portos de resistência: um estudo sobre a função social das terras da União"**' 06/06/2018 322 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
56	2018	FERNANDA ACCIOLY MOREIRA	"Terras de exclusão, portos de resistência: um estudo sobre a função social das terras da União"	Terras da União; regularização fundiária; função social da propriedade; Porto de Santos.	O esforço de delimitação e separação do que foi constituído enquanto propriedade privada, em oposição ao que era público, ocorreu no contexto de reformulação produtiva e do processo de inserção do país na lógica capitalista internacional, a partir de meados do século XIX. Como consequência deste processo, tanto a propriedade privada quanto a propriedade pública foram estabelecidas simultaneamente. Na prática, a informalidade da situação fundiária das terras públicas no Brasil interferiu na ocupação do território e incentivou inúmeros conflitos	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas

					fundiários urbanos e rurais. A apropriação ilegal e indevida de extensas frações de áreas públicas da União por particulares, por meio do jogo da legalização e falsa legalização, se deu em função do tratamento displicente dado à gestão do Patrimônio da União, marcado pela dificuldade do Estado em regular e controlar de fato o acesso à terra e aos recursos naturais e pelo desconhecimento sobre a abrangência do domínio público. A partir de 2003, o órgão responsável pela gestão do patrimônio da União no Brasil adotou diversas mudanças administrativas e legais, ao rever o papel de propriedade da União como "patrimônio de todo brasileiro", visando a função social da propriedade pública e a inversão da lógica histórica marcada pela centralização de decisões, perspectiva meramente arrecadatória e de gestão cartorial dos bens públicos. Em decorrência dessas mudanças. Depois de dez anos, estima-se que cerca de 560 mil famílias poderiam ter sido beneficiadas por ações de regularização fundiária de assentamentos urbanos em imóveis da União, não fossem os bloqueios enfrentados para a efetivação dessas ações. Apesar dos avanços conquistados, especialmente, no campo do reconhecimento de direitos, estes não foram suficientes para promover uma significativa inflexão na lógica de gestão de terras da União. Aspectos relacionados à cultura política, jurídica e administrativa, na esfera local e federal, permeados por questões urbanísticas, impediram mudanças mais significativas no cumprimento da função social da propriedade pública da União. O território que abrange as margens do Canal de Santos, no litoral de São Paulo, onde está o Porto de Santos, considerando sua localização estratégica, foi escolhido para investigar como são estabelecidas as disputas e as soluções propostas pela SPU, em torno dos múltiplos interesses que recaem sobre a utilização de terras da União, a partir da análise dos casos da Ilha de Bagres e do Sítio Conceiçãozinha.		
MEDEIROS, RENATO DE. **Entre o projeto e a obra: a questão construtiva em processos de ensino-aprendizagem em duas instituições de ensino superior de arquitetura**' 26/06/2017 242 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - CT							
57	2017	RENATO DE MEDEIROS	Entre o projeto e a obra: a questão construtiva em processos de ensino-aprendizagem em duas instituições de ensino superior de arquitetura	Arquitetura e Urbanismo; Projeto de arquitetura; Ensino de projeto; Processo de projeto; Tecnologia da construção	Esta tese tem como objeto a concepção do projeto no ensino de Arquitetura e sua integração com o conteúdo tecnológico-construtivo, tendo em vista a importância da compreensão da materialização do artefato arquitetônico desde as fases iniciais do projeto. As observações empíricas que deram origem à pesquisa, foram confirmadas pela literatura científica, que aponta para uma situação de distanciamento entre as disciplinas de projeto arquitetônico, seus processos e produtos e o conteúdo das disciplinas de tecnologia da construção e afins. O objetivo principal é compreender a inserção dos conhecimentos advindos das disciplinas de tecnologia da construção, na concepção de projeto no atelier de ensino de arquitetura, para promover uma melhor integração de conteúdos e gerar maior reflexão no processo projetual. Em nível de coleta primária, foram realizados estudos de caso com observação estruturada em ateliers de ensino de projeto de duas	Rio Grande do Norte	Ensino

					Instituições de Ensino Superior, uma no Brasil, outra em Portugal, além da realização de duas experiências didáticas. No campo da sala de aula, os estudos de caso demonstraram a importância do planejamento didático e clareza da definição de objetivos a serem alcançados. As experiências didáticas, por sua vez, mesmo com as suas diferenças de formato, demonstraram, com o direcionamento proposto, que foi possível alcançar o objetivo de fazer os alunos participantes refletirem sobre as questões construtivas no processo projetual, o que demonstrou a importância do estímulo do instrutor. Ao mesmo tempo, os resultados também expressaram que o aluno, devido a sua própria autonomia, não pode ser visto como mero receptor, configurando-se como agente ativo do processo de ensino-aprendizagem. O trabalho é finalizado com indicações para o ensino de arquitetura e de projeto, a fim de colaborar, junto às discussões, quanto a um ensino capaz de gerar reflexão crítica e melhor integração entre o projeto e as questões tectônicas no projeto, buscando contribuir para minimizar o problema detectado.		
ABLA, MARCELA MARQUES. **Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer. Aluna: Marcela Marques Abla Orientadora: Profa. Dra. Rachel Coutinho Marques da Silva PROURB – FAU/UFRJ Co-orientadora: Profa. Dra. Zaida Muxi Martinez DUOT – ETSAB/UPC Rio de Janeiro 2017**' 19/01/2017 437 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
58	2017	MARCELA MARQUES ABLA	Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o planejamento urbano a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer. Aluna: Marcela Marques Abla Orientadora: Profa. Dra. Rachel Coutinho Marques da Silva PROURB – FAU/UFRJ Co-orientadora: Profa. Dra. Zaida Muxi Martinez DUOT – ETSAB/UPC Rio de Janeiro 2017	Gênero em habitação social; Elizabeth Denby; Carmen Portinho; Margarete Schütte-Lihotzky; Catherine Bauer	Esta tese de doutorado nasce da investigação sobre o tema da habitação social coletiva para as massas populares a partir da contribuição teórica e prática de quatro mulheres do século XX – Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schütte-Lihotzky e Catherine Bauer – para a arquitetura moderna e o reconhecimento das necessidades cotidianas onde a habitação é entendida em seu valor de uso. Essas mulheres de origem ocidental (duas do continente americano e duas do europeu) de diversas profissões (arquiteta, planejadora urbana, engenheira e consultora em habitação) têm como ponto comum os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs. Elas participaram desses encontros ativamente e/ou estudaram seus resultados e difundiram a ideia da habitação moderna em seus países de origem durante o período entre guerras e o pós-Segunda Guerra Mundial. Pretendemos analisar suas contribuições a partir de uma perspectiva baseada na ideologia metodológica marxista ao tomar a habitação em seu valor de uso e retomando o conceito de habitar. Como categoria de análise a perspectiva de gênero na arquitetura e no urbanismo é o fio condutor desse trabalho ao valorizar as necessidades cotidianas das pessoas. O nosso objetivo é o de reconsiderar um outro ponto de vista sobre a habitação social do movimento moderno ao reconhecer e dar visibilidade a contribuição pioneira da experiência dessas mulheres.	Rio de Janeiro	Discurso social
MONTEIRO, LATUSSA BIANCA LARANJA. **Região metrolitana da Grande Vitória: investigando correlações para integrar investimentos**' 05/05/2017 194 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhã							
59	2017	LATUSSA BIANCA LARANJA MONTEIRO	Região metrolitana da Grande Vitória: investigando correlações para integrar investimentos	Áreas metropolitanas – Vitória (ES);Planejamento territorial urbano; Morfologia urbana; Infraestrutura urbana; Qualidade de vida	Esse trabalho tem por objeto empírico de pesquisa a infraestrutura viária da Região Metropolitana da Grande Vitória, assumindo que a malha viária é em si definidora do urbano e que serve como aproximação à existência, ainda que potencial, das demais infraestruturas que conferem funcionalidade às aglomerações. O objetivo geral é contribuir para integração das políticas públicas de caráter territorial em busca da diminuição das discrepâncias internas de qualidade. Partindo desses pressupostos, sabe-se que o grau de conexão do sistema serve como parâmetro de análise da forma urbana, ensejando conjecturar que sua correlação com indicadores de qualidade de vida atuaria como proxy da distribuição de riqueza no espaço urbano. Assim, efetua descrições em dois sentidos: o primeiro relata a questão metropolitana, quadro mais amplo em que se insere a contribuição; o segundo trata de aportes teóricos de descrição do espaço urbano e investigação em centralidade topológica, com destaque para a Sintaxe Espacial ou Teoria Social do Espaço. A primeira descrição se desenvolve partindo brevemente do arcabouço histórico e normativo dos espaços metropolitanos brasileiros em que a heterogeneidade é a característica do conjunto. Cita as diferentes institucionalizações e importância nacional, que impacta até mesmo na assimétrica disponibilidade de dados para o planejamento. Nesse primeiro contexto, caracteriza-se a RMGV, as principais marcas territoriais de sua formação e o que permanece proposto para sua configuração futura, o percurso de seu modelo de gestão e as expectativas de ação integrada em atendimento à Lei n. 1.3089, Estatuto da Metrópole. A segunda linha de desenvolvimento parte da assertiva de que o planejamento depende de informações. Nesse segundo contexto, o trabalho lista esforços e fontes de pesquisa disponíveis, concluindo pela relevância dos dados Censitários do IBGE como base para elaboração de indicadores voltados à descrição das múltiplas condições dos espaços intrametropolitanos. Após análise, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é selecionado como o indicador sintético utilizado para representar as diferenças internas na RMGV. O passo sequinte é introduzir os conceitos básicos associados às medidas de centralidade citando exemplos de sua aplicação na ciência de redes. Cita a teoria de grafos e a modelagem matemática subjacente aos cálculos. Na sequência, por meio da ferramenta computacional Depthmap, são calculadas medidas de centralidade topológica da rede viária principal. O grafo resultante é então georreferenciado, utilizando o sistema QuantumGIS, assim como a informação do IDHM por Unidades de Desenvolvimento Humano, menor espacialidade disponível. Os resultados são expressos por mapeamento das medidas de centralidade e do IDHM que possibilita [i] a investigação da correlação visual entre as variáveis e [ii] um exercício de correlação estatística. Ambos resultados apontam para uma correlação positiva, mas baixa, ainda assim permitindo indicar destaques na constituição futura da RMGV. Conclui-se que a correlação	São Paulo	Mobilidade urbana
					existe, mas não é suficiente para designar, incisivamente, aonde a integração de investimentos resultaria melhores efeitos na redução das diferenças urbanas. Para aprimoramento deste trabalho, parece ser necessário um estudo mais detalhado sobre a sensibilidade do modelo viário utilizado, bem como uma análise estatística mais sofisticada sobre os parâmetros e dados de entrada.		
ROMAN, TAMARA. **ESPAÇO, MEMÓRIA E PERMANÊNCIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**' 21/02/2017 300 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander							
60	2017	TAMARA ROMAN	ESPAÇO, MEMÓRIA E PERMANÊNCIA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	Patrimônio Histórico e Artístico; Urbanismo; São Paulo; Pateo do Colégio; Pátio do Colégio; Aldeamentos Jesuíticos; Peabiru; Indígenas; Colonização do Brasil; Jesuítas; Cidade contemporânea	O presente trabalho procura investigar os caminhos que levaram à formação dos espaços urbanos ligados às igrejas e aos aldeamentos jesuíticos no Brasil nos primeiros séculos da dominação portuguesa, e sua permanência na cidade contemporânea. Esses locais mantêm seu desenho e sua relevância como espaços das cidades brasileiras e permanecem, desde suas primeiras formações, e principalmente, sempre ligadas aos territórios originais das aldeias indígenas existentes, antes da chegada do colonizador europeu. Na maior parte das formações urbanas estudadas nesta pesquisa, verificuei que os edifícios sofreram várias modificações, muitas vezes até com uma transformação total em relação ao desenho original do edifício. No entanto, os espaços urbanos frontais aos conjuntos jesuíticos, em sua maior parte, estão preservados nas suas formas e dimensões originais. A tipologia das edificações lindeiras às praças varia bastante em escala, mas o espaço da praça se mantém. A metodologia para esta investigação partiu da análise e do estudo sistemático da conformação destes espaços urbanos, praças e adros das igrejas jesuíticas, além do levantamento de mapas históricos, exame de documentos e cartas jesuíticas, assim como de estudos e interpretações a partir da historiografia referente aos jesuítas, à Portugal e ao Brasil, às populações indígenas à época da colonização, com o intuito de evidenciar a história dos espaços criados pelas igrejas e aldeamentos jesuíticos para as cidades contemporâneas. Esses espaços formam não só uma relação de usos e significados com a escala urbana da cidade contemporânea, mas também com a escala regional e nacional, além de sua própria rede de significados particulares, que, por si, já denotam uma importância histórica, artística e urbana. Este valor do espaço urbano é uma somatória de elementos do território, da história da colonização brasileira, do desenho, do projeto, da estratégia e do programa da Companhia de Jesus para a catequização, somados aos usos e eventos históricos que se sucederam nesses sítios. Os espaços urbanos, assim como os edifícios históricos tombados pelos órgãos de preservação do Patrimônio no Brasil, merecem uma atenção especial, pois eles são a peça fundamental à qual os outros elementos urbanos se agregam e se qualificam.	São Paulo	Espaço urbano
GUSSON, CAROLINA DOS SANTOS. **O impacto da verticalização no microclima urbano e no conforto térmico na escala do pedestre: o papel da geometria e da envoltória dos edifícios**' 29/05/2020 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							

61	2020	CAROLINA DOS SANTOS GUSSON	O impacto da verticalização no microclima urbano e no conforto térmico na escala do pedestre: o papel da geometria e da envoltória dos edifícios				
MATERA, SERGIO. **"Estratégias do vazio: construção e desenho do solo público: o projeto moderno na arquitetura contemporâneo paulista"** 17/05/2018 363 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
62	2018	SERGIO MATERA	"Estratégias do vazio: construção e desenho do solo público: o projeto moderno na arquitetura contemporâneo paulista"	projeto de arquitetura; espaço urbano; arquitetura moderna; arquitetura contemporânea; desenho arquitetônico; arquitetura paulista	O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a continuidade da produção arquitetônica paulista, da moderna à contemporânea, por meio de objetos de estudo que configurem espaços públicos ou coletivos. Visa estabelecer uma ligação entre a produção atual e a de décadas anteriores pela similaridade da abordagem; a linha de continuidade ocorre pelas estratégias de projeto: da leitura do território, identificação e escolha dos problemas para formulação de partidos arquitetônicos com objetivo da construção e habitação do espaço urbano. Desenvolve essas questões pelo estudo da arquitetura como ação de consolidação do lugar, na relação entre projeto e cidade: a construção do chão como recriação da geografia. O estudo se desenvolve sobre obras que desenhem a expansão do solo público e ofereçam espaços coletivos de convívio para a cidade, projetos que proponham a interação com o tecido urbano e busquem soluções de projeto na qualificação do ambiente com base na escala do lote, como elementos de composição dos espaços do convívio democrático e da sociabilidade. O princípio é o objeto arquitetônico, o meio é a técnica, o fim é a cidade. Artigas fez a síntese das bases de uma pesquisa de arquitetura em São Paulo, um modo pragmático de pensar e trabalhar o projeto com vistas a objetivos de maior escala. A produção paulista contemporânea preserva, em objetos arquitetônicos que são definidores espaciais, o desenho de obras que descartam a utopia urbana moderna e visam a qualificação da cidade possível, esta, que permanece como foco principal de projeto das sucessivas gerações de arquitetos, entendida como produto da transformação da geografia por meio da técnica. A atividade de projeto requer opções de materiais, tecnologias, linguagem, espaços edificados e vazios não edificados. O projeto deste vazio, usualmente representado por meio de cortes, é a essência de estratégias de projeto perenes em partidos arquitetônicos que carregam um controle da tensão entre a topografia projetada e o objeto construído.	São Paulo	Espaço urbano
AMARAL, SABRINA FERRETTI DO. **O Quadro Urbano-Regional de Juiz de Fora-MG: Processos, Dinâmicas e As Novas Relações Com Sua Região de Influência'** 10/09/2018 299 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF							
63	2018	SABRINA FERRETTI DO AMARAL	O Quadro Urbano-Regional de Juiz de Fora-MG: Processos, Dinâmicas e As Novas Relações Com Sua Região de Influência	Urbanização Contemporânea; Processos e Dinâmicas; Planejamento Urbano-Regional; Região de Influência; Juiz de Fora	A amplitude e complexidade dos fenômenos urbanos com sua diversidade de formas resultantes sobre os assentamentos humanos no território, na contemporaneidade, requerem nova compreensão e tratamento sobre as questões que envolvem o processo de produção e reprodução dos espaços urbanos e regionais. Nestes, as relações e comunicações entre as escalas – local, regional, nacional e global - não mais se estabelecem hierarquicamente como apreendidas anteriormente. O atual processo de constituição da rede urbana brasileira, com seus novos papéis, incentivados para serem desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões - dinâmicas econômicas, sociais e espaciais - materializam-se no espaço urbano, sobretudo, através de fixos territoriais que redesenham novos e diferentes fluxos. Assim, as reflexões contidas na tese, de naturezas teórica e empírica, objetivam a elucidação dos processos de intermediação intersetorial, e de metropolização, tendo como referência a cidade de Juiz de Fora - localizada na Mesorregião da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais - especialmente em razão de suas particularidades. Neste sentido, vale ressaltar: a importação de um novo modelo de gestão municipal, que tornou o espaço urbano da cidade palco de grandes elementos urbanos, realizados em parcerias público-privadas; o surgimento de inúmeros condomínios fechados, dentre eles o Alphaville; a não aplicação da legislação urbanística, desatualizada desde 1986, e que vem permitindo – através do uso de leis complementares – a ocupação irregular do território da cidade e de sua área de expansão, segundo os interesses da especulação imobiliária local; a determinante implantação do Aeroporto Regional Presidente Itamar Franco; e ainda, os elementos que compõem o futuro corredor logístico da BR 040, a saber: a UFJF, o Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região, a BR 440, a Duplicação da Av. Deusdedith Salgado, o EXPOMINAS Juiz de Fora, entre outros. A metodologia aborda o processo de urbanização, as dinâmicas recorrentes, os agentes presentes neste contexto, enfatizando a escala local e as características de sua microrregião, e apresentando como resultado o quadro das novas relações entre Juiz de Fora e sua região de influência. Neste sentido, percebe-se a relação direta de Juiz de Fora com dois grupos distintos: o primeiro, formado por municípios que têm na atividade agropecuária expressiva participação no PIB Per Capta municipal e apresentam forte dependência da cidade polo para suprir as suas necessidades, sobretudo, nos setores de saúde e educação; e o segundo, formado por municípios que, timidamente, buscam seu crescimento econômico no setor industrial e uma menor dependência de Juiz de Fora no setor de serviços. Nota-se ainda que, para além da sua microrregião, Juiz de Fora estende suas relações (sobretudo competitivas) com alguns municípios da Região de Governo Centro Sul Fluminense. Concluiu-se que a nova configuração regional exige do município polo o desenvolvimento de um planejamento urbano-regional	Rio de Janeiro	Território
					efetivo e que viabilize as funções de complementaridade em relação aos municípios vizinhos.		
MOREIRA, LORENA CLAUDIA DE SOUZA. **O MANUAL DO PROPRIETÁRIO DA EDIFICAÇÃO ASSISTIDO PELA REALIDADE AUMENTADA'** 21/02/2018 241 f. Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BAE/Unicamp							
64	2018	LORENA CLAUDIA DE SOUZA MOREIRA	O MANUAL DO PROPRIETÁRIO DA EDIFICAÇÃO ASSISTIDO PELA REALIDADE AUMENTADA	Realidade Aumentada; Manual do Proprietário; Facility Management; Operação e Manutenção; BIM..	O Manual de Operação, Uso e Manutenção das Edificações, também conhecido como Manual do Proprietário, é o documento que contempla as informações necessárias para quiar as atividades inerentes ao desempenho e conservação da edificação. Apesar do Manual do Proprietário ter passado por atualizações ao longo do tempo, seu formato não foi modificado. A Realidade Aumentada (RA) tem o potencial de tornar o Manual do Proprietário mais interativo e assertivo, otimizando o seu uso pelos proprietários. A RA é uma tecnologia que possibilita a sobreposição de objetos virtuais em um ambiente real por meio de dispositivos. Essa associação através da RA e o Manual pode extrapolar os limites da visualização permitindo uma aproximação com o objeto construído (edificação e seus componentes) agregando informação. Por sua vez, o Facility Management abrange áreas de gestão, operação e manutenção das edificações, e integra-se a essa temática. Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar a incorporação de recursos de Realidade Aumentada no Manual de Uso, Operação e Manutenção das edificações, visando qualificar seu uso. A pesquisa foi desenvolvida seguindo os pressupostos e o delineamento do método de pesquisa Design Science Research que visa produzir artefatos com o intuito de resolver problemas práticos e contribuir para a produção de conhecimento. Inseridos neste contexto, os resultados alcançados nesta tese são: identificação da satisfação sobre o Manual do Proprietário tradicional com os proprietários da habitação; classificação de Manuais do Proprietário em nível nacional; caracterização dos recursos de RA quanto à aplicabilidade para a visualização do conteúdo do Manual do Proprietário; desenvolvimento de propostas de incorporação de RA no Manual do Proprietário e também propostas de incorporação do manual no ambiente por meio da RA; comparação de diferentes formatos de visualização da RA (tablet e smartglasses) quanto ao desempenho do usuário; e por fim, a identificação da solução de maior aceitação e aplicabilidade na manutenção e operação da unidade habitacional pelos seus usuários. A contribuição concedida apresenta modelos de inserção da tecnologia da Realidade Aumentada no manual do proprietário, qualifica a incorporação da RA, por meio de experimentos com método de mensuração seguindo o protocolo NASA TLX, e indica uma estruturação de esforços por parte dos agentes envolvidos para otimizar o manual por meio dessa tecnologia. Ademais, disponibiliza dois artefatos em formato de aplicativos (Living Augmented Reality e Manual Augmented Reality) exemplificando o potencial tecnológico e consolidando, na prática, a geração do conhecimento. Em suma, comprovou-se que a inserção da tecnologia da RA, independentemente do formato, atua	São Paulo	Tecnologia

					favoravelmente integrado ao manual do proprietário otimizando o seu papel de orientar e recomendar procedimentos para um melhor uso da edificação. Ademais, os agentes envolvidos no processo construtivo, poderão atuar de forma assertiva com relação aos aspectos inerentes a operação e manutenção, por meio do manual assistido pela RA.		
CARTANA, RAFAEL PRADO. **DESEMPENHO TÉRMICO E LUMÍNICO DE ELEMENTOS DE CONTROLE SOLAR PARA FACHADAS DESENVOLVIDOS COM MODELAGEM PARAMÉTRICA E FABRICAÇÃO DIGITAL'** 28/03/2018 348 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU							
65	2018	RAFAEL PRADO CARTANA	DESEMPENHO TÉRMICO E LUMÍNICO DE ELEMENTOS DE CONTROLE SOLAR PARA FACHADAS DESENVOLVIDOS COM MODELAGEM PARAMÉTRICA E FABRICAÇÃO DIGITAL	Elementos de controle solar para fachadas. Desempenho térmico e lumínico. Modelagem paramétrica. Fabricação digital	Considerando a importância do controle da radiação solar e admissão da luz natural nas edificações, os elementos de controle solar podem contribuir significativamente com o conforto ambiental e a eficiência energética no ambiente construído. Paralelamente às questões ambientais, destaca-se o crescente emprego de ferramentas computacionais aplicadas aos processos de projeto e produção na arquitetura contemporânea. Nesse contexto, esta tese tem como objetivo investigar o desempenho térmico e lumínico de elementos de controle solar produzidos com modelagem paramétrica e fabricação digital. Como metodologia, utilizando a suíte de modelagem paramétrica Rhinoceros+Grasshopper e processos de fabricação digital, foram produzidos modelos de elementos de controle solar paramétricos, classificados em diferentes categorias, de acordo com sua crescente complexidade geométrica. As análises de desempenho (térmico e lumínico) foram realizadas empregando simulação computacional, e medições em protótipos. Para as simulações foram utilizados os aplicativos e plug-ins, DIVA-for-Rhino, Galapagos Evolutionary Solver, Autodesk Ecotect Analysis e Ladybug. Para as análises dos protótipos foram utilizadas fotografias HDR, medições de iluminância e análises de insolação. Ao final da pesquisa é apresentada uma proposta de aplicação dos modelos desenvolvidos em uma edificação, considerando os condicionantes climáticos de Florianópolis (SC/Brasil), cidade escolhida para o estudo. Como principais resultados observou-se de forma geral, que os elementos analisados foram capazes de controlar a admissão excessiva de radiação solar e luz natural, tornando a sua distribuição mais homogênea, além de reduzir a probabilidade de desconforto visual por ofuscamento. Destaca-se o efeito dos parâmetros geométricos profundidade e direção dos elementos de controle solar quanto à distribuição da luz natural e admissão seletiva de radiação entre inverno e verão, respectivamente. O gradativo aumento da complexidade geométrica entre as categorias de elementos desenvolvidos, comprovou que os resultados de desempenho podem ser generalizados a partir do comportamento paramétrico de geometrias mais simples, até modelos com formas mais complexas. Por fim, observa-se de forma complementar ao desempenho térmico e lumínico, a importância de considerar os aspectos compositivos e de linguagem, relacionados ao emprego de elementos de controle solar e propósitos da edificação.	Santa Catarina	Conforto ambiental
CARVALHO, JULIANA DE. **Contribuição à preservação do patrimônio cultural da arquitetura moderna: proposta de metodologia de análise de risco do concreto armado. Aplicação ao caso dos remanescentes do Teatro Cultura Artística'** 26/08/2019 220 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
66	2019	JULIANA DE CARVALHO	Contribuição à preservação do patrimônio cultural da arquitetura moderna: proposta de metodologia de análise de risco do concreto armado. Aplicação ao caso dos remanescentes do Teatro Cultura Artística	Analise de riscos para patrimônios arquitetônicos; Conservação de patrimônio arquitetônico; Patrimônio cultural arquitetônico moderno; Teatro Cultura Artística	O presente trabalho é uma contribuição as intenções conservacionistas dos patrimônios Culturais Arquitetônicos Modernos, posto a importância latente deste estilo à arquitetura Brasileira, as quais possuem entre uma de suas características o uso do concreto armado. O objetivo da tese é apresentar uma metodologia para análise de risco das estruturas de concreto armado para patrimônios culturais modernistas, com vistas a metas conservacionistas e considerando critérios técnicos, culturais, sociais e estéticos da obra, em confronto a agentes de deterioração e avaliações das frequências e abrangências de suas consequências. Mediante os resultados desta análise de risco, será possível a priorização das tomadas de ações de forma a diminuir os possíveis impactos na obra estudada e suas reincidências. A metodologia proposta foi aplicada ao caso dos remanescentes do Teatro Cultura Artística na Cidade de São Paulo (Brasil) e os resultados foram considerados satisfatórios e possíveis de contribuir para planejamento e utilização de medidas de mitigação tecnicamente e economicamente viáveis, de forma que as intervenções tenham consequências minimizadas quanto aos valores culturais, sociais e estéticos do Patrimônio Arquitetônico Moderno. Dentre os critérios técnicos da análise de risco e possíveis ações para diminuição dos mesmos, torna-se importante a consideração sobre a análise da estabilidade e segurança do concreto armado nestes patrimônios, de forma a possibilitar o aumento da vida útil dos mesmos, com contribuição de possíveis ações de manutenções preventivas planejadas. Conclui-se que a utilização da metodologia proposta da análise de risco no concreto armado do patrimônio cultural arquitetônico proveu informações técnicas importantes para a priorização e planejamento de atividades de organizações conservacionistas, bem como poderia auxiliar no controle de planejamento orçamentário e efetividade das ações das mesmas.	São Paulo	Patrimônio
AGOSTINI, FERNANDA FIGUEIREDO D. **Ferrovias turísticas no Brasil: relações entre a infraestrutura ferroviária e o território.'** 19/08/2019 340 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander							
67	2019	FERNANDA FIGUEIREDO D AGOSTINI	Ferrovias turísticas no Brasil: relações entre a infraestrutura ferroviária e o território.	Ferrovia; Desenvolvimento Local; Turismo; Projeto Urbano; Políticas Públicas	As ferrovias são elementos que ao longo de sua implantação e consolidação impactaram de forma permanente o desenho urbano das cidades brasileiras, pois apresentavam-se como pontos estratégicos de conexão dos territórios, ao mesmo tempo que impulsionavam o desenvolvimento socioeconômico. Com a falta de investimentos e sucateamento das linhas férreas, na atualidade, a privatização tornou-se uma alternativa de manutenção e funcionamento das ferrovias, tornando-as corredores de escoamento de carga e reduzindo o transporte de passageiros ao atendimento dos subúrbios nas grandes metrópoles, o que contribuiu para que os espaços às margens da	São Paulo	Mobilidade
					ferrovia se transformassem em áreas degradadas e vazios urbanos, porém o patrimônio ferroviário e respectivos meios de transporte agregados, os trens, as estações ferroviárias e seu entorno, são recursos capazes de afirmar a situação cultural, com potencial para estimular o turismo em âmbito urbano e regional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico destes domínios. O tema desta pesquisa são as relações das ferrovias turísticas brasileiras com o território, no recorte temporal de 1990 a 2018. O problema que motivou essa pesquisa tem origem nas diferentes gradações de influência exercida pela presença desta modalidade de transporte no planejamento urbano e regional dos municípios atendidos. Objetivase explicar como a atividade de turismo atrelada à ferrovia pode contribuir ou não para o desenvolvimento local ou regional com base nas definições do Plano Nacional de Turismo e do Plano de Regionalização do Turismo, que institui a atividade turística como indutora destes tipos de desenvolvimento; além de analisar as políticas públicas aplicadas ao desenvolvimento territorial e às ferrovias por meio do estabelecimento de indicadores de avaliação. A hipótese que orienta essa pesquisa é que o tipo, o modelo de gestão e as políticas por meio dos quais os municípios integram as ferrovias turísticas ao seu planejamento condicionam os resultados de uma possível articulação ou desarticulação entre a ferrovia e o turismo com os territórios local e regional. Caso não se adotem políticas públicas indutoras de atividades turísticas e ferroviárias, não se apresentarão as condições de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios, caracterizando-se um obstáculo à configuração territorial por meio de ações integradas. Demonstramse as consequências do encadeamento do turismo a ferrovia, como parte do planejamento e moldagem do território local ou regional, ou ainda, seu total descolamento, nos estudos de caso que evidenciam que as condições e meios dotados pelo planejamento não satisfazem à deflagração de relações socioeconômicas e ambientais favoráveis aos municípios a partir das ferrovias turísticas, visto que as formas de integração possíveis para indução de um desenvolvimento local não são aplicadas.		
LAMOUNIER, ALEX ASSUNCAO. **Atmosferas de Preferência e a Cidade Maravilhosa'** 15/09/2017 362 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF							
68	2017	ALEX ASSUNCAO LAMOUNIER	Atmosferas de Preferência e a Cidade Maravilhosa	Atmosferas de Preferência; Atmosfera Urbana; Paisagens de Preferência; Paisagens Comuns; Espaço e Tempo; Rio de Janeiro – Cidade Maravilhosa	A evolução dos estudos urbanos tem promovido aberturas a diferentes formas de pensar as cidades. Nesse processo, têm sido crescente discussões que incluem os aspectos intangíveis, componentes que, embora importantes ao entendimento das dinâmicas urbanas, permanecem por vezes ocultos, ou em segundo plano, frente a focos predominantemente legalistas ou voltados a questões sobre a configuração concreta. Essa crescente preocupação com o intangível emerge da atenção sobre o simbolismo de paisagens comuns e seu papel na definição do caráter da cidade, em detrimento da valorização voltada apenas a configurações consideradas de destaque,	Rio de Janeiro	Paisagem

					frequentemente tomadas como representativas de imagens de cidades ou de algumas de suas diferentes áreas. A presente pesquisa se insere nesse contexto de evolução do pensar as cidades, incluindo a contemplação de aspectos considerados comuns e que envolvem, ainda, o intangível, simbolizações e significados muitas vezes invisíveis tanto nas difusões de imagens e imaginários urbanos mais conhecidos, como na própria vivência da cidade. Atmosferas de Preferência são aqui entendidas como resultantes de uma série de relações entre componentes tangíveis e intangíveis que, por despertarem o interesse, inclusive por suscitarem sentimentos nostálgicos, podem se tornar reconhecíveis, de certo modo familiares. Pela intensidade com que nos tocam, podem se distinguir como memoráveis, entre outras atmosferas, no imaginário das pessoas. A pesquisa parte do pressuposto de que vivenciar a cidade pode revelar Atmosferas de Preferência relacionadas aos seus espaços comuns, inscritas na escala mais íntima do cotidiano. Seu reconhecimento relaciona-se à percepção individual, mas pode ampliar-se para o âmbito coletivo em diferentes escalas de abrangência, conforme o compartilhamento de significados comuns. Tomando-se o Rio de Janeiro como estudo de caso para o aprofundamento desse conceito, esta tese envolve discussões sobre as relações entre o imaginário de 'Cidade Maravilhosa' e Atmosferas de Preferência, incluindo questões sobre quais atributos são contemplados e a quem representa esta imagem intencionalmente idealizada de cidade. Parte da hipótese de que a vivência cotidiana pode revelar Atmosferas de Preferência que não se restringem aos grandes 'cartões-postais' cariocas. Assim, o presente trabalho busca fundamentação nas contribuições que diversos autores, de diferentes campos do conhecimento e da arte, oferecem ao tema. As análises específicas sobre o Rio de Janeiro, à luz do tema central desta tese, envolvem visões da cidade em diferentes gêneros literários, como contos, crônicas, romances e quadrinhos, e observação de campo continuada no Largo do Machado, praça escolhida como representativa de Atmosferas de Preferência cotidianas no Rio. O olhar que permeia o desenvolvimento da pesquisa, assim como a visão dos artistas escolhidos para a análise das representações na literatura, é o olhar de um 'estrangeiro', que busca a identificação afetiva e a atenção acurada para 'desvendar' o que se apresenta como desconhecido**.** Atmosferas de Preferência são, aqui, entendidas como configuradas através de múltiplas e diferentes visões, propiciando diferentes concepções de mundo, pautadas em diferentes tipos e níveis de afetividade. Um entendimento que se baseia na ideia de isonomia, no respeito à coexistência de múltiplas e diferentes concepções de mundo relacionadas a um mesmo tempo e espaço.		
VIANNA, FABIANO BORBA. **O plano de Curitiba 1965-1975: desdobramento de outro moderno Brasileiro**' 10/05/2017 506 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão							
69	2017	FABIANO BORBA VIANNA	O plano de Curitiba 1965-1975: desdobramento de outro moderno Brasileiro	Estruturas Urbanas; Desenho Urbano; Transporte Coletivo; Uso do Solo; Arquitetura Moderna	A tese trata da concepção e da implantação do Plano de Curitiba, no período de 1965 a 1975. O marco inicial é a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, um trabalho coordenado pelo arquiteto Jorge Wilheim e executado com a colaboração de uma equipe de arquitetos de Curitiba, grupo esse que dará origem ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em 1965. Os fatos urbanos resultantes do Plano de Curitiba revelam o desenho de uma estrutura urbana linear que conjuga transporte coletivo com uso do solo multifuncional. A estrutura urbana é tangencial ao centro da cidade, permitindo a transformação da Rua XV de Novembro em área de pedestres. O Plano de Curitiba é identificado como um processo sequencial e um trabalho coletivo, sendo que, para efeito de sistematização, o intervalo temporal é subdividido em dois períodos, notadamente: concepção (1965- 1970), e implantação (1971-1975). Concomitante à investigação do Plano de Curitiba, também se objetiva pesquisar o desenvolvimento e as transformações do projeto urbano no após-Guerra, com especial interesse no ambiente intelectual e nos projetos de arquitetura e urbanismo no âmbito do Team 10. O método estipulado divide a pesquisa em duas partes, com investigação sobre a evolução e projeto da cidade moderna no após-Guerra, e a evolução e projeto da cidade de Curitiba, com o objetivo de relacioná-los. Concatenadas com o método, as amostras foram coletadas principalmente em dois arquivos de projetos, no Het Nieuwe Instituut, em Rotterdam **–** vinculado a uma pesquisa realizada na Delft University of Technology (TU Delft), na Holanda **–**, e no arquivo da Biblioteca IPPUC, em Curitiba. Como resultado, defende- se a hipótese do Plano de Curitiba como um desdobramento de outro moderno brasileiro.	São Paulo	Espaço urbano
LAMOUNIER, ROSAMONICA DA FONSECA. **Da autoconstrução à arquitetura aberta: o Open Building no Brasil**' 08/08/2017 509 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG							
70	2017	ROSAMONICA DA FONSECA LAMOUNIER	Da autoconstrução à arquitetura aberta: o Open Building no Brasil	Arquitetura aberta; Open Building; Autoconstrução; Processo de tomada de decisão; Flexibilidade espacial; Teoria dos Suportes; Níveis de decisão; Suporte e recheio	Este trabalho parte de uma dupla problemática, a não participação do morador nos processos decisórios e a não flexibilidade espacial, relativos à produção pública de habitação social no Brasil e que atualmente é realizada pela parceira Estado-Mercado. Além da inadequação às necessidades habitacionais das famílias, essa produção é ínfima se comparada à predominante provisão habitacional realizada por meio da Autoconstrução. Diante desse quadro, a Tese investiga a pertinência e a viabilidade de outra prática para a produção, elegendo para isso uma abordagem internacional de projeto, construção e uso do espaço **–** Teoria dos Suportes e Open Building **–**, cujos pressupostos são reconstruídos a partir das condições de produção brasileira, a configurarem-se como contraponto a essa produção público-privada e como forma de conciliação do entrelaçamento desta com a produção pela Autoconstrução, ao que aqui se denomina arquitetura aberta. A construção da proposta segue por uma análise transversal, relacional e temática dos dois universos de produção brasileira, atravessada pelo diálogo com a Teoria de Habraken e à luz da teoria sociológica de	Minas Gerais	Discurso social

					Bourdieu **–** campo, capital e habitus **–**, num ir e vir alimentados por uma análise dos dados empíricos, que por sua vez estão organizados sob os variados aspectos das condições de produção da habitação social brasileira e correlacionados com categorias de análise constituídas. A partir dos resultados da análise, o estudo desenvolve uma prospecção arquiteturaI que demonstra, sob os aspectos projetuais, construtivos, tecnológicos, econômico-financeiros e de gestão, a viabilidade para quem produz e a acessibilidade para quem adquire a moradia produzida sob os princípios da arquitetura aberta. Alicerçada pela distinção entre os níveis de decisão, coletivo (suporte) e individual (recheio), de natureza física, mas também social e política, e preconizados pela Teoria dos Suportes, a proposta da arquitetura aberta soluciona a um só tempo e de forma interdependente a problemática da dupla negativa apontada inicialmente.		
MELLO, YASMIM RIBEIRO. **ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: CONTRADIÇÕES NA ADOÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO MARCO REGULATÓRIO NACIONAL (LEI Nº 11.445/2007)**' 16/02/2017 336 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
71	2017	YASMIM RIBEIRO MELLO	ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: CONTRADIÇÕES NA ADOÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO MARCO REGULATÓRIO NACIONAL (LEI Nº 11.445/2007)	Saneamento Básico; Política Pública; Rio de Janeiro; Plano Municipal de Saneamento Básico	Em 5 de janeiro de 2007, foi promulgada a Lei Federal nº 11445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil. Em junho de 2010 a Lei foi regulamentada pelo Decreto n° 7217. A Lei trata saneamento como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais que envolvem abastecimento de água e esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos. A partir dos princípios de universalização, participação e descentralização, e da noção mais ampla de saneamento, a Lei e seu Decreto, pretendem tratar o setor de forma sistêmica e articulado a outras políticas públicas urbanas. A Lei 11.445 enfatiza o planejamento, destacando a obrigação da elaboração de um Plano Municipal de Saneamento Básico, como objeto de um planejamento integrado; o estabelecimento de mecanismos de controle social e de um sistema de informações, articulado ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento. A elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, é de extrema importância no rebatimento do planejamento municipal. Nessa tese abordamos o caso específico do município do Rio de Janeiro e a política pública de saneamento no período pós adoção da Lei nº 11445/2007. Busca-se, em um primeiro momento, analisar as relações entre Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado e CEDAE, e as relações institucionais que se estabelecem até o processo de formulação do Plano de Saneamento, bem como o próprio plano. Que tipo de plano foi aprovado? Quem se articula em torno desse plano? Quais os limites do plano, tendo como referencial a Lei 11.445/2007? Em um segundo momento, busca-se analisar o processo de concessão à iniciativa privada do sistema de esgotamento sanitário da AP5. Como se estrutura historicamente a relação do município com a CEDAE? Como se dá o processo de tomada de decisão sobre a mudança no modelo de prestação de	Rio de Janeiro	Legislação/ Política pública

					serviços? Pode-se observar uma mudança de trajetória nas relações do município com a CEDAE? Como se dá a inserção da prestação privada na gestão do saneamento?		
BOTTURA, ANA CARLA DE LIRA. **Conflitos e produção de consensos na cidade neoliberal: a luta por moradia em Palmas/TO**' 07/08/2019 351 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP							
72	2019	ANA CARLA DE LIRA BOTTURA	Conflitos e produção de consensos na cidade neoliberal: a luta por moradia em Palmas/TO	Cidade neoliberal; conflitos por moradia; produção de consensos; movimentos de moradia; Palmas/TO	Este trabalho propõe uma leitura da produção do espaço urbano da cidade de Palmas, capital do Tocantins, enquanto desdobramento da sua condição de Laboratório Neoliberal, tendo em vista o contexto político-econômico que permeia a sua fundação, em 1989, a instantaneidade da instauração de questões urbanas comuns às cidades contemporâneas e a fragilidade de forças de resistência protagonizadas por movimentos urbanos de luta por moradia. A partir do resgate histórico dos conflitos por moradia ocorridos ao longo do processo de conformação da cidade, a tese pretende dar-lhes visibilidade na história de Palmas e discutir os mecanismos de pacificação sob os quais os mesmos vêm sendo violentamente suprimidos e os consensos vêm sendo forjados, em um contínuo reforço das dinâmicas intrínsecas e necessárias à gestão empresarial da cidade neoliberal. Para tanto, buscou-se, em um primeiro momento, localizar no tempo e no espaço as zonas urbanas disputadas pelos agentes imobiliários em associação com o Estado, para, em um segundo momento, localizar o conflito por moradia no território, identificando seus agentes e as forças pacificadoras que tendem a torná-lo invisível no processo de produção do espaço urbano. Construída por meio de narrativas dos seus "pioneiros periféricos" (aqueles ocultados na historiografia oficial), bem como de lideranças dos movimentos urbanos ligados à causa, em diálogo com matérias de jornal e documentos oficiais, a história da luta por moradia na capital do Tocantins é aqui apresentada e situada no contexto de excepcionalidades, reprodução contínua de clientelas, naturalização de desigualdades, violência policial entre outras formas permanentes de produção de consensos.	São Paulo	Espaço urbano
SANTOS, AMALIA CRISTOVAO DOS. **A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)**' 27/04/2018 304 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
73	2018	AMALIA CRISTOVAO DOS SANTOS	A expulsão do sertão: elites paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)	São Paulo (capitania e província);Imaginário; Sertão; Elite paulista; Indígenas.	Por meio da análise de três imagens presentes nas fontes e documentação produzidas desde o século XVIII até meados do XIX – "sertanistas", "paulistas" e "agricultores" –, esta tese debruça-se sobre as transformações nas relações entre as elites de São Paulo, os grupos indígenas e o território, engendradas no dito período. Partimos das discussões acerca da história cultural e do imaginário construído sobre as populações da capitania e depois província paulista, a um só tempo produto e vetor de decisões e contextos políticos, econômicos e sociais. O recorte cronológico adotado, de cerca de um século, considerado pela historiografia como longa duração, fez-se necessário para permitir o aprofundamento sobre os elementos de mudança e permanência que	São Paulo	Discurso social

					compõem o movimento estudado. Três conjuntos documentais centrais foram mobilizados em nossas investigações, a saber: o chamado Mapa das Cortes (1749), parte dos instrumentos de negociação confeccionados pela Coroa portuguesa em suas disputas diplomáticas com a contraparte espanhola pela remarcação de suas fronteiras coloniais; os escritos genealógicos de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), produzidos originalmente com fins à obtenção de privilégios e mercês para as principais famílias paulistas, a partir de processos de nobilitação; e o Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo (1841), primeira representação cartográfica da recém-criada província paulista. Nossas conclusões apontam para o distanciamento das elites em relação aos contingentes indígenas – que fizeram parte, inclusive, da fundação de parte dos troncos familiares pertencentes a esse grupo –, em meio à reconfiguração do território e de seu uso, para o que foram importadas teorias e princípios advindos da razão e da ilustração. A presença dos nativos nas terras desejadas para a agricultura de exportação foi também transfigurada em questão social e econômica, a ser esquadrinhada e resolvida pelos intelectuais e políticos do período, encerrando sua autonomia e cerceando consecutivamente a legitimidade de seu domínio sobre o território.		
ANDRADE, BRUNO AMARAL DE. **O planejamento, a criança e o jogo: o geodesign na identificação de valores cotidianos e simbólicos no território**' 19/06/2019 445 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG							
74	2019	BRUNO AMARAL DE ANDRADE	O planejamento, a criança e o jogo: o geodesign na identificação de valores cotidianos e simbólicos no território	planejamento da paisagem; geodesign; geogames; valores territoriais; participação de crianças	O objetivo da investigação relatada nesta tese, sinoticamente, é, partir do geodesign, representar e projetar modificações no uso e cobertura do solo como futuro alternativo para o território do Tirol, Santa Leopoldina, Espírito Santo, Brasil. Parte-se das seguintes perguntas: como tornar o geodesign, como processo metodológico de planejamento da paisagem, lúdico o suficiente para a participação e engajamento de crianças? Como definir o lúdico de maneira a tornar o território e a paisagem legíveis para a representação e o projeto de valores, como também empoderar as crianças a se compreenderem como atores protagonistas na ativação da comunidade e na intervenção física do lugar? O arcabouço teórico-conceitual erige-se com a elaboração de um modelo teórico de valores fundamentado na Teoria das Representações de Lefbvre (2006), defendendo, no planejamento da paisagem, a articulação entre as representações de valores e os valores de representação, isto é, considerando o cotidiano e o simbólico na produção do território. Complementa-se com a decodificação do conceito de imagem dialética entre crianças e anciãos e a relação da criança com o brinquedo e o jogo, ambos formulados por Benjamin (1987a, 1987b). Trata-se de provocação para o deslocamento do Homo Faber (homem do modernismo funcionalista) ao Homo Ludens (homem lúdico da animação do cotidiano pela cultura). São elaboradas quatro hipóteses de contorno: 1) crianças reconhecem e apropriam-se de valores; 2) crianças criam novos valores; 3) crianças ativam uma	Minas Gerais	Espaço urbano

					participação comunitária amplificada; 4) crianças dão contribuições ao Plano Diretor Municipal.Utiliza-se o geodesign como processo metodológico de planejamento de caráter colaborativo na integração com os geogames (jogos analógicos ou digitais ancorados na paisagem), a partir de um roteiro regressivo-progressivo, estruturado em quatro fases sequenciais, com a participação de crianças durante todo o processo e, em alguns momentos, de suas famílias: Paisagem das Origens, Paisagem dos Antepassados, Paisagem do Presente e Paisagem do Futuro. Os resultados mostram uma nova abordagem, ancorada na dialética forma-conteúdo, em que os espaços lúdicos são criados a partir da própria cognição e percepção dos habitantes em relação à (re)produção do seu território. Evidenciam, ainda, o protagonismo das crianças, dotadas de potência para a criação de uma cidade lúdica.		
GUEDES, ITALO CESAR MONTALVAO. **Modelo probabilístico para investigação da influência de pontos de ônibus no ruído do tráfego veicular urbano**' 22/02/2018 100 f. Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BAE/Unicamp							
75	2018	ITALO CESAR MONTALVAO GUEDES	Modelo probabilístico para investigação da influência de pontos de ônibus no ruído do tráfego veicular urbano	Modelagem e simulação; Ruído do tráfego veicular urbano; Ponto de ônibus	A poluição sonora representa um importante fator de impacto ambiental nas cidades. Tal problemática está relacionada com o grande crescimento populacional e contínuo processo de urbanização. A priorização do uso de veículos automotores tornou o ruído do tráfego a principal fonte de poluição sonora urbana. Esta modalidade de ruído sofre influência do fluxo, tipo e velocidades dos veículos em circulação, dos aspectos físicos e morfológicos das vias, das instabilidades do trânsito provocadas pelos cruzamentos, rotatórias, lombadas, pontos de ônibus, e postura dos motoristas. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar de que maneira a dinâmica operacional em pontos de ônibus influencia no ruído do tráfego veicular urbano. Adotou-se como forma de abordagem a modelagem e simulação probabilística, considerando-se sinais sonoros reais e a aleatoriedade do tráfego veicular e de chegadas de ônibus em determinado ponto de parada. O método da pesquisa contemplou as seguintes etapas: (i) seleção dos objetos de estudo – Pontos de ônibus (Campinas/SP); (ii) gravação de sinais sonoros reais de passagens de veículos e do ciclo de desaceleração, parada e aceleração de ônibus em um ponto de parada hipotético; (iii) aquisição de aspectos físicos e medições de dados acústicos e de tráfego das vias urbanas selecionadas com presença de ponto de ônibus; (iv) implementação do modelo probabilístico para simulação do ruído do tráfego veicular em diferentes cenários (reais e hipotéticos); (v) avaliação quantitativa e subjetiva auditiva (Teste de júri) dos ruídos simulados e (vi) análises dos resultados. Pôde-se concluir que houve boa concordância entre os valores medidos e simulados dos dados de tráfego e acústicos durante a validação do modelo; os experimentos de simulação confirmaram a hipótese principal da pesquisa de que a dinâmica operacional em pontos de ônibus influencia no ruído do tráfego veicular; observou-se que menores intervalos de tempo entre chegadas sucessivas de ônibus estiveram associados a maiores valores dos	São Paulo	Conforto ambiental

					descritores acústicos (LA10, LAeq, TNI e LNP) para mesmo fluxo veicular. No entanto, maiores variações de TNI e LNP ocorreram para cenários com fluxo veicular reduzido, corroborando com a ideia de maior percepção do ruído ambiental em situações com menor nível de ruído residual. As avaliações de impacto sonoro das ruas investigadas indicaram valores de LAeq, TNI e LNP superiores aos limites recomendados pelas referências adotadas, mesmo em situações hipotéticas mais favoráveis (sem passagem de veículos pesados e menor ocorrência de ônibus nos pontos de parada). Quanto aos testes de júri para verificação do nível de realismo do ruído simulado, os resultados mostraram que os áudios reais e simulados não são indiscerníveis. Porém, os voluntários mostraram forte tendência de classificar os áudios como reais quando de fato eram reais. Essa tendência não foi observada na avaliação dos áudios simulados. Esses resultados indicam caminho promissor desta ferramenta para predição do ruído do tráfego veicular com presença de pontos de ônibus, propiciando a estimativa de descritores acústicos e a "escuta" do ruído simulado. Espera-se que o produto final desta pesquisa possa subsidiar agentes ambientais e planejadores urbanos em ações efetivas no controle e gerenciamento do ruído nas cidades.		
FREITAS, CHRISTIAN REZENDE. **Tecnologias de geoinformação no planejamento territorial: novas formas de produção, compartilhamento e uso de dados espaciais**' 12/06/2020 262 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG							
76	2020	CHRISTIAN REZENDE FREITAS	Tecnologias de geoinformação no planejamento territorial: novas formas de produção, compartilhamento e uso de dados espaciais	IDE; Banco de Dados Geográfico; ETL; WebMap/WebGis; Geodesign	O significativo avanço das tecnologias de informação, e mais especificamente de geoinformação, tem transformado o modo de planejar o território, em recortes urbanos ou ambientais, exigindo investimentos e investigações em processos metodológicos. As novas necessidades são dinâmicas, on demand, e não há mais espaço para mapas estáticos, pois as realidades e usos estão em constante alteração. As grandes fragilidades no processo de planejamento territorial ainda estão ligadas à disponibilidade de informações atualizadas, à agilidade na produção de dados, e à participação de múltiplos atores, com definição clara das as responsabilidades e dos processos necessários para o alcance dos objetivos. Neste contexto, no que diz respeito à produção do dado, discute-se o potencial do uso de banco de dados e de ferramentas de ETL (extract, transform and load) em substituição a mecanismos desktop limitados a aplicativos pré-existentes, abrindo o potencial para criação de lógicas de pensamento e empregando ferramentas que considerem a interoperabilidade e os princípios de banco de dados na otimização de processos. No que diz respeito à distribuição da informação, discute-se o potencial do consumo através das IDEs (Infraestrutura de Dados Espaciais) como nova forma de governança e padronização dos dados espaciais, o que os eleva de dados para informação. No que diz respeito ao envolvimento de diferentes atores, defendem-se ferramentas baseadas em PSS (Planning Suport System) e a sua versão geoespacial, o Geodesign,	Minas Gerais	Tecnologia

					fundamentais no esforço frente a esses desafios. Com base dos três objetivos principais - novas formas de produzir dados, distribuir informações e dar suporte à construção de opiniões e à tomada de decisões - a tese de desenvolve através de exemplos ilustrados em estudos de caso, que dão subsídios para a discussão das hipóteses lançadas, sem expectativa de se exaurir os argumentos, mas com a expectativa de alertar e elucidar sobre as novas perspectivas que se colocam para o planejador. Como contribuição, apresenta-se a colocação de que vivemos uma nova fase no consumo da tecnologia de geoinformação, que tem potencial para mudar a forma de trabalho planejador. São apresentados roteiros metodológicos autorais para se contribuir nesse sentido, na forma de estudos de casos. Os estudos de caso são desenvolvidos na forma de um crescente, primeiro se exemplificando como podem ser usados novos recursos de produção do dado, através de scripts ETL que independem de softwares tradicionais desktops e estão mais abertos à proposição da lógica pelo usuário (otimização de grande manuseio e produção de dados, algoritmo que favorece a aplicação de uma fórmula de análise espacial e, finalmente, o algoritmo de avaliação de similaridade de polígonos). Estudos de caso exemplificam o papel das novas formas de distribuição das informações geográficas e demostra, de modo crescente, a ampliação de recursos de webmap para webgis, testando diferentes plataformas. Finalmente, os estudos de caso demonstram a incorporação dos conceitos anteriores explicitando a nova forma de consumo da informação geográfica a partir do advento das IDEs, que associadas a condições de WebGis e de Geodesign se apresentam como suporte à co-criação e geocolaboração em planejamento territorial. O trabalho se fundamenta inicialmente em revisões bibliográficas dos principais termos, sobretudo com o intuito de ir no cerne do que seriam as expectativas sobre o Geodesign para, a partir desta revisão, realizar estudo exploratório através de exemplos que ilustrem a construção de uma nova forma de produção, compartilhamento e uso de dados espaciais.		
RUDOLPHO, LUCAS DA SILVA. **Conectividade funcional da paisagem e conservação da biodiversidade: subsídios para o planejamento territorial e paisagístico brasileiro**' 17/12/2020 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU-UFSC							
77	2020	LUCAS DA SILVA RUDOLPHO	Conectividade funcional da paisagem e conservação da biodiversidade: subsídios para o planejamento territorial e paisagístico brasileiro				

CASADO, CAMILA ANTUNES DE CARVALHO. **A INVENÇÃO DA PRAIA E O VIVER NAS ALTURAS EM MACEIÓ-AL**' 14/03/2019 332 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: PPGAU-DEHA/FAU							
78	2019	CAMILA ANTUNES DE CARVALHO CASADO	A INVENÇÃO DA PRAIA E O VIVER NAS ALTURAS EM MACEIÓ-AL	Banhos de mar; Orla marítima; Turismo de sol e praia; Verticalização residencial; Urbanização	O acesso a cidade de Maceió pelos diversos canais de informação proporcionam o encontro de magníficas imagens tendo a praia como o centro das atenções. Contudo, nem sempre a vocação praiana reinou na capital alagoana. Esta tese busca encontrar os momentos em que a cidade constrói esse apreço pela área litorânea, que, junto com outros movimentos, como o de verticalizar e o turismo, promoveram importantes modificações. O recorte espacial concentrase nas duas enseadas, de Pajuçara e de Ponta Verde, que se encontram ao norte do Porto de Jaraguá, e que tornaram a cidade famosa pelo turismo de massa ao mesmo tempo em que concentrou a maior parte dos primeiros edifícios residenciais em altura. Paulatinamente, o mar foi sendo incorporado à paisagem como elemento de apreciação, dando início à valorização das praias como cenário de contemplação e culminando tempos depois em locais de lazer. E assim como vinha acontecendo nas grandes cidades brasileiras, situadas à beira-mar, esses locais se tornaram objeto de desejo e consequentemente, alvo de maiores investimentos por parte do poder público. Então, nas décadas de 1960 e 1970, surgem na capital alagoana esses edifícios multifamiliares verticais, abrigando a parcela mais privilegiada da população e proporcionando uma nova experiência do morar na tentativa de alcançar o tão almejado "progresso" externado por diversas vezes nos meios de comunicação da época, que viam no edifício um dos maiores símbolos da modernidade. Pretende-se abordar a verticalização pelo que foi trazido junto com o apartamento: a mudança da maneira de morar provocada pela nova tipologia, o edifício como sinônimo da conquista, a sensação de atingir as alturas, assim como ocorreu com a ocupação do Alto do Jacutinga na primeira metade do século XX. A pesquisa foi centrada na vivência do morar buscando analisar o seu significado adquirido pelos habitantes dos edifícios. Outras pessoas foram ouvidas, entre elas técnicos envolvidos na construção desses prédios e no planejamento e execução dos projetos de urbanização da orla marítima. Outro procedimento metodológico adotado foi acessar o material gráfico no arquivo da SMCCU e dos arquivos físicos e virtuais, consultando jornais e revistas. Também a visita aos edifícios estudados possibilitou uma leitura particular da obra. Buscando entender melhor todas essas transformações na cidade, foi necessário, algumas vezes, ampliar o recorte temporal da pesquisa para momentos anteriores à década de 1960, estendendo-se até o final da década de 1980. O tema da arquitetura, da cidade, do mar e do por-se nas alturas foi amadurecido através de uma pesquisa extensa em livros, teses, dissertações e artigos. Conclui-se que o uso da praia em Maceió, com indicação dos banhos de mar, aconteceu ainda no início do século XX, e que essa motivação atraiu o olhar da população antes mesmo do surgimento dos primeiros hotéis à beiramar e que, em decorrência da crescente	Alagoas	Paisagem

					apreciação à orla marítima, surgem os primeiros edifícios residenciais verticais. Porém, mesmo que estes representem construções modernas, não modernizaram por completo os hábitos de morar. Também no contexto urbano a cidade se modernizou apenas parcialmente, visto que a infra-estrutura empregada não garantiu o pleno funcionamento do que foi proposto nos planos de urbanização.		
BENDER, HELENA. **Crônica sobre o fracionamento dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, 1957-1974**. 18/12/2020 330 f. Doutorado em ARQUITETURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Faculdade de Arquitetura							
79	2020	HELENA BENDER	Crônica sobre o fracionamento dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, 1957-1974	Arquitetura moderna; Plano piloto -- Brasília (DF);Centro urbano	Este texto conta a história do fracionamento dos setores para bancos, comércio e escritórios do Plano Piloto de Brasília, localizados em torno do cruzamento dos eixos que estruturam a cidade. Para escrevê-la, fez-se necessário examinar plantas urbanas, elaborar mapas, ordenar fotografias e comparar evidências gráficas com fatos relatados por matérias de jornal e de revista. Tal processo revelou um enredo de ações descontínuas empreendidas por diferentes personagens. Também esclareceu esses setores como configurados por uma sucessão de planos sobrepostos, a partir dos quais o lote emerge como estrutura latente, problematizando a ideia de Brasília como cidade de planejamento estanque e unitário.	Rio Grande do Sul	Espaço urbano
BOAS, VIOLETA PIRES VILAS. **ARTISTIC ACTIONS IN PUBLIC SPACES: toward an artistic and urban practice**' 20/07/2018 128 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
80	2018	VIOLETA PIRES VILAS BOAS	ARTISTIC ACTIONS IN PUBLIC SPACES: toward an artistic and urban practice	ações artísticas; mobilizações sociais; espaço público; Rio de Janeiro; transformações urbanas	Esta tese estuda as ações artísticas nos espaços públicos da cidade contemporânea, no sentido de observá-las como uma possível prática artística e urbana. Com base em experiências vivenciadas no Rio de Janeiro, principalmente com o Arte Pública e o Ocupa Lapa, a pesquisa atualiza teorias relacionadas ao urbanismo e à arte, na intenção de compreender as relações estabelecidas entre as ações artísticas, os espaços públicos e os habitantes da cidade contemporânea, dentro do contexto de crise local e global e do consequente processo de engajamento social. Para tal, foram desenvolvidas estratégias metodológicas para estudar as ações artísticas através dos seus tipos e localizações, seus ritmos e suas inserções, e seus modos e suas permanências na cidade. Utilizando exemplos de iniciativas coletivas em outras cidades – Veneza e Barcelona – e com base na teoria da Ritmanálise de Henri Lefebvre e nas definições da Arte de Contexto e da Estética Modal de Jordi Claramonte, estas estratégias permitem a compreensão de ações coletivas que, apesar de efêmeras, têm uma ocupação física do tecido urbano, inserindo novos ritmos nos ritmos diários da cidade, com modos de ação que possibilitam efeitos mais permanentes na cidade e em seus habitantes. Assim, pretende-se analisar as localizações, os ritmos e as permanências das ações artísticas no Rio de Janeiro, tendo em consideração seu processo social, cultural e urbano, a fim de criar uma perspectiva crítica sobre a papel destas ações no desenvolvimento de uma prática urbana coletiva e contínua. Na perspectiva de Lefebvre, seria uma maneira de observar	Rio de Janeiro	Espaço urbano

					as ações artísticas como uma luta pelo direito de apropriar e construir a cidade como uma obra de arte. Portanto, o estudo destas ações como uma prática urbana e contínua pretende compreender, não só como elas afetam o espaço urbano, mas principalmente como afetam o modo com o qual as pessoas se relacionam com esse espaço, como uma construção crítica e coletiva. A tese está estruturada em cinco partes, além da introdução e da conclusão. Na primeira parte, a intenção é contextualizar o papel da arte e da cultura no desenvolvimento da cidade e aprofundar a compreensão teórica das ações artísticas nos espaços públicos como uma prática urbana. A segunda parte consistirá na conceituação da deriva como um processo de busca de exemplos de iniciativas coletivas em outras cidades - Barcelona e Veneza - e na descrição destas derivas e dos exemplos encontrados. A intenção foi ampliar as possibilidades de ocupações coletivas e criativas dos espaços públicos, complementando a análise proposta nesta tese, cujo foco está no Rio de Janeiro. Embora o contexto do Rio de Janeiro seja completamente diferente destas cidades e que possa não atingir nunca um cenário semelhante, as transformações urbanísticas implantadas entre 2009 e 2016 utilizaram Barcelona como o modelo para o desenvolvimento da cidade enquanto espetáculo Olímpico e atração turística. Os residentes de Barcelona, por sua vez, estão enfrentando alguns dos problemas dos habitantes de Veneza, devido ao excesso de turismo. Em todos os casos, as iniciativas coletivas encontradas evidenciaram a insatisfação dos residentes em relação aos governos locais, como se suas cidades não estivessem sendo conduzidas oficialmente para atender às necessidades coletivas, mas sim para atender aos interesses de grupos privilegiados da sociedade. A partir das iniciativas coletivas encontradas nessas cidades, a terceira parte consistirá no desenvolvimento de estratégias metodológicas que possam compreender as localizações, inserções e permanências destas ações na cidade, através de seus tipos, ritmos e modos de ação. A quarta parte consistirá no retorno à base, ao Rio de Janeiro, apresentando as transformações urbanas que foram motivadas pelos megaeventos. Deste modo, a análise do processo histórico e urbano terá como objetivo explorar as relações que transformações urbanas anteriores e expressões artísticas locais têm com as formas das apropriações da cidade pelos seus habitantes. Por fim, será apresentado o cenário cultural contemporâneo do Rio de Janeiro, a fim de ter uma contextualização completa da cidade de modo a viabilizar uma análise mais profunda das ações artísticas através da estratégia metodológica desenvolvida na terceira parte. Na quinta parte, portanto, as ações artísticas no Rio de Janeiro serão analisadas através de seus tipos, ritmos e modos de ação. A intenção é analisar suas localizações, inserções e permanências na cidade, observando-as como uma prática urbana, artística e coletiva que tem um desenvolvimento no espaço		

					urbano e no tempo e que resgata a possibilidade da construção da cidade como uma obra de arte.		
OKRETIC, GABRIELLE ASTIER DE VILLATTE WHEATLEY. **Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores**' 07/02/2020 479 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
81	2020	GABRIELLE ASTIER DE VILLATTE WHEATLEY OKRETIC	Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estima e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores	Programa Minha Casa Minha Vida; Habitação Social; Trabalho Social; Desenvolvimento Integrado Sustentável de Territórios; espaços públicos	Destinados a viver por, pelo menos 10 anos, nas habitações subsidiadas pelo Governo Federal, a população de mais baixa renda, beneficiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, representada por mais de um milhão de famílias, encontram-se em diferentes processos de adaptação quanto ao novo local. Diversos problemas já foram elencados por diferentes áreas acadêmicas quanto ao modelo reproduzido sem muitas inovações desde a época do BNH. Não é novidade a estratégia neoliberal disfarçada de programa social, que reforça o processo de segregação socio espacial, colocando a camada historicamente mais desprivilegiada da sociedade, em benefício de uma classe pequena de pessoas que lucram sobre a vida destas, tornando um desafio ainda maior para ser solucionado. Devido aos problemas, de diferentes naturezas que variam desde problemas construtivos a problemas de inserção urbana e social, houveram muitas reclamações por parte dos moradores através do Portal da ouvidoria, canal criado pela Caixa Econômica Federal, principal financiador dos projetos. Esse mesmo banco, através do Fundo Socio Ambiental, criou uma estratégia chamada de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Território (DIST) para amenizar os problemas e buscar a criação de identidade e protagonismo dos moradores apoiado em quatro pilares: geração de renda, governança territorial, gestão ambiental e incentivo sociocultural. Foram selecionadas as localidades identificadas com maiores problemas no país. A execução em cada localidade é feita por meio de licitação e contratação, e a estratégia acontece em dois anos. Sua primeira edição aconteceu entre o período de 2013 a 2015 em diferentes regiões e em sua segunda edição entre os anos de 2016 e 2018. Campinas foi contemplada duas vezes pela estratégia DIST, sendo o Jardim Bassoli o foco da primeira, e, pelas dificuldades encontradas, foi contemplado novamente junto aos empreendimentos Residencial Sirius e Vila Abaeté. Por meio da pesquisa-ação e outros instrumentos metodológicos, no qual a pesquisadora acompanhou a realização do DIST II nos três bairros contemplados, a presente pesquisa tem como objetivo trazer a luz a reflexão sobre formas de lidar com essa nova realidade, na busca por caminhos que façam com que os moradores se sintam parte do lugar, na criação de um senso de identidade e pertencimento, e fortalecimento do protagonismo local. Foram avaliados os resultados do trabalho realizado e acompanhado no que tange à construção e melhoramento dos bairros, as ações realizadas no DIST II, por meio de entrevistas com os moradores, observação de campo, análise de documentos, entre outros instrumentos metodológicos. Assim, pretende-se elucidar sugestões	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas

					para o aprimoramento das políticas públicas no que tange ao pós ocupação das habitações de interesse social.		
STRALEN, MATEUS DE SOUSA VAN. **Dynamic architectural systems: parametric design and digital fabrication towards conversational customisation**' 06/12/2017 314 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti, da Escola de Arquitetura da UFMG							
82	2017	MATEUS DE SOUSA VAN STRALEN	Dynamic architectural systems: parametric design and digital fabrication towards conversational customisation	Desenho Paramétrico; Fabricação Digital; Cibernética de Segunda Ordem; Sistemas Arquitetônicos Dinâmicos; Customização Conversacional	O principal objetivo desta tese foi explorar possíveis formas de projetar sistemas arquitetônicos dinâmicos que envolvem usuários e espaço em um processo de design mútuo, contínuo e circular. A associação de design paramétrico e fabricação digital é investigada como uma estratégia de design que permite ao usuário participar do processo de desenho do espaço. A capacidade do design paramétrico para gerar variações e resultados personalizados, associada à capacidade da fabricação digital de materializar essa variedade é investigada como uma abordagem projetual que promove diferentes níveis de conversação. Partiu-se do pressuposto de que abrir os parâmetros de desenho para o usuário, tanto no processo de projeto quanto no uso, permite que o arquiteto inclua o usuário em um processo contínuo de desenho do espaço. A arquitetura é entendida como um sistema que envolve pessoas e estruturas em uma relação dinâmica, de mútua determinação. Argumenta-se que a aceitação da inclusão dos usuários em uma visão mais sistêmica da arquitetura não exige apenas uma mudança no processo e pesquisa de projeto, mas também uma abordagem diferente no desenho do próprio objeto, tornando-o mais dinâmico e aberto à incerteza. Essa visão sistêmica da arquitetura expande a noção de desenho além da criação de objetos para a criação de sistemas. A pesquisa combinou experimentos projetuais - chamados pesquisa-croquis - desenvolvidos para desencadear discussões preliminares que dirigiram o foco de uma revisão de literatura sobre sistemas dinâmicos na arquitetura, desenho paramétrico e fabricação digital. A revisão, por sua vez, levou a uma reinterpretação das pesquisa-croquis e à geração de conhecimento. Essa circularidade entre ação e compreensão é estruturada a partir de uma perspectiva cibernética, que forma a estrutura conceitual para explorar e compreender a natureza sistêmica da arquitetura. As noções de sistemas extremamente complexos, máquinas triviais e não triviais, sistemas de controle, feedback, variedade e conversação, formam a espinha dorsal da análise e proposição. A tese discute que o desenvolvimento de um sistema de projeto que usa interfaces de desenho paramétrico com parâmetros abertos não é suficiente para abrir o processo de projeto ao usuário se estas não fizerem parte de um sistema maior que inclui o usuário. Além disso, quando usado como ferramentas, o processo de desenho computacional pode acabar por controlar o arquiteto e, como consequência, o próprio usuário. A tese conclui com uma orientação geral para o que é chamado de customização conversacional, um processo de desenho orientado por restrições (constraint-oriented design), onde as restrições são	Minas Gerais	Tecnologia

					estabelecidas a partir do próprio sistema. Este conceito relaciona interfaces de desenho digital e físico que emergem de um processo de conversação envolvendo as diferentes partes interessadas em um sistema de projeto. O conceito é visto como uma abordagem alternativa que convida o usuário a uma posição central no processo de desenho do espaço arquitetônico.		
TEIXEIRA, EDUARDO HENRIQUE SANTOS. **URBANISMO E EDUCAÇÃO: ESCOLA PARQUE E SUA RELAÇÃO COM O PLANO URBANÍSTICO DE SALVADOR – EPUCS / CPUCS Salvador**' 18/07/2018 239 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
83	2018	EDUARDO HENRIQUE SANTOS TEIXEIRA	URBANISMO E EDUCAÇÃO: ESCOLA PARQUE E SUA RELAÇÃO COM O PLANO URBANÍSTICO DE SALVADOR – EPUCS / CPUCS Salvador	Planejamento de rede escolar urbana. Escola de tempo integral. Escola Parque. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Unidade de Vizinhança.	Discute a relação entre Urbanismo e Educação, a partir do estudo da proposta de integração do Sistema Escola Parque / Escolas Classe ao Plano de Urbanismo de Salvador desenvolvido pelo EPUCS/CPUCS 1947-1951. O desconhecimento das características da proposta da Secretaria da Educação do Estado da Bahia para a rede de ensino primário de Salvador determinou a questão central: A proposta de criação do sistema Escola Parque / Escolas Classe e de sua integração ao Plano Urbanístico de Salvador, formulada pelo Secretário Anísio Teixeira em 1947, limitava-se ao campo da educação ou pretendia empreender mudanças mais profundas na estrutura social e urbana de Salvador e de outros centros urbanos? O objetivo é demonstrar que a proposta do Sistema Escola Parque / Escolas Classe, contida no plano de educação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, do exercício de 1947 – 1951, cujo modelo para a escola primária para as cidades de maior densidade populacional é o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, visava, além de atingir os objetivos pedagógicos, interferir na estruturação do espaço urbano de Salvador e das cidades de maior densidade demográfica, promovendo a transformação social e urbana e a formação de comunidades autônomas quanto às suas necessidades cotidianas através da educação integral em tempo integral, pública, gratuita e de qualidade voltada para a formação comum do cidadão. O panorama da educação no Brasil a partir da década de 1920 revela que o sistema Escola Parque / Escolas Classe, longe de ser uma experiência isolada desvinculada da realidade de Salvador, resulta de uma sequência de lutas por reformas da educação no Brasil, iniciada na década de 1920 por um grupo de educadores progressistas tendo entre seus líderes, Anísio Teixeira. Os conceitos de Vizinhança e Unidade de Vizinhança antecedem e dão base à ideia da escola como centro da comunidade, presente nas propostas dos planos de Edificações Escolares e de Urbanismo de Salvador na década de 1940. Os antecedentes e a história da criação do EPUCS e do Sistema Escola Parque / Escolas Classe indicam que a proposta de integração dos planos de educação e de urbanismo tinha como objetivo promover mudanças na estrutura social e urbana de Salvador. Os desdobramentos da experiência da Escola Parque da Bahia revelam a influência da ideia da educação integral em tempo integral em alguns programas de educação e desenvolvimento urbano no Brasil. Entre as	Bahia	Ensino

					considerações finais acerca das questões levantadas destaca-se: A ideia de Anísio Teixeira de implantação do sistema educacional primário para Salvador harmoniza-se com o modelo de Setor Residencial formulado pelo EPUCS permitindo o equacionamento da questão educacional nos bairros planejados para a Capital, através da implantação do Sistema Escola Parque Escolas Classe no Plano Urbanístico de Salvador.		
MAIA, FLAVIA NEVES. **SMART URBANISM AND THE POLITICS OF DIGITAL VISIBILITY: MAPPING INFORMALITY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (2008-2016)**' 30/11/2018 237 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
84	2018	FLAVIA NEVES MAIA	SMART URBANISM AND THE POLITICS OF DIGITAL VISIBILITY: MAPPING INFORMALITY IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO (2008-2016)	Cidade Inteligente; Urbanismo Smart; Informalidade; Visibilidade Digital; Poder	Há um forte argumento hoje em favor do uso de tecnologias e dados digitais para melhorar o fun- cionamento das cidades e a vida dos cidadãos. Cidades inteligentes são apresentadas como uma solução para uma variedade de problemas urbanos, incluindo crise econômica, sustentabilidade ambiental e injustiça social. Oferecendo mais nuances para essa suposição, esta tese engaja-se criticamente com a noção de urbanismo inteligente (SU) e visibilidade digital. Esta pesquisa foca em mapeamentos digitais da informalidade, um fenômeno que vem ganhando importância a partir do início da década de 2010, especialmente no Sul Global, devido ao seu suposto potencial de reconfiguração das dinâmicas de poder em cidades. As narrativas atuais so- bre a inclusão de assentamentos informais em mapas on-line geralmente vinculam a visibilidade digital à inclusão urbana. Os mapeamentos digitais da informalidade seriam formas de empoderar os cidadãos excluídos e de integrar territórios isolados, de forma que passem a ser reconhecidos como parte das cidades. A visibilidade digital da informalidade também representaria a semente de um urbanismo inteligente alternativo. Em contraponto a esta narrativa, este estudo questiona: A visibilidade digital é, em si mesma, sempre igual à inclusão urbana? Para responder a essa questão, este estudo explora diferentes formas de invisibilidade que coex- istem com a visibilidade das favelas nos mapeamentos digitais do Rio de Janeiro, Brasil. O período de análise é de 2008 a 2016, marcado por intensas transformações no regime de visibilidade da cidade do Rio, em preparação para as Olimpíadas de 2016 e outros megaeventos. Em outras pa- lavras, procura-se responder: Como a visibilidade digital das favelas através de mapeamentos se desdobra no fazer da cidade do Rio entre 2008 e 2016? Empiricamente, o estudo baseia-se em dados existentes sobre crescimento urbano, remoção de habitações, deslocamento populacional e outras formas de (in) visibilidade de favelas no contexto das Olimpíadas de 2016.Também se baseia em dados produzidos sobre mapeamentos digitais de favelas. Teoricamente, alinha-se com o Urbanismo Smart, um debate acadêmico crítico atento à equação entre poder e conhecimento em cidades inteligentes. Também compreende, entre outras áreas, a geografia urbana crítica, a teoria crítica da tecnologia e a cartografia crítica. O referencial conceitual analítica do governo (analytics of government) é	Rio de Janeiro	Tecnologia

					utilizado para perceber como o poder é exercido em um regime de práticas do urbanismo, em um espaço e tempo bem delimitados. Ao prover um conhecimento teórico, histórico e contextual da visibilidade e sua relação com o urbanismo, indica-se que: A visibilidade digital é uma dimensão do exercício de poder, assim, não pode ser, por si só, sempre igual à inclusão urbana. A questão de pesquisa e a tese são orientadas para a teorização. Elas não foram desenhadas para simplesmente fornecer uma resposta sim / não, mas para definir as bases de perguntas do tipo como. Cada um dos capítulos representa uma "camada" na construção do argumento sobre como a visibilidade digital se desdobra: (1) A visibilidade digital é uma dimensão do exercício do poder e, como tal, desempenha um papel na produção social de cidades (inteligentes). (2) Visibilidade digital, mapeamento e urbanismo são práticas sociais de governar. (3) A visibilidade e a inclusão das favelas (in) têm sido processos ambíguos e disputados em toda a história do Rio, e esse também é o caso hoje da visibilidade digital. Estas três sentenças visam fornecer clareza teórica à noção de visibilidade digital, a fim de auxiliar futuras pesquisas no desenvolvimento de conceitos e teorização dentro do Urbanismo Smart. A preocupação não é apenas desvelar a narrativa da inclusão urbana por meio da visibilidade digital como simplista, mas abrir discussões sobre a relevância política e o impacto dessa narrativa. Em outras palavras, este trabalho chama a atenção para um problema não respondido: Se a visibilidade digital não é, por si só, igual à inclusão urbana, então, como a visibilidade digital realmente produz o urbano? Os resultados revelam que a visibilidade digital não é necessariamente igual à inclusão urbana. Os assentamentos informais não recebem um conjunto de direitos de existir na cidade, uma vez que se tornam digitalmente visíveis. A visibilidade digital não é um mecanismo de ligar / desligar, mas uma jornada rumo a uma forma de experiência urbana contemporânea em que a visibilidade digital e a invisibilidade, assim como as inclusões e exclusões urbanas, coexistem e se entrelaçam. Esta conclusão é relevante porque reforça as descobertas anteriores sobre a natureza política das cidades inteligentes, ao passo em que supere um compromisso mais profundo da agenda do SU com a visibilidade como uma categoria para as ciências sociais e uma dimensão do exercício do poder. Há necessidade de uma racionalização e argumentação crítica aprofundadas sobre as relações entre poder e visibilidade digital nas Cidades Inteligentes, de modo a compreender mel- hor as dinâmicas que precisam ser transformadas, como as exclusões urbanas.		
SILVEIRA, CAROLINA STOLF. **Orientação e Mobilidade de Pessoas com Deficiência Visual no Meio Urbano e no Transporte Coletivo: Subsídios para Sistemas de Informação ao Usuário**' 08/12/2017 356 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
85	2017	CAROLINA STOLF SILVEIRA	Orientação e Mobilidade de Pessoas com Deficiência Visual no Meio Urbano e no Transporte Coletivo: Subsídios para Sistemas de Informação ao Usuário	Orientação e Mobilidade; Pessoas com Deficiência Visual; Transporte Coletivo; Arquitetura e Urbanismo.	Compreender e utilizar um sistema de transporte coletivo não é tarefa fácil quando as informações são escassas ou inexistentes. Para os usuários que não conseguem ou tem dificuldade em enxergar o meio a sua volta, pode tornar-se uma atividade impraticável, de forma independente, considerando que grande parte dos referenciais urbanos e de informação provida são estritamente visuais. Tendo em vista que o modo coletivo, precedido pelo a pé, é o meio pelo qual pessoas com deficiência visual podem deslocar-se de forma independente e segura, o objetivo geral desta pesquisa consiste em reunir conhecimentos para promover a acessibilidade e subsidiar diretrizes nacionais ou futuros projetos para sistemas de informação ao usuário. Para tal, compreender os processos de orientação e mobilidade utilizando o modo a pé e de transporte coletivo urbano é essencial. No Brasil, a investigação abrange o estudo das experiências multi-sensoriais e das estratégias utilizadas por usuários com cequeira e baixa visão quando suas possibilidades de obtenção de informações não visuais são ausentes ou restritas. Ainda, implementa-se dois projetos pilotos em cidade natal da pesquisadora: áudio-descrição da paisagem urbana e sinalização tátil em estação de ônibus. No exterior, a pesquisa avalia três estudos de casos europeus que apresentam elementos no meio urbano e de transporte que proporcionam acessibilidade: o sistema de metrô de Bruxelas (Bélgica), o sistema de metrô e ônibus de Londres (Inglaterra) e o sistema de metrô de Viena (Áustria) realizados durante o doutorado sanduíche na Bélgica. A tese estrutura-se em três partes: (1) Aprendendo com a Teoria; (2) Aprendendo com as Pessoas; e (3) Aprendendo com os Lugares. A primeira parte apresenta o referencial teórico, abordando temas como: percepção espacial, experiência e orientação; sistema de informação ao usuário do transporte público e coletivo (o quê, como, onde e quando informar); e a pessoa com deficiência visual e suas relações de orientação e mobilidade, técnicas, Tecnologias Assistivas e referenciais urbanos utilizados. A segunda parte apresenta os resultados da investigação realizada no Brasil, a qual buscou ouvir as pessoas com deficiência visual através de entrevistas abertas, discussões em grupo focal nacional e questionários online e físicos, assim como acompanhar o trajeto dessas pessoas utilizando o modo coletivo, seguido do a pé, de forma a detectar os problemas enfrentados e compreendê-los detalhadamente na prática e em primeira mão. A terceira parte apresenta os projetos pilotos e os estudos de caso europeus, utilizando-se como instrumentos, observações pessoais e participantes com usuários e desenvolvedores, entrevistas abertas e passeios acompanhados. Como principais resultados, além de apresentar os elementos acessíveis que um sistema de informação do transporte público coletivo urbano possa oferecer, a partir do estudo teórico e prático com pessoas com cequeira e baixa visão, a pesquisa expõe opiniões a nível nacional e internacional através da voz dessas pessoas esclarecendo diversas questões relativas à orientação e mobilidade no meio urbano.	Santa Catarina	Mobilidade
POEHLS, LENNART BERTRAM. **Energy Assessment in Early Architectural Design Stages - Framework and Validation Methodology for Architect-friendly Computational Energy Assessment**' 06/12/2017 252 f. Doutorado em ARQUITETURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura							
86	2017	LENNART BERTRAM POEHLS	Energy Assessment in Early Architectural Design Stages - Framework and Validation Methodology for Architect-friendly Computational Energy Assessment	Etapas iniciais do projeto arquitetônico; Avaliação Energética; Processo de design; Simulação Computacional	Edifícios são responsáveis por cerca de 40% da demanda global de energia. Para reduzir este consumo utilizando métodos de avaliação de energia (Energy Assessment – EA), as primeiras etapas de projeto arquitetônico (Early Architectural Design Stages – EADS) são especialmente adequadas para implementar medidas eficientes com a melhor relação custo-benefício. Para integrar a EA na EADS, dois desafios principais devem ser abordados simultaneamente: (a) a (não-)amigabilidade para arquitetos dos modelos computacionais e (b) a confiabilidade dos resultados. Para realizar ambos os objetivos, é apresentado neste trabalho um ambiente para o desenvolvimento de ferramentas de aferição de energia em EADS (Framework for Energy Assessment Tools in Early Architectural Design Stages –FORwArDS) e uma metodologia de validação, a validação relativa (Relative Validation – RV). FORwArDS possui três componentes: o modelo de entrada, o modelo de avaliação e o modelo de saída, mas o trabalho concentra-se na criação de um modelo de entrada simplificado (Simplified Input Model – SIM) através da redução de parâmetros, da criação de valores alternativos para os parâmetros escolhidos e, por fim, passos de simplificação matemática e geométrica. A estrutura aberta do ambiente permite uma ampla variedade de aplicações em pesquisa, prática e educação. 3 A metodologia de validação proposta baseia-se no conceito de que a contextualização dos resultados obtidos representa a mais importante contribuição para a orientação de projeto no EADS. Este trabalho confronta pares de resultados, representando a mudança de projetos arquitetônicos similares originados em dois modelos de entrada diferentes, visando avaliar a precisão de seus correspondentes. No estudo de caso, um SIM, proveniente de um modelo de projeto detalhado, é criado de acordo com as regras de simplificação descritas no FORwArDS. Os resultados são apresentados e analisados permitindo conclusões sobre as principais contribuições deste trabalho. O trabalho apresenta uma ferramenta útil para o desenvolvimento de metodologias de simplificação de modelos e EA para arquitetos durante EADS.	Rio Grande do Sul	Tecnologia
LIMA, MARINA LAGE DA GAMA. **VOZES DA GUANABARA - OS DEBATES URBANÍSTICOS PRESENTES NA REVISTA ARQUITETURA – IAB 1961 A 1968**' 25/10/2021 245 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
87	2021	MARINA LAGE DA GAMA LIMA	VOZES DA GUANABARA - OS DEBATES URBANÍSTICOS PRESENTES NA REVISTA	periódicos de arquitetura e urbanismo, IAB, anos 1960.	As revistas especializadas em arquitetura e urbanismo são um interessante campo para aplicação de metodologias de análise de textos, dado a grande quantidade de informações que acumulam e, nesse sentido, vão além de sua importância pelos testemunhos históricos que guardam. Nesta tese, experimentamos três diferentes métodos de leitura - estrutural, temática e por mineração de textos - da revista ARQUITETURA, periódico mensal e porta-voz do Instituto de	Rio de Janeiro	Literatura

			ARQUITETURA – IAB 1961 A 1968		Arquitetos do Brasil – IAB– durante a década de 1960, um período caracterizado pelos intensos questionamentos ao status quo da época. Concentrando-se nos textos sobre urbanismo e política urbana, esta pesquisa contribui para o aprofundamento teórico-metodológico sobre o pensamento dos arquitetos brasileiros modernos, uma classe profissional compromissada com a justiça social e com a função social da arquitetura.		
CANEDO, JULIANA SOARES GOMES. **DIREITO A OUTRACIDADE: OCUPAÇÕES E FAVELAS COMO TÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO**' 05/04/2017 186 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
88	2017	JULIANA SOARES GOMES CANEDO	DIREITO A OUTRACIDADE: OCUPAÇÕES E FAVELAS COMO TÁTICAS DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO	planejamento urbano; favelas e ocupações	Nesta tese de doutorado entendemos as favelas e ocupações como formas de resistência criativa ao processo de produção capitalista da moradia. Nosso objetivo é compreender de que forma estes espaços podem ser vistos como contexto e sujeito de uma construção coletiva de uma outra cidade, coexistente e ao mesmo tempo resistente ao modelo de cidade hegemônico. Nossa análise é feita a partir da ótica do arquiteto e urbanista e busca analisar de forma crítica como este profissional pode auxiliar nas lutas e na produção e transformação destes espaços. Buscamos o apoio no estudo empírico de uma favela carioca – Indiana – ameaçada de remoção, utilizando-a como eixo condutor da discussão. A partir deste caso e seus desdobramentos, travamos diálogos com teóricos e com outros casos, como por exemplo as ocupações de edifícios em Berlim, Alemanha, onde realizei o doutorado sanduíche em 2015. Seguindo os estudos de B.S. Santos (2007), Latour (2011 [1991]) e Morin (1990), entendemos o campo como local onde se produz e pratica o conhecimento, e onde as distorções das generalidades são reduzidas. Encaramos as ocupações e favelas também como espaços de experimentação para uma proposição alternativa do morar e do viver em sociedade. Para atuar nestes espaços alternativos, é necessário pensar num outro arquiteto e numa outra arquitetura, questionar nossas ferramentas e nossos saberes.	Rio de Janeiro	Espaço urbano
STEDILE, JANAINA ALMEIDA. **Arquitetura da segregação : desígnio e desenhos das cidades.**' 15/02/2019 247 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander							
89	2019	JANAINA ALMEIDA STEDILE	Arquitetura da segregação : desígnio e desenhos das cidades.	Segregação espacial urbana; público e privado; gentrificação; condomínios fechados	Este trabalho e fruto de estagio PDSE CAPES, junto à Universitá degli Studi di Ferrara. Arquitetura da segregação – Desígnio e desenho das cidades propõe-se a entender a dinâmica de formação e operação da segregação espacial urbana contemporânea por meio do estudo de seus aspectos materiais e simbólicos e de como estes são gerados e reproduzidos. Neste trabalho, a arquitetura é entendida como um sistema de relações entre objetos e vazios que estruturam um espaço, identificam um lugar e articulam um ethos comunitário. O percurso metodológico, que envolve léxico conceitual e análise espacial, revela que a cidade segregada opera a partir de três conjuntos de binômios conceituais, onde um sempre atua em relação ao outro: público e privado, incluídos e excluídos e aberto e fechado. No primeiro capítulo, a partir do estudo da cidade de Roma pré-cristã e, depois, do modelo	São Paulo	Espaço urbano

					italiano denominado città pubblica, para construção de novas partes das cidades no século XX, expõem-se conceitos em suas formas materiais positivas, isto é, os espaços e as relações espaciais que reforçam a agregação. No segundo capítulo, mostra-se quais são as forças sociais, políticas e econômicas que formam o espaço da cidade segregada, tal como se apresenta contemporâneamente, quando e por que atuam, quais são seus impactos e suas relações com os binômios operativos. Aponta-se que a segregação espacial nasce com a cidade moderna europeia do século XIX que, ao mesmo tempo em que se industrializa, forma a primeira idade da periferia. Embora haja rearranjos, a periferia persiste na estrutura da cidade como elemento constituinte de sua construção. A partir dos anos 2000, o isolamento e a separação dão-se por meio da fragmentação da vida pública e do consumo individualista, e se expressa através da gentrificação de tecidos históricos e bairros operários próximos ao centro, de enclaves dos mais diversos tipos e do que se poderia chamar de espetacularização das cidades. A pesquisa demonstra que a segregação espacial faz parte do modelo de formação das cidades ocidentais, em especial, daquelas que articulam suas dinâmicas territoriais em uma rede globalizada de relações econômicas.		
ARAUJO, FLAVIO FARIA DE. **DEZ ANOS DA OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA: DESTRUIÇÃO CRIATIVA E RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.**' 23/05/2019 210 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU							
90	2019	FLAVIO FARIA DE ARAUJO	DEZ ANOS DA OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA: DESTRUIÇÃO CRIATIVA E RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO.	Porto Maravilha; Destruição Criativa, Território, Desterritorialização e Reterritorialização.	Em dez anos de desenvolvimento, a Operação Urbana Porto Maravilha já tem um acervo de análises acadêmicas acerca dos efeitos urbanos dos projetos que estão sendo colocados em prática. Idealizada mediante uma grande parceria entre as três esferas de governo e algumas grandes empresas, a operação está inspirada numa matriz de pensamento econômico que busca situar a cidade em uma relação mundial de fluxos de informações e finanças, materializada em um grande projeto urbano. O objeto central desta tese é a investigação das transformações do espaço social - material e simbólico - no qual o projeto "Porto Maravilha" está inserido. Foram utilizados conceitos norteadores como: destruição criativa (HARVEY, 2004) e território, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004) que constituíram uma lente de análise das transformações e relações territoriais imbricadas nesta operação. O trabalho apresenta o Elevado da Perimetral como um "marco zero" da legitimação do discurso de devolução do waterfront para a população. A pesquisa fundamenta-se nas ações materiais e simbólicas que são relativas ao recorte espacial deste trabalho. Nesse sentido, um histórico da região portuária, as primeiras realizações da OUCPM, o período de crises (2013-2019) e as mudanças políticas, econômicas e sociais destes últimos dez anos são analisados juntamente com o desenvolvimento das obras e dos equipamentos culturais que são construídos no período pré e no pós-Olímpico Rio 2016. É importante destacar que a partir dos processos de desterritorialização e reterritorialização foi produzida uma ressignificação do território portuário carioca. O "branqueamento cultural do território" e	Rio de Janeiro	Território

					as "disputas de lugar" (SANTOS, R. E. et al., 2018) são evidenciados, uma vez que a cultura de matriz africana, que foi colaboradora na formação da memória e identidade locais, tem sido minimizada ou apagada. As ações de desestigmatização e imposição de novas matrizes culturais enfatizam as mudanças que os agentes produtores desta OUC desejam no desenvolvimento de novas frentes para o capital: uma cultura pasteurizada, despolitizada e voltada ao consumo e aos turistas. Por fim, com base em pesquisa cartográfica, reportagens jornalísticas e fotos de trabalhos de campo são discutidas as mudanças territoriais do período recente. O percurso trilhado para este trabalho permitiu responder ao problema de pesquisa centrado na relação entre as transformações materiais e simbólicas na produção do espaço, no qual a Operação Urbana Porto Maravilha emerge como caso emblemático.		
BENEDICTO, DANIELLE BARROS DE MOURA. **A METÁFORA DA GUERRA NA VIDA COTIDIANA E SUA APROPRIAÇÃO PELA SAÚDE PÚBLICA. O CASO DE NOVA IGUAÇU**' 27/05/2019 177 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU							
91	2019	DANIELLE BARROS DE MOURA BENEDICTO	A METÁFORA DA GUERRA NA VIDA COTIDIANA E SUA APROPRIAÇÃO PELA SAÚDE PÚBLICA. O CASO DE NOVA IGUAÇU	Violência Urbana; militarização do espaço e Arquitetura hospitalar.	A tese parte da análise do uso e da apropriação da "metáfora da guerra" pela saúde pública considerando o crescimento da violência. Com a violência inserida como um problema de saúde pública, procuramos investigar se a presença ostensiva de militares no espaço urbano e as narrativas de crime não teriam contribuído para o aumento da sensação de medo e insegurança tendo em vista a possibilidade de conflito e a caracterização de um "outro" que devemos temer. Neste contexto, os reflexos da violência e do medo no sistema de saúde serão analisados mediante a observação da dinâmica organizacional e física dos serviços de emergência, assim como nas representações e práticas dos seus agentes. Os serviços de emergência foram escolhidos porque neles a violência adquire visibilidade, misturando-se ao processo de trabalho da assistência e às distintas interações entre profissionais da saúde e os usuários dos serviços. O objetivo central foi o de compreender o significado e as várias faces que a violência adquire nas múltiplas redes que se constituem e se reconfiguram no cotidiano do atendimento médico na emergência de um Hospital Público, no caso, o Hospital Geral de Nova Iguaçu. Pode-se reconhecer no andamento do trabalho que a violência nos serviços de emergência assume múltiplas formas, como: (1) das péssimas condições de atendimento oferecidas à população; (2) de um modelo de atendimento que despersonaliza e ignora o usuário; (3) de um processo de trabalho que impõe sofrimento aos seus trabalhadores com baixa remuneração, falta de estrutura, materiais e muitas vezes com uma carga de trabalho intensa; (4) de uma demanda de atendimento que, pela gravidade das lesões, vai significar tanto um desafio técnico, mas também uma possibilidade de aprendizado aos que realizam o atendimento; (5) de uma forma de interação entre profissionais, pacientes e familiares, podendo resultar em conflitos diante das situações que o modelo de assistência médica impõe; (6) de reprodução de preconceitos e estigmas sociais que servirão, muitas	Rio de Janeiro	Saúde

					vezes, de critérios seletivos para a qualidade da assistência médica dispensada; Buscamos nas considerações finais rever os limites de nosso estudo e propor novas indagações.		
PORANGABA, ALEXSANDRO TENORIO. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)**' 27/09/2019 325 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
92	2019	ALEXSANDRO TENORIO PORANGABA	O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)	Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Brasil);Habitação de Interesse Social; Currículo.	As questões relacionadas ao problema habitacional e ao ensino de arquitetura e urbanismo têm sido pauta corrente de debate entre os profissionais da área desde os primeiros congressos realizados no Brasil a partir de 1930. Nesses eventos, os congressistas evidenciaram a importância de um maior envolvimento dos arquitetos e urbanistas com a produção habitacional direcionada à população de baixa renda e, contraditoriamente, transpareceram o desejo da manutenção de um ensino essencialmente artístico, voltado para a valorização das obras de grandes composições de arquitetura. Essa visão tem sido objeto de denúncia e contestações ao longo dos anos no meio acadêmico. As controvérsias situam-se por um lado, na argumentação de que o ensino de arquitetura e urbanismo, ainda montado em moldes arcaicos, não tem priorizado o tema da Habitação de Interesse Social (HIS) na formação profissional dos arquitetos e urbanistas. Por outro, na tese de que o perfil generalista dos cursos de arquitetura e urbanismo não comporta a explicitação de temas específicos como essencial, sobretudo nas disciplinas de projeto de arquitetura. Toda essa problematização encontra seu lugar de origem nos currículos oficiais nacionais dos cursos de arquitetura e urbanismo, que têm legitimado discursos consensuais e práticas hegemônicas da área. Assim sendo, o objetivo geral desta tese é investigar como o tema da HIS foi abordado nos currículos oficiais nacionais dos cursos de arquitetura e urbanismo, instituídos entre os anos de 1962 até 2010. Para tanto, desenvolveu-se uma análise documental, de cunho qualitativo, fundamentada na perspectiva crítica de currículo, mais precisamente, a partir da análise relacional, que considerou o contexto histórico, político, econômico e social do país entre os anos de 1930 a 2018 a partir de três eixos: 1) a produção habitacional direcionada para a população de baixa renda; 2) os eventos profissionais e acadêmicos sobre o problema habitacional e o ensino de arquitetura e urbanismo; 3) o ensino de arquitetura e urbanismo. A pesquisa demonstrou que o processo de constituição dos currículos oficiais nacionais dos cursos de arquitetura e urbanismo foi hegemonicamente firmado em práticas tradicionais de currículo as quais reproduzem uma cultura de seleção de conhecimentos que tendem a despolitizar e transformar em problemas supostamente neutros, e não prioritários, as questões relacionadas à Habitação de Interesse Social. Em decorrência disso, essas questões acabaram sendo alocadas prioritariamente nas atividades de pesquisa e extensão, enquanto que no ensino de arquitetura e urbanismo ocuparam uma lugar secundário ou ainda menor, sobretudo nos cursos ofertados por Universidades	Bahia	Ensino

					Federais, cuja maioria não legitima o tema da HIS em atividades obrigatórias. Dos 32 cursos federais analisados, apenas 7 estabelecem um compromisso explícito com o problema da HIS, inserindo-o como conhecimento prioritário e obrigatório, sobretudo em atividades relacionadas com o projeto de arquitetura.		
TOFFANO, ANA LUIZA MECA DE SOUZA. **Política e gestão de resíduos sólidos urbanos: Desafios e possibilidades estudo de caso de Niterói, RJ**' 16/03/2021 267 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: undefined							
93	2021	ANA LUIZA MECA DE SOUZA TOFFANO	Política e gestão de resíduos sólidos urbanos: Desafios e possibilidades estudo de caso de Niterói, RJ	gestão de resíduos sólidos urbanos; legislação; coleta seletiva; reutilização e reciclagem; arquitetura e urbanismo.	Há uma estreita relação entre o processo de urbanização da sociedade urbana capitalista e os resíduos sólidos, na qual a cultura do descartável, baseada no consumismo exacerbado, influencia a produção de resíduos. Por outro lado apesar dos avanços e modernização no trato dos resíduos sólidos, uma quantidade significativa de produtos descartados ainda é depositada a céu aberto, sem tratamento adequado. Quanto às tecnologias disponíveis, sabe-se que o tratamento de resíduos sólidos tem o objetivo reduzir a quantidade ou o potencial poluidor destes, impedindo o descarte em local inadequado e transformando-os em material inerte ou biologicamente estável, não havendo tecnologias melhores ou piores, mas sim mais adequadas, respeitando os aspectos sociais, ambientais e econômicos onde será implantada. A separação prévia dos resíduos, com base em coleta diferenciada, é indispensável para se se chegar a resultados efetivos, seja qual tipo de tratamento a ser utilizado, aliado a um modelo de gestão e arranjo institucional apoiados em políticas públicas e com um grande envolvimento da sociedade. Nesse sentido, é indiscutível a importância das instituições, em especial o Estado, na busca de um modelo de gestão que envolva toda a sociedade. Este trabalho pretende verificar a efetividade das atuais políticas e instrumentos disponíveis para a gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil, com especial foco na cidade de Niterói. Assim sendo, faz um estudo comparativo dos procedimentos que têm sido utilizados na gestão de RSU na cidade de Niterói, Região metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil), e na cidade de Antuérpia, região de Flandres (Bélgica) e, por intermédio de tal iniciativa, verificar a possibilidade de incorporação de modelos exitosos vinculados à temática e sua aplicabilidade na cidade de Niterói. A Europa é considerada líder em gestão de resíduos sólidos. A Antuérpia, objeto de estudo, detém uma das maiores taxas de reciclagem. Iniciativas interessantes foram adotadas para se alcançar bons índices. No Brasil, por outro lado, em se tratando de reutilização e reciclagem, os índices, na maioria dos municípios brasileiros não chegam a 2%. Niterói atua apenas na coleta de resíduos e posterior descarte em aterro, não priorizando a não geração/ minimização e tratamento dos resíduos. Nesse sentido, as lições apreendidas de Antuérpia mostram a importância em investir em uma coleta seletiva compulsória e com maior separação na fonte geradora, em correlação às políticas de educação ambiental, a cobrança	Rio de Janeiro	Meio ambiente

					específica pelos serviços prestados, além de fiscalização e aplicação do aparato legal existente.		
RACCA, GUSTAVO BADOLATI. **A CIDADE VISTA PELO DOCUMENTÁRIO: A produção de representações coletivas sobre o espaço urbano em documentários fílmicos**' 14/05/2018 175 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
94	2018	GUSTAVO BADOLATI RACCA	A CIDADE VISTA PELO DOCUMENTÁRIO: A produção de representações coletivas sobre o espaço urbano em documentários fílmicos	Representações de cidade; cinema; documentários colaborativos; corpo e cidade.	As representações visuais das cidades revelam, desde a origem do cinema, o interesse dos cineastas em estabelecer uma relação com o espaço urbano e instigam, frequentemente, muitos estudos acadêmico-científicos sobre essa prática cultural e artística. Ressalte-se, porém, que o filme documentário tem se firmado como um veículo da cinematografia que busca, através da captura de imagens, projetar para o espectador vários acontecimentos da realidade urbana. Neste sentido, as reflexões constantes desta pesquisa partem da compreensão desse gênero fílmico, comprometido com a indexação da realidade, e a maneira como desenvolve diferentes maneiras de representar o espaço urbano. Os documentários fílmicos, por sua vez, estão fundamentados na construção de "vozes" que definem as escolhas dos cineastas quanto aos eventos urbanos que pretendem narrar. No que diz respeito à cidade e sua representação nesse tipo de documento fílmico, as narrativas são, em geral, delineadas por "vozes" reguladas por questões de ordem técnica, simbólica e social. Para compreender essas escolhas, a pesquisa fundamenta-se teoricamente na investigação do conceito de "aparelho" cunhado pelo filósofo Vilém Flusser e as relações que estabelece com o "funcionário" que o manuseia para registrar a cidade. O manuseio do aparelho, no entanto, pressupõe o estabelecimento de uma postura corporal dos funcionários diante dos aspectos urbanos à sua frente. Por outro lado, a abordagem histórica da cidade por meio da leitura de suas relações com o corpo humano, descritas por Richard Sennet, impõe reflexões acerca das novas posturas corporais cada vez mais intermediadas por aparelhos neste novo século. Assim, investigar a representação que os documentaristas fazem do espaço urbano possibilita a leitura do comportamento dos corpos urbanos diante das câmeras e, em especial, como o corpo que filma se movimenta para representar a cidade. No século XXI, os corpos humanos na cidade se relacionam com o espaço urbano de maneira progressivamente aparelhada e, portanto, as representações fílmicas demandam novas estratégias que impulsionam, a cada dia, o aperfeiçoamento do aparelho cinematográfico. Sob essa perspectiva, observa-se no mundo contemporâneo um fato novo: a realização de documentários fílmicos sob a forma colaborativa. Documentários dessa natureza têm possibilitado refletir sobre as diferentes maneiras com que os indivíduos - cineastas e espectadores - (re) significam o espaço urbano. Entre tantos filmes documentários, três são bastante emblemáticos nesta investigação, por se tratarem de representações da cidade pautadas em distintas relações - entre o aparelho que filma, o corpo que o opera e o espaço urbano que representa. Berlim, Sinfonia da Metrópole, Detropia e St. Henri, the 26th of August são documentários que estabelecem	Rio de Janeiro	Espaço urbano

					recortes temporais e sócio-espaciais particulares, uma vez que possibilitam perceber diferentes maneiras de estar, experimentar e representar a cidade moderna e a cidade contemporânea.		
ASSUMPCAO, RODRIGO VITORINO. **CANTO, VAZIO E MEMÓRIA: ONTOLOGIA E TERRITÓRIO**' 05/12/2017 157 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
95	2017	RODRIGO VITORINO ASSUMPCAO	CANTO, VAZIO E MEMÓRIA: ONTOLOGIA E TERRITÓRIO	História Urbana; Fenomenologia; Hermenêutica; Ontologia e Território; Canto Vazio e Memória	O presente trabalho parte do questionamento apresentado por Bernard Lepellt sobre Hermenêutica Urbana, e visa investigar essas questões por meio das narrativas produzidas sobre a cidade de São Paulo. Para tanto, apresentamos quatro narrativas que sistematizam uma leitura poética do espaço urbano: a narrativa do historiador da cidade, do cronista histórico, do literato e da cartografia antiga. Ao aproximarmos duas ciências, a princípio distintas -- História Urbana e a Filosofia Fenomenológica -- refletimos sobre uma Leitura Histórica Fenomenológica do espaço urbano. Os aspectos da materialidade urbana e sua conjunção com as Figuras do Canto, do Vazio e da Memória, inserem essa discussão em uma reflexão Teórica e Crítica sobre a cidade, no qual avaliamos as relações ontológicas do ser humano e do território, a fim de sistematizar uma Hermenêutica Poética do Espaço Urbano. Termos de indexação: História Urbana, Fenomenologia, Hermenêutica, Ontologia e Território, Canto Vazio e Memória.	São Paulo	Espaço urbano
CALABRESE, FEDERICO. **UMA FRONTEIRA SUTIL: ENTRE O PROJETO DO NOVO E A CONSERVAÇÃO DO EXISTENTE - BRASIL E ITÁLIA NO SÉCULO XXI**' 04/09/2018 422 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
96	2018	FEDERICO CALABRESE	UMA FRONTEIRA SUTIL: ENTRE O PROJETO DO NOVO E A CONSERVAÇÃO DO EXISTENTE - BRASIL E ITÁLIA NO SÉCULO XXI	Arquitetura; Conservaçao e Restauraçao; Brasil; Itália	A pesquisa investiga a relação entre duas culturas aparentemente diferentes: a da conservação do existente e a do projeto do novo. Realiza-se uma primeira aproximação inteiramente dentro do âmbito da restauração e conservação, através do pensamento dos principais teóricos atuais destes campos disciplinares. O trabalho examina as questões teóricas que esse dualismo traz, que podem ser consideradas como palavras-chave - tradição, continuidade, história - e que se condensam na prática projetual através do modus operandi do construir no construído. Isso é feito a partir da experiência projetual e da especulação teórica de três mestres do século passado, que representam, em primeiro lugar, as duas áreas geográficas da pesquisa -- o Brasil e a Itália - com três protagonistas: Lucio Costa para o Brasil, Ernesto Nathan Rogers para a Itália e Lina Bo Bardi como ponte entre os dois países. Isso traz algumas questões cruciais na nossa pesquisa: a relação entre a teoria e a prática projetual; como, e se, em uma sociedade altamente fragmentada e instável como a nossa, ainda faz sentido falar sobre teoria no campo disciplinar da arquitetura, que para nós também inclui o campo da restauração e conservação. Finalmente, através da análise de projetos que intervêm no construir no construído nas duas áreas geográficas da pesquisa (Brasil e Itália), tentamos entender se e como as novas gerações de arquitetos conseguem	Bahia	Patrimônio

					resolver esta relação delicada entre duas culturas que durante muito tempo foram consideradas antitéticas e que, para alguns estudiosos, ainda são. São projetos deste século e de arquitetos que não têm formação específica nas áreas da restauração e conservação, mas atuam de forma cuidadosa, com sensibilidade e com rigor ao se aproximar do texto histórico, mas sem cair na armadilha da imitação e sempre afirmando, com o projeto, um ato de cultura contemporânea. Ao longo do texto essas tramas descritas vão entrelaçando-se de forma não linear, criando conexões inesperadas que dão vida a uma história genealógica capaz de ser lida a partir do final ou desde o meio da narrativa, as tramas tecidas que compõem esta história, pode ser comparada a um emaranhado sem fim nem começo.		
CRESTON, HELENA TULER. **Patrimoniologia: lusco-fusco entre identidade tática e diferença em devir**' 30/10/2020 439 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: FAUFBA							
97	2020	HELENA TULER CRESTON	Patrimoniologia: lusco-fusco entre identidade tática e diferença em devir	patrimônio cultural; pensamento rizomático; identidade; território; resistência.	A pesquisa propõe um olhar sobre o patrimônio cultural por meio do modo de pensar rizomático, tensionando o conceito identidade nesse campo e no que se relaciona a disputas territoriais no Brasil. O termo "patrimoniologia", portanto, se refere a essa outra lógica (logia) de pensar o patrimônio cultural, pela aplicação dos princípios do rizoma, elaborados por Deleuze e Guattari. Esses princípios também guiaram a estrutura da tese, configurando-a como um mapa conectável, com várias entradas e saídas de pensamentos: embasamentos teóricos sobre territorialidade, raça e etnicidade; bases conceituais também da antropologia, em especial a chamada "antropologia do político"; aportes decolonias; apontamentos sobre os conceitos de memória, narração e história; uso de montagens como forma de pensar e conectar, entre outros fluxos. Tais atravessamentos teóricos compuseram este "rizoma de afetos", a partir de três eventos disparadores: o tombamento do Terreiro Casa Branca, em Salvador/BA, ocorrido nos anos 1980; a desapropriação territorial a favor do Quilombo da Caçandoca, em Ubatuba/SP, em 2006; e o anúncio de resistência até a morte, feito pelos Guarani-Kaiowá, em 2012, contra o despejo que se pretendia executar em seus territórios no Mato Grosso do Sul. Como vínculo entre esses acontecimentos, está a relação identidade-território, explicita na Constituição brasileira de 1988, que discorre sobre os "grupos formadores da Nação" e seus direitos territoriais inerentes a esta condição. Assim, a pesquisa trata de territorialidades negras e indígenas, destacando o valor político da identidade: identidades assumidas na luta por territórios. Nesse sentido, ao problematizar a controversa noção de identidade, pelo pensamento da multiplicidade (o pensamento rizomático), a tese vê a diferença como um devir, na perspectiva da micropolítica de subjetivações. Todavia, valida a identidade como tática de resistência (ou existência) na macropolítica coexistente. Além disso, coloca em evidência as questões e os agenciamentos trazidos, enfatizando a potência da criação ao deixar pontas soltas que possam se conectar a outras subjetividades. Faz,	Bahia	Patrimônio

					então, um convite a outras montagens e mapas. "É preciso resistir, criando!"		
AYOUB, THAMINE DE ALMEIDA AYOUB. **Programas habitacionais e a gestão dos ilegalismos: regularização fundiária e remoções em Londrina-PR**' 16/12/2019 290 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Biblioteca do IAU/USP							
98	2019	THAMINE DE ALMEIDA AYOUB AYOUB	Programas habitacionais e a gestão dos ilegalismos: regularização fundiária e remoções em Londrina-PR	Programas habitacionais; Gestão dos ilegalismos; Lei Federal nº11.977/2009;Regularização fundiária; Remoções; Cartório de Registro de Imóveis; Companhia de Habitação de Londrina.	Esta tese trata da política habitacional de Londrina-PR, entendida aqui como a concepção e execução de programas e demais formas de atendimento da demanda habitacional realizada pela Cohab-LD, desde sua criação. A pesquisa teve início com a investigação sobre o andamento da política habitacional municipal após a regulamentação dos programas habitacionais instituídos pela Lei Federal nº 11.977/2009: o Programa Minha Casa Minha Vida -- PMCMV -- e o Programa de Regularização Fundiária. Como centro da análise estava o programa de regularização fundiária de interesse social executado na gestão municipal 2013-2016. Dado o histórico de remoções de favelas, construção de conjuntos habitacionais extensos e periféricos, e os obstáculos para demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social, a criação desse programa parecia apontar novos caminhos para a política habitacional de Londrina. Sendo assim, realizei uma incursão de caráter etnográfico no Setor de Regularização Fundiária da Companhia de Habitação de Londrina -- Cohab-LD -- para investigar o programa de perto e de dentro. A tese se estrutura a partir da primeira constatação da pesquisa: a regularização fundiária não aparece como uma alternativa às remoções decorrentes dos programas habitacionais, mas está articulada a um modo de operar que tem o desfavelamento como uma verdade instituída na política habitacional. As numerosas remoções que ocorreram no mesmo período associadas à implantação do PMCMV, demandaram uma pesquisa documental para levantar dados quantitativos e analisar os discursos que legitimam essas práticas. Um dos desdobramentos da pesquisa consiste na identificação dos Cartórios de Registro de Imóveis como agente central do Programa de Regularização Fundiária e na dimensão neoliberal incorporada nos procedimentos de legalização que tem ofuscado a luta política historicamente associada a este instrumento. Assim, a proposta desta análise está baseada na ideia Foucaultiana de que os ilegalismos urbanos não são combatidos, mas são geridos pelo estado por meio de complexos mecanismos que visam garantir o controle sobre os conflitos em torno da ocupação e apropriação do espaço urbano. Dessa forma, proponho um outro olhar para a política habitacional, inserindo-a em uma dinâmica do governo dos corpos e da população, construindo a tese de que os programas habitacionais, articulados às verdades construídas no campo habitacional por meio de discursos e leis, constituem um dispositivo que permite à Cohab-LD gerir diferencialmente os ilegalismos urbanos pautada na lógica rentista da propriedade privada da terra.	São Paulo	Legislação/ Políticas públicas

RAPPL, KATRIN. **Avaliações ex ante e a qualidade do habitar no Brasil do século 21: uma possibilidade crítica**' 07/06/2019 388 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
99	2019	KATRIN RAPPL	Avaliações ex ante e a qualidade do habitar no Brasil do século 21: uma possibilidade crítica	Habitação de interesse social; Método de análise; Método de avaliação	Nos últimos anos, no Brasil, programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foram responsáveis por grandes investimentos públicos no setor da construção, os quais possibilitaram amplas mudanças no espaço urbano. A construção de moradias com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no País foi uma das metas destes programas. Entretanto, nota-se que a qualidade dos projetos e sua relação com a cidade foram deixadas a um plano secundário, fato que agrava os problemas sociais e territoriais, gerando preocupação do ponto de vista acadêmico. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo compreender a evolução histórica do processo de avaliação crítica dos projetos de HIS (Habitação de Interesse Social), principalmente a partir da década de 1960, quando as alternativas ao Movimento Moderno difundiram-se por todo o mundo. A hipótese colocada por este trabalho é que, atualmente, os instrumentos existentes para avaliar os projetos de HIS no Brasil são insuficientes para sua aplicação na escala exigida pelos grandes programas nacionais, como o PMCMV. Nesse sentido, a pesquisa evidencia, em cenário nacional, a necessidade do estabelecimento de diretrizes metodológicas desde o ponto de vista da relação entre arquitetura e cidade, fundamentais para o aprimoramento da qualidade dos projetos e para que o desejado avanço no campo habitacional seja igualmente percebido em nossas cidades.	São Paulo	Legislação/ Políticas Públicas
FUENTES, MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA. **OS PRIMEIROS MESTRANDOS DA FAU-UnB: de um passado que não se construiu**' 08/05/2017 1790 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
100	2017	MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES	OS PRIMEIROS MESTRANDOS DA FAU-UnB: de um passado que não se construiu	Universidade de Brasília; arquitetura moderna, ensino	Esta tese resgata parte da história do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília no início dos anos 1960. Os trabalhos aqui apresentados fazem parte de um conjunto de dissertações apresentadas ao curso no período de 1964-65. A leitura atenta destes trabalhos permite identificar as visões da arquitetura proposta pelo curso, bem como as discussões pertinentes à época. O trabalho se concentra nos diversos temas propostos pelas dissertações, ora dialogando com os documentos, ora dialogando com as personagens em depoimentos e entrevistas. Trata-se de uma narrativa histórica que aborda as discussões desde a proposta de criação da UnB, em meados dos anos 1950, até a demissão coletiva por parte de docentes e instrutores - os mestrandos. A investigação insere nesta narrativa os arquitetos como personagens atuantes do contexto.	Distrito Federal	Ensino
BITTENCOURT, SAMANTHA NAHON. **Data Venia -- Por uma Outra Arquitetura para a Justiça Brasileira**' 06/04/2018 209 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
101	2018	SAMANTHA NAHON BITTENCOURT	Data Venia -- Por uma Outra Arquitetura para a Justiça Brasileira	arquitetura judiciária; sintaxe espacial, tribunal, vara da infância e juventude, espaços judiciais, acesso à justiça,	Esta tese procura contribuir nos campos da arquitetura e da ciência jurídica: relaciona espaços físicos da justiça brasileira com a avaliação que deles fazem os usuários. Aborda a importância dos espaços da justiça como espaços cívicos, aponta a distinção entre seus diversos usuários, dá visibilidade ao tema cidadania no Brasil, explicita modelos arquitetônicos de tribunais ao longo da história e sua situação atual, e apresenta uma avaliação pós ocupação dos espaços da justiça. Dentre os aportes teóricos utilizados, a Teoria da Sintaxe Espacial sobressai na análise dos espaços estudados. Ao trazer a arquitetura à tona, estimula-se o debate acadêmico sobre as relações espaço x sociedade. Revelam-se similaridades entre os diversos edifícios da amostra, a caracterizarem um "genótipo judicial", e destacam-se as críticas e as preferências explicitadas na fala dos usuários.	Distrito Federal	Edifício
BAIARDI, YARA CRISTINA LABRONICI. **NÓ DE TRANSPORTE E LUGAR: Dilemas, Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento de um Hub Urbano de Mobilidade**' 08/05/2018 1153 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander							
102	2018	YARA CRISTINA LABRONICI BAIARDI	NÓ DE TRANSPORTE E LUGAR: Dilemas, Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento de um Hub Urbano de Mobilidade	Hub Urbano de Mobilidade; Nó de transporte e lugar; Dilemas espaciais; Estação de metrô	Esta tese investiga os dilemas espaciais entre um Nó de Transporte e Lugar na cidade de São Paulo a partir dos estudos de caso das estações Pinheiros, Faria Lima e Corinthians-Itaquera. Parte-se do pressuposto que as estações da rede de alta capacidade (metrô e/ou ferrovia), são ao mesmo tempo um NÓ DE TRANSPORTE, em função das conexões entre duas ou mais linhas de um mesmo sistema, e um LUGAR, articulando fluxos, atividades, pessoas e a dinâmica urbana em seu entorno. Neste sentido, a área de uma estação pode ser base de tensões espaciais, mas também ser considerada como um ponto estratégico para estruturação urbana e transformação espacial de um território, como um Hub Urbano de Mobilidade (HUM). Desse modo, o HUM é entendido como o "entre-lugar" que interconecta simultaneamente diversas escalas urbanas e modos de transporte sem ambivalências espaciais; concentra e irradia múltiplas atividades e funções urbanas bem como articula diversos agentes, públicos e privados estimulando uma alta intensificação urbana. A hipótese da pesquisa é que algumas estações do sistema de transporte metroferroviário de São Paulo, apesar de serem estratégicas para a cidade, não superaram os dilemas espaciais entre NÓ e LUGAR devido à lacuna de instrumentos urbanísticos que articulem as diversas escalas urbanas. Como resultado, reforçam os dilemas espaciais como também perdem a oportunidade de se transformarem num HUM condizentes com os novos fluxos impostos pelas dinâmicas urbanas atuais. As categorias consideradas essenciais para a compreensão dos preceitos que norteiam a pesquisa, NÓ -- LUGAR- INSTRUMENTOS URBANOS, são discutidas nas relações que se estabelecem entre elas, especialmente quando articuladas no âmbito das três escalas urbanas: Macro, Intermediária e Local. Na primeira parte da tese então é construída um método de análise espacial nas áreas das estações bem como da definição do conceito HUM. A segunda demostra dois projetos referências na Europa: a estação de Stratford -- (Londres) e a estação Central de Utrecht (Países Baixos). A análise destes projetos busca validar as categorias definidas na parte anterior, e identificar estratégias para o desenvolvimento um HUM. Na última parte, avalia-se os dilemas espaciais nos estudos de caso buscando testar a hipótese proposta. Os resultados evidenciam por um lado os dilemas e desafios espaciais entre NÓ-LUGAR-INSTRUMENTOS URBANOS. Por outro, relaciona-se um conjunto de diretrizes projetuais voltadas para potencializar as áreas das estações como um HUM. Trata-se de uma tese realizada em regime de cotutela e dupla titulação com a Liebiniz Universität Hannover. O trabalho é bilingue (português e ingles).	São Paulo	Mobilidade
BERNARDI, JULIANA CARIONI DI. **"Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira: Os Grandes Empreendimentos Imobiliários em Florianópolis**' 10/11/2021 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: undefined							
103	2021	JULIANA CARIONI DI BERNARDI	"Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira: Os Grandes Empreendimentos Imobiliários em Florianópolis			Santa Catarina	
PEREZ, ANA LUISA DANTAS COUTINHO. **"Desenho de um comportamento profissional: O Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil"**' 10/05/2018 434 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
104	2018	ANA LUISA DANTAS COUTINHO PEREZ	"Desenho de um comportamento profissional: O Código de Ética e Disciplina do Arquiteto e Urbanista no Brasil"	Arquiteto e Urbanista; Ética; Código de Ética e Disciplina; Profissão; Profissão do Arquiteto e Urbanista; História da Profissão; História da Profissão do Arquiteto e Urbanista.	Com o estabelecimento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), no final de 2011, a categoria profissional dos Arquitetos e Urbanistas conquistou a formação de seu órgão regulador, voltado somente a esse profissional. Diante de tal fato, a necessidade de formulação e implantação de um novo Código de Ética e Disciplina para a profissão, junto com seus procedimentos disciplinares tornou-se evidente. Com isso, a tese buscou, primeiramente, acompanhar e registrar o processo de elaboração do Código, ressaltando a metodologia utilizada e destacando as principais discussões que envolveram a consolidação do texto final do primeiro Código de Ética e Disciplina voltado somente aos profissionais de arquitetura e urbanismo no Brasil. Assim, a pesquisa possibilitou o levantamento das principais discussões voltadas à estrutura do texto do Código, como também, as discussões que envolveram os conflitos predominantes que ocorriam na prática profissional do arquiteto e urbanista naquele momento. Em seguida a tese se concentrou na demonstração do levantamento e classificação das decisões publicadas pelos CAU/UF da Região Sudeste referente às sanções aplicadas às infrações ocorridas às regras do Código a partir de sua implementação no início de 2014 até o final de 2017, procurando destacar as regras que se apresentarem recorrentes. Ainda, com a intenção de fornecer uma descrição do processo histórico do desenvolvimento da profissão do arquiteto e urbanista no Brasil, enfocado na evolução de seu comportamento profissional baseado nos códigos de conduta estabelecidos pelos órgãos reguladores, seguiu-se a elaboração de um estudo comparativo dos resultados alcançados no decorrer das investigações colocadas acima, com os resultados obtidos	São Paulo	Atuação Profissional

					em pesquisa anterior, no período em que a classe profissional se encontrava sob vigência do então Código de Ética do Sistema CONFEA/CREA.		
BRASILEIRO, TAMARIS DA COSTA. **Mapa de ruído como ferramenta para o planejamento territorial a partir da análise da população exposta: estudo de caso na área de influência da Rodovia Transamazônica (BR-230) na região metropolitana de João Pessoa/PB**' 22/09/2021 221 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Zila Mamede / UFRN							
105	2021	TAMARIS DA COSTA BRASILEIRO	Mapa de ruído como ferramenta para o planejamento territorial a partir da análise da população exposta: estudo de caso na área de influência da Rodovia Transamazônica (BR-230) na região metropolitana de João Pessoa/PB	poluição sonora; ruído de tráfego; ruído rodoviário; mapa de ruído; planejamento territorial; Rodovia Transamazônica;BR-230.	A ausência de um planejamento urbano adequado nas cidades tem contribuído para o agravamento da poluição sonora, estando ela em segundo lugar no ranking das poluições que causam maior impacto à população. Uma das ferramentas mais importantes para a avaliação e gestão do ruído ambiental é o mapeamento do ruído, visto que este serve de apoio a tomadas de decisões sobre o planejamento e ordenamento do território. No contexto da expansão urbana no Brasil, foi inaugurada, no ano de 1972, a terceira maior rodovia do país, a Rodovia Transamazônica BR-230. Em decorrência desta construção, houve transformações nas áreas urbanas, de modo especial, na Região Metropolitana de João Pessoa, situada no estado da Paraíba. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a exposição da população ao ruído de tráfego veicular e avaliar critérios de planejamento urbano para mitigar essa exposição, tendo como estudo de caso a área de influência da Rodovia Transamazônica BR-230, na região metropolitana de João Pessoa-PB. A pesquisa utilizou o método de abordagem quantitativo, por meio da prospecção de dados (modelagem, simulações e análise estatística), seguidos da leitura e interpretação do cruzamento das informações coletadas em campo com os resultados obtidos nas simulações computacionais. Após avaliar o ruído de tráfego presente no universo de estudo realizaram-se intervenções para mitigar o ruído em excesso identificado. Os cenários hipotéticos apresentaram resultados satisfatórios quando os elementos utilizados foram barreiras acústicas e/ou taludes. A combinação desses elementos com o uso do pavimento poroso no recobrimento do solo foi a que apresentou melhores resultados em todos os recortes. A redução de 10 km/h na velocidade média dos veículos não teve influência significativa na atenuação do ruído emitido pela BR230. Apesar do uso de elementos atenuadores do ruído, as pessoas expostas a níveis de pressão sonora superiores aos limites recomendados pela norma continuaram presentes nos recortes. Os resultados encontrados na pesquisa instigam revisões nas normas e leis federais, estaduais e municipais e contribuem para reflexões sobre o planejamento urbano.	Rio Grande do Norte	Conforto Ambiental
MANSO, CELINA FERNANDES ALMEIDA. **A URBS e os seus problemas: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy** ' 08/06/2018 446 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
106	2018	CELINA FERNANDES ALMEIDA MANSO	A URBS e os seus problemas: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy	Armando Augusto de Godoy; A URBS e os seus problemas, trajetória profissional, cidade-planejamento-urbanismo, engenheiro urbanista no Brasil.	Este trabalho de tese consiste numa análise crítica do trabalho como urbanista de Armando Augusto de Godoy, que tem no livro A URBS e os seus problemas (1943) o eixo central da documentação. Como ponto de partida para as reflexões sobre a trajetória profissional desse pioneiro engenheiro urbanista politécnico brasileiro, é necessário compreender a coerência interna do livro, visto que suas partes adquirem significado e exigem a análise das relações mais amplas que a organização da sociedade como um todo impõe sobre um objeto específico – a cidade. A reflexão passa pela indagação sobre a diferenciação e articulação de diversos saberes que marcaram o final do século XIX e início do século XX. Suas narrativas, os vestígios nelas encontrados, revelaram as principais características de seu pensar a cidade e agir na cidade. Boa parte de sua trajetória profissional foi dedicada aos estudos teóricos práticos sobre as questões referentes ao rodoviarismo, aos meios de transportes terrestres, ao crescimento e desenvolvimento das aglomerações humanas e à transformação e expansão da cidade. No ponto de vista do urbanismo, busca-se saber qual leitura de cidade foi sendo construída, qual futuro foi pensado para a vida urbana e segundo quais princípios se organizaram as ideias de plano e planejamento, e por fim refletir sobre as decisões tomadas. A obra escrita interpretada, a partir de um complexo quadro de contradições e enfrentamentos, traz uma releitura contemporânea sobre o tópico cidade-planejamento-urbanismo: agentes públicos, planos e projetos, para explicar, colocando em termos práticos, o estreito vínculo entre a estrada e a urbanização, vínculo almejado por um grupo de pioneiros engenheiros urbanistas brasileiros comprometidos com a construção do espaço urbano, a transformação e expansão das cidades brasileiras. Nesse sentido, o pensamento de Armando Augusto de Godoy foi pioneiro.	Distrito Federal	Discurso social
TARCSAY, ALESSANDRA DE FIGUEIREDO. **A cidade e o mar: Intervenções urbanísticas de valorização com o foco em aquário**' 26/08/2021 370 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU							
107	2021	ALESSANDRA DE FIGUEIREDO TARCSAY	A cidade e o mar: Intervenções urbanísticas de valorização com o foco em aquário	qualidade da água; baías; análise morfológica; regiões portuárias do Rio de Janeiro e Monterey; aquários marinhos	A ligação com o mar permitiu a formação territorial atual, e o município do Rio, com sua baía de águas tranquilas, proporcionou o embarque/desembarque dos produtos, o que levou ao estabelecimento de uma comunidade portuária durante o período colonial. Entretanto, nesse processo de urbanização, o visual natural da Baía de Guanabara foi alterado drasticamente, onde várzeas e mangues foram drenados, rios e lagos impactados, inclusive junto à região portuária com seus trapiches e armazéns. Porém, a mais impactante ocorreu na reforma de Pereira Passos, na qual um enorme aterro surgiu proveniente do desmonte do Morro do Castelo. Nos anos 70, as mudanças ocorridas na logística operacional do porto do Rio de Janeiro gerou o isolamento da área ao tornar obsoleta sua estrutura anterior. Após diversas tentativas e projetos para revitalizar a região, e pela parceria público-privada firmada, implantou-se o projeto Porto Maravilha. Ele foi voltado para reformas viárias, como a demolição da Perimetral, sendo substituída por duas vias arteriais, a via Binário e o túnel Marcelo Alencar, e estruturas/monumentos para o turismo, como o Museu do Amanhã e AquaRio. A maioria dos portos brasileiros não possuem estruturas adequadas para a gestão ambiental, nem no que se refere ao controle de resíduos e outros impactos ambientais no dia-a-dia da atividade, nem nos planos de contingência para acidentes, nem no tocante aos projetos de expansão e modernização portuária. Apesar do anúncio de despoluição da baía para os Jogos Olímpicos, nada foi feito. Por sua vez, a cidade de Monterey, CA, EUA, teve um processo de formação portuária com aspectos relevantes semelhantes ao Rio, uma baía com águas calmas e rica em pesca. Enquanto pertenceu ao México, foi o principal porto de entrada de produtos na Califórnia. A pesca sempre esteve presente e, após a forte exploração feita pela indústria pesqueira durante o boom de sardinhas, o bioma marinho encontrava-se em sérios riscos. Após um grave acidente na California em 1969, com o vazamento de um petroleiro, o cenário começa a se alterar. Santuários marinhos foram estabelecidos no país, sendo o Monterey Bay Marine Sanctuary o maior de todos. E, gradativamente, a região sofreu sua alteração de uso, com enfoque turístico, fortalecido pela implantação do Monterey Bay Aquarium, que trabalha em constante parceria com os responsáveis pela manutenção do santuário. Já o AquaRio precisou usar barcaças com água oriunda das Ilhas Cagarras para abastecer seus tanques, devido à impossibilidade de tratamento das águas da baía, que se nada for feito caminha para a morte, onde seus usos, outrora benéficos, não conseguirão se manter. Ao todo, 90 quilômetros quadrados foram subtraídos pelos aterros, assoreamento acelerado e seco em 60 quilômetros quadrados de sua extensão. Propostas de revitalização portuária deveriam integrar o homem com o mar. Sem isso, a problemática só irá piorar. O que levou a esses dois locais possuírem realidades tão distintas? Qual seria os caminhos de aperfeiçoamento de um aquário marinho?	Rio de Janeiro	Território
RIPOLI, MARIANA MEIDANI. **APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E SUA RELAÇÃO COM A FORMA E MOBILIDADE URBANA: AS PRACIALIDADES DA AVENIDA PAULISTA, SÃO PAULO**' 25/02/2021 121 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
108	2021	MARIANA MEIDANI RIPOLI	APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES E SUA RELAÇÃO COM A FORMA E MOBILIDADE URBANA: AS PRACIALIDADES DA AVENIDA PAULISTA, SÃO PAULO	forma urbana; desenho urbano; acessibilidade e mobilidade; apropriação; sistema de espaços livres; são paulo	Esta tese investiga a relação entre forma urbana e apropriação em espaços livres de acesso público com altos graus de mobilidade. O objetivo geral da pesquisa é verificar a correlação entre a tríade forma urbana-apropriação-mobilidade no sistema de espaços livres na cidade de São Paulo. Admite-se como hipótese que a forma urbana não é determinante na apropriação dos espaços livres. Para demonstrar a hipótese parte-se para um método perceptivo analítico e empírico, que se concretiza nos estudos de casos dos espaços junto à Avenida Paulista – mais especificamente, cinco espaços livres distintos que se localizam junto à via são analisados. Como resultado a tese indica os diferentes aspectos que resultam ou induzem a apropriação dos espaços livres de acesso público demonstrando que a forma urbana não é determinante nem condição para a apropriação dos espaços livres.	São Paulo	Mobilidade urbana
MONTEIRO, AMANDA RAFAELLY CASE. **OS PROJETOS E AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DA FAU E DA UnB (1957-1972)**' 29/10/2021 326 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							

109	2021	AMANDA RAFAELLY CASE MONTEIRO	OS PROJETOS E AS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS DA FAU E DA UnB (1957-1972)	Universidade de Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; educação universitária; ensino de arquitetos.	Esse trabalho apresenta como se desenvolveram os projetos pedagógicos da Universidade de Brasília e do seu curso de Arquitetura e Urbanismo no recorte temporal de 1957 a 1972. O objetivo dessa tese foi descrever o projeto pedagógicos originais desenvolvidos pela Universidade de Brasília e seu curso de Arquitetura e Urbanismo, do seu planejamento, em 1957, desenvolvimento até a conclusão em 1972, apresentando suas contribuições à educação universitária e a formação do arquiteto no Brasil. Para alcançar esse objetivo foram adotados como procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica, o levantamento histórico documental, realização de entrevistas e a análise crítica do material coletado em diversas fontes e acervos institucionais. São base dessa tese, fontes dos arquivos da Universidade de Brasília, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Arquivo Nacional em Brasília. Além dos acervos virtuais, da Hemeroteca Digital Brasileira e do Instituto de Arquitetos do Brasil. O texto se divide em duas partes cronológicas. A primeira (1957-1965) analisa do planejamento ao desenvolvimento do projeto pedagógico inicial da UnB, a sua repercussão na concepção do projeto experimental do ICA-FAU, dentro do mesmo recorte temporal. A segunda parte (1965-72) caracteriza o ensino nas duas instituições depois da demissão coletiva dos professores em 1965 até a implantação do novo projeto pedagógico da UnB, vinculado à política educacional do governo militar, e o projeto cultural do ICA-FAU. As contribuições dessa tese foram o esforço em apresentar as inovações pedagógicas da Universidade de Brasília e do seu curso de Arquitetura e Urbanismo, identificando suas concepções, desenvolvimento e atores, a partir dessas múltiplas novas fontes.	Distrito Federal	Ensino
DUARTE, RUBENS DE OLIVEIRA. **O PROTAGONISMO E A SEDUÇÃO DO MAR E DA LAGUNA EM MACEIÓ E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NA CIDADE**' 18/03/2019 287 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: DEHA-PPGAU							
110	2019	RUBENS DE OLIVEIRA DUARTE	O PROTAGONISMO E A SEDUÇÃO DO MAR E DA LAGUNA EM MACEIÓ E O IMAGINÁRIO DAS ÁGUAS NA CIDADE	Pajuçara (Maceió, AL) - Imaginário das águas; Maceió (AL) – Paraíso das águas; Mundaú, Lagoa (AL);Turismo e planejamento urbano; Mercado imobiliário	As águas de Maceió envolvem as sutilezas e complexidades na formação do espaço da cidade. Considerando a geografia e a importância dessas águas, este trabalho tem como objetivo principal investigar como o mar e a laguna desempenharam, desde o início do povoamento até os dias atuais, um papel ora de protagonismo, ora de sedução na produção do espaço local, e como isso contribuiu para a formação do imaginário das águas para a cidade. Embora atualmente a imagem veiculada de Maceió esteja fortemente associada ao mar, a pesquisa constatou que até os anos 1960, tanto o mar quanto a laguna alternaram o protagonismo e a sedução na construção do imaginário das águas na cidade. A década de 1970 representou uma transição do ver as águas em Maceió, que com o tempo passou por uma ressignificação, numa combinação dos interesses econômicos voltados para o incremento do mercado imobiliário e do turismo, e fomentado pelo poder público - influenciando na produção do espaço da cidade-, e estabelecendo a costa marítima como propícia à expansão, em detrimento da região lagunar, bastante adensada e empobrecida. O	Alagoas	Espaço urbano

					procedimento metodológico escolhido investiga a hipótese levantada a partir da pesquisa qualitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental; da construção teórica do imaginário das águas, com Bachelard e do aporte para a História a partir do pensamento de Walter Benjamin. Como resultados tem-se que o imaginário das águas em Maceió é permeado por um simbolismo: de um lado, o mar, cada vez mais valorizado, representa o imago da sedução – próprio do litoral, e alimentado pelas estruturas do poder: as gestões públicas, o turismo e o mercado imobiliário; de outro, a laguna, também vista com seu aporte de sedução, mas refutada pelas condições socioambientais a que se acha submetida.		
FILHO, ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS. **DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE) - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL**' 29/03/2021 195 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Digital - PPGAU							
111	2021	ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO	DESIGUALDADE E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: JUAZEIRO (BA) E PETROLINA (PE) - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL	Formação Socioespacial; Cidades Médias; Reestruturação espacial; Diferenciação e Desigualdade socioespacial; Juazeiro (BA) e Petrolina (PE).	Compreender como ocorreu a formação socioespacial do Sertão do São Francisco foi fundamental para identificar as temporalidades e espacialidades que, concatenada por diversas ações e eventos (sociais, políticos e econômicos), engendraram os processos de reestruturação da produção da região e reestruturação do espaço das cidades médias de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Como abordagem teóricometodológica, foi realizada uma periodização, considerando dois grandes recortes espaço-temporais. O primeiro compreendeu o período que vai do início do processo de formação do território denominado de "Passagem do Joazeiro", ou seja, da primeira metade do século XVII (1640) até a década de 1970, no qual predominavam os "circuitos locais e regionais de produção" (SANTOS, 1997, 1998). O segundo ocorreu a partir da década de 1970, que marca o início da instalação dos perímetros irrigados na região, até o final da segunda década do século XXI (2020), onde, passam a prevalecer determinados processos socioespaciais, muito semelhantes aos caracterizados por Santos (1997, 1998) e Santos e Silveira (2006) como "circuitos espaciais de produção e circuitos de cooperação". Entende-se que tal escolha, poderá ter implicado em maior ênfase de tempos e eventos em determinados períodos, em detrimento de outros. Mas, ao mesmo tempo, se mostrou importante para apreender como as mudanças na base técnica da produção, ou seja, a passagem de um circuito de produção para outro, interferiu sobremaneira na reestruturação da atividade produtiva do Sertão do São Francisco, com reflexibilidade direta no processo de reestruturação urbana de Juazeiro e de Petrolina. A partir desses recortes espaçotemporais, buscou-se identificar elementos de continuidade (rugosidades) e de rupturas (transformações) nas estruturas socioespaciais e, compreender quais e como, eventos e processos, mediados por diversas técnicas e agentes socioespaciais (objetos e ações), influenciaram no processo de estruturação e reestruturação espacial e produtiva do Sertão do São Francisco, corroborando para desvelar as diferenciações e desigualdades	Alagoas	Espaço urbano

					socioespaciais entre Juazeiro e Petrolina, sobretudo, no período denominado por Santos (1985, 1994, 1996) de "técnico-cientificoinformacional".		
DIAS, BRUNO SILVA. **ARQUITETADESIGNER relações projetuais entre a Arquitetura e o Design de mobiliário na Casa de Vidro, de Lina Bo Bardi.**' 05/03/2018 314 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander							
112	2018	BRUNO SILVA DIAS	ARQUITETADESIGNER relações projetuais entre a Arquitetura e o Design de mobiliário na Casa de Vidro, de Lina Bo Bardi.	Arquitetura e Mobiliário modernos; Casa de Vidro; Design; Designer brasileiro; Lina Bo Bardi; Interiores e mobiliário	A presente Tese de Doutorado estuda a obra da Arquiteta Lina Bo Bardi, de maneira a integrar a concepção arquitetônica e o Design de mobiliário, partindo da produção extremamente significativa de Lina nesses dois campos no Brasil, cuja obra merece destaque. A hipótese que norteia a Tese é que a concepção projetual presente na obra de Lina se fundamenta em uma harmonia de linguagem, que se expressa na integração do Design dos móveis e do espaço arquitetônico. O objetivo da pesquisa é verificar, explicitar e demonstrar possíveis relações e similaridades entre o projeto da edificação e seus interiores e móveis. Vale salientar que a Arquiteta projetou obras referenciais, como o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e o SESC Pompeia. Ela ainda atuou diretamente na produção de mobiliário, com as fábricas de móveis Studio Palma e Pau-Brasil. Para averiguar as questões destacadas, a opção escolhida foi estudar de forma mais aprofundada o projeto que a Arquiteta elaborou para a sua residência no bairro do Morumbi, em São Paulo, que hoje é ocupada pelo Instituto que leva o seu nome e o do marido, Pietro Maria Bardi. Criado com o intuito de conservar a memória do legado deixado pelo casal no campo das artes, Design e Arquitetura, o Instituto Lina Bo e P.M. Bardi é hoje visitado por turistas, estudantes e pesquisadores de diversas partes do mundo	São Paulo	Mobiliário
SOUSA, GIULIANA DE BRITO. **Cidades Capitais: Paisagens em (trans)formação.**' 28/03/2018 268 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
113	2018	GIULIANA DE BRITO SOUSA	Cidades Capitais: Paisagens em (trans)formação.	História Urbana, Arquitetura da Paisagem; Cidades Capitais; Espaços Livres Públicos; Parques e Jardins	Esta tese consiste em mostrar um panorama da arquitetura da paisagem no Brasil pelo olhar da paisagem de cidades capitais que mudaram de sede. Muitas vezes as cidades capitais, em seus centros históricos, são esquecidas em relação aos seus valores de referência urbana e paisagística. Neste contexto, oito pares de cidades capitais fomam o cenário a ser analisado, entre as quais: Olinda e Recife (PE); São Cristóvão e Aracajú (SE); Marechal Deodoro e Maceió (AL); Oeiras e Teresina (PI); Ouro Preto e Belo Horizonte (MG); Aquiraz e Fortaleza (CE); Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá (MT) e; Cidade de Goiás e Goiânia (GO). A hipótese de tese é de que é possível compreender a evolução da arquitetura da paisagem no Brasil a partir da leitura da paisagem de suas cidades capitais. A justificativa é a importância de se notabilizar relações existentes em núcleos urbanos originais, para identificar-se as raízes da arquitetura da paisagem da atualidade. Ainda como justificativa do trabalho, há uma contribuição enquanto referencial teórico, para o campo da arquitetura da paisagem e de cidades capitais no Brasil. Para tanto, os objetivos específicos são: evidenciar e relacionar quais cidades capitais brasileiras foram	Distrito Federal	Paisagem

					transferidas de assentamento, antigas e atuais, ao listar os pares de cidades; apreender o período histórico que elas estão contextualizadas, que influenciaram no seu desenho; e observar como os espaços livres em geral, mais especificamente, os parques e jardins históricos, foram inicialmente inseridos, em ações pontuais, ou em nível de planos urbanístico, apontados na literatura, da história da implantação dos primeiros jardins brasileiros. Para analisar estas cidades capitais, o referencial teórico conceitual trata da arquitetura da paisagem, da história das cidades, em especial cidades de colonização na América, direcionado principalmente para exemplares brasileiros. Tendo em vista a necessidade de reconhecer as paisagens atuais dos objetos empíricos, foram feitas visitas in loco aos cenários das cidades ex-capitais e capitais, selecionadas para a investigação. Como resultados da pesquisa, no conjunto de dezesseis cidades capitais encontramos, duas que se destacam quanto as (trans)formações da paisagem urbana brasileira; tanto pelos fatos históricos quanto as realidades empíricas, são elas: Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e Belo Horizonte (MG).		
ZORRAQUINO, LUIS FERMIN DELGADO. **HABITABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: REABILITAÇÃO URBANA DA COMUNIDADE DO MORRO DOS PRAZERES, DEPOIS DO PROJETO FAVELA-BAIRRO**' 24/10/2018 214 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU/UFRJ							
114	2018	LUIS FERMIN DELGADO ZORRAQUINO	HABITABILIDADE E SUSTENTABILIDADE: REABILITAÇÃO URBANA DA COMUNIDADE DO MORRO DOS PRAZERES, DEPOIS DO PROJETO FAVELA-BAIRRO	Favela Morro dos Prazeres; Projeto favela bairro; habitabilidade e sustentabilidade urbana; Politicas publicas de moradia popular	A presente tese, "Habitabilidade e sustentabilidade: reabilitação urbana da comunidade do Morro dos Prazeres, depois do Projeto Favela-Bairro", desenvolve uma pesquisa centrada num território urbano precário e representativo do processo de formação desta favela, localizado no Bairro de Santa Teresa de Rio de Janeiro. Pesquisa que toma como ponto de partida o contexto histórico e disciplinar dos imensos territórios da marginalidade urbana inseridos dentro de uma crise civilizatória, da qual a crise urbana e a crise da própria disciplina do urbanismo e do planejamento territorial constituem referencias de grande importância. A investigação analisa o processo histórico de formação e evolução da citada favela, bem como suas atuais características socioeconômicas e urbanísticas. Na sequencia são analisadas, em detalhe, as propostas e realizações do Programa e/ou Projeto Favela Bairro, PFB, do Morro dos Prazeres, como exemplo paradigmático de um modelo de melhoria da urbanização de favelas, idealizado e executado entre os anos 1994 e 2000, com o intuito de realizar uma avaliação necessária depois dos 20 anos transcorridos, para descortinar seus aspetos relevantes, seu contraditório percurso, suas possíveis carências. Por fim, apresenta uma reflexão sobre as políticas públicas de moradia popular e a necessária continuidade deste e de outros possíveis projetos de regeneração ou reabilitação de favelas que permitam requalificar a ainda precariedade urbanística e construtiva existente na favela do Morro dos Prazeres. Uma política pública de urbanismo e moradia que incorpore os conteúdos disciplinares que	Rio de Janeiro	Território

					atualmente formam parte do novo paradigma do urbanismo ecológico e popular, colocando em valor e reinterpretando os conceitos de "habitabilidade e sustentabilidade urbana", regeneração, reabilitação e melhorias urbanas do patrimônio urbano existente, assim como a participação da população e dos técnicos.		
FAVRIN, VANESSA GARCIA. **Pós-atendimento habitacional - diálogos para enfrentar a precariedade**' 22/05/2017 267 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU Maranhão							
115	2017	VANESSA GARCIA FAVRIN	Pós-atendimento habitacional - diálogos para enfrentar a precariedade	Habitação Social; Políticas Habitacionais; Participação Social; Instrumentos Jurídicos de Acesso à Terra e Regimes de Propriedade	A partir da observação da precariedade presente em atendimentos habitacionais com diferentes modalidades executadas pelo Poder Público, cuja população que recebeu os determinados programas habitacionais ainda está distante de alcançar melhorias significativas nas suas condições de vida, buscou-se a compreensão dos motivos pelos quais, mesmo após ter o problema habitacional resolvido ou melhorado, sua condição de vida, de modo geral, não apresenta salto de qualidade significativo ou não consegue se integrar à cidade formal. Ao longo do trabalho, discorre-se sobre a origem do problema habitacional no país, apresenta-se breve resumo de como o Poder Público atuou historicamente e se lança a discussão sobre as ações que podem se somar às atuais Políticas Públicas de Habitação, para que a precariedade possa ser minimizada no cotidiano das comunidades. Constatou-se que a precariedade está relacionada a diversos fatores como a descontinuidade da presença do Estado na área e também pela relação deficitária entre a população atendida e o Estado. Ademais, verificou-se que a dificuldade do acesso à terra e o alto valor da habitação formal sempre foi um fator de exclusão para a grande maioria da população. Porém, no sistema jurídico brasileiro atual já existem instrumentos legais suficientes para amenizar a exclusão, basta que seja efetivado seu uso e sejam propostas novas alternativas de propriedade. Para o alcance de melhorias na continuidade do atendimento habitacional de interesse social, uma série de diálogos entre todos os envolvidos precisa ser estimulada e desenvolvida, de forma que resulte em ações planejadas no intuito de diminuir as insuficiências identificadas na pesquisa.	São Paulo	Legislação/ Política pública
MEDEIROS, GABRIEL LEOPOLDINO PAULO DE. **A cidade interligada: Legislação urbanística, sistema viário, transportes urbanos e a posse da terra em Natal (1892-1930)**' 18/07/2017 282 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - CT							
116	2017	GABRIEL LEOPOLDINO PAULO DE MEDEIROS	A cidade interligada: Legislação urbanística, sistema viário, transportes urbanos e a posse da terra em Natal (1892-1930)	Enfiteuse; Estrutura Urbana; Redes Técnicas; Sistema Viário; Sistema de Transporte Urbano; Agentes Sociais e Estrutura Fundiária de Natal-RN	Durante as primeiras décadas do século XX, em Natal, se consolidavam várias redes técnicas, entre essas a do transporte público, como as linhas de bonde. A cidade também ampliava seu traçado -- e, portanto, sua oferta de terra urbana -- a partir da criação de bairros e mais tarde planos de intervenção, da abertura de novos logradouros e da redefinição dos limites urbanos. Esse processo de modernização revelou diferentes articuladores da produção da cidade e da definição da legislação urbanística durante a República Velha (1889-1930). Esses indivíduos, ou grupos de indivíduos, atuaram, por meio do aforamento	Rio Grande do Norte	Mobilidade

					de glebas urbanas, como detentores do domínio útil de grandes frações de terra na capital potiguar. Nesse contexto, surge o questionamento: de que maneira a estruturação da malha viária e dos transportes urbanos se relaciona com o processo de concentração da posse da terra em Natal neste período? Partimos da hipótese de que essas estruturas contribuíram à materialização de padrões de concentração fundiária, por meio da ação de diversos agentes sociais -- sobretudo, dos âmbitos político e comercial-mercantil --, regularizados pela legislação urbanística. Ou seja, esses padrões se relacionavam intrinsecamente com as dinâmicas de configuração da malha viária e dos transportes urbanos. O principal objetivo desta análise é compreender o papel desempenhado pelas redes técnicas viárias na constituição da emergente estrutura fundiária urbana. Destarte, busca-se contribuir não apenas em uma perspectiva histórica, mas também ao entendimento da cidade contemporânea, mapeando as formas de estruturação urbana favorecidas pelo processo histórico e suas continuidades. Buscou-se também aprofundar o estudo das engrenagens e estratégias utilizadas pelos diversos agentes. Utilizamos como fontes de dados primários as Cartas de Aforamento do Município de Natal (1903-1930), Atos, Decretos e Mensagens do Governo da Província e do Estado, Relatórios e Resoluções da Intendência Municipal do Natal e o Almanak Laemmert, além da cartografia da época. Os resultados da pesquisa permitiram a construção de uma periodização que evidencia definições no traçado viário como elementos determinantes da primeira disposição de padrões de concentração fundiária. Posteriormente, esses padrões atraem investimentos em infraestrutura de transportes e pavimentação. Consequentemente, essa atração estabelece valorações diferenciadas nas distintas frações urbanas, que, por sua vez, captam novos investimentos. Dessa forma, essa relação é dialética, cíclica e vai ao longo do tempo definindo valores hierarquizados de acesso à terra no contexto intraurbano. O processo de definição da legislação urbanística e limites intermunicipais, e do aforamento urbano, permitiu que agentes políticos, ligados ao capital mercantil-comercial, ampliassem seus investimentos na aquisição de domínio útil de grandes parcelas da terra no município de Natal. A concentração desses padrões de grandes glebas (acima de 01 hectare) ao longo do recorte em estudo (1892-1930) demonstrou que no início da década de 1930, cerca de 22% da superfície do patrimônio territorial de Natal (3.000 hectares) havia sido concedida em aforamento/enfiteuse.		
LEITE, VERA LUCIA SANCHES FRANCA. **Caminhos que Levam à Cidade - O Protagonismo do IAB na Política Urbana Brasileira**' 20/12/2017 691 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU-UFF							
117	2017	VERA LUCIA SANCHES FRANCA LEITE	Caminhos que Levam à Cidade - O Protagonismo do IAB na Política Urbana Brasileira	História da Arquitetura e do Urbanismo; Planejamento Urbano; Política Habitacional;	O ritmo acelerado de crescimento da urbanização brasileira, a partir dos anos 1950, e o posterior agravamento das condições de vida nas grandes cidades, e no seu entorno, após o período do Milagre Econômico, colocaram a questão urbana e habitacional na agenda do Estado e da entidade representativa dos arquitetos brasileiros - o	Rio de Janeiro	Legislação/ Política pública

				Assentamentos Humanos; Legislação Urbana	Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), preocupados que estavam com o fenômeno urbano e suas consequências práticas no quotidiano de suas populações. Em continuidade a reflexões iniciadas em 1987, por ocasião do mestrado em Planejamento Urbano, na Universidade de Brasília, quando defendida a dissertação, intitulada A Legislação Federal para o Desenvolvimento Urbano -- uma análise crítica do Projeto de Lei 775/83, nos permitiu identificar, em documentos da instituição representativa dos arquitetos brasileiros - o IAB, formas de abordagem e de expressão, posturas políticas, acordos e nuances de procedimento, algumas vezes com repetidas semelhanças, praticadas por lideranças políticas, quer da sociedade civil organizada quer de seus representantes no Parlamento, que se evidenciaram nos debates, tramitação e aprovação de instrumental jurídico, capaz de disciplinar e orientar o crescimento urbano em curso. Diante de tais constatações outros questionamentos e indagações emergiram que, se para alguns podem parecer episódicos e eventuais, no nosso entender revestem-se de extrema pertinência, por se tratar de informação substantiva ao esclarecimento das origens e do desdobrar das ações direcionadas a oferecer respostas ao desenvolvimento urbano e à moradia no Brasil. Esse trabalho tem como intuito esclarecer o presumido papel de vanguarda exercido pelo IAB, como ator político-profissional para o equacionamento da questão urbana brasileira, bem como averiguar a conduta e os procedimentos adotados pelo órgão de representação dos arquitetos brasileiros, em diferentes momentos de sua trajetória e, mais precisamente no período que se estende de 1953, por ocasião do III Congresso Brasileiro de Arquitetos, a 1988, quando da promulgação da Nova Carta Constitucional Brasileira.		
CAMPOS, CLARISSA CORDEIRO DE. **Squatting for more than Housing: Alternative Spaces and Struggles for The Right to the City in Three Urban Areas in Brazil, Spain, and the Basque Country**' 31/08/2020 317 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG								
118	2020	CLARISSA CORDEIRO DE CAMPOS	Squatting for more than Housing: Alternative Spaces and Struggles for The Right to the City in Three Urban Areas in Brazil, Spain, and the Basque Country	Movimentos de ocupação urbana; Espaço Diferencial; Heterotopias; Direito à Cidade	Esta pesquisa propõe que o espaço produzido em ocupações urbanas contribui para mudanças na forma como as pessoas se relacionam umas com as outras, em suas visões de mundo e, finalmente, para mudanças em suas relações sociais. Como ponto de partida, considera-se o espaço urbano ao mesmo tempo produto e condicionante de relações sociais, tradicionalmente controlado pelo planejamento urbano, em geral favorecendo os interesses das classes dominantes. No entanto, uma vez que o espaço é socialmente produzido, ele também carrega uma potência emancipatória, conhecida por vários movimentos sociais urbanos que têm em práticas espaciais insurgentes ferramentas importantes de resistência contra políticas neoliberais contemporâneas. Neste sentido, este estudo visa discutir movimentos sociais urbanos que têm como principal forma de atuação a ocupação não autorizada de propriedades urbanas, no contexto das lutas pela moradia e pelo direito à cidade, especificamente os movimentos de ocupação, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil, na cidade de Madri, Espanha, e	Minas Gerais	Espaço urbano

					em seis municípios do País Basco, dentro dos limites territoriais espanhóis, focando, embora não se restringindo aos últimos dez anos. Uma vez que estudos em ambos os contextos têm se concentrado principalmente em casos ou regiões particulares, sem em geral se engajar em uma perspectiva intercontinental, este estudo também visa contribuir para preencher esta lacuna. Metodologicamente, o trabalho apresenta uma abordagem qualitativa e comparativa, com coleta de dados a partir de pesquisa documental e bibliográfica, além de estudos de casos, sugerindo o uso crítico das noções de espaços diferenciais em oposição aos espaços abstratos, e o direito à cidade em Lefebvre; e o conceito de heterotopias em Foucault como principais lentes teóricas. Diferenças contextuais, formas de apropriação, transformação e uso do espaço, repercussões e desafios, especialmente no que diz respeito a autogestão, formação de redes, criminalização e outros aspectos legais são discutidos em cada caso. Ao mesmo tempo em que se argumenta que formas de injustiça habitacional e de opressão sócio-espacial têm sido principais razões para ocupações não autorizadas nos três contextos, este estudo também sugere que suas lutas estão intimamente ligadas a uma disputa mais ampla pelo direito à cidade.		
CAVALCANTI, EMANUEL RAMOS. **CIDADES VACANTES, CIDADES EXPECTANTES: produção e transformação dos vazios urbanos em Fortaleza (2000-2018)**' 27/08/2018 375 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central George Alexander							
119	2018	EMANUEL RAMOS CAVALCANTI	CIDADES VACANTES, CIDADES EXPECTANTES: produção e transformação dos vazios urbanos em Fortaleza (2000-2018)	Vazios urbanos; Periferias industriais; Produção capitalista do espaço; Função social da cidade e da propriedade	Os vazios urbanos assumiram papel de relevância no debate sobre a cidade e o urbanismo contemporâneos. O interesse acadêmico e as soluções oferecidas pelo planejamento e pelos projetos urbanos são recentes, mas já se constituíram em fundamentos e instrumentos essenciais para o enfrentamento do problema. Sua dupla condição, ao mesmo tempo ruína e expectativa, instiga ações de transformação como a regeneração urbana e a preservação patrimonial, destinando a estes espaços diversos novos usos. A pesquisa tem como recorte espacial, na cidade de Fortaleza -- capital do Estado do Ceará, Brasil -- sua antiga periferia industrial oeste, resultado da industrialização e da expansão urbana de fins do século XIX, que presenciou o surgimento de vazios urbanos a partir dos processos de desconcentração industrial e metropolização da segunda metade do século XX. A produção e transformação dos vazios urbanos está intimamente relacionada à dinâmica da produção capitalista do espaço que (re)constrói o ambiente urbano a partir dos condicionantes da acumulação capitalista. No entanto, esta lógica é mercadológica e especulativa, conflitando com os preceitos do Estatuto da Cidade (2001), que estabelece o princípio fundamental do cumprimento da função social da cidade e da propriedade. O objetivo geral desta pesquisa foi contribuir para a discussão do papel dos vazios urbanos na produção e na transformação da cidade contemporânea à luz do conflito entre a produção capitalista do espaço e o cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Defendemos a tese de que a transformação dos vazios urbanos em Fortaleza, principalmente no período de 2000 a 2018, foi	São Paulo	Espaço urbano

					mediada pela produção capitalista do espaço, priorizando os interesses de mercado em detrimento do cumprimento da função social da cidade e da propriedade. Na análise empírica, o estudo de Lisboa, viabilizado por doutorado sanduíche, contribuiu como referência internacional para a análise de Fortaleza. Na capital cearense, identificamos e caracterizamos os vazios urbanos industriais da área em análise, aprofundados com a seleção de quatro casos, relacionando agentes públicos e privados, planos e projetos existentes com os processos de transformação desses espaços.		
MATOS, KARENINA CARDOSO. **A CIDADE RIBEIRINHA: Desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina - PI**' 30/06/2017 301 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
120	2017	KARENINA CARDOSO MATOS	A CIDADE RIBEIRINHA: Desafios e possibilidades para o planejamento urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina - PI	Arquitetura e Urbanismo. Estrutura urbano-ambiental. Cidade ribeirinha.	A incorporação da natureza é considerada um desafio urbano contemporâneo. Os rios e suas margens são lugares susceptíveis a sofrer com o crescimento da população e com o processo de urbanização desordenado. Os problemas causados por essas transformações urbanas levam aos rios importantes efeitos negativos, tais como: insalubridade, degradação ambiental, diminuição das áreas verdes, inundação, além de impossibilitar seu contato visual e físico, sendo considerado, indevidamente, como o problema urbano e ambiental de todo esse processo. Nessa tese estuda-se caminhos alternativos para a incorporação dos rios no planejamento e no desenvolvimento urbano das cidades, acompanhando o processo de mudança dos paradigmas urbanísticos do final do século XX e a difusão da ideia de desenvolvimento sustentável. O objeto desta pesquisa é a incorporação dos rios Parnaíba e Poti no planejamento de Teresina (Piauí), desde a década de 1990 (com a elaboração do II Plano Estrutural de Teresina) até a primeira metade da década de 2010, com os resultados da Agenda 2015 e dos Planos de Desenvolvimento Sustentável de Teresina de 2002 e do Plano Diretor de 2006. A relevância do tema está relacionada a três fatores: 1) o desafio da incorporação da natureza, particularmente a incorporação dos rios, no planejamento urbano; 2) a avaliação dos resultados do Plano Diretor de 2006 e 3) a apresentação de subsídios para a elaboração do plano diretor de Teresina. O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de desenvolvimento urbano de Teresina e a dinâmica de integração urbano-ambiental dos rios Parnaíba e Poti, bem como a execução dos planos de desenvolvimento urbanos mais recentes. Assim, atribui-se aos rios uma progressiva importância na reurbanização das cidades, pelo seu caráter de eixo estruturador, pela sua função de limite segregador ou integrador e como elemento ambiental, funcional, espacial, social, paisagístico e simbólico. Quanto à metodologia, a pesquisa fez uso de técnicas de análise e avaliação para compreender os processos de incorporação dos rios, da evolução de Teresina e das recentes propostas de intervenção na paisagem ribeirinha na cidade a partir de cinco indicadores de sustentabilidade urbano-ambiental: a) risco de inundação, b) uso sustentável do solo, c) mobilidade e	Santa Catarina	Meio Ambiente

					acessibilidade ao rio, d) disponibilidade de equipamentos, serviços e espaços públicos, e e) governança e gestão sustentável. Portanto, demonstra-se a importância de reurbanização, incorporando as áreas ribeirinhas no desenvolvimento urbano, mesmo quando historicamente abandonadas ou degradadas, especialmente fazendo uso de múltiplos elementos como parques urbanos e parkways e de múltiplas estratégias de planejamento urbano, destacando-se que, na incorporação da natureza, a integração dos espaços ribeirinhos com urbanidade é mais eficiente do que a simples preservação das margens dos rios, resolvendo simultaneamente problemas ambientais, urbanos, sociais e simbólicos.		
GUINANCIO, CRISTIANE. **Do Espaço Doméstico ao Público: O Acolhimento da Vida das Famílias na Habitação Social**' 14/07/2017 295 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
121	2017	CRISTIANE GUINANCIO	Do Espaço Doméstico ao Público: O Acolhimento da Vida das Famílias na Habitação Social	Habitação social; Modos de vida, Concepção Urbanística e Arquitetônica, Relação doméstico-público.	Esta tese tem por objeto de estudo a Habitação de Interesse Social – HIS – no Brasil. Fundamenta-se no entendimento do "habitar" nas dimensões prática, simbólica e ecológica, considerando sua realização em diferentes escalas espaciais e na satisfação de necessidades individuais e coletivas, traduzidas nos âmbitos da moradia e da vizinhança. Essa compreensão direcionou uma visão crítica das políticas habitacionais empreendidas no Brasil que, após a década de 1960, privilegiou, na sua maioria, a construção das habitações com foco na quantidade e não na qualidade. Os fracassos dessas políticas não impediram a retomada dos modelos em tempos atuais em programa de âmbito federal, o "Minha Casa, Minha Vida" – PMCMV. Diante da inadequação das moradias, seus proprietários buscam adequá-las às suas necessidades com ampliações que comprometem a qualidade das casas e dos espaços públicos, gerando uma tensão entre eles, questão sobre a qual se debruça. Para tal, o conhecimento e a crítica a métodos de avaliação recentemente desenvolvidos em avaliações do PMCMV foram imprescindíveis para a adequação de um deles, posteriormente aplicado em dois estudos de caso no Distrito Federal. Os resultados alcançados mostram que os empreendimentos analisados são insatisfatórios para o acolhimento da vida das famílias. A tese avança na proposição de princípios orientadores da concepção da habitação, com foco na relação entre seu interior e exterior, atribuindo-se ao limite entre ambos o papel de preservar a continuidade do "habitar".	Distrito Federal	Legislação/ Política pública
ALCIDES, MELISSA MOTA. **ENTRE O OLHAR E O PALADAR: CARTOGRAFIA DO ALIMENTO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO** ' 27/04/2020 324 f. Doutorado em DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Digital - PPGAU							
122	2020	MELISSA MOTA ALCIDES	ENTRE O OLHAR E O PALADAR: CARTOGRAFIA DO ALIMENTO NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO	Alimentação; cartografia; história na longa duração; vilas e cidades; Brasil holandês.	Enquanto objeto prioritário de análise, esta pesquisa busca entender as questões relacionadas ao alimento através de um estudo que chamamos de cartográfico, no sentido de um mapeamento de varredura dos mais variados aspectos relacionados à alimentação, em documentos textuais e imagéticos do século XVII, em especial os que foram produzidos durante a ocupação holandesa na região Nordeste do Brasil, na Capitania de Pernambuco. O presente pode alimentar-se da	Alagoas	Alimentação

					memória na busca de pistas e dados relacionadas às práticas e aos modos de lidar com o alimento. Na atualidade, é notória a crescente importância dada aos estudos que se dirigem ao tema da alimentação, porém, quando nos voltamos para as questões que envolvem a história das relações entre o alimento e os lugares habitados, os trabalhos ainda são escassos. A tese portanto, tece um estudo das relações que se estabelecem nos espaços macro e micro das comunidades humanas, na longa duração, e nos ajuda a entender o presente e a pensar o futuro, inclusive no que tange à autonomia ou soberania alimentar, tão caras às sociedades contemporâneas.		
GUINANCIO, CRISTIANE. **Do Espaço Doméstico ao Público: O Acolhimento da Vida das Famílias na Habitação Social**' 14/07/2017 295 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
123	2017	CRISTIANE GUINANCIO	Do Espaço Doméstico ao Público: O Acolhimento da Vida das Famílias na Habitação Social	Habitação social;Modos de vida, Concepção Urbanística e Arquitetônica, Relação doméstico-público.	Esta tese tem por objeto de estudo a Habitação de Interesse Social – HIS – no Brasil. Fundamenta-se no entendimento do "habitar" nas dimensões prática, simbólica e ecológica, considerando sua realização em diferentes escalas espaciais e na satisfação de necessidades individuais e coletivas, traduzidas nos âmbitos da moradia e da vizinhança. Essa compreensão direcionou uma visão crítica das políticas habitacionais empreendidas no Brasil que, após a década de 1960, privilegiou, na sua maioria, a construção das habitações com foco na quantidade e não na qualidade. Os fracassos dessas políticas não impediram a retomada dos modelos em tempos atuais em programa de âmbito federal, o "Minha Casa, Minha Vida" – PMCMV. Diante da inadequação das moradias, seus proprietários buscam adequá-las às suas necessidades com ampliações que comprometem a qualidade das casas e dos espaços públicos, gerando uma tensão entre eles, questão sobre a qual se debruça. Para tal, o conhecimento e a crítica a métodos de avaliação recentemente desenvolvidos em avaliações do PMCMV foram imprescindíveis para a adequação de um deles, posteriormente aplicado em dois estudos de caso no Distrito Federal. Os resultados alcançados mostram que os empreendimentos analisados são insatisfatórios para o acolhimento da vida das famílias. A tese avança na proposição de princípios orientadores da concepção da habitação, com foco na relação entre seu interior e exterior, atribuindo-se ao limite entre ambos o papel de preservar a continuidade do "habitar".	Distrito Federal	Moradia
TOMANIK, RAQUEL. **A cidade, seus muros e suas leis: controvérsias jurídicas e urbanísticas dos condomínios e loteamentos fechados**' 17/12/2020 261 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG							
124	2020	RAQUEL TOMANIK	A cidade, seus muros e suas leis: controvérsias jurídicas e urbanísticas dos condomínios e	Condomínios e loteamentos fechados; Urbanização dispersa; Controvérsias jurídicas e urbanísticas; Tipologia de condomínios e	Os condomínios e os loteamentos fechados são figuras polêmicas de desenvolvimento urbano, principalmente por sua colocação imprecisa na legislação federal e pelo fato de provocarem segregação social, impedimento do acesso a bens públicos e urbanização dispersa. Apesar de sua longa existência nas cidades brasileiras, bem como do extenso debate acadêmico a respeito da inadequação do modelo como alternativa ao desmembramento e ao loteamento, a normatização	2020	Espaço urbano

			loteamentos fechados	loteamentos fechados.; Parcelamento do solo	desses empreendimentos foi introduzida repentinamente, e de maneira sucinta, na legislação federal apenas em 2017 – com a aprovação da Lei Federal 13.465 (Lei da REURB). O desalinho entre regulação urbana e produção do espaço atribui aos condomínios e loteamentos fechados uma posição conflituosa em relação à cidade e à lei. Objetivando desvendar essa condição, esta pesquisa tem como tema a regulamentação dos condomínios e loteamentos fechados explorando suas controvérsias jurídicas e urbanísticas. Para isso, estuda-se a relação desses "bairros exclusivos" com processos de expansão/dispersão urbana e metropolização, assim como com impactos na valorização do solo quando há alteração de legislação com o intuito de torná-los possíveis. As controvérsias jurídicas são analisadas a partir do resgate histórico da normativa aplicada ao parcelamento do solo no Brasil até chegar à breve menção aos empreendimentos fechados no regramento federal. Em seguida, são examinadas as controvérsias urbanísticas desses empreendimentos considerando preceitos da função social da propriedade e princípios da cidade justa enumerados por Fainstein (2010): equidade, diversidade e democracia. Posteriormente, contextualiza-se o Município de Betim/MG – escolhido como caso empírico para ilustrar tipos de viabilização da "cidade dentro dos muros" – expondo as características de sua organização territorial, das leis urbanísticas (especialmente a aplicada ao parcelamento do solo) e da gestão da política urbana local. As considerações finais desta tese debatem o futuro da "cidade fora dos muros", cada vez mais segregada e dispersa, reunindo diretrizes para uma possível inserção dos condomínios fechados no contexto urbano.		
DANNEMANN, JOAO CARLOS SILVEIRA. **ARQUITETURA DA ÁGUA EM SALVADOR: LEGIBILIDADE NA PRESERVAÇÃO DE FONTES E CHAFARIZES PÚBLICOS Salvador**' 22/11/2018 371 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
125	2018	JOAO CARLOS SILVEIRA DANNEMANN	ARQUITETURA DA ÁGUA EM SALVADOR: LEGIBILIDADE NA PRESERVAÇÃO DE FONTES E CHAFARIZES PÚBLICOS Salvador	Água; Infraestrutura; Fontes e Chafarizes; Linguagem; Preservação	A tese, do tipo estudo de caso, visa a oferecer subsídios para a legibilidade de fontes e chafarizes, remanescentes da antiga rede pública de abastecimento de água de Salvador da Bahia, construídos entre os séculos XVI e XX, como etapa protocolar contributiva para sua preservação. Selecionou-se ao todo 22 equipamentos, 15 fontes e 7 chafarizes públicos. As unidades hidráulicas foram contextualizadas ao desenvolvimento urbano. A aproximação com os campos da arte, linguagem e do restauro possibilitou caracterizá-las axiologicamente, pela historicidade, função e forma, potencializando sua leitura como conjunto monumental arquitetônico. O estudo foi realizado a partir de autores da historiografia, da análise de documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) e das Falas dos Presidentes da Província, da iconografia cartográfica e fotográfica, além da consulta a periódicos e publicações acadêmicas correlatas ao abastecimento de água soteropolitano. Em complemento, recorreu-se à geografia, hidrologia e ao estudo da forma urbana e da linguagem. A pesquisa de campo embasou o diagnóstico e	Bahia	Patrimônio

					revelou suas condições físicas e de uso atuais, bem como sua visibilidade na paisagem. Seis seções compõem a estrutura da tese, sendo a primeira a introdução. Na segunda seção, foram feitas considerações metodológicas preliminares com base na evolução do campo do restauro arquitetônico. Nas seções seguintes, as fontes e chafarizes de Salvador são posicionadas em três quadros: o primeiro, histórico, urbano e patrimonial. O segundo, ambiental, estrutural e formal. Por fim, no terceiro quadro, material e cognitivo, discute-se a legibilidade como meio para a preservação dos referidos equipamentos. Considerações finais, referências, anexos e apêndices completam o texto. A pesquisa revelou o heterogêneo estado de conservação dos exemplares selecionados, fato que se associou à sua dispersão no zoneamento urbano. Pretendeu-se, com este estudo, contribuir para a preservação de fontes e chafarizes históricos de Salvador, conferindo-lhes maior legibilidade e coesão, a partir de sua interpretação como uma linguagem da organização espacial.		
STEHLING, MIGUEL PEREIRA. **CUSTOMIZAÇÃO EM MASSA MEDIADA POR BIM APLICADA A ENGENHARIA-SOB-ENCOMENDA DE COMPONENTE DA CONSTRUÇÃO: COZINHAS PERSONALIZADAS E SOLUÇÕES DE CABINETRIA**' 08/08/2019 150 f. Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BAE/Unicamp							
126	2019	MIGUEL PEREIRA STEHLING	CUSTOMIZAÇÃO EM MASSA MEDIADA POR BIM APLICADA A ENGENHARIA-SOB-ENCOMENDA DE COMPONENTE DA CONSTRUÇÃO: COZINHAS PERSONALIZADAS E SOLUÇÕES DE CABINETRIA	Customização em Massa; BIM; Web Database; Projeto e Fabricação	Um número crescente de fabricantes tem buscado a Customização em Massa (CM). CM é uma estratégia de produção que utiliza de Tecnologia da Informação, processos flexíveis e estruturas organizacionais adequadas para fornecer produtos projetos especificamente para um cliente a um custo próximo ao da produção em massa. Quanto maior for o nível de customização, maiores serão os benefícios, mas também os custos operacionais. Portanto, o objetivo desta pesquisa é avaliar os benefícios da Modelagem da Informação da Construção (BIM) para se obter um elevado nível de CM. O foco da pesquisa está na formulação de uma solução que permita a reconfiguração das estruturas e processos de sistemas de fabricação de componentes de construção, em sistemas de produção em CM mediados por BIM. Esta solução fornecerá conhecimento sobre como determinar o nível apropriado de personalização para um determinado produto abordando os seguintes problemas: (a) O valor de um determinado nível de customização, de acordo com as especificações dos clientes; (b) a capacidade do sistema oferecer este nível de customização; e, (c) a combinação desses problemas aparentemente antagônicos. O desenvolvimento da solução proposta, está sendo realizado através de uma Design Science Research, um método de pesquisa que é um processo rigoroso de projetos de artefatos (constructos, modelos, métodos, instanciações e Design propositions) com relevância prática e contribuição teórica. Esta investigação cria artefatos que são validados por uma instanciação através de uma pesquisa-ação em um fabricante de cozinhas e móveis modulados fabricados sob encomenda.	São Paulo	Tecnologia

CRUZ, LEANDRO DE SOUSA. **Universidades por projeto: Três Universidades Globais no campo do urbanismo no Brasil (2008 - 2019)**' 19/02/2020 216 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
127	2020	LEANDRO DE SOUSA CRUZ	Universidades por projeto: Três Universidades Globais no campo do urbanismo no Brasil (2008 - 2019)	Educação Superior; Ensino de Arquitetura e Urbanismo;Urbanismo Contemporâneo;Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo	Esta tese analisa um conjunto de experiências de colaborações acadêmicas entre três universidades globais – Harvard University, Columbia University e University College London – e instituições no Brasil, no desenvolvimento de atividades de pesquisa, oficinas, ateliês de projeto e consultoria urbana. Parte-se do pressuposto que as universidades globais, ditas de Classe Mundial, circulam com bastante destreza em um sistema de educação superior que está além das fronteiras territoriais, numa esfera multiescalar que atravessa os poderes local e nacional. Considera-se, ainda, que a formação em Urbanismo e Planejamento nos grandes centros, atualmente, impõe a necessidade de se adquirir prática na atuação transfronteiriça, como parte das exigências do mundo do trabalho, adquirindo as habilidades para a atuação global. A matriz analítica das Cités, formulada por Luc Boltanski junto a Laurent Thévenot e Ève Chiapello, serve de referência para se construir um quadro com os principais valores, perfis e dispositivos que estão em jogo, nas situações em que se realizam as atividades de colaboração, considerando que elas se estruturam em rede e visam, em princípio, à sua ampliação e aos benefícios para o bem comum que se pode obter com o compartilhamento de ideias e de experiências. Constrói-se, assim, o que se chama, nesta pesquisa, por "Universidade por Projetos", como uma nova relação entre a vida acadêmica e a rotina de inserir-se em projetos de pesquisa os mais variados quanto possível, em um ritmo marcado pelo tempo do mercado, o que impede maiores investimentos críticos e a construção de redes de solidariedade mais sólidas. Partindo das contribuições de Pierre Dardot e Christial Laval, a análise de como estes projetos se inserem nas estruturas de pesquisa mostrou como a governamentalidade neoliberal, enquanto uma racionalidade, está assentada na lógica empresarial e concorrencial das unidades acadêmicas. A partir dos estudos de caso, foi possível identificar que as atividades de pesquisa aplicada vêm se mostrando instrumentais a esta racionalidade, tendendo a legitimar a atuação de multinacionais e do Estado na condução do território, sem abrir oportunidades para maior participação popular. Também foram identificadas expressões de contracondutas, como alternativas a este processo mais amplo, que se destacam, antes de tudo, pela potencial inserção dos movimentos sociais em redes de colaboração acadêmica.	Distrito Federal	Ensino
NUNES, ORLANDO VINICIUS RANGEL. **O PROGRAMA CIDADES DE PORTE MÉDIO: PLANEJAMENTO E POLÍTICA URBANO-REGIONAL NO BRASIL (1976-1986)**' 03/04/2020 446 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCE-UnB							
128	2020	ORLANDO VINICIUS RANGEL NUNES	O PROGRAMA CIDADES DE PORTE MÉDIO: PLANEJAMENTO E POLÍTICA URBANO-REGIONAL NO BRASIL (1976-1986)	Programa Cidades de Porte Médio; CPM; Planejamento Urbano e Regional; Política Urbana e Regional; Regime Militar	O Programa Cidades de Porte Médio – ou CPM –, objeto deste trabalho, fez parte de uma política pública empreendida pelo governo federal para implementar o planejamento urbano e o planejamento regional na escala nacional. Esta Tese buscou apresentar o lugar dessas políticas no âmbito das cidades de porte médio e o seu papel na tentativa de formação do sistema urbano nacional e de qualificação dessas cidades. O programa foi implementado entre 1976 e 1986, em decorrência de fatores conjunturais das migrações internas brasileiras, dos estudos sobre a questão urbana em âmbito federal e da inserção da cidade de porte médio como solução para os problemas macroeconômicos, originários dos grandes investimentos estatais e das crises internas e internacionais. O CPM foi recepcionado pelo arranjo institucional federal como uma forma de organizar, controlar e induzir os investimentos existentes à época e que se direcionavam para as cidades de porte médio. Esta pesquisa se insere, assim, no campo da História Urbana, tendo como método a coleta e a sistematização de fontes primárias documentais, originárias das instituições que conduziram o CPM, bem como matérias jornalísticas, estudos técnicos elaborados pela Comissão Nacional das Regiões Metropolitanas e da Política Urbana – CNPU, Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN-PR, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, Ministério do Interior – MINTER, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. As fontes foram problematizadas a partir da indagação: Qual o lugar do Programa Cidade de Porte Médio e da cidade de porte médio no planejamento e na política urbana e regional entre 1976 e 1986? O texto foi dividido em três partes dedicadas A) ao primeiro Programa, formulado pelo IPEA, oriundo dos estudos macroeconômicos e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND; B) ao "Programa Nacional" de Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM, implementado pela SEPLAN-PR com a CNPU até 1979 e pelo MINTER com a CNDU até 1986, em que se alternaram as vertentes intrarregional e intraurbana; C) ao tensionamento e articulação na gestão do Programa Nacional no âmbito municipal, estadual e federal, bem como, após 1979, à ingerência do BIRD. Concluiu-se que a inserção do CPM na PNDU foi paradoxal, passando do prestígio do planejamento ao desprestígio do Programa Nacional, da centralização à distensão, do milagre econômico à recessão e da indução à migração interna. O Governo Federal promoveu uma contínua institucionalização em decorrência das demandas que o CPM trouxe. O Estudo do CPM é essencial para se explicar a Política Urbana Nacional da década de 1970 e 1980. O CPM foi uma experiência interessante, mas o seu declínio a partir de 1986 leva a afirmar que seus mecanismos de operação não são adequados ao contexto democrático.	Distrito Federal	Legislação/ Política Pública
SILVA, RICARDO ALEXANDRE DA. **O PENSAMENTO TECNOCRÁTICO, A SETORIZAÇÃO E AS PRÁTICAS PERMISSIVAS: A QUESTÃO DAS ÁREAS CONTAMINADAS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**' 23/02/2018 255 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							

129	2018	RICARDO ALEXANDRE DA SILVA	O PENSAMENTO TECNOCRÁTICO, A SETORIZAÇÃO E AS PRÁTICAS PERMISSIVAS: A QUESTÃO DAS ÁREAS CONTAMINADAS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	contaminação; áreas contaminadas; gestão municipal; tecnocracia; legislação de uso e ocupação do solo	A questão das áreas contaminadas representa um problema que tem aumentado nas últimas décadas. A identificação de inúmeras contaminações – antigas e recentes - no solo e meio hídrico tem afetado a população, ocasionado inúmeros problemas de saúde, e ao meio ambiente, com o comprometimento da flora e a fauna. Além disso, atividades econômicas, executadas tanto no espaço urbano e rural, tem sido prejudicadas pela justaposição dos meios de produção industrial que geram diversos tipos de contaminações. As ações executadas pelos gestores públicos, não tem acompanhado a amplitude e a expansão dos casos já detectados. Geralmente o papel exercido pelos gestores públicos, em especial o poder municipal, tem sido marcado por uma grande leniência e que é evocada a partir de suas estruturas gerenciais claramente tecnocráticas e patrimonialistas. A competência jurídica sobre o licenciamento de atividades com risco de contaminação, alçada nacional e estadual no Brasil e em outros países estudados, com perspectiva setorial e disciplinar, na qual a indústria é sempre vista como fator positivo, não alcança o problema enquanto fenômeno territorializado, com implicações no uso atual e futuro das localidades. O estudo em questão propõe novas diretrizes para o tratamento de áreas contaminadas, com destaque à integração gerencial dos níveis de governo, o acesso à informação e acompanhamento da sociedade. Foram elaboradas a partir da análise de diversas ocorrências de contaminação, observando-se as causas, efeitos, agentes e, principalmente, a postura adotada pelos gestores públicos, em particular os municipais, pois são os responsáveis diretos pela regulação do território, através da legislação de uso e ocupação do solo no espaço municipal.	São Paulo	Meio Ambiente
VALDES, RODRIGO LUIS MILLAN. **Urbanismo esportivo na América do Sul: ordem, espetáculo e operações imobiliárias (1920-1955)**' 13/05/2019 341 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
130	2019	RODRIGO LUIS MILLAN VALDES	Urbanismo esportivo na América do Sul: ordem, espetáculo e operações imobiliárias (1920-1955)	Cultura urbana; Equipamentos esportivos; Esporte e lazer; História da arquitetura e do urbanismo; Urbanismo esportivo	Esta tese de doutorado discute o processo de planejamento e construção de equipamentos esportivos e de lazer públicos em três cidades da América do Sul, entre os anos de 1920 e 1955, período marcado pela massificação do esporte como prática e como espetáculo urbano. Esse processo teve seu início nas primeiras décadas do século XX, quando passou a ser cada vez mais comum a construção de estádios, ginásios, piscinas, clubes esportivos, velódromos, praças de jogos infantis, equipamentos esportivos no interior de conjuntos escolares e universitários, impulsionados tanto pelo poder público quanto pelo setor privado. Ademais, nesse período, foram institucionalizados os eventos esportivos locais e internacionais como parte da oferta de entretenimento urbano. Centrada em diferentes episódios da história urbana e cultural de Montevidéu, Santiago e São Paulo, a tese defende a hipótese de que a urbanização esportiva foi o resultado da ação de uma série de agentes que, conduzidos por ideias e interesses diversos, promoveram a construção de equipamentos esportivos no continente. Mediante a consolidação de interações,	São Paulo	Espaço urbano

					práticas, políticas e instituições, esse conjunto de agentes criou o campo social do urbanismo esportivo. É possível afirmar que o urbanismo esportivo foi impulsionado por quatro grandes agendas: o crescimento da indústria esportiva do espetáculo; a incorporação do esporte e da educação física às políticas sanitárias e educacionais; o desenvolvimento de discursos nacionalistas que integraram esporte, fortalecimento dos corpos e patriotismo; e as visões de agentes públicos e privados que conceberam os equipamentos esportivos como parte de operações imobiliárias maiores. Ao longo da tese será demonstrado como a produção desses espaços foi resultado de uma trama tensa de forças em disputa, mobilizada por agendas, práticas e referenciais teóricas diferentes. Procedentes de campos de conhecimento e de ação tão diversos como a política, a educação, a medicina, o jornalismo, a engenharia, a arquitetura e o planejamento urbano, argumento que esses discursos foram fundamentais para definir os equipamentos esportivos como bens públicos socialmente necessários, elaborar políticas públicas de incentivo à sua construção e participar dos debates sobre a localização, a construção e a elaboração de programas de uso desses locais.		
LIMA, CLOVIS ANTONIO BENEDINI. **Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio**' 01/07/2020 258 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
131	2020	CLOVIS ANTONIO BENEDINI LIMA	Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio	Vitrúvio; De Architectura; symmetria; arquitetura greco-romana; filosofia helenística.	Os desígnios da arquitetura, segundo Vitrúvio, evidenciam-se também por sua íntima associação ao extenso ciclo de preparo requerido pela disciplina. Assim, procurar compreender como se constrói a ciência do arquiteto (architecti scientia) no De Architectura propicia uma aproximação ao entendimento do autor acerca dos limites da atividade da arquitetura e do ofício do arquiteto. A investigação sobre a natureza das coisas (natura rerum) é fundamental à arte edificatória em sua lida com os corpos, não apenas dos materiais de construção (minerais e vegetais), mas dos seres animados que se valem de abrigos e que compõem o mundo. No entanto, a ciência do arquiteto é regida pela razão (ratio) que encontra na symmetria a um só tempo a oportunidade da suprema materialização de sua arte e do exercício de uma ética. O estudo da concatenação dos três primeiros volumes oferece uma perspectiva privilegiada ao pensamento vitruviano, que se configura como amálgama de copiosas instruções e doutrinas variadas.	São Paulo	Atuação Profissional
VASCONSELOS, TASSIA BORGES DE. **Os níveis de computabilidade no processo de projeto: um panorama de abordagens nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**' 21/09/2021 305 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP - BDTD USP							
132	2021	TASSIA BORGES DE VASCONSELOS	Os níveis de computabilidade no processo de projeto: um panorama de abordagens nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil	Níveis de computabilidade; Mapeamento; Práticas didáticas; Processo de Projeto; Cursos de Arquitetura e Urbanismo	A representação de um objeto idealizado, inerente ao processo de projeto em arquitetura, há décadas era compreendida majoritariamente como o resultado da interação de um arquiteto com o desenho em um papel, muitas vezes fazendo parte do processo projetual, o famoso "croqui". Porém, com a emergência de uma arquitetura embebida por uma revolução digital surgiram novas possibilidades de representação utilizando-se dos meios digitais. Principalmente aquelas que possibilitam que leigos em linguagens de programação possam também acessar um nível de geração e controle da forma para muito além daquele estabelecido junto às tecnologias digitais tradicionais de representação. Diante de um cenário de utilização massiva do computador em processos de projeto, pretende-se apresentar e sistematizar três lógicas gerais do uso dos ambientes digitais no contexto de projeto na arquitetura contemporânea, retomando-se definições propostas por Mitchell (1975), por Rivka Oxman (2006), e utilizando a abordagem de Toni Kotnik (2010), sobre os níveis de computabilidade no processo de projeto. Esta compreensão de diferentes níveis de computabilidade explorados no processo de projeto desenvolvidos no ambiente digital: representacional, paramétrico e algorítmico, tem-se por propósito avançar na compreensão das consequências da apropriação dos conceitos e procedimentos associados à exploração da mídia ativa. Nesta direção, esta tese de doutorado busca compreender a macroestrutura dos cursos de graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, e refletir sobre como esse cenário formativo se posiciona frente as novas possibilidades por meio de uma revisão sistemática delimitadas no período de 2005 à 2017. Assim, realizando cruzamentos de maneira a trazer apontamentos de como as dinâmicas estruturais auxiliam ou dificultam na repercussão de práticas didáticas, que explorem as tecnologias de gráfica computacional no processo de projeto, à luz das experiências estudadas. Neste processo identificou-se um cenário de exceção, extremamente mobilizado por questões macroestruturais relativo ao contexto específico do Brasil, dentro de particularidades das instituições e suas desigualdades.	São Paulo	Tecnologia
BRAGANCA, LUCIANA SOUZA. **JARDINS POSSÍVEIS**' 13/09/2021 543 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG							
133	2021	LUCIANA SOUZA BRAGANCA	JARDINS POSSÍVEIS	Jardim; Possíveis; Cosmopolíticas; Multiespécie; Cidade. Natureza; Sustentabilidade; Ecologia; Arquitetura e Urbanismo	Jardins são microcosmos do infinito, uma cosmologia (MOMGIN, 2013). Que mundos os jardins revelam hoje que podem contaminar a arquitetura e o urbanismo em suas práticas modernas e antropocentradas? O ponto de partida da tese é o entendimento dos jardins historicamente, dos jardins pesquisados como possibilidade e também da história brasileira do relacionamento entre os viventes. Os territórios da pesquisa foram escolhidos a partir do entendimento da água e da bacia hidrográfica como unidade essencial para a vida e o pensamento sobre o espaço. Os jardins possíveis escolhidos para a tese são aqueles onde as pessoas se relacionam diretamente na sua construção bem como esses outros viventes conformando territórios de simbioses "topobiorelacionais", coletivos multiespécies (TISING, 2019), presentes nas cidades com potência para recriá-la ao re-existirem (MIGNOLO, 2004) ou ao tornarem-se reais. A partir da chave dos jardins a pesquisa se desenvolveu buscando entender como se relacionam humanos e não-humanos. Para a pesquisa, associa-se o possível à característica de gratividade já latente no território e o poder a um	Minas Gerais	Paisagem

					regime de visibilidade e invisibilidade que inventa e concatena narrativas (BERARDI, 2019). Nesse sentido, a proposta é tecer uma crítica ao planejamento como uma crítica ao regime de visibilidades, portanto uma crítica a uma forma de poder antropocêntrica, operada também pelos grandes conceitos e narrativas como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Serão problematizadas também as ideias de natureza, ecologia e movimento ecológico à luz dos mundos dos jardins. A partir disso a pesquisa investiga qual a possibilidade cosmopolítica da arquitetura e do urbanismo com os não-humanos, baseados em alianças afetivas e confluências presentes nos jardins que transborda. Serão apontadas as contribuições no sentido das ideias da Terra viva, Gaia e das confluências cosmopolíticas (STENGERS, 2004). Os jardins tornados visíveis se estruturam pelo cuidado, pelo amor e pela religiosidade. São femininos, o lugar de encontro dos diferentes, repositório de memórias do mundo fora da ordem, lugar da ancestralidade, salvaguarda dos saberes da terra. São microcosmos possíveis, fragmentários e também planetários onde o reconhecimento de cosmovisões não hegemônicas funciona como exemplos de microcosmopolíticas contra coloniais (BISPO DOS SANTOS, 2015). Entre água, solo, sol, vento, animais e plantas há jardins como possibilidades multiespécies de futuros exemplares levantados como hipóteses investigativas para a arquitetura e o urbanismo na conclusão.		
REIS, ROSANA SANTANA DOS. **ROTAS ACESSÍVEIS EM SÍTIOS CULTURAIS DE INTERESSE TURÍSTICO NO BRASIL E NA ITÁLIA: normas, diretrizes e projetos**' 05/03/2021 447 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA							
134	2021	ROSANA SANTANA DOS REIS	ROTAS ACESSÍVEIS EM SÍTIOS CULTURAIS DE INTERESSE TURÍSTICO NO BRASIL E NA ITÁLIA: normas, diretrizes e projetos	Acessibilidade; Rotas acessíveis; Sítios culturais; Barreiras arquitetônicas e urbanísticas; Usuário ampliado; Turismo	As rotas acessíveis, definidas como percursos contínuos e livres de qualquer obstáculo, caracterizados pela interligação entre elementos que compõem a acessibilidade, uma vez implantadas em sítios culturais representam relevante elemento urbano, sendo importantes fatores de valorização do patrimônio. Nesta pesquisa, foi desenvolvido o tema Diretrizes e projetos de rotas acessíveis em sítios culturais de interesse turístico: um estudo comparativo entre rotas da Itália e do Brasil. Como principal objetivo, analisou-se criticamente a implantação de rotas acessíveis realizadas em sítios culturais de interesse turístico localizados na Itália (Sítio Arqueológico de Pompeia) e no Brasil (Centro Histórico de Salvador e Sítio Histórico de Olinda), observando-se em que medida essas intervenções promovem a acessibilidade, são compatíveis com os princípios de conservação e restauro arquitetônico e urbano e podem ser consideradas referências para outros sítios de mesma natureza. A Itália, país que detém a maior quantidade de sítios que integram a lista de Patrimônio da UNESCO, definiu diretrizes para a superação de barreiras arquitetônicas em locais de interesse cultural e vem desenvolvendo e implantando projetos de acessibilidade em seus sítios históricos e arqueológicos. O Brasil, por sua vez, possui poucos e limitados projetos de rotas acessíveis executados em sítios culturais. Mesmo com a sua avançada legislação no campo da acessibilidade, no Brasil, o processo de implantação de rotas acessíveis em locais de	Bahia	Acessibilidade

					interesse cultural e turístico vem acontecendo de maneira lenta e descompassada com as necessidades e expectativas da população e de visitantes que precisam ou desejam se deslocar e acessar esses locais, por motivos diversos, incluindo trabalho, lazer e turismo. Para esta análise, realizou-se estudo comparativo entre as rotas acessíveis definidas como objeto, verificando-se suas metodologias projetuais e observando as soluções adotadas e sua compatibilidade com o uso adequado e a cultura atual da conservação do patrimônio arquitetônico e urbano. Verificou-se que diretrizes e soluções projetuais adotadas para a implantação de rotas acessíveis em sítios culturais italianos podem ser referência para rotas acessíveis brasileiras, considerando-se as legislações de patrimônio e acessibilidade do Brasil e as realidades de cada local. Observou-se, ainda, que as poucas referências de rotas brasileiras desta natureza possuem projetos relevantes para a realidade deste país, podendo ter suas metodologias e soluções urbanas para acessibilidade replicadas em outros sítios culturais de modo a promover acessibilidade ao maior número possível de pessoas e colaborar para a ampliação da segurança, legibilidade, acolhimento e valorização do patrimônio brasileiro.		
JUNQUEIRA, JULIANA VILLELA. **Propedêutica da grossura**' 07/12/2020 244 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Pós-Graduação da FAUUSP							
135	2020	JULIANA VILLELA JUNQUEIRA	Propedêutica da grossura	Lina Bo Bardi; arte e indús- tria; cultura brasileira; práticas pedagógicas.	Entendendo a teoria no bojo da experiência de simplificação, desdobrada em sua experiência na Bahia, essa tese busca retomar a produção de Lina Bo Bardi, nas práticas institucionalizadas por ela, nos três primeiros museus que concebeu – MASP, MAMB e MAPU – procurando identificar os conceitos-chave que balizaram suas ações pedagógicas, que culminariam no projeto da Escola de Desenho Industrial e Artesanato, na Bahia, em 1963. Tal projeto, que buscou uma aproximação com a recém-criada SUDENE, sintetizaria seus esforços acerca do enfrentamento dos paradoxos do processo de industrialização brasileira no desenvolvimento de um método capaz de produzir, reproduzir e, logo, transmitir, uma cultura material industrial vinda da simplificação. O título – Propedêutica da Grossura – condensa a hipótese do trabalho de que, a partir de um corpo preliminar teórico construído em ato por meio das práticas pedagógicas, Lina buscaria sistematizar um método derivado do conjunto de conhecimentos preliminares da Grossura, marcados pela inventividade de uma cultura material possível, formalizando, dessa forma, a propedêutica da grossura como práxis.	São Paulo	Edifício
YAMASHITA, KELLY YUMI. **|Minhocão| via de práticas culturais e ativismo urbano**' 04/02/2020 265 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP e Biblioteca do IAU/USP							
136	2020	KELLY YUMI YAMASHITA	|Minhocão| via de práticas culturais e ativismo urbano	Minhocão; Cultura e Cidade; Ativismo Urbano; Ocupação Urbana	Após as intensas manifestações políticas que eclodiram em escala global na última década, sobretudo a partir das Jornadas de Junho (2013), no caso brasileiro, observou-se que a agitação do período teria estimulado a presença acentuada de jovens – em grande parte grupos	São Paulo	Espaço urbano

					ligados à produção cultural – em praças, parques e ruas da cidade de São Paulo. Em intensidade sem precedentes, formas difusas de ocupação urbana emergiram, enquanto proposições de modos alternativos de 'fazer a cidade' sob novas circunstâncias, como se estivesse em pauta uma outra dinâmica política e social em constituição. Discursos carregados de intensa retórica de consciência política foram combinados às atividades e manifestações de insólito caráter cultural e de lazer, imbricando práticas culturais e ativismo urbano. Nesse sentido, o presente trabalho analisa as apropriações urbanas do Elevado Presidente João Goulart |Minhocão|, isto é, os usos pouco habituais experimentados sobre a via elevada, com ênfase na última década, desde o 2o Prêmio Prestes Maia de Urbanismo (2006) até as disputas e negociações recentes quanto ao seu destino. À luz da discussão urbanística contemporânea, sinaliza-se estar em andamento a construção aprimorada de pactos muito mais alinhados ao poder político e econômico do que sugerem as imagens e discursos de contravenção à sua urbanidade original. Em que pese a entrada em cena de novos agentes urbanos – grupos de jovens, ativistas e produtores culturais –, a tese do trabalho é a de que houve, nas experiências atuais, uma espécie de encolhimento crítico e de neutralização da dimensão transgressora e insurgente do ativismo em prol de uma funcionalização das reivindicações, sempre em nome de um bem público maior, possibilitada por intervenções de ação direta, propostas paradoxalmente como condutas alternativas para a criação de 'espaços públicos'.		
TIMENI, GIORDANA CHAVES CALADO. **MUITO MAIS QUE O ESCURO: a vivência espacial dos cegos como base para a compreensão sensível da cidade**' 26/07/2019 311 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: undefined							
137	2019	GIORDANA CHAVES CALADO TIMENI	MUITO MAIS QUE O ESCURO: a vivência espacial dos cegos como base para a compreensão sensível da cidade	Pessoas cegas; Espaço Urbano; Experiência Ambiental; Percepção ambiental; Orientação e Mobilidade	Esta pesquisa se desenvolveu a partir de uma pergunta inicial: em que aspectos o entendimento do espaço urbano por pessoas que não dispõem do sentido da visão pode contribuir para o planejamento de uma cidade mais acessível? Como resposta preliminar a essa questão foi definida a hipótese que o reconhecimento da percepção sensível da cidade pelas pessoas cegas possibilita o entendimento de elementos menos evidentes para os demais usuários, o que permite a utilização consciente dessas informações pelos profissionais que intervêm no espaço, favorecendo o desenho urbano. Conduzida por um paradigma de análise espacial fundamentado no ser humano e na relação pessoa-ambiente, a investigação analisou a percepção de pessoas cegas durante a sua movimentação pela cidade, tendo como alicerce os aspectos sociais e físicos da deficiência visual, as condições de orientação/mobilidade do corpo cego e os conceitos de ambiência urbana, experiência ambiental, affordance e wayfinding. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo empírico foi compreender os principais elementos que compõem a percepção do espaço urbano pelas pessoas cegas e que possam subsidiar ideias favoráveis ao desenho urbano. A fim de provocar a discussão sobre estratégias multissensoriais utilizadas na compreensão do espaço urbano, evocando sentidos como o olfato,	Rio Grande do Norte	Acessibilidade

					audição, tato e o paladar, a metodologia da pesquisa empírica foi desenvolvida em dois momentos: (i) visita a centros de treinamento de orientação e mobilidade; (ii) experimento planejado com participação de pessoas cegas dispostas a contribuir com a pesquisa e que apresentassem condições para mobilidade autônoma pela cidade. Essa última etapa ocorreu em um setor urbano adjacente ao Instituto de Educação e Reabilitação dos Cegos do Rio Grande do Norte, no bairro do Alecrim, Natal-RN, e incluiu entrevistas individualizadas, percurso comentado e com o uso de recursos tecnológicos, e desenho-estória. Ressaltando a percepção, cognição e memória das pessoas cegas, os resultados mostram que os nossos sentidos é a base do conhecimento e entendimento do espaço, constatação que reforça a sua importância dos estímulos no planejamento ambiental. As informações coletadas subsidiaram a confecção de uma versão inicial de mapas sensoriais da área urbana escolhida. Conclui-se que, confirmando a hipótese, a análise do movimento do corpo cego no espaço possibilita a definição de subsídios multissensoriais para o projeto de arquitetura e urbanismo, não apenas proporcionando mais inclusão espacial a estes indivíduos, mas que podem representar maior qualidade ambiental para todas as pessoas.		
MELLO, CLAUDIA SOUZA DE. **A FEIRA DA ROÇA AGROECOLOGIA E CULTURA DE VARGEM GRANDE: espaços, práticas e saberes da agricultura urbana no Rio de Janeiro**' 31/03/2021 244 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU							
138	2021	CLAUDIA SOUZA DE MELLO	A FEIRA DA ROÇA AGROECOLOGIA E CULTURA DE VARGEM GRANDE: espaços, práticas e saberes da agricultura urbana no Rio de Janeiro	Agricultura urbana; Feira da Roça Agroecologia e Cultura de Varqem Grande -- FRAC; Espaço Urbano; Práticas Espaciais; Espaços de Representação; Utopia.	A tese aborda o tema da agricultura urbana (AU) e traz o estudo de caso da Feira da Roça, Agroecologia e Cultura (FRAC), localizada em Varqem Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A abordagem metodológica abarca métodos qualitativos, como entrevistas narrativas e observação participante. Os conceitos de espaço, urbano, rede e utopia são utilizados na leitura das práticas. A tese objetiva investigar os espaços das práticas de AU através das narrativas dos agricultores, artesãos, culinaristas e ativistas da FRAC -- suas práticas espaciais e seus espaços de representação -- dimensões, significados e sentidos, frente aos espaços concebidos, às representações do espaço (LEFEBVRE) -- suas dificuldades, necessidades, aspirações, desejos e utopias em relação à AU e à FRAC diante da cidade e suas estruturas. O estudo busca, assim, contribuir, trazendo o olhar dos sujeitos da ação -- seu espaço vivido. Ainda, indiretamente, visa auxiliar para políticas públicas, planos, programas e estudos da cidade e de um urbanismo mais humano (MIRAFTAB, 2016), trazendo outras experiências do urbano -- práticas cotidianas e insurgentes dos sujeitos da ação, em geral, invisibilizadas pelas representações dominantes.	Rio de Janeiro	Espaço urbano
BITENCOURT, RICARDO BATISTA. **Para planejar a boa forma, a avaliação de planos na cidade contemporânea.**' 18/11/2020 314 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: UnB							
139	2020	RICARDO BATISTA BITENCOURT	Para planejar a boa forma, a avaliação de planos na cidade contemporânea.	forma; planejamento; avaliação; urbanização; contemporaneidade.	Partindo da forma urbana como o conjunto de atributos físicos espaciais e não espaciais, fruto das relações sociais estabelecidas e da história, a tese propõe a compreensão e a avaliação morfológica de planos da cidade contemporânea. Cidade essa, tornada fluida, dispersa, fragmentada e segregada, em que as maneiras de planejar já não atendem expectativas. A avaliação qualitativa, denominada PFORM (plano + forma), é baseada, em boa medida, no pensamento construtivista e na racionalidade comunicativa, se apropriando das dimensões da Teoria da Boa Forma da Cidade de Kevin Lynch, trazidas à contemporaneidade, por meio de sete princípios: densidades adequadas, centralidades múltiplas, corredores urbanos, estruturas verdes, zoneamento morfológico, diversidade e liberdade tipológica e valorização da história da cidade. O faz, descrevendo conceitos, escalas, evoluções e as diversas abordagens e elementos da morfologia urbana, sem receio de romper as estruturas tradicionais.	Distrito Federal	Espaço urbano
LORETTE, ANTONIO CARLOS RODRIGUES. **PRAÇA LONGA DA PAIXÃO: PRÍNCIPIOS SACRO-URBANÍSTICOS NAS CIDADES SUL MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX**' 25/09/2020 213 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
140	2020	ANTONIO CARLOS RODRIGUES LORETTE	PRAÇA LONGA DA PAIXÃO: PRÍNCIPIOS SACRO-URBANÍSTICOS NAS CIDADES SUL MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX	História Urbana; Espaço Sagrado; Cidades Sul Mineiras; Praça Longa; Francisco de Lima Cerqueira	Esta pesquisa tem como objetivo investigar e analisar as extensas praças centrais existentes nas cidades do sul de Minas Gerais, que neste trabalho denominamos "Praça Longa da Paixão": sua origem e caracterização morfológica. Apresenta investigação das influências religiosas cristãs nestes espaços, como sacros-montes, capelas dos Passos, templos e adros; e de sua condição pública, como campos e rossios, vias e ruas "Direita". Analisa os espaços matrizes da antiga Vila Rica, como a Praça Tiradentes e os adros e fachadas das Igrejas de Ordem Terceira, e o sacro-monte do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, em Congonhas do Campo. Revela parte da obra do arquiteto português Francisco de Lima Cerqueira, sua produção em Vila Rica e cercanias de São João del-Rei, e sua possível filiação à escola do Norte Português, da arte de edificar e de arruar, representada por Nicolau Nasoni, José de Figueiredo Seixas e André Soares. Investiga as derivações do modelo "Praça Longa da Paixão" em direção ao sul mineiro, priorizando as cidades de Campanha, Oliveira e Campo Belo, e exemplificando a circulação desta tipologia nas cidades de Lavras, Pouso Alegre, Caldas, Cabo Verde, Varginha e Muzambinho.	São Paulo	Espaço urbano
VASCONCELOS, GUILHERME NUNES DE. **Atmospheres of Immersion: Designing and Experiencing in Architecture and Virtual Reality**' 28/10/2021 267 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti da Escola de Arquitetura da UFMG							
141	2021	GUILHERME NUNES DE VASCONCELOS	Atmospheres of Immersion: Designing and Experiencing in Architecture and Virtual Reality	imersão; realidade virtual; projeto arquitetônico; atmosfera; cognição; experiência	Essa pesquisa investiga a produção e a experiência da imersão em arquitetura e realidade virtual (VR), com o objetivo de desvelar os efeitos cognitivos da VR e compreender por quais motivos essa tecnologia ainda é subutilizada pelos arquitetos para projetar. Esse estudo se aproxima da cognição pela perspectiva enativista, assumindo que a cognição não se restringe apenas ao cérebro de um sujeito, mas se estende por todo o organismo, incluindo o acoplamento sensório-motor do organismo com o ambiente. A imersão é abordada a partir do ponto de vista da fenomenologia, priorizando, sempre que possível, as experiências em primeira mão do autor. Alguns dos aspectos teóricos que emergiram durante a pesquisa foram investigados por meio da prática, seja por meio de experiências imersivas de terceiros, seja pela produção de dois 'estudos práticos' desenvolvidos para a tese. Os conceitos de tecnologia e imersão foram estudados para avaliar a pertinência do termo 'tecnologias imersivas' e para fundamentar teoricamente a possibilidade de uma 'arte da imersão'. A experiência de imersão em arquitetura e VR é analisada, chegando ao conceito de atmosfera como um possível território comum às experiências. A noção de representação, por sua vez, guia a discussão sobre a produção da arquitetura. A relação entre corpo e representação arquitetônica também é investigada, desvelando como a eficiência tornou-se cada vez mais um padrão, implicando a redução dos aspectos subjetivos e o desengajamento do corpo durante o projetar. O estudo mostra que os softwares disponíveis para o desenvolvimento de experiências imersivas em VR são ou muito complexos, demandando o desenvolvimento de habilidades que não são usualmente parte do domínio dos arquitetos, ou muito limitados, restringindo a experimentação. A análise da percepção da imersão e da atmosfera revelou aspectos subjetivos relacionados à instrumentalização da imaginação dos arquitetos, dificultando a percepção de usos alternativos para a VR. Por fim, argumenta-se que o potencial mais significativo da VR para os arquitetos relaciona-se às atmosferas improváveis que essa tecnologia pode trazer à presença, permitindo que os arquitetos experimentem e sejam afetados por espacialidades que não são apenas uma reprodução digital da aparência e/ou do comportamento de um ambiente físico.	Minas Gerais	Tecnologia
MARTINS, CLARA PASSARO GONCALVES. **Três Giras Por Uma Descanonização dos Modelos Ocidentais Modernos de Corpo na Arquitetura (na Dobra com a Dança) - NEUFERT®, MODULOR e LABAN**' 16/08/2021 207 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA							
142	2021	CLARA PASSARO GONCALVES MARTINS	**Três Giras Por Uma Descanonização dos Modelos Ocidentais Modernos de Corpo na Arquitetura (na Dobra com a Dança) - NEUFERT®, MODULOR e LABAN**				
VIEIRA, MONIQUE LESSA. **FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA PARA A PRESERVAÇÃO DE ÁREAS E EDIFÍCIOS DE VALOR PATRIMONIAL: DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA E O EXERCÍCIO PROJETUAL**' 20/11/2020 504 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Biblioteca Central Zila Mamede							
143	2020	MONIQUE LESSA VIEIRA	FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA PARA A PRESERVAÇÃO DE ÁREAS E	Projeto de intervenção arquitetônica; formação profissional; matriz de conhecimentos;	O presente trabalho visa elaborar uma matriz de conhecimentos essenciais, que promova a capacitação do estudante de Arquitetura e Urbanismo no Brasil para a prática projetual em áreas e edifícios de interesse patrimonial. Acredita-se que é necessária uma constante discussão sobre perfis e padrões que assegurem a qualificação do	Rio Grande do Norte	Ensino

			EDIFÍCIOS DE VALOR PATRIMONIAL: DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA E O EXERCÍCIO PROJETUAL	experiências no Brasil e Itália	profissional – arquiteto e urbanista – à altura dos desafios sociais, culturais e econômicos vivenciados atualmente. Entres esses desafios, destaca-se, neste trabalho, a questão da conservação de uma preexistência de valor patrimonial. O objeto de estudo desta pesquisa corresponde a uma análise do ensino da preservação patrimonial (no âmbito dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo) e à construção de um suporte teórico-metodológico para a formação dos futuros profissionais (no âmbito da graduação) que venham a desenvolver projetos de intervenção arquitetônica em edifícios e áreas de valor patrimonial. Parte-se da premissa que o ensino de Arquitetura e Urbanismo só possibilitará uma formação profissional que revele competências e habilidades para a preservação do patrimônio edificado mediante uma clara relação entre aprofundamento teórico e exercício projetual. Logo, para o alcance do objetivo, foram definidas duas estratégias de pesquisa: 1) pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados à preservação e à intervenção arquitetônica em edifícios e áreas de reconhecido valor patrimonial, destacando alguns dos principais modelos teórico-operativos, fruto de anos de reflexão; 2) pesquisa empírica (estudos de casos), que propõe investigar e analisar criticamente como se dá o processo de ensino-aprendizagem para preservação patrimonial nos cursos de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Brasil, e na Università degli Studi "Gabriele d'Annunzio" di Chieti-Pescara (UdA), na Itália. A matriz proposta parte da reflexão teórica, das análises dos estudos de caso e da sua validação por meio de professores especialistas na temática e foi definida com base em cinco perguntas fundamentais: "Por que preservar?", "Para quem preservar", "O que preservar?", "Como preservar?" e "Estou preservando?", todas relacionadas a princípios teórico-operativos que influenciam diretamente a fase propositiva do projeto. que a tipologia adotada pelos CCMs tem sobre os idosos moradores, a fim de propor diretrizes para futuros projetos. Para tanto, a atividade empírica teve como recorte espacial os CCMs das cidades de João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, tomados como estudos de caso. Metodologicamente, além de estudo bibliográfico e análise documental, a atividade empírica recorreu à abordagem Multimétodos, promovendo o confronto da análise técnica do pesquisador (obtida por sintaxe espacial e vistoria) com o ponto de vista do usuário (por meio de questionários e grupo focal). A pesquisa mostrou que, embora existam características dos CCMs consideradas positivas por seus usuários (sobretudo o baixo aluguel social envolvido), há vários problemas associados a eles (em especial: sua localização, o afastamento da área conhecida da cidade e da família, a insegurança na permanência no local, a dissociação entre a programação arquitetônica e as necessidades dos moradores, o dimensionamento das unidades). Diante dessas evidências, recomenda-se que o modelo não seja		

					reproduzido do modo como foi observado, sendo apontadas diretrizes que facilitariam a implantação de habitações para idosos a partir de outros parâmetros.		
GALLO, DOUGLAS LUCIANO LOPES. **CIDADE HUMANA: A VIDA URBANA E A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO QUALIDADE DE VIDA**' 03/12/2020 382 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ								
144	2020	DOUGLAS LUCIANO LOPES GALLO	CIDADE HUMANA: A VIDA URBANA E A PROMOÇÃO DA SAÚDE COMO QUALIDADE DE VIDA	Urbanismo e Saúde; Humanização Urbana; Qualidade de Vida Urbana; Cidades Saudáveis; Planejamento Urbano Saudável	Esta tese de doutorado é escrita a partir do entendimento que a cidade é uma construção humana e esta dimensão, ainda que renegada, não pode ser esquecida nem desconsiderada. Foi um estudo qualitativo que buscou aprofundar-se no mundo dos significados e representações sociais. O arqumento desenvolvido tem especial relevância quando considerada em sua interdisciplinaridade, aproximando o urbanismo do campo da saúde e revelando as suas conexões. A qualidade de vida urbana é considerada de forma ampliada e multidimensional, associada ao conceito ampliado de saúde. A vida urbana e a sociabilidade são tomadas como elementos de promoção da saúde no espaço urbano. Os processos de individualização e fragmentação da vida contemporânea têm corroído a vida urbana, esvaziando os espaços públicos e homogeneizando as cidades. Defendemos a tese de que estamos em uma transição de um paradigma tecnicista para um mais humanista, porém esta transição ainda está em curso e não conhecemos plenamente seus efeitos. Argumentamos que a sensação de insegurança e o medo têm se generalizado e reforçado estes processos apontados, alimentando e legitimando a segregação socioespacial e corroendo ainda mais a vida urbana. Nesta realidade, os espaços verdes, como parques e praças, apresentam um papel importante para a qualidade de vida nas cidades, possibilitando uma vida mais ativa e saudável, bem como funcionando como espaços de convívio social e vida ativa. Estes aspectos físicos e sociais da vida urbana são importantes para que as cidades sejam mais saudáveis e humanas. Assim sendo, a qualidade ambiental e espacial do verde urbano é fundamental para que este atinja seu papel na promoção da qualidade de vida. Ao analisarmos as percepções e representações sociais de entrevistados na cidade de Curitiba/PR, observamos como aspectos da vida cotidiana, como empatia, educação e gentileza funcionam como humanizadores das cidades. As condições sociais e físicas das cidades determinam a saúde e a qualidade de vida das populações. Uma cidade humana seria aquela onde todos tivessem acesso aos serviços, bens e espaços urbanos, possibilitando uma vida urbana sem medo e insegurança. Uma cidade com espaços de qualidade e pensados para a escala das pessoas, possibilitando uma vida rica em diversidade e respeito, cuja convivência se desse com acolhimento.	Rio de Janeiro	Discurso social
SOUZA, RODRIGO HENRIQUE BUSNARDO DE. **FOTOGRAFIA, CIDADE E PAISAGEM URBANA: REVELAÇÕES ENTRE BRASIL E FRANÇA (1840 - 1889)**' 27/02/2019 533 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas								
145	2019	RODRIGO HENRIQUE BUSNARDO DE SOUZA	FOTOGRAFIA, CIDADE E PAISAGEM URBANA: REVELAÇÕES ENTRE BRASIL E FRANÇA (1840 - 1889)	Urbanismo.; Fotografia; Brasil oitocentista; França oitocentista; istória do pensamento urbanístico; Rio de Janeiro; Paris	A presente pesquisa visa evidenciar as possíveis relações entre o Brasil e a França, no período entre 1840 e 1889, com relação ao envolvimento do tripé intelectual pesquisado: a fotografia, a cidade e paisagem urbana. O estudo das relações entre estas duas culturas diversas aborda sobretudo a inter-relação que a fotografia oitocentista teve diante da paisagem urbana das capitais brasileira e francesa – Paris e Rio de Janeiro. O papel desempenhado pelo imperador brasileiro Dom Pedro II é evidenciado por intermédio de suas condecorações aos fotógrafos oficiais do Império, bem como das participações brasileiras nas Exposições Universais de 1876 e 1889, onde a fotografia de paisagens urbanas brasileiras foram expostas. E o papel do imperador francês Napoleão III, em renovar a malha urbana de Paris, colocou em evidência os serviços fotográficos de Charles Marville – fotógrafo oficial de Paris. Este trabalho aborda os planos urbanos pensados e/ou realizados neste recorte temporal: do lado brasileiro, os Planos de Beaurepaire-Rohan e o Plano de Melhoramentos, para o Rio de Janeiro; do lado parisiense, o Plano de Haussmann. É colocado à luz a exposição de algumas obras imagéticas de dois ícones da fotografia urbana oitocentista: Marc Ferrez, no Brasil, e Charles Marville, em Paris. As imagens dos Fotógrafos da Casa Imperial, condecorados por D. Pedro II, vêm para reforçar a exposição das vistas cariocas, bem como dos seus equipamentos urbanos. Torna-se possível, portanto, através destas revelações de caráter social, cultural, técnico e científico, mostrar o envolvimento fraterno entre a fotografia e o pré-urbanismo, pois, desde seus respectivos nascimentos, ambos caminham de forma independente, porém indissociável, sobretudo no ambiente acadêmico, seja ele voltado para o universo profissional ou para o científico.	São Paulo	Fotografia
LIMA, ANA CAROLINA GLERIA. **Casa e documentação: a história contada através de um acervo de projetos**' 01/12/2020 356 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (SÃO CARLOS), São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações USP e Biblioteca do IAU/USP								
146	2020	ANA CAROLINA GLERIA LIMA	Casa e documentação: a história contada através de um acervo de projetos	Moradia urbana paulista; Arquitetura e fontes documentais; Acervo de Obras Particulares; Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP); Ribeirão Preto — cidade	Estuda a arquitetura residencial urbana através do acervo de Obras Particulares do APHRP — Arqui- vo Público e Histórico de Ribeirão Preto (SP), entre os anos 1910, início da existência do acervo, e 1933, ano que a prática construtiva vai se alterar no que se refere à legislação, aos agentes cons- trutores e aos materiais utilizados, com destaque para a adoção do Código de Obras Arthur Saboya para a cidade de Ribeirão Preto e a regulamentação do exercício das profissões de engenheiro e arquiteto em todo o país com a criação dos órgãos fiscalizadores. Levanta, sistematiza e analisa os projetos aprovados pela Diretoria de Obras, identificando as transformações funcionais, plásticas e construtivas — por meio da implantação, volumetria, dos programas e das intenções plásticas em paralelo aos códigos de posturas vigentes — , ocorridas ao longo do período. Defende a hipótese de que a diversidade das características arquitetônicas das moradias urbanas em Ribeirão Preto, no início do século XX, esteve vinculada a contextos políticos, econômicos, sociais e culturais locais diversos e coexistiu de maneira compatível com o cenário arquitetônico das grandes capitais — em especial, a capital paulista — com o aparecimento de novos programas, alterações na implantação, inovações no repertório formal, e	São Paulo	Edifício

					outras características passíveis de serem analisadas através dos desenhos arquitetônicos arquivados no acervo de projetos do APHRP. Busca apoio teórico em pes- quisas recentes, como a de Jorge Lody; em autores locais, como Adriana Capretz Silva; em autores consolidados, como Nabil Bonduki, Maria Cristina Wolff de Carvalho, Sylvia Ficher, Maria Cecília Naclério Homem, Carlos Lemos e Nestor Goulart Reis Filho e, por fim, em autores que trazem uma visão do contexto internacional, como Clay Lancaster, Monique Eleb e Anne Debarre.		
SILVA, RENATO FONSECA LIVRAMENTO DA. **[LP3] TRÊS : Ferramenta para auxiliar fases inicias de projeto com base em sistemas sensoriais, princípios de usabilidade e desenho universal**' 07/10/2020 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: undefined							
147	2020	RENATO FONSECA LIVRAMENTO DA SILVA	[LP3] TRÊS : Ferramenta para auxiliar fases inicias de projeto com base em sistemas sensoriais, princípios de usabilidade e desenho universal	Arquitetura, Design e Engenharia de Produto; Ferramenta de Projeto; Sistemas Sensoriais, Usabilidade, Desenho Universal.	O conhecimento sobre o funcionamento do Sistema Sensorial humano, por projetistas, assume importância no sentido de ampliar o entendimento quanto as capacidades sensoriais, cognitivas e motoras dos indivíduos, para serem aplicados ao desenvolvimento de ambientes e produtos. A Usabilidade nesse contexto, colabora para o fácil uso de produtos e sistemas nas mais distintas escalas e o Design Universal evidencia de forma ampla e sequra a acessibilidade e equidade no ambiente construído. Porém, a disponibilização de forma sistematizada e com linguagem aplicada ao percurso projetual, dessas informações, ainda é uma prática incipiente, sobretudo, por meio de ferramentas de projeto que visam auxiliar às etapas de ideação. Somado a isso, tem-se a complexidade dos momentos iniciais de projeto, exigindo motivação das equipes envolvidas que comumente tratam grande fluxo de dados a serem interpretados e convertidos em informações relevantes. Nesse contexto, esta tese objetiva desenvolver uma ferramenta para auxiliar equipes multidisciplinares, na criação de conceitos e alternativas inicias de projetos centrados no usuário, de forma colaborativa, no âmbito da Arquitetura, Design e Engenharia de Produto, considerando os Sistemas Sensoriais humano, a Usabilidade e o Desenho Universal como bases conceituais. O percurso metodológico adotado contribuiu para dar clareza, segurança e qualidade à trajetória da pesquisa, sendo estruturado em quatro etapas, sendo a primeira a construção teórica, com característica exploratória que proporcionou suporte para a composição da base conceitual. Como segunda, o desenvolvimento da ferramenta, de forma descritiva, caracterizada por uma abordagem centrada no usuário, com o envolvimento dos participantes da pesquisa na estruturação dos requisitos em três distintos contextos: com 11 alunos do Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba - PPGAU /Brasil; com 19 alunos de Graduação no ENSCI - École Nationale Supérieure de Création Industrielle/Alpes Design Lab/Ensci-Les Ateliers/França; com 3 profissionais do escritório profissional de referência /França. E por último a realização do teste piloto com 7 alunos do PPGAU/UFPB/Brasil. Os procedimentos técnicos adotados foram, grupo focal, observação	Paraíba	Prática Profissional

					sistemática, entrevista e questionário. A aplicação e a análise dos resultados compuseram a terceira e quarta etapas compostas por momentos explicativos, realizados no Brasil com 19 participantes por meio de Painel de Especialistas com característica multidisciplinar. Na avaliação dos resultados a percepção dos participantes, arquitetos, designers e engenheiros, apontou que a linguagem e a sistemática de uso da ferramenta são claras e de fácil entendimento, estimulando a discussão de ideias de forma colaborativa entre equipes, auxiliando na organização e síntese de dados. Afirmaram ainda que utilizariam a ferramenta, apontando que seu formato digital e os temas estruturantes, auxiliam o desenvolvimento de conceitos e alternativas iniciais de projetos de ambientes e produtos ampliarem a sua acessibilidade e multissensorialidade.		
SQUAIELLA, ROBERTA BETANIA FERREIRA. **DIRETRIZES PROJETUAIS PARA O EDIFÍCIO ESCOLAR VOLTADO ÀS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E ÀS METODOLOGIAS ATIVAS.**' 10/02/2020 287 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander							
148	2020	ROBERTA BETANIA FERREIRA SQUAIELLA	DIRETRIZES PROJETUAIS PARA O EDIFÍCIO ESCOLAR VOLTADO ÀS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E ÀS METODOLOGIAS ATIVAS	Diretrizes de Projeto; Arquitetura Escolar; Inteligências Múltiplas; Metodologias Ativas; Tecnologias da Informação e Comunicação	A educação no século XXI, diante do impacto das tecnologias da informação e da comunicação, suscita grandes transformações no modelo tradicional, amplamente difundido no período industrial. A identificação de diferentes tipos de inteligências aponta para as distintas necessidades dos alunos, que necessitam de uma formação personalizada. Esse novo cenário não cabe mais na conformação do edifício escolar tradicional, que tem o professor como figura central do processo de ensino e aprendizagem. Apesar da arquitetura escolar não ser a responsável pela transformação na educação, identifica-se que o ambiente escolar possui um enorme potencial para criar e apoiar novos hábitos para uma aprendizagem centrada no aluno. Partindo da análise sobre o potencial da teoria do psicólogo e neurologista norte-americano, Howard Gardner, para as concepções de ensino e aprendizagem mais atuais, o objetivo da tese é identificar as novas configurações do edifício escolar, que darão o suporte para o desenvolvimento das inteligências múltiplas (IM), associadas às metodologias ativas. Para isso, são sistematizados os parâmetros de projeto, que devem ser identificados como diretrizes projetuais para as futuras reformas ou construções de edifícios escolares. Conclui-se que uma nova configuração do ambiente escolar, com uma maior variedade de ambientes de aprendizagem, potencializa o desenvolvimento das IM. Tais ambientes devem favorecer as práticas pedagógicas mais criativas e colaborativas, a partir de metodologias ativas. Para isso, o edifício escolar deve ser considerado como um todo, desde o seu acesso, até os ambientes para atividades mais especializadas. Espaços de circulação e áreas informais também devem ser incorporados como locais de prendizagem. Novas diretrizes projetuais de edifícios escolares são necessárias para que arquitetos, gestores e demais agentes envolvidos em novos projetos de edifícios educacionais, possam proporcionar ambientes para o desempenho compatível com a personalização da aprendizagem.	São Paulo	Edifício

SILVA, FLAVIA DE FARIA NEVES GOMES DA. **Urbanismo Azul: uma interpretação da Polinésia Francesa**' 30/12/2020 443 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ							
149	2020	FLAVIA DE FARIA NEVES GOMES DA SILVA	Urbanismo Azul: uma interpretação da Polinésia Francesa	Polinésia Francesa; Cultura; Pirogas Costuradas; Técnicas Construtivas Tradicionais e Ancestrais; Patrimônio Imaterial; Expressões da Arquitetura Vernacular	O objetivo desta tese é demonstrar o valor das técnicas construtivas tradicionais e ancestrais e das expressões da arquitetura vernacular para a produção da arquitetura contemporânea, reabilitando a tradição das técnicas na metodologia de projeto arquitetônico. Trata-se do caso específico das técnicas construtivas tradicionais e ancestrais das piroqas da Polinésia Francesa, do arquipélaqo dos Tuamotus e da ilha de Raivavae, que se encontra no arquipélaqo das Austrais. As piroqas representam a cultura da Polinésia, e servem de transporte, meio de busca de alimento, trocas sociais e culturais, abriqo e lazer. O que me fascinou foi o ofício artístico da costura da piroqa juntando pedaços de madeiras distintos, e o fato dessa construção ser um trabalho coletivo de sobrevivência dos habitantes do lugar. A Polinésia Francesa localiza-se no centro da composição triangular entre Havaí, Ilha de Páscoa e Nova Zelândia que se denomina Triânqulo Polinésio. O Oceano Pacífico é o que rodeia essas ilhas. Entre as ínsulas e o oceano existe um anel de corais, atóis que chegam a ter uma profundidade de 3 mil milhas. Para os polinésios o mar jamais é um obstáculo, a terra e o mar constituem um contínuo. As piroqas são as costuras entre ilhas. Os polinésios compartilham entre si as mesmas tradições culturais — na língua, na arte, na religião e nas ciências. São também conhecidos como grandes navegadores. Como suas travessias ocorriam sem instrumentos, eles desenvolveram uma grande observação da Natureza, orientando-se pela localização das estrelas e das constelações, pela ondulação do mar, os pássaros, a cor das nuvens e dos ventos. É uma civilização animista, de tradição oral, na qual os velhos sábios transmitem o seu conhecimento aos escolhidos. Utilizei a observação participante, do antropólogo polaco Bronislaw Malinowski, o qual defende que a cultura de uma civilização é a soma dos hábitos, costumes, técnicas e crenças. As fontes mais importantes que embasaram a pesquisa foram entrevistas e vivências com os mestres espirituais, sábios da cultura, arquitetos, etnólogos especialistas em patrimônio imaterial, e o intercâmbio com a Universidade da Polinésia Francesa (UPF) e o Centro de Artes e Ofícios (CMA). A técnica construtiva da construção da piroqa costurada pode servir de inspiração ao desenho contemporâneo da arquitetura, enquanto manifestação artística e pelo uso dos materiais disponíveis, devidamente adaptados aos locais e aos usos.	Rio de Janeiro	Prática Profissional
ESTEVES, ANA PAULA DA CONCEICAO. **A ILUMINAÇÃO NATURAL ZENITAL, O USO DE CÉLULAS FOTOVOLTAICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O EDIFÍCIO DE ENERGIA ZERO NO BRASIL**' 28/09/2020 138 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: BAU							
150	2020	ANA PAULA DA CONCEICAO ESTEVES	A ILUMINAÇÃO NATURAL ZENITAL, O USO DE CÉLULAS	Eficiência Energética [nas edificações];. Edifício de Energia Zero [Net Zero Energy Building --	As coberturas têm a capacidade de captação de luz zenital e, com isso, podem desempenhar importantes papéis para a qualidade arquitetônica, tais como: atender às necessidades de luz natural para a realização das tarefas internas, satisfazendo ao conforto visual; trazer benefícios para a	Rio de Janeiro	Conforto ambiental

			FOTOVOLTAICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O EDIFÍCIO DE ENERGIA ZERO NO BRASIL	NZEB;Iluminação Natural [em edificações];Conforto Térmico e Lumínico.	percepção humana e sua experiência naquele espaço, além de contribuir, quando bem dimensionada, com a eficiência energética e consequente caráter de adequação ambiental da edificação, podendo servir não somente como a principal superfície de acesso de luz natural, mas também como o ponto mais adequado da edificação para a geração de energia solar fotovoltaica. Com o objetivo de identificar o quão vantajoso é o uso da luz natural, tendo em vista os ganhos térmicos em edificações com sistema de luz zenital e como um projeto com recursos arquitetônicos adequados de aproveitamento desta luz solar podem contribuir para os critérios da classificação de Edifício de Energia Zero no Brasil, ou seja, quando o balanço energético anual na edificação for positivo, com retorno de energia para a rede, simulações térmicas e energéticas foram realizadas no Programa PHPP (Passive House Planning Package) e as luminicas utilizando o Programa Revit e pelo Método Fluxo Dividido (NBR15215-3) para estudo dos sheds da fábrica da Ipel em São Paulo. Para complementar as análises de consumo, o Método de Lúmens foi aplicado para a iluminação artificial. As simulações envolveram variações de especificações de vidros e o dimensionamento das esquadrias, assim como de painéis fotovoltaicos para análise dos fatores térmicos, luminicos e energéticos, considerando-se avaliar a relação entre o acesso de luz zenital versus ganhos térmicos versus geração de energia fotovoltaica na cobertura. A presente tese levantou discussões sobre os projetos de iluminação natural e o atendimento ao conceito de Edifício de Energia Zero no Brasil. Para tanto, foram elaboradas orientações para o alcance do melhor desempenho possível da luz zenital na edificação e ações pró-eficiência em busca do melhor desempenho ambiental, a exemplo das possibilidades que foram observadas nas análises da luz zenital dos sheds da fábrica da Ipel. Nesta tese, se confirma que quando bem dimensionado o acesso de luz zenital e resolvido o ônus dos ganhos de calor, considerando-se também a geração local de energia, é possível seguir no sentido dos critérios de um Edifício de Energia Zero no Brasil, especialmente observando-se as recomendações e realizando-se os cálculos envolvidos dos três temas: calor, luz e geração de energia.		
MORITA, CAROLINA AKEMI MARTINS. **Do habitat ao habitar poiético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre**' 22/09/2021 462 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
151	2021	CAROLINA AKEMI MARTINS MORITA	Do habitat ao habitar poiético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre				
QUEIROZ, FABIO ABREU DE. **Excepcional: processos de design, arquitetura contemporânea e edifícios de apartamentos na cidade de São Paulo**' 26/10/2021 undefined f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined							
152	2021	FABIO ABREU DE QUEIROZ	Excepcional: processos de design, arquitetura contemporânea e edifícios de apartamentos na cidade de São Paulo	arquitetura; processos de design; apartamentos; mercado imobiliário; São Paulo; sistemas complexos	Esta tese aborda um conjunto de edifícios de apartamentos cuja arquitetura pode ser considerada excepcional por apresentar características inovadoras frente à produção convencional do mercado. Tendo a produção paulistana como referência principal, a hipótese central é que os processos de design dos quais se originam tais edifícios se distanciam das dinâmicas comumente adotadas por empresas no mercado, em termos das relações estabelecidas entre os principais atores envolvidos nesses processos, de seus objetivos e do peso dado aos seus interesses. O objetivo principal da pesquisa é, portanto, o de investigar os processos de design de edifícios de arquitetura excepcional e identificar organizações mais favoráveis à exploração do potencial da arquitetura para a produção de espaços de morar mais coerentes com os modos de vida contemporâneos, em contexto de mercado privado de habitação. A ideia de sistemas complexos é utilizada como ferramenta conceitual.	Minas Gerais	Edifício
MACIEL, ERICK DE MELO. **Patrimônio Cultural e desenvolvimento: São Miguel das Missões (RS)**' 29/07/2019 185 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU/UFSC							
153	2019	ERICK DE MELO MACIEL	Patrimônio Cultural e desenvolvimento: São Miguel das Missões (RS)	Arquitetura e Urbanismo. Patrimônio Cultural. Desenvolvimento. Missões Jesuíticas. Gestão do Patrimônio Cultural.	A presente pesquisa surgiu da necessidade de respostas a respeito da contribuição da preservação do patrimônio cultural no desenvolvimento da cidade de São Miguel das Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, reconhecida como patrimônio mundial, porque não se percebeu in loco alteração significativa no nível de desigualdade social e na melhoria da qualidade de vida da população, de modo a saber se sempre a preservação do patrimônio promove o desenvolvimento. O objetivo foi constatar se a preservação do Sítio Histórico da Redução de São Miguel Arcanjo promoveu o desenvolvimento econômico e social na cidade de São Miguel das Missões, desde a sua emancipação em 1989. O método considerado na pesquisa foi o hipotético-dedutivo. O estudo permitiu observar que o patrimônio cultural material e imaterial são pouco explorados na cidade como fontes de desenvolvimento, além disso, possibilitou estimular a construção de um novo olhar sobre o tema na perspectiva de que nem sempre a preservação do patrimônio cultural induzirá o desenvolvimento e vice-versa, caracterizando que cada caso é único e com especificidades próprias, não sendo possível realizar generalizações.	Santa Catarina	Patrimônio
OLIVEIRA, LIANA PAULA PEREZ DE. **A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo**' 10/06/2019 195 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca FAU							
154	2019	LIANA PAULA PEREZ DE OLIVEIRA	A função social do arquiteto e urbanista diante da construção dos espaços públicos na cidade de São Paulo	Arquitetura e urbanismo; Coletivos urbanos; Cultura; Cultura urbana; Direito à cidade; Espaço público; Função social; Movimentos sociais	O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre os espaços públicos ante uma incipiente mudança de paradigma na atuação dos novíssimos atores urbanos, desde a virada do século XX para o século XXI. Estes foram estudados dentro do processo de acumulação capitalista e da construção histórico-estrutural brasileira, considerando os diferentes atores que interagem na produção das cidades. O estudo se desenvolve por meio de uma perspectiva histórica e do estudo de três coletivos urbanos que assomaram na cidade de São Paulo, observando-se, de início, as suas diferentes localizações e a defesa do "direito à cidade". São eles, o "A Batata Precisa de Você", o "Imargem" e o "Arrua". Essa nova conjuntura democrática é ainda avaliada por meio da prática no campo da arquitetura e urbanismo, que se configura como um possível espaço para novas experiências na atuação desses profissionais, dentro do discurso da crítica social e cultural sobre a cidade.	São Paulo	Espaço urbano
PENIDO, ANDRE REIS. **Programas projetivos: uma visão panorâmica dos gregos aos modernos: suas características, princípios e fundamentos**' 31/07/2019 417 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Prof. Raffaello Berti,da Escola de Arquitetura da UFMG							
155	2019	ANDRE REIS PENIDO	Programas projetivos: uma visão panorâmica dos gregos aos modernos: suas características, princípios e fundamentos	ARQUITETURA E URBANISMO	Esses escritos pretendem discutir os programas projetivos, não segundo suas potencialidades como ferramentas de projeto, mas segundo a perspectiva histórica dos sucessivos elementos de cultura e conhecimento que os propiciam e sustentam. Como se verá, à medida que esses elementos emergem na história constituindo também os princípios projetivos – essenciais aos programas projetivos - estaremos, simultaneamente, diante dos objetos de conhecimento que fundam o campo de conhecimento específico da prática projetiva ou seu campo epistêmico. Considerando essas perspectivas, esses escritos têm como objetivo apreender as transformações no tempo das ideias que sustentam as práticas projetivas para concluir que os programas projetivos contemporâneos não estão aptos à crítica dos próprios objetos a que se propõem constituir. Apesar de não se apresentar como tema central, esse rápido percurso panorâmico ainda permitiu delinear paralelamente, ainda que de modo preambular, argumentos suficientes sobre os quais se poderá construir o estatuto epistemológico específico para a prática projetiva.	Minas Gerais	Prática Profissional
BAUERMANN, JUSSARA SCHULTZ. **MISSÃO AMAZONAS: A EXTENSÃO ALIADA AO ENGAJAMENTO SOCIAL COMO ESTRUTURANTE NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO URBANISTA**' 24/06/2021 287 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
156	2021	JUSSARA SCHULTZ BAUERMANN	MISSÃO AMAZONAS: A EXTENSÃO ALIADA AO ENGAJAMENTO SOCIAL COMO ESTRUTURANTE NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO URBANISTA	Atividade de Extensão; Engajamento Social; Carta UNESCO-UIA; Habilidades e Competências; Ensino da Arquitetura e Urbanismo; Voluntariado; Missão Amazonas.	No mundo urbanizado e globalizado, questões importantes são pontuadas nos debates internacionais envolvendo a formação do arquiteto e urbanista. Dentre essas, uma está relacionada ao problema das desigualdades decorrentes das dinâmicas econômicas e políticas da sociedade contemporânea. Outra questão diz respeito à formação acadêmica que corresponda às atuais demandas, reflexo da complexidade em tempos de globalização, inovação tecnológica e mudanças climáticas. Esses fatores trazem incertezas, alterando rapidamente o modo de habitar, de trabalhar e de se relacionar. Pautado nessas discussões, à luz das recomendações da União Internacional de Arquitetos (UIA), o objetivo desta pesquisa é identificar e analisar estratégias pedagógicas que habilitem o arquiteto para atuar na resolução de problemas, em exercícios que associem os conhecimentos teóricos e práticos à responsabilidade social, a partir de uma visão crítica e reflexiva. Assim, entende-se que atividades de extensão, baseadas nos programas Jim Vlock e Rural Studio, ambos adotados em universidades estadunidenses, são caracterizadas como estratégias pedagógicas que servem de parâmetros à presente investigação. Posto isso, a hipótese desta tese é que atividades de extensão aliadas ao	São Paulo	Prática profissional

					engajamento social podem se tornar o centro da estruturação e da concepção pedagógica e formativa do arquiteto e urbanista, com vistas à condução de um profissional mais qualificado e responsivo, favorecem a comunidade acadêmica no cumprimento de seu papel social e promovem melhorias na qualidade de vida em assentamentos precários. Com natureza aplicada e abordagem qualitativa, os métodos de coleta de dados utilizados na investigação foram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com os participantes da experiência no Amazonas. Fundamentada na Carta UNESCO-UIA para a Formação em Arquitetura, em consonância com a Agenda 2030 da ONU, a pesquisa investigou o caso da Missão Amazonas, desenvolvida pelo UNASP-EC, que tinha como desafio a construção de uma escola em uma comunidade ribeirinha. Como resultados, evidenciou-se que o envolvimento de alunos nesse tipo de programa não apenas colabora para a aquisição de competências e habilidades, mas cria um senso de engajamento social para que no futuro contribuam para o desenvolvimento sustentável e a redução das desiqualdades sociais. Embora ainda não seja possível observar a totalidade dos benefícios da ação no Amazonas, resultados imediatos já podem ser vistos: na continuidade do engajamento social em projetos nessa linha dos participantes após o retorno; na educação das crianças, visto que a alfabetização já demonstra mudanças no modo de vida da comunidade local e na qualidade das edificações e na saúde, como resultado da interação entre acadêmicos e habitantes.		
GRIECO, JOSE LUIZ ROGE FERREIRA. **AUTOMOVEL E CIDADE: FIM DO PACTO?**' 20/02/2020 326 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
157	2020	JOSE LUIZ ROGE FERREIRA GRIECO	AUTOMOVEL E CIDADE: FIM DO PACTO?	Automóvel e cidade; Morfologia urbana e regional; Cultura urbana e automóvel; Automobilidade; Novos modais de deslocamento; Movimentos urbanos contra o uso do automóvel.	O presente estudo compreende a análise da cultura do automóvel observando tanto aspectos funcionalistas, operacionais da presença e do uso do carro que reverberam na conformação morfológica das cidades, como também os significados simbólicos que sustentam um arcabouço ideológico que age como neutralizador do dispositivo automóvel na sociedade moderna. A análise busca compreender o lugar do automóvel na dimensão do urbano (cidade/público/coletivo), na esfera da habitação (casa/privado/individual), assim como as interfaces estabelecidas com modais de deslocamento de menor e maior escala. A reflexão histórica sobre a implantação da indústria automobilística contribui na tese para o vislumbre de panoramas que revelam mudanças culturais na sociedade e consequentemente no espaço urbano vivido pelo homem contemporâneo. As tecnologias emergentes para a mobilidade individual, cujos conceitos, em grande medida, já se pronunciavam no despontar da modernidade, estão, nos dias de hoje, se concretizando de maneira mais diversificada e demandam redefinições de políticas públicas para deslocamentos individuais e coletivos. As questões atuais da mobilidade urbana vêm construindo um paradigma mais restritivo à automobilidade, instaurando o que pode ser chamado de uma crise atual do uso do automóvel, marcada pela	São Paulo	Mobilidade urbana

					intensificação de movimentos sociais que questionam a continuidade do "pacto" estabelecido ao longo do século XX entre a cidade e o automóvel.		
OLENDER, MONICA CRISTINA HENRIQUES LEITE. **Experiências do ensinar e aprender Arquitetura e Urbanismo: um corpo-professora em movimentos da atenção e da invenção de si e do(s) mundo(s) na tecitura lúdica de uma teia-território do educar**' 26/11/2021 402 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA							
158	2021	MONICA CRISTINA HENRIQUES LEITE OLENDER	Experiências do ensinar e aprender Arquitetura e Urbanismo: um corpo-professora em movimentos da atenção e da invenção de si e do(s) mundo(s) na tecitura lúdica de uma teia-território do educar	Ensino de Arquitetura e Urbanismo; corpo-experiência; cognição inventiva; ludicidade; práxis pedagógicas	A presente tese traz tensionamentos do ensino-aprendizagem de Arquitetura e Urbanismo nas graduações a partir de problematizações cognitivas do próprio corpo -- enquanto sentir-pensar-agir sujeitados ao sistema ou desviando dele em emancipação e autonomia -- e das experiências de uma professora-arqueteta. Percorrendo caminhos metodológicos construídos com base na pesquisa-intervenção, a tese vai sendo tecida sensivelmente como uma teia, território existencial no qual a pesquisadora-professora-aranha, em conversações com outros professores de Arquitetura e Urbanismo e estudantes do mesmo curso busca, através de movimentos de abertura para as múltiplas realidades do mundo, incorporar saberes e aprimorar habilidades para aprender a aprender e para investigar experiências de outros a fim de possibilitar novas invenções de si mesma e também desse mundo em sua pluralidade. Atravessam esses movimentos a educação pela atenção consciente, as improvisações emergidas de agenciamentos em devir, os processos de cognição inventiva e a pedagogia lúdo-sensível. A tese traz ainda alguns resultados sobre a reverberação dos estudos, das reflexões e das criações desenvolvidos no decorrer da tese-teia quando levados para a construção didático-pedagógica de três componentes curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora: Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo, História e Teoria em Arquitetura e Urbanismo 7 e Projeto de Arquitetura e Urbanismo 7.	Bahia	Ensino
COELHO, ANDRE DE BARROS. **A cidade escrita na Amazônia: Belém-PA, urbanismo e literatura na virada do século (1880-1920)**' 29/01/2021 168 f. Doutorado em URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: FAU-UFRJ							
159	2021	ANDRE DE BARROS COELHO	A cidade escrita na Amazônia: Belém-PA, urbanismo e literatura na virada do século (1880-1920)	Amazônia; Belém; História da Cidade; História do Urbanismo; Literatura.	Esta pesquisa baseia-se na sensibilidade do autor amazônico do Naturalismo João Marques de Carvalho ao descrever a cidade de Belém (1988-1907) durante o período econômico da borracha. Para isso, o trabalho fita os olhos em textos literários naturalistas -- perscrutando a historiografia sobre a capital paraense ao lado de relatos de viajantes, fotografias, mapas, relatórios oficiais e outros documentos públicos do período -- permitindo aproximações e discussões entre literatura e a cidade.	Rio de Janeiro	Discurso social
MORAIS, LIVIA PAULA ZANELLI DE. **Investigação como prática: thinks tanks e os projetos de arquitetura e urbanismo para o sul plural**' 29/10/2020 229 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined							
160	2020	LIVIA PAULA ZANELLI DE MORAIS	Investigação como prática: thinks tanks e os projetos de arquitetura e	pesquisa, teoria, projetos experimentais; think tanks.;arquitetura e	A ausência de um posicionamento crítico na arquitetura e urbanismo, para além de suas demandas internas, é uma questão que permeia a disciplina desde meados dos anos 1970, como consequência da chamada "condição pós-moderna". Considerando este contexto de	São Paulo	Prática profissional

			urbanismo para o sul plural	urbanismo contemporâneos	pragmatismo e esvaziamento teórico, a tese tem como hipótese central a possibilidade de retomada da crítica e de avanços teóricos na disciplina a partir de um cenário de institucionalização da pesquisa via think tanks e associações entre universidades e escritórios de arquitetura e urbanismo. Investiga, portanto, a produção dos think tanks para as aglomerações urbanas da América Latina, África e Ásia, tendo como objeto de estudo as pesquisas e projetos experimentais do The Now Institute (Morphosis de Thom Mayne e Southern California Institute of Architecture), Urban-Think Tank (Alfredo Brillembourg e Swiss Federal Institute of Technology), The Why Factory (MVRDV de Winy Maas e Delft University of Technology) e AMO (OMA/Rem Koolhaas e Harvard Graduate School of Design). Metodologicamente, nos aproximamos da geografia e da teoria urbana como critério de análise dos estudos de caso. Esta abordagem, via disciplinas correlatas, situando a arquitetura e urbanismo dentro de uma estrutura geral de conhecimento, é importante para a compreensão do estado interno de nossa área. Desse modo, a tese do trabalho é que emergem iniciativas críticas ao cenário neoliberal hegemônico, mas ainda majoritariamente fechadas na própria disciplina e que devem se complementar com ações que permeiam outros campos do conhecimento.		
COSTA, TATIANA DE CARVALHO. **INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS DE PROTEÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ÁREAS ARQUEOLÓGICAS: um olhar sobre a experiência italiana**' 26/11/2021 310 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: UFBA							
161	2021	TATIANA DE CARVALHO COSTA	INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS DE PROTEÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ÁREAS ARQUEOLÓGICAS: um olhar sobre a experiência italiana	intervenção arquitetônica; áreas arqueológicas; experiência italiana; arquitetura e arqueologia	A necessidade de pesquisas arqueológicas prévias para a construção de novos empreendimentos, bem como o desenvolvimento de pesquisas científicas amplas em locais de antigos povoamentos, tem aumentado o número de descobertas arqueológicas. Este quadro vivido atualmente em muitas cidades aliado ao incremento dos valores atribuídos ao patrimônio arqueológico traz novos desafios aos projetos arquitetônicos desenvolvidos nestes locais. Para investigar quais são estes valores e como devem ser elaborados os projetos em áreas arqueológicas é que se estrutura esta tese. A constatação da existência de inúmeras intervenções que não comunicam o significado dos vestígios trazidos à tona ou que não são comprometidas com sua inserção de forma equilibrada no contexto atual fundamenta a investigação que tem como objetivo geral: analisar o resultado das intervenções arquitetônicas de proteção e apresentação de áreas arqueológicas, iluminando a necessidade de interface entre arquitetos e arqueólogos. Considera-se que a arqueologia é a disciplina que possui os instrumentos ideais para a leitura e análise de áreas dotadas de estruturas abandonadas e ocultadas por novos estratos temporais. Do mesmo modo, o arquiteto é o profissional responsável pela transformação do espaço onde convivem coetaneamente os restos do passado e a cidade contemporânea. Nesse sentido, a metodologia de análise foi estruturada de forma interdisciplinar: de um lado através do campo da conservação e do restauro, entendido como o âmbito da arquitetura responsável pela preservação e transmissão ao futuro da	Bahia	Patrimônio

					preexistência edificada mesmo que fragmentada; e de outro a partir da perspectiva da arqueologia, disciplina responsável por trazer à tona e interpretar os testemunhos materiais do passado. Como objeto de estudo foram delimitadas as intervenções em locais constituídos por restos de antigas arquiteturas e a partir da análise da experiência italiana foi revelado que embora ainda seja necessária maior interação entre os dois campos, as perspectivas atuais que equilibram a conservação e a valorização dos achados – entendida como atribuição de sentido - se aproximam mais dos objetivos interdisciplinares requeridos para este tipo de intervenção.		
WESTPHAL, EDUARDO. **Onde se formam arquitetos: sobre os espaços de escolas de arquitetura no Brasil**' 14/07/2020 295 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU-UFSC							
162	2020	EDUARDO WESTPHAL	Onde se formam arquitetos: sobre os espaços de escolas de arquitetura no Brasil	Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura escolar. Análise configuracional. Sintaxe Espacial.	Esta tese realiza uma análise comparativa da configuração espacial de um conjunto de dez escolas de arquitetura, entre as quais, sete instituições brasileiras. A hipótese é de que a essência do espaço escolar consiste não somente no agenciamento de ateliês, salas de aula e oficinas, mas também nos elementos articuladores desses espaços, cuja totalidade constitui uma configuração típica das escolas de arquitetura que fundamenta a formação dos arquitetos e urbanistas. Com caráter exploratório, a pesquisa baseia-se em dados quantitativos e qualitativos para verificar o modo como as atividades pedagógicas se organizam nos espaços, compreendendo-os como estruturas socioespaciais. A primeira parte do trabalho apresenta um esboço sóciohistórico da constituição e do desenvolvimento do campo do ensino formal de arquitetura no Brasil. A segunda parte explora a configuração espacial da amostra de escolas, analisando-as de modo sistematizado. A teoria da Sintaxe Espacial subsidia a identificação das estruturas espaciais mais profundas, buscando regularidades capazes de sintetizar a amostra. As medidas sintáticas de integração global e conectividade, bem como os núcleos integradores das escolas, são informações cotejadas com os rótulos espaciais, constituindo uma análise comparativa de atributos físicos e semânticos. Cortes dos edifícios, por sua vez, complementam a leitura da configuração espacial de cada edifício ao adicionar a escala humana. O caráter heterogêneo dos dados aponta para uma instabilidade tipológica, o que, por sua vez, pode indicar uma característica que as escolas de arquitetura têm de se adaptar a uma série de contingências não condicionadas por programas ou currículos. Isto é, as escolas de arquitetura constituem espaços generativos, reforçando a ideia do espaço tanto como produto quanto como produtor de relações sociais. A configuração espacial dos ateliês evidencia sua peculiaridade e o aspecto convivial das práticas de ensino de projeto. Por outro lado, uma gama de espaços de possibilidades, ou seja, caracterizados pela fluidez de atividades, também se apresenta como essencial às escolas de arquitetura. Por fim, a pesquisa apresenta uma síntese tipológica da estrutura espacial essencial das escolas, ainda que cada caso constitua um fenótipo completamente distinto e	Santa Catarina	Ensino

					com uma série de particularidades. A pesquisa abre caminhos para uma melhor compreensão dos espaços escolares como oportunizadores dos encontros que engendram a produção do conhecimento, o que, por sua vez, reforça a importância da experiência espacial como parte da formação em Arquitetura e Urbanismo.		
ALLUCCI, RENATA RENDELUCCI. **SÃO LUIZ DO PARAITINGA: A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS**' 01/06/2020 338 f. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: SBI/PUC-Campinas							
163	2020	RENATA RENDELUCCI ALLUCCI	SÃO LUIZ DO PARAITINGA: A CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS E OS DESÍGNIOS PÓS-TOMBAMENTOS	São Luiz do Paraitinga; Conjunto Histórico e Paisagístico; tombamento; gestão urbana; história urbana.	As histórias sobre a fundação e a urbanização da cidade paulista de São Luiz do Paraitinga, que se relacionam com a administração do Morgado de Mateus na Capitania de São Paulo, representam o início da utilização de um imaginário fundacional como base para a atribuição de seu valor patrimonial. Esse imaginário fundacional, estabelecido por estudos acadêmicos e pesquisas sobre a cidade, vem servindo de alicerce e justificativa para os sucessivos processos de tombamento pelos órgãos de preservação estadual e federal, somando-se a ele, posteriormente, outros imaginários urbanos. Não obstante sua localização no Vale do Paraíba, a influência da cultura do café sobre o desenvolvimento urbano da cidade foi relativa, pois não promoveu a mesma riqueza que em outras cidades da região. A dificuldade de acesso, entre outros motivos, contribuiu para inibir o desenvolvimento econômico de São Luiz do Paraitinga que, para se promover, encontrou opções na valorização do patrimônio cultural e na vocação para o turismo. Uma inesperada enchente, ocorrida em 2010, destruiu parte de seu patrimônio arquitetônico, e a situação trouxe à tona reflexões sobre a utilização das tradições e das memórias como suportes para reconstruir física e moralmente a cidade, no intuito de manter as identidades conquistadas. Também foi o momento em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a finalidade de salvaguardar as edificações e reconstruir aquelas que se perderam com a enchente, utilizou o instrumento do tombamento, formalizando sua inscrição como Conjunto Histórico e Paisagístico. Este percurso singular da história da cidade permite que se discuta a efetividade desse tombamento frente aos contrastes socioculturais e econômicos existentes entre o Centro Histórico e outros bairros da cidade, pois o instrumento não atuou sobre a preservação da paisagem como um todo, no sentido de uma gestão integrada da cidade, o que contribui para a segregação dos espaços.	São Paulo	Patrimônio
NETO, EDSON FERNANDES D OLIVEIRA SANTOS. **Ensino de construção para arquitetura como ensino de projeto: reflexões e concnecpção pedagógica**' 27/09/2019 303 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA REITOR MACEDO COSTA							
164	2019	EDSON FERNANDES D OLIVEIRA SANTOS NETO	Ensino de construção para arquitetura como ensino de projeto: reflexões e	Ensino de arquitetura; Ensino de construção para arquitetura; Projeto e construção.	Esta tese trata do ensino de construção para os cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, entendendo a construção como a materialização da arquitetura, e propõe a adoção de atividades pedagógicas que integrem o ensino de construção ao ensino de projeto, através de atividades práticas de projeto relacionadas à construção; estudo sistemático de obras referenciais; pesquisa sobre materiais e	Bahia	Ensino

			concnecpção pedagógica		técnicas construtivas e realização de atividades práticas construtivas nas disciplinas e atividades dos cursos. A pesquisa buscou entender como se desenvolveu historicamente o ensino de construção nos cursos de arquitetura no Brasil e identificou, no estudo de experiências diversas - no Brasil e no exterior -, práticas pedagógicas que integram o ensino de construção ao ensino de projeto. Estas experiências servem de modelo para uma proposta conceitual apresentada na tese que integra o ensino destas duas áreas nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil. Os conceitos de reflexão-na-ação e os domínios normativos/prescritivos do projeto desenvolvidos por Donald Schön, contribuem para o entendimento de que a realização de atividades práticas construtivas e de projeto devem ser integradas na formação em arquitetura. O estudo de obras referenciais em que a construção se evidencia na arquitetura e a atividade prática de projeto das soluções construtivas são tão importantes quanto a realização de projetos de objetos em atividades de práticas construtivas. A partir do curso de arquitetura e urbanismo da FA-UFBA, cuja origem é das mais antigas do Brasil, exemplifica-se a aplicação de uma concepção pedagógica baseada na relação entre construção e projeto em uma estrutura curricular existente.		
CASTRO, AFONSO CELSO VANONI DE. **PARÂMETROS PARA A OCUPAÇÃO SUSTENTÁVEL DE ÁREAS DE FUNDO DE VALE NO MEIO URBANO: o caso da bacia hidrográfica do córrego Jaguaré, São Paulo**' 26/02/2021 332 f. Doutorado em ARQUITETURA E URBANISMO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca George Alexander							
165	2021	AFONSO CELSO VANONI DE CASTRO	PARÂMETROS PARA A OCUPAÇÃO SUSTENTÁVEL DE ÁREAS DE FUNDO DE VALE NO MEIO URBANO: o caso da bacia hidrográfica do córrego Jaguaré, São Paulo	Áreas de fundo de vale; parâmetros urbanísticos e ambientais; bacia hidrográfica; infraestrutura urbana; Córrego Jaguaré – São Paulo	Esta pesquisa trata da relação entre rios e cidades, seus conflitos e possibilidades de convivência a partir da reflexão sobre o papel do planejamento urbano e ambiental, integrado e sistêmico. Tendo como objeto a cidade de São Paulo, parte-se do pressuposto que o processo de sua ocupação urbana é fruto de uma lógica setorial que desconsiderou a bacia hidrográfica, promovendo a canalização e/ou o tamponamento dos cursos d'água (rios e córregos), para a ampliação de áreas urbanizáveis e construção do sistema viário, em áreas impróprias à urbanização. Como consequência, os efeitos das enchentes e inundações são cada vez mais danosos ao ambiente e à sociedade. Trata-se de um modelo que foi adotado em diversas cidades do mundo, ao longo do século XX, mas que vem sendo revertido, por meio de ações conscientes e planejadas em consonância com as características ambientais da bacia hidrográfica. A hipótese central da pesquisa é que a ausência de um processo de planejamento urbano, sistêmico e integrado, na cidade de São Paulo, aliado à não definição de parâmetros de ocupação urbana compatíveis com as características hidrológicas da bacia hidrográfica do Alto Tietê, vêm contribuindo para reforçar a lógica setorial de obras e investimentos públicos que prevaleceu na ocupação das áreas de fundo de vale, e que culminaram na transformação dos cursos d' água em componentes da infraestrutura urbana. Tendo como estudo de caso, a bacia hidrográfica do córrego do Jaguaré, defende-se a seguinte tese "Para se promover a	São Paulo	Meio Ambiente

					sustentabilidade de uma bacia hidrográfica urbanizada, há que se adotar parâmetros de ocupação compatíveis às suas características ambientais, com especial atenção às características hidrológicas dos cursos d´água em áreas de fundo de vale, como parte de um processo de planejamento integrado e sistêmico, base para a recuperação dos cursos d´água e de sua transformação em elementos estruturais da paisagem urbana". A pesquisa se desenvolve em duas partes e quatro capítulos. A Parte 1, com dois capítulos, organiza as referências teóricas e projetuais, contextualiza o problema da relação rio e cidade; sintetiza a experiência americana com novas abordagens para urbanização em orlas fluviais e fundos de vale e apresenta duas importantes referências de planejamento urbano para o controle de enchentes e inundações: Nova York (EUA) e Blumenau (Brasil). A parte 2, com dois capítulos, sintetiza o processo de urbanização e os principais planos para a cidade de São Paulo, que privilegiou a lógica setorial e econômica, em detrimento à ambiental; a partir do estudo de caso da bacia hidrográfica do córrego Jaguaré, propõe-se uma metodologia de análise e de mapeamento de algumas dimensões da sustentabilidade deste território de modo a contribuir para a definição de diretrizes e orientar novos parâmetros de ocupação urbana em áreas de fundo de vale. Nas considerações finais, sem desconsiderar a complexidade e amplitude do tema, retomam-se os principais aspectos da pesquisa, procura-se demonstrar a tese e indicar algumas recomendações a serem consideradas no planejamento de áreas de fundo de vale, tendo em vista a promoção de uma ocupação urbana e ambiental sustentável da bacia hidrográfica.		
NERBAS, PATRICIA DE FREITAS. **O vazio moderno. Narrativas formais do percurso solar e do verde em 4 projetos para o habitar no quarteirão urbano**' 27/08/2021 334 f. Doutorado em ARQUITETURA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Faculdade de Arquitetura UFRGS							
166	2021	PATRICIA DE FREITAS NERBAS	O vazio moderno. Narrativas formais do percurso solar e do verde em 4 projetos para o habitar no quarteirão urbano	Vazio moderno; Espaço luz solar; espaço verde; tipo morfológico urbano e a natureza	Diante a escassez de recursos e as pautas ambientais emergentes nos debates de organizações internacionais, no final do século XX e inicio XXI, a permanência da natureza, nas cidades, parece cada vez mais complexa e importante. Considerar o percurso do sol e a presença do verde no processo de projeto é um modo de pensar a natureza síncrona a cidade. O sol e o verde podem revelar parte das complexas relações entre cheios e vazios nas cidades, pois interferem nas questões ambientais de cada lugar, assim como são pautas recorrentes à arquitetura pertinente ao lugar. A geometria volumétrica dos edifícios e os hiatos de transição entre estes, na escala do quarteirão urbano, são determinantes ao percurso das sombras e à conectividade entre as áreas verdes, demandas importantes para aproximar a cidade da natureza. O tecido poroso, o predomínio do vazio no quarteirão urbano, configurações típicas dos sistemas formais modernos apresentam adaptabilidade perante as demandas relacionadas à luz solar e ao verde nas cidades, pois pode criar espaços oportunos a exposição solar, a continuidade e a conectividade do verde, por entre todos os edifícios. Estratégias pertinentes à aproximação entre a natureza e a cidade.	Rio Grande do Sul	Meio Ambiente

					Portanto, o objetivo desta investigação é analisar a lógica na articulação entre os espaços livres e os edifícios modernos, na escala do quarteirão, a fim de verificar a pertinência formal do tipo morfológico moderno de quatro projetos, situados em distintas cidades. Projetos da década de 1950 e 1960, representativos do seu tempo, desenvolvidos a partir do amadurecimento das estratégias modernas debatidas ao longo dos CIAMs. Estão localizados em cidades densas, em quarteirões urbanos, com topografia pouco acentuada. As soluções adotadas nos casos pesquisados apresentam uma estrutura de formas abstratas, com bases prismáticas, retangulares e operam com os vazios por entre todos os edifícios. Os volumes edificados são distribuídos dentro de uma lógica geométrica, um sistema formal poroso que possibilita autonomia entre as tipologias edílicias e a criação de redes interconectadas para a expansão da natureza na cidade. Dessa maneira, espera-se contribuir com o debate sobre a continuidade e a transformação do vazio moderno nas cidades, como uma das estratégias para a permanência da natureza nas cidades.		

Anexo III - Quadro Levantamento dos Municípios de MS

	ANÁLISE DO PLANO DIRETOR NOS MUNICÍPIOS DE MS									
	IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2018					IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2021				
	Dados extraídos de 23/09/2020 a 01/03/2021 Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/pesquisa/1/21682?ano=2018					Dados extraídos de 08/10/2025 a 09/10/2025 https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/juti/pesquisa/1/79444?ano=2021				
	MUNICÍPIOS	PLANO DIRETOR	PD EM ELABORAÇÃO	ANO DA LEI	PLANO REVISTO	PLANO DIRETOR	PD EM ELABORAÇÃO	ANO DA LEI	PLANO REVISTO	ÚLTIMA REVISÃO
1	Água Clara	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
2	Alcinópolis	NÃO	SIM	_	_	SIM	-	2019	SIM	2021
3	Amambai	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2005	SIM	2015
4	Anastácio	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
5	Anaurilândia	SIM	_	2014	NÃO	SIM	-	2014	NÃO	-
6	Angélica	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
7	Antônio João	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
8	Aparecida do Taboado	SIM	_	2015	NÃO	SIM	-	2015	SIM	2015
9	Aquidauana	SIM	_	2001	SIM	SIM	-	2008	NÃO	-
10	Aral Moreira	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
11	Bandeirantes	SIM	_	2016	SIM	SIM	-	2016	SIM	2017
12	Bataguassu	SIM	_	2014	SIM	SIM	-	2014	NÃO	-
13	Batayporã	SIM	_	2013	SIM	SIM	-	2014	SIM	2014
14	Bela Vista	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
15	Bodoquena	SIM	_	1992	SIM	SIM	-	1992	SIM	2016
16	Bonito	SIM	_	2010	SIM	SIM	-	2002	SIM	2016
17	Brasilândia	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	SIM	2019
18	Caarapó	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	NÃO	-
19	Camapuã	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
20	Campo Grande	SIM	_	1995	SIM	SIM	-	2018	NÃO	-
21	Caracol	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
22	Cassilândia	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
23	Chapadão do Sul	SIM	_	2013	NÃO	SIM	-	2013	NÃO	-
24	Corguinho	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
25	Coronel Sapucaia	NÃO	SIM	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
26	Corumbá	SIM	_	2009	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
27	Costa Rica	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	SIM	2009
28	Coxim	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
29	Deodápolis	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
30	Dois Irmãos do Buriti	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
31	Douradina	SIM	_	2018	NÃO	NÃO	NÃO	-	-	-
32	Dourados	SIM	_	2003	NÃO	SIM	-	2003	NÃO	-
33	Eldorado	NÃO	SIM	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
34	Fátima do Sul	SIM	_	2012	NÃO	SIM	-	2012	SIM	2015
35	Figueirão	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
36	Glória de Dourados	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
37	Guia Lopes da Laguna	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
38	Iguatemi	NÃO	SIM	_	_	SIM	-	2018	NÃO	-
39	Inocência	NÃO	SIM	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
40	Itaporã	SIM	_	2014	SIM	SIM	-	2014	NÃO	-
41	Itaquiraí	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	SIM	2019
42	Ivinhema	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
43	Japorã	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
44	Jaraguari	NÃO	SIM	_	_	SIM	-	2019	NÃO	-
45	Jardim	SIM	_	2013	SIM	SIM	-	2006	SIM	2013
46	Jateí	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
47	Juti	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
48	Ladário	SIM	_	2011	NÃO	SIM	-	2010	NÃO	-
49	Laguna Carapã	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
50	Maracaju	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2006	SIM	2017
51	Miranda	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
52	Mundo Novo	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
53	Naviraí	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	SIM	2018
54	Nioaque	SIM	_	2015	NÃO	SIM	-	2015	NÃO	-
55	Nova Alvorada do Sul	SIM	_	2015	NÃO	SIM	-	2015	NÃO	-
56	Nova Andradina	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2006	SIM	2017
57	Novo Horizonte do Sul	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
58	Paraíso das Águas	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-

59	Paranaíba	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	NÃO	-
60	Paranhos	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
61	Pedro Gomes	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
62	Ponta Porã	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2020	SIM	2021
63	Porto Murtinho	NÃO	NÃO	_	_	NÃO	SIM	-	-	-
64	Ribas do Rio Pardo	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
65	Rio Brilhante	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	SIM	2016
66	Rio Negro	SIM	_	2016	NÃO	SIM	-	2016	NÃO	-
67	Rio Verde de Mato Grosso	SIM	_	2007	SIM	SIM	-	2007	SIM	2012
68	Rochedo	SIM	_	2014	NÃO	SIM	-	2014	SIM	2018
69	Santa Rita do Pardo	NÃO	SIM	_	_	NÃO	NÃO	-	-	-
70	São Gabriel do Oeste	SIM	_	2006	NÃO	SIM	-	2006	NÃO	-
71	Selvíria	SIM	_	2018	NÃO	SIM	-	2017	NÃO	-
72	Sete Quedas	NÃO	NÃO	_	_	SIM	-	2017	NÃO	-
73	Sidrolândia	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	SIM	2015
74	Sonora	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2007	NÃO	-
75	Tacuru	SIM	_	2017	NÃO	SIM	-	2017	SIM	2017
76	Taquarussu	SIM	_	2012	SIM	SIM	-	2012	NÃO	-
77	Terenos	SIM	_	2005	SIM	SIM	-	2005	NÃO	-
78	Três Lagoas	SIM	_	2006	SIM	SIM	-	2006	SIM	2016
79	Vicentina	SIM	_	2013	SIM	SIM	-	2013	NÃO	-

Questionário de Pesquisa – Mobilidade Urbana, Acessibilidade e o Plano Diretor na Rota Bioceânica

Este questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que visa avaliar a percepção da população sobre a mobilidade urbana e acessibilidade nas cidades impactadas pela Rota Bioceânica, com ênfase em Planos Diretores Municipais. As respostas são confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Sua contribuição é muito importante para o sucesso desta pesquisa, pelo que agradecemos.

Tempo estimado de resposta: 5 a 10 minutos.

Obrigatório o preenchimento de todas as perguntas.

Se houver dúvidas, entre em contato pelo e-mail: arqmarianacasa@gmail.com

* Indica uma pergunta obrigatória

Pular para a pergunta 1Pular para a pergunta 1

Perfil do Respondente

1. **1. Você reside em qual município?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Campo Grande (MS)
- ◯ Bonito (MS)
- ◯ Jardim (MS)
- ◯ Porto Murtinho (MS)
- ◯ Outro: _____

2. **2. Qual a sua faixa etária?** *(Escolha uma opção)* *

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ 15 a 29 anos
   - ◯ 30 a 59 anos
   - ◯ 60 anos ou mais

3. **3. Sexo:** *(Escolha uma opção)* *

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ Masculino
   - ◯ Feminino
   - ◯ Prefiro não informar

4. **4. Você possui algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida?** * *(Escolha uma opção)*

   **caso a resposta seja "sim", informar qual no campo "outro".*

   Marcar apenas uma oval.

   - ◯ Sim
   - ◯ Não
   - ◯ Prefiro não informar
   - ◯ Outro: _____

5. **5. Qual seu nível de escolaridade?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Ensino Fundamental
- ◯ Ensino Médio
- ◯ Ensino Superior Incompleto
- ◯ Ensino Superior Completo
- ◯ Pós-graduação

Pular para a pergunta 6

Mobilidade Urbana

6. **6. Qual é a principal forma de locomoção que você utiliza no dia a dia?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Carro particular
- ◯ Moto
- ◯ Bicicleta
- ◯ Ônibus
- ◯ A pé
- ◯ Transporte por aplicativo
- ◯ Outro: _____

7. **7. Com que frequência você utiliza transporte público?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Diariamente
- ◯ Algumas vezes por semana
- ◯ Raramente
- ◯ Nunca

8. **8. Como você avalia a qualidade do transporte público em seu município?** * *(Escolha uma opção)*

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Excelente
- ◯ Boa
- ◯ Regular
- ◯ Ruim
- ◯ Péssima

9. **9. Você sente que há infraestrutura adequada para ciclistas (ciclovias, bicicletários)?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Parcialmente
- ◯ Não
- ◯ Não sei responder

10. **10. Você considera que há segurança suficiente para pedestres em seu município (faixas, calçadas, sinalização)?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Parcialmente
- ◯ Não
- ◯ Não sei responder

Acessibilidade Urbana

11. **11. As calçadas em sua cidade permitem o fácil deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Parcialmente
- ◯ Não
- ◯ Não sei avaliar

12. **12. Você conhece algum equipamento urbano acessível (ex: rampas, pisos táteis, semáforos com aviso sonoro)?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, conheço mas não utilizo
- ◯ Sim, conheço e utilizo
- ◯ Não conheço

13. **13. Você considera que os edifícios públicos e espaços urbanos do seu município são acessíveis?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Parcialmente
- ◯ Não
- ◯ Não sei responder

Plano Diretor e Rota Bioceânica

14. **14. Você tem conhecimento sobre o Plano Diretor do seu município?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, tenho conhecimento
- ◯ Não tenho conhecimento
- ◯ Já ouvi falar, mas não conheço detalhes
- ◯ Meu município não possui Plano Diretor

15. **15. Na sua opinião, a mobilidade urbana tem sido prioridade nas políticas públicas locais?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Parcialmente
- ◯ Não
- ◯ Não sei responder

16. **16. Você já participou de alguma audiência pública ou consulta sobre o Plano Diretor Municipal?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não fui convidado(a)/informado(a)

17. **17. Você tem conhecimento sobre a Rota Bioceânica?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim, conheço bem
- ◯ Já ouvi falar
- ◯ Não conheço

18. **18. Você acredita que a Rota Bioceânica pode beneficiar a mobilidade urbana de seu município?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não sei

19. **19. Você considera que a acessibilidade urbana está sendo levada em conta nos projetos relacionados à Rota Bioceânica?** *(Escolha uma opção)* *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Sim
- ◯ Parcialmente
- ◯ Não
- ◯ Não sei responder

20. **20. Em sua opinião, o que deveria ser prioridade nas políticas públicas de mobilidade e acessibilidade nos municípios por onde passará a Rota Bioceânica?** *(Múltipla escolha – até 3 opções)* *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Transporte público eficiente
- [ ] Ciclovias e ciclofaixas
- [ ] Calçadas acessíveis
- [ ] Infraestrutura viária moderna
- [ ] Integração entre cidades da rota
- [ ] Transporte intermunicipal de qualidade
- [ ] Inclusão de pessoas com deficiência nas decisões

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários